UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

DANIEL ANDRIOLI RODRIGUES MOTTA

A ARTE E A CULTURA COMO ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

CAMPINAS

2024

DANIEL ANDRIOLI RODRIGUES MOTTA

A ARTE E A CULTURA COMO ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Tese de Doutorado apresentado a Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Sidney Piochi Bernardini

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO DANIEL ANDRIOLI RODRIGUES MOTTA E ORIENTADO PELO PROF. DR. SIDNEY PIOCHI BERNARDINI

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

Motta, Daniel Andrioli Rodrigues, 1982-
M858a A arte e a cultura como estratégias de planejamento territorial / Daniel Andrioli Rodrigues Motta. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador(es): Sidney Piochi Bernardini.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Economia criativa. 2. Cidades criativas. 3. Planejamento territorial. 4. Cultura. 5. Municipalismo libertário. I. Bernardini, Sidney Piochi, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações complementares
Título em outro idioma: Art and culture as territorial planning strategies
Palavras-chave em inglês:
Creative economy
Creative cities
Urban planning
Culture
Libertarian municipalism
Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade
Titulação: Doutor em Arquitetura, Tecnologia e Cidade
Banca examinadora:
Sidney Piochi Bernardini [Orientador]
Adalberto da Silva Retto Junior
Vanessa Marx
Maria Gabriela Caffarena Celani
Milena Pavan Serafim
Data de defesa: 21-11-2024
Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade
Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0001-9962-5059
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/7142991966444479

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO

A arte e a cultura como estratégias de planejamento territorial

DANIEL ANDRIOLI RODRIGUES MOTTA

Tese de Doutorado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Prof. Dr. Sidney Piochi Bernardini

Presidente e Orientador/FECFAU/UNICAMP

Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Junior

UNESP/FAAC

Profa. Dra. Vanessa Marx

UFRGS

Profa. Dra. Maria Gabriela Caffarena Celani

FECFAU/UNICAMP

Profa. Dra. Milena Pavan Serafim

FCA/UNICAMP

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Campinas, 25 de novembro de 2025

AGRADECIMENTOS

A meu orientador Prof. Dr. Sidney Piochi Bernardini por ter embarcado nessa loucura de orientar uma pesquisa realizada por alguém que não tem a formação na área central da pesquisa. Sou eternamente grato pela confiança, ensinamentos, oportunidades e desafios propostos. Não só desarmamos várias das bombas que estavam armadas, mas passamos a vislumbrar alternativas sólidas no horizonte.

A meus pais Artur e Lucia, e a meu irmão Fernando, por todo o apoio desde sempre. O caminho é tortuoso, inebriante e cheio de reviravoltas. Mas o fazemos caminhando juntos. A querida Cris, por ter sido um apoio tão importante durante esse tempo todo. Você nem faz ideia do quanto você me ajudou nesse percurso. Aos meus filhos Heitor e Otavio que serviram de "cobaias" para vários dos insights desta tese. Tiveram que ouvir muitas aulas e discussões de mim comigo mesmo, com livros, vídeos, podcasts e as mais diversas mídias durante nossas idas e vindas no carro. Desculpem e obrigado por serem meu Guia do Mochileiro das Galáxias.

A UNICAMP, a FEC e a todos os seus funcionários por terem dado todo o apoio técnico e burocrático. Ao grupo de pesquisa TERUPLANO por todos os encontros, debates, apresentações e insights durante esta jornada. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Esse projeto não seria realizado se a arquiteta e urbanista Daniela da Câmara, ex-secretária de Planejamento e Meio Ambiente, não tivesse tido a audácia e a coragem de elaborar um Plano Diretor em Jundiaí efetivamente participativo. Muitas das bases para a elaboração desta tese saíram da minha participação durante a elaboração do Plano Diretor de Jundiai de 2016. Muito obrigado, Dani!! Por muito mais Danis no mundo!

A Malena Duran, Ignacio Rhodes, Manuel Desantes Real e a toda a comunidade violonística de Alicante, por terem me mostrado o tamanho do impacto e da transformação que a arte e a cultura podem ter em toda uma cidade a partir da união e da ação das pessoas em torno de um bem comum.

Ao Coletivo Cultura Jundiahy e ao Movimento Cardume, que represento em tantas instâncias diferentes e que me fazem colocar em prática, cotidianamente, boa parte das ações que estão teorizadas nesta tese.

RESUMO

A economia criativa tem apresentado impactos positivos nos mais diversos índices de desenvolvimento humano, da participação no PIB à geração de empregos, passando pela remuneração dos trabalhadores, crescimento do mercado de trabalho, requalificação dos espaços públicos e melhoria da qualidade de vida. Diversas cidades ao redor do mundo têm visto, na valorização da economia criativa, uma oportunidade de repensar o seu desenvolvimento. Tomada atualmente como uma ideia de destaque e derivada da economia criativa, a "cidade criativa" não é constituída apenas por grandes eventos culturais ou construções icônicas, mas também por uma série de processos que, tendo a cultura e a criatividade como filtros, incitam uma reflexão das ações planejadas, buscando uma alternativa para rever os desequilíbrios socio territoriais. A pesquisa busca compreender as estratégias utilizadas pelas chamadas "cidades criativas" para a melhoria dos seus indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento urbano e, subsequentemente, estabelecer parâmetros e indicações para a formulação de ações planejadas em contextos semelhantes. Partindo da hipótese de que a cultura pode ser uma alavanca importante nos métodos de planejamento territorial e urbano no atual contexto contemporâneo, a pesquisa obteve, como resultado, um conjunto de indicações importantes para repensar os métodos de planejamento territorial tradicionais, utilizando-se, para tanto, do *Design Science Research* como principal procedimento metodológico. O trabalho parte de uma análise crítica sobre o impacto da ideologia neoliberal no planejamento territorial contemporâneo e na produção de mal-estar social, revelando-se os sinais de sua crise a partir deste contexto. Partindo da premissa de que a arte e a cultura, a partir de uma visão antropológica, são alicerces para os processos autóctones de planejamento, o constructo teórico proposto incorpora os princípios do Bem Viver e do Comum como eixos potenciais de um novo método planificador. Um conjunto estruturado de procedimentos alternativos para o planejamento territorial com base nos aportes argumentativos foi formulado na sequência, indicando-se possíveis arranjos institucionais alternativos. A tese constata que a autonomia e a autogestão das sociedades contemporâneas potencializam a arte e a cultura como chaves para contrapor os avanços do planejamento hegemônico de caráter neoliberal praticado globalmente.

Palavras-chave - Economia Criativa; Cidades Criativas; planejamento territorial; cultura; municipalismo libertário

Abstract

The creative economy has had positive impacts on a wide range of human development indices, from GDP share to job creation, including workers' remuneration, growth in the job market, requalification of public spaces and improvement in quality of life. Several cities around the world have seen the valorization of the creative economy as an opportunity to rethink their development. Currently considered a prominent idea and derived from the creative economy, the "creative city" is not only made up of major cultural events or iconic buildings, but also of a series of processes that, using culture and creativity as filters, encourage reflection on planned actions, seeking an alternative to review socio-territorial imbalances. The research seeks to understand the strategies used by the so-called "creative cities" to improve their socioeconomic and urban development indicators and, subsequently, establish parameters and guidelines for the formulation of planned actions in similar contexts. Based on the hypothesis that culture can be an important lever for territorial and urban planning methods in the current contemporary context, the research aims to obtain, as a result, a set of important indications for rethinking traditional territorial planning methods, using Soft Design Science Research as the main methodological procedure. The work starts from a critical analysis of the impact of neoliberal ideology on contemporary territorial planning and on the production of social unrest, revealing the signs of its crisis from this context. Based on the premise that art and culture are the foundations for indigenous planning processes, the proposed theoretical construct incorporates the principles of Good Living and the Common as potential axes of a new planning method. A structured set of alternative procedures for territorial planning based on the argumentative contributions was formulated next, indicating possible alternative institutional arrangements. The thesis finds that the autonomy and self-management of contemporary societies enhance art and culture as keys to countering the advances of hegemonic neoliberal planning practiced globally.

Keywords: Creative Economy; Creative Cities; urban planning; culture; libertarian municipalism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Panfleto da General Motors com anúncio da Feira Mundial da Architectural Forum, junho 1939 61
Figura 2 - Modo de Vida Imperial 70
Figura 3 - As dimensões do Direito a Cidade como um direito coletivo 140
Figura 4 - Organograma Conceitual de Qian 157
Figura 5 - Mapa Rede Cidades Criativas da UNESCO 2021 197
Figura 6 - tipos de recursos, categorizados em função de sua produção e acesso 245
Figura 7 - Dimensões para definir a cidade como comum 250
Figura 8 - Critérios para estabelecimento de um comum. Mais à esquerda, mais próximo de um comum. Mais à direita, menos próximo de um comum 251
Figura 9 - Comuns na Cidade 252
Figura 10 - Exemplos de instrumentos de Planos Vinculantes e Não Vinculantes 266
Figura 11 – Roda do Poder 273
Figura 12 - The Naked City, 1957, Illustration de l'hypothèse des plaques tournantes en psychogéographique 281
Figura 13 - Mapa do Curdistão 290
Figura 14 – Atores-rede e as escalas de Territórios Criativos 316
Figura 15 - Princípios dos Territórios Criativos 317
Figura 16 - 8 Princípios para uma Economia Criativa Brasileira 320
Figura 17 – Princípios para construção dos processos de planejamento 326
Figura 18 - Ciclo Adaptável na panarquia 327
Figura 19 - Sistema de Ciclos na Panarquia 328
Figura 20 – Esquema geral das etapas do Constructo 329
Figura 21 - Fase 1 da Etapa 1 - Reconhecimento 334
Figura 22 - Fase 2 da Etapa 1 - Reconhecimento 335
Figura 23 - Fase 3 da Etapa 1 - Reconhecimento 338
Figura 24 - Mapa Conceitual Technopolítica 339
Figura 25 - Exemplo de Cartões para direcionamento das discussões 341
Figura 26 - Fases da Etapa 2 344
Figura 27 - Oficina de Prototipagem de Parklet em Jundiaí 346
Figura 28 - Fases da Etapa 3 349
Figura 29 - Constructo para Planejamento Territorial 353
Figura 30 - Diagramas expostos nas mesas para avaliação 357

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Do Marketing Urbano à Cidade Criativa 26
Tabela 2 - Estimativa Populacional e de Usuário de Internet - Mundo e Regiões (2009) 136
Tabela 3 - Estimativa Populacional e de Usuário de Internet - Mundo e Regiões (2020) 136
Tabela 4 - Síntese do Creative Nation 144
Tabela 5 - Relatório de Ações das Cidades Brasileiras na RCCU 203

Tabela 6 - Estratégias políticas para elaboração de novos contratos sociais da cidade como um comum 254
Tabela 7 – Comparativo entre os ideais de Planejamento 260
Tabela 8 – Matriz de Caracterização dos Participantes ZOPP 307
Tabela 9 - Exemplo de estrutura de Matriz de Planejamento de Projeto 310

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade econômica, Brasil - 2° trimestre - 2021-2020 87
Gráfico 2 - Frota de Veículos no Brasil 92
Gráfico 3 - Crescimento da População Urbana no Brasil 96
Gráfico 4 - População Brasileira Residente em Aglomerados Subnormais 101
Gráfico 5 – Crescimento entre Domicílios Totais e em Favelas 102
Gráfico 6 - Componentes do SNC 186
Gráfico 7 - Escopo dos Setores Criativos Ministério da Cultura (2011) 193
Gráfico 8 - A economia criativa brasileira – vetores e eixos de atuação 194
Gráfico 9 - Total de Cidades Por Setor 199
Gráfico 10 - Cidades Admitidas por Ano na Rede 200
Gráfico 11 - Países com mais cidades na RCCU 201
Gráfico 12 – Cidades integradas à Rede da Unesco Por Continente 201
Gráfico 13 - Árvore de problemas (Causas) 307
Gráfico 14 - Árvore de Problemas (Efeitos) 308
Gráfico 15 - Árvore de Causa e Efeito de um Problema ZOPP 308
Gráfico 16 - Análise Multidimensional de Causa e Efeito de um problema ZOPP 309

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Taxonomia de Economia da Cultura e Economia Criativa 149
Quadro 2 - Fatores de escolha da classe criativa por uma cidade ou região 157
Quadro 3 - Relações entre os “de cima” e os “de baixo” 271
Quadro 4 - O paradigma contrastante das coisas e das pessoas 272
Quadro 5 - Etapas de elaboração do Plano Municipal de Cultura 301
Quadro 6 - Fases da Metodologia ZOPP 306
Quadro 7 - Definição de Grupos de Interesse ZOPP 307

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Estação Transmilenio em Bogotá 94
Imagem 2 - Cidade de Palmanova - Itália 115
Imagem 3 - Performance artística “Google Maps Hacks” 138
Imagem 4 - Mosaico do processo de criação comum da Piazza dei Colori em Bologna 256

Imagem 5 - Apresentação do arcabouço teórico desta tese para os participantes da Oficina 355
Imagem 6 - Participantes da Oficina separados em mesas temáticas durante o World Cafe 356
Imagem 7 - Respostas dos participantes do World Cafe para Etapa 1 359
Imagem 8 - Respostas dos participantes do World Cafe para Etapa 2 361
Imagem 9 - Respostas dos participantes do World Cafe para Etapa 3 363
Imagem 10 - Materiais elaborados pelos participantes no Curso do Sesc: Mapa de afetividade, Mapa de Memória Coletiva, Matriz CDP, Imagem de futuro coletiva e Propostas para Ação 364

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Etapas da Design Science Research 35
Diagrama 2 - Etapas da Soft Design Science Research aplicadas a esta tese 36
Diagrama 3 - Premissas da Classe Criativa 155
Diagrama 4 - Planejamento descendente convencional 262
Diagrama 5 - Planejamento descendente e a relação com as políticas territoriais e a regulação do espaço 263
Diagrama 6 - Atuação das políticas e regulação do espaço no território no planejamento descendente 265
Diagrama 7 - Exemplo de Análise de Território 293
Diagrama 8 - Quatro fases do Onu-Habitat 296
Diagrama 9 - Método para a realização de Plano Diretor 299
Diagrama 10 - Etapas de Elaboração de Plano Municipal de Cultura 303
Diagrama 11 - Etapa 1 - Reconhecimento 332
Diagrama 12 - Atuação das políticas e regulação do espaço no território no planejamento ascendente 334
Diagrama 13- Planejamento ascendente e a relação com as políticas territoriais e a regulação do espaço 343
Diagrama 14 - Planejamento ascendente proposto 352
Diagrama 15 - Atuação das políticas e regulação do espaço no território no planejamento ascendente 369
Diagrama 16 - Etapa 1 do Constructo 371
Diagrama 17 - Planejamento ascendente e a relação com as políticas territoriais e a regulação do espaço 372
Diagrama 18 - Planejamento ascendente proposto 373

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
1.1. Objetivos 21
1.2. Hipóteses 22
1.3. Materiais e métodos 29
PARTE 1 - IDENTIFICANDO O PROBLEMA 42
1. Capítulo 1 - A crise do planejamento e o mal-estar social 42
1.1. O problema do capitalismo tardio – neoliberalização, pós-industrialismo e impacto nas cidades 42
1.2. A construção do Estado de "Mal-estar Social" 47
1.3. O Mal-estar na Civilização 51
1.4. Mal-estar à brasileira. A cidade, o condomínio e o indivíduo como um condomínio em si mesmo 67
2. Capítulo 2 – O Planejamento Urbano nas primeiras décadas do século XXI 79
2.1. Neoliberalismo e o Planejamento Urbano na América Latina 84
2.2. Por que realizar uma Reforma Urbana no Brasil 95
2.2.1. Estatuto da Cidade 103
2.2.2. Plano Diretor 105
2.2.3. Chegando até aqui 107
PARTE 2 - ECONOMIA CRIATIVA E CIDADES CRIATIVAS – UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA 110
3. Capítulo 3 - Economia Criativa - sobre a cultura (ou o modo de vida das pessoas) e as cidades. 111
3.1. Cultura como cultivo e manifestação 116
3.2. Indústria Cultural e a Cultura de Massas 120
3.3. Cultura de Massas 126
3.4. Sociedade do Espetáculo 128
3.5. Novo Estágio do Capitalismo? 132
4. Capítulo 4 - Economia Criativa: analisando conceitos e práticas 141
4.1. *From Down Under*: A experiência Australiana 142
4.2. Cool Britânia? 145
4.3. Gente "Diferenciada" - A Classe Criativa 152
4.4. Aterrizando no Brasil – a criação de uma Economia Criativa Brasileira 171
5. Capítulo 5 - O nó crítico da economia criativa sob o fenótipo das cidades criativas 195

5.1. A Rede de Cidades Criativas da UNESCO 195
5.2. A instrumentalização da Cultura no Planejamento 207
5.3. Por Uma Outra Criatividade 216
PARTE 3 - Construindo uma fórmula: planejamento territorial e urbano pela via das cidades criativas. 225
6. Capítulo 6 - Reposicionando a utopia 226
6.1. Para além do Bem-estar, o Bem Viver 227
6.1.1. "Oi, sumida…" ou Fazendo as Pazes com a Natureza 234
6.1.2. Desenvolvimento? 235
6.1.3. Decolonialismo ou SAI DE CIMA! 238
6.2. Comuneiros do mundo: uni-vos! 241
6.2.1. A Tragédia dos Comuns 245
6.2.2. A Cidade como um Comum 248
7. Capítulo 7 - Navegando pelos Desafios Urbanos Contemporâneos: Rumo a um Novo Paradigma de Planejamento 257
7.1. Introdução 257
7.1.1. Da cidade industrial à cidade criativa 257
7.2. Do planejamento descendente vinculante ao planejamento ascendente não vinculante 260
7.3. Planejamento ascendente: olhando a partir de baixo 265
7.3.1. O de cima sobe, o de baixo desce 269
7.3.2. Quem planeja? 274
7.4. Mapeamento Comunitário: Vozes e Histórias através de Mapas 282
7.5. O meu bairro, a minha rua. O Municipalismo Libertário 284
8. Capítulo 8 - Buscando parâmetros: métodos e técnicas para a formulação de um planejamento territorial baseado em arte e cultura 292
8.1. O Método Ágil 294
8.2. O Programa para os Assentamentos Humanos da ONU-Habitat 295
8.3. Métodos de Planejamento do Governo Brasileiro 298
8.4. O Método ZOPP 304
8.5. O Diagnóstico Rural Participativo 310
8.6. Reconfigurando o planejamento territorial: traçando uma nova abordagem 312
9. Capítulo 9 – Por um novo planejamento territorial com base nas cidades criativas 316
9.1. Princípios para um processo de planejamento em territórios criativos 323

9.2. Etapas 328
9.2.1. Etapa 1 – Reconhecimento. Quem somos? Como estamos? 331
9.2.1.1. Fase 1 – Definições e visitas prévias 334
9.2.1.2. Fase 2 – Análise da realidade e levantamento / leitura dos projetos e propostas já existentes 335
9.2.1.3. Fase 3 – Mapeamentos 338
9.2.2. Etapa 2 – Agonismo 342
9.2.2.1. Fase 1 - Confronto de ideias e proposições 344
9.2.2.2. Fase 2 - Prototipagem e proposição de transformações 345
9.2.2.3. Fase 3 - Estudo de implementação e co-governança 347
9.2.2.4. Fase 4 – Formalização do Planejamento 348
9.2.3. Etapa 3 – Implementação, Acompanhamento e Avaliação 349
9.2.3.1. Fase 1 – Implementação das ações 349
9.2.3.2. Fase 2 – Avaliação e Reinício 350
10. Capítulo 10 – Avaliação do Constructo 354
CONCLUSÃO 365
ANEXOS 375
REFERÊNCIAS 381

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem seu início a partir da atuação do autor na área da cultura. Toda a formação até este momento deu-se na área da música e da produção cultural, tanto na performance quanto no planejamento, assessoria e consultoria seja para a iniciativa privada quanto para diversas esferas do poder público. A atuação de mais 20 anos na área possibilitou atravessar diversos contextos, desde o início da era das Leis de Incentivo à Cultura até o recente desmonte e reestruturação do Ministério da Cultura, passando por toda a sorte de editais, programas de incentivo, ações pedagógicas e de fomento da área cultural. Em comum durante todo este tempo está a compreensão do papel transformador que arte e cultura são capazes de exercer. Se por um lado esse papel pode ser visto como uma utopia idealizada e esvaziada de sentidos (dando a arte e a cultura significados sempre bons, prósperos e edificantes, mas completamente alienados dos contextos e realidades nos quais são inseridos), por outro ele pode ser entendido como uma poderosa ferramenta de transformação. A motivação para a investigação se deu a partir da atuação de seu autor nos coletivos de cultura e nos conselhos municipais, tanto de cultura quanto de política territorial em sua cidade, Jundiaí-SP. Boa parte dos procedimentos sugeridos no capítulo 9 desta tese vem sendo empregados em maior ou menor escala dentro desta atuação. A sistematização proposta busca não apenas fundamentar e organizar a atuação, mas também estimular que outros coletivos, associações, conselhos e grupos de cidadãos se organizem em um novo paradigma de construção das cidades. Para o autor, a relação do urbanismo com a arte e a cultura firmou-se exatamente defendendo os interesses dos artistas da cidade durante um processo participativo de elaboração de Plano Diretor. A relação entre arte, cultura, território, inovação, criatividade e economia parecem ser um dos horizontes possíveis de transformação de nossas cidades. A busca por indicadores econômicos levou a produção cultural, durante a primeira década do século XXI, a atrair mais e maiores investimentos para os projetos culturais. A economia criativa e as cidades criativas transformaram profundamente as formas de compreensão e de atuação dos agentes culturais nos territórios. Em poucas palavras pode-se compreender esse processo, desde o século XIX, quando a Primeira Revolução Industrial reconfigurou as cidades em natureza e escala, redefinindo suas formas e papéis regionais. Na segunda metade do século XX, há uma nova revolução, a digital, que ao intensificar a globalização transferiu o foco da produção econômica do setor industrial para o setor de serviços. Os resultantes encurtamentos dos tempos de viagens, circulação de informações via rede mundial de computadores, fragmentação das cadeias produtivas, e mobilidade dos ativos financeiros, mais uma vez transformaram os incentivos e oportunidades para o desenvolvimento das cidades, e desta vez, em escala global (LANDRY, 2008). Se antes as cidades se destacavam por conseguir centralizar suas produções, agora a competição em escala

global faz com que novos elementos surjam para atender às demandas de produção. Em um mundo onde valores, bens e serviços estão massificados e os produtos estão constantemente ameaçados pela nova disruptura tecnológica, a criatividade emergiu como ponto crítico de competitividade e diferenciação (REIS, 2011a).

Este processo levou as cidades a uma competição internacional por investimentos para se adequar à nova realidade, buscando formas de se destacar neste cenário global sem perder suas características locais, de como receber as culturas e pessoas de todo o mundo sem abrir mão de sua própria identidade, de como ter uma singularidade específica em relação às demais. Neste contexto, os bens intangíveis ganham cada vez mais valor e a elaboração de instrumentos e ferramentas que amplifiquem estes ativos das cidades torna-se ingrediente básico para que elas se desenvolvam frente aos desafios propostos pelo século XXI.

O primeiro passo nessa direção foi dado pelo governo australiano, em 1994. Paul Keating, então primeiro-ministro do país, proferiu o termo Economia Criativa ao defender o programa *Creative Nation*, como forma de, exatamente, responder às ameaças que o processo de globalização impunha e de enxergar uma oportunidade de desenvolvimento do país através da convergência de objetivos culturais, econômicos e sociais além de uma preocupação com a sustentabilidade (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2013). Três anos depois, em 1997, os Ingleses elaboraram o Programa mais conhecido relacionado à Economia Criativa. Tony Blair, recém-eleito primeiro-ministro, percebendo que a Inglaterra estava muito vulnerável à situação econômica mundial e, tendo em vista que a economia da Grã-Bretanha estava baseada nos setores manufatureiros tradicionais, organizou uma força-tarefa com o objetivo de cruzar informações sobre as contas nacionais do Reino Unido com as tendências econômicas globais para descobrir as vantagens competitivas nacionais. Foram então identificados 13 setores de maior potencial econômico. A eles foi dado o nome de Indústrias Criativas que incluíram Música, Teatro, Dança, Patrimônio, Antiguidades, Design, Mídias e outras áreas. Estes setores, baseados na criatividade e na inovação apresentavam, além de alto valor agregado, vantagens quanto a menor possibilidade de cópia devido à dificuldade de replicação de seus produtos e serviços. Conceitos como “originalidade e inovação” tendo em vista que ideias originais e soluções inovadoras são mais difíceis de imitar do que produtos tangíveis, “Experiência do usuário” focadas em proporcionar experiências únicas aos consumidores e que são difíceis de replicar, além de “Capital Intelectual” abrangendo os conhecimentos, as habilidades e as redes de relacionamento como ativos intangíveis capazes de proporcionar um diferencial competitivo às empresas das Indústrias Criativas, reforçam esta percepção de singularidade e de irreprodutibilidade. Para Reis (2011a), a ação do Reino Unido “tornou-se paradigmática por quatro razões:

1. Contextualiza o programa de indústrias criativas como resposta a um quadro socioeconômico pós-industrial global, com parca diferenciação de produtos e serviços e ciclos de vida crescentemente reduzidos;
2. Identifica e privilegia os setores de maior vantagem competitiva para o país e reordena as prioridades públicas para fomentá-los de forma articulada entre as pastas governamentais e em íntima associação com o setor privado, ou seja, uma parceria estratégica público-privada de fato;
3. Revela o impacto econômico das indústrias criativas, rompendo com a usual associação de criatividade e belas artes, (...) como supérfluas ou como despesa pública, a partir do momento em que se explicitava sua contribuição: à riqueza nacional (...), à geração de empregos (...) e ao número de empresas, estimado pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (...);
4. Motiva um programa de reposicionamento mundial da imagem do país, doravante denominado Creative Britain ou ainda Cool Brittania (respectivamente "Britânia Criativa" ou "Grã-Bretanha Bacana"). A questão de fundo passou a apresentar o país como o mais atraente para os talentos criativos dispersos pelo mundo, de modo a tornar a Grã- Bretanha não um, mas "o" polo criativo do mundo." (REIS, 2011a, p. 26).

O modelo britânico foi criado e moldado de acordo com as necessidades e demandas britânicas. Fica claro, portanto, que o modelo não pode ser simplesmente copiado por outros países, uma tentação quase irrecusável de apenas valorizar os 13 setores por eles elencados. Ao contrário, o processo só se torna válido ao direcionar o olhar para a singularidade de cada lugar, buscando-se suas potencialidades para, a partir daí, elaborar suas políticas públicas. Ainda assim, diversas localidades passaram a buscar formas de replicar o modelo de Economia Criativa britânico em seus territórios. A falta de dados que corroborassem o esforço necessário para esta mudança de visão, com foco na Economia Criativa, fez com que a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) realizasse diversos fóruns e encontros por todo o mundo para elucidar o conceito e apresentar alternativas. Este processo culminou no primeiro Relatório Mundial sobre a Economia Criativa, publicado em 2008 e reeditado em 2010, demonstrando o poder econômico destas iniciativas e o quanto elas impactam no desenvolvimento dos países. Ao esmiuçar estes dados, fica claro que não existe modelo. Ao contrário, os documentos demonstram que diferentes lugares têm diferentes produções e potencialidades, e que uma grande diversidade de ações separa as teorias da efetivação real da Economia Criativa.

No Brasil, apesar de louváveis iniciativas, como a criação de uma Secretaria de Economia Criativa, em 2011, vinculada ao Ministério da Cultura (e que já foi desativada), de estudos promovidos pelo BNDES e pelo IBGE, fóruns e seminários realizados pela FIESP, FIEC, SESI-SP, publicações em livro pelo SESC e pelo Itaú-Cultural, além de esparsas ações de Secretarias estaduais, o levantamento mais significativo é feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) que, desde 2006, vem mapeando e monitorando

o desenvolvimento das Indústrias Criativas no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro. Este levantamento tem mostrado os elevados índices de competitividade, de participação no PIB, de remuneração e de crescimento dos Setores Criativos na economia brasileira (FIRJAN; SENAI, 2019). Infelizmente esses dados e levantamentos ainda são muito calcados nas formulações britânicas e deixam em uma perversa sombra a enorme maioria da força de trabalho criativa brasileira (que compartilha das mesmas características gerais com outros países do Sul Global), marcada pela informalidade trabalhista, pela falta de registros institucionais e fiscais, e pela relação direta com a natureza e com as ancestralidades (impossíveis de serem catalogadas nos 13 setores britânicos).

Mesmo assim, os números levantados demonstram uma mudança de paradigma para as sociedades. Ao perceber esta mudança de produção e de consumo e de criação de riquezas e de desenvolvimento, os governos das cidades passaram a buscar formas de atrair e manter esses talentos criativos. De diferentes maneiras, população e governos já vêm percebendo o quanto a cultura favorece e valoriza suas regiões, assim como as consequências que este novo contexto pode trazer para aqueles que já as ocupavam. Agrupando-se pensamentos, correntes de pesquisa e ações governamentais realizadas em nome da valorização cultural, é possível apontar as possíveis consequências por trás de todo este ideário:

- Processos de segregação, periferização, gentrificação e aburguesamento provocados em nível urbano no âmbito das “Cidades Criativas”
- A apropriação e o uso da cultura como um tipo de ativo para o incremento de valor simbólico ou material no caso da “Economia Criativa”.
- Uma proposta de exclusão de atores sociais locais, sejam movimentos sociais, associações de moradores, grupos de artistas, etc., na elaboração de propostas e na tomada de decisões no caso da “Classe Criativa” (BELANDO; ULLDEMOLINS; ZARLENGA, 2012).

Buscando conciliar as vantagens que os setores criativos podem trazer para as cidades com um desenvolvimento sustentável e economicamente viável, melhorando a qualidade de vida, profissionais de diversos setores, principalmente da Austrália, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, passaram a utilizar o termo “Cidade Criativa” para definir formas de desenvolvimento urbano pautado por iniciativas ligadas à arte e à cultura. Desde 2004, a UNESCO tem reunido cidades para compartilhar experiências em sete áreas das indústrias criativas: Literatura, Cinema, Música, Artesanato e Artes Folclóricas, Design, Artes Midiáticas e Gastronomia. Essa agenda visa:

> promover o desenvolvimento internacional e a promover a cooperação internacional dentro e entre municípios de zonas urbanas que investem em cultura e criatividade como aceleradoras do desenvolvimento sustentável. (...) Funcionando como um

> laboratório de ideias e de práticas inovadoras, o projeto traz contribuições concretas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. As cidades integrantes promovem a criação de políticas públicas e de projetos de base, com a participação de todos os cidadãos, incluindo mulheres, jovens e grupos vulneráveis. (UNESCO, 2020)

Em 2018, mais de 180 cidades de diversos continentes faziam parte da Rede de Cidades Criativa da UNESCO. A Rede é aberta a cidades que desejam destacar seus bens na área das indústrias criativas e, ao mesmo tempo, compartilhar conhecimentos e práticas entre grupo culturais de todo o mundo. Esta visão torna homogênea a diversidade cultural dos lugares e transforma a cultura em produto para exportação, atendendo demandas alheias a dos territórios. A mercantilização da Cultura é um processo que tem sido constantemente estudado, recebendo diversas classificações com o passar do tempo e sua tipificação, conforme políticas públicas se materializam no desenho urbano, podem ser classificadas como renovações urbanas, cultura de massa, capitais de cultura, entre outros (CHAUÍ, 1995; GOLDBERG-MILLER, 2019; LEITÃO et al., 2011; SELDIN, 2015). Parte deste pensamento tem se materializado na criação de grandes eventos ou na construção de empreendimentos icônicos, ou ainda, na valorização da arte pública como mais uma maneira de favorecer o desenvolvimento e a atração e manutenção de ambientes criativos. São exemplos notórios: Nova York, com o Soho, Bilbao, com o Museu Guggenheim e Barcelona, com as Olimpíadas, além do Porto Maravilha no Rio de Janeiro, mesmo com todas as críticas que já foram produzidas acerca do chamado planejamento estratégico e o flerte com o urbanismo mercadófilo (GUELL, 2006, SANCHEZ, 2001, SOUZA, 2008).

É necessário traçar uma linha divisória entre os discursos e práticas que se estruturam dentro de um paradigma de sustentabilidade e valorização cultural e aqueles que se apropriam deste discurso provocando mais desigualdade e concentração de poder e renda ao serem aplicados no âmbito urbano. Como bem resume Malcom Miles,

> O problema é que, apesar de as estratégias culturais serem apresentadas como tendo a capacidade de regenerar os centros degradados e as zonas desindustrializadas, o que as determina não é o interesse na renovação cívica, que implica benefício público, mas motivos econômicos e comerciais – a valorização dos solos, entre outros –, indo ao encontro dos desejos de uma nova elite. Sob a superfície, a cidade cultural é uma cidade de empreendimentos imobiliários, que beneficia com a desregulamentação e a redução da escala e do âmbito da intervenção estatal na cidade (MILES, 2012, p. 22).

Esta também é uma tendência em cidades brasileiras. Faz-se necessário encontrar formas para ir além desta superfície e mergulhar nas complexidades e potencialidades que a cultura tem ao ser liberta das

amarras da instrumentalização financeira e dos ativos imobiliários. A grande questão é que ao se utilizar da arte e da cultura de forma imagética e padronizada, inseridas no processo produzido pela planificação estratégica, setorizada e compartimentada para benefício de apenas uma parcela da população, culminando nestas grandes construções e eventos, nossas cidades acabam por criar uma réplica de padrões (mercadológicos e produtificados) estrangeiros, levando a cultura a estar fadada a ser apenas acessória na cidade e não um real eixo de desenvolvimento. Como bem lembra Vainer (2000), as cidades tornam-se mercadorias, colocadas à venda a serviço do grande capital. A cultura, que incialmente é vista como amálgama das diferenças e da diversidade, como uma janela de oportunidades para maior reconhecimento, inclusão e construção comunitária, passa a ser um instrumento de opressão e segregação. Malcon Miles, ao analisar o papel que a cultura pode ter no planejamento urbano através de projetos e construções icônicas, ressalta que

> Esse processo pode acabar sendo mais de gentrificação e exclusão social do que de inclusão econômica e cultural. Outra maneira de dizer isso é que há o perigo de que, ao longo do caminho, o impacto real desses empreendimentos se perca em favor das vantagens mais amplas e abstratas de um empreendimento emblemático que sirva como uma demonstração confiável de manifestação cultural, mas que pouco altere a vida daqueles que vivem nas sombras dessas manifestações (...). É particularmente importante reconhecer, no contexto acima, não apenas que as questões de identidade e localidade são essenciais para uma estratégia eficaz de revitalização movida pela cultura, mas, sobretudo, que a compreensão da noção de identidade local ou identidades locais deve ser reconhecida como fruto de um processo fluido de construção social (MILLES, 2014 pp. 129).

Não atentar para estas possibilidades de instrumentalização do discurso significa transformar todo um potencial campo de transformações e de autonomia das populações em instrumentos insustentáveis, segregadores e exclusivistas em nome da criatividade. É necessário propor um novo paradigma, um novo eixo de desenvolvimento, que leve em consideração fatores como a equidade social, o respeito ao meio ambiente, uma nova economia e que promova a vitalidade cultural. Charles Landry ressalta o papel fundamental que a cultura deve ter no planejamento urbano das cidades. Para ele:

> Cultura e criatividade estão interligadas. Cultura é a panóplia de recursos que mostram que um lugar é único e distintivo. Os recursos do passado podem ajudar a inspirar e dar confiança para o futuro. (...) o clássico de hoje foi a inovação de ontem. Criatividade não é apenas sobre uma contínua invenção do novo, mas também sobre como lidar apropriadamente com o velho. Os recursos culturais são a matéria-prima da cidade e sua base de valor; seus ativos substituem o carvão, o aço e o ouro. Criatividade é o

> método para explorar esses recursos e ajudá-los a crescer. (...) A tarefa dos urbanistas é reconhecer, gerenciar e explorar esses recursos de maneira responsável. A cultura, portanto, deveria dar forma às questões técnicas do planejamento urbano, mais do que ser vista de forma marginal, considerada após as questões importantes do planejamento, como habitação, transporte e uso fundiário, terem sido resolvidas. Ao contrário, uma perspectiva pautada pela cultura deveria indicar como o planejamento, o desenvolvimento econômico e as questões sociais deveriam ser abordados (LANDRY, 2008, p. 7).

Ter a cultura e a criatividade no centro da discussão possibilita compreender as origens de um lugar, porque ele está como está e como pode criar seu futuro por meio de seu potencial. Uma cidade criativa está, o tempo todo, se reinventando e se transformando, achando saídas, das mais variadas, para seus problemas. Ela está em um constante processo de inovação, mantendo suas regiões, pessoas e conhecimentos conectados, tendo como base deste desenvolvimento a cultura, por seus impactos sociais, econômicos, urbanos e criativos. Para isso, é necessária uma atitude de abertura, flexibilidade e habilidade para pensar de modo transversal as disciplinas e os limites da cidade. A questão que se levanta, então, é como as cidades podem se preparar para criar este ambiente favorável à criatividade e quais são as ferramentas disponíveis para que estes ativos criativos sejam potencializados. Para Steven Milles,

> As cidades são lugares onde as pessoas lutam para superar os efeitos negativos do passado e as circunstâncias atuais e se esforçam para criar um sentido no lugar em que a história as colocou (...). Nesse sentido, a revitalização movida pela cultura gira em torno do patrimônio cultural, e não apenas da história. Gira em torno do modo como as pessoas se veem e veem seu lugar nesse mundo, e não na simples história linear (...) como produto de seu passado (MILLES, 2014 p. 127).

Tendo em vista a crise que o planejamento urbano atravessa, ao não conseguir produzir respostas e processos efetivamente transformadores para a maioria das populações das cidades, cabe pensar outras formas de estruturar as ações planejadas. Seu principal instrumento, o Plano Diretor, se tornou um objeto de disputa entre as forças do mercado imobiliário e do poder público quase como símbolo fetichista de controle territorial, afastando a população de suas instâncias de elaboração e deliberação, atendendo a interesses específicos de elites econômicas cada vez mais imbricadas internacionalmente através de redes de financiamento e de financeirização do território, produzindo espaços bem adaptados para receber investimentos massivos de fundos de investimento que pouco se relacionam com as realidades territoriais nas quais fazem seus aportes. Esse caminho passa necessariamente por ressignificar arte e cultura como a manifestação das formas de vida das pessoas que ocupam os territórios, ao invés de

produtos e mercadorias, e compreender as dinâmicas e as relações sociais que constituem as diferentes formas de construção das cidades.

Durante esta pesquisa foram explorados alguns caminhos possíveis para responder a estes desafios. Faz parte deste processo investigativo a elaboração de novas epistemologias de Economia Criativa e de Cidades Criativas, mais relacionadas ao Sul Global e às necessidades das populações que não fazem parte das nações centrais do capitalismo. Compreender que nossas cidades devem se apropriar de sua herança comum, de novas relações com a natureza e com o meio ambiente, e que nossas respostas para esses desafios serão dadas por nós mesmos em conjunto com nossas comunidades, é um enfrentamento necessário para esse momento atual de valorização do individualismo e de dependência.

1.1. Objetivos

O objetivo central desta pesquisa é estabelecer um dispositivo organizacional para a elaboração e implementação do planejamento territorial e urbano que considere os arranjos culturais e artísticos no âmbito do que se convencionou chamar de “economias criativas” e que concorrem para a formação das chamadas “cidades criativas”. Ao se discutir os aspectos essenciais, as estratégias e seus respectivos instrumentos para a utilização no planejamento territorial e urbano em cidades brasileiras, espera-se que esta tese possa contribuir para o estabelecimento de medidas protocolares para posterior aplicação nos municípios brasileiros, com vistas a dar alcance às iniciativas alternativas frente às medidas prioritárias que, em geral, são levadas a cabo nos métodos tradicionais. Ao considerar estes pressupostos, a tese foi desenvolvida visando construir as bases metodológicas para novos procedimentos no campo do planejamento territorial e urbano, vinculando-as aos postulados apontados no âmbito da chamada “economia criativa”. Ao corroborar as indicações de uma crise do planejamento que se associa à crise do modelo de bem-estar social, este trabalho busca construir alguns caminhos para se pensar o planejamento territorial e urbano enquanto uma alternativa à organização espacial das sociedades contemporâneas. Pretende-se, portanto, que esta tese responda de modo propositivo aos novos pressupostos do planejamento territorial e urbano, para além das constatações acerca de suas limitações atuais.

Como objetivos secundários, a pesquisa busca:

- Ampliar o conhecimento mais sistematizado sobre os casos em que a economia criativa passou a ser foco importante das políticas públicas, observando estratégias, ações desenvolvidas, atuações compartilhadas entre Poder Público e sociedade e possíveis impactos desta realização nos municípios brasileiros;

- Discutir como o tema tem sido tratado nos fóruns e organismos governamentais e sua relação com as características intrínsecas à chamada 4ª Revolução Industrial (SCHWAB, 2016) procurando evidenciar qual é o pensamento e os discursos subjacentes relacionados com a economia criativa.
- Estabelecer elos e consonâncias entre as ações relacionadas à economia criativa com a realidade físico-territorial e a produção do espaço urbano nas cidades do Sul Global a partir de novos referências e epistemologias, observando possíveis relações com o planejamento territorial desenvolvido.
- Demonstrar que as ações e atuações realizadas no âmbito da economia criativa podem ser indicativos para estruturar ferramentas de planejamento urbano e territorial com vistas a aplicações em processos planejados no nível local. A partir dos resultados obtidos, recomendações acerca de como o planejamento territorial e urbano pode contribuir com ferramentais específicos corroboram também este objetivo.

1.2. Hipóteses

Parte-se da hipótese de que o conceito de Cidades Criativas, ou seja, aquelas que se utilizam da economia criativa vinculada ao campo das artes e da cultura, aplicado em cidades brasileiras, pode contribuir para a transformação socioeconômica e para uma vida de qualidade de seus habitantes. Subsidiariamente a esta hipótese, busca-se comprovar que estes aspectos passam a ganhar uma dimensão substancial no campo do planejamento territorial e urbano em consideração à crise atual do planejamento pós-reforma urbana.

No âmbito desta hipótese, supõe-se que, ao ganhar força, a Economia Criativa, baseada na arte e na cultura, deve ter mais destaque no campo do planejamento territorial e urbano o que pode, em certa medida, modificar a estrutura, concepção, arranjo e método na formulação de planos e estratégias de desenvolvimento urbano. Ao colocar a cultura e a criatividade como eixos de seu desenvolvimento, as cidades apostam em uma vertente inovadora. Uma cidade não é apenas criativa. A criatividade deve fazer parte de um processo, deve estar inserida no seu dia a dia, pautando a tomada de decisões e transformando para melhor a qualidade de vida de seus habitantes. A falta de indicadores e índices para a realidade das cidades brasileiras que sustentem estas transformações faz com que esta decisão seja tomada ou de forma a favorecer determinados grupos de interesses específicos, aumentando ainda mais as condições presentes de desigualdades e de concentração de renda e poder, ou com muitos olhares de desconfiança e correndo grandes riscos destes projetos serem interrompidos. Copiar modelos, buscar atalhos em empreendimento icônicos ou na criação de *slogans* mais “atrativos”, “modernos” ou

"vendáveis", não deve ser o objetivo quando se tem a cultura de um lugar como filtro para a seu desenvolvimento. Antes de serem apenas políticas instrumentais de desenvolvimento econômico, a construção de Comuns a partir das artes e da cultura pode se revelar como um eixo relevante de mudança paradigmática em todos os aspectos abarcados hoje pelo planejamento territorial e urbano, desde problemas de saneamento até questões relacionadas à mobilidade nas cidades, passando por toda a sorte de ferramentas legais e de ações comunitárias.

É necessário olhar de maneira crítica para a forma como o planejamento urbano e territorial se deu no Brasil, com seu caráter compreensivo e estruturado de forma a atender às questões relativas à Segunda Revolução Industrial e às dinâmicas de uma cidade industrial e da relação do operário com ela. A ideia de uma sociedade moderna, reformista, utópica, estruturou - e ainda estrutura - o pensamento intrínseco do planejamento territorial e urbano, tendo seus principais desdobramentos cristalizados no Estatuto da Cidade e nos modelos de Planos Diretores que ainda são peças importantes do marco institucional do planejamento no Brasil. As velhas questões da modernidade como habitação, saneamento, serviços públicos básicos que passam pelo escopo do planejamento territorial e urbano e que são, em geral tratados, pelos planos diretores, ainda são problemas não resolvidos no Brasil, o que torna o planejamento compreensivo ainda relevante (CALDAS, 2015; CARVALHO, 1978). Estruturar uma base conceitual que apresente alternativas aos conceitos dominantes atuais, tais como o desenvolvimento, a natureza como infindável fonte de recursos, o bem-estar social como forma de mitigação dos impactos do capitalismo ou a arte, a cultura e a criatividade como recursos a serem explorados de forma não utilitarista é um passo essencial e necessário para que se estabeleçam novos critérios de organização da produção da vida social, econômica e política de nossas sociedades.

Com a derrocada do Estado de Bem-Estar Social e o recrudescimento do neoliberalismo - que traz de novo ao poder governos ultraliberais e de extrema direita - e uma aceitação passiva de acordos "possíveis" em nome da governança ao invés de propostas realmente transformadoras das realidades, há um desafio iminente em promover um giro na compreensão do mundo pela sociedade e isto passa pela formação educacional e cultural. A autonomia[1], conceito essencial para o desenvolvimento pela ótica de Celso Furtado, é uma chave importante para subverter os efeitos perversos do neoliberalismo, mas para isso é necessário pensar estratégias e o planejamento urbano é uma ferramenta. Se considerarmos que não há mudança social sem mudança espacial, pois estão intrinsecamente interligadas, o planejamento territorial e o modo de construir novas formas de ocupar o espaço pode ser um caminho. Esta pode ser a chave para

[1] A autonomia é também um atributo explorado pelo filósofo grego Cornelius Castoriadis, conforme discutido por Bonfim, (2019) e por Souza (2002)

alavancar a possibilidade de enfrentar os problemas não resolvidos da Segunda Revolução Industrial, já que as soluções coletivas podem passar pelas organizações sociais e contribuir para a transformação dos espaços público e coletivo.

Com o desenvolvimento do capitalismo e o desdobramento das Terceira e Quarta Revoluções Industriais, introduzindo a informática, os processos eletrônicos, a internet, a inteligência artificial aliada à automação, e à descentralização das cadeias produtivas no campo do trabalho, novos modelos de produção estão sendo inseridos na dinâmica das sociedades que passam a disputar não apenas as empresas e indústrias vinculadas às transformações de reservas naturais em produtos e serviços, mas a concorrer internacionalmente para atrair uma pretensa "classe criativa". Pessoas capazes de produzir as inovações, direcionar os rumos das economias do século XXI e que, dificilmente serão substituídas no exercício de suas funções pelos processos da Quarta Revolução Industrial promoveriam um desenvolvimento sustentável, inovador, tecnológico e criativo, engajando-se na grande mudança que ruma às aspirações e necessidades das sociedades neste século. Estas sociedades passam a buscar desempenhar papeis mais decisivos na inteligência da produção e menos na produção em si. A questão da inovação vinculada às "outras indústrias", como a própria indústria cultural são parte destas mudanças, recolocando o desafio de se modificar o paradigma do desenvolvimento e do planejamento urbano que se estrutura na cadeia produtiva da indústria, como geradora de empregos e de receita (FLORIDA, 2005, 2012; FURTADO, 1964, 1974, 2009; HARVEY, 2014; HESMONDHALGH; PRATT, 2005; LANDRY, 2008, 2012; PRATT, 2011; RIFKIN, 2014; SCHWAB, 2016).

Greffe (2015), apresenta as novas formas pelas quais os grupos criativos têm se associado, muito diferentes das organizações e empresas tradicionais. A necessidade de novos usos para os espaços já existentes, de acesso constante à internet de banda larga, de um papel essencial da cocriação e de comunidades virtuais, de usos diferentes para o espaço público, tende a modificar enormemente como as cidades organizam seus espaços. Na medida em que estas mudanças ocorrem, mudam as formas de organização social: a vinculação aos novos *clusters* produtivos, a informalidade, a terceirização, a precarização crescente e o próprio recuo do Estado nesta nova etapa do neoliberalismo. Munhoz ressalta que:

> Sob essa ótica, torna-se evidente a transformação urbana que um projeto cultural pode trazer a um município, algo que se revela tão poderoso quanto uma revitalização de espaços públicos, por exemplo. Intervenções físicas sem o envolvimento das pessoas – a troca de um pavimento, a colocação de um banco, uma nova árvore – compartilham da mesma dimensão de importância que uma festa literária. Considerando-se que o uso vem antes da configuração física de um projeto, desaparece a ideia de que há a formulação, o

> desenho, a construção e só depois da participação popular (MUNHOZ, 2011, p. 85).

Como salvaguarda de um capitalismo tardio, em crise, surgem iniciativas que, ora, podem ser chamadas de inovadoras, ora, são apenas uma resposta desesperada diante da crise crescente e congregam todos os possíveis aspectos de uma nova indústria crescente que, no caso das cidades, vincula-se ao universo da cultura e do turismo. O Planejamento voltado para a atração de megaempreendimentos esportivos, como a Copa do Mundo, as Olímpiadas, ou grandes empreendimentos de arquitetos renomados, resultando em projetos com consequências gravíssimas para as populações que ocupavam estas áreas nas cidades, como o Porto Maravilha no Rio de Janeiro, é a faceta perversa deste modo de realizar o urbanismo que se utiliza da cultura na sua vertente ideológica. É possível relacionar esse movimento e o desenvolvimento do ideário sobre Economia Criativa e das Cidades Criativas. A origem destas iniciativas pode estar associada a esta arrancada de um novo patamar da economia, com o aumento da capacidade de renda de uma parcela da população, o aumento da circulação monetária nos outros circuitos de capital e uma forma de reposicionar a sociedade no mundo do trabalho. Caso notório é o da rede de cidades criativas da Unesco – que se propõe a ser uma forma de trocar experiências e conhecimentos, mas acaba se revelando como uma nova forma de dominação e dependência - algo que certamente engloba todo o mundo neste circuito, incluindo o Brasil (BARBASSA, 2017; BOYKOFF, 2017; DAVIS; THORNLEY, 2010; FERREIRA, 2017; GOLDBERG-MILLER, 2019; GUILHERME, 2018; MARICATO et al., 2015; OLIVEIRA; ESSEX, 2017; PRATT, 2011; SÁNCHEZ, 2001a, 2001b; SELDIN, 2015). Mediante este contexto, é importante compreender a questão cultural como algo inerente às manifestações vitais de qualquer ser vivente na sociedade e que agrupa e agrega as pessoas. Embora invisível, porque longe dos dados oficiais produzidos, trata-se de um potencial meio de reversão das formas tradicionais de produção no mundo do trabalho e da economia.

É importante destacar que, para além do viés econômico, ao colocar a cultura no processo de construção das cidades, é possível gerar iniciativas que favoreçam o fortalecimento de comunidades e associações, o incremento da qualidade de vida através de atividades ao ar livre, valorizando o espaço público, além de ações que promovam o orgulho cívico e a diversidade de culturas. Segundo Reis (2011a), entende-se que uma cidade criativa apresenta três características essenciais: a cultura, as conexões que ela estabelece e a inovação, ou a aplicação da criatividade. A cultura é para que a cidade se reconheça, saiba de onde veio, quem são seus habitantes, como eles se manifestam e como vivem, sendo essencial para que não percamos nossa essência, aquilo que somos, para além de seu impacto econômico e pelo ambiente propício à inovação e à criatividade que ela cria. As Conexões, físicas e digitais, públicas e privadas, locais

e globais permitem que ideias e pessoas fluam livremente e sejam potencializadas. Ter respostas para questões relacionadas à mobilidade, ao acesso às informações, à troca de ideias, são essenciais na era da informação. A Inovação, por fim, viabiliza que todo este caldo se forme, de modo que toda a sociedade se beneficie, gerando melhor qualidade de vida para seus habitantes. As inovações podem ser tecnológicas, sociais, culturais e econômicas, o que demanda uma percepção aguçada para oportunidades que já existem e que podem não estar sendo aproveitadas. A inovação é a concretização da criatividade. Ao estabelecer relações entre as artes e a cultura com o urbanismo, se torna possível atingir objetivos econômicos, sociais, ambientais e comunitários. Reis estabelece uma distinção clara entre as duas visões, uma com a instrumentalização da cultura e sua colonização pelos sistemas – o *City Marketing* – e outra levando em consideração a cultura como parte de uma política ampla de desenvolvimento urbano, com uma articulação de estratégias cultural, social, econômica, educacional, turística, tecnológica, - a Cidade Criativa - conforme mostra o quadro elaborado pela autora:

Tabela 1 - Do Marketing Urbano à Cidade Criativa

	City Marketing	Cidade Criativa
Cultura como...	Espetacularização	Diferenciação/singularidade
Criatividade	Copiada (exógena)	Produzida (endógena ou endógena + exógena)
Papel do Simbólico	Representação para atrair turistas e investimentos	Expressão, atraindo turistas e investidores por decorrência
Objetivo	Financeiro; máquina de crescimento urbano	Transversais/urbanos (econômico, social, ambiental, cultural)
Papel da arquitetura icônica	Ostentatório; mimético	Ponta de lança de um processo basilar
Beneficiários	Investidores e camadas políticas	Setores amplos da sociedade (incluindo investidores e camadas políticas)
Papel da Sociedade	Ausente	Apropriação
Cidade como...	Produto/projeto, pontual	Processo, contínuo
Mote	Exclusão	Inclusão

*Fonte: (*REIS, 2011, p. 60) elaborado pelo autor

Espera-se que uma proposta endógena de significação da vida, de ressignificação do bem comum, da vida em sociedade, das formas de produção, da relação com a natureza, com o meio ambiente e com a organização social, buscando combater o utilitarismo e a mercantilização de todos os aspectos da vida, produza melhor condições de vida para aqueles que se propuserem a adotar práticas de planejamento relacionadas com as cidades criativas.

Os projetos elaborados dentro deste viés passam a fortalecer valores culturais e preservar a história e o patrimônio, a construir a identidade da comunidade e o senso de pertencimento, a aprimorar o engajamento comunitário e a participação além de aprimorar a vitalidade econômica. A *American Planning Association* publicou uma série de artigos destinados a auxiliar os urbanistas a desenhar projetos que tenham a arte e cultura como eixo para o desenvolvimento das comunidades. O quadro a seguir demonstra a capacidade de penetração destes projetos nas sociedades agrupada em quatro grandes categorias (social, econômica, ambiental e comunitária) elencando objetivos, exemplos de atividades e quais os atores envolvidos:

Quadro 2 - Categorias, Objetivos do Planejamento, Exemplos de Atividades e Atores

Categoria	Objetivos do Planejamento	Exemplo de Atividades	Atores
Social	• Preservar o Patrimônio Histórico e Cultural de um lugar; • Proporcionar um melhor entendimento e apreciação da diversidade cultural de uma comunidade; • Facilitar as conexões entre ou reduzir as barreiras entre grupos diversos (por exemplo, diferenças de idade, grupos étnicos, classes socioeconômicas).	• Engajar os residentes de uma comunidade na gravação ou em exercícios de contação de história para identificar necessidades e valores em comum; • Criar e permitir murais comunitários ou outras formas de arte pública para validar ou celebrar o passado • Organizar um festival comunitário para celebrar a diversidade cultural; • Promover programas artísticos e culturais, como oficinas, aulas interativas e apresentações para encorajar o entendimento e o cuidado com o contexto histórico e cultural de uma comunidade; • Uso cultural e não cultural de lugares para facilitar a participação de diferentes partes da comunidade.	• Urbanistas • Organizações Sem Fins Lucrativos • Associações de Bairros • Artistas • Indivíduos • Patrocinadores • Gestores
Econômica	• Desenvolver e expandir as oportunidades econômicas locais para membros da comunidade;	• Criar e providenciar mapas, placas, sinalizações e outros produtos para educar os	• Urbanistas • Desenvolvedores Econômicos • Engenheiros

Categoria	Objetivos do Planejamento	Exemplo de Atividades	Atores
	• Garantir moradia de qualidade e a preço acessível para todos os membros da comunidade; • Atrair negócios, novos moradores e visitantes; • Prover ou facilitar o transporte público.	consumidores sobre os negócios locais e comunitários; • Uso da arte pública como incremento da paisagem para aumentar o tráfego em corredores subutilizados • Prover ativos culturais em novos empreendimentos de moradia de baixa renda; • Encorajar o uso do transporte público, inclusive garantindo a sua segurança; • Criar espaços de trabalho/moradia; • Criar incubadoras para empreendedores individuais, incluindo artistas.	• Investidores • Grupos de Investimento • Organizações sem fins lucrativos • Artistas • Instituições Financeiras • Gestores • Moradores • Visitantes e Turistas.
Ambientais	• Preservar e aprimorar a identidade e características locais; • Preservar e proteger os parques e espaços públicos comunitários; • Restaurar, proteger e preservar os corpos d'agua comunitários; • Implementar práticas sustentáveis; • Encorajar práticas saudáveis, incluindo viagens amigáveis a bicicleta e ao pedestre, atividades ao ar livre, etc.	• Integrar a arte pública nos transportes, parques, praças e infraestruturas de água e esgoto • Engajar a comunidade em explorações multidisciplinares sobre a degradação do ambiente e a preservação através de performances comunitárias e festivais; • Mapear, inventoriar e reconhecer as características artísticas e culturais da comunidade; • Encorajar práticas de emissão-zero em festivais, espaços públicos, restaurantes, hotéis, etc.; • Localizar ou desenvolver espaços de apresentações e de reuniões nas rotas do transporte públicos; • Incluir o incentivo a práticas sustentáveis em regulamentações de renovação de espaços • Reutilizar e preservar de maneira criativa as estruturas históricas.	• Urbanistas • Organizações Sem Fins Lucrativos • Profissionais de Design • Artistas • Ambientalistas • Empreendedores e construtoras • Gestores
Comunitárias	• Engajar o público em processo transparentes de planejamento para identificar as demandas	• Uso interativo, online de fóruns comunitários; • Empoderar e engajar grupos de jovens e adultos diversamente étnicos e raciais para participar	• Urbanistas • Organizações sem Fins Lucrativos • Negócios Locais

Categoria	Objetivos do Planejamento	Exemplo de Atividades	Atores
	atuais e futuras da comunidade; • Promover o orgulho da comunidade e o conforto de um lugar.	das decisões do planejamento através de ferramentas inovadoras como o desenho, a escultura, a modelagem e a pintura; • Engajar artistas a prover ou ajudar a desenvolver uma visão.	• Associações de Moradores • Artistas • Indivíduos

Fonte: (HODGSON, 2011), elaborado pelo autor

O planejamento territorial baseado nas artes e na cultura não é aquele feito a partir de eventos ou construções icônicas, mas sim aquele que parte dos usos, costumes e modos de vida das pessoas que habitam determinada região e propõe alternativas para melhorar a vida dos que vivem naquele local. Ele é um processo de pesquisa, escuta, reconhecimento e ação conjunta. Ao contrário do pensamento utilitarista e de que as ações devem levar a economia sempre em consideração, o planejamento baseado nas artes e na cultura vê a economia como uma das ferramentas possíveis para proporcionar a transformação e a melhoria da vida das pessoas. Conforme Furtado (2008) aponta, o conceito de necessidade humana não possui significado preciso e é definido de acordo com a conveniência dos meios. Com isso, cria-se condição para uma perversa troca de função em que a economia se torna fim ao invés de meio para atingir o desenvolvimento. "A Liberdade assume o caráter de instrumento" (FURTADO, 2008, p. 164) ao invés do fim a ser almejado. O subdesenvolvimento e a dependência são, para Furtado, manifestações culturais de uma sociedade voltada e orientada para a propagação da civilização industrial. O momento de crise do capitalismo que vivemos atualmente não é outra coisa que não o sucesso deste modelo de exploração do excedente e sua consequente concentração de renda e poder. O planejamento territorial, com os seus mecanismos de "ordenar" a produção do espaço, deve adotar como premissa um novo método que traga de baixo para cima este "caldo" e que seja a espinha dorsal para se pensar um outro método de se planejar as cidades, não mais em vínculo com a indústria manufatureira fordista (de produção de mercadorias e bens duráveis), mas a partir da produção cultural vinculada à sua população.

1.3. Materiais e métodos

A pesquisa foi realizada utilizando o *Design Science Research* como principal procedimento metodológico. A elaboração de um conjunto de procedimentos e indicadores que possam servir de base para estratégias de planejamento territorial que busquem se associar ao conceito de cidades criativas se deu através de revisão de literatura, de pesquisa documental, especialmente para a análise da criação das políticas integrantes da Parte 2 desta tese, e da argumentação lógica. A construção da argumentação se deu a partir das bases do conhecimento, utilizando-se as estratégias de revisão crítica ou "*critical review*" como

forma de estabelecer critérios quantitativos e qualitativos para a elaboração do arcabouço teórico a qual esta tese se relaciona. Dessa forma, a pesquisa estrutura-se a partir de três prismas de análise que formam uma visão mais ampla do campo pesquisado: ponto de vista econômico; as possibilidades de participação e decisão das comunidades envolvidas e o ponto de vista das políticas culturais e de suas aplicações no território.

A formulação econômica contou com conceitos de Celso Furtado, de Milton Santos e de Amartya Sen. A concepção de Celso Furtado enxerga o processo de desenvolvimento de forma multifacetada no qual a acumulação e a inovação deveriam se articular com os valores específicos de cada coletividade. Eliminar a ideia de meios substituindo os fins, procedimento responsável pela criação das relações de dependência, subdesenvolvimento e de acumulação "infinita", é estrutural para se repensar o desenvolvimento econômico a partir da cultura. O enriquecimento material sem o acompanhamento do enriquecimento cultural ou, de maneira ainda mais danosa, em detrimento e em prol da degradação do patrimônio cultural de um povo, produz distorções que comprometem o desenvolvimento da vida social. Os agentes que operam em função de valores estabelecidos por grupos dominantes acabam por sufocar e alterar o comportamento dos demais grupos, agindo em busca do benefício próprio. Furtado acredita que esta relação pode ser quebrada na valorização das especificidades dos locais (FURTADO, 2008). Combinado ao pensamento de Celso Furtado, Milton Santos também é mais um pilar metodológico no tocante, especialmente aos circuitos espaciais de produção (SANTOS, 2021) e a questão da divisão internacional e interna do trabalho (SANTOS, 2005). Completando a análise por uma outra visão de desenvolvimento econômico em que o crescimento não pode ser considerado um fim em si mesmo, mas tem de estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento das liberdades, pretende-se transformar os campos de análise para além dos padrões já estabelecidos e que impedem a construção de sociedades autônomas, independentes e deliberativas de seus desenvolvimentos (SEN, 2000).

Para os estudos relacionados à participação das pessoas e comunidades envolvidas, o método proposto filia-se, a uma primeira entrada, ao Municipalismo Libertário de Murray Bookchin e sua teoria de Ecologia Social (BOOKCHIN, 2010a). A constituição de comunidades autogeridas, formadas a partir de temas em comum, que se relacionam com outras comunidades também autogeridas e independentes a partir de seus interesses comunitários apresenta uma forma alternativa de se elaborar os processos de planejamento territorial de maneira oposta às práticas hegemônicas atuais e que homogeinizam a diversidade presente nos territórios, anulando as singularidades essenciais para se pensar o planejamento a partir da cultura. Uma segunda camada é a das comunidades-rede e dos atores-rede de Latour (2012) por sua compreensão de que as comunidades se formam exatamente na ação de seus atores-rede em

formar as comunidades, em oposição a grupos pré-estabelecidos que deveriam representar parcelas da população. As relações sociais criadas nestas comunidades se apoiam tanto na Teoria da Ação Comunicativa (TAC) de Habermas (2012), especialmente na identificação dos subsistemas que buscam colonizar o Mundo da Vida, assim como, por outro lado, no agonismo democrático de Mouffe (2005). Embora já muito criticada pela literatura que trata das teorias contemporâneas de planejamento por atribuir à obra de Habermas uma defesa, de certa forma ingênua, da busca de consensos e persuasão nos processos de participação social no âmbito do planejamento (SOUZA, 2008), o próprio autor assume que sua teoria é "vacinada" contra as tentativas de aplicá-la à realidade o que, de certa forma, refuta tais tipos de constatações. Ocorre, entretanto, que o veio metodológico habermasiano possui pertinência nas explicações acerca da conformação da lógica associativa, muito cara nas análises que se pretendem realizar acerca dos movimentos de cooperação na economia criativa das localidades. Assim é que o Mundo da Vida e os subsistemas são códigos importantes para a formulação dos pressupostos de análise, considerando, inclusive as medidas do que hoje alguns autores denominam de decolonização (WALSH, 2009) para confrontar os processos que Habermas indicou como "colonização do Mundo da Vida" pelos subsistemas (GUTIERREZ e ALMEIDA, 2013; SILVA, 2003). Mouffe, através de uma proposta de radicalização da democracia, destaca a importância do tensionamento das ideias e propostas como maneira de fortalecer processos democráticos por meio do pluralismo para, por fim, construir processos efetivamente participativos em que o dissenso representa a força motriz que impulsiona a atuação política dos cidadãos.

Uma terceira entrada, mais vinculada ao tema, associa-se à concepção de Charles Landry, para quem cultura e criatividade estão interligadas e que a cultura é a panóplia de recursos que mostram que um lugar é único e distintivo. O autor ressalta que a tarefa dos urbanistas é reconhecer, explorar e gerenciar esses recursos ajudando-os a crescer (LANDRY, 2008). Derivado destes veios metodológicos, a pesquisa se debruçou e estabeleceu o conceito ampliado de cultura que será utilizado de base para a investigação dos dados. A cultura como base para o planejamento territorial baseia-se em três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. A dimensão simbólica refere-se ao "cultivo" da diversidade expressa nas práticas sociais, modos de vida e visões do mundo. A dimensão cidadã reconhece o acesso à cultura como um direito, vital para a qualidade de vida e autoestima. Na dimensão econômica, destaca-se o potencial da cultura como impulsionadora do desenvolvimento econômico. A criação de comunidades e redes baseadas em culturas comuns dá às comunidades a autonomia de definir suas práticas e se fortalecer. No entanto, tanto a conceituação de cultura nestes termos, quanto a implementação enfrenta desafios burocráticos, evidenciando o conflito entre fazer cultural e utilitarismo. A cultura no Brasil

frequentemente se justifica por externalizações positivas, perdendo sua legitimidade intrínseca. A atribuição de uma função utilitária instrumentaliza a organização cultural, submetendo-a a lógicas burocráticas e econômicas. Isso nega a cultura como direito e tende a comprometer sua essência. Por vezes, os valores positivos da cultura são transformados em produtos que esvaziam seus sentidos originais e se voltam contra aqueles que tradicionalmente a produzem no território, levando à gentrificação e a predação territorial, desvirtuando e segregando aquilo que se pretendia potencializar. O planejamento territorial que se baseie em uma economia criativa brasileira deve ser guiado, entre outros, pelos princípios de inclusão social, sustentabilidade, inovação e diversidade cultural.

O *Design Science Research*, também conhecida como a ciência da "artificial" busca se situar no chamado método abdutivo, ao sugerir o que pode tornar a ser uma determinada realidade, ou mais objetivamente, um determinado produto, em detrimento dos métodos tradicionais, indutivo, dedutivo ou hipotético-dedutivo. Neste sentido, a pesquisa se ancora nos procedimentos descritos por Simon (1996), que apresentou os pressupostos teóricos da chamada "ciência do artificial"; Gibbons et al (1994), que defendem, a partir de uma produção do conhecimento reflexivo, a construção de um novo conhecimento que seja mais útil e aplicado; March e Smith (1995) que propuseram a aplicação do método na área dos sistemas de informação e Van Aken (2004), que buscou aportar as pesquisas na área de gestão e nas organizações de forma geral, o que se enquadra, neste caso, com as intenções indicadas neste projeto (DRESCH; PACHECO LACERDA; JÚNIOR, 2015). O método proposto está baseado em critérios essenciais que passam pela criação de um novo "artefato" em resposta a um problema identificado; a avaliação quanto à eficácia dos resultados alcançados pelo "artefato"; a garantia para o avanço do conhecimento na área em que se situa; a demonstração de que o "artefato" está adequado ao uso que foi proposto e a comunicação dos resultados para a comunidade científica. Embora estruturada em um conjunto amplo de pesquisadores que definiram variações nos procedimentos adotados, é possível indicar alguns dos procedimentos comuns utilizados no método: definição do problema; revisão da literatura ou busca por teorias existentes; sugestões de possíveis soluções; desenvolvimento; avaliação; decisão sobre a melhor solução; reflexão e aprendizagem e comunicação dos resultados.

O objeto principal desta pesquisa não é criar um "artefato" ou um produto como fórmula para um determinado problema, mas desenvolver um protocolo quanto aos procedimentos a serem adotados no planejamento territorial, revertendo as lógicas tradicionais vinculadas ao método compreensivo e sistêmico, que adotavam o plano urbano como principal componente do planejamento, como tem ocorrido no Brasil desde as primeiras décadas do século XX. É possível, entretanto, estabelecer adaptações, em conformidade com alguns pressupostos metodológicos adotados por outros autores,

considerando que esta pesquisa pretende desenvolver um desenho adequado de gestão dos processos. Assim é que os procedimentos que se orientam para o desenvolvimento de novos modelos metodológicos na gestão das organizações, como sugere Van Aken (2004) podem ser mais adequados que outros. Neste sentido, é importante destacar que o *Design Science Research*, ao se basear em um rigor na pesquisa, tanto no que diz respeito à aplicação do método quanto no tocante à avaliação dos resultados preliminares, deverá, neste caso observar algumas limitações que se referem ao próprio objeto a ser estudado. Assim é que, no campo do planejamento urbano, as mudanças no ambiente construído e na produção do espaço levam décadas, razão pela qual fica difícil avaliar os resultados quanto aos procedimentos adotados a partir de um novo modelo a ser adotado para consubstanciar as etapas do planejamento territorial. Assim é que a avaliação, neste caso, ficaria circunscrita, em sendo possível, a verificar a eficácia dos protocolos nas organizações públicas responsáveis. Considerando, entretanto, as limitações de tempo para uma avaliação experimental, pretende-se que esta pesquisa possa adotar esta fase, considerando algumas alternativas como a de Baskerville, Pries-Heje e Venable (2009)[2], que propõe o chamado S*oft Design Science Research* mais voltado à resolver problemas de organizações, como está centrada esta pesquisa e, havendo a possibilidade, aplicar uma avaliação descritiva, na qual se busca a avaliar a utilidade do artefato a partir da literatura e a partir da construção de cenários nos quais identifica as possíveis consequências vinculadas ao processo (DRESCH, 2015). Seguindo as orientações apresentadas em Dresch (2015), os passos a serem seguidos para a pesquisa, enquadrados neste delineamento compreendem:

1 – Identificação e caracterização do problema, considerando, principalmente, as questões relativas à crise do planejamento territorial e urbano vinculada à crise do sistema produtivo atual, para os quais a economia criativa e sua feição mais contumaz reproduzida nas chamadas “cidades criativas” podem orientar uma resposta o que permite a formulação do problema: como estruturar um método de planejamento territorial e urbano que esteja condicionado às novas mudanças produtivas e que se vincule aos achados sobre economia criativa.

2 – Revisão da literatura, diante da qual será complementado o conjunto de protocolos e mecanismos já conhecidos relacionados com o tema da economia criativa e de cidades criativas, além das problematizações, os caminhos percorridos e, além disso, as experiências relatadas. A revisão de

[2] O procedimento proposto pelos autores estabelece uma relação entre dois ambientes: o real e o abstrato, em constante diálogo entre os dois. No ambiente real, um problema específico deve ser delineado para ser confrontado com o problema geral, no ambiente abstrato. Os requisitos existentes para este problema são, em uma etapa seguinte, comparados com o problema específico explicitado, para a o qual, busca-se uma solução específica que, gera, posteriormente, um constructo.

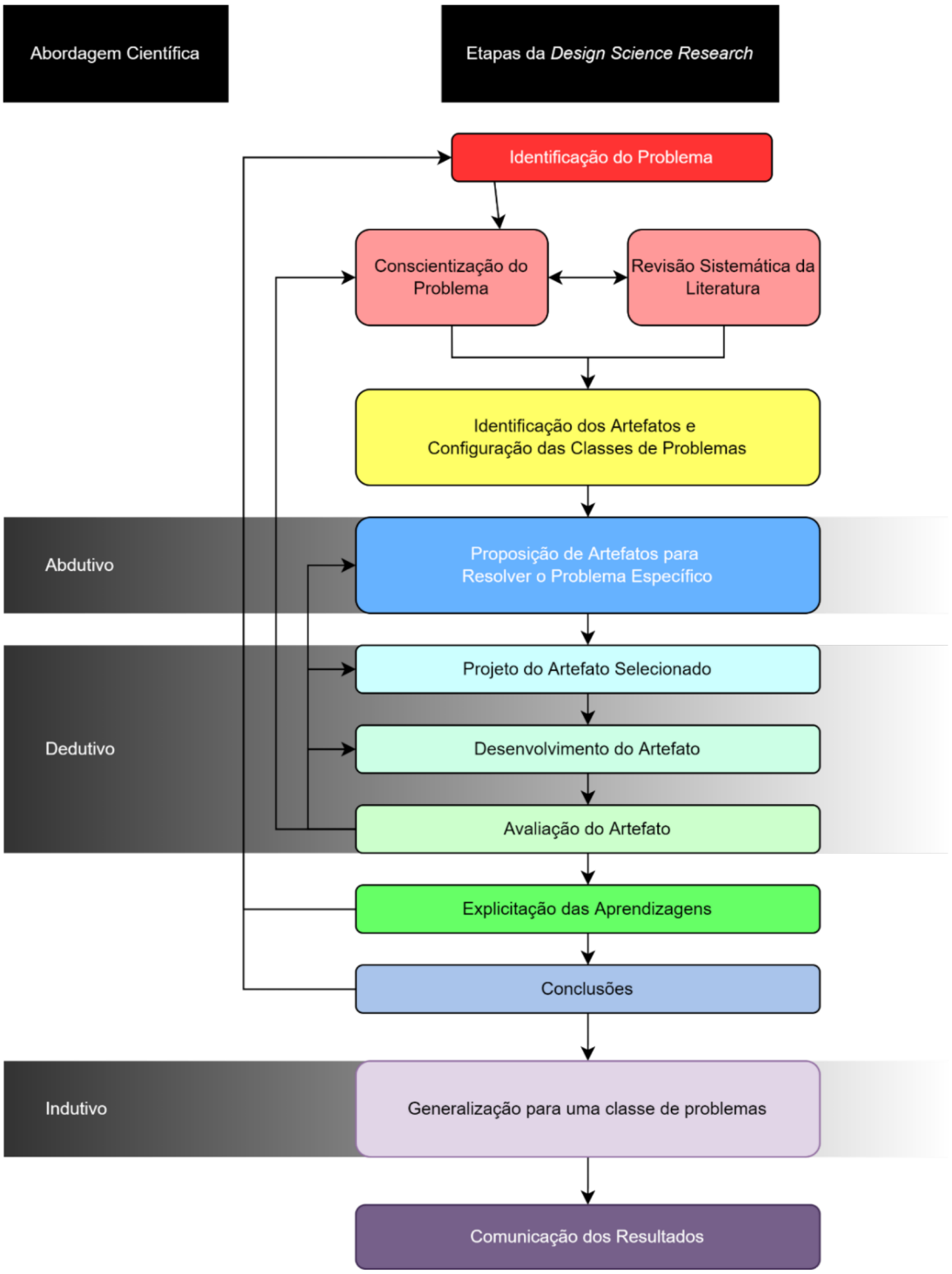
literatura, em conjunto com os estudos de caso, estabelecerá o principal substrato para o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos de planejamento territorial e urbano.

3 – Com a identificação dos métodos já existentes e das classes de problemas relatados nos itens anteriores, será possível chegar em uma proposta de constructo de procedimentos metodológicos no âmbito do planejamento territorial e urbano.

4 - Desenvolvimento de uma proposta e sua avaliação segundo os procedimentos já descritos acima, para os quais será possível combinar os resultados já alcançados com aqueles esperados para a pesquisa. A avaliação se deu a partir de duas oficinas, uma aberta ao público em geral e outra em âmbito acadêmico, buscando encontrar parâmetros para a validação dos processos metodológicos resultantes desta pesquisa.

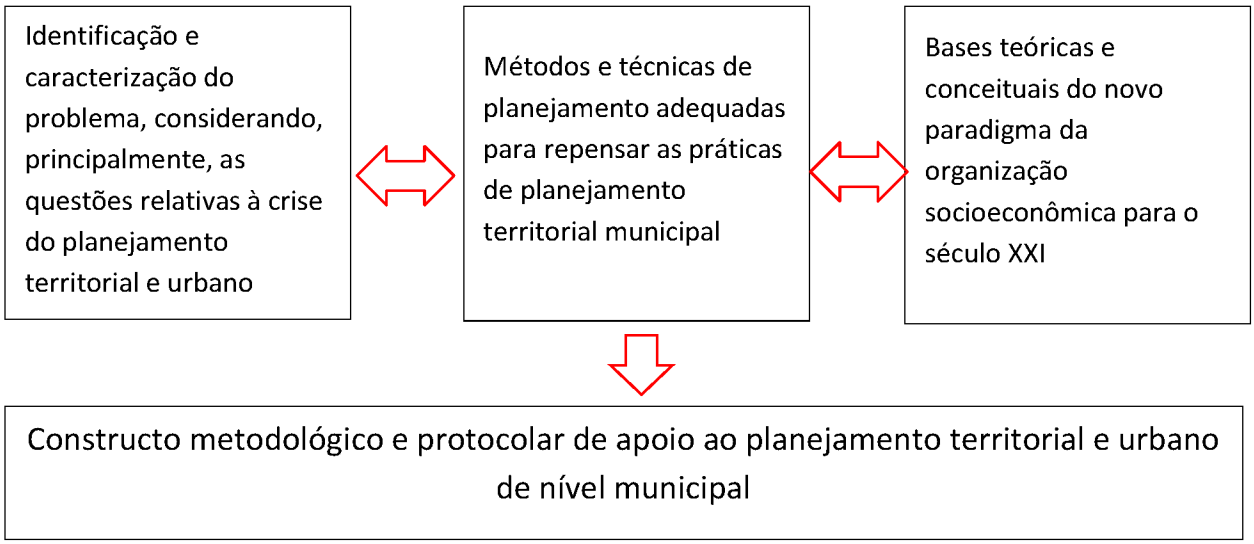
É preciso observar que o caminho metodológico proposto, ao considerar válida a proposta de um método protocolar que possa contribuir para o avanço nas práticas institucionais do planejamento territorial urbano no nível municipal, supõe que um conjunto de ideias, conceitos e princípios devem ser explicitados, evidenciando que a formulação deste constructo passa, necessariamente pela sua elucidação e conformação em uma lógica argumentativa. É por tal razão que os procedimentos utilizados buscaram combinar a revisão de literatura com a apreensão de conceitos e princípios importantes tomados como basilares para esta construção, tratados também de forma crítica a partir de uma discussão que se fez constante ao longo da formulação argumentativa. Assim é que a argumentação lógica também foi utilizada aqui como procedimento metodológico, seguindo o caminho estabelecido por Groat e Wang (2013). Os autores indicam que a argumentação lógica supõe a estruturação de uma explanação ampla de teorias como um fim em si mesmo, já que não há nada a ser comprovado em relação a elas, mas podem conformar uma composição lógica que estruturará a deste método protocolar. A avaliação foi realizada em uma oficina na FECFAU da Unicamp com diversos representantes do Poder Público, profissionais liberais, representantes de da sociedade civil organizada e de classe, acadêmicos e alunos da universidade, com experiência em participação em processos de elaboração de Plano Diretor. O Constructo foi avaliado a partir de uma explanação expositiva das principais referências que amparam esta tese e por uma dinâmica de *World Cafe* que possibilitou registrar a avaliação conjunta de todos os participantes.

Diagrama 1 - Etapas da Design Science Research



Fonte: (DRESCH, 2015), elaborado pelo autor

Diagrama 2 - Etapas da Soft Design Science Research aplicadas a esta tese



Fonte: elaborado pelo autor

Desta forma, esta tese está estruturada em três partes divididas em seus respectivos capítulos respeitando os procedimentos da metodologia *Design Science Research*. A primeira parte busca identificar o problema a que esta tese busca apresentar soluções. A segunda parte faz uma análise crítica dos conceitos de Economia Criativa e de Cidades Criativas e a terceira é dedicada à construção dos procedimentos para um planejamento territorial baseada em arte e cultura.

Dois capítulos estão incluídos na **primeira parte, denominada "Identificando o problema":** o capítulo 1: *"A crise do planejamento e o mal-estar social"* discorre sobre a aparente contradição entre os elevados níveis apontados pelos indicadores econômicos e sociais, atingindo níveis nunca antes alcançados na história da humanidade e a permanente e insistente sensação de mal-estar[3]. Argumenta-se que a produção do mal-estar é produto produzido e estimulado, sendo necessário para a manutenção e aprofundamento do neoliberalismo. Esta produção de mal-estar se revela nas mais diferentes esferas da sociedade, inclusive na forma como são idealizadas nossas cidades e se realiza o planejamento urbano, tratado, portanto, como ferramenta para a reprodução capitalista dos territórios. Foram apresentados exemplos deste mal-estar materializado nas cidades brasileiras, tendo os condomínios como sintoma latente deste estado através da produção de desejos artificiais que pouco condizem com as realidades locais e impactam enormemente nossas vidas. O segundo capítulo, *"O Planejamento urbano nas primeiras*

[3] Apesar dos avanços materiais, aumentaram também os índices de desigualdade e concentração de renda, especialmente nos países do Sul Global e nas periferias do capitalismo.

décadas do século XXI" analisa as bases do desenvolvimento do capitalismo durante o século XX e de que forma tem se configurado neste início de século XXI através da ideologia neoliberal. São analisados os impactos destas formas de produção material no urbanismo brasileiro trazendo uma contextualização histórica do planejamento urbano no Brasil, dos métodos e das ferramentas utilizados para a o ordenamento territorial dos nossos municípios. A partir dos movimentos pela Reforma Urbana, das disputas pelo direito à cidade e da construção do Estatuto da Cidade, constata-se que o planejamento urbano se encontra em crise por não conseguir efetivar mudanças necessárias através de seu principal instrumento de atuação: o plano diretor.

A Parte 2, "Economia criativa e cidades criativas: uma avaliação crítica" abrange três capítulos. O capítulo 3, "*Economia Criativa: sobre a cultura (ou o modo de vida das pessoas) e as cidades"* traça uma discussão sobre os conceitos fundamentais desta pesquisa: cultura, economia criativa e cidades criativas. São analisadas as diferentes formas de conceituação de cultura, desde seu conceito antropológico até sua vinculação com o utilitarismo e as possibilidades de dominação e opressão que a Indústria Cultural e o atual momento de Quarta Revolução Industrial e de Sociedade do Conhecimento, representam. O capítulo 4, *"Economia Criativa: analisando conceitos e práticas"* apresenta de maneira crítica e pormenorizada os casos paradigmáticos para esse campo: a experiência australiana do ***Creative Nation***, a inglesa do ***Cool Britania*** e de seu mapeamento das indústrias criativas britânicas. O conceito de "Classe Criativa" é apresentado e abordado a partir das implicações que se apresentam com este pensamento e uma análise crítica é realizada utilizando-se os conceitos de Pierre Bourdieu. Ao final do capítulo são abordadas as formas como os conceitos da Economia Criativa foram aplicados no Brasil tanto pela iniciativa privada como pelo poder público. São analisados os percursos que as políticas públicas de cultura percorreram durante o século XX e que possibilitaram a construção de um conceito de Economia Criativa brasileira. No quinto capítulo, "*Cidades Criativas - O nó crítico da economia criativa sob o fenótipo das cidades criativas"*, são discutidos os principais conceitos das cidades criativas e de que forma eles estão sendo implementados ao redor do mundo e nas realidades brasileiras, a começar pela Rede de Cidades Criativas da UNESCO. São propostos alguns caminhos metodológicos que possibilitem maior participação e poder decisório para as populações das cidades que buscarem se adjetivar como criativas em seu processo de planejamento. Este capítulo faz uma ponte para a terceira parte desta tese, a partir do subcapítulo "*Por uma outra criatividade"*, no qual se propõe uma abordagem alternativa, autônoma e endógena, que justifique a arte e a cultura como eixos de desenvolvimento das cidades.

A Parte 3, "Construindo uma fórmula: planejamento territorial e urbano pela via das cidades criativas" é constituída por três capítulos. O Capítulo 6, *"A necessidade da utopia"* apresenta as bases teóricas e

novos princípios de uma possível organização social no século XXI que estejam em sintonia com o novo paradigma socioambiental diante da crise humanitária e climática pela qual passa o planeta. Propõe-se uma reelaboração da concepção do planejamento urbano baseada em novas utopias, tendo o Bem-Viver, a produção de Comuns e o decolonialismo como bases desta fundamentação. Já o Capítulo 7, *"Navegando pelos Desafios Urbanos Contemporâneos: Rumo a um Novo Paradigma de Planejamento"* reúne algumas possibilidades metodológicas que podem ser adequadas a repensar o planejamento territorial e urbano que se enquadre nos pressupostos das cidades criativas. Hoje o plano diretor, como sendo o principal instrumento de ordenamento territorial se utiliza de procedimento descendente, e de "Planos de Atos Vinculantes para Todos", mas ao considerar os principais requisitos das chamadas cidades criativas, o procedimento ascendente[4] pode ser mais interessante, associado a algumas técnicas possíveis de serem aplicadas para a sua efetivação. A fundamentação teórica para a formulação dos procedimentos para o planejamento territorial proposto por esta tese é apresentada neste capítulo.

O capítulo 8, "*Buscando parâmetros: métodos e técnicas para a formulação de um planejamento territorial baseado em arte e cultura"* explora diferentes métodos utilizados em processos de planejamento, tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, além de organismos não governamentais, buscando elementos e técnicas que possam balizar o procedimento proposto. O texto discute a necessidade de um planejamento territorial que incorpore a arte e cultura das populações, afastando-se das abordagens tradicionais. São analisados métodos comuns, destacando-se os ativos e os Métodos Tradicionais e Ágeis de gerenciamento de projetos. A transição de cidades "industriais" para "criativas" é discutida, apontando desafios para planejamento territorial e urbano contemporâneos. O capítulo destaca falhas das estratégias tradicionais, que resultam em isolamento e especulação imobiliária. Propõe-se uma estrutura de planejamento voltada para cidades criativas sob outras bases e que considere a autogestão, a participação social e a abordagem "de baixo para cima". A visão de Bookchin é evocada para promover a construção de ***civitas*** em oposição à urbe. O texto conclui que não há uma receita única para cidades criativas, fornecendo princípios, ferramentas e procedimentos para orientar aqueles que buscam a construção ascendente de suas cidades com base em suas manifestações culturais.

[4] O Planejamento Ascendente busca encontrar as demandas e soluções para os problemas a partir da base da hierarquia, buscando maior engajamento dos participantes, um conhecimento mais detalhado do contexto de cada ação e maior flexibilidade na elaboração dos planos por visar atender às necessidades específicas de cada área. O Planejamento Ascendente se contrapõe ao Planejamento Descendente, normalmente baseado em objetivos estratégicos e diretrizes gerais elaborados pelos níveis hierárquicos mais altos e implementados nos níveis inferiores da organização. Estas diferenças serão mais aprofundadas e discutidas no capítulo 7 desta tese.

O capítulo 9*, "Por um novo planejamento territorial com base nas cidades criativas"* retoma os princípios da *Soft Design Science Research* de forma a sintetizar os conceitos apresentados nos capítulos anteriores em um constructo a ser aplicado tendo como base os três capítulos anteriores apresentados nesta parte 3. São abordados os elementos constituintes dos territórios criativos, as formas de abordá-los e reconhecê-los, bem como as estratégias voltadas para valorizar as manifestações já presentes nestes territórios. Os princípios que regem os procedimentos voltados para as cidades criativas, caracterizadas e reconhecidas dentro desta nova abordagem, as etapas para o processo de planejamento e algumas sugestões de ferramentas que podem ser utilizadas durante esse processo são apresentadas e discutidas, finalizando o ciclo metodológico proposto pelo Soft Design Research.

Por fim, o Capítulo 10, "Uma avaliação crítica do constructo", apresenta os resultados das avaliações feitas durante oficina realizada na UNICAMP em parceria com o CEUCI[5] com a participação de representantes do Poder Público, profissionais liberais, representantes de da sociedade civil organizada e de classe, acadêmicos e alunos da universidade, com experiência em participação em processos de elaboração de Plano Diretor. O Constructo foi avaliado a partir de uma explanação expositiva das principais referências que amparam esta tese e por uma dinâmica de *World Cafe* que possibilitou registrar a avaliação conjunta de todos os participantes. Chegou-se à conclusão de que os procedimentos elaborados são capazes de expandir as formas de participação na elaboração de processos de planejamento territorial, que o constructo tem potencial de atingir camadas de demandas e necessidades das pessoas que normalmente não são percebidas pelas estratégias de planejamento comumente empregadas, que as definições sobre prototipagem e a escala das ações planejadas são essenciais para uma nova abordagem no planejamento territorial e, fundamentalmente, que a criação de grupos de interesse em que diferentes visões se contraponham para a elaboração de novas propostas a partir deste choque são essenciais para a construção de cidades efetivamente criativas e que tenham a cultura de seus cidadãos como eixo de desenvolvimento. Também são apresentados materiais produzidos a partir de um curso livre oferecido no mês de abril de 2024 no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP que utilizou parte das estratégias e ferramentas elaboradas a partir desta tese, buscando apresentar formas de realizar mapeamentos do território a partir da cultura dos cidadãos que ocupam este território. Nesta oportunidade foi possível identificar as diferentes dinâmicas envolvidas nos processos de mapeamento dos territórios a partir da cultura, de forma a criar ferramentas, planos, projetos e ações que dificilmente seriam conseguidas nos processos tradicionais de planejamento.

[5] Centro de Estudos da Urbanização para o Conhecimento e a Inovação.

É importante ressaltar que esta pesquisa buscará discutir pontos nevrálgicos relacionados com a inserção do aspecto cultural como forma de desenvolvimento urbano, questão que tem sido amplamente criticada a partir de casos consagrados e tratados por ARANTES em suas várias obras (1998, 2012). Sem perder de vista estas questões, este trabalho procura estabelecer algumas conexões do tema com a realidade brasileira, já que esta foi pouco estudada nos termos da sua relação com o planejamento territorial e urbano. É por esta razão que se procurou traçar, nesta tese, análises mais qualitativas a serem desenvolvidas em relação aos conceitos em uso. Diante da crise já estabelecida no âmbito da Reforma Urbana e as constatações de seus limites quanto ao pleno cumprimento da função social da propriedade, torna-se necessário olhar para outras estratégias e outras entradas no campo do planejamento, observando a questão da arte e da cultura como bases para possíveis insurgências e, portanto, vias possíveis de mudanças sociais. Sem perder de vista as outras dimensões trabalhas nos veios do planejamento territorial, a questão da cultura tem sido vista, muitas vezes, como marginal, quando, ao contrário, poderia se revelar crucial, na contemporaneidade, para alavancar processos de desenvolvimento, incluindo o próprio financiamento do desenvolvimento urbano.

Parte 1 – Identificando o problema



PARTE 1 - IDENTIFICANDO O PROBLEMA

1. Capítulo 1 - A crise do planejamento e o mal-estar social

Este primeiro capítulo busca trazer contornos claros para o problema motivador da hipótese desta tese. De que formas as sociedades capitalistas estão sendo estruturadas neste início de século XXI e como as cidades estão se organizando para enfrentar estes novos desafios? Entender as movimentações e determinações dos setores produtivos e o papel do Estado nestas relações ajudará a compreender as raízes das questões relacionadas com o desenvolvimento humano e quais são as alternativas que amparam a elaboração desta tese. Pretende-se demonstrar as transformações pelas quais o sistema capitalista atravessou durante o século XX a fim de explicitar de que forma as ideias e os bens imateriais se tornaram os grandes propulsores dos mercados globais neste início de século XXI. As crises impostas pelo atual sistema de produção buscam respostas em novas formas de circulação do capital, criando estratégias de padronização de mercados, de comportamentos e de formas de promoção de lugares, aumentando a disputa por investimentos globais, especialmente através da produção de imagens e valores atrelados à tecnologia e à cultura, sob o pseudônimo de "criatividade". Estes processos se materializam nas cidades e na forma de produção dos espaços, impactando diretamente a maneira como o planejamento urbano é pensado e executado, nos forçando a uma constante reflexão sobre o seu papel e o de seu ferramental, de certa forma já consolidado, para lidar com estas transformações.

1.1. O problema do capitalismo tardio – neoliberalização, pós-industrialismo e impacto nas cidades

Desde sua consolidação como sistema produtivo, o capitalismo se desenvolveu associado às formas de produção das sociedades. Essas formas podem ser sistematizadas em fases ou etapas, relacionando diversos elementos, setores, abordagens, que possibilitam entender e analisar a produção e a reprodução do capital[6] no mundo. Como assinalam Dardot e Laval:

> é errado dizer que estamos lidando com o "capitalismo", sempre igual a ele mesmo, e com suas contradições, que inevitavelmente levariam à ruína final. Eficácia política pressupõe uma análise precisa, documentada, circunstanciada e atualizada da situação. O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilhamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

[6] Valor de troca que procura aumentar ainda mais de valor. O capital surge primeiro numa sociedade de pequenos produtores de mercadorias sob a forma de proprietários de dinheiro (comerciantes ou usurários) que intervém no mercado com o objetivo de comprar mercadorias a fim de revendê-las com lucro.

Definir o capitalismo é tarefa árdua e inglória, tamanhas suas abordagens e sua permeabilidade nas sociedades. Questões temporais, sociais, ideológicas, entre outras, se tornam elementos primordiais nas definições elaboradas por diversos autores no decorrer dos séculos. A intenção aqui não é detalhar todas ou ainda promover um debate sobre as diversas linhas, mas sim buscar alguma unidade possível para criar bases sólidas para a argumentação. Como forma de buscar traçar uma linha do tempo das definições e apresentar este panorama pode-se buscar as definições clássicas de Weber

> O capitalismo está presente onde quer que o suprimento industrial para as necessidades de um grupo humano seja efetuado pelo método de empresa, independente de qual necessidade esteja envolvida. Mais especificamente, um estabelecimento capitalista racional é aquele que usa de contabilidade capital, ou seja, um estabelecimento que determina seu poder de rendimento pelo cálculo de acordo com métodos de contabilidade moderna e a obtenção de um equilíbrio[7] (WEBER, 1927, p. 275).

ou de Shumpeter:

> O capitalismo é aquela forma de economia de propriedade privada na qual inovações são praticadas com dinheiro emprestado, que em geral, mas não necessariamente, implica na criação de crédito[8] (K.; SCHUMPETER, 1939, p. 216).

ou ainda de Keynes:

> o que me parece a característica essencial do capitalismo, ou seja, a dependência de uma intensa atração dos instintos de ganho e de amor ao dinheiro dos indivíduos como principal força motivadora dos mecanismos econômicos (KEYNES, 1983, p. 124).

Os ideais capitalistas, de certa forma, se aliam com uma promessa de liberdade e de progresso, em que a produção e a acumulação do capital produtivo se perpetuam em um equilíbrio entre as forças do mercado e do Estado, produzindo cada vez mais (pelo lado do mercado) e redistribuindo os ganhos desta produção por toda a sociedade (pelo lado do Estado), que nunca se realiza. O motor do capitalismo, que promete um crescimento infinito e abundante através da produção em escala comoditizada e permanente, se baseia no constante aprimoramento tecnológico mediado pelas políticas públicas organizadas pelo Estado, tanto em âmbito doméstico quanto internacional, a fim de abrir novos mercados.

---

[7] Capitalism is present wherever the industrial provision for the needs of a human group is carried out by the method of enterprise, irrespective of what need is involved. More specifically, a rational capitalistic establishment is one with capital accounting, that is, an establishment which determines its income yielding power by calculation according to the methods of modern bookkeeping and the striking of a balance.

[8] capitalism is that form of private property economy in which innovations are carried out by means of borrowed money, which in general, though not by logical necessity, implies credit creation.

Buscando definições mais próximas de nossa contemporaneidade, pode-se perceber que os autores extrapolam suas definições para a forma como as sociedades são impactadas pelo capitalismo. Para Mészáros (2011), o capitalismo é um sistema social voltado para a expansão e acumulação do capital, baseado na separação do controle político e do controle econômico, com caráter totalizante, tornando-se incontrolável e irreformável. Seu caráter é totalizante pois tende a desenvolver mecanismos dominadores para atingir seus objetivos de centralização e acumulação. É incontrolável porque sua existência se baseia em sua constante reprodução. Irreformável pois esta é a estrutura que sustenta toda a engenharia social de produção e reprodução do capital. Esta forma de reprodução, expansão e acumulação do capital atinge todos, impondo padrões até mesmo para os do topo da pirâmide, reforçando o caráter incontrolável do sistema. Streeck (2016) define o capitalismo como

> uma sociedade moderna que assegura sua reprodução coletiva como um efeito colateral, não intencional, da maximização competitiva do lucro. Uma maximização feita de forma individualmente racional, em busca da acumulação de capital, por meio de um "processo de trabalho" que combina propriedade privada do capital com mercantilização da força de trabalho, cumprindo a promessa de Bernard Mandeville[9] de que os vícios privados se transformam em benefícios públicos[10] (STREECK, 2016, p. 69).

O capitalismo tem sua organização em ciclos, seja através da produção material, seja através de sua organização como sistema social. Seus produtos também obedecem a ciclos que são continuamente aprimorados e tornados obsoletos por uma nova evolução tecnológica, criando situações de crise e bonança intermitentes que são, portanto, extrapoladas para toda as sociedades. Analisando principalmente as formas de circulação do capital, das tecnologias envolvidas nos processos produtivos e o papel do Estado, Ernest Mandel (1982) observa que

> A história do capitalismo em nível internacional aparece, assim, não apenas como uma sucessão de movimentos cíclicos a cada 7 ou 10 anos, mas também como uma sucessão de períodos mais longos, de aproximadamente 50 anos. (...) Cada um desses longos períodos pode ser subdividido em duas partes: uma fase inicial, em que a tecnologia passa efetivamente por uma revolução, e durante a qual devem ser criados os locais de produção e atendidas outras exigências preliminares dos novos meios de produção. (…) Essa fase inicial dá lugar a uma segunda, em que já ocorreu a transformação real na tecnologia produtiva: em sua maior parte, já estão em funcionamento os novos locais de produção

[9] Autor de "A Fabula das Abelhas, ou Vícios Privados, Benefícios Públicos", em que defendia que as ações movidas por interesses individuais egoístas geram prosperidade e beneficiam o coletivo.

[10] we define it as a modern society that secures its collective reproduction as an unintended side-effect of individually rational, competitive profit maximization in pursuit of capital accumulation, through a 'labour process' combining privately owned capital with commodified labour power, fulfilling the Mandevillean promise of private vices turning into public benefits.

> requeridos pelos novos meios de produção, só podendo ser ampliados ou aperfeiçoados em termos quantitativos. Trata-se, agora, de tornar os meios de produção desses novos locais de produção universalmente adotados em todos os ramos da indústria e da economia (MANDEL, 1982, p. 83-84).

A década de 1990 anunciou o chamado capitalismo tardio quando começaram a se consolidar as bases para uma nova transformação no sistema. A partir da década de 1970, a inflação voltou a ser uma ameaça, acompanhada pelo aumento da dívida pública nos anos 1980 e, finalmente, pelo ajuste fiscal e do endividamento do setor privado nos anos 1990. É possível ainda destacar a expansão da capacidade produtiva a níveis nunca alcançados gerando uma superprodução ao mesmo tempo que houve uma redução do emprego industrial através da terceirização dos postos de trabalho, levando à precarização do emprego ao transferir os postos de trabalho do setor industrial para o setor de serviços. Essas seriam as bases para uma nova fase, a do capitalismo global, como acrescenta Wanderley, na qual:

> o período seguinte representado pelas três últimas décadas até os dias de hoje, que seria perfeitamente compatível com os escritos de Mandel no que tange a natureza da nova tecnologia, da financeirização da economia e do papel do Estado integrado em blocos econômicos. Este período se refere à atual economia globalizada que apresenta as seguintes características: 1) o aprimoramento e a consolidação da microeletrônica, da automação, da biotecnologia etc.; 2) a hegemonia do capital tecnológico e financeiro; 3) Estados nacionais integrados em blocos econômicos, vislumbrando a construção de futuros Estados supranacionais (WANDERLEY, 2008, p. 6).

Nesta fase da economia, o trabalho entra em crise ao ser cada vez mais informal e precarizado. Com o fim do Estado de Bem-estar Social, com a venda de serviços públicos para empresas privadas, com a valorização do empreendedorismo e da individualidade, com o avanço das tecnologias digitais e dos processos de globalização, a economia passou a atuar em cima de bens intangíveis. Assim, a inovação, a tecnologia e a constante atualização disruptiva dos processos se tornaram norma, ou seja, o sistema passou a operar através de uma corrida desenfreada de investimentos financeirizados para que se desenvolva a mais nova transformação do próprio sistema. O neoliberalismo se instalou utilizando-se das crises como ferramenta para aceleração da acumulação e da reestruturação das ações do mercado, desqualificando o Estado como provedor das ações coletivas da sociedade e gestor dos bens comuns, aumentando o acesso ao crédito e ao consumo e explorando, de forma cada vez mais insustentável, as matérias primas e os recursos naturais. Segundo Dordot e Laval,

> o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a transformação da ação pública, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de

> eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas. O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao "Estado produtor", mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 279)

A vida, utilizando o conceito de Mundo da Vida trabalhado por Habermas e sua colonização pelos sistemas (HABERMAS, 2012) se torna um "eterno" processo de aceleração e acumulação tratando todas suas esferas como produtos a serem precificados e comercializados. A aceleração é produzida pelo constante estado de desejo alimentado por campanhas publicitárias, pesquisas de opinião, escuta dos consumidores, provocando depreciação e obsolescências programadas, renovando o circuito do capital. Este processo se repete e se renova, gerando mais aceleração, mais inovações tecnológicas, mais desejo, mais circulação de capital e maior concentração de renda.

> A imaginação do fim está sendo corrompida pelo fim da imaginação. Com a queda do Muro de Berlim, o capitalismo global viu-se livre de uma ameaça potencialmente fatal com a qual tinha confrontado durante todo o século XX – o socialismo. No processo, livrou-se igualmente de uma outra ameaça, menos grave, a qual, apesar de não pôr em questão a possibilidade de o capitalismo se reproduzir indefinidamente, afetaria a sua tendência para a concentração de riqueza. Estou pensando na social-democracia ao estilo europeu. Tendo-se libertado dessas duas ameaças, o capitalismo global parece florescer apesar de (ou exatamente pelo motivo de) estar em crise permanente. Pela sua própria etimologia, o conceito de crise conota a ideia de perturbação ocasional de um dado sistema e, ao mesmo tempo, a oportunidade de melhorá-lo. Há, no entanto, uma diferença radical entre a crise ocasional e a crise permanente. Uma crise ocasional tem de ser explicada e é, como disse, portadora de alternativas para superá-la. Nisso reside a lógica profunda do próprio pensamento crítico. Ao contrário, uma crise permanente, em vez de exigir ser explicada e vencida, explica tudo e justifica o estado de coisas atual como sendo o único possível, mesmo que tal signifique infligir as formas mais repugnantes e injustas de sofrimento humano que o "progresso da civilização" supostamente havia já depositado no caixote do lixo da história. (SANTOS, 2019, p. 10)

O conhecimento, a inovação, a criatividade e as formas de explorar e de controlar esta nova forma de produção tornam-se o grande ativo neste começo de século XXI. As crises do capital, que em determinado momento foram entendidas como cíclicas e como oportunidades para a reorganização do sistema produtivo, passam a ser entendidas como estruturantes do capitalismo (MÉSZÁROS, 2011). As novas ferramentas tecnológicas criadas para, idealmente, otimizar a produção mecânica e promover maior bem-estar para a humanidade, acabam, paradoxalmente, por aumentar a dependência, a exploração e a concentração de riqueza. O capitalismo moderno é, portanto, uma sucessão de crises, transformações e adaptações a partir delas, consolidando-se numa lógica de crise permanente que se estabelece como o único

curso viável. Dessa forma, o sistema é perpetuamente resgatado de suas crises, sustentado pela exploração dos bens comuns, muitas vezes respaldado pela institucionalidade do Estado, intencionalmente ou não. A face atual do capitalismo, o neoliberalismo, se estabelece a partir da desarticulação das estâncias coletivas de construção social. Apostando em uma vertente individualista da sociedade, de apropriação e concentração dos bens coletivos, em nome de uma pretensa satisfação das demandas e desejos, vivemos em uma sociedade que produz mal estar constantemente, através de seu permanente estado de crises, como forma de lidar com as incapacidades intrínsecas de gerir problemas coletivos por meio de uma atuação individual.

1.2. A construção do Estado de "Mal-estar Social"

As condições de produção material de nossas sociedades se desenvolveram durante o século XX a partir de inovações tecnológicas, da reprodução do capital e da sua consequente acumulação. Neste âmbito, o sistema capitalista se fortaleceu a partir da reestruturação produtiva, da disputa dialética entre a ação das forças de mercado e da regulação estatal e as crises se tornaram elementos constituintes de seu desenvolvimento deixando de ser apenas ocorrências temporárias. Tendo percorrido todo este trajeto analítico, uma questão insiste em permanecer: por que apesar de todos os avanços tecnológicos, teóricos, técnicos, e da efetiva implementação e realização do produto deste intenso debate, a percepção de mal-estar permanece?

Em teoria, todas as discussões e elaborações das condições de reprodução social que foram analisadas buscaram caminhos para melhorar a qualidade de vida das sociedades. Ao analisar dados globais relacionados às diversas formas de desenvolvimento, como expectativa de vida, renda per capita média, desigualdade entre gêneros, acesso a saneamento básico, fome, educação, acesso a empregos, entre outros, todos apontam uma melhoria geral em todos os continentes nos últimos 100 anos (GAPMINDER, 2021). Porém, as crises, que foram vistas como esporádicas e como oportunidade de adequação do modelo, passaram a ser cíclicas, estruturais e permanentes. Como o sistema capitalista se estrutura a partir do lucro e do reinvestimento do excedente na própria produção buscando a redução de custos, a aceleração da produção e da acumulação do capital, o sucesso, o bem-estar, a qualidade de vida, passam a ser atrelados ao consumo e à inserção em circuitos de produção do capital. A melhoria das condições de vida não se reflete na percepção geral pois o "sofrimento" continua sendo produzido pelas crises sucessivas imputadas pela reprodução incessante do capital e seu impacto no poder de consumo da população. A relação entre consumo e sucesso não é natural, foi fabricada. O desejo foi moldado durante todo o século XX através de uma constante produção de objetos de desejo, pela criação de novos mercados. E, nestes termos, o

neoliberalismo, buscando a valorização da individualidade, diminui as barreiras colocadas pelo Estado, aprofundando a significação da relação entre consumo e sucesso (YACCOUB, 2011). No momento em que as políticas do Estado de Bem-estar Social começaram a entrar em declínio, as políticas neoliberais passaram a ser apresentadas como sua alternativa para o desenvolvimento. Começou-se a efetivamente se estruturar um Estado de "Mal-estar Social".

O ideal capitalista, por essência, busca a expansão de suas fronteiras comerciais, a produção em escala, acelerada, com a maior margem de lucro possível e o menor custo de produção necessário. Neste sentido, as fronteiras físicas, políticas e sociais se tornam um obstáculo a ser superado e, por que não, transformados em produtos e mercados. A atuação global dos capitalistas pode ser percebida desde o século XV, mas nas últimas décadas, especialmente após a década de 1990, vive-se um capitalismo efetivamente global, baseado na revolução digital e da informação, no qual a crise se tornou estrutural e a financeirização se tornou o padrão das relações comerciais, transformando problemas locais em globais (ALVES, 2018). Se durante os 30 anos do pós-guerra, especialmente no Norte Global, foram experimentadas as políticas do Estado de Bem-Estar Social, os "Trinta Anos Gloriosos", quando ações e políticas estatais foram implementadas de forma a buscar uma universalidade de acesso a bens e serviços, a década de 1980 viu a derrocada do sistema fordista-keynesiano e serviu de transição para a adoção global do neoliberalismo a partir da década de 1990 (HARVEY, 1989). Com a queda do Muro de Berlim e com o fim da URSS, a imagem de que o capitalismo, e principalmente o neoliberalismo, é o sistema "vencedor", e único possível, se cristalizou, sobretudo, a partir de uma compreensão de que, seja no mundo capitalista ou comunista, a modernidade entrou em colapso (KURZ, 1992). O "fim da história" de Fukuyama é a sequência lógica desta perspectiva. A década de 1990 possibilitou ainda a criação dos grandes blocos comerciais nas Américas, na Europa e na Ásia, além da inserção da internet na sociedade fora do âmbito acadêmico e da elaboração de acordos internacionais importantes como o Consenso de Washington. Todas essas transformações tiveram como pano de fundo uma redução da participação do Estado como regulador e um aumento das liberdades do mercado. Deste modo, o capitalismo global teria hoje trinta anos de desenvolvimento histórico (1990-2020) – os "trinta anos perversos", em contraposição aos "trinta anos gloriosos" (1945-1975)) (ALVES, 2018).

A criação de mercados para a manutenção da produção acelerada e do desejo sobre o consumo não é novidade e serviu, já no século XIX, para impulsionar o capitalismo, através da renovação dos produtos e aumentando a demanda por produtos industrializados, tendo como grande expoente a indústria da moda e a renovação das roupas da estação (PIKETTY, 2014). Este primeiro exemplo encontra paralelos como a importação brasileira, à partir de 1808, com o fim do monopólio de comércio com Portugal, de produtos industrializados que conferiam status social, tais como patins para patinação no gelo e ternos de lã

produzidos por indústrias inglesas que se aproveitaram dos acordos políticos firmados entre a coroa brasileira/portuguesa de D.João VI e os ingleses. A prática da patinação (sobre rodas) foi inclusive causadora de grande frisson e de agitação no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, proporcionando noites de encontro para a prática esportiva no Teatro Pedro II, o mais importante da corte à época, além da construção de um *Skating Rink* e, posteriormente, de um *Skating Clube* e das "noites do *High Life*", com ampla cobertura da mídia que destacava o glamour dos praticantes (MELO, 2018).

A importação de tecnologias que transformam culturalmente as sociedades, portanto, também não é novidade. Se nos primórdios da Revolução Industrial a implantação de tecnologia criou novos postos de trabalho, atualmente ela vem sendo responsável pela diminuição destes através da automação e da inserção de processos de inteligência artificial. Se, de certa forma, a ideia de meritocracia, de trabalho duro e abnegado sendo recompensado na mesma medida de sua dedicação a ele se tornou dominante, o momento atual do mercado de trabalho, com a implantação de novas tecnologias digitais, parece apresentar para as classes médias do mundo a mesma ameaça que a mecanização representou para os trabalhadores manufatureiros. A ameaça do desemprego em massa, através da substituição dos trabalhadores por máquinas autônomas e inteligentes, atinge até mesmo aqueles que se sentiam seguros por uma educação especializada, forçando-os a trabalhos cada vez mais mal remunerados e com valores em queda. Desta forma, participar do mercado de consumo é encontrar sentido e confiança na vida. Buscando formas de diminuir o mal-estar e de se alienar de sua situação de incerteza, estes trabalhadores inseguros se transformam em consumidores confiantes (ALMEIDA, 2020). Os lucros de toda essa operacionalização do mal-estar e da insegurança vão, inexoravelmente, para os proprietários dos robôs e das instituições que controlam esta financeirização da vida, aumentando exponencialmente o abismo de desigualdade e de acumulação de capital entre os mais ricos e os mais pobres. A supercapitalização é uma marca notória de nossos tempos. A mercantilização de símbolos e de significados extrapolou novas fronteiras, onde mesmo os valores culturais ou religiosos são transformados em produtos que passam a não ser mais experimentados, mas consumidos.

> Nesse novo estágio a própria esfera da cultura se expandiu, passando a ter os mesmos limites que a sociedade de mercado, de modo tal que o cultural não é mais limitado pelas suas formas antigas, tradicionais ou experimentais, mas é consumido ao longo da própria vida cotidiana, nas compras, nas atividades profissionais, nas várias formas de lazer frequentemente televisivas, na produção para o mercado e no consumo daqueles produtos mercadológicos, enfim, nos ângulos e dobras mais secretos do cotidiano. O espaço social agora está completamente saturado com a cultura da imagem; o espaço utópico da reversão Sartriana, as heterotopias foucaultianas, todas foram triunfantemente penetradas e colonizadas, o autêntico e o não dito, *in-vu, non-dit,* inexpressível, assim

> como, totalmente traduzido no visível e culturalmente familiar (JAMESON, 1998, p. 111)[11].

A construção do Estado de "Mal-estar Social" não se dá apenas pela diminuição da participação do Estado interventor (com o aumento das privatizações) ou do Estado regulador através da "austeridade fiscal", não é, portanto, apenas uma disputa ideológica com a adoção de práticas como a necropolítica (MBEMBE, 2016), na qual o Estado é desarticulado como agente de indução social e tem seu poder realocado para suas instâncias de repressão através dos órgãos de segurança, do exército e do poder judiciário punitivista (BORTOTTO; ALVES; COGO, 2020), ou uma transformação técnica ou tecnológica na reprodução do capital (SÁNCHEZ, 2001b), mas uma atuação consciente de diversos agentes no inconsciente das sociedades.

É preciso ressaltar que o economista Ludwig Von Mises, um dos pilares teóricos dos economistas neoliberais, também criou uma teoria psicanalítica para o comportamento humano: a praxeologia, pela qual o desconforto seria o gerador das ações humanas e que cada indivíduo age na estrita possibilidade de ter seus desejos individuais satisfeitos. Nosso momento atual é marcado pela prevalência do indivíduo e da valorização da individualidade. Em seu documentário "The Century of the Self" (2002), Adam Curtis explora de que forma as teorias de Sigmund Freud foram deliberadamente utilizadas por seu sobrinho Edward Bernays em parcerias com políticos e empresas para controlar a opinião pública, para colocar o desejo de consumo sobre a necessidade e para promover o crescimento econômico e perpetuar as formas de poder dominantes através do controle do desejo das populações. Conforme estas ações são estruturadas nas sociedades, tanto o campo político quanto o do mercado passam a apelar para os impulsos primitivos dos sujeitos, fortalecendo os interesses individuais dentro de uma sociedade de consumo. Citando um depoimento de 1927, de Paul Mazur, proeminente diretor do banco Lehman Brothers e um dos líderes de Wall Street, Curtis diz:

> Nós precisamos mudar a América de uma cultura de necessidades para uma cultura de desejos. As pessoas precisam ser treinadas para desejar, para querer coisas novas, ainda antes que as coisas antigas tenham sido inteiramente consumidas. Nós precisamos forjar uma nova mentalidade na América. O desejo dos homens deve ofuscar suas necessidades[12]

---

[11] in this new stage the very sphere of culture itself has expanded, becoming coterminous with market society in such a way that the cultural is no longer limited to its earlier, traditional or experimental forms, but is consumed throughout daily life itself, in shopping, in professional activities, in the various often televisual forms of leisure, in production for the market and in the consumption of those market products, indeed in the most secret folds and corners of the quotidian. Social space is now completely saturated with the culture of the image; the utopian space of the Sartrean reversal, the Foucauldian heterotopias of the unclassed and unclassifiable, all have been triumphantly penetrated and colonized, the authentic and the unsaid, in-vu, non-dit, inexpressible, alike, fully translated into the visible and the culturally familiar.

[12] "We must shift America" he wrote "from a needs to a desires culture. People must be trained to desire, to want new things even before the old have been entirely consumed. We must shape a new mentality in America. Man's desires must overshadow his needs."

(MAZUR apud CURTIS, 2002).[13]

O indivíduo, a expressão singular do sujeito, se torna essencial para compreender os desafios impostos para nossas sociedades. Se durante o século XX a preocupação girava em torno das estruturas de opressão do indivíduo e das formas totalitárias que o Estado poderia assumir, neste século XXI o cenário se inverteu e vivemos a "ditadura" da individualidade, onde nada parece ser mais importante do que a livre expressão dos desejos individuais. É preciso analisar de que forma o Mal-estar na Civilização, o mesmo analisado por Freud e revistado na pós-modernidade por Baumann (1998), foi elaborado em nossas sociedades, tendo sido transformado em produto e como continua influenciando nossas decisões ainda hoje.

1.3. O Mal-estar na Civilização

O indivíduo e a individualidade, o *self made man*, o empreendedor, a diminuição do papel do Estado como agente regulador e de interferência na vida do indivíduo, são algumas das maiores características deste início de século XXI. Assim sendo, a abordagem analítica aqui proposta, obedecendo o espírito do tempo, busca entender o papel do indivíduo na construção social, e não o contrário como se fez até agora. Neste sentido, cabe discutir o papel estruturante que a cultura pode ter ao ser utilizada como ferramenta de construção das diversas formas de viver em sociedade, através da análise da construção das formas de produção de desejos artificiais a partir do século XX. Esta exploração tem início na estruturação da *psique* humana, na elaboração de uma pretensa oposição entre civilização e natureza, passando pela análise das diversas formas e ferramentas que foram utilizadas no século XX para mobilizar e dirigir as massas através da produção de desejos, passando por outras formas de entender como esta produção pode ser ressignificada e desaguando em nossos tempos atuais. O momento atual, de construção de cidades através de signos, imagens e valores alienados de suas realidades, parece estar alinhado a uma visão construída a

[13] Paul Mazur escreveu no livro "American Prosperity: It's Causes and Consequences" de 1928, uma passagem similar, porém em um contexto muito diferente. Mazur escreve a passagem como uma defesa de mudanças que ele acreditava já terem ocorrido na economia dos Estados Unidos desde 1914. A citação literal é: "*Any community that lives on staples has relatively few wants. The community that can be trained to desire change, to want new things even before the old have been entirely consumed, yields a market to be measured more by desires than by needs. And man's desires can be developed so that they will greatly overshadow his needs. Standardization became increasingly subordinate to style; uniformity of production was subordinated to style appeal. The factors necessary for sales began to impose themselves in this manner upon manufacturing. This condition was fairly well developed by 1914. It prepared the stage upon which the war trod during those eventful years. And the effect upon the economic drama was stupendous."* Esta citação original foi utilizada e adaptada por diversos autores em diversos trabalhos, inclusive pelo próprio autor, com pequenas modificações, e atualmente é amplamente citada em diversas versões que já não encontram literalidade com a citação original. Com essa ressalva, escolhemos manter a citação de Curtis e apresentar a problemática original por entendermos que ambas compartilham do mesmo espírito.

partir da comercialização dos desejos produzidos artificialmente por diversas instâncias de poder, sejam elas públicas ou privadas.

Sigmund Freud vinha desenvolvendo e estudando a psicanálise desde o final do século XIX. Sua obra pode ser organizada a partir de dois grandes grupos: um primeiro relacionado com a metapsicologia psicanalítica e um segundo composto de textos relacionados à sociologia e à antropologia (JUSTINO, 2017). Freud passou a voltar sua atenção para a sociologia e para a antropologia, conforme adentrava no século XX e acompanhava *in loco* as mudanças sociais provocadas pelas constantes revoluções sociais e pelos avanços de governos totalitários. Havia um furor em Freud pela sistematização da psicanálise ao mesmo tempo que se preocupava com a percepção de constante ameaça ao indivíduo pelas estruturas político-sociais. É necessário, portanto, analisar de que forma a individualidade e a construção do sujeito se estruturaram nos séculos XX e XXI.

A ideia de "sujeito" surge com a modernidade e, desde o século XVI, já é possível encontrar registros neste sentido. O sujeito seria uma espécie de horizonte de potencialidades de realização do indivíduo, construído através da emancipação da racionalidade e do autoesclarecimento deste horizonte de possibilidades através da razão. A individualidade se constituiria a partir das relações do indivíduo com si mesmo, com outros indivíduos, com o meio, com sua história. A construção do sujeito pode se dar através das possibilidades de interação entre estas instâncias da individualidade e da elaboração da efetivação deste universo de possibilidades. A partir das revoluções liberais do século XVIII vai se cristalizando a ideia de que o sujeito é livre para elaborar, mediar e reelaborar contratos com outro sujeito que estaria na mesma condição de liberdade, sendo ambos mediados por leis que garantiriam as condições para esta realização. Dessa forma, os indivíduos se perceberiam livres para agir ao mesmo tempo que estariam submetidos a uma racionalidade universal (ALMEIDA; DUNKER, 2021). Para Hall (2006) é possível identificar três tipos de sujeitos que moldam as identidades da modernidade:

- *o sujeito do iluminismo*, eminentemente estabelecido por sua capacidade de utilizar a razão, "centrado", "unificado" e com "consciência de ação";
- *o sujeito sociológico*, que incorpora as relações que esse sujeito estabelece com outras pessoas, mediando para o sujeito os valores, sentidos e símbolos, além da cultura do mundo que habita, assumindo-se a impossibilidade da "autonomia" e "autossuficiência", sendo que "o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o 'eu real', mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais 'exteriores' e as identidades que esses mundos oferecem" (HALL, 2006, p. 11);
- e o *sujeito pós-moderno*, "concebido como não tendo uma identidade fixa, essencialmente

> permanente", o que pode ser evidenciado pela flexibilidade com que a identidade é reconhecida, interpretada e representada nos sistemas culturais, dadas as multiplicidades e alteridades presentes nestes sistemas (HALL, 2006).

Elaborando as relações entre o sujeito e a sociedade, Freud publicou em 1930 "*Das Unbehagen in der Kultur*"[14], originalmente pensado como "*Das Unglück in der Kultur*"[15]. A tradução inglesa foi publicada quase que simultaneamente com o título "*Civilization and it's Discontents*"[16], contrariando a sugestão do próprio autor "*Man's Disconfort in Civilization*"[17]. A edição brasileira foi baseada na tradução inglesa e foi traduzida como "Mal-estar na Civilização". A tradução de *kultur* como civilização (ao invés de *zivilisation*) passou a ser objeto de estudos e análises conforme as traduções em português foram sendo publicadas a partir dos originais em alemão e levanta uma questão semântica relevante, tendo em vista que não existe uma tradução literal ou direta do termo alemão para o português. Justino (2017) sintetiza essa discussão histórica sobre a tradução do título da obra, salientando que *Kultur*, palavra de origem alemã, se relaciona a produtos humanos, sejam eles intelectuais, artísticos ou religiosos, construídos a partir de uma racionalidade do indivíduo e de um projeto organizador de nação. Por sua vez *zivilization* tem a origem francesa e diz respeito às construções políticas, econômicas e religiosas ligadas às formas pelas quais as sociedades ocidentais se desenvolveram, denotando um ar de superioridade frente as antigas sociedades (ELIAS, 1994). Ambas as palavras expressam as ambições coletivas de suas culturas, porém *kultur* está mais relacionada a um pensamento voltado para a reflexão sobre a produção do homem a partir de si mesmo e *zivilization* para a construção social dos povos. Freud define a semântica a qual se referia em seu próprio texto:

> a palavra "civilização"[18] designa a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais, e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si (FREUD, 2010a, p. 33).

Ou seja, nesta perspectiva, a cultura acontece a partir da dimensão da civilização; quanto mais civilização houver mais cultura será produzida. Com essas premissas, Freud busca investigar de que forma a infelicidade humana se relaciona com a civilização moderna a partir do conflito entre os instintos humanos e a construção cultural das sociedades. Para Freud, a vida é estruturada a partir de uma disputa entre

[14] O Mal-estar na Cultura
[15] A Infelicidade na Cultura
[16] Civilização e seus descontentamentos
[17] O Desconforto do Homem na Civilização
[18] kultur

desejos: do corpo (que busca a sobrevivência); da *psique* (que busca por significado); da civilização (que canaliza essa energia para a socialização na coletividade); e do desejo de morte. Estes desejos atuariam de maneira inconsciente, através de pulsões, mediados pelo Id, Ego e Superego, as três instâncias da mente humana.

> Nós supomos que os instintos humanos são de dois tipos apenas: os que tendem a conservar e unir — nós os chamamos eróticos, exatamente no sentido de Eros, no Banquete de Platão — e os que procuram destruir e matar, que reunimos sob o nome de instinto de agressão ou destruição. Como vê, isso é apenas uma transfiguração teórica da conhecida oposição entre amor e ódio, que talvez tenha um nexo primordial com a universalmente conhecida polaridade de atração e repulsa, que desempenha relevante papel em sua área de estudo. Mas não nos precipitemos em introduzir valorações de bem e mal. Cada um desses instintos é tão indispensável quanto o outro, é da atuação conjunta ou contrária de ambos que surgem os fenômenos da vida. Parece que quase nunca o instinto de uma espécie pode agir isoladamente, sempre se acha ligado — amalgamado, dizemos — a um certo montante de sua contrapartida, que modifica sua meta ou, ocasionalmente, permite-lhe alcançá-la. Assim, por exemplo, o instinto de autoconservação é certamente de natureza erótica, mas necessita dispor da agressividade para fazer valer sua intenção. Assim também o instinto do amor, voltado para objetos, requer um quê do instinto de dominação para se apoderar do seu objeto. A dificuldade de isolar em suas manifestações as duas espécies de instintos é que durante muito tempo nos impediu de conhecê-las (FREUD, 2010a, p. 244).

Freud trabalha com o conceito de pulsões[19] sendo que duas pulsões básicas predominam no indivíduo: a pulsão sexual, da vida, da criação, Eros; e a pulsão agressiva, de morte, da destruição, Thanatos. Eros, para o autor, é nossa força vital, a libido na busca pela vontade de viver. Thanatos é o oposto de Eros, o fim da existência de todo organismo vivo e a tendência natural de retorno a esse estágio, são as forças destrutivas inerentes aos seres vivos; Thanatos são as pulsões de morte que nos remetem ao estágio anterior à vida. Diferente dos instintos, que operam de maneira incontrolável, as pulsões são modos pelos quais os indivíduos manifestam suas energias psíquicas. A cultura seria então a distinção entre a vida humana e a vida selvagem, a forma pela qual os instintos seriam reprimidos; a sociedade seria a estrutura que nos diferenciaria dos demais animais; a civilização seria uma criação da vida humana buscando a proteção ao mundo natural, estabelecida através de nossas ações e realizações, regulando nossas ações coletivas. A civilização se distinguiria do mundo natural ao valorizar as ideias, o belo, a ordem, a religião e a ciência (FREUD, 2010b).

[19] Uma pulsão seria um esforço, inerente ao orgânico vivo, de reprodução de um estado anterior, a que o vivo teve que renunciar sob o influxo de forças externas perturbadoras; seria um tipo de elasticidade orgânica ou, caso se queira, a exteriorização da inércia na vida orgânica.

> Entretanto, nenhum traço nos parece caracterizar melhor a civilização do que a estima e o cultivo das atividades psíquicas mais elevadas, das realizações intelectuais, científicas e artísticas, do papel dominante que é reservado às ideias na vida das pessoas. Entre essas ideias se destacam os sistemas religiosos, cujo intrincado edifício procurei elucidar em outra obra; ao lado deles, as especulações filosóficas, e por fim o que se pode chamar de construções ideais dos homens, suas concepções de uma possível perfeição dos indivíduos particulares, do povo, de toda a humanidade, e as exigências que colocam a partir dessas concepções (FREUD, 2010a, p. 36).

O desejo na visão freudiana é manifestação do aparelho psíquico dos indivíduos na busca da repetição de experiências de satisfação primária. Ao analisar o sofrimento do ser humano, Freud destaca três condições principais como sua causa: a deterioração de nossos corpos; as ameaças do mundo exterior e a relação entre os seres humanos. Estas condições são inerentes a todos e, portanto, ameaça constante às pretensões de felicidade. Como resposta a essas ameaças, civilização se desenvolveu. A cultura, como processo civilizatório, desempenha papel primordial na sua sociabilização, enfrentando coletivamente as ameaças das forças da natureza e domando-as. O que, em um primeiro momento é conquistado pela força bruta, com a civilização passa a ser garantido à comunidade por direito.

A civilização possibilitaria que a coletividade se fortaleça, se sobreponha ao indivíduo e à força bruta e estabeleça um acordo em comum, transformado em um código de leis que sempre pune a ação individual transgressora em favor da coletividade. Ao optar pela segurança de abdicar da força bruta por acordos coletivos, os indivíduos sacrificam seus instintos e renunciam a suas pulsões. Assim sendo, o mal estar se configura como elemento indissociável da civilização. A civilização é construída, portanto, na renúncia do indivíduo, na repressão a seus instintos e pulsões. Dessa forma, tanto a agressividade, Thanatos, quanto a sexualidade, Eros, passam a ser submetidos às normas da civilização.

A *kultur* exerce a função de moldar os indivíduos para a vida em sociedade. Há uma oposição insuperável entre o indivíduo e a coletividade, onde o indivíduo sacrifica sua natureza humana, seus apetites e potencialidades para se adaptar ao convívio social. A imposição de padrões coletivos ao indivíduo passa a ser foco da atenção de Freud que identifica os problemas decorrentes deste padrão quando uma massa populacional é controlada por uma minoria ou por lideranças carismáticas. Freud acreditava no princípio ordenador da civilização e no papel destruidor que a renúncia aos instintos apresenta para o indivíduo. A repressão[20] destas pulsões não some com elas, mas as transfere novamente para o inconsciente retroalimentando as pulsões, provocando o mal-estar no indivíduo a partir do conflito entre os padrões

[20] atividade psíquica que procura anular, na consciência, impulsos ameaçadores, sentimentos, desejos, ou seja, conteúdos desagradáveis, ou inoportunos (NASCIMENTO, 2014).

morais da civilização e os impulsos libidinais do indivíduo. Ao valorizar a ordem, o belo, o limpo, a civilização busca se apresentar como modelo e fonte de satisfação e, à medida que os indivíduos se apropriam dos estágios civilizatórios, reelaboram seus contratos sociais.

Freud cria então um paralelo entre "civilização" e "regulação", "renúncia", "compulsão", "supressão", ou seja, a civilização, ponto áureo do desenvolvimento humano e manifestação de Eros em seu processo de construção, é o reino de Thanatos, onde o indivíduo abre mão de parte de sua liberdade em nome da segurança. Se pensarmos que entre as primeiras ações passíveis de serem relacionadas com o "urbanismo", nos princípios das cidades estados, estão a construção dos muros de Eridu e Uruk pelos reis sumérios, promovendo segurança e proteção para os cidadãos, bem como a criação de ruas, pontes, sistemas de irrigação, mercados e centros religiosos, é possível deduzir que este urbanismo, já naquela época, encontrou amparo nos desejos sociais da população e nas formas perpetuação de poder das elites econômicas e religiosas. Visto dessa forma, o urbanismo, desde seu princípio, aspira oferecer uma visão daquilo que pode ser o melhor desenvolvimento possível para a existência humana (LEGATES; STOUT, 2015).

A satisfação das pulsões, ou seja, os verdadeiros desejos dos indivíduos, entra em conflito com as exigências da vida na civilização, provocando sofrimento. Enquanto, na visão freudiana, o indivíduo busca primeiramente a felicidade, através da satisfação de seus desejos, a civilização não necessariamente tem para si este mesmo objetivo. Deste conflito entre indivíduo e civilização, da repressão, do recalque, da internalização da insatisfação com as exigências externas que a sociedade demanda da vida comunitária, surge uma série de sintomas[21] que apontam o mal-estar.

> No geral, a tônica predominante na obra de Freud é a contradição entre o princípio de prazer e o princípio de realidade. Essa contradição ocorre porque em seu desenvolvimento, a civilização constrói regras, normas, leis e tabus que irão restringir a livre satisfação das pulsões. Inevitavelmente alguns impulsos serão reprimidos, inibidos em sua finalidade ou sublimados, encontrando outras formas de satisfação (LIMA, 2010, p. 65)

Dentro dessa perspectiva a civilização é construída em cima da proposta da segurança onde a liberdade do indivíduo na busca de satisfação do desejo e do prazer se torna limitada, onde mais ordem significa menos liberdade, onde mais segurança significa mais mal-estar. Segundo a teoria freudiana há uma diferença entre a satisfação de necessidades básicas, objetos concretos de necessidade, e aqueles que

[21] Os sintomas são formados a partir de desejos que são inconciliáveis com o Eu. Forma-se uma desassociação entre afeto e representação que provoca a alienação do Eu com seus desejos.

são desejos motivados pela reprodução do simbólico, do imaginário. A nossa capacidade de satisfação das necessidades é claramente limitada e pode transitar entre a satisfação e a insatisfação, porém o desejo é eternamente insatisfeito. (NASCIMENTO, 2014)

As teorias de Freud sobre o desejo foram utilizadas durante todo o século XX para a produção de mercados consumidores e para elaborar maneiras de criar padrões de comportamento nas populações. O século XX possibilitou a expansão e a consolidação da democracia por diversas nações e, entender como as massas pensam e decidem seus votos, passou a ser um fator determinante na disputa político-eleitoral e na comercialização de produtos. Curtis (2002) demonstra como nas primeiras décadas do século XX, e de certa forma até os dias de hoje, havia uma real desconfiança na capacidade do sistema democrático funcionar, desconfiança essa baseada na crença de que as pessoas não seriam capazes para escolher seus governantes e poderiam representar uma ameaça às classes dominantes. Para a população, a impressão era a de ter o controle no processo decisório de seus governos. Para o poder político e para o mercado, a democracia representa uma ameaça constante ao mesmo tempo que abre um horizonte de possibilidades de ganhos diversos. Curtis discute como o mundo político e o mercado passaram a utilizar técnicas da psicanálise para entender, criar e realizar os desejos da população, ampliando os mercados e aumentando as possibilidades de ganhar eleições. Munidos do ferramental da psicanálise, políticos de todo o mundo passaram a buscar formas de engajar as pessoas e a classificá-las em grupos de interesses apelando para seus impulsos primitivos, aqueles mesmos que estruturam a civilização freudiana.

O sobrinho de Freud, Edward Bernays, considerado o inventor das “Relações Públicas” nos anos 1920, utilizou-se assumida e deliberadamente das ideias de seu tio para aumentar as vendas das empresas e para vencer processos eleitorais. Bernays criou situações através da propaganda para relacionar os produtos de massa com os desejos do inconsciente. São exemplos notórios, e de sua autoria, as campanhas associando o automóvel à virilidade masculina, a promoção de produtos relacionando o sucesso de artistas ao uso e consumo de marcas específicas, além da campanha “Tochas da Liberdade” que buscou quebrar o tabu que impedia as mulheres de fumar, identificando o cigarro como um símbolo de independência e liberdade. A campanha contava com modelos femininas contratadas para desfilar fumando pelas ruas das cidades. Bernays entendia que esta não era apenas uma forma de vender mais produtos, mas uma nova forma política de controlar as massas, satisfazendo seus desejos primários, conforme Freud havia identificado, tornando as pessoas felizes e dóceis. Por acreditarem que a democracia representava um risco real, tendo em vista que a população poderia votar de acordo com seus impulsos e desejos inconscientes, os governos elaboraram estratégias de controle das massas baseadas na psicanálise, como as pesquisas de opinião e os grupos focais, nos quais grupos de pessoas

eram classificados de acordo com interesses específicos e, ao invés de responderem perguntas, eram encorajados a falar sobre seus pensamentos e sentimentos sobre determinada situação aos moldes de uma sessão de psicanálise. Atualmente, os algoritmos das redes sociais e dos produtos de *streaming* de mídias operam da mesma forma: através da identificação de nossos padrões comportamentais determinam produtos que se adequam mais facilmente aos gostos particulares, oferecendo cada vez mais do mesmo e promovendo uma falsa sensação de liberdade de escolha e de satisfação dos desejos.

Este controle da produção e satisfação dos desejos é antigo e foi explorado de diversas formas. Um dos exemplos mais notórios destas estratégias de controle foi a transformação nas estratégias de comercialização de produtos como o lançamento de bolos prontos para assar em caixas a partir da década de 1950. Em um primeiro momento estes produtos se tornaram um fracasso de vendas e, após a análise em grupos focais com mulheres (estratégia baseada nos estudos de Bernays), que relataram não se sentir merecedoras dos elogios pelo bolo pronto por "não terem feito nada", os fabricantes modificaram a receita para que um ovo fosse adicionado à mistura em casa, reconquistando assim o mercado e tornando o produto um sucesso comercial. Bernays percebeu, e encontrou formas de concretizar, que o que "as pessoas" querem é diferente do que elas precisam e, que ao satisfazer os desejos, governos e mercados conseguiriam alcançar seus objetivos em larga escala. Dessa forma, as antigas ferramentas de discussão dos problemas da sociedade são transformadas pela produção e direcionamento dos desejos. A ideologia e os dogmas partidários são substituídos por formas cada vez mais elaboradas de disputa dos desejos das massas. Os programas político-partidários pararam de propor e refletir sobre possibilidades de transformação a partir das necessidades das populações e passaram a buscar atender os desejos das massas. Dessa forma, as pessoas deixam de ser ativas nos processos decisórios e se tornam consumidores passivos, ou seja, não são os sujeitos que estão no controle, mas sim seus desejos. Como Curtis diz ao encerrar seu documentário, "embora nós nos sintamos livres, na realidade, nós, assim como os políticos, nos tornamos escravos de nossos desejos" (CURTIS, 2002)

Skinner (1971) se dedicou a explorar de que formas a cultura influencia os indivíduos. Suas pesquisas sobre o *behaviorismo* radical buscaram demonstrar como fatores sociais determinavam o comportamento individual dos seres humanos e de que forma um planejamento cultural poderia ser organizado para lidar com estes problemas. A partir do ambiente comum aos indivíduos, chamado de ambiente social, é que se estruturam as possibilidades de autoconhecimento e de autocontrole dos indivíduos. Para Skinner (2003), a cultura era definida como o ambiente social de um grupo, o meio pelo qual os comportamentos de contingenciamento e de manipulação de estímulos criariam as condições corporais, ou seja, nossos sentimentos, que ativados pelas "agências de controle", determinariam o

comportamento dos indivíduos. Determinados estímulos no ambiente produziriam nos indivíduos uma resposta esperada. A relação entre os indivíduos, especialmente com "o outro", é o passo inicial para que o controle social comece a agir (JUSTINO, 2017)

A necessidade de controle das populações, de organização e de ordenação do espaço foram formas de manifestação da civilização que encontraram abrigo no planejamento urbano. Se por um lado os princípios do planejamento podem estar relacionados com as etapas e ações para a realização de projetos, "um processo através do qual se pode dar maior eficiência à atividade humana para alcançar, em um prazo determinado, um conjunto de metas estabelecidas" (CARVALHO, 1978, p. 16), por outro eles podem estar efetivamente relacionados a formas diretas de controle do imaginário e das formas concretas de manipulação do território e das sociedades.

> Por um lado, o urbanismo moderno é uma extensão direta dos modelos antigos e pré-modernos: um ordenamento imposto a natureza em nome da saúde, segurança, e melhorias para as massas urbanas, para o benefício político das elites urbanas, e para uma expressão da cultura nos seus ideais espirituais mais elevados. Por outro lado, entretanto, o urbanismo moderno é muito mais complexo do que qualquer outra coisa que aconteceu antes. O urbanismo moderno opera, em geral, em um ambiente política e economicamente plural, tornando cada alteração do arranjo físico da cidade em uma complexa negociação entre interesses concorrentes. E a prática do urbanismo moderno também opera em um estágio do desenvolvimento humano quando o objetivo do urbanista não é mais apenas impor a ordem humana a natureza, mas continuamente impor ordem para a própria cidade[22] (LEGATES; STOUT, 2015, p. 317).

Portanto, do ponto de vista urbanístico, o mal-estar pode ser deslocado da dicotomia entre civilização e natureza e passar a ser entendido como a disputa entre indivíduos diferentes dentro do mesmo território que habitam, no ato da construção da cidade, sendo mediado pela legislação urbanística e instrumentalizado pelos processos de planejamento urbano. A cultura neste contexto passa a ser entendida como instrumento para justificar a imposição de normas e padrões alheios às realidades locais. No mesmo momento histórico em que Freud desenvolvia sua tese sobre o mal-estar na civilização, três urbanistas disputavam o espaço do imaginário das utopias de como promover o bem-estar nas cidades:

[22] On one level, modern planning is a direct extension of the ancient and pre-modern models: imposing order on nature for the health, safety, and amenity of the urban masses, for the political benefit of the urban elites, and for a way of expressing each culture's highest spiritual ideals. On another level, however, modern planning is far more complex than anything that had ever gone on before. Modern planning operates, by and large, in a politically and economically pluralistic environment, making every alteration of the physical arrangements of the city a complex negotiation between competing interests. And the practice of modern urban planning also takes place at a stage of human development when the planner's defining goal is no longer merely to impose human order on nature, but to continuously impose order on the city itself.

Ebenezer Howard, Le Corbusier e Frank Lloyd Wright. Estes três horizontes utópicos buscavam resolver o conflito entre a civilização e a natureza através do planejamento urbano. Howard criou o conceito de "cidade jardim", buscando descongestionar os centros urbanos e as metrópoles ao criar pequenos centros urbanos concêntricos cercados por cinturões rurais mantidos de maneira comunitária por seus habitantes, sendo que os cinturões rurais deveriam ser muito maiores, em área, do que a cidade em si. Estes centros urbanos deveriam ser economicamente independentes e articular os desejos de relacionamento com a natureza e com as facilidades da civilização (HOWARD, 2011). Wright, por sua vez, imaginou que a ocupação ordenada baseada no direito mínimo de um acre por pessoa, espraiando as cidades e dissolvendo o mal-estar social, garantiria a sustentabilidade das cidades, com uma nova comunidade baseada no individualismo, na família e na autossuficiência, tendo em vista o encurtamento dos tempos de viagem com a popularização do automóvel. Dessa forma, a estrutura viária definiria o desenho urbano a partir do acesso a escolas, com vias de acesso restrito e velocidades baixas de circulação, conectando os postos de trabalhos com grandes vias expressas de alta velocidade. Os subúrbios americanos surgiram desta concepção de cidade na qual a tecnologia disruptiva dos automóveis ordenaria o desenho urbano e promoveria uma liberação de movimento e de uso do tempo para a humanidade, espraiando as cidades e minimizando os impactos sociais e ecológicos do convívio em áreas densamente povoadas (WRIGHT, 2011). Le Corbusier imaginava cidades compactas e com densidades populacionais altíssimas. Sua "Cidade Contemporânea dos Três Milhões" era baseada em gigantescos prédios geometricamente ordenados, cercados por parques, onde as áreas produtivas da cidade estariam fisicamente isoladas umas das outras, mas conectadas por grandes vias de transporte (LE CORBUSIER, 2011). Estes ideais utópicos, bases de todo o pensamento modernista que se sucedeu, encontraram eco na Feira Mundial de 1939, onde foram mesclados e transformados em desejo de consumo para as massas.

A Feira Mundial, de 1939, realizada em Nova York, teve Edward Bernays, o sobrinho de Freud, como um de seus organizadores, atuando como diretor de relações públicas. Bernays propôs que a General Motors organizasse o pavilhão central da feira para apresentar um protótipo da "cidade do amanhã". A construção principal para este propósito era a *Perisphere*, no qual o conceito de "*Democracity*" seria exibido através da cidade imaginária de "Centerton". Centerton era uma cidade em miniatura, um diorama, que os visitantes acessavam através de uma escada rolante e saiam do pavilhão por rampas em espiral que possibilitavam visualizar Centerton por diversos ângulos. Centerton foi desenhada por alguns dos maiores urbanistas da época: Donald Deskey, Norman Bel Geddes, Egmont Arens e, principalmente Henry Dreyfuss, que se utilizou de conceitos que Le Corbusier havia proposto para a Ville Radieuse, como a separação em distritos dos diferentes usos do solo (distrito governamental, distrito comercial, distrito

de compras, distrito residencial etc.), e ruas sem pedestres conectando em alta velocidade estes distritos e os subúrbios. Centerton buscava proporcionar uma visão de futuro para as matérias primas industrializadas de um novo Estados Unidos que surgia, baseado no plástico, nos automóveis e no aço. A "Democracity" de Bernays pregava o consumo como um ato patriótico. As semelhanças de Centerton com nossas cidades atuais não são mera coincidência.

Figura 1 - Panfleto da General Motors com anúncio da Feira Mundial da Architectural Forum, junho 1939



Fonte: (VAN DORT, 2022)

Freud acreditava que do conflito entre as pulsões e a civilização, novos acordos seriam estabelecidos proporcionando um progresso civilizatório. Porém, as relações de consumo e de produção de mercadorias para atender a novas demandas de desejo aprofundaram o mal-estar. Se para uma parcela da população a aceleração da produção e do consumo produziu reais ganhos materiais e financeiros, isso se deu às

custas do aperfeiçoamento das técnicas de produção de desejo e de manipulação das massas. Assim, a repressão da individualidade foi transformada em felicidade pelo consumo, mantendo a subjetividade sob controle da administração política e suas pulsões satisfeitas pela moral. Diversos outros autores apontaram a relação da repressão das pulsões pela civilização, levantando as implicações desse sistema desde as (não) manifestações da sexualidade humana até a dominação por governos autoritários ou governantes carismáticos, passando pelas problematizações de gênero, do patriarcado, da monogamia, da culpa, da função social da família, do uso da tecnologia, da relação com a natureza, entre muitos outros aspectos.

> A manipulação da consciência na órbita da sociedade industrial é tão eficiente que as leis e valores do princípio de desempenho são introjetadas e aceitas como se fossem leis naturais. A repressão desaparece na ordem objetiva das coisas e a satisfação das necessidades humanas pode ser administrada por um sistema em pleno funcionamento. A agressividade acumulada não desaparece, mas é lançada no vácuo, pois a dominação já não é usualmente pessoal e o indivíduo reprimido encontra-se com sorridentes colegas de escritório. O sistema de dominação é reproduzido através de um aperfeiçoamento da cadeia de controle (LIMA, 2010, p. 73).

Marcuse (1975), buscando compreender uma forma não-repressiva de civilização, aprofundou a questão do mal-estar na civilização ao propor uma distinção entre formas de repressão e os princípios de prazer, de realidade e de desempenho. A estrutura psíquica do indivíduo (id, ego e superego) atua de forma a adaptá-lo à realidade. Ao transferirmos as ações da ordem instintiva para a racional estaríamos passando do princípio de prazer para o princípio de realidade. Marcuse aponta que o momento histórico de repressão e dominação constitui o princípio de desempenho, onde a realidade é moldada através de uma produção industrial. A repressão básica vincula-se à contenção dos instintos humanos para a manutenção da civilização. O aprofundamento dessa repressão com a dominação social, a divisão hierárquica do trabalho e a alienação leva a “mais-repressão”, através de instituições que serviriam para perpetuar a dominação.

> Hoje a dominação (desempenho) está firmemente estabelecida nas instituições e controles da civilização industrial e a repressão não só é mais intensificada como também adquiriu um caráter impessoal (correspondente à organização monopolista e ao declínio da família como agência de educação). Se num primeiro momento a dominação ou repressão foi necessária para que o homem se libertasse da escassez, atualmente ele já possui os meios de eliminá-la: há, portanto, um interesse na dominação pela dominação (MITRE, 1974, p. 123).

Marcuse foca sua atenção na forma de modificar as condições históricas pelas quais o princípio de desempenho se estabelece. Enquanto para Freud o trabalho necessitaria de coerção para ser executado, “A imensa maioria dos homens trabalha apenas forçada pela necessidade, e graves problemas sociais derivam dessa natural aversão humana ao trabalho” (FREUD, 2010a, p. 81), para Marcuse a libertação do trabalho alienado teria a capacidade de modificar a mais-repressão e o princípio de desempenho.

> Sugerimos que a repressão instintiva predominante resultou não tanto da necessidade de esforço laboral, mas da organização social específica do trabalho, imposta pelos interesses de dominação; essa repressão era, substancialmente, mais-repressão. Por consequência, a eliminação da mais-repressão tenderia per se a eliminar não a atividade laboral, mas a organização da existência humana como instrumento de trabalho. Sendo assim, a emergência de um princípio de realidade não-repressiva modificaria, mas não destruiria, a organização social do trabalho; a libertação de Eros poderia criar novas e duradouras relações de trabalho (MARCUSE, 1975, p. 143).

Marcuse não reivindica o fim do trabalho ou a desorganização da civilização, mas alerta que as construções sociais estão vinculadas a seus momentos históricos e podem ser transformadas a partir da forma de repressão das pulsões. Assim, Marcuse desloca a discussão da oposição entre princípio de prazer e trabalho para o conflito entre princípio de prazer e trabalho alienado. A automação do trabalho passa a ter papel primordial na produção de bem-estar, segundo o autor. Eliminando o trabalho alienado Marcuse argumenta que o sofrimento seria diminuído pois a repressão às pulsões seria atenuada tendo em vista que os trabalhos e o tempo livre, agora ressignificado como o efetivo tempo de vida, poderiam dar vazão ao livre desenvolvimento das faculdades humanas.

Alterar o princípio de realidade através de uma racionalidade de gratificação possibilitaria que a libido se libertasse das repressões da civilização. O processo construtor de Eros permitiria que as relações se estabelecessem de maneira ampla e duradoura, se autorregulando na satisfação dos desejos, criando uma sublimação não-repressiva ao invés da sublimação repressiva. Assim a racionalidade da gratificação, ao invés da repressão conduziria a uma ordenação universal de liberdade. Estando Eros livre da mais repressão, Thanatos não teria impulsos fortes o suficiente para se tornar dominante, as pulsões acabariam por repousar na satisfação do presente. Uma ordenação do mundo a partir de Eros permitiria uma nova relação do ser humano com ele mesmo, assim como com a coletividade. “Uma vez libertado do trabalho alienado, o homem poderá desenvolver suas potencialidades não permitidas numa organização repressiva. O conflito entre o indivíduo e a sociedade daria lugar ao livre jogo de uma vida onde o particular e o universal convergiriam harmonicamente” (MITRE, 1974, p. 123).

Bauman (1998) busca explicar como no momento atual em que vivemos, o da pós-modernidade, os princípios de ordem, de limpeza, de beleza parecem estar se fundindo com o do prazer, através da liberdade por meio de mudanças econômicas, tecnológicas, políticas e culturais. Se na modernidade trocamos liberdade por segurança, na pós-modernidade trocamos parte de nossa segurança por felicidade. "Dentro da estrutura de uma civilização concentrada na segurança, mais liberdade significa menos mal-estar" (BAUMAN, 1998, p. 9). Há uma mudança no sentido de sociedade, de comunidade e de continuidade, em função da valorização da individualidade. A ideia de algum sentido para a vida que surgiria de um coletivo a qual pertencemos, movimento político ou comunidade, é substituída pela reflexão da vida em si, do propósito da própria vida, da significação do próprio indivíduo por si mesmo, potencializando as questões relativas à identidade do indivíduo (CHARLES; LIPOVETSKY, 2011). Porém, nosso agora é o do indivíduo que cria sua própria identidade, o passado não existe e o futuro é uma incerteza no horizonte, não há mais herança. O sujeito pós-moderno, como vimos em Hall (2006), busca satisfazer seus desejos manipulando suas identidades, sem necessariamente reprimir as pulsões, mas adaptando-as aos diferentes estímulos culturais apresentados no dia a dia.

Esta mudança é motivada por influências externas, ideológicas, políticas, mercadológicas, transformando a relação dos indivíduos consigo mesmos e com os outros. A criação de identidades e de formas de diferenciação foi amplamente utilizada pela indústria cultural, especialmente pela indústria da moda ao criar nichos de mercado cada vez mais específicos e direcionados para atender aos desejos dos indivíduos (CURTIS, 2002; DEBORD, 1997; PIKETTY, 2014). Para Bauman “a modernidade viveu num estado de permanente guerra à tradição, legitimada pelo anseio de coletivizar o destino humano num plano mais alto e novo, que substituísse a velha ordem remanescente, já esfalfada, por uma nova e melhor” (BAUMAN, 1998, p. 26), na qual os indivíduos que a ameaçavam, os “impuros”, sendo os revolucionários seu maior exemplo, deveriam ser exemplarmente “purificados”. Já a pós-modernidade “vive num estado de permanente pressão para se despojar de toda interferência coletiva no destino individual, para desregulamentar e privatizar” (id., p. 26), levando a uma busca constante da satisfação individual e o estabelecimento de normas para o controle da coletividade, já que o pré-requisito básico da adequação social é a “virtude de ingressar e compreender a lógica do mercado” (NASCIMENTO, 2014, p. 79).

A pós-modernidade subverte a relação de consumo transformando o próprio indivíduo em produto ao incutir no consumo o sentimento de pertencimento, de significação, modificando completamente nossas formas de organização social e de comercialização. Essa constante metamorfose na identidade permite que o indivíduo experimente sensações sempre novas, sempre diferentes, sempre em mudança, se desfazendo das antigas identidades construídas. O que a sociedade moderna lutava para ordenar,

estruturar e concretizar, seja o Estado e suas ações reguladoras, seja a ideia de classes sociais, de organizações sindicais, trabalhistas, de cidadania, de nação, e tudo o mais que proporcionava a possibilidade de planejamento ou ação de longo prazo, foram desmontados pela pós-modernidade (KUMAR, 1997) através da emancipação do indivíduo (VIEIRA; STENGEL, 2012). A identidade do indivíduo passa a ter uma utilidade, normalmente mercadológica, e que muda de acordo com a estação, ou com a satisfação do próprio indivíduo.

Do ponto de vista daqueles que detêm o poder e o capital, a pós-modernidade atua como uma forma de montar e desmontar grupos de acordo com os interesses imediatos, permitindo a livre circulação do capital e a fluidez do consumo (FILHO, 2009). Estas comunidades atuam como verdadeiros referenciais ou parâmetros para os indivíduos que aspiram fazer parte destes grupos. O paradoxo é que estas comunidades são desmontadas com a mesma velocidade em que são criadas, obedecendo dinâmicas alheias às vontades e desejos do indivíduo pois os vínculos necessários para sua manutenção não são criados. Da emancipação da liberdade do indivíduo surge uma quase infinita possibilidade de escolha que causa o mal-estar pelo excesso, e não pela falta como era para a época de Freud. A modernidade reprimia o indivíduo em nome da estruturação da civilização e esta repressão se transformou em controle de massas (FOUCAULT, 2021). A comunidade (o espaço comum de construção social) foi destituída em nome de um projeto estruturado na vigilância e no controle através de instituições como a família, o trabalho e o mercado, em uma articulada engenharia social. É a partir da reestruturação das comunidades que a ideia de identidade se fortalece. Ambas, identidade e comunidade, atuam de forma a dar significado e representação, atuando como refúgio e proteção das incertezas da civilização (JUNIOR; FILHO; SERRANO, 2023). A pós-modernidade precisa manter as comunidades em terreno seguro, longe de seu potencial agregador, e a individualidade surge como possibilidade de significação (FERREIRA; SANTOS, 2018). Porém, este projeto é falho de nascedouro tendo em vista que toda a pretensa diferenciação e exclusividade dos indivíduos acaba produzindo novos grupos, novas comunidades pela simples identificação comum dos indivíduos.

A história da civilização é um constante processo de desmonte e reconstrução das sociedades, porém a pós-modernidade não busca enraizar as mudanças que provocou, ao contrário, prefere manter o estado de constantes mudanças. Enquanto antigamente buscávamos a solidez das instituições agora buscamos exatamente este estado “líquido” que permite ir se adaptando às mais diversas situações. O tempo é cada vez mais acelerado, contado e encurtado. Nada é permanente, tudo é temporário. O conceito de “líquido” que Bauman elabora é baseado neste estado constantemente adaptável de nossa sociedade, nada mais é possível de se estruturar e solidificar com o tempo (NASCIMENTO, 2014).

O impacto da modernidade fluida é profundo e afeta o indivíduo de forma ainda mais sensível. Se para Freud o mal-estar na civilização se dava através do embate com as estruturas sociais, com padrões, normas e identidades bem definidas e "sólidas", no momento em que elas se liquefazem, em que a indeterminação, a velocidade e a fugacidade se tornam centrais, o indivíduo se perde em si mesmo. O líquido da pós-modernidade não significa a falta de regulamentos, normas ou lei, mas a falta de unidade entre as instâncias de organização da vida social. A liberdade individual passa a ser o valor máximo do sujeito (DUPAS, 2005). Porém, o preço que nossas sociedades pagam por ela é o da insegurança. Utilizar termos relacionados ao comércio, como valor e consumo, não é um acaso pois Bauman argumenta que saímos de uma ética do trabalho para uma estética do consumo, deixando de sermos uma sociedade produtora para uma sociedade consumidora. Tornar ativa a insatisfação dos indivíduos é uma forma de manter o desejo ativado para aumentar o consumo e até, eventualmente, induzir o indivíduo ao vício (DALCIN; PITHAN DA SILVA, 2017).

A felicidade passa a ser conectada com a possibilidade de consumo. "Ser feliz" nunca esteve tão próximo do indivíduo tendo em vista que a felicidade se tornou mais uma mercadoria a ser consumida. A felicidade em si não está à venda, mas as etapas, passos, manuais e produtos para se chegar a ela, sim. Este talvez seja um dos mais engenhosos mecanismos de controle da pós-modernidade, pois sempre haverá uma nova versão de um produto, uma atualização do sistema, uma nova dieta, um novo método para fazer exercícios, uma nova decoração, todos com a promessa de menos renúncia e maior retorno, mesmo que eles sejam os mesmos de sempre e só estejam com uma roupagem nova. A imagem tem importância fundamental na pós-modernidade pois é através dela que representamos nossa individualidade e obtemos o reconhecimento social de felicidade (BORGES, 2006). Se antes o controle era territorializado, estruturado através de instituições tradicionais e portadoras do "certo" e do "errado", na pós-modernidade os próprios indivíduos, do mundo todo, promovem o controle social. A digitalização do mundo exerce papel central nesta relação através da liquefação das fronteiras e da livre atuação dos conglomerados de comunicação e propaganda, sob o pseudônimo de "redes sociais", impondo e regulando modelos e padrões a serem seguidos por cada indivíduo. Como esta é uma via de mão dupla, as empresas têm a possibilidade de, no limite, criar produtos personalizados, baseados no desejo individual, para cada um de seus clientes (CONSTANT CARNEIRO LEÃO; CASTRO, 2013).

Tamanhas possibilidades de escolha produzem um dos maiores sintomas de nosso tempo: o medo. Vivenciar a liberdade significa necessariamente fazer escolhas, ou seja, abrir mão de todas as outras oportunidades em função daquela que foi escolhida, produzindo incerteza, insegurança, desconfiança de si mesmo e da própria capacidade de decisão. A formação profissional dos indivíduos, bem como sua

formação intelectual e a atuação no mercado de trabalho, passam a ser sintomas desta angústia existencial como uma forma de nos protegermos das ameaças da pós-modernidade, buscando refúgio no conforto tecnológico e voltado para a segurança. A estrutura estatal montada para amparar os indivíduos em situações de risco são abandonadas em nome da livre escolha do indivíduo (FARIAS, 2017).

Seja na insegurança do trabalho (ameaçado pela automação), seja a segurança patrimonial (ameaçada pela violência cada vez maior), seja no desenho de nossas cidades (cada vez mais muradas e com os espaços isolados), o medo é um dos mobilizadores de nossa sociedade. O capital, que poderia comprar formas de diminuir o medo, acaba aumentando os riscos de quem o possui, dadas as condições alarmantes de desigualdade que nossas sociedades desenvolveram. Da mesma forma que o consumo atua buscando saciar um desejo que nunca se encerra, ele acumula bens que alimentam a desigualdade, a violência e o crime. “Os elementos necessários a uma vida feliz não parecem acessíveis ao capitalismo” (NASCIMENTO, 2014, p. 59).

Nossas cidades estão se reconfigurando a partir da égide do medo, de uma arquitetura do medo (DA COSTA BARRETO; SILVA LIRA, 2023). Não por outra razão buscamos o isolamento como forma de conforto, tendo muros e grades, câmeras de vigilância, cercas elétricas, nos separando do outro. O Estado de Mal-estar Social completa seu círculo de formação. Dadas todas essas possibilidades de identificação do sujeito neste início de século XXI a partir da individualidade, parece não haver outra saída senão o desmonte das políticas sociais do Estado e a concretização do sujeito neoliberal (BITTENCOURT, 2009).

1.4. Mal-estar à brasileira. A cidade, o condomínio e o indivíduo como um condomínio em si mesmo

Condomínios fechados constituem uma importante característica das cidades brasileiras, embora presentes em todo o mundo. Seus moradores compram o sonho, provocado por imagens e desejos fabricados ideologicamente, de maior contato com a natureza, de tranquilidade, felicidade e paz, tendo em vista que são ilhas urbanas isoladas por fortes esquemas de segurança privada com cada vez mais ofertas de serviços para seus moradores. Para além de um produto do mercado imobiliário, pretende-se analisar como o condomínio pode ser entendido como um sintoma de uma sociedade profundamente mergulhada na produção de mal-estar. A ideia de ilhas cercadas por muros como um ideal a ser perseguido tem transformado não apenas as áreas nobres das cidades, mas também se replica nos serviços públicos e nas áreas mais carentes das cidades. Não há espaço para construções comunitárias. Pelo contrário, há um incentivo para a individualização e a especialização dos serviços, agora dependentes de uma boa gestão. Este isolamento provoca o esgarçamento do tecido social e enfraquece a construção

de comunidades diversificadas e aptas a lidar com suas características e demandas próprias, além de eleger um inimigo oculto que está sempre a ameaçar os "intramuros": o outro.

A história brasileira é marcada por uma contínua ameaça do outro. Desde a chegada dos europeus (o outro mais ameaçador para os povos originários da América), passando pelos escravizados da diáspora africana (os outros como mercadoria e submissão), pelos imigrantes de diversas partes do mundo na virada do século XIX para o XX (o outro como um utilitário), até nossa realização e identificação como povo e como nação (levantando a pergunta fundamental "quem somos nós?" e a consequência lógica "quem são os outros?"), nossa constituição como nação é marcada pelo outro. O Brasil existe a partir da diferença, dos encontros entre os diferentes proporcionados pela história, portanto convivemos com um constante conflito para uma construção comunitária a partir da diversidade. A negação do "outro" promove o medo e a intolerância como valores fundamentais para a construção de nossas cidades cravejadas de condomínios (MELGAÇO, 2012).

A história da república brasileira tem início com um golpe de estado perpetrado por militares, artifício que voltaria a ser utilizado por diversas vezes durante o século XX. De certa forma, o Estado brasileiro sempre foi, e se mantém ainda hoje, segregado, violento e repressor. A construção da coisa pública no Brasil sempre enfrentou dificuldades e apropriações, tendo como maiores características o coronelato, ainda tão presente em nossos governos e a sucessão e apadrinhamento de famílias que se perpetuam no poder tratando da coisa pública como se fosse propriedade delas. O golpe militar de 1964 colocou o país em um estado de exceção no qual a repressão ao diferente foi levada às últimas consequências, incluindo torturas e assassinatos de quem se opunha ao regime, perpetrados pelo Estado. Esse medo do outro levou a algumas construções sociais muito particulares. O conceito de 'Lógica do Condomínio" do psicanalista Christian Dunker será utilizado para buscar entender como os conceitos do neoliberalismo tomam forma na sociedade brasileira a partir da década de 1970 e se cristalizam neste início de século XXI:

> Minha hipótese é de que um determinado modo de vida ascendente desde então – aqui chamado *vida em forma de condomínio* – centraliza e caracteriza uma unidade contemporânea de inserção de nosso mal-estar no capitalismo *à brasileira*. Chamo de *lógica do condomínio* a transformação dos problemas relativos à saúde pública, mental e geral, em meros problemas de gestão. (...) A lógica do condomínio surge, assim, como um capítulo e um sintoma da modernidade brasileira. (DUNKER, 2015, l. 10.53 ebook)(...) A globalização do capital gerou também uma globalização das maneiras de sofrer. Seria esse um efeito da expansão de uma mesma forma de vida, que carrega vicissitudes tratadas como mercadorias? Ou deveríamos pensar que a exportação dos tipos de sofrimento, das codificações sintomáticas e das grandes narrativas sobre o mal-estar faz hoje, de modo renovado, a função suplementar aos antigos dispositivos de colonização? A forma-mercadoria do sofrimento prepara o terreno ou lida com os efeitos secundários da devastação das formas de vida tradicionais? (DUNKER, 2015, l.

10.11 ebook)

Outra chave de análise importante é o conceito de Modo de Vida Imperial (BRAND; WISSEN, 2021). O conceito de Modo de Vida Imperial (MVI) refere-se às formas de produção, distribuição e consumo que moldam a vida cotidiana das pessoas tanto no Norte Global quanto, cada vez mais, nas cidades em crescimento do Sul Global. O MVI é, além do materialismo das ações, também a estruturação de um discurso social que permite que padrões e hábitos estrangeiros se enraízem em várias sociedades.

> A ideia central do conceito de modo de vida imperial é a de que a vida cotidiana nos centros capitalistas só é possível, essencialmente, a partir da constituição de relações sociais entre humanos e relações entre sociedade e natureza em outro lugar, isto é, por meio do acesso ilimitado a mão de obra, recursos naturais e sumidouros (sinks) — ecossistemas que absorvem determinadas substâncias em maior quantidade do que as emitem no ambiente, em escala global, como as florestas tropicais e os oceanos, no caso das emissões de carbono. (...) Escolhemos a expressão vaga "outro lugar" propositalmente. Basta pensar que muitos itens básicos do dia a dia estão ligados a uma série de atividades invisíveis nos momentos da compra, do consumo e do uso: a origem das matérias-primas utilizadas na fabricação de eletrodomésticos e aparelhos médicos ou na infraestrutura de transporte, água e energia; as condições de trabalho sob as quais esses materiais são extraídos ou os tecidos e alimentos são produzidos; e o gasto energético necessário para tudo isso. "Produtos culturais" como a mídia impressa ou digital também fazem parte dessa economia invisível. É justamente essa invisibilidade das condições sociais e ambientais por trás dos produtos que possibilita a naturalidade da experiência de compra e uso. (BRAND; WISSEN, 2021, p. 71–72)

O MVI abre a possibilidade de compreensão de que o "outro" não é apenas um grupo de pessoas, mas também territórios e lugares que devem ser instrumentalizados para possibilitar determinadas formas de vida consideradas "boas" ao mesmo tempo em que são sustentadas por ações que degradam e oprimem "outro lugar". Desta forma, as práticas institucionais que estruturam as sociedades contemporâneas são sustentadas por discursos que cada vez mais isolam as pessoas e impõem os custos (sociais e ambientais) para o "outro lugar". Ou seja, o que entendemos individualmente em nossa vida cotidiana por "uma boa vida", "sucesso" ou "correção", são estruturas que se guiam por parâmetros e conceitos alheios às nossas realidades e que só se sustentam pela exploração dos recursos pessoais e ambientais de "outro lugar". Esta forma de agir implica acesso exclusivo a bens, serviços e recursos naturais, podendo ser traduzido em um urbanismo movido por ações de requalificação urbana para transformar as realidades dadas nos territórios por outras exclusivistas, e para um determinado tipo de população. O que fazemos com aqueles que já estavam lá ou o que é necessário para manter esse novo modo de vida pertence ao "outro lugar", aquele que está fora da vista e arca com os altos custos impostos pelo MVI (DÜNCKMANN; HEIN; KLEPP, 2022). Mesmo as alternativas sistêmicas apresentadas para resolver ou mitigar os problemas decorrentes

deste ideário, como o “capitalismo sustentável” ou os “créditos de carbono” acabam apenas retardando a destruição e mantendo condições de exploração e opressão. Frequentemente, essas questões sociais tornam-se econômicas, produtos embalados em novas e mais atraentes embalagens, mas que continuam, na essência, a ser racistas, misóginas, xenófobas, excludentes e especistas, quando não são a soma de todos esses males, ameaçando o meio ambiente como um todo.

Figura 2 - Modo de Vida Imperial



Fonte: Elaborado pelo autor

Gago (2015) argumenta que os fundamentos do MVI devem ser combatidos para evitar o desenvolvimento de um Neoliberalismo de baixo para cima que financie a vida dos mais vulneráveis. Esta situação ocorre através de instituições e agências que deveriam, em teoria, eliminar as condições estruturais de desigualdade e exploração. No entanto, a crescente disponibilidade de crédito, a promoção do empreendedorismo e a ideologia meritocrática se refletem em um modo de vida que desconsidera as culturas, as demandas e as necessidades da população. Esta visão hegemônica prioriza o bem-estar à

custa dos outros e não promove a sua participação nos processos de tomada de decisão, o que é, em última análise, insustentável. A cidadania através do consumo perpetua a dependência e a exploração e representa uma manifestação particularmente nefasta deste sistema, aumentando a produção de mal-estar.

O que se pretende aqui é analisar de que forma o condomínio pode ser visto como um sintoma de nossos tempos, como resposta dada por nossa sociedade ao mal-estar da pós-modernidade. A pós-modernidade, como visto, tem como característica a liquidez da vida, a impermanência das suas estruturas organizadoras. Assim, o trabalho se torna precarizado e o trabalhador autônomo, a seguridade social se torna individual, as comunidades são efêmeras. O mal-estar social se inicia no indivíduo, no sujeito neoliberal, e tem seu sintoma revelado pelo mercado imobiliário, sustentado pela exploração e degradação de pessoas e biomas fora dos muros, no "outro lugar".

Condomínios, no Brasil, são protegidos por legislação desde, pelo menos, a década de 1960, mais precisamente 1964, quando foi promulgada a Lei 4591/64[23]. Os *condominum* londrinos foram criados na virada do século XIX para o XX como um enfrentamento aos problemas urbanos advindos das revoluções industriais, especialmente os relacionados à higiene, à miséria e ao adensamento populacional. As condições de vida urbana no limite da precariedade provocavam enorme insatisfação na classe trabalhadora e incitaram revoltas e piquetes com constância cada vez maior, aumentando o medo das classes dominantes. A saída encontrada foi de espraiar a cidade, buscando formas de ocupação dos subúrbios através da melhoria e da implementação de novos meios de transporte, primeiramente com os bondes, depois com ônibus municipais e o metrô. A descentralização da cidade se deu a partir de um planejamento voltado para atrair a população para novas zonas com a promessa de facilidades de acesso, tecnologia e bem-estar. A implantação das linhas dessas redes de transporte ficava a cargo de empresas privadas que estabeleciam parcerias com construtoras e empreiteiras de forma que os meios de produção do capital se expandiram. O movimento de suburbanização londrino partiu da vontade de resolver

[23] A partir desta lei, ficaram claras as disposições sobre as unidades autônomas do condomínio, sobre a convenção de condomínio, sobre as despesas de condomínio, as questões relativas à segurança como seguro, incêndio, demolição e reconstrução, sobre a utilização da edificação e como deveriam ocorrer as incorporações imobiliárias. A urbanização apresenta dois tipos de edificação multifamiliar, os prédios e os condomínios de casas apesar de, do ponto de vista da legislação, com a mudança introduzida pelo novo Código Civil (Lei 10.406/02), não haver diferença entre o condomínio vertical (de apartamentos) e o horizontal (de casas), ou seja, diferentemente dos loteamentos, onde uma gleba é dividida em lotes que são vendidos cada um a um único proprietário mantendo-se as vias de acesso públicas, os condomínios dividem-se em unidades condominiais correspondentes a frações ideais sobre o terreno comum. Os regulamentos internos dos condomínios são definidos por seus coproprietários, assim como as despesas comuns são custeadas pelos coproprietários e todos compartilham dos mesmos direitos. Essa lei não tem um caráter espacial e não regula o condomínio como forma espacial, mas apenas a figura jurídica da incorporação imobiliária.

problemas da urbanização mal estruturada e se tornou um novo campo do mercado imobiliário afastando, inclusive, a população que era alvo primário desta ação[24] que não teve condições de acessar as linhas de financiamento ou de arcar com os custos destas transformações (FONSECA SOUZA; BROWNE RIBEIRO FILHO, 2015).

Os primeiros condomínios brasileiros surgiram na década de 1970 e representam um modelo de ideal de vida. É possível traçar um paralelo entre a configuração que os condomínios residenciais tomaram no Brasil com os ideais da "*democracity*" apresentados anteriormente e de Centerton, sendo um conjunto de torres ou casas isoladas das áreas públicas da cidade e muradas, estritamente residenciais, com acesso por rodovias, promovendo uma ocupação do solo por setores.

> É justamente na proliferação e na transformação de casas em territórios fortificados que vemos uma ressignificação do dispositivo panóptico, idealizado por Bentham no século XVIII e largamente descrito e estudado por Foucault. Pensado arquitetonicamente como uma construção circular periférica com uma torre central, esse objeto do "olhar" tinha como principal objetivo controlar o espaço por meio da premissa "ver sem ser visto". O dispositivo, pensado inicialmente para instituições como presídios, expandiu-se para as escolas, hospitais e fábricas. A psicosfera do medo associada a tecnosfera da segurança possibilitou o espraiamento desse instrumento, atomizado em cada residência, ressignificando-o de forma que o objetivo não é mais "manter o controle de dentro", mas sim "manter fora". As câmeras de vigilância e as rondas privadas são os "olhos" do dispositivo, como se houvesse uma terceirização do olhar. Voltados para a rua, buscam identificar possíveis riscos, perigos e pessoas suspeitas. As cercas elétricas, os muros altos, os cães-de-guarda objetivam manter os perigos distantes, fora do espaço da residência.(AQUINO BAYER; DANTAS, 2016, p. 614)

Este modelo foi aplicado tanto para os conjuntos habitacionais de interesse social como para os produtos imobiliários oferecidos para as classes médias e altas. Se por um lado, nos condomínios de alto padrão, a expectativa é a de uma vida paradisíaca, por outro, nos condomínios de habitação popular, a proposta é de uma vida regularizada; em comum aos dois universos está a segregação. Ou seja, para além de simplesmente demarcar as fronteiras de um território, nossos condomínios fazem a distinção e segregam entre os de dentro e "os outros". Enquanto que para os de dentro há a promessa de uma vida paradisíaca, para os de fora, mesmo que visitantes convidados pelos de dentro ou funcionários que trabalham nos condomínios, há rígidos padrões de inspeção, registro, monitoramento e acompanhamento, mantendo inclusive entradas e saídas segregadas para prestadores de serviço do próprio condomínio, seja nas áreas comuns seja nas residências. A imagem de um espaço necessariamente feliz, sem conflitos e em harmonia, voltado para um passado mítico, projetando um futuro de esperança e apartado do mundo real,

[24] Os mais pobres e os trabalhadores industriais.

valorizando o entretenimento e a cultura da mercadoria, esteticamente perfeito, é parte essencial da lógica de condomínio.

> Nesse contexto, convém ressaltar que a instrumentalização da natureza em prol do mercado, tornando, áreas verdes, acesso aos parques e às praias exclusivos, por meio de muros, tapumes e caminhos restritos aos moradores de determinados condomínios fechados de luxo, além de se configurar como exemplos de anticidades dentro da urbe, visto que fragmentam o tecido urbano e impedem a circulação livre de pessoas, também se configuram em desrespeito às leis ambientais vigentes, sobretudo no que se refere ao artigo 225 da Constituição Federal de 1988. (DE OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2021, p. 134)

A propaganda, ou a criação de imagens, é elemento fundamental para os condomínios. A segregação não é velada, ela precisa ser reforçada pelas propagandas e pelo imaginário dos condomínios como seu diferencial, como um atrativo para seus moradores, uma fuga da realidade das cidades na esperança de se afastar do medo do outro.

> O ideal veiculado pela propaganda não seria a de se ter uma cidade melhor, de se resolver os problemas urbanos, mas sim de criar uma cidade paralela. Há aqui um exemplo claro de que o individualismo, uma das marcas do atual período neoliberal, não se restringe apenas às falas e às ações, mas se materializa em formas espaciais voltadas à exclusividade. (MELGAÇO, 2012, p. 86)

Os condomínios são apresentados como uma solução para dois dos maiores problemas da urbanização brasileira: a segurança e o conforto. Há claramente uma ordenação dos espaços, obedecendo regras homogêneas de estilo e de estética, com os lugares bem distribuídos e arquitetados. Nos condomínios de alto padrão, a segurança privada se faz presente de modo que nos intramuros, as casas não apresentem grades ou cercas, e tudo parece bem administrado e limpo. Ao mesmo tempo, o medo é parte essencial da lógica de condomínio. Ele precisa ser generalizado, transformado em sintoma de nossa sociedade, alterando os hábitos de vida, as formas de lazer, de moradia, de transporte e de deslocamento, ou seja, toda a dinâmica urbana. O medo é manifestado na fragmentação da vida, na criação de zonas e espaços descontínuos buscando exercer um controle total. Essa fragmentação provoca o enclausuramento da população negando o espaço público através de equipamentos de segurança variados formando territórios fortificados e segregados (CEZAR, 2018; D'OTTAVIANO, 2010; OLIVEIRA; MATTOS; VIANA, 2021). Essas ilhas de autosegregação forjadas e controladas pelo medo podem ser exemplificadas tanto nos territórios dominados por organizações criminosas, como no caso de favelas e comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro, geridas e organizadas por mafiosos, milicianos e traficantes(MANSO, 2023), como nos condomínios de alto padrão, onde muros, grades, cercas elétricas permitem o contato

físico fronteiriço direto com algumas dessas comunidades ao mesmo tempo que impede o contato pessoal. Essa segregação provoca diversos danos à cidade, especialmente a alienação e a fuga do enfrentamento dos outros problemas da sociedade, deteriorando a qualidade de vida, o exercício da cidadania e a construção da civilidade (SOUZA, 2008). É importante ressaltar que os condomínios têm pouca relação com os ideais da cidade jardim de Ebenezer Howard[25], apesar de buscarem se associar com uma vida no campo e perto da natureza, ou com uma melhoria da cidade ou do espaço público, sendo suas propagandas totalmente voltadas para a satisfação pessoal e para a alienação da vida em sociedade. Enquanto Howard almejava uma cidade que proporcionasse autossuficiência de maneira igualitária, oferecendo habitação de qualidade e uma vida saudável para todos os seus habitantes, com especial atenção à classe operária, que era a mais impactada pelas consequências do crescimento urbano caótico, os condomínios de luxo atuais adotam uma abordagem oposta. É possível concluir que os condomínios fechados agridem diversos princípios e leis urbanas quando, por exemplo, tornam bens ambientais exclusivos ao restringir o acesso a praias, parques e outros espaços, o que afeta diretamente o direito à Cidade, o acesso à natureza nas Cidades, o direito de ir e vir, bem como a função social das cidades. A forma como os condomínios fechados são implementados no Brasil ressalta a necessidade de repensar os valores e prioridades que guiam o desenvolvimento urbano atual. Ao invés de promover a segregação e a elitização, como fazem esses empreendimentos, é preciso buscar alternativas que promovam a convivência, a sustentabilidade e a igualdade de oportunidades, atendendo aos anseios por uma cidade verdadeiramente cooperativa e equitativa (DE OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2021).

Essa ideia de uma vigilância total não se descola totalmente da estrutura do poder público, mas, ao contrário, se apropria dela nas mais diferentes formas. Essa privatização do espaço público se manifesta no ideal de exclusividade, fazendo com que o acesso seja mediado pelo poder aquisitivo das pessoas. Os serviços públicos são transformados em mercadorias e em ativos dos condomínios fazendo com que o lazer, a saúde, o transporte e a educação sejam acessíveis só a quem pode pagar por eles. O poder aquisitivo se transforma em poder político quando, por exemplo, a Secretaria de Segurança Pública do Governo de São Paulo cria, em 2009, uma delegacia especializada em crimes contra condomínios, atendendo a pressões realizadas pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis (SECOVI) de São Paulo, ou quando, no mesmo ano, institui o Programa de Prevenção e Repressão ao Roubo de Condomínios ou ainda quando as guaritas de segurança destes condomínios passaram a ter

[25] Urbanista inglês, pioneiro do planejamento urbano. Em seu livro "Cidades-jardins de Amanhã", propôs um modelo de cidade ideal que combinasse os benefícios do campo e da cidade, separados em zonas de ocupação, com áreas verdes e uma população equilibrada.

ligação direta com as delegacias de polícia (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009; MELGAÇO, 2012). Além de se tornar alvo da violência urbana, muitas vezes os condomínios são causadores de violência, como em casos em que pessoas menores de idade dirigem em suas ruas sem habilitação, ou quando vizinhos se agridem ou realizam furtos ou outras contravenções internamente, ou quando os próprios chefes do crime organizado passam a morar nos condomínios (G1, 2019). O mito da segurança dos condomínios parece não se sustentar.

> Não se trata aqui de negar a existência dos riscos reais de se sofrer alguma forma de violência, a ineficiência dos órgãos de segurança pública ou muito menos o direito constitucional à segurança. O que se questiona é o uso político do discurso da violência urbana como justificativa para uma privatização do espaço público e uma criação de espaços segregados.(MELGAÇO, 2012, p. 101)

Para compreender de que forma este ideário se consolidou em nossas realidades, é preciso situar o contexto brasileiro das décadas de 1970 e 1980. As correntes migratórias internas apresentavam suas consequências e o Brasil deixava de ser um país majoritariamente rural, o que impactou enormemente na ocupação do solo das cidades. Neste período, a inflação desestabilizou as relações econômicas do país e a ditadura militar aprofundou a crise social e política. Com o encaminhamento para o fim da ditadura, cristalizou-se a ideia de abertura política e econômica. Se durante o período da ditadura militar, o Estado também passou por este momento de “suspensão das leis”, onde os Atos Institucionais e violações de direitos, por exemplo, se sobrepunham a ordem legal vigente, com o fim da ditadura, a sensação de que o Brasil iria agora, finalmente, cumprir seu ideal e realizar o futuro, fervilhava em manifestações populares de rua reivindicando o aumento da participação social, com planos econômicos e reformas administrativas da máquina pública. A promessa de abertura, de inserir o Brasil nos circuitos de capital internacional, prometia a superação do subdesenvolvimento e da ampliação dos mercados. Da mesma forma que as populações de regiões menos desenvolvidas do país migraram para as regiões sul e sudeste buscando trabalhos na construção civil, o Brasil buscava adentrar nos mercados internacionais estabelecidos. O crescimento, a nova população urbana nas cidades brasileiras e a diversidade, causaram estranhamento e a ordenação, em conjunto com os planos de ocupação, buscavam dar conta da gestão deste mal-estar. Os condomínios foram uma resposta legal do mercado para a diversidade que surgiu nas cidades. Os primeiros condomínios eram concessões do Estado para a iniciativa privada, possibilitando que os responsáveis inclusive expedissem habite-se e definissem quem poderia ou não ocupar as áreas.

O condomínio, assim como Centerton[26], é um diorama da cidade, uma mimesis do espaço público. A fantasia ideológica que se cria é que superadas as condições políticas (a ditadura) e sociais (a diversidade), o condomínio agora pode buscar a felicidade de seus moradores:

> ou seja, uma versão mal disfarçada da fantasia, que nos faz crer e confirmar, a cada momento, a hipótese de nosso "liberalismo mal implantado". Primeiro é preciso estabelecer certos limites contra o desprazer; em seguida, pensar se é possível alguma satisfação (DUNKER, 2015, l. 11.71 ebook)

Como o condomínio horizontal se localiza em uma região afastada dos centros das cidades, traz consigo uma visão idílica de contato com a natureza e de menos preocupações. Alphaville, no interior de São Paulo, é um dos maiores exemplos deste tipo de produto, com seus condomínios residenciais isolados uns dos outros, com rígidas normas de construção das casas, cercados por conjuntos de prédios comerciais e de "natureza". Este modelo de ocupação territorial dispersa traz consigo uma série de implicações para a qualidade de vida das cidades seja no aumento do tempo das viagens, seja no aumento da frota de veículos individuais, seja no aumento do custo dessa frota ou na poluição que ela produz.

Por vezes o planejamento urbano se coloca no papel de regulador da vida comunitária e Dunker, buscando paralelos com o tratamento psíquico, sua área de atuação, aponta relações entre os condomínios e os hospitais psiquiátricos, onde, retirada a pobreza e a loucura, também encontramos as estruturas arborizadas, organizadas, com retiros para realizar diversas atividades, regulamentos internos e rotas de circulação (DUNKER, 2015). Formas de evitar o desprazer já haviam sido elaboradas por Freud em *O Mal-Estar na Civilização*, o que se relaciona com a lógica do condomínio, estando presente em ambos os ideários a conquista da natureza, o refúgio e a proteção em uma coletividade orgânica, o sentimento de exclusividade ou de que se está participando de uma experiência acessível para poucos, uma ruptura com o mundo comum e a anestesia através da embriaguez ou da intoxicação. Esta aparência do natural e geral ao que é parcial é uma das táticas utilizadas pelo mercado para dar credibilidade a este produto privatizado (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002).

A vida ordenada e regrada desta forma é voltada para a produção através de projetos. O que antes, no espaço público, era um prolongamento da vida privada, agora é totalmente compartimentado. Se na cidade podemos caminhar por todas as ruas e calçadas, correndo o risco do encontro com o outro, quaisquer que sejam esses encontros, como uma pessoa em situação de rua, um ciclista, um automóvel,

[26] A cidade em miniatura, um diorama, exposta na Feira Mundial de 1939 em Nova York, apresentada no capítulo anterior.

ou apenas outra pessoa também caminhando, no condomínio temos trilhas de caminhadas definidas apenas para pedestres, a realização de um projeto de caminhada (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2021). Assim, o produto da lógica do condomínio tem que ser um diferencial para o sujeito, um produto imagético, um fator de destaque e de status. Em um momento histórico de insegurança, apenas a posse ou a imagem da ostentação não produz a identidade, é preciso possuir uma história que legitime a posse, um enfretamento da realidade através de uma saga. Poucos símbolos são mais produtores de sentido na pós-modernidade do que uma bela história de superação de adversidades apresentadas pela vida, quanto mais difícil e ardiloso o caminho percorrido, maior a legitimação. Podemos entender estas histórias como a superação do "outro lugar" e a inserção em novos círculos sociais, agora intramuros. O trabalho adquire um lugar novo, de legitimação do sucesso e da felicidade[27], sem, contudo, superar o mal-estar. O condomínio efetivamente transforma a relação entre as vidas pública e privada, suspendendo a relação pública, primeiramente com seus muros que levantam proteção contra a "barbárie" externa, depois ao prometer, dentro de seus muros, a construção de uma cidade perfeita, já que autoconstruída entre iguais, bastando apenas um gerenciamento eficiente.

Na ausência do Estado, a autoridade da lógica do condomínio é assumida pelo síndico. O síndico substitui o papel do coronel ou do administrador e assume o papel de gestor. Se antes a autoridade era absolutamente definida e personalizada, agora o síndico é totalmente despersonalizado, é alguém que opera através de regras, normas, índices e balanços. Muitas vezes existe, inclusive, a vontade dos moradores de contratar empresas especializadas em gerenciar os condomínios, em fazer o papel do síndico, terceirizando novamente o serviço da gestão do espaço em comum. A autoridade, que era pública, agora é profissionalizada, especializada em leis e em organizar a convivência humana. O síndico é o ordenador da promessa de felicidade e a partir do momento em que a felicidade não é atingida, o síndico passa a criar mais regulamentos, mais ordens, mais normas, buscando manter a promessa de felicidade. O trabalho de síndico é um extra, com tempo indeterminado, sem registro profissional e com metas a serem alcançadas e qualificadas, ou seja, é um trabalho por projeto. O síndico não tem horário fixo de trabalho, apesar de sempre ser o síndico, tampouco tem rotina ou local definidos. O síndico é a perfeita realização de um trabalhador pós-moderno.

É importante destacar que a lógica do condomínio não se restringe às classes mais abastadas da sociedade e está presente, de modo invertido, nas camadas mais pobres. Na disputa pelo território e a partir da exclusão, as favelas se estruturam também atrás de seus muros e com suas regras particulares, com seus

[27] A desconfiança gerada através das imagens do funk ostentação, onde os jovens demonstram a conquista da superação das adversidades através do consumo de itens de luxo, são exemplos notórios dessa realidade.

“síndicos” operando a suspensão das leis pela ausência do Estado. Diferentemente dos proprietários de alto padrão que escolhem o isolamento, as favelas são isoladas à revelia. Da mesma forma as prisões também exprimem a lógica do condomínio, onde estão presentes a idealização, a contradição social, a cisão, o retorno de um algo que não pode ser reconhecido. A lógica do condomínio se expressa também de maneira invisível, como a mão do mercado, através da ideologia capitalista na disputa do território, mantendo as desigualdades localizadas e territorializadas, exportando problemas e bloqueando seu retorno com o controle de fronteiras, taxas fiscais e a restrição da circulação das pessoas. “A identidade estrutural que une condomínios de luxo, prisões e favelas aparece como ressentimento social” (DUNKER, 2015, l. 11.73 ebook).

Condomínios produzem diretamente três impactos concretos na cidade:

- A implantação de núcleos urbanizados em zonas afastadas da infraestrutura urbana já construída, aumentando a densidade, a circulação e o impacto socioambiental e econômico em áreas que não estavam destinadas a receber esta população;
- O fortalecimento da carrocracia pois, tendo sido construídos em áreas afastadas e sem infraestrutura urbana e voltados para população de maior poder aquisitivo, a alternativa de transporte que seus moradores utilizam é a do carro e;
- A privatização do espaço público ao se apropriar de áreas que deveriam ser de acesso comum, mas passam a ser controladas pelos condomínios, sejam ruas e avenidas sejam bens naturais como praças, parques, lagos ou remanescentes de vegetação. Estas áreas se tornam ativos para os condomínios ao mesmo tempo que o controle do acesso provoca transtornos imensos para as populações lindeiras aos condomínios.

Todos estes impactos surgem de formas de fugir do mal-estar da civilização, ao invés de enfrentá-los, e da constante produção de desejos mediadas pelo capital. A lógica do condomínio não diminui esse mal-estar, mas, ao contrário, atualiza-o para os tempos atuais potencializando o sujeito pós-moderno. Portanto, o condomínio é, antes de ser um produto espacial, uma lógica do pensamento ocidental contemporâneo que molda o modo de viver na urbe.

2. Capítulo 2 – O Planejamento Urbano nas primeiras décadas do século XXI

Dadas as características analisadas até agora, cabe-nos examinar o percurso histórico que nos trouxe até aqui. Neste capítulo serão exploradas as ferramentas utilizadas globalmente pelo urbanismo nesse início de século XXI e as transformações que elas operam nas cidades. Partindo de um cenário mais amplo, serão analisados os impactos do uso destas ferramentas nas cidades latino-americanas e brasileiras. Serão caracterizados elementos comuns estruturantes e seus impactos no desenho urbano. Aproximando o recorte para as cidades brasileiras, será analisado como o planejamento urbano se estrutura a partir da luta pela reforma urbana e de que forma os instrumentos criados a partir do Estatuto da Cidade buscaram responder aos desafios da contemporaneidade.

Dentro de uma perspectiva modernista de Planejamento Urbano, a elaboração de ações e políticas para o uso do solo das cidades se dá através da racionalização das ações do mercado e do Estado buscando suprir as necessidades do interesse público. A partir do domínio do neoliberalismo, transformações drásticas no planejamento urbano foram percebidas. As práticas neoliberais transformam o espaço urbano em um lugar a ser explorado através de ações guiadas pelo mercado, buscando o crescimento econômico, alterando a forma como planos e projetos públicos são pensados e elaborados. Se, durante o século XX, o urbanismo pôde ser encarado como uma forma de controlar e organizar a ocupação do território e das formas de produção que nele se dariam buscando o bem comum, pela perspectiva neoliberal isso significa uma intromissão indevida do Estado que acaba por distorcer os preços de mercado da terra, alocando recursos de maneira ineficiente, e por burocratizar os processos, encarecendo as ações e dificultando a valorização econômica. Dentro desta perspectiva, o Poder Público reduz sua atuação para o bem comum, esvaziando seus espaços físicos e simbólicos, transformando a legislação através de reformas e adaptações necessárias para que o mercado possa atuar de maneira mais ágil, desburocratizada, buscando a privatização dos espaços públicos ociosos para o melhor aproveitamento financeiro. O planejamento, portanto, passa a se restringir a agências técnicas específicas para garantir os cenários favoráveis ao crescimento econômico.

O planejamento urbano atua de forma a regular as ações de agentes privados no espaço público. O modernismo já havia transformado a visão do planejamento buscando ampliar as formas de participação e de representação da população no seu âmbito. A contemporaneidade busca uma eficiência voltada ao mercado, que transforma a cidade em um produto através de chaves como o *city marketing*, a atração de novos negócios através de incentivos fiscais, a destinação de grandes áreas para atender às demandas de logística de produtos ou a atração de novas populações buscando, por exemplo, elaborar políticas voltadas para “classes” específicas de trabalhadores. O individualismo se inseriu como norma em todos os aspectos da vida social, negando as teorias do passado e criando mitos ideológicos e uma nova linguagem. O que

antes era tratado dentro da esfera da regulação dos espaços agora passa a ser encarado como empreendedorismo público, transformando radicalmente a forma e os objetivos do planejamento urbano (MCGRUIRK; MACLARAN, 2001).

A ideologia neoliberal mobiliza condições políticas, econômicas e sociais para desvirtuar a concepção de "público" como uma identidade coletiva e transformá-lo em categorias relacionados à economia, como pagadores de impostos ou consumidores (CLARKE, 2004). Dessa forma, abre-se espaço para a privatização dos serviços públicos, para a substituição da burocracia pela concorrência e para a introdução de arranjos financeiros nas instituições públicas (BARNETT, 2010). Conforme aponta Wright (2013), pode-se analisar as ações da ideologia neoliberal por três pontos de vista independentes e complementares entre si: o ponto de vista social, o econômico e o político. Do ponto de vista social, o neoliberalismo promete ações pontuais, serviços personalizados, baseados na tecnologia da informação e da criação de nichos de mercado ao invés de grandes mercados de massa, o que, de certa forma, levou ao processo de "desindustrialização" dos países ocidentais. As ações devem ser realizadas a partir de interesses individuais, do direito de cada um buscar a melhor forma de viver desde que isso não prejudique os demais. A solução de problemas sociais é depositada na relação entre mercados e onde não existirem mercados a política deve agir para criá-los. Do ponto de vista econômico, o neoliberalismo busca agir no setor público como se este fosse parte do mercado. Assim as ações do Estado devem ser limitadas a políticas fiscais e monetárias dos bancos centrais e qualquer política fiscal do governo para estabilizar os ciclos econômicos é malvista. Do ponto de vista político, o neoliberalismo promete um aprofundamento dos ideais liberais, de valorização das liberdades individuais, através de um discurso de busca de uma qualidade de vida individualista, onde os serviços públicos são oferecidos pelo mercado ou submetidos a competitividade e o governo apenas oferece dados e indicadores para a superação dos problemas da sociedade através da criação de mercados.

É preciso identificar claramente as formas de ação que estão sendo implementadas em nossas cidades para que se perceba a ideologia na qual estamos inseridos. Não se trata, portanto, de estabelecer uma dicotomia no campo do planejamento urbano entre uma ação totalitária e centralizada do Estado, que acaba por receber críticas de que, na verdade, este apenas azeita a máquina capitalista (FRIEDMANN, 2020b; SCOTT, 2013) ou de uma concepção inspirada em Hayek, de antiplanejamento, ou abandono deste campo de ações voltadas para a ação orientada pelo mercado, uma espécie de mistura entre um "neoconservadorismo" e o neoliberalismo, como apontado por Bramley e Lambert e Miraftab (BRAMLEY; LAMBERT, 1998; MIRAFTAB, 2004). A ideologia neoliberal funciona com alguns conceitos chave como a descentralização, a despolitização, a atuação através de agências técnicas, a financeirização, o conservadorismo fiscal, a desregulação, o crescimento infinito, o empreendedorismo, o individualismo, o consumismo, a

mercantilização e o privatismo. A criação de mercados e seu funcionamento está intimamente conectada aos direitos autorais e ao direito de uso da terra (SAGER, 2009; WALLACE; WILLIAMSON, 2006; WRIGHT, 2013).

Friedman (2020b) identifica duas lógicas do neoliberalismo sendo aplicadas em contextos políticos e institucionais diferentes, mas que partem dos mesmos ideais: o neoliberalismo por *design* e o por padrão. O neoliberalismo por *design* é um modo de desenvolvimento urbano em que a máquina estatal é utilizada para implodir conselhos e órgãos reguladores locais e impor uma visão de cima para baixo. São utilizados instrumentos para atender interesses específicos como a criação de zonas especiais, com menos incidência de impostos ou redução de obrigações legais e a criação de agências específicas para gerenciar estas zonas e organizar estes espaços para a posterior venda para a iniciativa privada. Já o neoliberalismo por padrão ocorre quando uma série de elementos políticos, institucionais e/ou ideológicos se organizam de tal forma que os atores políticos se veem coagidos a agir dentro do padrão neoliberal, como, por exemplo, quando acordos econômicos são firmados como forma de responder a demandas sociais ou quando são realizados cortes orçamentários em programas sociais para um suposto reequilíbrio das contas públicas, ou ainda quando agências reguladoras ou consultorias especializadas são contratadas para gerenciar os bens públicos. Ou seja, quando a resposta neoliberal surge não por uma construção ideológica explícita, mas por padrões estabelecidos através de confluência de padrões institucionais, políticos e de ideias.

O processo de globalização faz com que as ideias e as experiências de diversas partes do mundo circulem com maior facilidade, produzindo padrões e referências sobre qual seria o indicador de sucesso. Com a digitalização, o capital circula com maior facilidade e velocidade, passando a ser possível investi-lo de acordo com as necessidades e interesses do próprio capital. Este movimento força as cidades, instituições e pessoas a competir entre si para receber os aportes deste capital digital. A pré-condição crucial para o planejamento dentro da perspectiva neoliberal, portanto, é criar demanda e condições para que a urbanização e a modernização das cidades ocorram de forma a gerar investimentos em escala internacional. Essa competição busca atrair investimentos diversos, sejam os aportados através da atração de novas empresas globais, de fábricas, estruturas de logística, ou mesmo a própria população atraída por novas configurações territoriais.

Esses investimentos são disputados com outras cidades e desenvolvidos através de parcerias de gestão entre entes públicos e privados, com a gestão de projetos específicos contratados, ao invés de regulados ou controlados pela burocracia estatal (JUNIOR, 2021). É preciso demonstrar um espírito empreendedor. As reformas produzidas pela Nova Gestão Pública abarcam todos estes conceitos e os encoraja. A complexidade de normas e valores relacionados com o serviço público, bem como os valores éticos e

processuais das leis encontradas dentro de um sistema de governo tradicional acaba por marcar uma forma de atuação. A Nova Gestão Pública busca transformar esta forma de atuação pensando o serviço público através de um modelo econômico de gestão, no qual o Estado passa a ser visto como uma empresa e a racionalidade dos negócios direciona as ações de caráter público. O setor público, em todos os seus níveis, deve buscar metas e resultados, com estratégias de gestão orientando os procedimentos internos, buscando a melhoria através da competição, da busca por mercados internos e da satisfação do consumidor. (HOOD; PETERS, 2004; LANE, 2000)

O empreendedorismo é tanto uma consequência como uma estrutura do neoliberalismo. A ideia de perceber tudo a partir da visão de um mundo de negócios abre a possibilidade de gestores públicos passarem a ser vistos como CEOs, cidadãos como clientes ou fornecedores, o espaço público como uma constante possibilidade de oportunidade de negócios, a manifestação das formas de vida das pessoas como eventos espetaculares, como produtos a serem comercializados em atrações e passeios turísticos, apenas esperando o próximo empreendedor visionário, com sua *startup* inovadora e investidores ávidos pela multiplicação do capital. O empreendedorismo demanda agilidade e rapidez para consolidar suas oportunidades e estabelecer seus negócios. A legislação urbanística freia a velocidade das ações pretendidas pelos empreendedores urbanos e deve então ser constantemente flexibilizada e simplificada para se adequar às condições de mercado. O papel do planejador se transforma, nesses termos, de um agente de equilíbrio entre os impactos comunitários e ambientais, de interventor, para o de facilitador do desenvolvimento econômico, favorecendo o crescimento ao invés da redistribuição.

A resposta a esse cenário vem, não raras vezes, através de projetos de requalificações urbanas, buscando atrair novas empresas, novos investimentos de agências internacionais multilaterais e um cenário de inovação e criatividade, criando ilhas urbanas através de edificações icônicas e funcionais para públicos específicos (como os shoppings centers, centros culturais e museus ou prédios comerciais). Investimentos em infraestrutura tecnológica, em acesso a bens naturais e a infraestrutura de transportes aéreo e por terra são características destas cidades voltadas para a competição e atração de capital internacional (CHIODELLI; MORONI, 2015; GRAHAM, 1999; HARVEY, 2007; MOSS, 1987).

É cada vez maior o número de cidades buscando se inserir no mercado internacional e se tornar *hubs* locais da economia globalizada. Isso gera o constante investimento em infraestrutura e em obras públicas, normalmente excedendo a capacidade de investimento das cidades através de sua própria arrecadação, fazendo com que os governos busquem créditos em instituições internacionais, aumentando suas dívidas e reduzindo as capacidades de investimento. O empreendedorismo urbano busca criar condições para que o capital internacional se acumule dentro das fronteiras das cidades, através de políticas institucionais que

promovam a governança urbana de maneira inovadora e arriscada, com estratégias baseadas nas estruturas de mercado, buscando parcerias público-privadas e alianças para fortalecer a competitividade da cidade. A promoção dos lugares, a criação de imagens e *slogans* criativos, ou ainda a de áreas especiais de valor cultural passam a fazer parte das estratégias de planejamento. (MADSEN, 1992; PADDISON, 1993).

Algumas políticas têm sido implementadas com maior constância nas últimas décadas e sido apontadas como instrumentos efetivos para o planejamento urbano dentro da perspectiva neoliberal. Sager (2011) elenca 14 ações relacionadas a estratégias de financiamento, de construção de moradias, de atração de novos negócios, de organização do espaço e de construção de infraestrutura, que têm sido utilizadas no planejamento urbano e que podem ser associadas a políticas neoliberais. Três grupos prioritários, que são influenciados por estas ações, são destacados pelo autor:

Buscando o Desenvolvimento Econômico Urbano:

- *City Marketing*;
- Desenvolvimento urbano para a atração da "Classe Criativa";
- Incentivos para o Desenvolvimento Econômico;
- Competição através de licitações.

Buscando a Provisão de infraestrutura:

- Parcerias Público-Privadas;
- O envolvimento do setor privado no financiamento e operação da infraestrutura de transportes;
- O envolvimento do setor privado na aquisição de áreas para a gestão da água;
- Zoneamentos especiais para negócios específicos e zoneamentos flexíveis;
- Revitalização urbana orientada pela propriedade;
- Privatização do espaço público e exclusão pelo aquecimento do mercado.

Construção de moradia e revitalização:

- Liberalização do mercado de construção de moradias;
- Gentrificação;
- Privatização dos serviços de segurança e governança das vizinhanças;
- Desenvolvimento urbano através de políticas de mercado organizadas por *quangos.*[28]

O planejamento orientado pelo mercado acaba definindo ações e obras prioritárias, com projetos icônicos ou monumentais para o desenho urbano como centros de compras em regiões afastadas das cidades, passarelas e calçadões, condomínios, distritos culturais, galerias de arte, equipamentos de mobilidade

[28] Organizações privadas, porém, parcialmente controladas pelo governo.

baseados em alta tecnologia, centros de exposição, parques científicos e/ou voltados para a tecnologia, gentrificação de vizinhanças com a adaptação de antigas fábricas em apartamentos, grandes complexos esportivos combinados com centros de conferências e de escritórios (FORD, 2008; RACO; HENDERSON, 2009; SEARLE; CARDEW, 2000). Além da estrutura física, o empreendedorismo urbano busca atrair toda sorte de eventos corporativos, esportivos e culturais que acabam por se sobrepor àquilo que originalmente havia sido planejado.

> A ideia de que a criatividade, a diversidade cosmopolita e de que as indústrias culturais são vitais para a economia das grandes cidades está sendo cada vez mais absorvida e levando a incorporação de opções culturais para o instrumental de estratégias neoliberais de desenvolvimento urbano o que, deliberadamente, está transformando as imagens e as identidades das cidades. (…) Na competição entre as cidades neoliberais, a cultura é explorada como uma marca corporativa e para ganho econômico[29] (SAGER, 2011, p. 156).

2.1. Neoliberalismo e o Planejamento Urbano na América Latina

As teorias atuais sobre o impacto do neoliberalismo, da globalização e das relações destes com o planejamento urbano têm apresentado elementos estruturantes que dão alguma visibilidade mais geral para as realidades ao redor do mundo. Assumir o pressuposto de que é possível elaborar uma teoria geral da relação do capital com o planejamento urbano parece muito mais uma proposta da, ou uma imersão na, ideologia vigente, do que uma posição baseada no estudo destas realidades. É possível reconhecer padrões globais em cidades latino-americanas, mas a literatura que não leva em consideração as particularidades, peculiaridades e história, falha ao ser colocada em face da realidade. Aceitar que seja possível elaborar uma teoria única, capaz de abordar da mesma forma e explicar os acontecimentos de cidades e países latino-americanos, asiáticos, europeus, africanos ou norte-americanos, é uma forma de continuar reproduzindo os mesmos padrões de dependência apontados por tais teorias em um claro colonialismo intelectual (PRADILLA COBOS, 2018). Se em um escopo mais generalista é possível criar relações diretas com as teorias internacionais, ao aproximar o foco para as particularidades regionais as teorias desenvolvidas não são adequadas para explicar nossas formações sociais ou territoriais.

É possível analisar a conjuntura latino-americana em quatro momentos históricos: a redemocratização da região no final da década de 1980; o início da adoção da ideologia neoliberal durante a década de 1990; o "giro à esquerda" na primeira década dos anos 2000 e o aprofundamento dos ideais neoliberais e de

[29] The idea that creativity, cosmopolitan diversity and the cultural industries are vital to the economy of large cities is increasingly embraced and has led to the incorporation of cultural display amongst the tools of neo-liberal urban development strategies that are deliberately transforming the images and identities of cities. In neo-liberal inter-city competition, culture is exploited for corporate branding and economic gain.

governos de direita na segunda década do século XXI. Segundo Cobos (2018), mesmo durante o terceiro período, com governos de partidos historicamente ligados a ideologias de esquerda, que implementaram novos e mais inclusivos direitos civis, com a criação de políticas de assistência social, com o aumento da participação popular em plebiscitos, conselhos e demais formas de representação, as formas de uso, ocupação e acesso à terra pouco mudaram. Para o autor, através da combinação de alguns elementos é possível encontrar uma explicação para essa contradição, entre eles: a limitação ideológica imposta pelo neoliberalismo por seu caráter hegemônico; a ausência de um projeto urbano que superasse as contradições atuais; os arranjos e compromissos políticos assumidos com os detentores do capital; a dificuldade de elaborar novas formas de participação social direta nas instâncias públicas; a manutenção das práticas depreciativas do capital nacional-internacional; a corrupção e a impunidade; o desencanto das massas com a persistência da situação de desemprego, pobreza, falta de serviços públicos e a exclusão; o poder das campanhas publicitárias patrocinadas por empresários dos meios de comunicação com interesses particulares; as ações de desestabilização econômica, a fuga de capital e o fechamento de empresas (PRADILLA COBOS, 2018).

É possível apontar como primeira grande característica das cidades latino-americanas a forma como se deu o processo de urbanização. Durante o século XX, principalmente entre as décadas de 1940 e 1980, grandes correntes migratórias modificaram o perfil de grande parte das cidades, transformando o continente majoritariamente rural em urbano e de maneira muito acelerada. Este movimento foi acompanhado por uma industrialização desigual, severos conflitos sociais e uma constante reorganização da ocupação do solo. O próprio estabelecimento de Estados democráticos se deu de maneira incerta e violenta com o conceito de participação social e de representatividade sendo constantemente atacados por ditaduras locais, máfias, organizações de narcotráfico, coronelatos, milícias, muitas vezes patrocinadas por governos dos centros capitalistas. A partir da década de 1980, a ideologia neoliberal começou a ser implementada nos países sul-americanos, principalmente através de acordos monetários feitos com as agências internacionais de financeirização como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e alguns países centrais do capitalismo, especialmente os EUA. Estes acordos demandavam a aplicação de uma série de medidas determinadas pelo Consenso de Washington que previa entre outras ações: a redução do gasto estatal em ações sociais como medida para redução de déficit público; reformas fiscais, buscando a facilitação da entrada de empresas globais nos mercados nacionais; medidas econômicas voltadas para a liberalização do capital no mercado internacional; a privatização de empresas públicas e reformas trabalhistas. (OFFE, 1990; PRADILLA COBOS, 2018). Ou seja, o processo de adoção da ideologia neoliberal na América Latina se deu

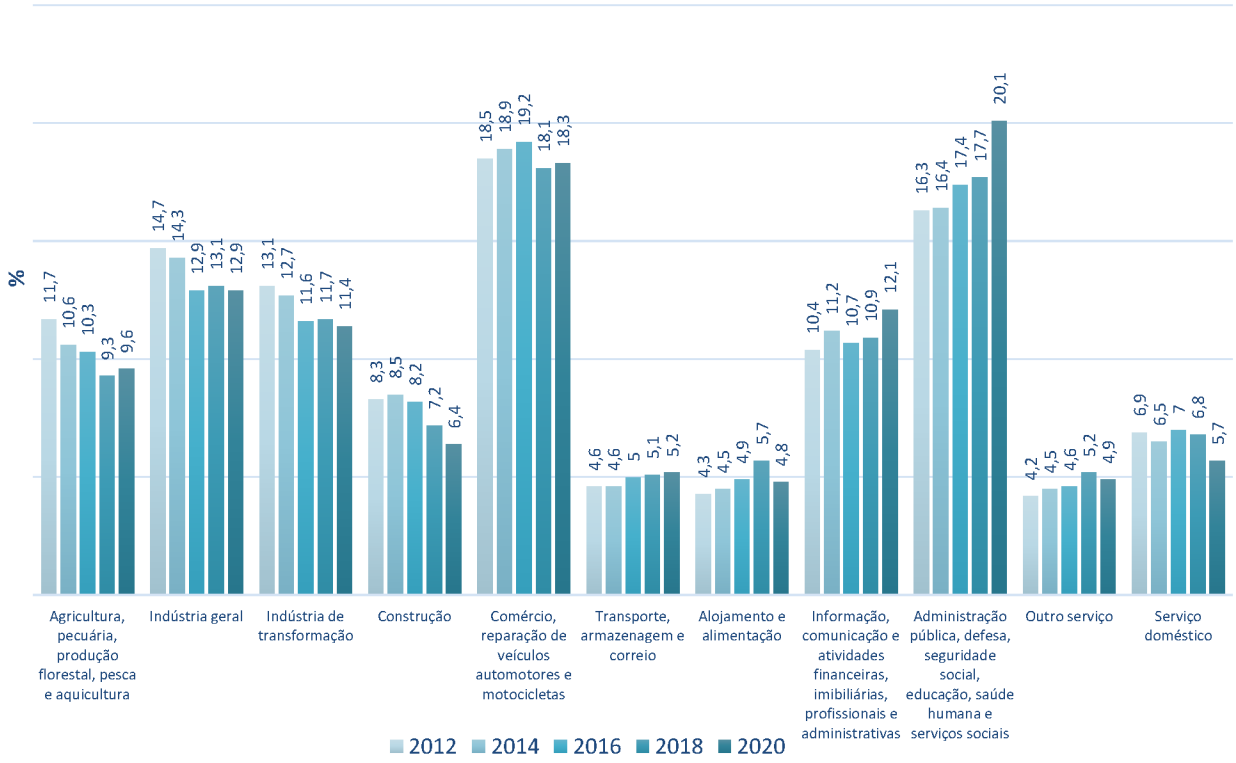
através de influências e demandas exógenas.

Seu primeiro grande laboratório se deu no Chile, se espalhando e se fortalecendo em seguida por outros países latino-americanos, mesmo após o fim dos governos militares ditatoriais. A promessa de um continente integrado, com blocos econômicos de livre comércio, baseados em desenvolvimento socioeconômico sustentável, sem crises econômicas, eliminando a pobreza, melhorando as condições de vida para todos e abrindo as portas do panteão dos países desenvolvidos, não se concretizou. Se durante as décadas de 1950 e 1980, foi possível registrar um crescimento médio do PIB anual da região superior a 6%, de 1980 até 2016 esta média foi inferior a 3%. As crises estruturantes do capitalismo se desenvolveram com força na região durante notadamente nos anos 1982-1983, 1989-1990, 1995, 1999, 2001-2002, 2009 e 2015-2018, somando quase quarenta anos de crises praticamente sem intervalo, provocando recessões agudas (CEPAL, 2019; PRADILLA COBOS, 2009). Parte deste crescimento econômico menor pode ser entendido pelo forte movimento de desindustrialização, principalmente dos países mais industrializados como Argentina, Brasil e México, e do resultante crescimento da terceirização da economia, aumentando a precarização das relações de trabalho e da informalização (CASTILLO DE HERRERA; PRADILLA COBOS, 2015; MÁRQUEZ LÓPEZ; PRADILLA COBOS, 2088).

O impacto da desindustrialização não se deu apenas nas grandes metrópoles, mas acabou por mudar toda estrutura de produção econômica dos países. Houve um abandono gradual da produção de produtos manufaturados e uma volta para a produção de produtos básicos e em *commodities*, buscando se adequar as demandas do capital internacional, aumentando os investimentos nos setores agropecuários e de mineração. Este movimento de retorno a uma economia extrativista baseada na exploração e exportação de recursos naturais não renováveis se aproxima perigosamente das condições econômicas de finais do século XIX e de toda a história colonial da região. Para além dos impactos ambientais, a exploração desenfreada dos recursos naturais provoca uma constante pressão para a remoção de povos originários e tradicionais de seus territórios, seja para a própria exploração da terra, seja para a construção de infraestruturas como usinas de energia. A automação atinge de maneira ainda mais desconcertante as economias latino-americanas, tradicionalmente caracterizadas por manter poucos postos de trabalho formais e relações trabalhistas muito conflituosas, produzindo um enorme contingente de pessoas com trabalhos informais, sendo que segundo a Organização Internacional do Trabalho para as Américas, atualmente mais de 60% dos trabalhos na região se dão através de atividades informais (MAURIZIO, 2021). No Brasil, apesar do setor de Indústria geral ocupar o terceiro lugar na proporção de trabalhadores ocupados, o que representa 12,9% das ocupações totais, na comparação com os últimos 10 anos este foi um dos setores com maior redução na participação da população ocupada, com 1,8 pontos percentuais. Em

contrapartida, atualmente o segundo setor com maior proporção de trabalhadores é o de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (18,3%) e com tendência de alta (IBGE, 2021).

Gráfico 1 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade econômica, Brasil - 2° trimestre - 2021-2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua, (Elaborado pelo Autor)

A balança de exportação de manufaturados brasileiros demonstra que houve uma redução na participação destes produtos do patamar de 60%, em 2000, para 36,7%, em 2011, ao mesmo tempo que as importações cresceram 4,8 vezes e as importações de bens de consumo durável cresceu 9,6 vezes (CANO, 2012). As importações atingiram crescimento de 103,4% em apenas cinco anos, entre 2005 e 2010, enquanto a balança comercial brasileira saltava de US$62 bilhões para US$256 bilhões entre 1990 e 2011. Comparando a participação da indústria brasileira na produção da indústria de transformação mundial constatamos um movimento de queda desde 1980, quando a participação era de 2,8% e passou a representar 1,7%, em 2010 (AREND, 2015; CARVALHO, 2018a). A exportação de *comodities*, principalmente ligadas à exploração de recursos naturais com baixo valor agregado, serve de grande exemplo deste movimento da balança

comercial brasileira: enquanto no ano 2000 tanto as importações quanto as exportações representavam um valor médio de U$55 bilhões cada, em 2019 as exportações somaram US$224,018 bilhões e as importações somaram US$117,344 bilhões. É possível notar um crescimento da participação no valor total das exportações (e no volume delas) na balança comercial brasileira desde 2017, sendo que, em 2019, apenas sete *comodities* representaram 50% do valor total das exportações brasileiras. (LAMUCCI, 2019)

Apesar do crescimento do PIB da América Latina se manter crescente, mesmo que em níveis médios baixos (2,73% de média anual, entre 1990 e 2016) a desigualdade segue sendo uma característica marcante da região. Com a redução significativa dos índices relacionados à desigualdade na primeira década do século XXI, a segunda década deste século retomou as características históricas da região relacionadas à desigualdade crítica entre as economias nacionais, desigualdade de distribuição de renda, de acesso à moradia, aos serviços públicos, ao uso da terra e ao direito à cidade (CEPAL, 2019; MÁRQUEZ LÓPEZ; PRADILLA COBOS, 20882018). A desindustrialização atinge as sociedades latino-americanas de duas formas diferentes, mas igualmente críticas: na precarização do trabalho e na produção de espaços ociosos nas cidades.

A precarização do trabalho força o aumento de ocupações relacionadas com o comércio informal nas ruas, com trabalhos de serviços como motoristas, seguranças, entregas e um aumento de atividades relacionadas à exploração do corpo e das imagens em serviços sexuais ou de pura mendicância, muitas vezes travestidos do discurso do empreendedorismo. Uma parte considerável desta população acaba por enveredar por atividades criminosas, seja de pequenos furtos ou golpes individuais, seja ingressando em organizações criminosas grandes e complexas como máfias e milícias através de trabalho escravo, roubos de veículos e cargas, contrabando e tráfico de drogas (PRADILLA COBOS, 2018; VALENZUELA AGUILERA, 2016).

De outro lado, a produção de espaços ociosos que decorre da desindustrialização deixa nas cidades grandes porções de terrenos vazios, anteriormente ocupados pelas indústrias, e que agora passam a ser campo de disputas sociais, econômicas e jurídicas. A ocupação legal destas áreas se dá através de megaprojetos ou de renovações de alto custo, muitas vezes destinadas a residências de luxo, que geram processos de gentrificação nas vizinhanças, tradicionalmente ocupadas por operários e ou trabalhadores das antigas indústrias. A produção urbana tem se caracterizado pela construção de grandes torres ou centros comerciais em áreas e zonas destinadas especificamente para isso, através de processos de “renovação urbana” em parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, buscando o suporte e a atração do capital internacional imobiliário e financeiro, criando novas centralidades nas cidades, encarecendo o valor das terras e aumentando substancialmente a ocupação das periferias. Dessa forma, o setor da construção civil ganha enorme significância e participação na economia das cidades, servindo como refúgio e porto seguro para o

capital especulativo internacional. O casamento da construção civil com o capital internacional passa a determinar onde, quando e para quem a cidade será (re)produzida, criando e reforçando mercados que constantemente tem seus desejos atendidos, ocupando e substituindo o lugar do interesse comum, como ordenador dos processos urbanos (MÁRQUEZ LÓPEZ; PRADILLA COBOS, 20882018).

É possível perceber dois mercados relacionados à produção de solo urbano, atuando ao mesmo tempo e com regras distintas nas cidades latino-americanas: o formal, totalmente dentro das regras e da economia capitalista, e o "informal"[30], resultado da falta de políticas e ações que garantam direitos e amparos legais para as populações que foram movidas para as áreas mais afastadas e carentes das cidades. O segundo mercado é submetido ao primeiro e os governos buscam, das mais variadas formas, inserir estas populações dentro da regularidade fiscal, econômica e social do mercado formal, porém sem sucesso tendo em vista que a causa da existência deste mercado "informal" decorre em grande parte da baixa remuneração salarial da população, que acaba por criar um ciclo que não termina. A existência desses dois mercados é uma das características mais marcantes das cidades latino-americanas e que impõe a necessidade da elaboração de uma abordagem própria (ABRAMO, 2008; COCKBURN, 2006). A ação destes dois mercados se dá de maneira sobreposta nas cidades e mantém o seu crescimento demográfico e sua expansão física. Este crescimento das periferias, que ocorre de maneira combinada e desigual, se manifesta com a criação de condomínios para a moradia, de clubes de campo, de conjuntos de habitação de interesse social construídos pela iniciativa privada através de programas públicos ou por regras de mercado na busca de terrenos mais baratos, além da ocupação de terrenos precários, da autoconstrução de moradias, e da operação do capital industrial, comercial, de serviços ou de logística em áreas periféricas ou interurbanas. Este movimento é bastante diferente do que ocorre na periferia das cidades europeias, onde as classes mais altas se estabeleceram de maneira formal, enquanto nas cidades sul-americanas a ocupação é informal e segue um ciclo de expansão, consolidação por adensamento e posterior expansão (CASTILLO DE HERRERA; PRADILLA COBOS, 2015; DUHAU; GIGLIA, 2008). Este ciclo mantém as populações mais pobres em constante despejo e movimento para longe das áreas urbanas mais estabelecidas e dos serviços públicos. Sem condições de acompanhar a valorização do solo pelas ações do mercado imobiliário e dos impostos cobrados pelo poder público, esta população continua ocupando terrenos periféricos ou áreas de preservação de recursos naturais. Sem condições de participar do mercado formal da construção civil, a autoconstrução se torna a opção viável para a criação de condições de vida urbana nos grandes centros. Em oposição, o mercado formal aplica os conceitos mais modernos de arquitetura e financeirização do espaço público buscando o

(CARVALHO, 2018b; LING, 2019; LOBOSCO, 2009; MORETTI; ANDRADE, 2018)

investimento do capital internacional, assumindo e celebrando o “desenvolvimento” e a “competitividade urbana”, apagando as histórias locais e se mantendo em constante conflito com as ações do mercado informal. Duas ilhas se formam nas periferias das cidades representando esses mercados. Por um lado, a dos condomínios fechados voltados para a população de alta renda, que usa e transforma a legislação urbanística para viabilizar suas construções, e de outro os territórios informais ocupados e disputados pela população de baixa renda e por organizações criminosas (CALDEIRA, 2003).

O conflito entre esses mercados deixa marcas profundas nas cidades e os centros históricos são um dos campos desta batalha, principalmente aqueles que mantêm suas características ainda preservadas, apresentando maior valor arquitetônico. Se em um primeiro momento o mercado formal expande as cidades e afasta as populações de maior poder aquisitivo dos centros históricos, em um outro momento estes passam a ser alvo deste mesmo mercado em ações de “revitalização” e de “reurbanização” ou mesmo de “renovação”, transformando estes locais em verdadeiros cenários voltados para a atração de turistas ou para a reincorporação de novos empreendimentos mais rentáveis. Esse tipo de ação provoca transformações profundas com o impacto do planejamento voltado para os de fora, e não para os que já os ocupam. Os problemas criados pela expansão física das cidades e pela constante pressão do mercado imobiliário sobre as populações mais pobres, desalojando-as para regiões cada vez mais afastadas, causam a perda de dinamismo das cidades e tem como resposta do poder público ações em parcerias com os agentes de mercado e de crédito internacional através de empréstimos e financiamentos que enxergam o presente como uma oportunidade para os ganhos futuros (ASSUNÇÃO et al., 2024).

Essa estratégia de “*placemaking”* (CASTELLO, 2007) tem encontrado respaldo nos centros das grandes metrópoles, ao mesmo tempo que diversas outras formas de reorganização destas áreas, especialmente em cidades menores ou quando se deparam com a ocupação por populações de baixa renda, se tornam objeto de disputa (BERNARDINI; VENITUCCI, 2015). Harvey (1989) distingue três circuitos de acumulação do capital: o primário, que abrange a organização do processo produtivo na busca por aumentar o lucro; o secundário, que se baseia nas diversas formas de investimento no ambiente construído e; o terciário, no qual o investimento no desenvolvimento de tecnologias busca reproduzir a força de trabalho. Da competição gerada pelo mercado surge a superacumulação, tendo em vista que mais capital é produzido do que possibilidades de empregar este capital. Desta forma o fluxo de capital passa a ser direcionado para outros circuitos e, quando esse direcionamento se volta para o circuito secundário, temos uma transformação no ambiente construído. A análise da produção espacial, demonstra um encadeamento entre os elementos de produção, a distribuição destes produtos, o seu consumo e a gestão destes recursos de tal forma que este encadeamento passa a determinar a ocupação do espaço. Ou seja, se as condições de produção material da

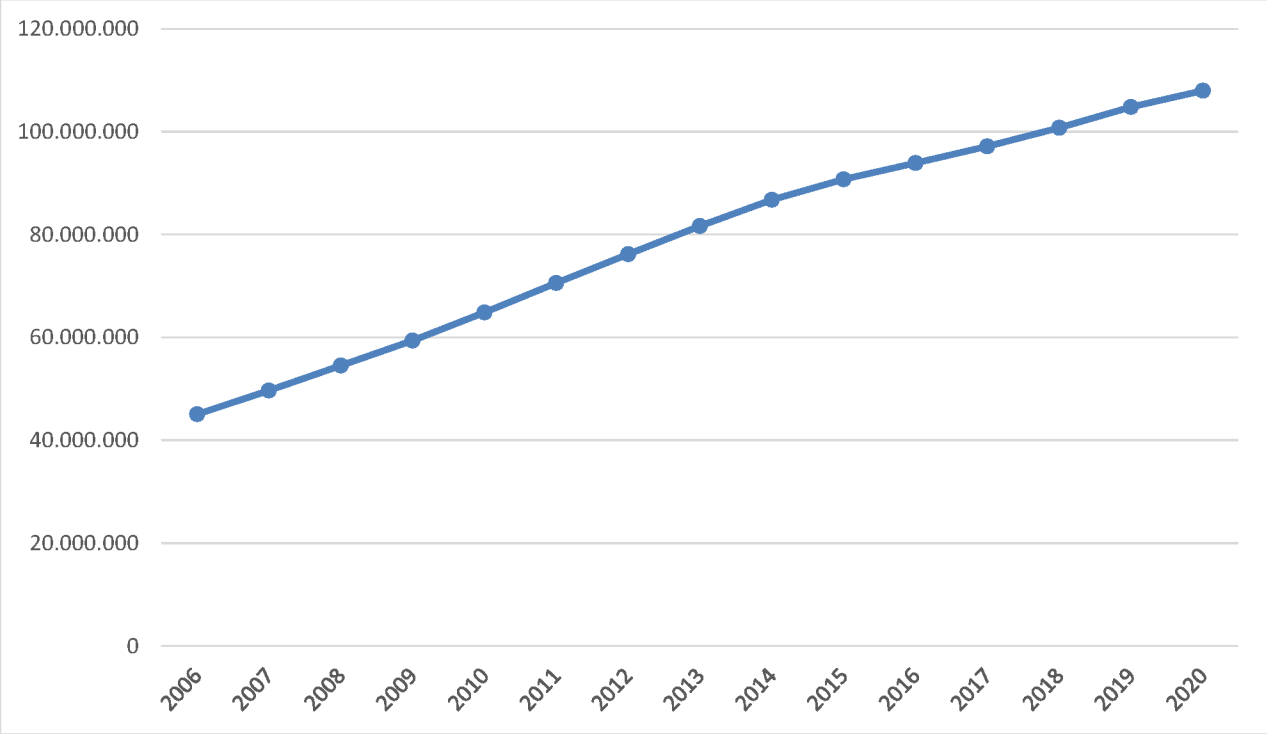
sociedade forem alteradas consequentemente a forma de ocupação das cidades também o será.

Neil Smith (2016) cunhou o termo *rent gap* para descrever a diferença entre o capital investido, o valor do uso do solo e o potencial retorno de capital que pode ser gerado em áreas centrais e o gerado pelos investimentos em infraestrutura e aumento do valor do solo nas áreas periféricas e suburbanas. Quanto maior o *rent gap* maiores as chances de retorno elevado de capital em operações de restruturação urbana. O controle dos preços pelo mercado imobiliário através dos ciclos de altas e baixas do preço, da criação de "bolhas" mercadológicas, ao mesmo tempo em que a deterioração de áreas específicas e de superoferta de produtos imobiliários busca tirar o máximo de retorno do investimento empregado, criando a sensação de que esta desigualdade de crescimento urbano é a forma natural de crescimento das cidades.

Um outro aspecto que deve ser observado em relação às cidades latino-americanas é a opção que fizeram quanto aos sistemas de mobilidade. A expansão urbana destas cidades segue o planejamento baseado na infraestrutura para os carros. Boa parte da industrialização dos países sul-americanos ocorreu com a instalação de indústrias automotivas e que por muitos anos foram responsáveis por uma parcela importante da geração de empregos e renda das metrópoles latino-americanas. Programas públicos de incentivo e políticas agressivas de mercado das indústrias automotivas pressionaram os governos locais a constantemente reestruturar a infraestrutura de mobilidade urbana em função dos automóveis, especialmente com ações relacionadas à construção de estradas, vias expressas, túneis, pontes e viadutos, concessões de longo prazo (com a cobrança de pedágios), além de projetos monumentais coletivos como metrôs e BRTs que mantêm uma expansão contínua e lenta, incapaz de atender às demandas populacionais. A "carrocracia" provoca um conflito constante entre pedestres e meios de transportes não motorizados, restringindo a opção por outras modalidades de transporte que passam pela construção satisfatória de calçadas, ciclovias e demais estruturas, trazendo como consequência o aumento de mortes relacionadas ao trânsito. O impacto da carrocracia não é apenas físico, mas também ambiental. Boa parte das emissões poluentes do ar nas cidades, dos resíduos das zonas indústrias, da contaminação dos lençóis freáticos, seja pela contaminação de resíduos da circulação dos automóveis, como óleos e borracha, seja pela impermeabilidade do solo que acaba por carregar para os leitos dos rios toda a poluição produzida sem qualquer tipo de filtragem natural, tem sua origem no estímulo e no uso desenfreado do automóvel. Apostar na expansão contínua da malha rodoviária e da estrutura física das cidades cria problemas graves de saneamento básico e de ocupação de áreas de reservas naturais que deveriam ser preservadas. Nossas cidades grandes são contaminadoras de seu próprio ambiente e o avanço da urbanização para as franjas urbanas inviabiliza os usos tradicionalmente empregados nestas regiões, relacionados ao uso rural, ao cultivo da terra ou destinadas a reservas naturais, que poderiam agir como mitigadores dos impactos da

poluição. Segundo dados do IBGE a frota de veículos no Brasil vem aumentando continuamente, passando de 45.029.257, em 2006, para 107.948.371, em 2020.

Gráfico 2 - Frota de Veículos no Brasil



Fonte: IBGE, (elaborado pelo autor)

Dezessete das principais regiões metropolitanas do país são responsáveis por 40% deste aumento da frota ao mesmo tempo em que municípios de menor porte também apresentam um ritmo constante e elevado deste aumento. Segundo o Mapa da Motorização Individual no Brasil, a taxa média de utilização dos veículos é de 4%, ou 1,2 pessoa por veículo sendo que a capacidade de cada veículo é de 4 a 5 pessoas (RODRIGUES, 2019). Segundo dados do Banco Mundial, a média mundial é de 145 carros/1000 hab., enquanto o México tem 274 carros/1.000 hab., a Argentina 314/1000 hab., o Brasil possui 382 carros/1000 hab. (CARVA, 2017). Diversas cidades têm buscado enfrentar o problema da carrocracia através do investimento em diferentes modalidades de transporte público coletivo, como metrôs e BRTs. Sendo a construção de metrôs praticamente inviável para cidades pequenas e médias, por conta dos elevados custos, a opção por criar alternativas com ônibus tem proliferado, especialmente através de corredores de ônibus exclusivos e de ônibus de trânsito rápido (BRT), tendo como grandes marcos o BRT de Curitiba e o *Transmilenio* de Bogotá. Enquanto o sistema curitibano tem suas primeiras intenções de planejamento registradas ainda na década de 1960, sua implementação só foi efetivada na década de 1990. O sistema curitibano se utilizou das ideias

implementadas na cidade de São Paulo na década de 1970, especialmente com relação ao comboio de ônibus ordenados, conhecido como COMONOR, e implementou o sistema de corredores exclusivos e estações em nível com pagamento nas estações, conhecidas como as icônicas estações tubo, aprimorando o sistema como um todo (VASCONCELLOS, 2019). O BRT é um sistema desenvolvido para o transporte em massa de passageiros buscando otimizar ao máximo a capacidade da infraestrutura construída empregando simultaneamente ferramentas como a coordenação do espaçamento entre os ônibus, as estações em nível, a prioridade semafórica, entre outras, de forma a diminuir a ociosidade do sistema como um todo (LINDAU et al., 2007; SZASZ; MONTANS; FERREIRA, 1978). Este sistema serviu de inspiração em maior ou menor grau para cidades como Quito, Porto Alegre, São Paulo e, especialmente, Medelín e Bogotá. Diversos modelos de gestão do sistema foram implementados em diferentes cidades, sendo que normalmente ele é utilizado como um sistema híbrido onde a iniciativa privada e o poder público estabelecem parcerias buscando viabilizar o serviço. A relação entre o investimento na expansão da infraestrutura de mobilidade e a valorização do território é amplamente documentada (LOZANO; URBINA; DOMINGUEZ, 2021; MONTEZUMA, 2000; PERDOMO-CALVO et al., 2007) e, muitas vezes, este investimento é utilizado de forma a direcionar a expansão da malha urbana (APARICIO, 2010).

O Transmilenio, sistema de transporte rápido por ônibus de Bogotá, iniciou suas operações em 2000 buscando se tornar um sistema que atendesse 80% das necessidades de mobilidade da cidade de Bogotá, escalonado, construído e implementado em fases consecutivas. Com uma infraestrutura robusta de corredores exclusivos, estações e integração com outros modais, o sistema se tornou um dos principais meios de transporte para os bogotanenses. Em 2005, 19% das pessoas que responderam a pesquisa *Bogota Como Vamos* disseram que o *Transmilenio* era seu principal meio de transporte. Esse número caiu para 14%, em 2007, e voltou a subir, até atingir 22%, em 2021. Ao mesmo tempo, em 2021, 9% andavam a pé, 12% usavam o carro particular e 13% bicicletas (BOGOTÁ CÓMO VAMOS, 2021). Apesar de seus benefícios, como a redução do tempo de viagem e das emissões de carbono, o Transmilenio enfrenta desafios como superlotação, tarifas elevadas e problemas de gestão. A expansão do sistema também gerou novas dinâmicas urbanas, com a criação de novos espaços e a valorização imobiliária em suas proximidades. As novas áreas criadas pelo *Trasnmilenio* são alguns dos pontos de maior interesse de pesquisas recentes, seja no estudo dos vazios urbanos criados ou pelas formas de ocupação dos novos espaços criados (pontes, praças, travessias elevadas de pedestres) que acabaram atraindo muitos vendedores ambulantes e diversas formas de comércio informal (APARICIO, 2010; BOGOTÁ, 2018; DÍAZ OSORIO; MARROQUÍN, 2016; GILBERT, 2008). Segundo Perdomo-Calvo (2007) o impacto do *Transmilenio* vai além do trânsito por promover uma valorização entre 6% e 17% nas propriedades residenciais nas proximidades do sistema dependendo da

região (PERDOMO-CALVO et al., 2007). O sucesso do *Transmilenio* se torna palpável, entretanto, quando se percebe a transformação promovida no trânsito de Bogotá, ainda que os índices de congestionamento se mantenham muito altos. Desde sua implementação o tempo de viagem foi reduzido em até 32% em alguns corredores, os acidentes de trânsito que resultaram em morte foram reduzidos em 89% e as emissões de carbono foram reduzidas em 300.000 toneladas por ano. Os objetivos de organizar o transporte público e integrar os diversos modais foram alcançados tendo em vista a grande integração dos sistemas e da expansão da rede cicloviária, oferecendo mais de 1.600 bicicletas para locação (BOGOTÁ, 2018; BOGOTÁ CÓMO VAMOS, 2021; GILBERT, 2008; TRANSMILENIO, 2021).

Imagem 1 - Estação Transmilenio em Bogotá



Fonte: Autor Desconhecido licenciado em CC BY-NC

As cidades latino-americanas convivem com paradoxos de concentração e dispersão sobrepostos e contínuos: a riqueza é territorialmente concentrada e a pobreza dispersa; os investimentos internacionais são disputados para determinadas regiões buscando a atração de turistas estrangeiros enquanto a maior parcela da população não tem acesso a condições mínimas de saneamento básico; grandes torres comerciais são construídas enquanto o direito à moradia continua sendo ignorado, havendo uma disputa acirrada pela

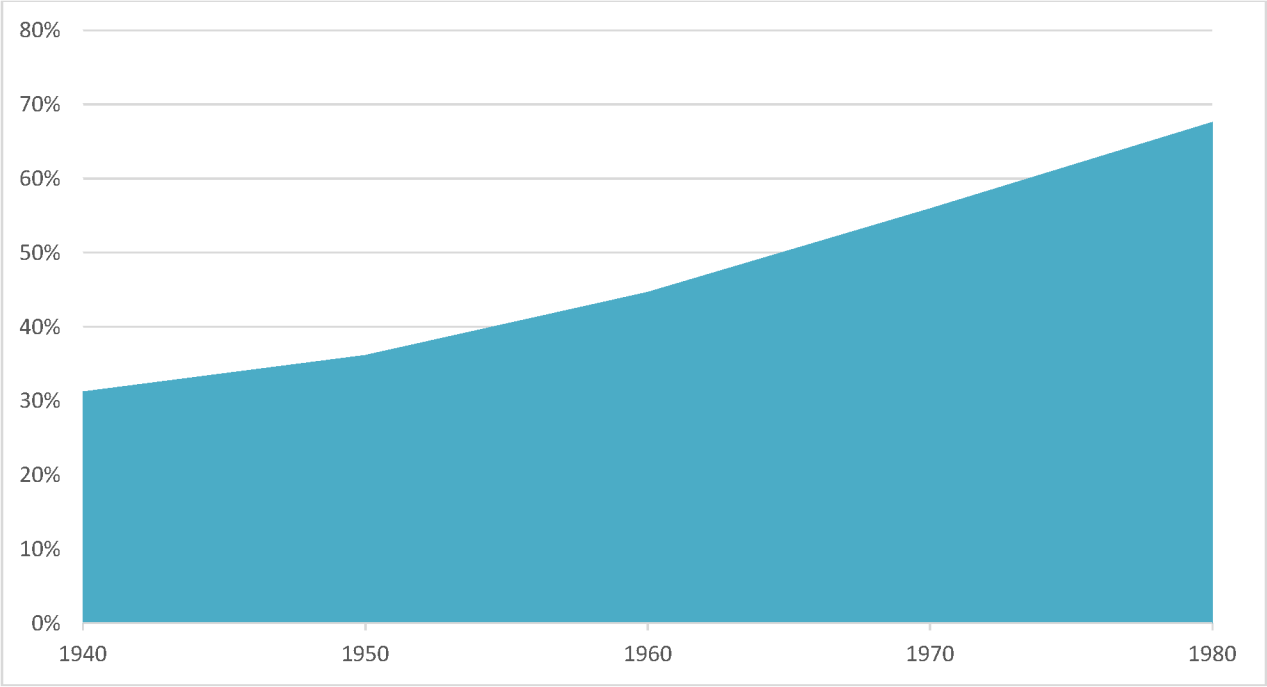
instalação das mais inovadoras empresas transnacionais de tecnologia ao lado de condições de trabalho cada vez mais precarizadas, o que postula para as nossas cidades um paradigma específico e regionalizado (CONNOLLY, 2013; MONTERO; GARCÍA, 2017; PRADILLA COBOS, 2018). Assim é que, cada uma das soluções que passam a ser adotadas como políticas de Estado não só sofrem os impactos resultante do poder do capital, que se apropria dos benefícios gerados pela infraestrutura, como no caso do Transmilênio, como acabam por se tornar apenas *best-practices* que não reverberam como solução para outros centros urbanos de caráter semelhante. Infelizmente, o caso de Curitiba, mesmo sendo emblemático, não confronta a atual tendência de expansão da carrocracia, que segue em curso, mesmo com os investimentos para a sua reversão.

Lidar com esta especificidade, reconhecer nossas particularidades e distinções, apresenta-se como um desafio. Elaborar teorias autônomas para os processos de planejamento das cidades na América Latina tem alguns obstáculos, como a elaboração e a divulgação acadêmica destas teorias fora das línguas maternas nos circuitos acadêmicos internacionais ou a própria validação destas teorias,- além de outros entraves muito práticos, como a incapacidade de organizar ações políticas coletivas ou de elaborar utopias que respondam às questões particulares, principalmente relacionadas às contradições históricas, deixando em aberto um enorme campo a ser explorado por aqueles que se dispuserem a efetivamente transformar as realidades.

2.2. Por que realizar uma Reforma Urbana no Brasil

O processo de urbanização das cidades brasileiras se deu de maneira acelerada e a reboque do processo de industrialização. O fim do ciclo do café e a criação das companhias de siderurgia, de petróleo e automobilística na primeira metade do século XX promoveram uma transformação profunda na demografia brasileira. A população urbana passou a crescer rapidamente, mais do que dobrando em 40 anos: 31,24% (1940); 36,16% (1950); 44,67% (1960); 55,92% (1970); 67,59% (1980). Em 1940, a população urbana do Brasil era de 12,9 milhões de pessoas, passando a 161 milhões em 2010 (IBGE, 2021).

Gráfico 3 - Crescimento da População Urbana no Brasil



Fonte: (IBGE, 2021)*, elaborado pelo autor*

Grande parte desta população foi formada por trabalhadores rurais atraídos pelo trabalho nas fábricas e na construção civil, porém com salários insuficientes para arcar com os custos da vida nos centros das cidades (ABREU, 2015, p. 347).

A forma como a ocupação das cidades se deu pelas populações atraídas pelos novos trabalhos produziu uma série de precariedades das condições de vida, que se mantêm até hoje, com a ocupação das áreas periféricas das cidades em favelas, cortiços e loteamentos irregulares e clandestinos. Para além da ocupação desordenada, este processo de urbanização priva as pessoas de infraestruturas mínimas, como acesso a água e esgoto tratados, energia elétrica, transporte público entre outros (FERNANDES, 2019, p. 53).

Um primeiro grande passo na direção de organizar a ocupação das cidades, especialmente no que diz respeito à moradia e ao acesso aos serviços urbanos, foi o *Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular*, realizado em Buenos Aires e organizado pela *Unión Panamericana* e pelo governo argentino em 1939 (FELDMAN, 2014a). Este congresso marcou uma importante modificação na forma de se pensar o planejamento urbano ao reconhecer a moradia como uma questão urbanística, principal tema de destaque do Congresso e por retirar do campo estritamente técnico as decisões do planejamento, incorporando impactos econômicos, sociais e culturais. A Comissão brasileira participante do Congresso imediatamente após seu retorno ao Brasil passou a publicar artigos e a promover encontros para divulgar as recomendações

e decisões do *Primer Congresso*, como o I Congresso Brasileiro de Urbanismo, realizado no Rio de Janeiro em 1941:

> As conclusões do I Congresso de Urbanismo são exatamente as mesmas da Comissão do Aspecto Urbanístico do Congresso de Buenos Aires: as áreas destinadas às habitações populares devem ser previamente estudadas do ponto de vista urbanístico e subordinadas a um plano diretor da cidade; as legislações relativas às construções e habitações devem estar em harmonia com as legislações urbanísticas, e deve ser criado um Instituto da Casa Popular. Além disso, formaliza-se a inserção do Brasil na organização panamericana. Em suas conclusões, o I Congresso de Urbanismo incorpora que "na elaboração de planos futuros sejam atendidos princípios que constam da Ata final do 1º Congresso Panamericano de Municípios", realizado em 1938, em Cuba, na cidade de Havana, quando foi criada a *Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal* (FELDMAN, 2014, p. 134).

Ou seja, houve a percepção de um denominador comum entre as cidades panamericanas: o processo de urbanização das cidades veio a reboque do êxodo rural e a riqueza produzida pelos processos de industrialização das cidades não foi distribuída para melhorar a vida da população como um todo, especialmente aquela atraída para os centros urbanos pelos novos empregos gerados nas fábricas, assim amplificando os problemas urbanos muitas vezes já existentes. A economia brasileira começava a enfrentar as primeiras consequências da transformação de sua produção, diminuindo o peso da exportação de produtos agrícolas, especialmente o café, e das importações, substituídas em parte pelo novo e incipiente parque industrial nacional. O pós-guerra produziu uma reconfiguração socio político-econômica no mundo e diversos acordos internacionais foram firmados buscando parcerias e formas de reordenação das cidades. Vários desses acordos buscavam controlar a disparada da inflação brasileira sujeitando a concessão de créditos e capital internacional a um controle dos investimentos públicos e ao cumprimento de metas pré-estabelecidas por estes grupos internacionais como o FMI, a ONU, a OEA, UP, Fundação Ford, entre outras, através de programas econômicos como o Plano de Metas ou o Plano de Estabilidade Monetária ou de troca de experiências, práticas ou de treinamento de especialistas como no caso do *Point Four Program* (FELDMAN, 2014b; MENDES, 2014). Neste período, a sociedade brasileira começava a colher os frutos da legislação trabalhista implementada durante a era Vargas e o sonho de um novo país moderno e dinâmico tomava forma com o governo de Juscelino Kubitschek.

> Iniciando uma escolha que nos marca até hoje, as políticas de habitação eram baseadas em unidades novas para venda financiada, contrariamente à Europa, onde as políticas eram baseadas em aluguel. Ao mesmo tempo, governos locais iniciaram políticas de planejamento e uso do solo e expandiram timidamente a infraestrutura, em especial convertendo as cidades às novas tecnologias do automóvel e dos ônibus, com efeitos

> duradouros sobre suas estruturas espaciais. A disseminação destes últimos permitiu a expansão territorial das metrópoles via periferização com loteamentos precários e favelas. (MARQUES, 2017, p. 42)

Estas transformações sociais não eram exclusividade do Brasil e diversas revoluções e disputas de poder se acirravam ao mesmo tempo por toda a América, tendo seus maiores expoentes a revolução cubana e o golpe de Estado chileno. Em comum, estava a forma de organização social das cidades. A Revolução Cubana foi essencial para colocar na pauta das reformas estruturantes dos países americanos a questão da reforma urbana, especialmente as formas e mecanismos legais para controlar a especulação imobiliária, a produção de moradias e o uso do solo (FERNANDES, 2019). Diversos encontros, congressos, cursos, programas, institutos e centros de pesquisa foram criados para discutir formas de enfrentar a questão urbana nos países latino-americanos, tendo entre seus temas formas de eliminar o déficit de habitação, de diversificar o financiamento, a produção e a construção de moradias, bem como estratégias de planejamento buscando padrões de zoneamento e urbanização e de reabilitação de bairros (UNION PANAMERICANA, 1952). A Universidade Nacional da Colômbia criou, em 1951, o *Centro Inter-Americano de Vivienda* – CINVA, por meio do Programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos (OEA), cumprindo assim uma das decisões do *Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular* de 1939 na Argentina (RESTREPO, 2003). Em 1958, ocorreu o *Seminário de Técnicos y Funcionários em Planeamiento Urbano* em Bogotá que produziu a "Carta de Los Andes", documento que contém as recomendações e as conclusões dos assuntos tratados durante o Seminário. Diferentemente das outras ações elaboradas em parcerias com instituições internacionais, o Seminário voltava seu olhar para a realidade dos países da América Latina ao se dirigir aos povos da região e reforçando a crença no planejamento urbano como instrumento de superação dos problemas decorrentes da forma como a urbanização ocorreu nestes países. A Carta busca conciliar pontos de convergência entre a prática dos planejadores latino-americanos com o conhecimento teórico produzido até então, indicando três aspectos cruciais que constituiriam a tônica das práticas planificadoras nos países participantes: o planejamento na escala metropolitana, o controle da especulação de terras e a construção por ajuda mútua de moradias para famílias de baixa renda (FELDMAN, 2014, p. 138).

Os alicerces para a Reforma Urbana brasileira estavam fixados e os primeiros passos no sentido de começar a implementá-la foram dados durante o governo João Goulart, quando foi criado o Projeto de Lei nº 1911, de 1960, apresentado à Câmara pelo deputado Florêncio Paixão, que buscava criar o Plano Nacional de Habitação, a Superintendência Nacional de Habitação e o Fundo Nacional de Habitação. O projeto não foi apreciado pela Câmara e o deputado reapresentou o projeto modificado e atualizado em 23 de março de 1963, passando a ser conhecido como o Projeto de Lei nº 87, de 3 de abril de 1963, que buscava criar o

Conselho Nacional de Habitação e instituir o Fundo Nacional de Habitação. Ao campo político somaram-se ações da sociedade civil e da Academia com a organização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1963, buscando ampliar a participação da sociedade através de movimentos sociais organizados que tinham entre suas pautas a luta pelas "reformas de base" (FERNANDES, 2019, p. 66).

O Golpe Militar de 1964, por um lado, interrompeu de maneira abrupta e violenta todo este processo de construção democrático e diversificado, perseguindo os participantes destes seminários, extinguindo direitos políticos da população e exilando no exterior pensadores, intelectuais e ativistas. Por outro lado, implementou programas de habitação notadamente baseados nos ideais construídos durante este período, especialmente em programas como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). A ideia de planejamento urbano durante os anos da ditadura militar era a de que as cidades deveriam ser indutoras de crescimento econômico, levando a uma série de ações e programas urbanos centralizados no nível nacional, de caráter tecnocrata, racionalista, buscando a ordenação das cidades, impondo hábitos e valores, tendo como grande exemplo a criação de conjuntos habitacionais afastados dos polos de trabalho e das zonas centrais das cidades. Grupos sociais organizados entre movimentos populares, universidades, associações profissionais, ONGs, grupos religiosos e organizações políticas surgiram e passaram a exigir do Poder Público ações para sanar os problemas criados, especialmente relacionados à moradia. (QUEIROZ RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR, 2015)

A ideia de uma Reforma Urbana, que apresentasse formas de combater os problemas gerados pela ocupação acelerada das cidades, redistribuísse a riqueza gerada a partir do uso do solo e resistisse ao Estado autoritário, começou a tomar forma nos anos 1960 e 1970, com grandes mobilizações populares. Movimentos de mobilização ligados aos territórios, como as Associações de Amigos de Bairro e as Comunidades Eclesiais de Base; aos serviços urbanos, como os de reivindicação de melhorias no transporte público e serviços de saúde; aos direitos civis e de formação, como os movimentos de mulheres pela construção de creches; tomaram corpo ao mesmo tempo em que a disputa direta por espaços das cidades, através de invasões, ocupações, loteamentos clandestinos e disputas econômicas sobre o aumento do custo de vida se acentuava (KOWARICK, 1987). A crise monetária, fiscal e financeira da década de 1980, a superinflação e os diversos planos econômicos fracassados, bem como todo o ideário construído a partir dos seminários e congressos, foram retirando a discussão do âmbito nacional e levando-a para os Estados e Municípios, de forma que o tema ficou subjugado a outros temas de interesse do governo nacional.

> Com o declínio das políticas do regime militar nos anos 1980, criou-se um vácuo ocupado por um intenso ativismo municipal, especialmente em governos de esquerda eleitos com

> o retorno dos pleitos locais. O leque de políticas foi expandido com a disseminação de ações de urbanização de favelas e de loteamentos irregulares, mutirão autogerido, locação social, zoneamentos especiais de interesse social e ambiental, tarifas sociais, planejamento participativo, entre outras, conformando uma nova agenda urbana diversificada, redistributiva e participativa (MARQUES, 2017, p. 43).

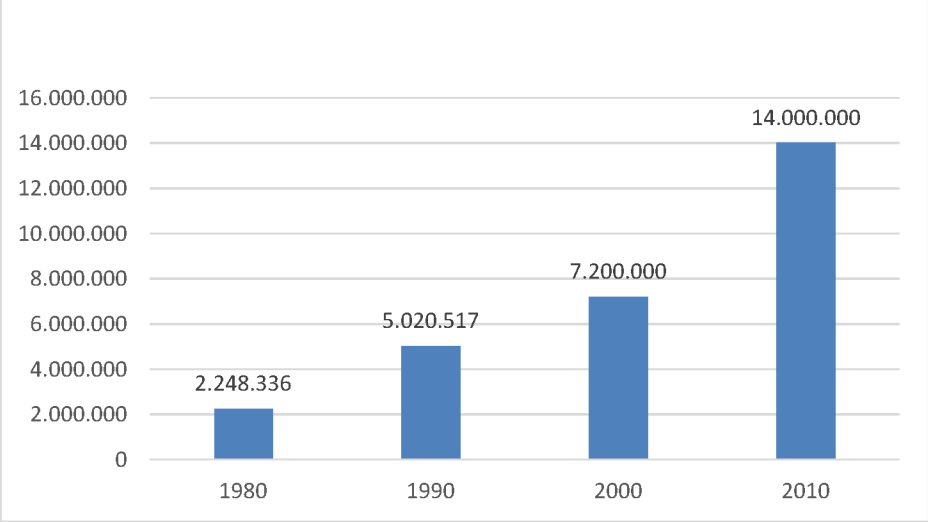
A redemocratização do Brasil e a elaboração da nova Constituição abriram a janela de oportunidades para a criação de um marco legal da Reforma Urbana no Brasil, que se estabeleceu em dois planos: um baseado nas disputas sociais e políticas no território das cidades e outro baseado na elaboração do reconhecimento formal dos direitos. Para além da esfera das ruas e da disputa política, houve também um importante embate no âmbito jurídico para a efetivação formal da Reforma Urbana brasileira, com o surgimento do Movimento Nacional da Reforma Urbana, que organizou os movimentos populares para a Constituinte (RIBEIRO, 1993). Uma proposta de emenda popular com 130 mil assinaturas foi apresentada na Comissão Constituinte e inseriu na Constituição os temas do "direito urbanístico" (art. 24) e da "política urbana" (art. 182 e 183), além de transformar a concepção de uso do solo ao tratar da "função social" que a propriedade urbana, e a própria cidade, deveriam exercer. Com a nova Constituição promulgada, três princípios fundamentais deveriam ser observados na elaboração das políticas públicas que versassem sobre o direito urbanístico e a política urbana: o direito a cidade e à cidadania; a gestão democrática da cidade e a função social da cidade e da propriedade (GRAZIA; RODRIGUES, 2003; MARICATO, 1997).

A questão da moradia popular e da favelização de áreas urbanas continuou em pauta. As ocupações muitas vezes ocorrem em setores das cidades em áreas vulneráveis (por isso vazios), sujeitas a catástrofes naturais, como alagamentos, desmoronamentos etc. A população residente em favelas praticamente dobrou durante a década de 1980, passando de 2.248.336 para 5.020.517, em 1990. O déficit habitacional calculado em 1994 pela Fundação João Pinheiro era de 5,6 milhões de moradias e o Censo de 2000 atualizou este número para 6,6 milhões de moradias, sendo que 5.030.000 imóveis que haviam sido construídos estavam fechados ou vazios. Além disso, demonstrou que os centros das oito principais regiões metropolitanas brasileiras cresceram 5% desde 1990, enquanto as periferias destas regiões cresceram 30%. Segundo o Censo de 2010 o número de brasileiros vivendo em favelas quase dobrou, passando para 11,4 milhões de pessoas, distribuídas em 323 municípios, sendo que 88% desses domicílios estavam concentrados em 20 grandes cidades. A pandemia de COVID-19 trouxe dados sobre as populações vivendo em aglomerados subnormais[31]

[31] A partir do Censo de 1991, o IBGE passou a adotar o conceito de *aglomerado subnormal*. O conceito, bastante genérico, buscava abarcar a diversidade dos assentamentos irregulares existentes no país. Aglomerado subnormal abarca favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Foi nesse Censo Demográfico que os dados relativos às favelas foram levantados de forma homogênea por todo o país (PASTERNAK; D'OTTAVIANO, 2016).

atualizando os dados existentes. Pela estimativa de 2019, havia 5.127.747 milhões de domicílios ocupados em 13.151 mil aglomerados subnormais no país localizados em 734 municípios de todos os estados (IBGE, 2020). O Censo de 2022 atualizou esses dados e, segundo a PNADC, o déficit habitacional atual do Brasil é de 6.215.313 domicílios, correspondendo a 8,3% dos domicílios particulares ocupados. Os dados totais não foram disponibilizados até o momento e o IBGE voltou a utilizar a terminologia "Favelas e Comunidades Urbanas", o que dificulta a análise dos dados (IBGE, 2024).

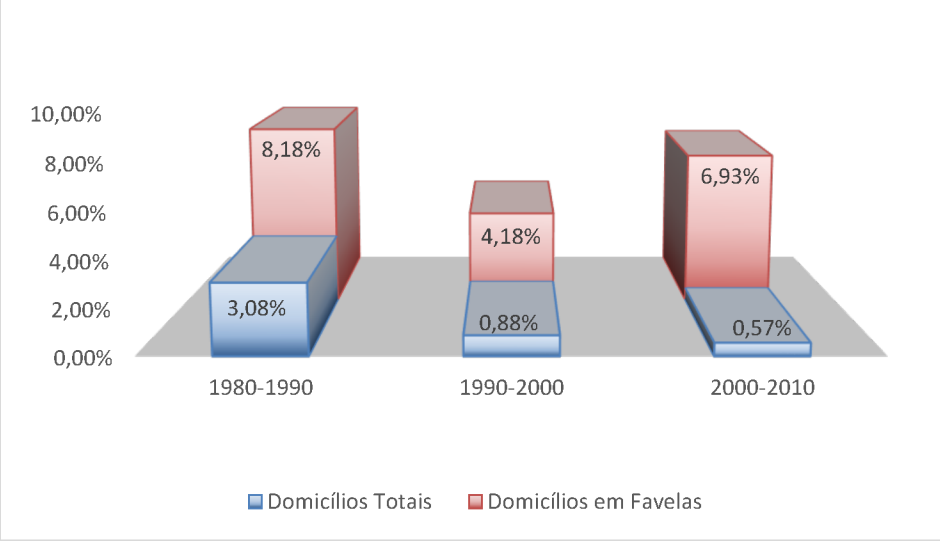
Gráfico 4 - População Brasileira Residente em Aglomerados Subnormais



Fonte: IBGE, elaborado pelo autor

Em relação aos domicílios totais a população favelada também vem aumentando continua e consideravelmente desde 1980, sempre em maior número do que o do crescimento do parque domiciliar brasileiro formal. A taxa de crescimento anual dos domicílios totais no período 1991-2000 foi de 0,89% ao ano enquanto o de domicílios favelados foi de 4,18% ao ano, uma proporção 4,8 vezes maior. Salto ainda maior é dado no período 2001-2010 onde a taxa total foi de 0,57% ao ano e a de domicílios favelados foi de 6,93% ao ano, uma relação 12 vezes maior.

Gráfico 5 – Crescimento entre Domicílios Totais e em Favelas



Fonte: (PASTERNAK; D'OTTAVIANO, 2016), *elaborado pelo autor*

Essa população quase triplicou durante este período, saindo do patamar de 1,62% da população total, em 1980, para 5,61%, em 2010, sendo o maior crescimento registrado na região nordeste, com uma taxa de 11,70% de crescimento dos domicílios favelados, nove vezes maior do que o registrado no período entre 1991-2000 (PASTERNAK; D'OTTAVIANO, 2016). Essa cidade ilegal atua e influencia a cidade "legal", seja encarecendo os custos com infraestrutura e serviços públicos, seja com as consequências sociais de se manter uma população tão grande marginalizada, sem a garantia mínima de ter seus direitos atendidos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, buscou-se criar uma cidade de direitos, que reconhecesse as populações e padrões de vida existentes nos locais ao passo que as ações do mercado imobiliário foram incorporadas dentro de uma nova configuração do capital internacional. Após a promulgação da Constituição de 1988, foram necessários 12 anos de atuação democrática, em todas as esferas públicas, para regulamentar um instrumento legal que desse aplicabilidade prática para o "direito urbanístico" e para a "função social" previstos,

> Podemos afirmar que, no interior deste campo, autodenominado por seus atores de "democrático-popular" três grandes eixos constituíram o centro da agenda de reforma urbana das administrações eleitas: o reconhecimento dos direitos dos posseiros, a luta contra a "especulação imobiliária" e a democratização do processo decisório sobre as políticas urbanas (MAGALHÃES (ORG.), INÊS; (ORG.) BARRETO, LUIZ; (ORG.) TREVAS, 1999 apud ROLNIK, 2013, P.4).

Enquanto essa nova agenda era discutida, durante os anos 1990, o ideal neoliberal começava a ser implementado no Brasil e transformava o papel do Estado no planejamento urbano, deixando de ser um organizador e realizador das ações nos espaços da cidade para se tornar um elaborador de parcerias com a iniciativa privada em projetos específicos, teoricamente capazes de promover as transformações sociais necessárias. A reforma urbana retorna à pauta, a partir de 1988, em um outro contexto e um outro momento no qual o país foi deixando de ser industrial, as metrópoles pararam de crescer e o crescimento maior começou a se dar nas cidades médias, especialmente a partir dos anos 2000.

2.2.1. Estatuto da Cidade

Após a aprovação da Constituição Cidadã, em 1988, 16 projetos foram apresentados pelos congressistas buscando assegurar o direito à questão urbana, entre eles o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1989, autodenominado "Estatuto da Cidade", de autoria do senador Pompeu de Sousa. O primeiro projeto de lei de iniciativa popular foi apresentado em 1992, com mais de um milhão de assinaturas, encabeçado pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia e entregue ao então presidente da Câmara Federal, o deputado Ibsen Pinheiro, propondo a criação de um conjunto de normas e regulações para efetivar a Reforma Urbana, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição. Buscando consolidar os princípios participativos e democráticos presentes na Constituição Nacional e implementá-los na construção das cidades, 12 anos de luta política por todos os atores sociais culminaram com a aprovação em 10 de julho de 2001, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 10.257/ 2001, o Estatuto da Cidade. Essa lei pode ser vista como a consolidação do processo que redemocratizou o Brasil ao mesmo tempo que sela o pacto e inaugura a Nova Agenda Urbana Brasileira ao introduzir os instrumentos que deveriam ser utilizados para a implementação dos planos diretores nas cidades (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2016). Por trás dos critérios técnicos do Estatuto da Cidade existe uma visão utópica de uma cidade pensada, criada e guiada pelos e para seus próprios cidadãos em oposição aos cálculos e desejos do mundo do capital e dos negócios. Talvez o grande retrato desta transformação seja o debate, até hoje aquecido, entre a Função Social da Propriedade *versus* a Propriedade Privada Registrada (FERNANDES, 2016)

Em um primeiro momento, o Estatuto da Cidade foi visto pelo empresariado do mercado imobiliário e pelas forças conservadoras como um texto “de esquerda, estatizante e burocrático”, o que, de certa forma, justificou a demora em sua aprovação (BASSUL, 2002). Por passar por este período de gestação durante os anos 1990, as transformações ocorridas no mercado econômico internacional, e que passaram a ser a norma da economia política brasileira, os instrumentos presentes no Estatuto da Cidade foram aceitos e apropriados pelos agentes do mercado imobiliário que passaram a utilizá-los e a transformá-los em

possibilidades de novos produtos e de criação, ou expansão, de mercados. Se por um lado a cobrança de IPTU Progressivo no Tempo, por exemplo, pode ser vista como uma intromissão do Estado no uso da propriedade privada, por outro abre a possibilidade de que áreas antes ociosas passem a ser produtivas para o mercado. Esse "empreendedorismo urbano" é a resposta neoliberal ao modelo de Estado provedor e causa a sobreposição de camadas de interesses entre Estado e Mercado que por muitas vezes leva a judicialização dos temas. O sistema judicial, por sua vez, historicamente e, constantemente, apenas reconhece a propriedade escriturada em cartório, ignorando a posse ou qualquer outra forma de legitimação do direito à cidade ou a moradia, mesmo com legislação ordenando o contrário (GNANN, 2020). A mercantilização das cidades historicamente fez parte da construção das cidades brasileiras e durante o século XXI passaram a ser "o lugar da produção capitalista pós-industrial, e cada vez mais o objeto desta mesma produção capitalista nessa escala global" (FERNANDES, 2016, p. 223) fortalecendo os ideais de propriedade individual e de uso deste patrimônio, apesar das necessidades coletivas, ou seja, especulando financeiramente com o espaço público. O Estatuto da Cidade, que é um resultado do movimento da reforma urbana, tem servido para os contextos dos grandes centros urbanos, mas menos para o das cidades médias e pequenas (LAGE; FRANCISCO FILHO, 2021). Além disso, com o recrudescimento do projeto neoliberal e a crise da industrialização no país, boa parte da população brasileira cada vez mais deixa de ter poder aquisitivo para adquirir unidades habitacionais no mercado "formal" de habitação. O modelo neoliberal tira, assim, o poder do Estado para reequilibrar as externalidades provocadas pelas forças do mercado, tornando-o mais frágil e, ao mesmo tempo, orientado aos interesses do mercado, o que prejudica o estabelecimento de uma agenda voltada à efetivação da reforma urbana.

Mesmo com a utopia de uma nova forma de construção e reconstrução das cidades, com a criação de instrumentos urbanísticos possíveis de serem auto aplicados, com regulações e normas técnicas, com assessorias e cursos de formação promovidos pelo governo federal para a elaboração dos planos diretores, a realidade se mostrou mais dura e resistente a mudanças do que se imaginava. Além da resistência cultural, mercadológica e política, parte dos instrumentos do Estatuto da Cidade demonstraram pouca aplicabilidade no enfrentamento dos principais problemas urbanos, como, por exemplo, o parcelamento, edificação e utilização compulsórios e o IPTU Progressivo no Tempo (DENALDI et al., 2017). Se em um primeiro momento, especialmente durante os primeiros 10 anos do Estatuto, as políticas do Ministério das Cidades foram estruturadas buscando integrar programas de habitação, saneamento básico, transporte público e mobilidade urbana, regularização fundiária através do Plano Diretor, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), essas ações passaram a ser desarticuladas, pontuais, obedecendo a parâmetros específicos e particulares, atendendo a interesses

do mercado imobiliário, ainda que suas contrapartidas (como no caso da outorga onerosa e das operações urbanas consorciadas) de alguma forma se reflitam em ações alinhadas com os ideais da Reforma Urbana, produzindo habitação social, mas sem força suficiente para inverter as prioridades. Aproximadamente R$ 788 bilhões foram investidos no mercado residencial urbano brasileiro, vindos do Orçamento Geral da União, do FGTS ou de investimentos do setor privado, no período 2010-2017, não considerando outras obras de infraestrutura como as de saneamento ou de mobilidade (BRAJATO; DENALDI, 2019; FERNANDES; PEREIRA, 2010; MARQUES, 2017; SANTOS, 2020; URBANOS; SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011).

Quando recursos públicos foram disponibilizados para a urbanização de favelas e assentamentos precários, por exemplo, as instâncias participativas e os processos de democratização das cidades foram abandonados e as antigas práticas relacionadas à remoção massiva de populações para regiões afastadas dos centros, muitas vezes de forma violenta, ou de produção de projetos em locais específicos e descolados do conjunto da cidade foram implementados, demonstrando o longo percurso a ainda ser trilhado buscando garantir o "direito à cidade" para todos.

2.2.2. Plano Diretor

O Estatuto da Cidade buscava garantir o direito à cidade para todos os cidadãos e elegeu o plano diretor como instrumento para a efetivação desse direito. Segundo Saule Junior (2005), esse direito à cidade faz parte do mesmo rol de direitos coletivos e difusos, como os direitos da criança e do adolescente, do patrimônio histórico e cultural ou do meio ambiente. Ao invés de centralizar as ações na esfera federal e repetir erros do passado, não enxergando as particularidades de cada município e buscando uma versão homogeneizante do território nacional imposta de cima para baixo, o Estatuto da Cidade criou as condições legais para amparar a tarefa de elaborar e aplicar o ordenamento territorial para os municípios através de planos diretores municipais. O papel da instância federal foi essencial para garantir a normatização de processos de uso, ocupação, parcelamento, preservação, conservação, desenvolvimento, construção e regularização do solo urbano (FERNANDES, 2016). A partir da organização do planejamento proposto pelo plano diretor, outras leis setoriais passaram a poder ser elaboradas de maneira integrada e buscando um objetivo em comum, tais como planos de habitação, de cultura, de saneamento ou de mobilidade. Assim é que o plano diretor passou a ser o instrumento mediador para a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, descolando-se, não raras vezes, de políticas federais, como é o caso do Programa Minha Casa, Minha Vida, que não determinou a vinculação dos empreendimentos habitacionais financiados no âmbito do Programa às estruturas territoriais estabelecidas pelos planos diretores, como é o caso das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social). Assim também, deve-se mencionar a Lei 13.465/17, que dispõe sobre a

regularização fundiária no Brasil e que também desvinculou o processo de regularização fundiária via REURB das Zonas Especiais de Interesse Social.

A elaboração dos planos diretores deveria ser realizada de forma democrática, buscando ampliar as instâncias de participação da população. Preconiza então a criação de uma arena para a convergência de interesses opostos e opiniões conflitantes, com o potencial de fazer emergir situações e realidades até então invisíveis. Ao buscar formas amplas de participação democrática, mais atores sociais entram na disputa pelo território e pela elaboração de programas e políticas que organizarão a vida na cidade. Novas relações políticas e de poder se estabelecem durante a construção e implementação dos Conselhos, possibilitando a criação de novos processos de construção social.

Um dos grandes desafios da elaboração do Plano Diretor dentro de processos participativos é a inserção desta elaboração dentro do processo histórico nos quais o planejamento urbano brasileiro se deu. Nosso histórico é de exclusão dos atores sociais nos processos decisórios, de clientelismo e corporativismo, quando não de pura instrumentalização do Estado para agir em favor de interesses particulares. Apenas definir os direitos e apontar sua aplicação não é garantia de sua efetivação. Acrescentando a este caldo os ideais neoliberais, tem-se uma conjuntura que, se por um lado transformou o panorama do planejamento urbano brasileiro, por outro reforçou as estruturas historicamente construídas.

> A agenda de reforma neoliberal do Estado brasileiro também veio acompanhada de um discurso participacionista e de revalorização da sociedade civil, redefinida como "Terceiro Setor", que esvaziava de sentido a proposta de cidadania ampliada para alinhá-la com a ideia de Estado mínimo. Desta forma, a simples existência de "processos participativos" sem conexão explícita e claramente configurada no interior dos processos decisórios atende perfeitamente a um modelo que fortalece o centro – e não empodera as bases – nos processos decisórios. (ROLNIK, 2012, p. 8)

Dessa forma, mesmo o conceito de participação social na elaboração dos planos diretores tem sua legitimidade posta em cheque tendo em vista que muitos dos processos participativos não são efetivamente participativos, ocorrendo apenas para cumprir as exigências legais do Estatuto da Cidade, e os planos diretores são meras transcrições de trechos do Estatuto ou simples citação de seus instrumentos urbanísticos sem qualquer relação com as particularidades do território (JUNIOR; MONTANDON, 2011). Porém o caminho da participação social é sem volta e a partir dele outras formas de participação no campo jurídico foram abertas, seja para bloquear ou anular planos diretores elaborados sem participação, seja para salvaguardar ou legitimar a aplicação de instrumentos urbanísticos. Da mesma forma, chama a atenção a judicialização dos processos de elaboração dos planos diretores especialmente pela atuação mais incisiva do Ministério Público e o seu acompanhamento na elaboração dos planos como nos casos de Valinhos,

Vinhedo, Campinas, Brasília e Jundiaí (DE FREITAS; DE MELO BUENO, 2018; FIGUEIRÊDO, 2014).

As estruturas criadas para a redistribuição dos lucros gerados a partir da valorização imobiliária sobre o uso da terra também precisam ser analisadas de forma a melhor compreender a quais propósitos elas estão servindo. A reorganização da economia para a circulação do capital internacional ocorrida a partir dos anos 1990 transformou as cidades no palco ideal para a atração deste capital (SASSEN, 2001). A concepção do Estado como uma "empresa" que administra seus ativos se manifesta na constante comercialização dos espaços urbanos e da disputa pela adequação das leis urbanísticas para comportar projetos que extrapolam os padrões anteriormente acordados (SÁNCHEZ, 1999; VAINER, 2011). Se os debates dos movimentos sociais pela Reforma Urbana no Brasil visavam a desmercantilização do solo urbano, as práticas de mercado passaram a enxergar um imenso universo de produtos imobiliários a serem explorados e comercializados. Talvez o maior exemplo deste embate se manifeste nos planos diretores através da aplicação das ZEIS e dos projetos de crédito para construção de moradia popular como o Minha Casa, Minha Vida.

Estes projetos habitacionais foram elaborados de forma a possibilitar a construção de moradia para a população de baixa renda em zonas já providas de infraestrutura por meio de crédito e subsídios do governo federal. Esperava-se assim equilibrar as relações de força entre o mercado e o preço da terra. Em seu lançamento em 2009, o programa tinha como meta construir um milhão de moradias. Passados mais de 10 anos de seu lançamento, até setembro de 2020, foram contratadas mais de seis milhões de unidades, sendo que 5,1 milhões foram efetivamente construídas (ECONOMIA, 2020). Apesar do número expressivo, o déficit habitacional continua crescendo, os conjuntos habitacionais continuaram a ser construídos em regiões afastadas dos centros e os níveis de valorização de terras, construções, e aluguéis bateram recordes históricos (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2016). Os processos e instâncias de participação cidadã não foram incorporados na definição das áreas onde o PMCMV seria aplicado, reforçando as estruturas históricas do planejamento brasileiro. Ao mesmo tempo que a oferta de unidades habitacionais para a população de baixa renda aumentou, a valorização e a exploração financeira do solo atingiram patamares inéditos (ROLNIK; KLINK, 2011). Mesmo com todas as transformações ocorridas nestes 20 anos de Estatuto da Cidade, provocando a reestruturação do planejamento urbano no Brasil e o aumento das possibilidades de participação e controle social, ainda estão presentes problemas estruturantes, como a falta de saneamento básico, a poluição e contaminação de recursos naturais, o déficit habitacional, as distâncias cada vez maiores de deslocamentos internos nas cidades ou os processos de gentrificação, em níveis alarmantes.

2.2.3. Chegando até aqui

As cidades brasileiras passaram por importantes modificações na forma de realizar seu planejamento

urbano. O desafio de encontrar padrões de desenvolvimento foi rapidamente substituído pela realidade diversa das suas relações políticas, sociais e territoriais. Após dez anos de vigência do Estatuto da Cidade, mais de dois mil municípios brasileiros dispunham de seus planos diretores elaborados, com os instrumentos instituídos no Estatuto da Cidade previstos, especialmente os relacionados ao uso do solo, do zoneamento, da habitação e do sistema viário. Houve uma prevalência por posterior elaboração dos planos setoriais e uma dificuldade na regulamentação daqueles instrumentos que não eram autoaplicáveis (JUNIOR; MONTANDON, 2011). Diversos argumentos ajudam a entender este cenário, desde a falta de capacitação técnica e institucional das secretarias municipais, passando pela alternância de gestões e partidos políticos (que tendem a abandonar feitos de gestões passadas), a ação de agentes do mercado imobiliário e a fragilidade da participação democrática e de organização dos movimentos sociais. Um fator preocupante é a falta de conexão entre os planos diretores, a realidade dos territórios e o orçamento das cidades. Muitas vezes ou os planos são genéricos, cópias dos materiais de apoio para sua elaboração, ou se pretendem maiores do que deveriam e não encontram suporte orçamentário para sua efetivação. Apesar da estrutura de participação as ações continuam obedecendo padrões excludentes e relacionados a uma visão mercadológica da cidade. A "integração pelo consumo", através da geração de empregos e melhorias salariais (pautas sindicais e alinhadas com os governos petistas do período) buscou transformar o espaço público através de grandes projetos de infraestrutura sem necessariamente fortalecer as instâncias de participação ou de integração territorial do ponto de vista federal ao passo que fundos de pensão foram utilizados como forma de investimento em grandes empreendimentos públicos e privados, enfraquecendo as instâncias de participação (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2016, p. 13).

> Por um lado, ao longo das duas últimas décadas, um volume gigantesco de recursos públicos, imóveis, isenções tributárias, créditos de todo tipo, subsídios financeiros, incentivos fiscais, direitos de uso e construção – tem sido cada vez mais transferido pelas administrações públicas em todos os níveis governamentais para o setor privado, promotores urbanos, construtores e agentes imobiliários. Esse deslocamento crescente de recursos públicos tem se dado geralmente no contexto de programas de "renovação urbana", "revitalização de áreas centrais", "requalificação de centros históricos", "grandes projetos urbanos", "modernização de infraestrutura urbana/portos/aeroportos", bem como de grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Por outro lado, além dos dados sobre os processos de especulação imobiliária e gentrificação de áreas, o número de despejos e remoções forçadas de comunidades que vivem em assentamentos informais consolidados – há muitas décadas, em muitos casos – é cada vez mais assustador, não apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também em outros municípios anteriormente comprometidos com a promoção de reforma urbana, como Belo Horizonte e Porto Alegre (FERNANDES, 2016, p. 217).

Embora um dos principais objetivos da proposta da Reforma Urbana brasileira seja o acesso à moradia e ao

direito à cidade, o discurso dominante de flexibilização das normas para favorecer os aportes econômicos, dinamizar os investimentos, enfrentar a crise de geração de empregos, atua na contramão dos preceitos do Estatuto da Cidade. A utilização dos instrumentos urbanísticos pelo mercado imobiliário acabou por encarecer o preço das terras e dos imóveis, por desarticular as instâncias de participação e por acelerar os processos de financeirização territorial (ROLNIK, 2012).

Mesmo assim, atualmente as condições de acesso à infraestrutura básica dos moradores das favelas brasileiras é muito diferente do passado: a rede de esgoto está presente em 56% destes domicílios, a energia elétrica em 72%, a coleta de lixo em 76% e 88% têm acesso a rede pública de água; 32% dos domicílios favelados estão em áreas com topografia complicada como encostas ou margens de cursos d'água; 89 mil moradias estão em locais que já foram aterros sanitários ou lindeiros a rodovias, ferrovias ou vias expressas. O espraiamento parece não ser mais possível nem mesmo nestas situações já que em 72,6% dos casos não há espaçamento entre os domicílios e 30% dos domicílios favelados já possuem três pavimentos (PASTERNAK; D'OTTAVIANO, 2016).

A gestão democrática das cidades parece ser a única saída possível para cumprir o objetivo do "direito à cidade" e de prover condições dignas de vida urbana, através de acesso facilitado à moradia, sistemas públicos de saneamento, mobilidade, saúde e educação. Ações como essas promovem a melhor distribuição de renda e de possibilidade de uma vida plena (BASSUL, 2002). A chave para proporcionar este salto qualitativo não se dará apenas por aspectos técnicos ou econômicos, mas também a partir do reconhecimento das formas de vida das pessoas que disputam estes territórios. O reconhecimento de formas de organização e de fruição da vida que escapam das questões puramente econômicas ou tecnicistas, desafiam os instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor como instrumento de sua efetivação, ao se defrontar com as formas de uso do solo nas áreas rurais, dos povos indígenas, quilombolas, dos impactos que as questões de gênero podem proporcionar para o desenho urbano, para além da ocupação dos vazios urbanos ou da habitação popular.

PARTE 2 - ECONOMIA CRIATIVA E CIDADES CRIATIVAS – UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA



3. Capítulo 3 - Economia Criativa - sobre a cultura (ou o modo de vida das pessoas) e as cidades

Neste capítulo exploraremos de que formas a arte e a cultura têm sido instrumentalizadas para servir a propósitos cada vez mais mercadológicos e menos relacionados com as manifestações das pessoas, e de que forma arte e cultura se relacionam com as cidades. Esse propósito de "produtificar" a cultura se utiliza de ferramentas para a produção de sentidos e de desejos que criam identidades e reforçam a necessidade da padronização e do consumo como meios de reconhecimento social e de participação cidadã. Esta cidadania pelo consumo reforça os alicerces do neoliberalismo e do individualismo estudados anteriormente, esvaziando o papel de uma construção social ativa e que favoreça a construção de comunidades através de um propósito em comum. As comunidades construídas através do consumo de bens produzidos através da indústria cultural acabam se fechando em si mesmas e ficando condicionadas a uma legitimação através dos interesses promovidos por aqueles que controlam esta cadeia produtiva. Como essas ferramentas culturais são exploradas pelas cidades que buscam encontrar na cultura respostas para os desafios impostos pela contemporaneidade é a pergunta que este capítulo buscará responder.

A própria definição de cultura não é simples e sofre transformações conforme o campo que propõe estudá-la. Talvez o primeiro grande recorte que precise ser feito é o da oposição entre "natural" e "cultural". Apesar de diversos usos da palavra cultura estarem associados a usos do mundo natural, como o cultivo da terra ou ao mundo da biologia, "cultura" está sempre relacionada a uma ação do ser humano. Diferentemente dos outros seres vivos que passam por transformações profundas para se adaptar ao ambiente no qual estão inseridos, o homem foi capaz de criar ferramentas para ir além de suas limitações biológicas (LARAIA, 1986). Estamos inseridos no mundo biológico e o transformamos a partir de nossas necessidades. As raízes biológicas do humano, o "natural", são basicamente as mesmas não importando clima, geologia, tempo ou espaço. Porém, a forma como cada agrupamento humano lida e transforma essas condicionantes diz muito sobre a cultura de cada lugar. O afastamento entre o natural e o cultural se torna ainda mais claro quando colocamos nesta balança os pesos da capacidade humana de criação de ferramentas para superar suas condições biológicas e o de comunicação oral. Apesar de ainda termos entre nós ideais e pressupostos que insistem em associar a "raças" ou a grupos humanos características inatas (pretos mais aptos a trabalhos manuais, nórdicos são mais inteligentes, "índios" são preguiçosos, etc.) ou ainda geneticamente herdadas (o brasileiro herdou a passividade do índio, a preguiça do negro e a soberba do português), a antropologia tem consistentemente derrubado estes argumentos e demonstrado que estas normatizações são construções culturais (LARAIA, 1986). Após séculos de escravidão e trabalhos forçados, de revoluções econômicas e no campo do trabalho, culminando com os

horrores ideológicos que levaram à Segunda Guerra Mundial e as suas decorrências, conquistas como direitos trabalhistas, movimentos feministas e acordos internacionais baseados na diplomacia, escancaram que nada existe de inato ou biológico na construção das sociedades, mas, sim, muito de ação do coletivo humano. Raymond Williams propõe três definições amplas para cultura.

> Na primeira, cultura pode ser usada para se referir a um 'processo geral de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético'. (…) Um segundo uso da palavra 'cultura' pode ser adotado para sugerir 'determinado estilo de vida, seja de uma pessoa, um período ou um grupo'. (…) Por fim, Williams propõe que a cultura possa ser usada para se referir a 'trabalhos e práticas de atividade intelectual e, especialmente, artística'. (WILLIAMS apud STOREY, 2015, p. 14)

A primeira definição diz respeito a uma espécie de identidade moldada a partir de pressupostos intelectuais ou a formas de reconhecimento de determinado grupo por seus pensamentos, crenças ou produções em comum, por exemplo "o povo do sertão é muito religioso". A segunda definição diz respeito a formas de manifestação no cotidiano das pessoas, a um tipo de vida, com seus saberes e fazeres atuando diretamente. Seriam exemplos os hábitos de trabalho rotineiro em determinado horário, a prática de mais de uma determinada modalidade esportiva do que outra, ou ainda a realização de determinado tipo de festa. A terceira definição diz respeito àquilo que mais comumente associamos à cultura, a saber, nossas manifestações através da arte.

A cultura associada, ou em uso correlato, com a arte acaba, muitas vezes e de maneira inapropriada, absorvendo parte dos dualismos que fundamentaram boa parte das discussões sobre o papel da arte na sociedade. Historicamente, a arte é vista como aquilo da produção humana que transcende o humano e as atividades cotidianas, uma busca pelo belo, pela perfeição, pelo sublime, e que desta maneira deve permanecer afastada do banal, do trivial, do cotidiano, do massificado, do popular, em especial de assuntos econômicos e políticos. Nessa perspectiva, o artista é visto como um ser iluminado, genial, dotado de grandes habilidades técnicas, capaz de elevar os espíritos e de dar outros significados para nossos sentimentos. A definição de quem estaria apto a produzir tal jornada de sacrifício e abnegação ficaria a cargo de grandes especialistas, detentores de notório saber a ponto de determinar qual produção é boa ou ruim, qual é o cânone da produção humana e de que forma esse cânone deve ser explorado. Teríamos assim uma "alta cultura", erudita e fechada em si mesma, e uma "baixa cultura", popular e ligada às massas e ao mercado. Estes conceitos, apesar de há muito debatidos, refutados e ressignificados, continuam presentes na percepção de nossas sociedades sobre o papel da arte e da cultura (GIORGI, 2021). A determinação de quais elementos das manifestações humanas são passíveis de serem

estimulados e valorizados e quais devem ser combatidos exercem papel determinante na construção das sociedades.

A primeira definição antropológica (reveladora de modos de vida) do conceito de cultura tem pouco mais de um século, provavelmente de Edward Tylor (1832-1917), em seu livro *Primitive Culture,* de 1871. Por óbvio que os estudos e discussões sobre os hábitos humanos já existiam antes de Tylor e possíveis definições de cultura já estavam sendo debatidas há séculos, mas um conceito de cultura, da forma como entendemos nos dias de hoje, só foi formalizado na segunda metade do século XIX, que Tylor sintetizou da seguinte forma:

> este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TYLOR, 1958, p. 1).

Fica claro por essa definição uma distinção entre aquilo que é inato, natural, e aquilo que é aprendido, construído e passado adiante. A superação das limitações impostas pelo corpo biológico colocou o homem em um lugar único no planeta e o conceito de cultura passou a alargar cada vez mais essa distância. As discussões a respeito do conceito de cultura forjado por Tylor adentraram o século XX e foram ampliadas com o conceito de "superorgânico" de Alfred Kroeber (1876-1960). Para Kroeber (1993) a cultura determina o comportamento do homem e ele tem suas ações justificadas por ela. Assim, as ações do homem são realizadas de acordo com seus padrões culturais ao invés de determinadas por sua biologia. Dessa forma a cultura passa a ser a ferramenta pela qual o homem se adapta aos diferentes meios em oposição aos demais seres vivos que mudam seu próprio organismo para se adaptar ao meio, daí a expressão "superorgânico", possibilitando ao homem superar as barreiras dos diferentes ambientes naturais e tomar todo o planeta como seu habitat. Esse acúmulo de experiências e de vivências é transmitido para a posteridade, fazendo o homem ser muito mais dependente do aprendizado do que de suas características herdadas geneticamente. Por ser um processo de acumulação, as formas de acesso a esse patrimônio construído constituem o sucesso ou o fracasso da construção cultural e, assim sendo, a sociabilização e as diversas formas de contato entre o humano se fazem indispensáveis para a civilização. Desta forma, o progresso das sociedades dependeria de pessoas acima da média das demais, sendo o ser humano genial aquele indivíduo que, com sua grande capacidade de inteligência, tem a oportunidade de acessar e utilizar o patrimônio construído pelo sistema cultural no qual está inserido e criar uma nova técnica ou um novo objeto, tendo sua forma coletiva como a expressão e a manipulação deste patrimônio

cultural determinando o comportamento e a capacidade artística e profissional da humanidade (PEDROSA, 2015).

A questão que se coloca é que a ideia de cultura da forma como entendemos hoje, surge a partir dos processos desencadeados pela Revolução Industrial e pelos processos de urbanização decorrentes dela. Se antes havia uma certa concordância entre uma espécie de "cultura comum" compartilhada por todos e uma "cultura de elite" restrita às belas artes e àqueles poucos, que teriam acesso a ela, com a Revolução Industrial e a crescente urbanização essas relações culturais foram profundamente alteradas e transformadas a partir de novas relações de trabalho, das novas organizações sociais e das novas relações com o território. Lefebvre aponta como o homem criou a cidade como seu habitat, abandonando, de certa forma, a vida "selvagem" e passando a ter uma vida urbana, principalmente após os processos de industrialização, articulando modos de produção econômica e social à construção das cidades:

> Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade (LEFEBVRE, 2008, p. 11).

Essas características não ficam restritas à Antiguidade. A partir do século XVI a cidade se firmou como centro acumulador de riquezas, sejam elas objetos, tesouros, capitais virtuais, além de uma grande riqueza monetária. Os trabalhos urbanos diferem dos trabalhos no campo, muito mais artesanais do que braçais, fazendo com que o desenvolvimento da técnica, do conhecimento e da troca política e social fosse potencializado. As disputas por riqueza e poder deixaram de estar restritas ao senhor feudal ou à nobreza, redes de trocas que organizam um sistema de transferência de dinheiro foram estabelecidas, fazendo surgir uma nova classe social, a burguesia, ou o empresariado, que passou a controlar a riqueza de uma sociedade que não era mais exclusivamente dependente nem da produção rural nem da propriedade da terra. Desta nova configuração de poder surgiu o papel do Estado, centralizando os recursos, o capital financeiro e político.

Para Argan (2005) a renascença criou a ideia de uma cidade ideal, perfeitamente ordenada tanto em suas dimensões físicas quanto políticas e sociais, através da sabedoria e técnica dos detentores máximos do poder vigente. A cidade ideal seria uma invenção humana estruturada a partir de sua ação política, histórica e econômica, sendo o palco da atuação de artesãos e mercadores, de políticos e de disputas para atingir a perfeição em sua organização. Este processo de busca pela perfeição transformou a cidade não apenas no

cenário da produção da arte da vida humana, mas a própria cidade passou a ser vista como causa e produto desta arte.

> Mais que um modelo propriamente dito, (a cidade ideal) é um modulo para o qual sempre é possível encontrar múltiplos e submúltiplos que modifiquem sua medida, mas não a sua substância: dada uma planta em forma de tabuleiro, centralizada ou estelar, sempre é possível desenhar o mesmo esquema numa dimensão maior ou menor (ARGAN, 2005, p. 74).

Imagem 2 - Cidade de Palmanova - Itália



Fonte: Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-SA-NC

A cidade ideal se tornou ao mesmo tempo palco, cenário, ator e plateia dos processos históricos que a constituíram. Por outro lado, a cidade real se impôs e apresentou as contradições do tempo, do espaço e dos lugares onde ela foi sendo construída. Assim, a cidade ideal foi criada como referência para a identificação dos problemas enfrentados pela cidade real, tendo em vista que esta, por estar sofrendo as constantes transformações dos processos históricos, foi deformando em relação àquela ideal. Essa deformação se acentuou conforme os designíos da cidade se afastaram de um único criador e passaram a representar uma coletividade. A cidade real, com várias formas, foi construída conforme as experiências das pessoas que viviam nela. Enquanto a cidade ideal buscava a qualidade, a cidade real tinha que lidar com as transformações de sua população e com a quantidade de sua produção (ARGAN, 2005). A Revolução

Industrial desencadeou um aumento populacional exorbitante nas áreas urbanas das cidades que passaram a buscar formas de ordenar seus espaços. O urbanista, o urbanismo e o plano urbanístico surgiram como ator, arte e obra para equilibrar a relação entre quantidade e qualidade.

> Aquilo que justifica o urbanismo, isto é, o desejo de melhorar a qualidade de vida na cidade, parte da cidade real e se realiza por meio de um desenho que agregue o melhor que espírito e o engenho humano são capazes de realizar por meio da arte e da técnica, a cidade ideal. (SANDLER, 2013, p. 77)

A cidade é uma criação humana, fruto dos processos culturais que foram estruturados e a estruturam. A cada ciclo desses, a cada nova etapa de desenvolvimento, disputas entram em ação modificando as estruturas culturais nas quais as ações humanas se baseiam e assim modificando a própria cultura.

> Dessa forma, a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução dos seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas. (LEFEBVRE, 2008 p.52).

Se o desenvolvimento da humanidade se dá através de sua cultura e da forma como se acessa este patrimônio histórico construído, o acesso à cidade e o direito a ela passam a ter papel fundamental para a constituição das sociedades contemporâneas.

3.1. Cultura como cultivo e manifestação

Tentar trilhar uma origem da cultura ou uma etimologia do fazer cultural é tarefa árdua e inglória. Se hoje ela está muito associada às manifestações artísticas e eventos produzidos pela humanidade, podemos clamar também por uma ancestralidade que, usando o mesmo termo, liga cultura à lavoura e ao cultivo. Mesmo nesse ponto, a cultura permanece associada com a ideia da humanidade transformando seu meio, ao mesmo tempo em que a própria humanidade se torna produto de seu meio. Esse aparente paradoxo é umas das principais características da cultura e um de seus maiores valores, pois permite à humanidade aprender com sua ancestralidade e projetar seu futuro a partir dela. A cultura é esse amálgama que permite às sociedades se manterem unidas e coesas reforçando as singularidades e identidades de cada lugar. Essa contradição inerente da cultura se expressa continuamente conforme a humanidade se desenvolve. Ao encontrar outras culturas, as sociedades entram em processos de assimilação e abandono de suas

características originais, reiniciando ciclos de construção e desconstrução dos meios nos quais estão inseridas, criando novas culturas e sendo criadas por estas.

A cultura poderia ser vista, então, como uma espécie de utopia crítica, totalmente virtuosa, construindo e destruindo mundos levando a humanidade para um futuro sempre próspero. Entender a cultura desta forma abre a possibilidade de criar uma hierarquia das práticas e concepções, podendo servir também como ferramenta para justificar as mais diversas agressões a saberes e fazeres outros que não aqueles compartilhados por determinado grupo. Esse modo de percepção da cultura acaba por produzir uma série de ações em seu nome, por exemplo através de projetos sociais pouco relacionados com os territórios onde são implementados, apagando a diversidade das manifestações das pessoas de determinado lugar. A pós-modernidade apresenta um dilema para a cultura como utopia social. O desenvolvimento da sociedade industrial acabou tornando cada vez mais claro o esgarçamento das possibilidades da utopia social da cultura como realização, ao continuamente colocá-la, ou como herança de um futuro que não se realizou ou como promessa para um presente que tem outras prioridades para se efetivar. Esta crise, indissociável a este processo, acaba por abrir a possibilidade da sociedade industrial criar produtos culturais, em coisificar o que anteriormente era um patrimônio imaterial e transformar a cultura em mercadoria. O que antes era uma manifestação de um estilo de vida, ou possibilidades sobre o que aquele estilo de vida representa, torna-se uma manifestação puramente estética. As cidades, como construções culturais da humanidade que são, passam pelo mesmo processo.

Discutindo a questão da industrialização das cidades, Lefebvre cunhou a expressão “implosão-explosão” para explicar o movimento de expansão das áreas urbanas no território dos grandes países industriais e as suas consequências. Mesmo com o adensamento das cidades, com as diferentes formas de organização dos meios de produção e do território, ou seja, um forte movimento de contração, o tecido urbano é expandido. O êxodo rural se intensifica, aumentando a ocupação das periferias e esvaziando os centros, criando novas tramas no tecido urbano. “Os antigos ‘gêneros de vida’ caem no folclore” (LEFEBVRE, 2008, p. 18) e a sociedade urbana passa a ditar e dirigir os hábitos e costumes da cidade. Há uma centralização econômica, social e cultural que transforma totalmente a vida da cidade e passa a moldar as formas como a sociedade se manifesta. As diferenças entre o campo e a cidade se diluem, modos de vida urbano passam a fazer parte da paisagem rural, objetos de consumo são incorporados, o “novo” e o “moderno” substituem o passado e uma nova racionalidade passa a vigorar. Aqueles que não se adaptam às novas formas de vida são cada vez mais excluídos das formas de participação da sociedade industrial (ou capitalista), e normalmente estes são os mais idosos, gerando uma espécie de contradição, pois ao mesmo tempo passam a surgir formas idealizadas de um bem viver ligadas aos antigos modos de vida, normalmente com uma associação a

questões naturais - como viver perto da natureza, ou em lugares mais “puros”, com ar menos poluído, agua mais limpa, menos aglomerações, pessoas mais parecidas, longe da agitação da cidade. Ou seja, a partir da forma como os modos de vida tradicionais se estabeleceram, novas formas são criadas levando a desconstrução daquele modo inicial, ressignificando-o. Apesar de sua materialidade explícita, essa construção se faz a partir de ideologias, de conceitos, que determinam seu valor de uso, assim como uma obra de arte tem seu valor por aquilo que ela representa, se reposiciona a partir do seu valor de troca.

O século XIX proporcionou o crescimento das estruturas pré-fabricadas e de materiais industriais como o ferro, o aço e o vidro. A utilização em massa destes materiais e sua difusão nas construções dos pavilhões das feiras mundiais que se tornaram eventos constantes durante todo os 1800, trouxeram consigo a discussão sobre a replicabilidade dos projetos e das fórmulas construtivas. A replicabilidade que se instala a partir do século XIX prenuncia a massificação provocada pela indústria e coloca a arte e a cultura em crise no século XX. Arte e cultura, assim como o urbanismo e os projetos arquitetônicos, são produtos de seu tempo histórico e refletem a relação entre seus produtores, os meios de produção e os impactos que eles produzem.

> A cultura não é criada por um comando. Ela se cria a si mesma, surgindo espontaneamente das necessidades dos homens e de sua atividade cooperativa social. Nenhum governante poderia jamais ordenar aos homens que fabricassem as primeiras ferramentas, que usassem o fogo pela primeira vez, que inventassem o telescópio e a máquina a vapor, ou que compusessem a Ilíada. Os valores culturais não surgem por determinação de autoridades superiores. Eles não podem ser impostos por decretos nem trazidos à vida pela resolução de assembleias legislativas. Nem no Egito nem na Babilônia, nem em nenhuma outra terra a cultura foi criada pelos chefes dos sistemas de poder político. Eles apenas se apropriaram de uma cultura já existente e desenvolvida e a tornaram subserviente aos seus propósitos políticos especiais[32].(ROCKER, 1997, p. 54)

A partir destas noções é possível então traçar uma linha do tempo sobre a forma como a cultura é vista no desenvolvimento das cidades durante o século XX, tendo como base alguns grandes marcos do urbanismo. Conforme proposto por Jacques (BERENSTEIN JACQUES, 2008), é possível destacar três momentos fundamentais: o “estético”, o “étnico” e o “econômico”. O primeiro momento “estético” tem como seu grande marco a Carta de Atenas, de 1931. Neste momento a cultura é enxergada a partir das belas artes,

[32] Culture is not created by command. It creates itself, arising spontaneously from the necessities of men and their social cooperative activity. No ruler could ever command men to fashion the first tools, first use fire, invent the telescope and the steam engine, or compose the Iliad. Cultural values do not arise by direction of higher authorities. They cannot be compelled by dictates nor called into life by the resolution of legislative assemblies. Neither in Egypt nor in Babylon, nor in any other land was culture created by the heads of systems of political power. They merely appropriated an already existing and developed culture and made it subservient to their special political purposes.

através daquilo que é reconhecido como belo e tem seu valor atribuído por valores estéticos. Os centros históricos, por exemplo, deveriam ser preservados em seu conjunto, uma obra de arte por si. O segundo momento "étnico" é marcado por uma maior abrangência do conceito de cultura, abarcando a cultura popular e passando a se preocupar com a sua preservação. O foco muda da prioridade estética ou puramente artística e passa para uma abordagem étnica ou mais regionalizada. A Carta de Veneza, de 1964, e a Recomendação de Nairóbi, apresentada na ONU em 1976, são os marcos deste período. O terceiro momento é o "econômico", o atual, onde a cultura se transforma em produto e em marketing global. Os processos de revitalização, dando usos culturais para antigas edificações, se proliferam como modelo de atração de novos negócios, de turistas e de investimentos externos. Linhas de crédito especificas para esse tipo de operação são lançadas por organizações internacionais como o Banco Mundial e o BID. Assim esses três momentos podem ser sintetizados em três classes críticas: "industrialização", "espetacularização" e "globalização" (BERENSTEIN JACQUES, 2008).

A cultura emerge como uma maneira eficiente de manter as sociedades unidas, identificadas e coesas. O Estado e suas formas de representação, em seus papéis centralizadores das ações políticas de uma sociedade passam a buscar nas políticas públicas formas de instrumentalizar e potencializar as manifestações culturais das sociedades. Tendo a humanidade transformado todo o planeta em seu habitat e sendo as cidades a forma de expressão dos modos de vida, a cultura passa a ser uma importante ferramenta para, a partir das particularidades de cada lugar, proporcionar a expansão das fronteiras e para direcionar modos de vida por todo o planeta. Órgãos internacionais (como a ONU, a UNESCO, a Comunidade Europeia, entre outros) foram criados para idealmente buscar garantir alguma cooperação entre os povos ao invés de sua exploração. A globalização, as empresas multinacionais, as novas formas de produção (cada vez mais descentralizadas, se afastando do fordismo) acabam criando novas formas de relação entre as cidades e entre seus mercados. Se, em um primeiro momento, é possível entender este movimento como uma forma de possibilitar que as mais diversas nações tenham acesso facilitado aos processos históricos acumulados da humanidade, com o passar dos anos, o processo industrial (ou determinado estágio do capitalismo) no qual nos encontramos se transforma e passa a enxergar a cultura como um poderoso eixo de desenvolvimento econômico. A transformação da cultura de "manifestações de modos de vida" para "eixo de desenvolvimento econômico" é acompanhada por toda uma série de validações institucionais que vão juntando à ideia de "cultura" outros conceitos e índices. Faz-se necessário, então, organizar um planejamento urbano voltado para atingir esse fim. Processos altamente transformadores, como a desindustrialização, ou mudanças de matrizes energéticas ou de paradigmas, produzem impactos profundos na forma como as cidades se organizam e se preparam para enfrentar suas questões. Interesses globais

passam a ser definidores de políticas e de ações locais em nome de uma adequação a programas de financiamento e linhas de crédito internacionais. Soma-se, então, aos já tradicionais índices de produtividade econômica, índices de “Qualidade de vida”, ou de “sustentabilidade”, ou mais recentemente de “criatividade” ou ainda de “inovação”. Este novo arcabouço se faz necessário para justificar as transformações territoriais empregadas nas cidades e criar uma nova percepção da cultura dos lugares. A nova imagem da cidade (requalificada, revitalizada, revalorizada, re…) é fortemente explorada para atrair novos investimentos, novas pessoas, novos turistas, novos empregos. A cidade se transforma numa grande arena e, motivada pelo capital internacional, atropela as manifestações locais (SÁNCHEZ, 2001b).

Tendo em vista que a origem destas iniciativas pode estar associada a esta arrancada de um novo patamar da economia, é possível relacionar esse movimento e o desenvolvimento do ideário sobre Economia Criativa e das Cidades Criativas - com o aumento da capacidade de renda de uma parcela da população, o aumento da circulação monetária nos outros circuitos de capital e uma forma de reposicionar a sociedade no mundo do trabalho. Caso notório é o da rede de cidades criativas da Unesco – que se propõe a ser uma forma de trocar experiências e conhecimentos, mas acaba se revelando como uma nova forma de dominação e dependência - algo que certamente engloba todo o mundo neste circuito, incluindo o Brasil (GOLDBERG-MILLER, 2019; GUILHERME, 2018; PRATT, 2011; SÁNCHEZ, 2001a, 2001b; SÁNCHEZ-NAUDIN; VIVAS-ELIAS, 2018; SELDIN, 2015; VICTOR MOURA SOARES FERREIRA, 2017).

Mediante este contexto, é importante compreender a questão cultural como algo inerente às manifestações vitais de qualquer ser vivente na sociedade e que agrupa e agrega as pessoas. Embora invisível, porque longe dos dados oficiais produzidos, trata-se de um potencial meio de reversão das formas tradicionais de produção no mundo do trabalho e da economia. É importante destacar que, para além do viés econômico, ao colocar a cultura no processo de desenvolvimento das cidades, é possível gerar iniciativas que favoreçam o fortalecimento de comunidades e associações, o incremento da qualidade de vida através de atividades ao ar livre, valorizando o espaço público, além de ações que promovam o orgulho cívico e a diversidade de culturas.

3.2. Indústria Cultural e a Cultura de Massas

Os processos de industrialização modificaram as sociedades em todas as suas formas de produção. A produção cultural, como não podia deixar de ser, também foi transformada. Os primeiros estágios de produção industrial estabeleceram uma produção em escala e em massa de produtos. O fordismo moldou não só os produtos que produzia, como também as plantas das fábricas, a organização dos bairros e todo o desenho urbano das cidades ao redor das fábricas. É necessário traçar o caminho que Cultura e Economia

percorreram a partir do século XX para entendermos como o encontro destas duas áreas do conhecimento se manifestam nas cidades, quais os mecanismos que as fazem funcionar e quais caminhos são possíveis de serem criados a partir daí. O pano de fundo de toda esta discussão é a tensão entre Cultura e Economia, sendo que a Indústria Cultural, depois as Indústrias Criativas, a Economia Criativa e, por fim, as Cidades Criativas, promoveram o ponto de contato ideal para que, juntas, Economia e Cultura pudessem ser entendidas de forma a potencializar seus ativos através de políticas públicas. Buscamos, portanto, uma reflexão sobre o impacto da produção em massa da cultura, sobre seus meios de reprodução e de difusão, e sobre a forma que estes processos adquirem ao serem implementados nos territórios.

O'Connor (2010) elenca três pontos ordenadores relacionando à criatividade e à produção cultural com a economia na contemporaneidade: a ideia da criatividade como um recurso contemporâneo de desenvolvimento econômico e de crescimento pessoal; a noção de auto empreendedorismo e a "culturalização" da economia como passo final destas transformações. É preciso esclarecer estes conceitos para compreendermos os movimentos da sociedade atual.

A criatividade vem sendo relacionada com a inovação e sendo percebida como um ativo a ser explorado economicamente. Assim a inventividade, junto com a criatividade e a inovação, passou a ser vista como um índice a ser medido e aplicado buscando um aumento da competitividade econômica em contraposição ao conceito tradicionalmente empregado para a criatividade, de "dom", ou "iluminação", mais relacionado às expressões artísticas que visavam a habilidade, a técnica, a artesania, o equilíbrio, a harmonia, a busca por sentidos. A criatividade, dentro do campo das artes e da cultura, tem um papel de descoberta do indivíduo ou de revelação dos ideais da sociedade na qual está inserida. Dentro do campo da economia, a criatividade é um valor, um recurso a ser explorado pelos mercados. O auto empreendedorismo se vincula a esta noção na medida em que a criatividade é vista como a forma de sobrevivência do "*self made man*", aquele que não se vê preso às grandes organizações, aos processos burocráticos, aos mesmos ambientes de trabalho e de mercado e que a partir de seus esforços criativos inova e encontra novas formas de competir no mercado através de maneiras "criativas". Em outro extremo desta perspectiva temos aqueles que abraçam atitudes do tipo "faça você mesmo" ou "seja seu próprio patrão" em busca de uma autonomia e de uma sensação de liberdade do sistema. Ambas as perspectivas são expressas em trabalhos *freelance* ou em pequenas empresas, além de serem uma das bases do pensamento por trás da "economia criativa", que passaram a emergir com muita relevância no final do século XX e início do XXI.

Por fim, a "culturalização" da economia não representa apenas uma mudança de estratégia de investimentos mas toda uma transformação nos hábitos e costumes relacionados ao trabalho e uma nova

forma de organização empresarial em que não apenas as empresas demandam novos comportamentos de seus funcionários como também os próprios funcionários exigem novos métodos e valores, desde horários flexíveis ou transformações no ambiente de trabalho com espaços mais lúdicos até a implementação de agendas de costumes, alterando todo a cadeia de valores das empresas (O'CONNOR, 2010). Porém, na base desta estrutura, sustentando o comércio digital, os aplicativos que se configuram como plataformas de serviços sem criar vínculos empregatícios com boa parte de seus funcionários, além das indústrias cada vez mais predatórias, poluentes (como as da mineração, as do setor têxtil, e as de produção em série de produtos essenciais para o mundo digital, como a de microchips), existe uma crescente rigidez das normas e condutas, uma crescente cobrança por maiores exigências de produtividade, quando não uma superexploração, que muitas vezes acaba por inviabilizar o acesso dos trabalhadores autônomos aos seus trabalhos, como no caso de entregadores que tem seus registros bloqueados nos aplicativos de entrega e nas situações extremas quando as condições de trabalho representam riscos reais e constantes de morte. As relações trabalhistas atualmente estão mais vinculadas ao *desmonte* do que à *proteção* das construções de classe e de coletivos, onde a perda de direitos, a precarização, a terceirização, a desregulamentação, agem de maneira instrumentalizada com o discurso de autonomia e da meritocracia (ANTUNES, 2018).

> Assim, com crueldade, muitas empresas (que durante décadas gozaram da privatização dos lucros e da socialização das perdas) despedem os operários, enquanto os governos suprimem os postos de trabalho, a educação, a assistência social aos portadores de necessidades especiais e a saúde pública. O direito de ter direitos – para retomar um importante ensaio do jurista e acadêmico Stefano Rodotà, cujo título evoca uma frase de Hannah Arendt – se tornou, de fato, subordinado ao domínio do mercado, com o risco progressivo de se cancelar qualquer forma de respeito às pessoas. Transformando os seres humanos em mercadoria e dinheiro, esse mecanismo econômico perverso deu vida a um monstro impiedoso e apátrida, que acabará por negar às futuras gerações qualquer forma de esperança (ORDINE, 2016, p. 9)

Todo este processo tem início no século XX com a industrialização aplicada ao universo cultural decorrente de sua transformação, tanto na produção quanto na sua divulgação e consumo. Na cultura, o fordismo ganhou impulso com a criação dos meios de reprodução mecânicos e com a popularização dos meios de distribuição dos produtos culturais, especialmente as gravações em áudio e vídeo, e com a disseminação do rádio, da televisão e do cinema. Esse movimento se deu dentro da lógica capitalista de maximização de lucros e diminuição de custos, sendo assim necessária uma produção em escala. Essa transformação, seguindo os pressupostos de Furtado (1974), não foi apenas tecnológica, ou apenas dos métodos de produção e de consumo dos bens culturais, mas, sim, uma mudança de modo de vida. A ideia de uma

indústria cultural, que produziria produtos em escala para toda a sociedade, fornecendo assim uma efetiva democratização de acesso para as mais diversas populações aos mais variados produtos culturais surgiu no horizonte como uma virtuosa vertente.

Adorno e Horkheimer desenvolveram o conceito de indústria cultural durante a década de 1930 observando nestes movimentos novas formas de organização e produção de trabalhos culturais e, principalmente, a utilização de meios mecânicos para a reprodução dos produtos culturais. Percebendo que as antigas formas de produção cultural estavam sendo desarticuladas pela produção em grande escala, pela racionalização e pela divisão técnica do trabalho, estes autores apontavam que a produção cultural adentrava o mercado a partir da difusão em massa da produção cultural. O trabalhador cultural moderno estaria totalmente integrado com a máquina que opera, fazendo funcionar uma engrenagem autômata na qual o sistema coordena e controla gostos e desejos. A cultura, dentro do sistema fordista de produção foi uma poderosa ferramenta ideológica, com as técnicas da indústria cultural agindo de forma a prever os movimentos, manipular os gostos e determinar as ofertas e demandas de prazer e bem-estar da sociedade. Baseados na ideia de que a cultura é rara, um momento único onde artistas e públicos estariam em comunhão no momento da fruição artística ao vivo, obedecendo aos rituais que tornariam cada um destes momentos singulares, em que o propósito da arte estaria nela mesma, a indústria cultural, com seus meios de reprodução mecânica, abandonou a arte de seu significado, afastou criadores, artistas e público, alienando uns dos outros, criando um contrassenso, uma anticultura. Este espaço vazio das apresentações ao vivo criado a partir do afastamento de artistas e público, passou a ser ocupado pelos donos das indústrias culturais, pelos empresários do mercado cultural, os diretores de programação das rádios, televisões e gravadoras e a possibilidade de lucro surgiu com a massificação da reprodução da produção cultural. A definição de quais produtos seriam mais ou menos rentáveis se daria a partir de pesquisas e estatísticas, transformando o público em dados de uma planificação estruturada em públicos-alvo. Ou seja, o empresário, a partir de dados estatísticos, impunha ao público aquilo que acreditava ter maior aceitação, aumentando suas possibilidades de lucro e tirando do público a possibilidade de escolha pelo simples fato deste não ter acesso a outras opções culturais.

Os mesmos mecanismos de acumulação, produção em escala e reinvestimento dos lucros, que atuam sobre qualquer outro produto de massa, passariam a definir quais produtos culturais seriam melhores ou piores, a partir da possibilidade da sua comercialização. Assim, segundo os autores, o gosto das massas sobre aquilo que é bom ou ruim, aquilo que tem maior ou menor interesse estético, passaria a ser direcionado pela indústria cultural a partir de um viés econômico. Os próprios artistas passariam a ter seu prazer e liberdade de criação e execução substituídos por leis de mercado voltadas para o lucro. O

processo industrial e mercantilista da arte, visando o lucro e a produção em e para as massas seria também homogeneizante, tendo em vista que para se obter maiores mercados e escalar a produção, seria necessário que as massas quisessem consumir o mesmo produto. Esta estrutura ditatorial com os diretores dos grandes conglomerados de mídia, gravadoras, estúdios de cinema, etc., definindo o que seria produzido e veiculado, passando por cima da vontade dos artistas e impondo gostos às pessoas, fez com que o espírito crítico do público fosse anulado pelas leis de mercado da indústria cultural, subvertendo o fazer cultural e impondo a ele objetivos econômicos. Ao passar a corromper os comportamentos culturais da sociedade, a indústria cultural passou a corromper toda a sociedade. Seus hábitos, gostos, costumes, saberes e fazeres não poderiam existir senão através do seu filtro. Para os autores, p culto à tecnologia também surgiu, fosse motivada pelos avanços tecnológicos dos meios de reprodução, fosse pela visão tecnicista implementada, fosse pelos grandes investimentos de capital, passando a servir de bases políticas tanto para os governos fascistas quanto para ditaduras e impérios capitalistas. Assim, na visão dos autores, existiria uma relação direta entre a dominação da indústria cultural por grandes empresários e os sistemas políticos totalitários. “A Indústria Cultural atinge seu propósito total quando se integra com o novo sistema de monopólio capitalista, que foi baseado no controle total das massas" (O’CONNOR, 2010)[33].

A dominação se efetivaria, em um segundo momento, através do uso da propaganda em massa, se valendo de usos e costumes nacionalistas, se espalhando por todo o mundo, uniformizando costumes, ações e reflexões. O pretenso propósito inicial de democratização do acesso dos produtos culturais cairia por terra substituído por estratégias de concentração de renda e poder. Para Adorno, a antítese deste movimento seria o das sociedades antigas onde a cultura emergiria da relação entre criador e a sua obra de maneira singular, trabalhada artesanalmente, criticamente. A defesa de Adorno é, a um momento no passado, de um espírito criador singular e, no futuro, de um enfrentamento a partir da luta de classes para a descentralização do poder dos grandes empresários.

Adorno e Horkheimer em sua crítica às massas argumentaram que a indústria cultural desconsiderava as particularidades e singularidades das coletividades, apagando as disputas sociais, étnicas, de gênero, de classes etc. Porém, ela passou a desenvolver um importante papel de difusão de ideias, como aponta Puterman:

> As novas criações tecnológicas, em lugar de agirem como um fator de igualitarismo no interior de uma sociedade, pelo contrário podem agir como um novo fator de distinção,

[33] The Culture Industry found its full purpose when it became integrated into the new system of monopoly capitalism, which was predicated on total control of the masses.

> imprimindo a marca de um elitismo que pode ser de base econômica, mas que terá como base, principalmente, determinado desenvolvimento intelectual (PUTERMAN, 1994, p. 21).

Adorno também enxergava uma tendência à uniformização de gostos e saberes provocada pela indústria cultural, não importando condições, lugares ou situações socioeconômicas. A estética teria um papel fundamental para determinar o que seria aceito ou não pelo mercado e a autonomia da arte e do artista estariam postas em xeque. Com a produção artística se tornando uma "*commodity*" e enriquecendo cada vez mais o topo da cadeia, a autonomia do artista deveria ser um ativo inegociável.

A oposição entre arte e mercado opera de maneira complexa na medida em que o valor artístico de uma obra é determinado não apenas pelo seu volume de vendas ou seu preço, mas também por uma longa cadeia de reconhecimentos públicos, premiações e validações por entidades – ou seja tudo aquilo que entendemos por "esfera pública". Este "cenário criativo" permite que artistas rejeitados pelo mercado da indústria cultural atinjam grande prestígio (capital cultural), que acaba se traduzindo em sucesso econômico. Para além da indústria cultural, ou a partir de suas entranhas, o valor artístico consegue encontrar outros caminhos para seu reconhecimento, de forma que a financeirização ou o sucesso econômico de tais produtos fiquem em segundo plano, como no caso de obras experimentais ou das que conquistam projeção no mercado sem uma grande estrutura mercadológica por trás.

O desenvolvimento das tecnologias é uma ferramenta para a difusão da produção cultural e funciona em mão dupla. Se, por um lado a sociedade pode enxergar a cultura como um caminho para a salvação rumo à civilização e para longe da barbárie, por outro pode também enxergar neste caminho o temor de uma diluição dos valores culturais conforme eles vão sendo dispersos pelas massas. Adorno e Horkheimer (1985) entendiam que as indústrias culturais imporiam para a coletividade, de maneira monolítica, sem reflexão crítica e com gostos uniformizados, posições fechadas não havendo mais espaços para transformações e diferenciações sociais. Os autores enxergavam que os modelos que a indústria cultural buscava ainda eram os mesmos da "alta cultura", o cinema como uma imitação do teatro, a música popular buscando validação como a música clássica, a novela em função da literatura, e assim por diante. Porém, mesmo a indústria cultural tendo este caráter uniformizante, também é sectarista e acaba produzindo nichos de diferenciação e especialização, seja por ver o público consumidor como estatística e interessado em um determinado produto específico, seja por criar nichos elitizados economicamente ou intelectualmente.

> Dentro de certos limites, massas e elites têm a possibilidade de consumir, atualmente, os mesmos produtos culturais industrializados. No entanto, justamente o fato de existirem

> limites, sejam eles econômicos, sejam eles constituídos pela idade, mostra que a indústria cultural não é tão unificadora quanto Adorno e Horkheimer haviam pensado (PUTERMAN, 1994, p. 26).

Para Adorno e Hockheimer (1985), o meio pelo qual o produto cultural era veiculado pouco alterava o distanciamento entre as elites e as massas. As ideias dos autores podem ser entendidas tanto como a descrição de um modelo totalitário ou como de colapso cultural. E, paradoxalmente, se utilizaram dos instrumentos da indústria cultural para divulgar suas ideias. Assim, podemos concluir que, da mesma maneira que as tecnologias de reprodução em massa podem ser homogeneizantes, também podem dar voz para aqueles que nunca a tiveram. Da mesma forma que os folhetins ganharam relevância, a ópera se tornou mais acessível e popular do que nunca, a arquitetura passou a ser mais acessível e a ser vista como um ativo na construção das cidades. As cidades, por sua vez, passaram a ser fortemente transformadas pela cultura de massas e a abandonar suas características próprias para adotar normas e padrões culturais estabelecidos internacionalmente.

3.3. Cultura de Massas

O desenvolvimento tecnológico produz efeitos de maravilhamento na humanidade. Cada novo passo tecnológico que é dado, uma nova porção de encantamento do mundo é naturalizada. MacLuhan (1974) pesquisou as formas pelas quais os meios de comunicação transmitiam os conteúdos, ampliando os sentidos humanos e potencializando os conteúdos, transformando tanto quem produz quanto quem recebe as mensagens. Assim sendo, a invenção da escrita transforma o papel da memória, amplia os sentidos tanto daquele que a produz tanto quanto de quem a recebe. Para o autor, diferentes épocas têm diferentes meios de divulgação que acabam por condicionar a forma como as mensagens são produzidas. Com os meios de reprodução em massa, um maior acesso é possibilitado a um maior número de pessoas. Neste nosso exemplo, o advento da escrita possibilita que outros, que não aqueles que foram testemunhas oculares ou que tiveram contato direto com estas testemunhas, passem a ter acesso a este conhecimento. Com a impressão de tipos, ainda mais pessoas são potencialmente atingidas por esta mensagem. Com a digitalização, o alcance passa a ser global. Cada novo passo tecnológico desenvolvido faz com que as mensagens atinjam um número maior de pessoas, alterando não apenas as formas como as mensagens são produzidas, mas todo comportamento humano. Os sentidos humanos seriam ampliados e, de certa forma, substituídos pelos meios de comunicação de massa, que teriam, então, um importante papel em ampliar as possibilidades de conhecimento da humanidade, transformando a sociedade em todas as suas esferas. A reprodução em massa dos produtos culturais inserida no mundo

regido pelo capital, faria com que os custos desta reprodução fossem reduzidos aumentando o número potencial de pessoas que teriam acesso a eles. A cultura de massa, integrada às pessoas provoca um alargamento dos sentidos, demandando por mais produtos e fazendo com que a indústria cultural trabalhe a seu favor.

Umberto Eco explorou esses conceitos criando duas categorias de classificação em "Apocalípticos e Integrados" (ECO, 1998). Os apocalípticos seriam aqueles para quem a cultura é singular e crítica, criada na inspiração do indivíduo e para ser apreciada de maneira espontânea. Na visão destes, segundo Eco, a produção em massa limitaria a liberdade de criação dos autores e, desta forma, o sistema deveria ser desmantelado o quanto antes, ou seja, preconizando o apocalipse tanto como consequência como meio para derrubar o sistema. Os integrados enxergam a cultura de massa como uma forma de operacionalizar a democratização do acesso à cultura, promovendo acesso àqueles que nunca a tiveram. Estes estariam integrados ao sistema e se beneficiando a partir dele.

> O certo é que as análises dualistas sobre a comunicação na era das tecnologias digitais da informação – como Eco já apontava ao identificar os apocalípticos e integrados – revelam-se pouco esclarecedoras. As que surgem tentando estabelecer um pensamento teórico único, com categorias de totalidade, de validação geral e consensual, tendem a fracassar diante da complexidade do real. (…) os que primam por fazer descrições que conduzem a previsões do futuro não permitem uma leitura real do presente e, talvez por isso, erram em suas profecias. Ao tentar fazer futurismo, alguns pesquisadores não percebem que, em termos de tecnologia digital, o futuro é o presente. Sendo assim, trata-se de discutir não apenas as tecnologias da informação e comunicação em si, suas formas operativas e seu impacto econômico, mas também suas fundamentais inter-relações e vínculos com a sociedade e a cultura. (...) Significa colocar em evidência, entre outras, questões como: a redução das fontes públicas de informação; a concentração das forças de informação em poucos conglomerados de comunicação; os mecanismos que levaram empresas transnacionais de mídia a tornarem-se uma força econômica de atividade global; a submissão da vida cultural à soberania da técnica e da tecnologia; a existência de sociedades que não se defendem do excesso de informação, e de outras que se negam a ceder ao domínio das redes de comunicação (FEIL; DAHLEH; PAZ, 2019).

A indústria cultural de Adorno não é prioritariamente sobre a "comoditização" da cultura, mas sobre a organização da produção de *comodities* culturais em escala de produção industrial. Porém ela deixa escapar de sua análise algumas questões relevantes para a relação entre economia e cultura que seriam exploradas nas décadas seguintes. Raymond Williams (1980) defende que as bases materialistas de análise para a arte e para a cultura são muito simplistas e conseguem ser, ao mesmo tempo, muito amplas e insuficientes. Segundo O'Connor (2010), a partir desta análise é possível identificar quatro áreas onde as teses de Adorno falham:

- o valor de uso da cultura;

- a previsibilidade do mercado;
- as múltiplas indústrias culturais;
- e os artistas independentes.

O valor de uso da cultura se estabelece quando nossas necessidades de sentido ou satisfação são atendidas por produtos culturais. Produtos culturais são muito custosos para se produzir, mas suas reproduções são fáceis e baratas. Para Adorno, quanto maior a reprodução maior o lucro, maior a dominação. Porém as pessoas não se contentam em consumir sempre a mesma reprodução, é necessário criar diversidade. A previsibilidade do mercado é um dos pontos mais frágeis, pois a "fórmula do sucesso" não existe e por muitas vezes o sucesso mercadológico surge de maneira espontânea, longe das planilhas e dos dados estatísticos dos empresários da cultura. Ao apontar a tendência totalitária das indústrias culturais, Adorno não distingue que elas têm produtos e formas de ação diferentes. A produção de objetos físicos que são vendidos, como *commodities* - livros, discos, filmes - de produtos de mídia - revistas, jornais, rádio, tv - e as *performances* ao vivo, têm formas diferentes de capitalizar o valor cultural. Por fim, os artistas independentes, por mais que sejam atraídos e cooptados pelas indústrias culturais, terão parte de seu trabalho e de suas ações baseadas em um "espírito livre". Mesmo atualmente, os trabalhadores "criativos" estão muito mais associados a trabalhos *freelance*, de contratos de curto prazo ou com horários flexíveis do que a uma rotina industrial.

3.4. Sociedade do Espetáculo

Guy Debord (1997) sustenta que as indústrias culturais promovem a alienação da produção cultural e de seu consumo como forma de dominação através do espetáculo. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens.

> O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário - o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna (DEBORD, 1997, p. 15).

O mundo pós-industrial se caracteriza por estar baseado na comercialização de serviços ao invés do modelo de produção fordista das "cidades industriais". O processo de desindustrialização das cidades é

acompanhado pelo de espetacularização. A desindustrialização que se iniciou na década de 1970 se intensificou nos anos 1980 exatamente pelo avanço dos processos de globalização, pelos avanços tecnológicos nas linhas de produção e pela consequente oferta de mão de obra mais barata e menor regulamentação trabalhista nos países recém-industrializados, os chamados mercados emergentes. A globalização da economia criou então um paradoxo no qual, por um lado, temos padrões de consumo desenvolvidos para uma massa cada vez maior e homogênea e, por outro, a valorização de uma pretensa individualidade do sujeito disposto a consumir novos e exclusivos produtos também induzidos pelo, agora flexível, capital. Ou seja, se em um primeiro momento a indústria cultural se dedicou a produzir poucos produtos em maior quantidade, na sociedade pós-industrial, a lógica de produção e de consumo se inverte e passa a valorizar produtos diferenciados e customizados para públicos específicos.

A produção cultural encontra na cidade o espaço necessário para sua difusão e comercialização. Para alimentar a Sociedade do Espetáculo é preciso que imagens cada vez mais fortes e atrativas sejam criadas, atraindo novos investimentos. O capital torna a cidade o meio de sua difusão, promovendo um improvável encontro das ideias de Adorno e McLuhan. A competição global para receber investimentos se dá, em parte, através da atração por ícones, experiências, lugares, onde o capital possa ser reproduzido. O Espetáculo é o movimento da economia se desenvolvendo para si mesma, o reflexo da produção. As cidades, com toda sua história e seus projetos de reorganização, requalificação, reestruturação se tornam alvos prioritários e os princípios homogeneizantes da indústria cultural de Adorno encontram eco, criando-se uma imagem padrão de “centro histórico”, de “áreas degradadas”, de “prédios icônicos”, que contribuem para a internacionalização das cidades e para sua concorrência em níveis globais, buscando formas de atração de investimentos.

A espetacularização das cidades, a criação de *slogans* e de imagens icônicas acabam por suplantar a própria manifestação da vida da cidade. A cultura deixa de ser vista de forma marginal ou decorativa nas sociedades e passa a gradualmente ocupar papéis mais centrais na elaboração de políticas públicas baseadas no valor econômico que ela, a cultura, representa e que tem potencial para gerar. A cidade passa a ser vista como palco para o espetáculo. Ao se apropriar da produção cultural, através de seus mecanismos de incentivo e de promoção de políticas culturais, e direcioná-la de acordo com as demandas geradas pela competição internacional, os governos transformam o imaginário local e as próprias ações culturais, buscando atender a demandas externas em nome do desenvolvimento econômico. O cenário de uma competição global por investimentos acaba transformado as cidades em cenários, em grandes ícones para a mercantilização de seus modos de vida, em uma disputa pelo lugar mais adequado para o aporte de investimentos (GOLDBERG-MILLER, 2019).

A década de 1980 pode ser entendida como o ápice deste movimento tendo em vista o fracasso das políticas culturais elaboradas de cima para baixo, como nos países do bloco comunista, e por outro lado pela visão neoliberal de desregulamentação do capital enfraquecendo e dilapidando as instituições públicas em nome de um mercado que nunca se sustentou. Passa a ganhar força uma visão de setorizar o mercado cultural e de transformá-lo em mercados, pequenos mercados locais, associados às cidades e às produções locais. O pós-fordismo, a flexibilização do trabalho, a globalização e o colapso dos arranjos sócio-políticos estabelecidos no pós-guerra foram elencados por David Harvey (1989) como este cenário pós-moderno. Uma nova ordem social e, por consequência, uma nova economia, baseada em mercados consumidores de bens simbólicos relacionados a novas formas de distinção social e identidade começaram a surgir. Harvey (1989) chama isso de "cultural fix" do capital, ao enxergar como ele age particularmente nas cidades onde os espetáculos, os festivais, as experiências de compras e distritos étnicos são utilizados para transformar os escombros das cidades industriais em centros de consumo dos países desenvolvidos. As políticas públicas e as estratégias empregadas para orientar e controlar o desenvolvimento das cidades passaram a ser modificadas através desta pretensa valorização da cultura. O papel da cultura no desenho urbano ganhou relevância e as cidades passaram por um processo de "culturalização" e de *marketing* urbano que tem por objetivo atuar de forma estratégica para atrair novos turistas, novos visitantes, novos negócios e toda uma nova economia a partir de uma imagem forte das cidades para o mundo, incluindo aí toda a sorte de revitalizações, requalificações, restruturações, reabilitações, revalorizações dos espaços urbanos. Países que passaram a municipalizar parte de suas ações, descentralizando suas políticas dos governos federais, especialmente as relacionadas ao mercado cultural e às intervenções urbanas, começaram a ser reconhecidas como novos centros de "renascença" ou de "renascimento urbano". Iniciativas como as "Cidades de Cultura Europeia", cidades que apesar de não serem capitais de seus países ou estados e se destacarem por sua imagem relacionada à promoção cultural promovidas pela União Europeia, são exemplos claros disso. A década de 1990 aprofundou o movimento de "culturalização" das cidades com a supervalorização de grandes eventos esportivos com impactos enormes no território, com as construções de grandes empreendimentos culturais como museus e teatros inseridos em projetos urbanos e com a criação de megaeventos e festivais itinerantes.
Parte deste pensamento tem se materializado na criação de grandes eventos ou na construção de empreendimentos icônicos, ou ainda, na valorização da arte pública como mais uma maneira de favorecer o desenvolvimento e a atração e manutenção de ambientes criativos. Passam a fazer parte das ações e das disputas globais das cidades alguns modelos ordenadores que podem, inclusive, ser aplicados simultaneamente no território, tais como:

- a transformação de antigos galpões e prédios industriais em residências para jovens e artistas;
- a requalificação de vazios urbanos em espaços de entretenimento, lazer e cultura;
- o desenvolvimento de grandes e icônicos projetos arquitetônicos assinados por profissionais internacionalmente reconhecidos, normalmente voltados para equipamentos culturais, como museus e teatros, localizados em centros históricos e áreas degradadas; e
- a promoção de megaeventos internacionais, preferencialmente esportivos, que atuem diretamente na transformação do território. (SELDIN, 2015)

Os empreendimentos culturais tendem a se juntar em partes do território, formando redes de cooperação e de valorização. Comum a essas ações está a mudança do pêndulo do universo da produção cultural para o do consumo. A transformação nos meios de produção da sociedade levou a uma nova reestruturação urbana e a descentralização da produção fez com que o espaço público tivesse que ser repensado e ressignificado. Se por um lado, o do capital, isso significa modificar as políticas urbanas buscando a "desregulação, privatização e a liberalização", por outro, o dos movimentos sociais, as políticas públicas são formuladas integrando a inclusão social, sustentabilidade, inovação e diversidade cultural (WEILER, 2017). A partir deste entendimento, a cultura ocupa um papel determinante na disputa da construção das cidades por seu impacto direto na valorização do espaço. Essa valorização pode ser captada pelo mercado imobiliário através de grandes empreendimentos icônicos e da ação de *lobbys* para alteração da legislação urbanística, como também por pequenos empreendedores e cidadão através de ações urbanas. Para além da ação mercadológica, a cultura deve ser compreendida como um recurso essencial para a vida na cidade, transitando entre atividades comerciais e não comercias, buscando promover bem-estar. Mediante este contexto, é importante ter em mente que é algo inerente às manifestações vitais de qualquer ser vivente na sociedade e que tem poder para agrupar e agregar pessoas em torno de um propósito em comum.

O processo de "culturalização" da economia tomou forma definitivamente nos anos 2000 com diversos fundos internacionais sendo criados para bancar os investimentos em cultura nas cidades. Linhas de crédito, programas de apoio, fóruns institucionais, além de fundações e uma certa espécie de franqueamento de equipamentos culturais passaram a fazer parte do instrumental do planejamento. As cidades passaram a, definitivamente, ser o meio de expressão do capital através da cultura. Desde o projeto arquitetônico dos edifícios, passando pela metragem de suas unidades habitacionais, até a remodelação de bairros inteiros através de parcerias público-privadas, a cultura passou a ser vista como uma poderosa ferramenta para determinar modos de vida e produtos a serem consumidos por determinados públicos identificados a partir de sua cultura. A tensão entre economia e cultura se dá a partir de um horizonte de ganhos mútuos. Ao

entendermos quais as questões que estão colocadas, quais são os processos envolvidos, seus agentes e seus reais interesses, teremos maiores condições de agir. A cultura pode se beneficiar da economia, assim como o inverso; ambas são ferramentas poderosas para o desenvolvimento humano. Este parece ser o ponto chave já que elas são ferramentas, meios pelos quais o humano se desenvolverá, não o fim. As políticas públicas elaboradas a partir desta visão tem que ter em vista se estão sendo inclusivas ou exclusivas, se estão promovendo mais oportunidades ou se estão potencializando inciativas para pequenos grupos de interesse, se estão a favor dos fins almejados ou se estão sendo utilizadas para substituir estes fins.

3.5. Novo Estágio do Capitalismo?

Os impactos causados pelas inovações tecnológicas e pelas formas do trabalho extrapolam o âmbito das fábricas e indústrias e atingem toda a sociedade, seja nas formas de organização do trabalho ou nos processos de compra e venda de matéria-prima, seja nas formas de organizações sociais, no desenho das cidades, na forma como as pessoas acessam os espaços públicos, físicos ou virtuais, ou ainda na forma como o poder público atua. Com os processos de globalização cada vez mais acelerados as sociedades vão sendo moldadas e se moldando a essas transformações (SANTOS, 2018). Em seu livro Dialética do Desenvolvimento, Celso Furtado (1964) apontou o poder transformador que as inovações têm ao serem inseridas na sociedade a partir de uma visão cultural. Para o autor as modificações no sistema produtivo provenientes da implantação de novas tecnologias são manifestações, ou imposições, de uma dominância cultural, geradoras do subdesenvolvimento. Para Furtado:

> As mudanças sociais têm sua explicação básica na introdução de inovações, que podem ser de origem endógena na cultura, ou serem tomadas de empréstimo de outras culturas. (...) As inovações absorvidas de outras culturas nas atitudes e hábitos, provocaram, via de regra, uma total modificação nas expectativas de importantes camadas da população, o que pode dar lugar a uma cadeia de reações com repercussão em toda a estrutura social (FURTADO, 1964, p. 24).

Atualmente, enfrentamos os desafios de um momento de transformação aguda, uma nova etapa da Revolução Industrial. O conceito de uma Quarta Revolução Industrial foi cunhado por Klaus Schwab, fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, para retratar as mudanças que estão sendo provocadas pelo uso de novas tecnologias, de maneira cada vez mais rápidas e disruptivas. Para Schwab (2016), se a Primeira Revolução Industrial (por volta da década de 1780) foi determinada pelo uso do vapor e do maquinário pesado na produção, a Segunda (década de 1870) teve o uso da eletricidade e da produção em escala como determinantes. A Terceira (década de 1970) se caracterizou pela implementação de

eletrônicos e da produção automatizada pela tecnologia da informação. A Quarta Revolução Industrial está em processo de formação, rompendo as barreiras entre os meios físicos, digitais e biológicos. A velocidade dessas transformações, seu escopo e o impacto desses sistemas a diferenciam das demais revoluções (SCHWAB, 2016). Os grandes eixos de sustentação desta Quarta Revolução são a enorme quantidade de dados em constante cruzamento, com Inteligências Artificiais administrando essas informações, em áreas tão diferentes como os hábitos de consumo das pessoas, seus meios de produção ou a biologia, gerando produtos, processos e serviços antes impossíveis de serem explorados. Profundamente conectada com o mundo digital e com a internet, o passo definidor desta Quarta Revolução será dado com a popularização da Internet das Coisas.

Segundo Rifkin (2014) a ideia de uma Quarta Revolução Industrial é imprecisa. Estaríamos, na verdade, às margens de uma Terceira Revolução Industrial. O conceito de Terceira Revolução Industrial ou Revolução da Inteligência, aprovado pelo Parlamento Europeu em 2007, deriva do pensamento de Rifkin. Graças a ele, mais de cem empresas líderes em energias renováveis fundaram a Third Industrial Revolution - Global CEO Business Roundtable, da qual Rifkin é presidente. Para ele, o processo das Revoluções Industriais se completa quando as formas de comunicação, de produção de energia e de transportes, identificados por ele como os três eixos do desenvolvimento, tornam os modelos passados obsoletos. Para ele a Primeira Revolução Industrial se deu a partir da invenção da máquina a vapor e de sua aplicação na produção têxtil, aliada com a invenção dos telégrafos e da malha ferroviária. A Segunda Revolução Industrial se deu com a produção e distribuição de energia elétrica centralizada, com a era do petróleo e com o consumo de massa potencializado pelo telefone, televisão, rádio e internet. Com as crises do petróleo nas décadas de 1970 e 2000, a crise imobiliária de 2007 nos EUA e as crises ambientais, segundo Rifkin, estamos no limiar de uma Terceira Revolução Industrial. Esta nova Revolução está baseada em cinco pilares: a mudança para energias renováveis; a transformação dos imóveis em microgeradores de energia; o armazenamento desta energia em toda a infraestrutura com o emprego do hidrogênio; o uso da Internet para criar uma rede de comunicação de toda a infraestrutura estabelecida; e uma frota de transporte totalmente conectada e movida a eletricidade. A Terceira Revolução industrial não estaria relacionada apenas à economia ou ao mercado, mas a sobrevivência da espécie humana como seres vivos no planeta (RIFKIN, 2014).

A discussão se estamos em uma Terceira ou Quarta Revolução Industrial perde um pouco da relevância quando entendemos que, ao falar do momento presente, as correntes de pensamento se apoiam nas mesmas características: a integração dos mercados, o Big Data, a Internet das Coisas, a automação do trabalho, as novas formas de produção de energia, as consequências da devastação dos recursos naturais, a criação colaborativa e em rede. Celso Furtado (1974) já demonstrava esse mecanismo de reorganização

das técnicas de produção sob forma de “inovação” como uma maneira de aumentar os lucros visto que estes só são possíveis dentro de uma lógica de apropriação dos excedentes. É preciso que a economia industrial reinvista esse excedente no mercado para maximizar seus lucros, seja sob a forma de novos equipamentos, novos recursos naturais, novas técnicas ou no aperfeiçoamento das tecnologias existentes.
Para Unwin (2019), presidente e titular da Information Communications Technology for Development (ICT4D) da Unesco:

> Os interesses por trás da chamada Quarta Revolução Industrial são largamente os mesmos que aqueles que direcionaram econômica, social e politicamente os últimos 400 anos: expansão do mercado e redução dos custos de trabalho através do uso da tecnologia. São estes interesses, ao invés das tecnologias em si, que tem a maior importância (UNWIN, 2019).

Schwab (2016) ressalta como as mudanças na forma de consumo, demandando melhor eficiência e produtividade, derrubando os custos de transporte, comunicação, logística e comércio, criarão a oportunidade para novos mercados e crescimento econômico. O trabalho tradicional, como historicamente entendemos, está ameaçado pela automação e pela Inteligência Artificial trabalhando conectada e em rede. A automação está transformando os tipos de trabalho e toda a cadeia produtiva, substituindo a mão-de-obra e a tornando obsoleta. Esta transformação privilegiará os trabalhos criativos, nos quais a inovação e a criação serão a matéria prima. Assim, trabalhos relacionados ao capital intelectual se tornarão mais requisitados do que aos relacionados ao capital físico, levando a que a linearidade experimentada até agora, se expanda de maneira exponencial. Eventos aparentemente não relacionados se conectam e imediatamente tornam obsoletas as tecnologias existentes, transformando de maneira radical as formas de criação, produção e consumo da sociedade. As demandas passam a ser geradas instantaneamente, supridas e acompanhadas em tempo real, para serem descartadas e substituídas em um ritmo cada vez mais frenético. Estes processos ainda aumentam a qualidade e a velocidade da produção ao mesmo tempo em que reduzem o preço dos produtos (SCHWAB, 2016).
Rifkin (2014) defende a ideia de Custo Marginal Zero, no qual a própria estrutura do capitalismo, sua busca por melhor qualidade e menor preço através da concorrência, com uma produtividade extrema, gerando condições ótimas de bem-estar e com a introdução de tecnologias cada vez mais eficientes, derrubarão os custos de produção a quase zero. O lucro passaria a perder o sentido em um mundo no qual a maioria dos bens e serviços será oferecida, onde a propriedade significará muito pouco e o mercado será supérfluo. O desenvolvimento do sistema capitalista seria ao mesmo tempo seu sucesso e seu colapso. Estaríamos na transição entre o modelo anterior de produtores e compradores, para um modelo de fornecedores e

usuários. Não temos mais apenas as ferramentas para um determinado fim, como uma TV, um telefone, ou uma consulta médica, tornando-nos usuários destas “plataformas”, seja em um plano de acesso à internet, um pacote de TV por assinatura, um plano de saúde ou um toner de impressão.

Emerge daí uma necessidade de engajamento, transparência e de novos padrões de consumo, principalmente com o acesso das pessoas às redes móveis e aos dados, que força as empresas a adaptar a forma como elas elaboram, anunciam e entregam seus produtos e serviços. Talvez o grande exemplo atual desta nova forma de relacionamento com os consumidores seja o das empresas que investem nas plataformas de economia compartilhada ou *“on demand”*, onde a soma da coleta dos hábitos dos consumidores, sua interpretação por algoritmos e por inteligência artificial, com a facilidade de uso de *smartphones* e aplicativos específicos, provoca a disruptura das estruturas existentes. Não é apenas um processo de digitalização ou de automatização dos processos, como descrito por Schwab em sua Terceira Revolução Industrial, mas de inovação baseada na combinação de tecnologias. Essas plataformas, cada vez mais globais, descentralizadas, com novos modelos de negócios, forçam uma nova reflexão no entendimento sobre o talento, a cultura e as formas de organização.

A questão que se impõe a partir de agora é quem tem acesso a tal universo de possibilidades. O conceito de dependência de Furtado se aprofunda, deixando de ser a imitação de padrões externos de consumo através da importação de bens para um contexto em que o sistema produtivo como um todo passa a estar culturalmente dependente das economias de centro. Furtado já criticava esse cenário em Mito do Desenvolvimento Econômico, de 1974, ressaltando que essa mudança tecnológica é proveniente de uma dependência cultural, a partir de uma transplantação de padrões de consumo, sendo o subdesenvolvimento o resultado da propagação da civilização industrial. A desigualdade no acesso à internet por exemplo, tem sido apontada como um dos grandes gargalos dessa revolução. O cenário que se apresentava catastrófico na primeira década do século 21 deu sinais de melhoria, mas ainda é uma questão presente e preocupante. Ter ou não o acesso à internet não é apenas uma questão de dependência ou de estar inserido ou não no mercado, mas sim de participar ativamente da comunidade internacional. As tabelas 1 e 2 mostram a evolução do acesso à internet nos últimos 10 anos, onde é possível perceber uma grande diminuição na desigualdade de acesso:

Tabela 2 - Estimativa Populacional e de Usuário de Internet - Mundo e Regiões (2009)

REGIÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA	USUÁRIOS DE INTERNET	PENETRAÇÃO (%)
Africa	991.002.342	67.371.700	6,8
Ásia	3.808.070.503	738.257.230	19,4
Europa	803.850.858	418.029.796	52,0
Oriente Médio	202.687.005	57.425.046	28,3
América do Norte	340.831.831	252.908.000	74,2
América Lat./Car.	586.662.468	179.031.479	30,5
Oceania/Austrália	34.700.201	20.970.490	60,4
Total	**6.767.805.208**	**1.733.993.741**	**25,6**

Fonte: World Stats. Estimativa populacional para 2009 com base em dados do US Census Bureau; número de usuários de Internet tem com fontes Nielsen Online, International Telecommunications Union, GfK e outros. http://www.internetworldstats.com (APUD REIS, 2011) elaborada pelo autor

Tabela 3 - Estimativa Populacional e de Usuário de Internet - Mundo e Regiões (2020)

REGIÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA	USUÁRIOS DE INTERNET	PENETRAÇÃO (%)
África	1,340,598,447	631,940,772	47.1
Ásia	4,294,516,659	2,555,636,255	59.5
Europa	834,995,197	727,848,547	87.2
Oriente Médio	260,991,690	184,856,813	70.8
América do Norte	368,869,647	332,908,868	90.3
América Lat./Car.	654,287,232	467,817,332	71.5
Oceania/Austrália	42,690,838	28,917,600	67.7
Total	**7,796,949,710**	**4,929,926,187**	**63.2**

Fonte: World Stats. Estimativa populacional para 2020 com base em dados do US Census Bureau; número de usuários de Internet tem com fontes Nielsen Online, International Telecommunications Union, GfK e outros. http://www.internetworldstats.com elaborada pelo autor

Esta nova Revolução Industrial atua diretamente nas expectativas dos consumidores, no desenvolvimento dos produtos, na inovação colaborativa e nas formas de organização das empresas. Assim, o futuro do trabalho está mudando de perspectiva. Rifkin aponta que:

> após a recessão de 2007-2009, havia cerca de quatro milhões de trabalhadores a menos nos EUA do que antes, sendo que em 2012, a economia dos EUA já havia se recuperado totalmente, com um produto bruto 2,2%, superior ao de 2007, pouco antes da recessão (...). A discrepância entre o PIB em crescimento e a diminuição do emprego está tornando-se tão pronunciada que é difícil continuar a ignorá-la (...). A substituição do trabalho assalariado em massa e do trabalho assalariado qualificado por tecnologias inteligentes

> está começando a perturbar o funcionamento do sistema capitalista (...). A Internet das Coisas permitirá ligar tudo e todos numa rede global integrada. Pessoas, máquinas, recursos naturais, linhas de produção, redes logísticas, hábitos de consumo, fluxos de reciclagem e praticamente todos os outros aspectos da vida econômica e social estarão ligados através de sensores e de software à plataforma da Internet das Coisas. (...) Energias Renováveis, produção em impressoras 3D, bem como "ensino superior online", levarão à ascensão da comunidade dos bens comuns colaborativos (RIFKIN, 2014).

Este novo cenário atua não só no campo das indústrias e do mercado de trabalho, mas passa também a moldar as relações governamentais. As comunicações em rede, por aplicativos descentralizados, passam a legitimar grupos de interesses específicos que direcionam os debates públicos, engajando cada vez mais pessoas nos mais variados discursos, exigindo que os governos repensem as formas de participação nos processos decisórios, de como elaboram seus programas, de como dar transparência para suas ações e de como descentralizar seu poder. As formas de estipular normas e regulações até então conhecidas, com controle total sobre as pautas, processos, estudos e tramitações, já não responde aos anseios da sociedade, que passa a impor suas pautas, seus tempos e, por muitas vezes, acaba agindo à margem do tempo governamental.

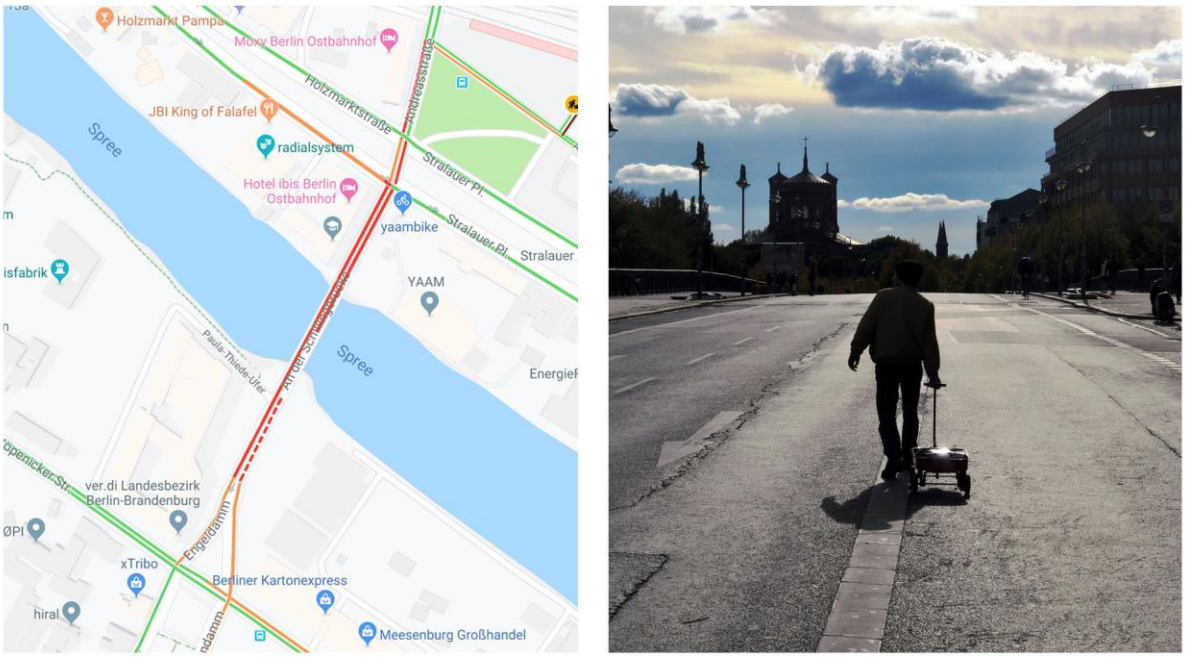
Uma nova estrutura na qual a parceria entre poder público e sociedade esteja muito mais fortalecida, com processos mais dinâmicos, inovadores, participativos, se faz necessária para acompanhar as transformações. As relações entre os governos e suas diferentes esferas, tanto nacionais quanto internacionais, também estão passando por profundas transformações, atingindo em cheio as relações diplomáticas a ponto de passarmos a não ter mais tanta clareza entre guerra e paz, militares e civis, violência e não-violência, como os recentes casos de ataques cibernéticos, biológicos e mesmo os movimentos de insurgência tem demonstrado. Questões de segurança passam a se tornar cada vez mais digitais, com a privacidade dos dados ganhando forte relevância nos debates. O equilíbrio entre o quanto das informações podem ser disponibilizadas, quais são essenciais para o governo e quais tem valor de mercado passa a ser a tônica da forma de como iremos viver (DE AMORIM et al., 2019; ERMAKOVA; SUKHOVSKAYA, 2020; GOLDBERG-MILLER, 2019; PRATT, 2017). Surge no horizonte a miragem da digitalização dos serviços públicos e uma corrida desenfreada para a informatização da vida em todos os seus aspectos. Para Chambers e Elfrink,

> a definição de *Smart City* é aquela cidade que integra tecnologias de comunicação e informação em três ou mais áreas. Simplificando mais, uma *Smart City* é aquela que combina a infraestrutura tradicional (ruas, construções, etc.) com tecnologias para melhorar a vida de seus cidadãos. Plataformas criativas e aplicativos ajudaram a reduzir o tráfego, a falta de vagas de estacionamento, a poluição, o consumo de energia e a criminalidade, além de aumentar a arrecadação e reduzir os custos para residentes e

turistas (CHAMBERS; ELFRINK, 2014).

Por outro lado, a *Smart City* é também a cidade hackeável. Inevitavelmente um adolescente entediado controlará nossas torneiras à distância enquanto estivermos fora de casa para alagar nossas cozinhas e banheiros apenas como uma nova forma de trote. Quanto mais conectada for a infraestrutura, mais suscetível ela estará a *cyber* ataques. Exemplo recente foi a *performance* instalação do artista Simon Weckert, "Google Maps Hacks", que andou por ruas vazias de Berlim com um carrinho de mão com 99 celulares ligados, alterando assim o índice de congestionamento dos mapas virtuais, criando um congestionamento virtual impactando diretamente as ações das pessoas no mundo real (WECKERT, 2020).

Imagem 3 - Performance artística "Google Maps Hacks"



Fonte: (WECKERT, 2020)

Além disso, novas formas de segregação podem emergir deste modelo a partir do momento em que o acesso às tecnologias é desigual e o investimento nessas estruturas inteligentes é limitado a zonas de interesse. O risco de se criarem zonas de exclusão, com territórios e populações inteiras vivendo às margens deste novo mundo, e por ele sendo explorada, é real e não pode ser ignorado (UNWIN, 2019).

O impacto deste pensamento atua diretamente no desenho das cidades e a forma como a vida em comunidade é enxergada. Ao modificar as relações trabalhistas, o futuro do emprego, dos governos e das

cidades, esta nova Revolução Industrial moldará, então, não somente as empresas e o poder público, mas também quem são as pessoas. Qual será a formação de crianças e jovens nas escolas, o tipo de carreira profissional a ser desenvolvida, como serão mantidas as relações pessoais, o que será feito com o tempo livre e por quanto tempo as pessoas viverão, são elementos que criarão novas formas de vida em sociedade. A questão que se levanta é se essas novas formas de vida e de organização serão includentes ou excludentes. A noção de uma Quarta Revolução Industrial claramente atende a interesses de uma elite econômica, política, acadêmica e de negócios. Porém, ao mesmo tempo, abre espaços para insurgências e transformações daqueles que sempre estiveram excluídos ou foram usados pelos processos históricos. Em um mundo de desigualdades crescentes, a sua reversão não virá a partir dos mecanismos que a criaram, mas sim da possibilidade de enxergar e dar voz àqueles que sempre estiveram à margem dos processos. Países inteiros, culturas, gêneros, e quaisquer outros grupos específicos têm a possibilidade de trazer para si as transformações que desejam.

Atualmente mulheres cientistas coordenam equipes de pesquisa espacial, fotografam buracos negros e criam tecnologias, exemplificando esta insurgência atual, criando um cenário absolutamente impossível há poucos anos e que aos poucos começa a se tornar realidade. Como pontua David Harvey em seu livro Cidades Rebeldes (2014), a ideia defendida por Lefebvre de reivindicar “Direito à Cidade” já não existe mais, se é que um dia existiu, tendo em vista que a urbanização e os modos de vida decorrentes deste processo vêm se impondo nas sociedades já há muito tempo. Assim, a consolidação do Direito à Cidade sob a perspectiva da cidade como bem comum requer uma ampliação urgente do quadro sociopolítico que governa as cidades, suas comunidades e recursos, para que os direitos coletivos - não apenas os individuais ou sociais - sejam plenamente reconhecidos e aplicados. Isso implica na construção de uma verdadeira esfera pública que vai além da tradicional esfera estatal, conferindo um significado jurídico à noção política do comum: tudo o que é estatal é público, mas nem tudo o que é público é estatal. Os interesses públicos não podem ser automaticamente reduzidos aos interesses promovidos e defendidos pelo Estado, e muito menos pelos governos específicos. Questões de vital importância para as comunidades urbanas não devem depender exclusivamente da benevolente ação discricionária do Estado ou de parcerias com a iniciativa privada. Uma esfera comunitária deve existir entre as esferas individual e estatal, reconhecendo direitos coletivos além dos interesses privados e direitos individuais e dos direitos e obrigações estatais e interesses sociais. A ampliação da cultura de direitos humanos por meio do reconhecimento de direitos coletivos permitiria uma conexão necessária entre os direitos socioeconômicos nominais e a justiça distributiva efetiva. Nesse contexto, a necessidade de dotar o Direito à Cidade de um conteúdo jurídico concreto tem importância, mas não é suficiente. A construção sociopolítica desse direito ao longo dos anos, juntamente

com a busca por uma definição jurídica mais precisa e aplicável, levou a um maior desenvolvimento e aceitação de muitos de seus componentes, que foram materializados em diversas narrativas, discursos, práticas, políticas sociais e, em menor medida, leis e decisões judiciais. No entanto, ainda é necessário construir um conceito jurídico mais preciso e aplicável do Direito à Cidade.

Figura 3 - As dimensões do Direito a Cidade como um direito coletivo



Fonte: elaborado pelo autor a partir de (FERNANDES, 2021)

Esta nova Revolução Industrial toma forma seguindo exatamente aquilo que preconiza: ela é multifacetada, fluida, liquida, transversal e absolutamente aberta. Ao invés de uma profecia que se autorrealiza ou de uma revolução que constituirá novos donos do poder, temos a possibilidade de efetivamente transformar o mundo a partir daqueles que o constroem, de suas próprias demandas e necessidades, sem intermediários, reguladores ou modelos. A verdadeira revolução será através daquilo que é único, diferente e característico de cada um que se propuser a trocar com o mundo. Essa sim será uma real revolução, aquela que reflete as culturas, as singularidades, as pluralidades e diversidades de cada lugar, criando oportunidades de desenvolvimento autônomo.

4. Capítulo 4 - Economia Criativa: analisando conceitos e práticas

Traçar um histórico sobre as definições de Economia Criativa não é apenas um trabalho de mapeamento ou de introdução de um conceito, mas sim entender suas raízes, suas apropriações e, principalmente, seus usos pelo poder público. Passados quase 30 anos do estabelecimento do conceito, é possível ver com mais clareza como a Economia Criativa se distingue dos usos anteriores para aproximar cultura e economia, e quais iniciativas deram quais tipos de resultado. Os processos de desenvolvimento urbano têm passado por constante intensificação e transformação. A economia é vista como uma das formas de se entender estas transformações, principalmente quando associada com temáticas específicas como, por exemplo, com a Economia Industrial ou com a Economia da Cultura. No século XIX, a Revolução Industrial reconfigurou as cidades em natureza e escala, redefinindo sua forma e papel regional. Na segunda metade do século XX, há uma nova revolução, a digital, que ao intensificar a globalização, transferiu o foco da produção econômica do setor industrial para o setor de serviços. Os resultantes encurtamentos dos tempos de viagens, circulação de informações via rede mundial de computadores, fragmentação das cadeias produtivas, e mobilidade dos ativos financeiros, mais uma vez transformam os incentivos e oportunidades para o desenvolvimento das cidades, e desta vez, em escala global. (LANDRY, 2008)

Se antes as cidades se destacavam por conseguir centralizar suas produções, em função de seus recursos naturais, agora a competição em escala global faz com que novos elementos surjam para atender às demandas de produção. Em um mundo onde valores, bens e serviços estão massificados e os produtos estão constantemente ameaçados pela nova disruptura tecnológica, a criatividade emerge como ponto crítico de competitividade e diferenciação. Nessa perspectiva a globalização se apresenta em duas vertentes que acabam por dinamizar e catalisar a Economia Criativa: a fragmentação das cadeias produtivas de bens de serviços em escala global e ampliação de mercado; e a mobilidade, disputa e recompensa de recursos criativos no panorama mundial (REIS, 2011a). A questão que se coloca é que essas vertentes não se dão de maneira igual ou uniforme, e mais do que isso, ao invés de diminuir as diferenças e redistribuir oportunidades, acabam por concentrar poder, centralizar recursos e aumentar a desigualdade entre os países. Para as cidades, há o desafio de como se incluir nessa rede global sem perder suas características locais, de como receber as culturas e pessoas de todo o mundo sem abrir mão de sua própria identidade, de como ter uma singularidade em relação às demais. A saída pode estar na cultura.

A relação entre cultura e economia não é nova, porém a forma como ela se relaciona com o desenvolvimento territorial se modificou a partir dos anos 2000, principalmente por sua capacidade de criar resistências aos novos estágios do capitalismo ou, em outro extremo, de abrir novos flancos para ele. Como discutido anteriormente, as sociedades redescobriram o valor econômico da cultura, principalmente através

das culturas de massa e das indústrias culturais e, as possibilidades que ela tem em promover projetos unificadores em torno de um ideal. Neste cenário, os bens intangíveis ganham cada vez mais valor e a elaboração de instrumentos e ferramentas que amplifiquem estes ativos das cidades torna-se ingrediente básico para que elas se desenvolvam frente aos desafios propostos pelo século XXI. A Economia Criativa surge buscando não ser apenas mais uma forma de investimento do capital estrangeiro nas realidades locais, buscando renovações, reurbanizações, requalificações, ou quantos tantos outros "re-" formos capazes de criar, mas uma forma de valorizar e dar espaço para as manifestações que são únicas de cada local.

4.1. *From Down Under*: A experiência Australiana

O primeiro passo nessa direção foi dado pelo governo Australiano em 1994. Paul Keating, então primeiro-ministro do país, apresentou o plano *Creative Nation*, como forma de, exatamente, responder às ameaças que o processo de globalização impunha. O governo australiano passou a enxergar uma oportunidade de desenvolvimento do país através da convergência de objetivos culturais, econômicos e sociais além de uma preocupação com a sustentabilidade e com a preservação do patrimônio imaterial. O *Creative Nation* foi o primeiro plano elaborado pelo *Commonwealth* Australiano, com a reunião de diversos grupos de interesse, buscando dar forma e direcionamento para os investimentos públicos australianos mirando a construção das formas de inserção do país numa economia global de forma autônoma e competitiva.

> Esta política cultural é também uma política econômica. Cultura cria riqueza. Numa classificação ampla, nossas indústrias culturais geram 13 bilhões de dólares australianos por ano. Cultura emprega. Aproximadamente 336.000 australianos são empregados por indústrias relacionadas com a cultura. Cultura agrega valor, ela cria uma contribuição essencial para a inovação, para o marketing e para o design. Ela é um selo para nossa indústria. O nível da nossa criatividade determina substancialmente nossa habilidade de nos adaptar a novos imperativos econômicos. É um ativo de exportação em si e um acompanhamento essencial para a exportação de outras commodities. Ela atrai turistas e estudantes. É essencial para nosso sucesso econômico[34] (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 1994).

O plano buscava valorizar as culturas tradicionais australianas, colocando pela primeira vez os aborígenes e a cultura dos povos habitantes do Estreito de Torres como formadores da nação australiana. Além disso,

[34]This cultural policy is also an economic policy. Culture creates wealth. Broadly defined, our cultural industries generate 13 billion dollars a year. Culture employs. Around 336,000 Australians are employed in culture-related industries. Culture adds value, it makes an essential contribution to innovation, marketing and design. It is a badge of our industry. The level of our creativity substantially determines our ability to adapt to new economic imperatives. It is a valuable export in itself and an essential accompaniment to the export of other commodities. It attracts tourists and students. It is essential to our economic success.

valorizava a diversidade da formação cultural australiana, apontava caminhos para combater a xenofobia e valorizava a produção local. A ideia era se opor a uma validação da cultura australiana por países ou entidades estrangeiras e buscar formas para diminuir o êxodo de talentos criativos para outros países e mercados através da cultura reconhecendo que:

- Cultura é a expressão dos valores estéticos, morais e espirituais da sociedade, assim como sua compreensão do mundo e da própria vida;
- Cultura transmite a herança do passado e cria a herança do futuro;
- Cultura é a medida de uma civilização, no seu melhor, aprimorando e enaltecendo a existência humana; e
- No contexto Australiano, implícito em nosso uso da palavra "cultura" estão os valores relacionados com a expressão e o reconhecimento do "espírito" Australiano.[35]

E propunha quatro "Direitos Culturais" do povo australiano:"

- O direito a uma educação que desenvolva a criatividade individual e a apreciação da criatividade dos outros;
- O direito ao acesso a herança cultural e intelectual Australiana;
- O direito a novos trabalhos artísticos e intelectuais; e
- O direito a participação comunitária na vida cultural e intelectual.[36]

Detalhar o *Creative Nation* e as ações envolvidas nele se faz necessário para entender a gênese do conceito de Economia Criativa e a forma como as políticas públicas e modelos se desenvolveram a partir daqui. O Plano apresenta uma série de ações e a destinação de recursos financeiros para alguns setores chave:

[35] - culture is the expression of a society's aesthetic, moral and spiritual values, indeed of its understanding of the world and of life itself;
- culture transmits the heritage of the past and creates the heritage of the future;
- culture is a measure of civilisation, at its best, enhancing and ennobling human existence; and
- in the Australian context, implicit in our use of the word `culture' is the value we attach to expressions of a recognisably Australian `spirit'.

[36]- the right to an education that develops individual creativity and appreciation of the creativity of others;
- the right of access to our intellectual and cultural heritage;
- the right to new intellectual and artistic works; and
- the right to community participation in cultural and intellectual life.

Tabela 4 - Síntese do Creative Nation

Área	Principais Ações	Objetivo
Artes Performáticas	Programas educacionais, festivais, ópera, música de concerto, música contemporânea	Ampliar o acesso e valorizar as artes performáticas, especialmente as de povos aborígenes e do Estreito de Torres.
Literatura	Aumento da publicação de livros, novas formas de copyright, incentivo ao empréstimo de livros	Aumentar a produção e o acesso à literatura australiana.
Dança	Fortalecimento da Australian Ballet, integração com escolas e companhias contemporâneas	Promover a dança e fortalecer a conexão entre a dança clássica e contemporânea.
Artes Visuais e Artesanato	Projetos expositivos, abertura de galerias, legislação de direitos autorais, fundos de investimento	Apoiar a produção artística e artesanal, garantindo a proteção dos direitos autorais.
Cinema, Televisão e Rádio	Aumento da produção nacional, regulamentação de conteúdo, incentivos fiscais, investimento em programação infantil e comunitária	Fortalecer a indústria audiovisual australiana, garantindo a diversidade da programação e o acesso a conteúdos locais.
Multimídia	Digitalização do acervo, criação de conteúdos interativos, plataformas digitais	Promover a cultura digital, garantir o acesso à informação e proteger a propriedade intelectual.
Copyright	Recompensar a criatividade, aumentar investimentos, garantir acesso	Proteger os direitos autorais dos criadores e garantir o acesso aos materiais culturais.
Patrimônio Histórico	Preservação de edificações, incentivos à iniciativa privada, digitalização do acervo	Preservar o patrimônio cultural e histórico da Austrália, incluindo o patrimônio dos povos aborígenes.
Indústrias Culturais	Apoio a novos negócios, exportação de produtos culturais, integração cultura e educação	Fortalecer as indústrias culturais, promovendo a inovação e a internacionalização.
Turismo Cultural	Valorização da produção nacional, capacitação de profissionais, criação de redes de marketing	Promover o turismo cultural, destacando as particularidades da cultura australiana.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2013)

Os objetivos do *Creative Nation* se inseriram em um momento de autorrevisão da Austrália como nação e de de-colonialismo. A proposta claramente buscou aumentar a inserção de culturas tradicionalmente excluídas das políticas públicas e buscou algum equilíbrio com os investimentos tradicionalmente feitos, principalmente aqueles voltados às Belas Artes e ao passado colonial britânico, como a Ópera e o Balé Nacional, com as novas propostas. Esse movimento se tornou ainda mais claro quando o Partido Trabalhista de Paul Keating perdeu as eleições seguintes e o governo australiano foi assumido pelo governo liberal "*Coalition*", que elaborou seu plano de cultura "*For Art's Sake - A Fair Go*", onde o governo definia

claramente que arte e cultura deveriam ser desenvolvidas por especialistas (os próprios artistas) e que o governo deveria direcionar os caminhos da cultura, investindo prioritariamente nas Belas Artes.

A diferença do *Creative Nation* para as demais políticas de cultura desenvolvidas até aquele momento é o destaque dado para a relevância econômica da cultura para além dos seus setores tradicionais, buscando uma espécie de sustentabilidade do setor. O *Creative Nation* era também um plano de economia e a cultura deixaria de ser vista como um fundo perdido de recursos econômicos, valorizada apenas por seu potencial valor intrínseco e passaria a ser vista como uma parte ativa e importante da construção econômica do país. A ideia de criar uma nova identidade australiana estava sendo discutida já há alguns anos e o *Creative Nation* rompeu com a ideia de que o governo deveria definir o que é cultura ou que o governo era detentor da cultura e que deveria levá-la para a população. Apesar de seu esforço em abrir novas possibilidades para as manifestações culturais do povo australiano, é necessário, por outro lado, estar atento para uma certa subordinação da cultura para a economia e uma consequente homogenização dos valores culturais de suas ações (MCLEAY, 1997).

O impacto do *Creative Nation* foi enorme. A Política da Austrália Branca só havia terminado em meados da década de 1970, vinte anos antes do *Creative Nation*, e que a ideia de multiculturalismo, do papel dos aborígenes e dos povos do Estreito de Torres ainda estava em discussão, transformando radicalmente a forma como os australianos se reconheciam. Antes, e pelos quatro governos seguintes, os investimentos em cultura eram destinados, como tradicionalmente são em todos os lugares, à chamada "alta cultura" (as belas artes, as artes cênicas, a literatura, a música) e através de mecenato público e privado em uma "economia das artes" que acabava por deixar de fora destes interesses as manifestações das culturas populares, por exemplo, ressaltando uma visão elitista e colonizada da cultura australiana. O *Creative Nation* buscou equilibrar essa relação ampliando os investimentos nas formas de produção locais e reconhecendo diversas formas tradicionais de fazeres e saberes como "arte". Pelas décadas seguintes a política cultural australiana reverberou o impacto do *Creative Nation* seja para aprofundar alguns de seus programas, seja para negá-los e o horizonte traçado pelo plano só foi retomado em 2013 com o lançamento do programa *Creative Australia*. Para além das fronteiras, o *Creative Nation* forjou toda uma corrente de pensamento relacionando economia e cultura, que foi potencializado pelo conceito de Economia Criativa, cunhado posteriormente pelos ingleses.

4.2. Cool Britânia?

Em 1997, Tony Blair assumiu o posto de Primeiro-Ministro da Inglaterra pelo Partido Trabalhista que, após 18 anos na oposição, voltava ao poder envolto em um processo interno de renovação, em grande parte

liderado pelo próprio Blair. Um dos objetivos da renovação do Partido Trabalhista era apresentar novos rumos para a Grã-Bretanha depois do longo período sob governo conservador. Durante este período, Margareth Thatcher e John Major implementaram uma série de políticas que privatizaram os serviços públicos, criaram taxas para o acesso aos serviços públicos, implantaram uma cultura empresarial e uma depreciação do papel do setor público na vida econômica e cultural de maneira generalizada. Durante o período do governo conservador ocorreram cortes constantes nos orçamentos dedicados às artes, além de uma depreciação constante na mídia em geral do papel social das artes e dos artistas vistos como "desperdício do dinheiro público". Blair, percebendo que a Inglaterra estava muito vulnerável à situação econômica mundial, tendo em vista que a economia da Grã-Bretanha estava baseada nos setores manufatureiros tradicionais, passou a buscar formas de cruzar informações sobre as contas nacionais do Reino Unido com as tendências econômicas globais para descobrir as vantagens competitivas nacionais. O termo "modernização" passou a ser utilizado politicamente por Blair para promover as transformações nas políticas econômicas inglesa e a criatividade ressoava com este conceito (FLEW, 2012).

O debate político e acadêmico do período, muitas vezes apoiados por *think-tanks* como *DEMOS* ou *Comedia*, indicavam que a "nova" economia seria baseada no uso da criatividade nas cidades, financiados por países e regiões globalizadas nessa era pós-industrial, onde a sociedade da informação e do conhecimento, aliadas ao empreendedorismo criativo, cultural e social fariam a diferença no sucesso ou fracasso dos projetos (COYLE, 1998; FLEW, 2012; LANDRY, 2008; LEADBEATER, 1999; MULGAN, 1997).

Na Inglaterra, umas das primeiras alterações realizadas por Blair foi a transformação do Departamento de Patrimônio Nacional (*Department of National Heritage*) em Departamento para Cultura, Mídia e Esporte, o DCMS (*Department for Culture, Media and Sport*), unindo as pastas de artes, comunicação e de esportes no mesmo campo administrativo. Essas mudanças estavam no contexto da "modernização" proposta e Chris Smith, que havia sido secretário de Patrimônio pela oposição durante o período conservador, se tornou o primeiro secretário de Estado para o DCMS. Ao assumir, Smith estabeleceu rapidamente quatro diretrizes para o DCMS: excelência, acesso, educação e indústrias criativas. As noções de "indústrias criativas" não estavam bem estabelecidas e foram trazidas à discussão por David Puttnam, que atuava no setor do cinema e, no Partido Trabalhista, trabalhava para demonstrar o valor econômico das artes desde a década de 1980. Juntaram-se a eles John Newbigin e Ben Evans. Essas quatro pessoas deveriam persuadir o recém-eleito Primeiro-Ministro Tony Blair de que a cultura deveria ser um dos grandes pilares de desenvolvimento do novo governo. Blair não demonstrava grande interesse no investimento em "arte", mas enxergou potencial na ideia de criatividade como símbolo de uma Inglaterra moderna. Para ele, promover a ideia das indústrias criativas parecia fácil e barato. Chris Smith introduziu o conceito de "indústrias criativas" como um

movimento pragmático para apresentar um plano para o os órgãos do Tesouro, onde a palavra “cultura” deveria ser evitada por sua ligação com “as artes” e por seu distanciamento da economia (FLEW, 2012; GROSS, 2020a).

Buscando dar visibilidade e relevância ao seu trabalho, Smith começou a organizar uma Força Tarefa, que mesmo vista com desconfiança por Tony Blair, acabou sendo autorizada por ele e um conjunto de ministros de diferentes áreas passaram a trabalhar para a elaboração de uma nova política baseada nas indústrias criativas, demonstrando a sua competitividade em um processo de reorganização econômica na era da informação (MOORE, 2014). A Força Tarefa foi formada com ministros de nove departamentos do governo e de quatro departamentos de fora do governo - o próprio DCMS; Educação e Emprego; Comércio e Indústria; Ambiente, Transportes e Regiões; o Escritório de Relações Internacionais; os Departamentos para Escócia, Gales e Irlanda do Norte; e do Tesouro. Além destes, foram convidados para compor a Força Tarefa executivos de áreas da música, do cinema, da publicidade, do mercado editorial e da moda (FLEW, 2012). O impacto de juntar pessoas tão diversas em torno de um mesmo assunto foi grande e colocou a pauta da criatividade em evidência. A primeira necessidade apontada pela Força Tarefa foi a de obter mais e melhores dados. A falta de dados deixou claro que ninguém tinha certeza do tamanho da Economia Criativa e de que forma ela impactava a Inglaterra. Assim, a criação de um mapeamento se tornou o primeiro trabalho da Força Tarefa. O mapeamento deveria demonstrar para todas as esferas de governo, a importância dos setores criativos e como elaborar políticas públicas de acordo com eles. O propósito era trazer o tema da criatividade e das indústrias criativas para setores do governo que lidam com ela de maneira direta, sem que isto fosse percebido, como no caso do Ministério de Comércio e das Indústrias, além de juntar no mesmo guarda-chuva novos setores que estavam surgindo como o das indústrias dos *videogames* (GROSS, 2020b). Dessa forma o trabalho da Força Tarefa ganhava notoriedade tanto dentro quanto fora do governo e colocava a cultura no foco das atenções.

O trabalho de levantamento dos dados foi feito a partir do trabalho *pro bono* realizado pela Spectrum Strategy Consultants, chefiada por Janice Hughes. A metodologia empregada por Hughes continha duas partes: a primeira de levantamento de dados a partir de documentos oficiais e a segunda com entrevistas de líderes de setores das indústrias criativas. Durante estas entrevistas também foram apontadas as especificidades de cada setor buscando elencar as oportunidades e os gargalos de cada um. A Spectrum atuava no ramo de comunicação digital para empresas de mídia e já mantinha contratos de consultoria com diversas empresas do setor possibilitando que esta segunda fase do trabalho fosse realizada (GROSS, 2020a). Foram elencados 13 setores da Indústria Criativa do Reino Unido: Arquitetura, Artes Performáticas, Artes e Antiguidades, Artesanato, *Design*, Moda, Cinema e Vídeo, Música, Editoração de livros, *Software* e Serviços

Computacionais, Televisão e Rádio, Publicidade, Jogos Eletrônicos. Cada um dos setores foi apresentado com sua cadeia produtiva relacionada, uma estimativa de seus empregados formais e informais, o número de empresas ligadas a cada um destes setores e o quanto eles contribuíam para a economia inglesa.

Ao juntar sobre o mesmo guarda-chuva arte e mídia, o governo Blair dava um importante passo na direção de uma maior integração do setor cultural na estrutura governamental, ao contrário do que até o momento os outros países europeus estavam fazendo. Mas o passo realmente decisivo foi dado ao transformar o discurso de uma política cultural em uma convergência entre valores artísticos e midiáticos, entre valores criativos, intelectuais e econômicos com as novas propostas de crescimento econômico (FLEW, 2012).

Apesar do termo "indústria criativa" ter surgido nesse momento e de certa forma estar alinhado com a ideia de "modernização" de Blair, ele estava longe de ser uma das principais preocupações do governo recém-empossado. Porém, a escolha deste termo foi fundamental para as transformações pretendidas pela Força Tarefa. Ao mesmo tempo, ficou claro que a falta de uma conceituação mais precisa sobre a diferença entre "economia da cultura" ou das "indústrias culturais" para "economia criativa" ou para "indústrias criativas" era um ponto crítico desta construção. Utilizar a nomenclatura tradicionalmente empregada para a produção cultural e a sua interface com a economia não teria o impacto necessário para as mudanças pretendidas. Diversos outros países já haviam ou estavam elaborando políticas de cultura dentro destes moldes. Ao invés de buscar solucionar os impasses conceituais, a Força Tarefa optou por elaborar um ponto de partida e acompanhar seu desenvolvimento com o passar dos anos, ao mesmo tempo que buscava aprimorar as definições conceituais. O afastamento do conceito das "artes" e aproximação do da "criatividade" permitiu uma imediata identificação com a "nova economia", a "inovação", a era do conhecimento e do digital. Assim, a iniciativa inglesa acabou por expandir os conceitos da economia da cultura ao somar a ela mecanismos, ferramentas e manifestações classificadas como "criativas" que antes não eram consideradas para a elaboração de políticas culturais, como sintetiza o quadro elaborado por Weiler:

Quadro 1 - Taxonomia de Economia da Cultura e Economia Criativa

Economia da Cultura	Compreendida como o estudo do conjunto de bens e valores derivados da produção artística que ingressam em um mercado com enfoque nas dimensões produtivas reais e de valor simbólico (THROSBY, 2001).
Economia Criativa	Está associada a setores econômicos com alto potencial de geração de emprego, renda e ganhos de exportação a partir da interseção entre conhecimento, diversidade cultural, propriedade intelectual e novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) (PNUD, 2013)".

Fonte: (WEILER, 2017, p. 265)

A mudança de nomenclatura, a princípio, parece muito mais responder ao anseio de "modernização" de Blair do que carregar em si um novo conceito. Porém, com o passar do tempo, a nomenclatura se consolidou. A alteração de "Indústrias Culturais" para "Indústrias Criativas" fez com que uma série de conexões e tensões entre cultura, tecnologia e economia fossem explicitadas. Ela permitiu a aproximação da cultura com as mídias digitais, com a "nova economia", com a "sociedade da informação", e as envelopou com a economia. Este vínculo foi possível com a valorização dos direitos autorais e das formas de exploração destes e de controle da distribuição pelas agências reguladoras. A propriedade intelectual, as patentes e os direitos autorais seriam considerados as "moedas da economia criativa". O foco na propriedade intelectual visava superar uma das maiores características da produção cultural - a tendência dela se tornar um bem comum. Fortalecer a propriedade intelectual era uma forma de manter a produção cultural como "*comodities*" e de favorecer o controle das grandes indústrias culturais sobre a distribuição da produção cultural (O'CONNOR, 2010). A definição de indústrias criativas no mapeamento do DCMS deixa esse foco muito claro:

> São aquelas atividades que têm sua origem na criatividade individual, habilidade e talento e as quais têm o potencial para a criação de renda e trabalho através da geração e exploração de propriedade intelectual[37] (DCMS, 1998, p. 3).

Para elaborar esta definição, John Newbigin afirmou que algumas referências foram utilizadas como forma de tentar amarrar as ideias que estavam surgindo por todo o mundo, em especial as contidas no *Creative Nation* australiano (GROSS,2020). No discurso de lançamento do Mapeamento, Smith reforçou

[37] those activities which have their origin in individual creativity, skill and talent and which have a potential for wealth and job creation through the generation and exploitation of intellectual property.

o papel econômico que as indústrias criativas desempenhavam na Inglaterra e que a economia do futuro estaria baseada no direito autoral (FLEW, 2012). Colocar o direito autoral e de patente em tamanha evidência, na definição de um novo conceito, trouxe para a discussão o tamanho do escopo que se queria alcançar. A argumentação mais comum era a de que "a indústria farmacêutica também é criativa" ou "toda criação humana é criativa" e que a conceituação das indústrias criativas era vaga demais para definir um setor econômico. Além disso, ao colocar dentro do escopo das indústrias criativas as emergentes empresas de internet, de serviços digitais ou de pesquisa e desenvolvimento, o DCMS atendia sua necessidade de ganhar relevância e peso dentro das estruturas do governo, mas se distanciava da realidade cultural. O direito autoral, por sua vez, ao ser encarado como estruturante das indústrias culturais acabava por focar no indivíduo e não no setor agregado, ou seja, toda a cadeia apresentada no mapeamento ficaria soterrada por um emaranhado de agências e escritórios geradores de direitos autorais. A maior diferença das políticas criadas pelo DCMS em relação às demais foi exatamente o foco na geração de riquezas econômicas e no papel dado aos empreendedores criativos e ao setor privado como motores deste segmento, ao invés dos investimentos públicos.

Em 2001, o DCMS publicou uma segunda versão do mapeamento sendo possível obter dados mais apurados do potencial de crescimento das indústrias criativas. A partir do mapeamento original foi possível elaborar taxas de crescimento, de valor econômico, de geração de emprego e renda e de contribuição para o PIB de cada um dos setores. Críticas relacionadas ao uso da cultura como forma de monetização ou de geração de riquezas (CAUST, 2003; O'CONNOR, 2010), ou de que o "*New Labour*" seria apenas uma continuação das políticas neoliberais da era Thatcher, mas com um verniz democrático onde o mercado continuaria direcionando as políticas públicas (FLEW, 2012; HALL, 2004; ROSSITER, 2008) surgiram com intensidade e aprofundaram o debate. O governo inglês promovia o conceito das indústrias criativas e a imagem da "*Cool Britania*", mas o orçamento, o investimento em pessoal, e as relações entre as pastas governamentais iniciadas pela Força Tarefa não deslanchavam da forma como o DCMS gostaria (GROSS, 2020a). Diferentemente das demais indústrias, a política de indústrias criativas do DCMS não conseguiu se articular como uma ferramenta de promoção das atividades de seus atores. Os "Observatórios Culturais" que faziam parte das novas Agências de Desenvolvimento Regional e dos Consórcios Regionais de Cultura, estavam sem orçamento suficiente para exercerem seus papeis, às vezes com apenas um ou dois funcionários, e deveriam produzir e fornecer dados, pesquisas e relatórios de todo o setor cultural (O'CONNOR, 2010).

Para Reis (2011a), a ação do Reino Unido "tornou-se paradigmática por quatro razões:

- Contextualiza o programa de indústrias criativas como resposta a um quadro socioeconômico

pós-industrial global, com parca diferenciação de produtos e serviços e ciclos de vida crescentemente reduzidos;

- Identifica e privilegia os setores de maior vantagem competitiva para o país e reordena as prioridades públicas para fomentá-los de forma articulada entre as pastas governamentais e em íntima associação com o setor privado, ou seja, uma parceria estratégica público-privada de fato;
- Revela o impacto econômico das indústrias criativas, rompendo com a usual associação de criatividade e belas artes, (...) como supérfluas ou como despesa pública, a partir do momento em que se explicitava sua contribuição: à riqueza nacional (...), à geração de empregos (...) e ao número de empresas, estimado pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (...).
- Motiva um programa de reposicionamento mundial da imagem do país, doravante denominado *Creative Britain* ou ainda *Cool Brittania* (respectivamente "Britânia Criativa" ou "Grã-Bretanha Bacana"). A questão de fundo passou a apresentar o país como o mais atraente para os talentos criativos dispersos pelo mundo, de modo a tornar a Grã- Bretanha não um, mas "o" polo criativo do mundo (REIS, 2011a, p. 26).

Segundo dados da *Creative Industries Federation*, em 2018, as indústrias criativas inglesas contribuíram com £$101.5 bilhões para o PIB inglês, mais do que as indústrias automotivas, aeroespaciais, ciências, óleo e gás somadas. Mas, o sucesso das indústrias criativas, de certa forma, esconde uma mudança brutal de paradigma no universo cultural. Ferramentas de avaliação criando *rankings*, índices ou julgamentos alheios ao valor cultural das manifestações, passaram a fazer parte do processo de elaboração dos projetos culturais. Dessa forma, para o ofício dos artistas, preencher planilhas ou elaborar uma prestação de contas passou a ser tão importante quanto dominar determinada técnica de escultura ou a capacidade de tocar escalas. A ideologia do empreendedorismo e da inovação acabou por criar um exército de trabalhadores *freelance*, de trabalhos precários e de trabalhadores voluntários. Nunca "trabalhar para que você ganhe divulgação do seu trabalho" foi tão presente na vida cultural. Todo um novo vocabulário vindo do mundo dos negócios - profissionalização, crescimento, inovação, digitalização, métricas, economia - passou a fazer parte do universo cultural com a transformação dos "criativos". A política elaborada pelo DCMS tem potencial para efetivamente transformar a forma como os governos enxergam a cultura e o papel que ela deve ter no desenvolvimento dos lugares. Como sintetiza Oli Mould,

> Imagine um mundo onde as estratégias industriais estão baseadas na participação cultural e no bem-estar no longo prazo, ao invés de em quantos zeros você pode incorporar no seu balanço no próximo trimestre. Como a Economia Criativa seria se ela

> fosse profundamente socializada e criasse poder coletivo para resistir a precariedade e a exploração? Imagine o tipo de experiências culturais, educacionais e a abundância de serviços sociais que poderiam ser gerados com uma fundação apropriada do setor 'criativo'. Então, temos a economia. Novos financiamentos podem surgir via um regime radical de taxação justa das contas *offshore* praticada por muitas instituições culturais. (…) Mas atingir este objetivo em larga escala requer uma mudança drástica no que as Indústrias Criativas atualmente são: um conceito político que serve ao único propósito de permitir ao capital o que ele faz de melhor; servir a alguns poucos às custas do resto. (OLI MOULD, 2019).[38]

A produção do mapeamento conseguiu atingir seus objetivos de produzir dados sobre a economia criativa inglesa, criou um fato político relevante e conseguiu aproveitar a onda de mudanças do espírito do momento. É possível afirmar que o termo "indústrias criativas" foi o mais bem sucedido produto de exportação inglês deste período pois modificou profundamente as relações entre políticas culturais e políticas de desenvolvimento em todo o mundo.

4.3. Gente "Diferenciada" - A Classe Criativa

As transformações provocadas pela digitalização do mundo, especialmente depois da popularização do acesso à internet a partir da década de 2000, estão provocando uma verdadeira revolução no perfil dos trabalhadores buscados pelas mais diversas empresas. As habilidades necessárias para aprimorar o *design* de produtos, de máquinas, de processos, para lidar com a automação, com o *Big Data*, com a "*gameficação"*, além de todas as possibilidades de relacionamento com clientes e fornecedores, buscando uma abordagem mais personalizada e baseada em perfis pré-estabelecidos de comportamento que vão sistematicamente sendo atualizados através de algoritmos que coletam informações através das interações das pessoas com as máquinas conectadas à internet, passaram a ser requisitadas em larga escala e por um grande número de empresas (HANSEN; WINTHER, 2010; MOORE, 2014; PIRES, 2009).

> Existem três tipos de habilidades principais. A primeira é aquela com que todos estamos familiarizados - habilidades básicas relacionadas ao trabalho físico e associadas ao trabalho tradicional. Seus atributos incluem boa coordenação motora e visual, força e destreza. Os outros dois tipos de habilidades estão relacionados com a Classe Criativa. A segunda habilidade básica – habilidade cognitiva – é razoavelmente bem

[38] Imagine a world where industrial strategies were based on cultural participation and well-being in the long term, rather than how many zeros you can add to your balance sheet in the next quarter. What would a creative economy look like that was deeply socialized and created collective power to resist labor precariousness and exploitation? Imagine what kind of cultural experiences, educational syllabi and abundant social services could be created with a properly funded "creative" sector. Then, there's the economy. New funding could be procured via a radically fairer taxation regime that targeted the offshore accounting practices of large cultural institutions. (…) But to achieve this on a larger scale requires a drastic turnaround in what the creative industries currently are: a political concept that serves no other purpose than to allow capital to do what it does best; serve the few at the expense of the rest.

> compreendida. Ela envolve a habilidade de adquirir conhecimento, processar informação, e resolver problemas. Essa atividade intelectual e analítica básica foram identificadas como o motor da economia do conhecimento (…). Entretanto, há um terceiro tipo de conjunto de habilidades que é menos compreendido, ou menos falado, mas que é ainda mais crítico. O sistema O*NET define estes atributos principais como as "capacidades usadas para trabalhar com pessoas para atingir objetivos". Meus colegas e eu apelidamos isso de habilidades sociais, ou, para ser mais preciso "inteligência social". Suas características mais notáveis são discernimento, habilidades de comunicação, liderança, consciência, entre outras. (…) Estas habilidades de liderança são as necessárias para inovar, mobilizar recursos, construir organizações efetivas, e lançar novas empresas. Habilidades sociais e analíticas são altamente complementares - e é verdade, os trabalhos mais bem pagos, e as economias mais robustas, normalmente necessitam de habilidades excepcionais nos dois âmbitos.[39](FLORIDA, 2012, p. 224)

Segundo Florida (2005), as formas de produção tradicionais, relacionadas à força de trabalho e ao trabalho industrial se tornaram acessíveis por todo o globo descentralizando as cadeias produtivas e reduzindo a importância do lugar. Para o autor a economia está cada vez mais baseada em ativos intangíveis, produzidos através de capital humano e de alta capacitação técnica. Essa economia do conhecimento - ou seria a partir do conhecimento? - aumenta a dependência por trabalhadores capazes de melhorar a produtividade, a qualidade e o valor dos produtos de suas empresas criando produtos e serviços inovadores acirrando a concorrência entre as empresas na busca por esses trabalhadores. Com essa mudança de foco (dos trabalhos repetitivos para os inovadores), os avanços técnicos, científicos e tecnológicos passam por uma aceleração constante e se tornaram um dos principais eixos da economia do século XXI, tendo seus correlatos "inovação" e "criatividade" sendo utilizados quase que como sinônimos (POWELL; SNELLMAN, 2004). O grande ativo dessa economia passou a ser os profissionais capazes de exercer este trabalho e, sendo este ativo constituído de pessoas e não mais recursos naturais, estratégias de atração destes talentos começaram a ser elaboradas de forma a atender as demandas de um mercado cada vez mais competitivo e disruptivo. Há, portanto, uma primeira grande transformação

[39] There are three core types of skills. The first is one we are all familiar with— basic physical skill of the sort associated with traditional work. Its attributes include good hand-to-eye coordination, strength, and dexterity. The other two types of skills are associated with Creative Classwork. The second basic skill type—cognitive skill—is reasonably well understood. It involves the ability to acquire knowledge, process information, and solve problems. This basic intellectual and analytical horsepower has been identified as the core skill under-pinning the knowledge economy (…) However, there is a third type of skill set that is less well understood, or even talked about, but even more critical. The O*NET system defines its core attributes as the "capacities used to work with people to achieve goals." My colleagues and I dubbed it social skill, or, to put it a bit more accurately, "social intelligence." Its salient characteristics are discernment, communications abilities, leadership, awareness, and the like. (…) These are the leadership skills that are needed to innovate, mobilize resources, build effective organizations, and launch new firms. Social skill and analytical skill are highly complementary—and indeed, the very highest paying jobs, and the most robust economies, usually require exceptional skills in both realms.

na relação de trabalho onde ao invés de o trabalhador buscar as empresas onde elas estão instaladas, são estas que buscam estratégias de atrair estes profissionais através de ambientes criativos (FLORIDA, 2012a). Segundo Florida (2008) estes trabalhadores representariam uma nova classe, a Classe Criativa, que agruparia pessoas que tem entre seu principal diferencial elementos técnicos, sociais, artísticos, criativos em sua força de trabalho.

Por compartilharem elementos comuns em relação a crenças, valores, estilos e atitudes, ao trabalho, como suas preferências na vida privada, ao tipo de moradia, ao empoderamento nas relações trabalhistas e de nichos de consumo, seria possível enquadrá-los como uma nova "classe" (LORENZEN; ANDERSEN, 2009). Faz parte deste caldeirão de intenções, características como a individualidade e a autoafirmação, a meritocracia, o cumprimento de metas e objetivos específicos e uma valorização da diversidade. Esta suposta classe abriria mão do consumo de produtos e serviços tradicionais em troca de experiências gratificantes, de forma que a posse seria menos importante do que o uso. Altamente capacitada, a classe criativa atuaria em diversos tipos de trabalho, tendo em vista que seu principal insumo é a criatividade e esta poderia ser adaptada a diversas situações, estando apta a constantemente se recolocar no mercado de trabalho em áreas completamente diferentes daquela de sua formação original. Se para os índices tradicionais de desenvolvimento o importante é o nível de educação formal do indivíduo, para a classe criativa importa qual a real ocupação deste trabalhador no mercado de trabalho (QIAN, 2010). Para Martin-Brelot (2010) é possível caracterizar a tese da classe criativa a partir de seis premissas:

Diagrama 3 - Premissas da Classe Criativa



Fonte: elaborado pelo autor a partir de (MARTIN-BRELOT et al., 2010)

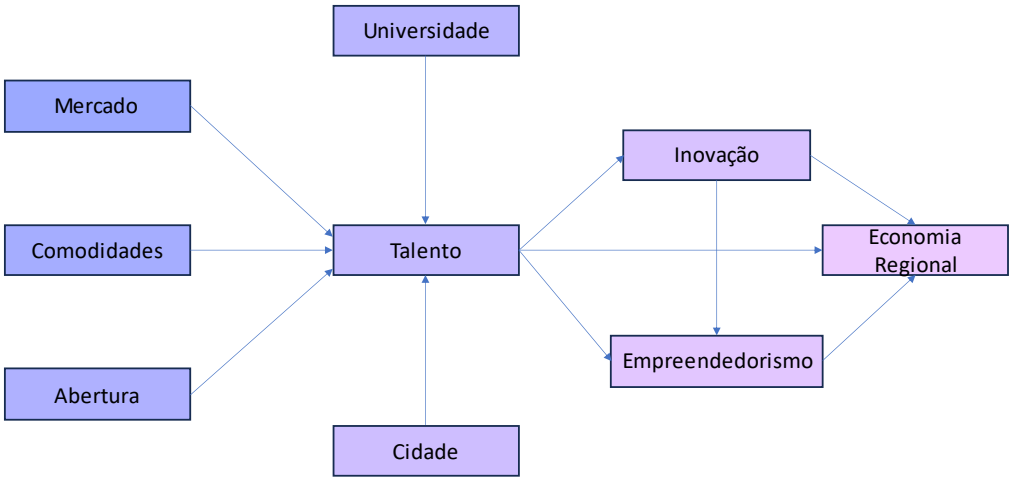
Seldin (2015) identifica que o conceito desta classe surge a partir da união de trabalhos relacionados com a boemia e com a burguesia, retomando movimentos anteriores de contracultura, o que em outros tempos já foi considerado Yuppie ou Bobos, agora é Hipster e criativo. A Classe Criativa teria sua força de trabalho dividida em duas categorias: o "Centro Hipercriativo" e os "profissionais criativos". Na base destas duas categorias estaria a "classe de serviços", uma outra classe de trabalhadores, em franco crescimento, que prestaria serviços para a classe criativa e que seus expoentes poderiam ascender, ou ser absorvidos, para a classe criativa. Fazem parte da classe de serviços os trabalhadores em tempo parcial, garçons e atendentes de redes *fast-food*, entregadores, empregados domésticos e de outras áreas que envolvem a repetição e a padronização intensa de tarefas, sendo caracterizados pela baixa remuneração. O Centro Hipercriativo é aquele que reúne os profissionais totalmente inseridos no trabalho criativo, tendo a criatividade como ação principal de seu trabalho. Este trabalho não é apenas o de resolver problemas, mas também o de encontrar os problemas e propor alternativas melhores. Fazem parte deste grupo cientistas, engenheiros, professores universitários, poetas e romancistas, artistas, atores, designers e arquitetos, bem como líderes visionários da sociedade moderna: escritores de não-ficção, editores, personalidades culturais, pesquisadores influentes, críticos e outros formadores de opinião. Este conjunto

de profissionais constitui o grupo central e mais importante da teoria da classe criativa. Ao redor deste centro estão os “profissionais criativos” representados por profissionais da tecnologia da informação, da área de serviços financeiros, da saúde, advogados e administradores de empresa. São trabalhadores altamente capacitados, engajados em resolver problemas complexos e específicos, que podem até elaborar respostas criativas, mas estas não fazem parte das funções básicas de seus serviços (FLORIDA, 2012).

Os levantamentos econômicos têm demonstrado que os profissionais da Classe Criativa de Flórida têm salários melhores do que as médias nacionais, melhor formação acadêmica, e que parte significativa dos novos postos de trabalho são ocupados exatamente por estes profissionais (FIRJAN; SENAI, 2019; FLORIDA, 2012). Por ser um ativo intangível, o conhecimento se torna um insumo para a valorização das cidades e uma forma de criar vantagem na competição para a atração de talentos e de empresas relacionadas a este novo mercado. Ou seja, ter empresas e trabalhadores criativos não só é fator de destaque para as empresas e trabalhadores da economia criativa, como também serve de diferencial para a cidade como um todo através da produção de índices e imagens positivos de sua atuação. Dessa forma, Florida entende que os profissionais que compõem a classe criativa são atraídos por trabalhos que realizem suas ambições pessoais e, por terem desejos e vontades específicos, capazes de serem categorizados e agrupados, teriam nas cidades formas de criar um ambiente propício criando aglomerados de empresas. Equipamentos e ações relacionadas a arte e a cultura podem cumprir esse papel em um contexto de tolerância com a diversidade, com os recursos naturais e com os espaços verdes, onde serviços públicos de qualidade são produzidos pelas cidades (BEREITSCHAFT; CAMMACK, 2015; DARCHEN; TREMBLAY, 2010; GRODACH, 2013).

Qian (2010) apresenta um organograma conceitual segundo o qual talento, criatividade e economia são relacionados de acordo com o impacto que provocam regionalmente, em três estágios: os fatores que levam a um estoque de talentos; os impactos do talento na inovação e no empreendedorismo; e os impactos do talento, da inovação e do empreendedorismo na economia:

Figura 4 - Organograma Conceitual de Qian



Fonte: (QIAN, 2010, p. 5)

Este ecossistema da criatividade, do talento e do conhecimento acaba por impactar regionalmente tanto as populações ao seu redor como o território. Depiné (2016) sintetizou, a partir dos ideais de Florida os fatores que levariam a classe criativa a escolher um determinado lugar para se consolidar, tendo em vista a busca da classe criativa por novas experiências, seus poucos vínculos afetivos decorrentes do individualismo característico desta classe, e das maiores possibilidades de escolha de trabalhos e de opções de moradia em decorrência da maior formação técnica e dos melhores salários.

Quadro 2 - Fatores de escolha da classe criativa por uma cidade ou região

Mercado de trabalho amplo	Mercado condizente com o plano de carreira horizontal, pois os profissionais tendem a ficar pouco tempo no mesmo emprego.
Estilo de vida	Devido ao horário de trabalho flexível e imprevisível, é importante o acesso imediato ao lazer: cena musical, artística, tecnológica, esportiva e vida noturna.
Interação social	Espaço para interação em que possam preencher a lacuna de contato com outras pessoas, considerando sua propensão a viver sozinhos, postergar a formação de uma família e mudar de emprego com frequência.
Diversidade	Característica cosmopolita, onde qualquer indivíduo possa encontrar grupos de pessoas afins com quem se sinta à vontade, bem como grupos diferentes que lhe sirvam de estímulo.
Autenticidade	Proporcionar experiências singulares e originais, apresentando-se por meio de suas construções históricas, bairros de renome, figuras excêntricas e atributos culturais.

Identidade	O lugar transmite um *status* e por isso as pessoas querem se envolver na comunidade em que vivem e contribuir para que este reflita e legitime a sua própria identidade.
Qualidade do lugar	Características que definem um lugar e o tornam atraente à classe criativa: • O que está lá: combinação entre ambiente construído e ambiente natural; • Quem está lá: diversidade de pessoas e interação; • O que está acontecendo: vitalidade das ruas, cultura dos cafés e artes, participação de atividades ao ar livre e empreendimentos criativos.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Depiné (2016) com base em Florida (2011). P.60

A partir deste cenário Florida elaborou uma teoria buscando estabelecer um índice de medição da atratividade e retenção dos trabalhadores criativos nas cidades. A "Teoria dos 3Ts" busca criar indicadores para que as cidades possam direcionar suas ações para se tornarem atraentes e favorecerem o surgimento da classe criativa em seu território.

> A chave para entender a nova geografia da economia da criatividade e seus efeitos positivos nos resultados econômicos é o que eu chamo de 3Ts do desenvolvimento econômico: Tecnologia, Talento e Tolerância. Cada um deles é uma condição necessária, mas insuficientes por si só, para a prosperidade; para um crescimento econômico sustentável e real inovação, um lugar deve oferecer todas as três. Os 3Ts explicam porque algumas cidades falham em crescer, apesar de seus imensos reservatórios de tecnologia e universidades reconhecidas: elas não foram suficientemente tolerantes e abertas para atrair e reter os talentos mais criativos. A interdependência dos 3Ts também explica por que elas não atingem os índices, mesmo que sejam mecas do estilo de vida: faltam a elas a necessária tecnologia de base. Os lugares mais bem sucedidos colocam todos os 3Ts juntos. Juntos, estes 3Ts compõe meu Índice de Criatividade.[40] (FLORIDA, 2012, p. 228)

Dessa forma, o desenvolvimento econômico teria como motor os trabalhadores criativos (Talento), que seriam atraídos por lugares diversificados e abertos a novas ideias (Tolerante) e teríamos novos produtos e serviços a partir da produção provocada pela concentração desta população (Tecnologia). A Teoria dos 3Ts é sustentada por quatro índices que possibilitariam medir o quanto uma cidade é impulsionada pela

[40] The key to understanding the new economic geography of creativity and its positive effects on economic outcomes is what I call the 3T's of economic development: technology, talent, and tolerance. Each is a necessary but by itself insufficient condition for prosperity; for real innovation and sustained economic growth a place must offer all three. The 3T's explain why some cities fail to grow, despite their deep reservoirs of technology and world-class universities: they have not been sufficiently tolerant and open to attract and retain top creative talent. The interdependence of the 3T's also explains why others do not make the grade, even though they are lifestyle meccas: they lack the required technology base. The most successful places put all 3T's together. Together, these 3T's comprise my Creativity Index

economia criativa ou não: o índice Gay, o índice boêmio, o índice da tolerância e o índice da criatividade. De posse dos quatro índices seria possível avaliar e classificar os pontos fortes e fracos dos lugares para a atração da classe criativa e para a inserção destes lugares na economia criativa. O índice gay revelaria o quanto determinado lugar é aberto e tolerante com os outros a partir da quantidade de gêneros homossexuais presentes ali. Esta população tem, proporcionalmente, maiores salários que o restante da população, tenderia a ser mais tolerante com os outros e aproveitaria mais as oportunidades culturais dos lugares. Essa população não seria a causa da criatividade, mas a consequência de uma cidade que investiria em cultura e ambientes inclusivos como estratégia de atração desta população. A base de sustentação deste índice é o índice boêmio que seria o responsável por medir quantitativamente a população criativa de uma cidade. Fazem parte deste índice os escritores, *designers*, músicos, atores, diretores, escultores, pintores, fotógrafos e dançarinos. Quanto maior a concentração destes profissionais, maiores seriam as chances de a população gay ser atraída para estes locais. O terceiro índice é o índice da tolerância, originalmente chamado de índice do caldeirão de culturas (*melting pot index*) e revisto posteriormente.[41] Este índice é constituído pela combinação de medições da diversidade e de tolerância através da presença e concentração de imigrantes. O Índice Composto da Diversidade (agora chamado de *índice da tolerância*) seria formado pelo cruzamento entre a quantidade de imigrantes e/ou estrangeiros residentes, com o índice gay e com o índice de integração racial do local. Teoricamente registros altos neste índice indicariam uma presença forte de indústrias de alta tecnologia. Por fim, o índice de criatividade é composto pela soma dos três índices anteriores buscando demonstrar o potencial de desenvolvimento econômico regional a longo prazo (FLORIDA, 2012a).

As ideias de Florida se espalharam entre urbanistas de todo o mundo e encontraram eco em diversas cidades, a ponto de muitas vezes o próprio conceito de economia criativa e de cidades criativas se confundirem com as teorias de Florida. A cidade de Baltimore, nos EUA, por exemplo, lançou, em 2004, um plano para adicionar o componente da criatividade em vários programas já existentes na cidade, a começar pelas aparições públicas do prefeito O'Malley, sempre precedidas de uma banda de rock celta. Além disso, buscando criar o espírito *cool* na cidade, capaz de atrair a classe criativa, foram criadas diversas frentes criativas como a implantação de ciclovias[42]; e várias outras medidas inusitadas[43]. A

[41] Em 2010 Florida lançou uma versão revista e ampliada de seu livro *The Rise of the Creative Class* onde faz uma série de autocríticas e modifica alguns conceitos de suas teorias sem, entretanto, modificar a essência de sua teoria.

[42] Ciclovias e espaços abertos nesse contexto estão mais relacionadas com o impacto imagético que criam do que com a real solução de problemas de mobilidade ou de combate a vazios urbanos.

[43] As medidas descritas são: a autorização de venda de bebidas alcoólicas até às 4h; a constante vigilância e punição no Howard Park de modo que não seriam mais permitidas pessoas em situação de rua e passaram a ser incentivados

questão que se coloca ao pensar a economia criativa desta forma, ou seja, um desenvolvimento econômico direcionado pela criatividade, e principalmente através de eventos, é que as cidades partem atrás de um padrão que reorganiza as apostas, os lugares e as escalas de atuação em uma competição urbana ao redor de indivíduos criativos e seus pretensos gostos. As estratégias também podem incluir a construção de grandes empreendimentos esportivos como estádios e ginásios, de grandes empreendimentos culturais como museus e centros culturais, além de prédios e espaços icônicos como parques e praças que passam por remodelações de arquitetos internacionais que assinam estes projetos.

> Ao invés de "civilizar" o desenvolvimento econômico urbano "atraindo cultura", as estratégias criativas fazem o oposto: elas comodificam os recursos artísticos e culturais, até mesmo a própria tolerância, saturando-os como ativos econômicos para fazer crescer regimes de competição urbana. (…) E elas fazem isso sem as molduras inerentes das complexidades das novas realidades urbanas, que de várias maneiras contextualizam, canalizam e restringem políticas urbanas "criativas" - incluindo nesta política os artefatos materiais e sociais da gentrificação, como um processo definidor e desigual de financeirização e valorização do simbólico; uma propensão para uma governança urbana orientada por ações "*soft*", flexíveis, organizadas por projetos concretos de curto prazo (como estabelecer competições ou desenvolver esquemas), ao invés de objetivos progressivos e programáticos (como acabar com a pobreza ou a sustentabilidade ambiental); e um ambiente de política urbana substancialmente neoliberalizado, no qual uma série de técnicas, regimes e métricas competitivas orientadas ao mercado, estão deslocando sistemas de inspiração Keynesiana, como o planejamento compreensivo, as entregas burocráticas, ações baseadas em necessidades e a redistribuição socioespacial. No curto prazo, pelo menos, os atores discursivamente privilegiados neste palco não são os membros (distraídos e egocêntricos) da própria Classe Criativa, uma vez que estes são os que devem ser atendidos, mas aqueles "líderes regionais" com a visão e a vontade de adotar "medidas agressivas[44] (PECK, 2005, p. 764)

---

os passeadores profissionais de cachorros; a criação de um programa de performances artísticas na rua; estímulos para a conversão de antigos prédios industriais em *ateliers* e residências artísticas; a organização de um festival de música por toda a cidade e desfiles pelas ruas; reconhecer lugares históricos relacionados a personalidades criativas da cidade como Frank Zappa e Billie Holiday; iniciar um campeonato de boliche por equipes, onde a equipe do prefeito desafiaria equipes das empresas e de comunidades do setor cultural; organizar um evento de boas-vindas estabelecendo "uma divertida rede de contatos" para novos moradores, incluindo três minutos frente a frente com o próprio prefeito; a colocação de tabuleiros de xadrez ao redor da prefeitura; a promoção de eventos excêntricos e inusitados e que fossem específicos de Baltimore, como o Museu Americano do Centavo e a Noite dos 100 Elfos; o desenvolvimento de bolsas de estudo para jovens criativos reconhecidos nos colégios, buscando evitar a fuga de talentos; campanhas para diminuir a intolerância com a população LGBTQIA+ em determinados bairros de forma a atrair esta população; a criação de linhas de ônibus específicas e exclusivas entre as atrações culturais, entre outras. Muitas outras cidades abraçaram estas ideias e implementaram programas bastante similares ao de Baltimore, como Londres, Toronto, Berlim buscando atrair a Classe Criativa para seus territórios. (MILES, 2012; PRATT, 2011)

[44] Rather than 'civilizing' urban economic development by 'bringing in culture', creativity strategies do the opposite: they commodify the arts and cultural resources, even social tolerance itself, suturing them as putative economic assets to evolving regimes of urban competition. (…) And they do all of this within the framework of an inherited complex of new urban 'realities', that variously contextualize, channel and constrain 'creative' urban politics —

O que Florida valoriza como o "*ethos* criativo" - a individualidade, a meritocracia, a diversidade e a abertura - são novos termos para as ferramentas que o mercado corporativo sempre utilizou. Não há exemplo maior disso do que as "Tochas da Liberdade", de Bernays, conforme vimos anteriormente, e que agora, através do avanço das ferramentas tecnológicas e segundo o próprio autor, estão provocando as transformações no mercado de trabalho ameaçando os postos de trabalho que já existiam. Não por coincidência, este mesmo pensamento quando aplicado aos territórios das cidades, passa a ameaçar as estruturas e conformações sociais que já estavam nestes territórios, tendo como seu maior sintoma os processos de gentrificação em bairros tradicionais. É importante ressaltar que nos textos de Florida muito pouco, para não falar quase nada, é discutido sobre cultura e políticas culturais. Seu foco está quase que exclusivamente voltado para a articulação da economia neoliberal com a ideia de cultura como uma coisa essencialmente boa, *cool*. Seus argumentos são ambíguos e misturam um elitismo cosmopolita com o universalismo pop, a valorização de experiências pessoais desde que com "responsabilidade social", um radicalismo cultural ao mesmo tempo que um conservadorismo econômico atrelado ao utilitarismo do mundo dos negócios. Sua escrita informal e irreverente causa empatia e seduz o leitor nos mesmos moldes que os livros de autoajuda, de guias e manuais de empreendedorismo ou como os *coaches* pop da nova economia fazem com seu séquito. A política cultural de caráter economicista está intrinsecamente relacionada a um conjunto ambíguo de pressupostos políticos e sociológicos que, em vários aspectos, podem ser questionados. Esses pressupostos têm sua origem no contexto da desindustrialização que afetou as sociedades anteriormente rotuladas como "industriais," acompanhada por uma estratégia de regeneração de natureza neoliberal. A transformação de estruturas industriais em empreendimentos culturais, muitas vezes descolados das necessidades dos produtores culturais destes territórios, são os maiores exemplos. Essa estratégia se manifesta através de uma retórica ideológica variavelmente denominada como "pós-industrialismo", "sociedade da informação", "sociedade do

---

including the material and social artifacts of gentrification, as a definitionally uneven process of financial and symbolic valorization; a proclivity for 'soft', pliable and task-oriented modes of urban governance, organized around short-term, concrete projects (like funding competitions or development schemes), rather than progressive and programmatic goals (such as poverty alleviation or environmental sustainability); and a substantially neoliberalized urban policy environment, within which a range of competitive and market-oriented metrics, techniques and rule regimes are displacing urban-Keynesian systems, like comprehensive planning, bureaucratic delivery, needs-based approaches, and progressive socio-spatial redistribution. In the short run at least, the discursively privileged actors on this stage are not the (distracted and self-absorbed) members of the Creative Class itself, since these are the ones who must be catered to, but those 'regional leaders' with the vision and the will to adopt 'aggressive measures' (PECK 2004)

conhecimento" e, mais recentemente, "capitalismo cultural".

Embora seja importante reconhecer que esse complexo de ideias não seja totalmente destituído de fundamentos, ele se relaciona com realidades específicas, como a transferência de certos tipos de trabalho de economias com salários elevados para economias com salários baixos, bem como a globalização dos processos econômicos, de troca de informações e de padrões culturais. Em termos simplificados, a concepção, produção e comercialização de bens são realizadas em regiões do mundo com salários comparativamente altos e a fabricação em locais onde os salários são notavelmente baixos, frequentemente acompanhados por condições de trabalho precárias. Essa dinâmica é coordenada por meios de comunicação rápidos. Todo o debate em torno do pagamento de direitos autorias e demais formas de remuneração de artistas que disponibilizam seus trabalhos nas plataformas de streaming está diretamente relacionado a essa dinâmica economicista da cultura. Toby Miller e George Yudice (2002) identificaram esse fenômeno como a "nova divisão internacional do trabalho cultural" no campo dos estudos de política cultural como uma subcategoria da nova divisão internacional do trabalho em geral. A aceitação tácita dessa configuração, que pode ser extremamente exploradora em grande medida, suscita questões éticas e, tão preocupante quanto, coloca em xeque a estabilidade política, tendo em vista que os parâmetros apresentados como “desenvolvidos” ou “desejáveis” são inalcançáveis para a enorme maioria da população, produzindo um constante mal-estar a partir da cultura. Portanto, os estudiosos de política cultural têm o dever de não sucumbir ao discurso excessivamente economicista. Eles devem preocupar-se não apenas com as condições de trabalho em âmbito global, mas também direcionar atenção especial às condições do trabalho cultural, das formas de vida regionais e locais, que também são afetadas por um modo de governança que pode, nos próximos anos, se tornar cada vez mais deslegitimado (MCGUIGAN, 2009).

Outro ponto que chama a atenção na argumentação de Florida é a impessoalidade ou a reificação da “energia criativa”. Por diversas vezes Florida parece dar a entender que a criatividade brotaria do território a partir das transformações provocadas pelo empenho em busca da atração da criatividade. Para o autor parece ser essa “energia criativa” o que gera riqueza no mundo atual e não as pessoas que efetivamente criam as coisas. E quando fala das pessoas, Florida caracteriza os “criativos” de maneira estereotipada, como pessoas que a partir de sua individualidade e gostos específicos se concentrariam com outros iguais e o lugar onde essa concentração ocorre melhoraria independentemente das realidades já presentes.

Ficou evidente que o discurso da Flórida é caracterizado por uma retórica tipicamente

> gerencialista que simplifica demais e, em certa medida, sobrecarrega o raciocínio e a pesquisa sociocientífica. Para desmistificar sua obra, é necessário, então, interrogar os pronunciamentos de Florida no que diz respeito a seus pressupostos teóricos, evidências empíricas e implicações para a política cultural. Talvez seja surpreendente que o trabalho de Florida tenha sido levado tão a sério por alguns estudiosos da política cultural, especialmente considerando o fato de que ele não está muito interessado na política cultural em si[45] (MCGUIGAN, 2009, p. 292)

A teoria de Classe Criativa de Florida adiciona outra camada para as políticas culturais que se propuseram a navegar nestes mares. Se até este momento elas estavam mais preocupadas com a atividade artística ou com os equipamentos culturais necessários para sua realização, a partir de Florida entram na disputa territorial a incorporação de um estilo de vida regido pelo consumo e legitimado pela teoria da Classe Criativa. Se antes a disputa territorial se dava através da ocupação de espaços públicos, da construção de equipamentos culturais e esportivos, agora ela toma forma a partir do modo de vida padronizado por uma classe específica. Equipamentos culturais não são necessários para boa parte da Classe Criativa, embora sejam desejáveis como forma de agregar valor e status para a vizinhança. Esta diferença entra em choque com o que a ideia da Classe Criativa preconiza. O foco de Florida está na criação de empresas e produtos relacionados com tecnologia de ponta e, assim, equipamentos culturais tradicionais (teatros, cinemas, museus, casas de espetáculo, entre outros) se tornam indicadores pobres para a atração de sua Classe Criativa, preferindo-se ambientes intimistas e *cool,* como bares, bistrôs e restaurantes. Esse impacto é sentido mesmo nas atividades tradicionais como barbearias, açougues ou mercearias que passam a adotar roupagens "modernas" (pura imagem como apontado pela Sociedade do Espetáculo de Debord) emulando um estilo *vintage* em busca de atender à nova clientela que se muda para esses bairros criativos interessada em "autenticidade" (OCEJO, 2017). A instrumentalização da cultura como ativo econômico não é recente e vem sendo apontada como uma das grandes características deste século XXI, especialmente com relação à sua manifestação nas cidades. Harvey (1989) demonstrou que, especialmente cidades que passaram por um processo forte de desindustrialização durante a década de 1980 organizaram ações e políticas de empreendedorismo urbano para competir entre si, tanto por população quanto por empresas que passaram a buscar novos lugares para se estabelecer. A rápida urbanização, a queda na arrecadação de impostos e a mudança na ideologia política fizeram com que a

[45] It was evident that Florida's discourse is characterised by a typically managerialist rhetoric that over-simplifies and, to an extent, bowdlerises social-scientific reasoning and research. To demystify his work, it is necessary, then, to interrogate Florida's pronouncements with regard to their theoretical assumptions, empirical evidence and implications for cultural policy. It is perhaps surprising that Florida's work should have been taken so seriously by some cultural policy scholars (e.g. Billie 2008), especially considering the fact that he is not much if at all interested in cultural policy itself. (McGuigan p.292)

competição se tornasse uma força coercitiva e disciplinar. Buscando vantagem nesta competição, as cidades passaram a facilitar e a subsidiar inciativas de circulação de capital (e não de produção) de forma que o total de investimentos não foi alterado, gerando acumulação e desigualdade. Diferentemente de Florida, onde a atração é de empregos e empresas, para Harvey a cidade reinserida no mercado é vista como um local para a divisão das formas de consumo.

A ideia de uma classe criativa parece afastada do conceito tradicional marxista de classe, onde as relações de seus membros com os meios de produção seriam homogêneas, enquanto que "classe criativa" agrupa empregados e empregadores, condições sociais muito diferentes, desde pessoas prestadoras de serviços até detentoras de grande poder e capital, em situações econômicas muito díspares. A "classe criativa" parece estar muito mais próxima dos conceitos da "nova pequena burguesia" de Bourdieu, como uma nova elite associada a produtos e serviços relacionados a apresentação e representação.

> A nova pequena-burguesia realiza-se nas profissões de apresentação e de representação (…) e em todas as instituições destinadas à venda de bens e serviços de assistência médico-social (…) de produção e animação cultural (…), que passaram por um forte crescimento no decorrer dos últimos anos (BOURDIEU, 2007, p. 337). A aparição dessa nova pequena-burguesia só será compreensível em referência às transformações do modo de dominação que, tendo substituído a repressão pela sedução, a força pública pelas relações públicas, a autoridade pela publicidade (…), esferas em que a integração simbólica das classes dominadas venha a ocorrer de preferência pela imposição das necessidades e não pela inculcação das normas (BOURDIEU, 2007, p. 147).

O instrumental analítico de Bourdieu, principalmente suas ideias de *capital, campo, legitimação, dominadores e dominados*[46], parecem ser possíveis de serem aplicados para compreender o que a "classe criativa" representa. Para o autor, *Capital* são os recursos produzidos e acumulados a partir de relações sociais, tendo três variedades principais: a econômica (recursos financeiros como dinheiro, bens e propriedades); a social (a rede de conexões estabelecida); e a cultural (a formação educacional, cultural e de reconhecimento do indivíduo). Estas variedades de *Capital* podem ser medidas tanto em sua quantidade como em sua estrutura. As diferentes formas de valorização ou de reconhecimento deste *Capital* estariam condicionadas às regras específicas de cada *campo*. *Campo* é o espaço simbólico de disputa entre os agentes para a obtenção do *Capital*. Poderão existir tantos *campos* quanto forem necessários para definir as relações sociais. Teríamos então, por exemplo, o *campo religioso*, o *campo acadêmico*, o *campo esportivo*, entre todos os outros possíveis, sendo que os entre mais importantes

[46] Como forma de facilitar a compreensão dos conceitos de Bourdieu e evitar que os conceitos se cofundam com o sentido usual destes termos, utilizaremos a escrita em *itálico* quando estivermos nos referindo aos conceitos de Bourdieu.

estariam o *campo econômico,* o *campo político* e o *campo cultural*. Dessa forma, nossa sociedade seria composta pelos múltiplos *campos* e nossa ação aí produziria o reconhecimento e a distinção social. "É a forma assumida neste campo pelo capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*) que define propriamente falando a classe social e constitui o princípio de produção de práticas distintivas" (BOURDIEU, 2007, p. 107). Cada *campo* produz e é produzido por determinados *habitus*, que são os princípios ordenadores das práticas sociais dentro dos *campos*. As dinâmicas organizacionais de cada *campo* se estruturam a partir das relações sociais de seus agentes, definindo os *estilos de vida*. Os *estilos de vida* são as formas de classificar os *habitus* e são determinados através da disputa entre os agentes *dominadores* e *dominados* na disputa pelo *capital* de determinado *campo*.

Os detentores de maior *capital* dominam o *habitus* de cada *campo* por conseguirem deter o *poder simbólico* e, assim, a *legitimidade* de estabelecer os estilos de vida, de maneira que estes, os estilos de vida, pareçam ser naturais e não resultado da disputa por *capital* e da ação de dominação dos *dominantes* legitimados por seu *poder simbólico* e por seu *capital*. Bourdieu dedicou uma parte significativa de sua carreira acadêmica à pesquisa sobre como as manifestações humanas são socialmente construídas, em contraposição a uma visão naturalista desses comportamentos humanos (GARNHAM; WILLIAMS, 1980). Bourdieu buscou demonstrar as causas sociais por trás das relações humanas que podem parecer naturais e, portanto, imutáveis. Dessa forma, Bourdieu tinha como objetivo identificar as relações sociais, seus processos de dominação e subserviência, e as consequências desses processos. Esses atributos teoricamente inerentes à humanidade resultariam de uma visão ideológica das relações humanas, servindo para ocultar as construções sociais que sustentam as relações de dominação e servidão na sociedade (SCHIRATO; ROBERTS, 2018). *Dominadores* lutam para conservar os *habitus* que estabeleceram dentro do *campo* que dominam. Conforme sintetiza Riley,

> os recursos de uma pessoa (capital) produzem uma estrutura de personalidade (*habitus*) que gera tipos particulares de comportamentos nos contextos de jogos sociais particulares (campos). Esses contextos são reproduzidos de forma estável, porque o processo que conecta capital, *habitus* e campo é sistematicamente distorcido por entendimentos subjacentes que servem para legitimar a desigual distribuição de recursos existente (poder simbólico) (RILEY, 2018, p. 82).

De acordo com Bourdieu (1992), o poder se manifesta por meio de símbolos culturais, como a linguagem ou sistemas de representação, indo além das relações econômicas e políticas. Assim, a linguagem e a cultura são formas de capital simbólico que desempenham um papel determinante na construção das relações sociais produzidas pela humanidade. Esse poder simbólico, segundo Bourdieu, está ligado à

reprodução das hierarquias sociais e estruturas de dominação em nossas sociedades. Nossas formas particulares de expressão, as palavras que usamos, as roupas que vestimos, as noções do que é belo e do que deve ou não ser objeto de atenção e estudo, entre muitas outras possibilidades, servem como instrumentos para nos situarmos dentro dos campos das relações sociais. O que é determinado como relevante para a consagração de um indivíduo dentro de um *campo* é simultaneamente o que consagra o consagrado. Em outras palavras, aqueles que determinam as condições para a distinção dentro de um *campo* são precisamente aqueles que se distinguem dos outros, garantindo a manutenção da ordem social. Esse sistema não apenas reproduz a estrutura de dominação, mas também a legitima. É impossível dissociar o capital econômico do capital simbólico e, como Bourdieu define,

> O 'capital simbólico' deve ser entendido como o capital econômico ou político que é renegado, mal reconhecido e, portanto, ainda assim, reconhecido, daí legítimo, um 'crédito' que, sob certas condições e sempre a longo prazo, garante 'lucros' econômicos[47] (BOURDIEU, 1992, p. 75)

Bourdieu argumenta que, dentro da prática da cultura, dentro da intrínseca troca simbólica que ocorre nos campos, está a possibilidade de discernir os movimentos dos agentes sociais. Os alicerces para a dominação de uma cultura sobre outras são estabelecidos por meio do reconhecimento da distinção e da legitimação de certas práticas culturais. De que forma, então, o fortalecimento do poder simbólico e da distinção social impactam na ideia de constituição de classes sociais na pós-modernidade? A ideia de uma "nova pequena burguesia" que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com as novas formas de disputa através de influência e *soft power*, fizeram com que os intermediários culturais relacionados ao jornalismo, à propaganda, ao *marketing*, às relações públicas e às diversas formas de manifestação cultural ganhassem *reconhecimento*, *legitimidade* e *capital* (BOURDIEU, 2007). Os artistas e a cultura passaram a ser vistos a partir da distinção social que produzem. Neste contexto, a arte deixa de ser um ofício como outro qualquer, adquirindo um *status* especial e passa a ser um meio para a distinção social, gerando ganhos materiais e territoriais (MORAES, 2007). As transformações nos meios de produção econômica que estamos atravessando criaram as condições para que o campo cultural e artístico fosse impulsionado para o centro das disputas sociais, de forma que os membros dos diversos *campos* associados à arte e à cultura se viram detentores de grande *capital*. Um dos grandes problemas da teoria da Classe Criativa de Florida é que ela se baseia na força da distinção para legitimar sua influência na

[47] 'Symbolic capital' is to be understood as economic or political capital that is disavowed, misrecognized and thereby recognized, hence legitimate, a 'credit' which, under certain conditions, and always in the long run, guarantees 'economic' profits

sociedade a partir da dominação e da exclusão, mantendo essa situação de dependência, mesmo que a diversidade e a tolerância sejam parte de seu método e de seus indicadores.

> Os membros da classe criativa trabalham em setores que vão desde as artes, o design e mídia à comunicação, publicidade, relações públicas e serviços financeiros. Dispõem do capital necessário para financiar o consumo associado a um determinado estilo de vida e adquirem capital cultural ao visitar galerias de arte, tornando-se membros de museus e colecionando arte contemporânea. Na realidade, investir na nova arte é como investir em derivados: trata-se de especulação, mas tem potencial para gerar grande lucro se se conseguir gerar confiança suficiente no mercado. As pessoas dessa classe mudam-se para os centros urbanos renovados, incentivando o processo de enobrecimento (MILES, 2012, p. 4).

Assim, a disputa se dá internamente, obedecendo os *habitus* do campo. Ao tratar da classe criativa, nos resta entender de qual *campo* estamos tratando. Como já apontado, e vale ressaltar, as ideias de Florida dizem muito pouco sobre cultura e políticas culturais enquanto se debruçam longamente na aferição de métricas, parâmetros e índices econômicos. A "mudança de paradigma" da nova economia do conhecimento, pressupõe uma nova classe de consumidores. De certa forma, a própria classe criativa pode ser vista como consumidora e não totalmente produtora ou detentora dos meios de produção numa concepção marxista, pois é atraída para lugares em que seus desejos de consumo são atendidos sem necessariamente ter também sua produção territorializada no novo local, toda uma transformação nos modos de vida nas cidades provocada pelos novos hábitos para a atração dos "criativos". A confusão entre criatividade, inovação e cultura, mesclando os conceitos em uma zona cinzenta para transformá-los praticamente em sinônimos, atende a interesses pouco relacionados à criatividade, inovação e cultura, e muito relacionados à expansão e à criação de mercados e da circulação de capital financeiro.

A criação de *rankings* e de listas de cidades mais atrativas, conforme proposto por Florida, acaba gerando inconsistências e distorções, ao dizer por exemplo, que Melbourne é menos criativa, por ocupar uma posição mais baixa no *ranking,* do que Brisbane, ou ao dizer que Amsterdam é mais criativa do que Dublin ou Barcelona, misturando realidades e condições completamente diferentes (WILSON; KEIL, 2008), ou mesmo criando formas incompatíveis de classificação. Como podemos dizer que determinada cidade é mais criativa do que outra porque uma tem uma culinária melhor enquanto outra tem uma vida musical mais atraente? Talvez a resposta esteja na régua que Florida está usando para medir seus resultados, que parece ser muito mais relacionada a potenciais resultados econômicos e financeiros provocados pela cultura e pela criatividade do que uma medição da própria cultura e criatividade em si. Os índices elencados por Florida levantam problemas por si só, conforme Keil ressalta ao analisar uma das possíveis questões relacionadas ao índice de tolerância:

> Mas o que a Flórida quer dizer com tolerante? Quem está tolerando quem? O que está sendo tolerado? Toronto, aprendemos, é mais tolerante do que seus homólogos americanos, mas o que isso significa precisamente? Nestas questões críticas, Flórida e a noção de classe criativa são silenciosas. A tolerância estreita da Flórida, discernimos, derruba essa noção (associando de várias maneiras indivíduos, comunidades, classes de pessoas) com sucesso econômico e disposição do "criativo" para trabalhar em operações empreendidas (ainda que desigualmente) com outras classes. Na questão da pobreza, divisão de classes e desigualdades estruturais, essa noção de tolerância é irrelevante. Em última análise, Flórida ignora que a suposta tolerância de Toronto (novamente: estamos falando de indivíduos, grupos ou uma estrutura social da cidade?) pode viver confortavelmente bem com uma polarização dramática de rendas e realidades materiais[48] (WILSON; KEIL, 2008, p. 845).

Do ponto de vista urbanístico, a classe criativa de Florida é fortemente baseada em ações de renovação e de transformações urbanas, dando grande importância para equipamentos relacionados à arte, ao entretenimento, a modos de vida específicos (como cafés e bistrôs) e a equipamentos públicos abertos como parques e praças. Seguindo esse princípio, as indústrias criativas não teriam como florescer em espaços que não apresentassem estes pré-requisitos. Caberia, então, aos grandes líderes visionários, bem formados em escolas de reputação internacional, serem contratados por estes lugares para, a partir de sua rede de contatos e influência, criar as condições para que estas cidades caminhem para o futuro supostamente maravilhoso da nova economia do século XXI, sob a pecha de caso contrário, ficarem eternamente excluídas da nova sociedade. Florida chega a considerar que lugares que apresentam processos de gentrificação devem entender este como um bom sinal, dado que esta localidade estaria passando por transformações e atraindo novas populações para sua vizinhança (CREATIVE CLASS GROUP, 2023).

A cidade criativa pode ser vista como uma consequência da economia criativa. No momento da elaboração de políticas públicas é necessário esclarecer o quanto cabe a cada um destes elementos (cidade, economia e criatividade) para que os resultados buscados sejam atingidos. A cidade se estabelece como o território em disputa pelas diferentes formas de vida que compõem o tecido social. A economia,

[48] But what does Florida mean by tolerant? Who is tolerating whom? What is being tolerated? Toronto, we learn, is more tolerant than its American counterparts, but what precisely does this mean? On these critical questions, Florida and the creative-class notion is silent. Florida's narrow tolerance, we discern, collapses this notion (associated variously with individuals, communities, classes of people) with economic success and willingness of 'the creative' to work in waged operations (albeit unequally) with other classes. On the issue of poverty, class division, and structural inequalities, this notion of tolerance is irrelevant. Ultimately, Florida ignores that Toronto's alleged tolerance (again: are we talking about individuals, groups, or a city social structure?) can live comfortably well with a dramatic polarization of incomes and material realities (see Florida 2008b). (KEIL p.845)

nessa perspectiva, é o gerenciamento dos recursos materiais e imateriais para viabilizar estas diferentes formas de vida no território. A criatividade, do ponto de vista territorial, deveria se estabelecer como as diferentes ferramentas de elaboração e gerenciamento das novas formas de se pensar as relações sociais entre os diversos agentes com o território. Florida fala, basicamente, de economia, ainda que impulsionada por meios culturais, e esses passam a ser instrumentalizados e reduzidos para atingir os fins econômicos. As ideias de Florida parecem estar muito mais próximas de conservar projetos e pessoas em seus lugares de dominação do que em propor algo realmente criativo e inovador, capaz de transformar para melhor a vida de parte significativa da população, especialmente aqueles mais necessitados ou atualmente excluídos dos processos produtivos.

Howkins (2012) é outro importante nome no debate sobre a economia criativa. Para este autor, a economia criativa surge a partir do reconhecimento de valor comercial de bens e serviços criativos, protegidos por direitos autorais, de patentes e de marcas, comercializados através da negociação dos direitos de propriedade intelectual. Com as recentes transformações nas cadeias produtivas, com as sociedades adentrando na economia do conhecimento, a geração de riquezas, de trabalho, de renda, a criação e ampliação de novos mercados estariam diretamente relacionados com a proteção, produtificação e financeirização do conhecimento por meio do direito autoral. Dessa forma, a moeda desta nova economia criativa, nesses moldes, seria o direito autoral. As mesmas questões que surgem no pensamento de Florida são encontradas em Howkins. Primeiro, porque, de novo, a abordagem traveste de criativas as questões econômicas, o que muitas vezes tende a dificultar e a confundir as práticas; segundo, a exclusão, a acumulação, a privação e a competitividade estão sustentando estas teorias; terceiro, ao se discorrer sobre geração de conhecimento e, especialmente, em arte, cultura e cidades ou sociedades, estamos falando de aspectos coletivos da vida. É um contrassenso absurdo tratar de assuntos que tem a ação coletiva em suas práticas e definições mais elementares de maneira individualista e centralizadora. Por fim, tanto Florida quanto Howkins não parecem estar efetivamente interessados em cultura e criatividade, mas sim em suas consequências na economia (MCGUIGAN, 2009)

Apontar estas questões não significa necessariamente ser contra a economia ou a produtos culturais capazes de serem comercializados e desacreditar que efetivamente temos uma nova etapa de conformação dos meios de produção que efetivamente é constituída a partir do conhecimento e que este movimento todo pode ser impulsionado e dirigido por políticas que efetivamente valorizem a cultura e a criatividade das e para as pessoas. Para Reis,

> Em primeiro lugar, economia criativa é, antes de tudo, economia. Isso significa ao menos

> algumas coisas, que precisam ser desmistificadas.
> A) Economia pressupõe mercado e, vivendo em uma sociedade capitalista como vivemos, quer nos agrade quer não, também significa que os agentes do mercado (produtores, distribuidores, investidores) serão movidos por lucro. Isso não equivale a dizer que sejam gananciosos, mas simplesmente que buscam uma remuneração justa pelo esforço e pelos recursos que investem. Economia criativa não é sinônimo de economia solidária e economia criativa repousa sobre produtos e serviços criativos com potencial de mercado.
> B) Sendo ou não uma afirmação simpática, economia criativa não é necessariamente sustentável. Muito embora os recursos criativos sejam renováveis e sustentáveis (já que a criatividade se propaga com o uso, ao contrário de ativos finitos da economia), seu veículo não o é. Do artesanato à trilha musical ouvida no celular, o veículo do valor simbólico é finito. O capim dourado quase entrou em extinção, com o sucesso de seu artesanato; os celulares têm vida cada vez mais curta, gerando um impacto ambiental de descarte enorme e ainda irresolvível.
> C) A economia criativa, sendo economia, não é normativa, ou seja, não estabelece normas, não decide o que deve ou não ser feito ou como os recursos devem ser aplicados. Curiosamente, para muitos, a economia nasce da filosofia moral, do dilema entre distribuir recursos escassos tendo por parâmetro a eficiência alocativa (premiar quem é mais eficiente) ou a justiça distributiva (justo para quem? Para a cigarra? Seria justo com a formiga?). Em suma, se não tivermos uma política pública (entendida como uma política pactuada entre os agentes da sociedade, públicos, privados e civis) muito clara, a economia criativa será um barquinho à deriva. A partir do momento em que se estabeleça um norte claro, uma política clara, com estratégia e objetivos bem definidos, aí sim a economia criativa poderá oferecer o instrumental para atingi-la. (…)
> Em segundo lugar, há ainda um campo nebuloso acerca dos limites da economia criativa. Na visão da autora deste artigo, a economia criativa funde as fronteiras entre a economia da cultura e a economia do conhecimento, abarcando a totalidade da primeira e parte da segunda – especificamente aquela que encapsula conteúdos simbólicos, a exemplo de software de lazer, animação e aplicativos, que revelam determinado modo de pensar, profundamente moldado por aspectos culturais. Algumas vozes dirão que nem tudo nesse conjunto de setores é característico de uma cultura local – mas o mesmo se poderia argumentar acerca dos setores editorial ou musical. (REIS, 2011b, p. 75–76)

A premissa A é real, economia pressupõe mercado. Não quer dizer apenas este mercado atual, tampouco que não é possível criar novos mercados com outras regras e condições que, inclusive, não tenham apenas o lucro como objetivo central. Uma outra economia criativa pode ser pensada e elaborada, se forem modificadas as bases nas quais a economia atual é construída. A premissa B traz um alerta importantíssimo para a compreensão de que a economia criativa deve ser pautada por outros parâmetros, que estabeleçam uma distinção clara entre as indústrias criativas (não necessariamente sustentáveis, como no caso dos celulares citados como exemplo) e a economia criativa (que deve abarcar dimensões mais amplas, diversas, integradas e complexas, como a ambiental, cultural, social, política e econômica. Pensar e aplicar estratégias econômicas insustentáveis em nossos territórios (por mais criativas que sejam) é continuar condenando nossos territórios a dominação, subordinação e dependência de atores

externos a eles. E esse alerta é reafirmado e reassegurado pela premissa C, de onde devemos tirar a conclusão de que uma economia criativa que atenda as realidades locais, especialmente no Sul Global, deve estar conectada com suas culturas, com as práticas de cada território. O "norte claro, uma política clara, com estratégias e objetivos bem definidos" apontados pela autora não podem estar desassociados do "como fazer", especialmente em nossas realidades. O instrumental para atingir os objetivos e a criação desse instrumental é tão essencial para nossas realidades quanto os objetivos em si.

A busca pela cultura local se torna de fundamental importância para efetivar políticas e programas que busquem seus objetivos através da economia criativa. Landry (2008) buscou definir os "gatilhos criativos" como sendo aqueles eventos, processos, momentos ou contextos que fariam com que a criatividade tomasse impulso para a elaboração de políticas de desenvolvimento nas cidades que tivessem como eixo fundamental arte e cultura. Estes gatilhos seriam amplos e complexos, incluindo desde elementos incontroláveis como a sorte até ações absolutamente dirigidas como a busca efetiva pela troca de conhecimentos e pelo aprendizado com os outros através de eventos, seminários, encontros, passando por todo uma gama de possibilidades e realidades que diversas cidades enfrentam como a obsolescência de sua estrutura construída, novas descobertas (tecnológicas, patrimoniais, históricas), oportunidades e empreendedores dispostos a construir a partir delas, pressões competitivas, entre outras. Acima desse arsenal todo, esperando por apertar o gatilho, está a necessidade de reunir pessoas capazes de observar os territórios a partir de suas complexidades, de estabelecer conexões entre as diversas realidades dos lugares, de transformar os anseios e demandas das populações em políticas e ações que sejam inclusivas e propositivas dentro das suas próprias realidades, articulando saberes e fazeres tradicionais com as possibilidades do mundo moderno. A transformação da nova economia não se dará apenas pela tecnologia e espera-se não tolerar processos de distinção ou por seres afastados das realidades territoriais, mas, ao contrário, a partir da inclusão de todas as diferenças e diversidades sociais.

4.4. Aterrizando no Brasil – a criação de uma Economia Criativa Brasileira

Pretende-se analisar de que forma as políticas públicas de cultura se desenvolveram no Brasil e como o debate sobre os parâmetros nacionais de economia criativa foram estabelecidos para gerar uma economia criativa brasileira. Analisaremos como e quais ações foram implementadas pelo governo brasileiro para estabelecer políticas culturais no decorrer do século XX e como elas foram transformadas para atender as demandas que estavam surgindo com a nova economia do século XXI. Há, historicamente, um constante confronto entre a instrumentalização da cultura pelo governo de ocasião e as mais diversas formas de manifestações culturais praticadas pela população. No campo do urbanismo percebemos um

dirigismo, especialmente em relação às políticas de preservação do patrimônio histórico, desde a década de 1930 quando o SPHAN passou a elaborar a regulação da proteção de patrimônio histórico, definindo seu foco nas construções do período colonial, de "pedra e cal", de igrejas católicas e de fortes e palácios, até os dias atuais onde há uma profunda modificação nas formas de se considerar o patrimônio histórico de maneira muito mais ampla e diversificada. Ao traçar a forma como a Economia Criativa e o ideário das Cidades Criativas foram introduzidos no Brasil precisamos colocar estes conceitos dentro do contexto brasileiro.

Por vezes, as ideias de "inovação" e "criatividade" podem dar a entender que as políticas públicas de cultura no Brasil eram inexistentes ou sem vínculo com a história do país. A disputa pelo significado de uma cultura brasileira existe desde antes da constituição do Brasil como Nação e continua em batalha franca e ampla até os dias de hoje. Se neste momento, entrando na segunda década do século XXI, a cultura é vista por um viés moralista, como símbolo de um mal a ser combatido e seus produtores como larápios e aproveitadores dos recursos econômicos estatais, isso se deve em grande parte à instrumentalização da cultura por parte do poder público e por sua visão cada vez mais calcada em valores que não os da própria cultura. A formulação de Políticas Públicas de Cultura é fator determinante para a efetivação de direitos plenos e para a construção de cidades que busquem seu desenvolvimento, tendo como eixos a arte e a cultura. É preciso entender de que forma arte, cultura, desenvolvimento, cidades, economia e política se estruturaram para que se possa identificar eixos de atuação e de construção da sociedade. Segundo Canclini (1987), as políticas culturais na América Latina se baseiam em seis paradigmas que organizam seus agentes sociais e estruturam a relação entre política e cultura:

- O mecenato Cultural;
- O tradicionalismo patrimonial;
- O estadismo populista;
- A privatização neoconservadora;
- A democratização cultural;
- A democracia participativa;

Para os fins desta pesquisa, é necessário limitar o escopo da atuação ao poder público. A partir de algumas definições (BOLÁN, 2006; CANCLINI, 1987, 2001; SIMIS, 2007)[49] pode-se entender que política pública de

[49] Para o Canclini, políticas culturais são o conjunto de intervenções que orientam o desenvolvimento simbólico, atendem às necessidades culturais da população e buscam consensos sociais. Em 2001, García Canclini ampliou essa definição, destacando que as políticas culturais podem ser ferramentas para lidar com a diversidade e heterogeneidade, permitindo que diferentes identidades coexistam. Para Bolán, a política cultural transcende as

cultura são os preceitos, projetos e programas planejados e ordenados de forma sistêmica, tendo objetivos, metas e formas de avaliação que definem as ações do poder público, através de atores coletivos, diretamente no campo da cultura (CALABRE, 2005; RUBIM, 2019; RUBIM; BARBALHO, 2007). É importante, portanto, abrir um parêntese para observar que apesar da cultura sempre ter feito parte de um conjunto de ações centralizadas e dominantes do poder público, não é possível falar de "política cultural" antes do século XX. Ainda que ações culturais tenham ocorrido de maneira significativa em nossa história, seja durante o processo de conquista do Brasil pelos portugueses através da catequização dos povos originários e que reverbera ainda hoje, nos proporcionando uma visão cristalizada e eurocêntrica de que essa cultura originária, e que hoje se confunde com a local e popular, seria inferior ou atrasada e que precisaria ser "salva" ou integrada à "civilização" através de ações de educação cultural, seja durante o período colonial onde a coroa portuguesa literalmente proibia a formação de ferramentas e contextos de uma cultura brasileira autônoma, com a proibição da criação de veículos de imprensa ou de universidades em território brasileiro, por exemplo, ainda que promovesse algum intercâmbio entre artistas nacionais e portugueses. Se com a fuga da Corte portuguesa para o Brasil em 1807 este cenário começou a mudar, especialmente com a criação da imprensa, de universidades e, mais especificamente com a criação da Biblioteca Nacional, ainda não é possível afirmar que havia uma política pública de cultura. Os movimentos revolucionários, tanto da Inconfidência Mineira, quanto os de Independência, foram arquitetados dentro das elites dominantes e pouco significaram em termos de institucionalização de meios sistêmicos de produção cultural (CITÓ, 2017).

O período imperial, apesar de ter fomentado a produção artística, não possuía políticas culturais estruturadas. Com a República, a criação de equipamentos culturais foi esparsa e desorganizada. A Semana de Arte Moderna de 1922 representou um marco na busca por uma identidade cultural brasileira e, a partir da década de 1930, o Estado brasileiro passou a centralizar e a coordenar as ações, investimentos e estratégias para a cultura nacional, criando estrutura física, administrativa e política para orientar as políticas públicas relacionadas. Rubim (2015) propõe cinco tradições para analisar as políticas culturais brasileira: ausências, autoritarismos, instabilidades, enfrentamentos e limitações. O conceito de *ausências* demarca a falha do poder público em articular políticas públicas de cultura até a década de

ações isoladas em setores específicos, constituindo-se como uma articulação complexa entre diversos agentes e setores da sociedade. O autor argumenta que a política cultural contemporânea envolve um esforço conjunto de atores públicos e privados, do Estado e da sociedade civil, para promover a cultura em suas diversas manifestações, incluindo arte, educação, ciência, tecnologia e questões sociais como gênero e meio ambiente. Por fim, Simis defende que o papel do Estado na cultura não é ditar o que deve ser produzido, mas sim garantir o acesso, o fomento e a produção cultural. Para o autor, o Estado democrático deve criar políticas públicas que estimulem a diversidade cultural, sem interferir no processo criativo.

1930, durante o período democrático entre o Estado Novo e o golpe militar de 1964 e mais recentemente nos anos do governo FHC, ao qual podemos atualizar para o apocalipse governamental pós 2016. *Autoritarismos* faz referência ao difícil equilíbrio que artistas, intelectuais, políticos e gestores tiveram que lidar em relações sociais tão complexas, e constantemente ignoradas, na formação do povo brasileiro. Mesmo durante os períodos democráticos nossa sociedade elabora suas políticas culturais de maneira autoritária, desigual, elitista e, durante os períodos ditatoriais, o autoritarismo foi utilizado como objetivo da própria política pública. As *instabilidades* percorrem toda a história da política cultural brasileira, seja pela constante criação, extinção e recriação dos mais diversos órgãos públicos relacionados à cultura, seja pela existência ou não do próprio Ministério da Cultura, seja pela constante troca de responsáveis pelas políticas culturais, substituídos na mais branda troca de ventos políticos. Entretanto, a classe artística brasileira jamais foi passiva e o *enfrentamento* da situação não se deu apenas diretamente durante os anos de ditadura, mas também como política pública vindo apenas a se estruturar durante a gestão Gilberto Gil (2003-2008)[50]. Foi durante sua gestão que políticas públicas de cultura voltadas para os povos originários, de matriz africana, de gênero e de periferia tomaram corpo. A cultura digital e uma nova relação da cultura com a sociedade, abraçando os conceitos da Economia Criativa passaram a ser a tônica de todo esse período. Foi nessa gestão que houve um efetivo aprofundamento da participação popular na formulação das políticas públicas e a sistematização real das políticas culturais. As bases criadas com este enfrentamento foram fortes o suficiente para reverter o duríssimo golpe que a cultura sofreu durante a gestão Temer (2016-2018), chegando a provocar uma imensa crise de governabilidade que se alastrou pelo governo como um todo. Os anos do governo Bolsonaro (2019-2022) aprofundaram as disputas e os enfrentamentos da classe artística com o governo que agiu de forma deliberadamente contrária a qualquer manifestação cultural buscando acabar com qualquer tipo de iniciativa de incentivo à cultura. Por mais que as políticas públicas de cultura tenham conseguido se fortalecer e se estruturar, elas continuaram a enfrentar severas *limitações* desde a histórica e constante falta de financiamento até os desafios de delimitar o seu campo de atuação ao refletir, para além da visão hegemônica, os múltiplos modos de vida da sociedade brasileira em suas particularidades e singularidades, passando por toda a sorte de debates políticos, ideológicos e burocráticos. A desarticulação entre as instâncias e órgãos do governo também representam uma forte limitação para uma efetivação plena de políticas culturais que garantam o fazer cultural como direito a toda população (RUBIM, 2015).

[50] Outros momentos históricos em que tivemos estruturas culturais governamentais podem ser analisados muito mais como de tentativas de adesão aos interesses políticos e econômicos de suas épocas do que os relacionados a estes períodos de efetivo enfrentamento para a transformação social através da cultura.

As discussões, estudos, políticas e programas que buscam relacionar economia, cultura e criatividade permearam toda a segunda metade do século XX. Celso Furtado foi um pioneiro em postular que a dependência e o subdesenvolvimento na civilização industrial são características culturais (FURTADO, 2008) e que, portanto, deveriam atingir a intersetorialidade da administração pública. Celso Furtado foi o terceiro ministro a assumir o MinC em menos de dois anos de existência do órgão e capitaneou toda a reorganização pela qual o ministério passou. O momento de reabertura e de redemocratização potencializaram estas mudanças e, tendo sido um exilado da ditadura militar, a burocracia e a estrutura estatal eram vistas por ele tanto como potencial a ser desenvolvido como uma herança autoritária de um governo falido. O orçamento público ficou quase que totalmente comprometido com o a manutenção da estrutura administrativa do MinC e praticamente sem margem para outros investimentos (BOTELHO, 2007). Além da desorganização administrativa, a falta de recursos para a pasta era um problema crônico. Buscando formas de financiamento alternativas ao orçamento federal, em 1986 foi promulgada a lei 7.505, conhecida como Lei Sarney, a primeira Lei de Incentivo à cultura do Brasil. Essa lei representou um marco na forma de financiamento da cultura no Brasil. Antes dela, o investimento público era predominante e direcionava as ações, enquanto a lei introduziu o incentivo fiscal como mecanismo principal. Esse novo modelo diversificou as fontes de financiamento da cultura, abrangendo a filantropia (incentivando doações de pessoas físicas e jurídicas), o patrocínio cultural (estimulando empresas a utilizarem a cultura como ferramenta de marketing) e o investimento direto buscando atrair capital privado para o setor cultural com a promessa de retorno financeiro. A Lei Sarney reconheceu a diversidade do campo cultural, estabelecendo diferentes mecanismos de incentivo para atender às especificidades de cada setor. Esse novo modelo de financiamento teve um impacto profundo no setor cultural brasileiro, alterando a dinâmica de produção e circulação de bens culturais (ALMEIDA; PAIVA NETO, 2017). O principal mecanismo da Lei Sarney, o mecenato, permitia que recursos para a realização de eventos culturais fossem buscados na iniciativa privada em troca de renúncia fiscal. Junto com a modalidade de Mecenato, a Lei Sarney instituiu o Fundo de Promoção Cultural (FPC). Dessa forma o governo abria duas frentes de ação no MinC: uma institucional, criando e reorganizando as estruturas administrativas e outra de produção cultural, renunciando ao poder de decisão sobre a produção cultural, incluindo seu conteúdo ou mérito artístico, e transferindo esse poder para a iniciativa privada. Em um contexto de transição democrática, marcada pela desconfiança em relação ao Estado após a ditadura militar, a lei buscava descentralizar o financiamento da cultura e ampliar a participação da sociedade civil. Ao permitir que empresas e pessoas físicas investissem em projetos culturais e obtivessem incentivos fiscais, a lei transferiu parte do poder de decisão sobre a produção cultural para o setor privado (BORJA, 2019, p. 51).

Essa foi uma transformação radical na forma de se fazer cultura no país, relacionada com os ideais neoliberais que começavam a tomar corpo. A grande questão das leis de incentivo é a transferência de poder decisório sobre o uso de recurso público. Ainda que os projetos fossem apresentados para o governo e receberiam a autorização do MinC para captar recursos com as empresas privadas, o poder de decisão sobre o que ia efetivamente acontecer ficava a cargo exclusivamente do mercado, tendo essa mediação realizada por recursos financeiros (RUBIM; BARBALHO, 2007).

Celso Furtado pode ser entendido como a pedra fundamental para embasar as ideias que sustentaram o projeto de uma Economia Criativa Brasileira e a crítica de pura adesão a um ideário neoliberal parece pouco pertinente neste momento. A visão antropológica da cultura ganhou contornos reais no pensamento de Furtado. Por esse prisma, cultura passou a ser entendida como um sistema onde se estruturam as formas pelas quais as sociedades se manifestam em todas as suas dimensões, não apenas na dimensão do lazer. É esse sistema cultural que determinaria os padrões da produção e as possibilidades de reestruturação das forças produtivas, reorganizando os padrões de acumulação e de distribuição de renda. Dentro desta perspectiva, a cultura agiria como o meio de estruturação social (FURTADO, 1964).

> Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade. Simplesmente para reproduzir suas estruturas tradicionais, as sociedades necessitam de meios de defesa e adaptação, cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões em face da incerteza. Ora, a emergência de um excedente adicional - consequência do intercâmbio com outros grupamentos humanos ou simplesmente do acesso a recursos naturais mais generosos - abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções: já não se trata de reproduzir o que existe e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível, esse espaço intermediário entre o ser e o nada a que se referiu Leibniz, dentro do qual se concretizam as potencialidades humanas (FURTADO, 2008, p. 81).

Desta concepção é possível abandonar a ideia de patrimônio cultural como herança social, seja ela material ou imaterial, que deve ser apenas preservada e mantida intocada, e adotar o conceito de patrimônio cultural como possibilidade de mudança social. Este sistema cultural deveria reincorporar no sistema produtivo o excedente da produção, transformando a distribuição de renda, as relações sociais e a estrutura de poder. Furtado entende que o que vinha sendo aplicado até aquele momento acentuava a dependência e o subdesenvolvimento. Deste modo, o desenvolvimento das forças produtivas deveria acompanhar o desenvolvimento cultural, não sendo possível, portanto, o desenvolvimento econômico da

sociedade sem o investimento nas bases culturais (FURTADO, 1974). As políticas culturais, portanto, deveriam estar associadas às políticas de desenvolvimento do país, de forma que Furtado

> reivindica o direito à criatividade. A autonomia na utilização do excedente, que condiciona a reprodução das estruturas sociais, seria o objetivo a ser alcançado para romper com a dominação cultural. Isto é, escapar à lógica economicista que põe na acumulação de capital o objetivo final do desenvolvimento das forças produtivas e perpetua, nos países subdesenvolvidos, a dependência. Aponta com isso a contradição entre a lógica dos meios, fundada na técnica e na acumulação, e a lógica dos fins, que rege a cultura e o sistema de valores. (...) Caberia aos países dependentes lutar pelo direito à criação de valores culturais próprios, ligados ao sistema de cultura local, que levariam à afirmação da nação num cenário mundial de crescente globalização, com a difusão planetária da civilização industrial (BORJA, 2019, p. 48).

Ao compreender a cultura como a realização das potencialidades humanas, Furtado destaca a natureza inventiva, mais que transformadora da cultura. Enquanto a transformação reage a desafios emergentes, a invenção amplia horizontes, permitindo novas epistemologias. Para ele a compreensão do desenvolvimento baseia-se em dois processos criativos: o primeiro relacionado à técnica, ao esforço humano em adquirir instrumentos e ampliar sua capacidade de ação; o segundo vinculado à utilização desses meios, aos valores que enriquecem o patrimônio existencial (FURTADO, 1984). Na civilização industrial, a técnica muitas vezes sobrepuja os valores, justificando o "mau desenvolvimento" e a submissão da criatividade à racionalidade econômica. A canalização da capacidade inventiva para a criação tecnológica caracteriza a civilização industrial, explicando sua formidável expansão, resumindo-se à dominação do meio natural e à eficiência na utilização de recursos escassos. Furtado, ao destacar os nexos entre a cultura brasileira e as opções de desenvolvimento, analisa como a industrialização se apropria do excedente, explorando as relações entre a cultura como sistema de valores e o desenvolvimento das forças produtivas, destacando a conexão entre a lógica dos fins culturais e a instrumentalização da acumulação (FURTADO, 1984). A cultura, como sistema de valores, é vital para o desenvolvimento endógeno, sendo a endogeneidade a capacidade de uma comunidade ordenar o processo acumulativo com base em suas próprias prioridades (LEITÃO, 2023). O caráter da endogeneidade busca ampliar as capacidades humanas para a liberdade e autonomia, sendo fruto de uma vontade política que não deve sucumbir à lógica dos mercados. As reflexões de Furtado sobre a utilização do excedente pelo Estado diante de consumidores passivos continuam pertinentes, destacando a indiferença da "racionalidade econômica" à hegemonia dos mercados, em detrimento da maioria da população.

Com a proposta que culminou na Lei Sarney, ao relegar a realização de eventos culturais para produtores culturais, autores e artistas, através de instrumento específico, o Estado poderia se ocupar das tarefas que seriam de sua exclusividade. Além disso, o mercado cultural brasileiro era restrito a alguns setores relacionados com a cultura de massa e, a partir da lei, começou-se a efetivamente estruturar um mercado de cultura nacional para todos os setores. Furtado estava ciente dos méritos e, especialmente, dos problemas, especificamente os relacionados à concentração dos incentivos nos grandes centros urbanos e em nomes famosos e/ou consagrados do cenário cultural. O Ministro garantiu uma credibilidade que faltava ao MinC, sendo muitas vezes apontado como um nome maior do que o próprio Ministério e "acusado" de utilizar do MinC para prestar uma assessoria informal ao presidente Sarney sobre as profundas e caóticas mudanças que os planos econômicos provocavam (MAGALHÃES, 2012). Sob sua gestão, o MinC encomendou à Fundação João Pinheiro o primeiro diagnóstico da cultura no Brasil que mapeou as ações culturais no território nacional e apontou as cadeias produtivas da cultura e seus impactos econômicos. Deste estudo constatou-se o peso da música popular na cultura nacional, o impacto da concentração da atividades culturais no eixo Rio-São Paulo, como esse impacto repercutiu na extinção de bandas e orquestras locais com a criação das grandes redes nacionais de rádio e televisão[51], além de demonstrar que a relação investimento/geração de emprego era muito favorável nos setores culturais, assim como o impacto das crises econômicas era menor nos setores culturais do que nos demais setores da sociedade (FURTADO, 2012; MAGALHÃES, 2012). Estas tendências seriam novamente percebidas e confirmadas durante todos os estudos relacionados à Economia da Cultura e à Economia Criativa durante os anos 2000.

Furtado organizou a atuação do MinC em quatro áreas fundamentais através de secretarias ministeriais: patrimônio e memória; produção cultural; dimensão do cotidiano; difusão e relações internacionais. Assim, as secretarias preparavam a funções institucionais e programáticas do Ministério enquanto as ações práticas eram executadas pelas fundações a ele vinculadas, buscando promover agilidade e desburocratizar a sua atuação na execução de suas metas. As equipes diretivas foram montadas de forma a conter representantes de todas as regiões do país buscando diminuir as discrepâncias estruturais e favorecer a pluralidade cultural (SANTOS, 2012). Os projetos realizados através da Lei Sarney praticamente não contemplavam projetos de pesquisa arqueológica, restauro de patrimônio histórico ou de aquisição de acervos. A visão antropológica de cultura sustentada por Furtado buscava fortalecer os conceitos de cidadania e de reflexão sobre a sociedade e desta forma o Estado utilizou recursos próprios

[51] Grande parte da atuação de bandas e orquestras regionais era nas emissoras de rádio e tv locais.

para fomentar as áreas relacionadas ao patrimônio cultural através de suas instituições como o Pró-Memória. Além disso diversas ações fomentando as regionalidades e as manifestações locais foram promovidas pelo MinC. O reconhecimento da diversidade cultural brasileira começou a se transformar com a criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, depois da organização dos movimentos negros buscando o reconhecimento de seus direitos na assembleia constituinte.

Ações estruturantes do mercado cultural brasileiro desse período provocaram modificações em toda a cadeia produtiva dos setores, como no caso do apoio a fábricas de instrumentos nacionais, sua distribuição por bandas e orquestras públicas por todo o país e o fomento, a edição e a distribuição de partituras de autores nacionais, possibilitando que esses autores fossem conhecidos e tivessem suas obras executadas, transformando o repertório de bandas e orquestras por todo o país. Esse tipo de ação, favorecendo toda a cadeia produtiva e, não apenas a realização de eventos, se repetiu nos setores das artes plásticas, com incentivo à pesquisa e à produção de tintas e materiais nacionais; na literatura, com a tradução de clássicos nacionais para diversas línguas estrangeiras, e na redução de impostos para a importação de livros, impactando fortemente na produção acadêmica nacional.

A pressão política, o baixíssimo orçamento destinado ao MinC (0,4% do orçamento total) e as constantes crises do país provocaram a saída de Furtado do Ministério em 1988, não sem que antes sua atuação direta na Constituinte deixasse dois artigos essenciais relacionados à cultura: o 215 e o 216, que, respectivamente, assegura o direito à cultura e introduz a ideia de patrimônio cultural em oposição ao patrimônio artístico e histórico que até então vinha sendo utilizado[52]. Estes artigos asseguram a proteção ao patrimônio cultural através do tombamento, que também vinha sofrendo ameaças de não se efetivar com a nova Constituição (GUIMARÃES, 2008). Furtado buscou desenvolver um modelo de desenvolvimento que representasse o processo criativo dos valores culturais dos lugares como forma de substituir os modelos tradicionais focados na acumulação material. Um desenvolvimento que não valoriza o envolvimento das pessoas está fadado a promover a concentração de renda e riqueza, aumentando a

[52]Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (...)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

desigualdade, a precarização trabalhista, a exploração de direitos sociais e a dependência de mercados internacionais (LEITÃO, 2018).

Após a extinção do MinC, no governo Collor e sua recriação no governo Itamar[53], o embaixador Sergio Paulo Rouanet assumiu a pasta e, com o apoio da classe artística, promulgou a Lei 8.313, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) que ficou conhecida como Lei Rouanet. O PRONAC foi desenhado para funcionar em cima de um tripé de instrumentos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o FICART (Fundos de Investimento Cultural e Artístico), e o Mecenato através de leis de incentivo cultural (LIC). Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência e Franciso Welfort se tornou Ministro da Cultura, imaginava-se fechar os buracos críticos da Lei Sarney e dinamizar os investimentos em cultura. O FNC seria a forma do governo atuar diretamente na produção cultural, sem qualquer ingerência ou poder de decisão da iniciativa privada, escolhendo quais ações e projetos seriam financiados com os recursos do Fundo, que seria composto por alguns recursos do Tesouro Nacional, parte da arrecadação da Loteria Federal e de doações realizadas, bem como de sobras ou partes de projetos que seriam captados pelas LIC que não pudessem ser realizados, além de diversas outras fontes federais. O FICART deveria ser o instrumento de apoio para artistas e produtores investirem em seus próprios projetos através de crédito público obtido junto a CVM, e fiscalizado por esta, repartindo ganhos e perdas com seus investidores. Os recursos do FICART viriam do mercado financeiro e suas cotas não poderiam ser deduzidas do I.R. O mecenato através de lei de incentivo foi a primeira perna deste tripé a ser regulamentada e logo no primeiro ano de gestão Weffort foi publicada a cartilha “Cultura é um bom negócio”, já apontando qual seria o horizonte a ser perseguido por aquela gestão.

A maior dificuldade da gestão pública de cultura sempre foi o baixo orçamento e a escassez de recursos. As Leis de Incentivo, primeiro a federal e depois as estaduais e municipais que foram criadas nos mesmos moldes na esteira do sucesso da primeira, proporcionaram um aumento de cifras nunca visto no setor cultural. É necessário e importante ressaltar que as leis de incentivo foram as principais responsáveis pela estruturação do mercado cultural brasileiro. Se, através de uma visão romantizada e idílica do fazer cultural e do que é ser artista, critica-se as leis de incentivo por estas terem inviabilizado que as produções continuassem a sobreviver tendo a bilheteria como principal fonte de renda ou que os departamentos de *marketing* das empresas definindo o que poderia ser efetivamente realizado, é preciso reconhecer que diversas profissões e trabalhos que sustentam o mercado cultural fora dos palcos (a cadeia produtiva da cultura) foram visibilizadas e reconhecidas pelas leis de incentivo.

[53] Neste período compreendido entre as duas criações do MinC (1985-1992), houve 10 mudanças de ocupantes do cargo máximo do órgão cultural brasileiro, uma média de mais de um ministro por ano.

Se entre as décadas de 1940 e 1960, os cinemas, por exemplo, representavam um importante ponto de encontro da sociedade, tanto pelo *status* que uma ida ao cinema conferia, quanto pela possibilidade de reconhecimento de seus modos de vida exibidos na tela, atualmente há um movimento constante de diminuição destes espaços e reaproveitamento destas estruturas por outras atividades não relacionadas às artes, como a transformação dos cinemas de rua em igrejas e templos. Aliado a este movimento está a enorme carência de espaços culturais, sejam teatros, centros comunitários, espaços expositivos, bibliotecas ou quaisquer outros espaços físicos destinados à arte e a cultura, especialmente nas regiões mais afastadas das regiões que recebem maiores recursos via mecenato (BELEM; DONADONE, 2013; CITÓ, 2017; RUBIM, 2015; SÁ-EARP; ESTRELLA, 2016; SOUZA; RIBEIRO, 2020). As pesquisas que demonstram a diferença de acesso aos produtos culturais da LIC por regiões do Brasil distorcem a diferença de infraestrutura de cultura que existe entre a região sudeste, que possui maior número de projetos da LIC, e as demais regiões do país. Este não é um problema só das LIC mas de um país que sistematicamente não se organizou ao redor de sua produção cultural. Muito pelo contrário, nosso histórico cultural é de conflito e contestação constante, com dificuldade de se reconhecer através da cultura hegemônica que é forjada e instrumentalizada em gabinetes como forma de exercício de poder. Para a ex-ministra do MinC Ana de Holanda, analisando as transformações pelas quais as LIC passaram, é possível constatar que

> se no início a escolha do projeto ficava a critério de profissionais de *marketing* das firmas patrocinadoras, com o tempo essas mesmas empresas passaram a utilizar critérios mais equilibrados, como lançar editais de alcance nacional, contratar curadores para a escolha de projetos que atendessem a um público variado, seja pela excepcionalidade cultural, como também pela contrapartida social oferecida ao público através de ingressos baratos ou gratuitos assim como cursos e oficinas a preços populares ou sem cobrança de ingressos.(HOLLANDA, 2021)

Os instrumentos criados durante essa fase continuaram sendo aplicados e aprimorados na fase seguinte, que buscou diversificar a atuação do MinC sem, contudo, descontinuar boa parte das práticas que já estavam sendo realizadas com sucesso. Em 1997, uma nova pesquisa foi encomendada a Fundação João Pinheiro de Minas Gerais buscando indicadores para as políticas públicas de cultura. A "Pesquisa de Economia da Cultura" apresentou dados dos crescentes investimentos públicos em cultura, após o desastre da gestão Collor, mas ainda representando parcos R$5,00/per capita ao ano, sendo que um terço dos municípios capitais de seus Estados eram responsáveis por 90% deste investimento, ou seja, uma concentração brutal dos recursos. O mecenato das LIC financiava mais de 4/5 de todos os projetos culturais incentivados no país, sendo o quinto restante dividido entre 12 leis estaduais e 17 leis municipais.

O mecenato cultural era visto como a principal forma de participação em ações de comunicação e *marketing* das empresas (segundo 53% das empresas entrevistadas) demonstrando a instrumentalização da cultura pelo mercado. A pesquisa também destacava que o setor cultural correspondia a 1% do PIB nacional e empregava 510 mil pessoas, sendo 70% destes empregos na iniciativa privada. A título de comparação a pesquisa demonstrava que áreas muito mais estruturadas e com muito mais recursos como saúde e educação representavam 2,2% e 3,1% da força de trabalho, aproximando o impacto e a relevância do setor cultural (DURAND, 2000; PORTO, 2007). Estes dados demonstraram o potencial da economia criativa brasileira mesmo que não tenham contemplado a enorme quantidade de pessoas e de manifestações culturais que estavam na informalidade trabalhista.

Em 2000, o IPHAN criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial modificando a concepção até então utilizada de preservação de bens históricos. Os monumentos de "pedra e cal", até então o foco principal das ações culturais voltadas à preservação, passaram a dividir espaço com a dimensão imaterial da cultura brasileira. Passaram a fazer parte dos bens protegidos festas populares como o Círio de Nazaré ou o Samba do Rio de Janeiro, manifestações como a Capoeira, o Jongo ou o Frevo, saberes tradicionais como a língua Kusiwa e a arte Wajãpi, além de saberes e fazeres característicos como o das Paneleiras de Goiabeiras, os modos artesanais de fazer Queijo de Minas e das Baianas de Acarajé, assim como paisagens naturais culturalmente relevantes como a Cachoeira de Iauaretê, entre muitos outros. Este reconhecimento se tornou fundamental para a compreensão de que uma economia criativa brasileira não poderia estar baseada apenas nos produtos culturais finais, mas sim em todas as relações que se constroem durante o processo. Por exemplo, reconhecer apenas o patrimônio arquitetônico do Pelourinho em Salvador-BA, passou a se tornar insustentável sem reconhecer também as Baianas do Acarajé, o azeite de dendê, as roupas e manifestações associadas com aquela região. Uma economia criativa brasileira necessariamente precisava estar fazendo conexões profundas com os processos culturais amplos que produzem os produtos finais.

Francisco Weffort e Celso Furtado estabeleceram um período de estabilidade no MinC, só experimentado anteriormente por Gustavo Capanema ainda na Era Vargas e sem que este estivesse à frente de um Ministério da Cultura propriamente constituído. Não por coincidência, foi nestes períodos, e no seguinte, sob a gestão de Gilberto Gil, que as políticas culturais brasileiras tiveram seus mais robustos avanços. É também durante estes períodos que, através de críticas, reflexões, continuidades de programas e ações, que a sociedade brasileira participou mais ativamente da construção das políticas desse setor. Após os oito anos do governo FHC, o governo Lula assumiu a presidência com a esperança de implementar projetos e bandeiras históricas da luta popular sem com isso desagradar as forças de mercado. O

programa de governo “A Imaginação a Serviço do Brasil” propunha seis eixos estruturantes para a cultura:

a) Cultura como política de Estado;

b) Economia da Cultura;

c) Gestão Democrática;

d) Direito à memória;

e) Cultura e comunicação e,

f) Transversalidade das políticas culturais (CALABRE, 2009).

Para Rubim (2007) o contexto no qual Gilberto Gil, músico tropicalista, exilado pelo governo militar, assumiu a gestão do MinC é de muita complexidade, envolvendo as

> relações históricas entre autoritarismo e intervenções do estado na cultura; fragilidade institucional; políticas de financiamento da cultura distorcidas pelos parcos recursos orçamentários e pela lógica das leis de incentivo; centralização do Ministério em determinadas áreas culturais e regiões do país; concentração dos recursos utilizados; incapacidade de elaboração de políticas culturais em momentos democráticos, etc. (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 29).

Gil adotou em sua gestão um conceito antropológico de cultura ainda mais alargado do que o de Furtado. O Ministro entende que “formular políticas culturais é fazer cultura” e que esta deve ser reconhecida em suas manifestações e não direcionada via políticas públicas. Esta visão fortaleceu a condição da cultura como direito ao invés de recurso, cabendo ao MinC reconhecer e fomentar as múltiplas possibilidades de fazer cultural que a diversidade do povo brasileiro produzia. O MinC passou a atuar considerando, então, três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica[54] e, deste pensamento surgiu a necessidade de reorganizar as Secretarias do MinC. Num primeiro momento elas passaram por uma reestruturação buscando ampliar os campos de ação, abandonando as nomenclaturas específicas dos setores artísticos a que estavam vinculadas (música, artes plásticas, livro e leitura, etc.) e adotando conceitos mais abrangentes, como

- Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais;
- Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais;
- Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais;

[54] A dimensão simbólica é aquela do “cultivo” (na raiz da palavra cultura) das infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões do mundo. [...] A dimensão cidadã consiste no reconhecimento do acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. [...] Na dimensão econômica, inscreve-se o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira (MinC apud BRANDÃO, 2019, p. 4).

- Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural; e
- Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural[55].

Com a elaboração do PPA pela nova gestão, abriu-se a possibilidade de implementar institucionalmente os preceitos do novo governo, transformando as secretarias em:

- Secretaria de Políticas Culturais;
- Secretaria de Programas e Projetos Culturais;
- Secretaria do Audiovisual;
- Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural;
- Secretaria de Articulação Institucional; e
- Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.[56]

Essa simplificação de nomenclatura buscava facilitar o acesso ao MinC, promover uma transversalidade entre os setores e entre o MinC e demais Ministérios, além de criar a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID). A SID buscava institucionalizar políticas voltadas para segmentos da diversidade cultural brasileira até então ignorados pelo governo federal, como os povos indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, crianças, brincantes das culturas populares e a comunidade LGBTQIA+. Foram criados diversos editais de premiação buscando atender as demandas destes segmentos, como o Edital de Premiação das Manifestações Culturais Indígenas[57], o Edital de Culturas Populares[58], o edital Loucos pela Diversidade[59], além de apoio e fomento para as Paradas Gays em todo o país (CALABRE, 2009).

Buscando dados e indicadores para dar suporte para a formulação das políticas públicas, o MinC firmou, em 2004, um acordo de cooperação técnica com o IBGE e com o IPEA a partir dos quais o Ministério se utilizaria de dados já produzidos pelos Institutos, agora aplicando o filtro da cultura e buscando compreender e diferenciar o que poderia ser entendido como um produto cultural e como um serviço cultural (CALABRE, 2007). Somaram-se a esse esforço de diagnóstico cultural do Brasil uma série de eventos de debates, consultas, fóruns e congressos federais, estaduais e municipais encampados dentro

[55] Decreto Nº 4.805, DE 12 DE AGOSTO DE 2003
[56] Decreto Nº 5.036, DE 7 DE ABRIL DE 2004.
[57] O edital premiava projetos inscritos que tinham como objetivo as mais diversas manifestações como a manutenção das línguas originais, a culinária típica, o artesanato, cantos e danças tradicionais, formas de transmitir as técnicas ancestrais, como a arquitetura, o manejo ambiental ou a confecção de canoas, para as novas gerações.
[58] O edital premiava mestres e mestras das culturas tradicionais, de grupos formais e informais, como os relacionados ao caribó, ao fandango, ao bumba-meu-boi, marujadas, folias de reis etc. Foram realizadas sete edições deste edital, sendo a última delas em 2019.
[59] Edital voltado para a premiação de iniciativas culturais realizadas com ou por pessoas com transtornos mentais.

do programa “Cultura para Todos” encorajando a participação dos mais diversos atores sociais e segmentos dos setores artísticos e culturais. Estes eventos ocorreram em todas as cinco regiões do país e no Distrito Federal além de ter sido proposto pelo governo brasileiro para a Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA), evento semelhante que contou com a participação de autoridades dos países de todas as Américas.

O objetivo de toda esta mobilização foi criar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), articulando políticas públicas integradas aos moldes do que o SUS representa na área da saúde. Além da base criada através dos encontros com a sociedade civil, foram firmados acordos institucionais entre governos federal, estaduais e municipais em um Protocolo de Intenções para a criação do SNC, assinado por 21 estados e 1967 municípios. O Sistema Nacional de Cultura (SNC), só foi instituído em 2012, a partir de uma Proposta de Emenda à Constituição[60] e transformada na Emenda Constitucional 71/2010[61]. Ao aderir ao SNC, o ente federado recebia um “Plano de Trabalho” para organizar a gestão de suas políticas públicas de cultura e também uma autorização para participar de editas de cultura do Governo Federal, passando a participar das decisões políticas de cultura do país e podendo receber recursos do Fundo de Cultura.

Para que o SNC fosse construído, em 2005, foi criado o Sistema Federal de Cultura[62] (SFC), integrando toda a estrutura do MinC, incluindo suas autarquias, agências, institutos e conselhos. Pelo mesmo Decreto, o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), foi reorganizado de forma a abarcar a produção resultante de todos os debates provocados na sociedade. Faziam parte do CNPC representantes de diversos setores do governo federal, representantes do setor cultural de estados e municípios, representantes do Sistema S e de entidades relacionadas a cultura, além de diversos representantes das áreas técnico-artísticas dos setores culturais indicados por membros da sociedade civil em colegiados setoriais afins e representantes do patrimônio cultural com cadeiras asseguradas para representantes de culturas afro-brasileiras, de culturas dos povos indígenas e de culturas populares(MARCHETTE; NASCIMENTO; FREDER, 2012). Dessa forma, o governo se abria para a participação popular e para a construção conjunta de políticas públicas de forma jamais experimentada. As Conferências Nacionais de

[60] PEC 416/2005

[61] O Sistema Nacional de Cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade. O SNC é organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (SECULT, 2022)

[62] Decreto Nº 5520 de 24/08/2005

Cultura promoveram o amadurecimento e a consolidação dos ideais para a construção do Plano Nacional de Cultura (PNC)[63].

Gráfico 6 - Componentes do SNC



Fonte: (SECULT, 2022)

Foram realizadas três Conferências Nacionais de Cultura, a primeira em 2005, que produziu dados e indicadores para a elaboração do PNC e apontou a criação do SNC como uma das prioridades; a segunda em 2010, que analisou e votou as prioridades para o PNC, e estabeleceu suas metas para os próximos dez anos, sendo o "marco regulatório para a cultura" a prioridade mais votada; e a terceira, em 2013, que avaliou e analisou o andamento das metas previstas (TURENKO, 2017). O PNC estava organizado em cinco

[63] Segundo Reis (2020, p. 68), O Plano Nacional de Cultura era "um instrumento de planejamento que organiza, regula e norteia as políticas setoriais na perspectiva do Sistema Nacional de Cultura, sendo composto por diretrizes, estratégias, ações e metas que estabelecem os deveres do Estado e a participação social. Sua execução é coordenada, por determinação legal, pelo Ministério da Cultura (hoje, Secretaria Especial da Cultura, incorporada ao Ministério do Turismo)".

capítulos, 14 diretrizes, 36 estratégias, 275 ações e 53 metas. Entre os temas abordados pelo PNC estavam a diversidade cultural, a pesquisa e produção de conhecimento, a criação, fruição, circulação, difusão e consumo da produção cultural, seu financiamento e fomento, entre outros (CALABRE, 2013; SOARES, 2022).

> Em que pese não ter sido a primeira experiência de institucionalização do planejamento da cultura no âmbito federal, foi somente com a instituição do Plano Nacional de Cultura, por meio da Lei nº 12.343 de 2010, que houve de fato um novo arranjo institucional dos órgãos públicos da cultura, arquitetado mediante ampla participação democrática de agentes do setor envolvidos na elaboração do marco legal (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p. 34).

Fiel aos princípios de que "formular políticas culturais é fazer cultura", o MinC buscou formas de reconhecer e fomentar manifestações culturais que estavam excluídas do alcance do Ministério. O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, coordenado por Célio Turino provocou uma revolução nas formas de fomento à cultura ao reconhecer que diversos atores culturais estavam "sem Estado" no seu fazer cultural e que era papel do MinC ampliar suas formas de atuação de forma a amparar aquelas manifestações para que o direito à cultura fosse efetivado. Esse "Estado ampliado" buscou promover o estabelecimento de uma rede entre diversos pontos do Brasil promovendo o fluxo e a troca de experiências, informações e conhecimentos culturais diversos. Estes pontos foram criados em parcerias entre o MinC e diversos agentes culturais, selecionados por edital público, em que Pontos de Cultura seriam reconhecidos por sua atuação cultural.

> Não existiam modelos, ou formatos pré-estabelecidos, cada organização deveria propor um plano de ações que durasse três anos, o período de conveniamento entre as organizações sociais e o governo federal. A única certeza era que cada uma destas organizações passaria a ser chamada de Ponto de Cultura, e atuaria em conjunto com outras ações do Programa Cultura Viva (Escola Viva, Cultura Digital, Agente da Cultura Viva e Ação Griô). O Estado dava total autonomia para a escolha das atividades e a forma de organização da entidade. A proposta defendida pelo governo era de fomentar o protagonismo dos sujeitos (LIMA, 2014, p. 3).

Buscou-se criar uma rede de ação cultural na qual a cooperação ocorresse não apenas entre os Pontos de Cultura e o Estado, mas também entre os próprios Pontos de Cultura. O governo incentivava uma postura crítica e participativa desses Pontos nas ações que seriam tomadas pelo próprio governo. A base desta participação se construiria a partir da autonomia de ação deles em seus territórios e da troca dessas experiências nos diversos encontros regionais e nacionais entre os participantes do Cultura Viva. Preconizava-se tornar as ações conhecidas, apropriadas e transformadas por todos os integrantes do

Cultura Viva. Estes encontros foram chamados de “Teias” e buscavam catalisar e celebrar os fazeres culturais dos Pontos de Cultura bem como dialogar sobre os problemas enfrentados. O governo agia como mediador entre as demandas e desejos da sociedade civil e as estruturas burocráticas do Estado (NUNES, 2011).

> A proposta dos Pontos de Cultura inverte a lógica de atuação do Estado: em vez de levar ações culturais prontas para as comunidades, são estas que definem as práticas que desejam fortalecer, com reconhecimento e apoio do governo. Escolhidos mediante edital público dentre iniciativas já desenvolvidas por organizações da sociedade civil há pelo menos dois anos, em localidades com precária oferta de serviços públicos e equipamentos culturais, nos grandes centros urbanos ou em pequenos municípios, e envolvendo populações de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social, os Pontos de Cultura selecionados tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações em suas comunidades, passando a receber recursos diretos do Fundo Nacional de Cultura – da ordem de R$ 5 mil por mês, por três anos. (COSTA apud JUNQUEIRA, 2017, p. 291)

Os Pontos de Cultura poderiam funcionar em qualquer espaço, de uma garagem a um centro cultural, passando por praças, espaços comunitários, bibliotecas, barcos, ocas, barracões ou qualquer outro espaço que fosse significativo para determinada manifestação cultural. Através de convênio firmado com o MinC receberiam durante cinco semestres, parcelas semestrais de R$30 mil para exercer seu fazer cultural. Parte da primeira parcela deveria ser destinada para a aquisição de equipamento multimídia composto por computador, estúdio para a gravação de CDs, câmera digital, ilha de edição e demais materiais necessários para que a produção fosse registrada e compartilhada na rede dos Pontos de Cultura. Além destes, foram criados os Pontões de Cultura, com atuação regional e com o intuito de apoiar e gerenciar os Pontos de Cultura de uma região. Todos os *softwares* eram fornecidos pelo governo em licença *Creative Commons,* ampliando as possibilidades de acesso, de compartilhamento dos conteúdos, de apropriação destes conteúdos por toda a sociedade e de ressignificação e recriação destes. Gil enxergava os Pontos de Cultura pelo prisma das influências orientais, onde os pontos, assim como os de acupuntura, do *do-in* ou da massagem, ao serem estimulados irradiam e energizam todo o sistema (LIMA, 2014). Através da estrutura livre, em rede, a partir de suas próprias manifestações, as culturas locais seriam amplificadas para todo o Brasil.

Os Pontos de Cultura serviriam como ferramenta de articulação entre o poder público e suas comunidades, através da cultura, promovendo o efetivo direito a ela. Por lidar com um público majoritariamente não acostumado com as burocracias estatais, as formas de reconhecimento, tramitação, efetivação dos recursos e, principalmente, prestação de contas entraram em conflito. As

parcelas começaram a ser adiadas ou a não serem pagas por dificuldades tanto dos Pontos de Cultura de se adequarem aos padrões e formulários exigidos pelo governo federal, como pela enxutíssima estrutura que o MinC dispunha para acompanhar e fiscalizar os projetos. A experiência dos Pontos de Cultura nesta primeira fase, demonstrou empiricamente o conflito inerente entre o fazer cultural e o utilitarismo que se busca dar a ele, subvertendo e colonizando as manifestações culturais, e, consequentemente, as próprias formas de vida (COELHO et al., 2019, p. 380).

Atualmente estão cadastrados 4.244 agentes no Portal Cultura Viva, em mais de 1.000 municípios brasileiros nos 26 estados brasileiros, alcançando cerca de 8 milhões de pessoas (BRASIL, 2023). Com o passar do tempo (e das gestões no MinC), os recursos foram sendo diminuídos e os repasses cada vez mais retidos por questões burocráticas, políticas ou fiscais (ARAUJO DE HOLANDA et al., 2008). Quando assumiu o MinC, em 2011, Ana de Hollanda concedeu entrevistas alegando que a situação era a de um acúmulo de dívidas, formada por um passivo assustador de Pontos de Cultura havia mais de um ano sem receber, rebatendo as acusações de que teria paralisado o programa. Hollanda revisou o programa buscando acabar com as fraudes através de atuação conjunta com a CGU (BARBALHO, 2017). O Programa passou por diversas modificações e adaptações e, em 2014, foi aprovada a Lei 13.018 que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, como forma de institucionalizar o Programa, mantendo sua continuidade. A partir da Lei os convênios foram substituídos pelo Termo de Compromisso Cultural, "Instrumento jurídico que estabelece a parceria entre governo (a União, os estados, o Distrito Federal ou municípios) e o Ponto de Cultura com apoio financeiro", de forma a simplificar a prestação de contas, desburocratizar o processo e descriminalizar muitas entidades com dificuldades administrativas (REIS, 2020).

Além dos Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva atuava através dos programas Agenda Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva e Griô, que buscava registrar e repassar para futuras gerações os conhecimentos tradicionais das comunidades do interior do Brasil (DA SILVA, 2013). A digitalização do mundo e a reflexão sobre a vida em rede foi outra marca da gestão Gil. Se durante muito tempo a atuação das políticas culturais brasileiras estiveram focadas no passado e em sua preservação, ou pior ainda, no combate às manifestações do presente e àquilo que o futuro poderia representar ao *status quo*, Gil, coerente com os ideais tropicalistas que ajudou a criar, se apoderou de seu momento histórico e se utilizou de todas as ferramentas disponíveis para deglutir e misturar as grandes tendências e transformá-las em cultura brasileira (NASCIMENTO, 2015). O MinC abraçou o movimento de s*oftware* livre e todos os conteúdos produzidos foram disponibilizados sob licença *Creative Commons*. A digitalização de acervos, de novas produções, a criação em rede, compartilhando livremente os saberes e fazeres produzidos, a

produção e o livre acesso a dados e indicadores do governo, a promoção da participação direta dos cidadãos em diálogo aberto com o governo inauguraram um polo oposto a todas as outras experiências de governo até então vividas no país (FREIRE; FOINA; FONSECA, 2007).

A gestão Gil se encerrou em 2008 tendo transformado a forma de se enxergar o papel da cultura e do MinC na sociedade brasileira. A desconfiança inicial, as intrigas partidárias e os enormes desafios colocados quando de sua posse foram revertidos em políticas inovadoras, inclusivas e transformadoras da realidade brasileira. Se a prometida (e não realizada) modificação da Lei Rouanet[64], os problemas de gestão dos Pontos de Cultura, e as disputas políticas podem ser apontadas como problemas desta gestão, as sementes plantadas neste período germinaram e pela década seguinte continuaram "refazendo" as políticas de cultura. Houve uma mudança significativa de percepção da cultura, deixando de ser algo para ser apreciado passivamente por uma plateia, para ser entendida como aquilo que é feito por um povo.

No lugar de Gil assumiu Juca Ferreira, então Secretário Executivo do MinC, que manteve as políticas elaboradas no período anterior e passou a se dedicar a transformações mais profundas, como a substituição da Lei Rouanet pelo projeto do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Pró-Cultura), encaminhado ao congresso em 2010 e a regulamentação do Fundo Nacional de Cultura. A série de encontros "Diálogos Culturais" procurou retomar o que o "Cultura para Todos" havia promovido no início da gestão Gil e, através destes encontros, apresentou problemas e propostas de mudanças na Lei Rouanet. O projeto do Pró-Cultura se transformou no PL nº6.722/2010 e chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados, mas ainda aguarda votação no Senado Federal (A. BARBOSA DA SILVA; SÁ, 2021). Neste período houve um significativo fortalecimento das políticas culturais brasileiras, com aumento substancial do orçamento do Ministério da Cultura (MinC) e maior participação do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Essas mudanças foram acompanhadas de um estreitamento das relações com diversas instituições culturais e um maior investimento em projetos culturais. A criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009, também contribuiu para a consolidação da política cultural brasileira. Apesar dos avanços, a gestão cultural enfrentou desafios e instabilidades políticas. A mudança de governo em 2011, com a eleição de Dilma Rousseff, trouxe novas dinâmicas para o setor. A indicação de Ana de Holanda para o MinC, em substituição a Juca Ferreira, gerou debates e insatisfações por parte do setor cultural, que defendia a continuidade da gestão anterior. O contexto político mais amplo, marcado por tensões e negociações partidárias, também influenciou as decisões sobre as políticas culturais.

[64] Houve uma reforma substancial em 2006 e diversas portarias e instruções normativas alterando diversos parâmetros técnicos da Lei buscando a descentralização dos recursos e maior abrangência territorial dos projetos. Além disso, exigências com relação a acessibilidade dos projetos, cobrança e gratuidade de ingressos, limites de cachês e de produções foram estipulados.

Na gestão Dilma Roussef foi criada a Secretaria de Economia Criativa e foi elaborado o "Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014". Esta foi uma nova abordagem com relação à economia da cultura em relação ao que vinha sendo implementada, ou seja, utilizando como única ferramenta, as leis de incentivo e as relações econômicas possibilitadas por cada projeto isoladamente. O debate sobre a Economia Criativa já vinha acontecendo no Brasil, por iniciativa do MinC, desde o começo da gestão Gil com o convênio firmado com o IBGE que abasteceu entre 2003 e 2005, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) com dados sobre a Economia Criativa, apresentado também informações de setores indiretamente ligados à cultura, como o comércio atacadista de computadores e *softwares*, telecomunicações; processamento de dados, digitalização de textos e imagens, hospedagem de páginas e *sites*, distribuição *online* de conteúdo eletrônico, entre outros (REIS, 2011a).

O debate sobre a economia criativa começou a tomar forma em 2004, com a realização da 11ª edição do Encontro quadrienal da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que contou com a participação de Gil, e que no seu documento de encerramento, o "Consenso de São Paulo", enaltecia os benefícios que as indústrias criativas poderiam representar tanto para a cultura quanto para a economia. O tema ganhou tração e, em 2005, o MinC organizou o I Fórum Internacional de Indústrias Criativas em Salvador onde, aos moldes da UNCTAD XI, formulou um documento final, a "Carta de Salvador", que propunha e defendia acordos de cooperação voluntária entre os países do sul global e a criação de um Centro Internacional das Indústrias Criativas, que não chegou a ser constituído. A realização do Fórum Cultural Mundial do Rio de Janeiro, em 2006, promoveu um encontro de três dias com a temática da Economia Criativa, organizado pela Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas do Desenvolvimento (PNUD). Ainda em 2006, o BNDES criou o Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (Procult) voltado, inicialmente, para o setor do audiovisual e, posteriormente, para o patrimônio cultural, artes performáticas, gravações e projetos editoriais e de livrarias. O MinC buscava se articular com outros Ministérios e publicou o "Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil", pensando uma forma de política pública que extrapole as fronteiras do próprio MinC. A II Conferência Nacional da Cultura, em 2010, teve um dos seus eixos dedicados para à economia criativa, no qual segundo Reis

> o que o Ministério definia então por Economia Criativa não revela, porém, maior familiaridade do órgão com o tema. Nele, economia criativa foi reduzida a mecanismos de financiamento à cultura (em especial como crítica eivada de proselitismo, no que tange à revisão da Lei Rouanet); sustentabilidade das cadeias culturais; e geração de emprego e renda (REIS, 2011a, p. 14)

A Secretaria de Economia Criativa (SEC) foi criada nesse contexto, encabeçada pela ex-Secretária de Cultura do Ceará Claudia Leitão e a elaboração do Plano buscou explicitar as diferenças e demarcar claramente seu campo de atuação. Partindo de uma contextualização crítica sobre as discussões internacionais relacionadas à Economia Criativa, das estratégias em que era utilizada unicamente pelo viés econômico (SEC, 2011, p. 11), para a SEC, a economia criativa seria o meio pelo qual este desenvolvimento se ressignificaria, porém partindo de conceitos e pressupostos nacionais: uma economia criativa brasileira. A partir de uma abordagem crítica dos preceitos ingleses e reivindicando a elaboração de uma política dentro da realidade brasileira, o Plano propôs quatro princípios norteadores: inclusão social, sustentabilidade, inovação e diversidade cultural brasileira.

Buscou se afastar das *creative industries* e propôs a adoção de setores criativos como forma de representar os diversos "conjuntos de empreendimentos que atuavam no campo da economia criativa" assim entendidos como aqueles que tinham como processo principal o ato criativo de valor simbólico nas atividades produtivas e que resultariam na produção de riqueza cultural e econômica (SEC, 2011). O escopo dos setores criativos foi apresentado dentro da classificação que o MinC já utilizava, expandindo-a para atender os "setores de base cultural, com um viés de aplicabilidade funcional", conforme o gráfico 7 abaixo.

Enquanto a Economia Criativa britânica estava baseada na propriedade intelectual e em sua defesa (propondo legislação e formas de garantir a proteção ao acesso e ao uso), a SEC entendia que a realidade brasileira necessitava da fácil circulação das informações e de amplo acesso à produção criativa brasileira, tornando os bens culturais e as inovações elementos de capacitação da população e instrumentos de pleno exercício da cidadania. A proposta de repensar o desenvolvimento a partir da Economia Criativa foi articulada através de uma ideia de construção em rede na qual o MinC agiria como um articulador dos diversos programas já existentes, e relacionados à cultura, em outros Ministérios como o das Cidades, da Educação, do Comércio Exterior, da Justiça, de Ciência e Tecnologia, entre outros, tendo sido priorizados cinco desafios para construir e implementar políticas públicas concretas e efetivas: levantamento de informações e dados da Economia Criativa; articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos; Educação para competências criativas; infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos; criação/adequação de Marcos Legais para os setores criativos (SEC, 2011).

> Essa proposta é tão ousada quanto instigante. Não obstante, ela impõe grandes desafios. Ao propor uma política para economia criativa que a coloca no centro de um projeto de desenvolvimento nacional, o MinC acaba submetendo a cultura aos objetivos de inovação, sustentabilidade e inclusão social. A sua maneira, também os governantes brasileiros trazem a cultura das margens para o centro do pensamento econômico e político. Isso altera por completo a lógica do próprio Ministério. (DE MARCHI, 2014, p. 210)

Gráfico 7 - Escopo dos Setores Criativos Ministério da Cultura (2011)



Fonte: (SEC, 2011, p. 29)

Para cumprir estes desafios, o Plano propôs dois vetores de atuação: um de Desenvolvimento e Monitoramento (macroeconômico ou estruturante); e outro de Empreendedorismo, Gestão e Inovação (microeconômico ou empreendedor). Desta estrutura, chama a atenção a relevância dada ao território, trazendo a ideia de territórios criativos, como sendo espaços com potencial para a geração de trabalho, emprego e renda. Mas, mesmo com tais aportes, após esse curto período de existência, a SEC foi transformada em um órgão interno da MinC relativo à economia da cultura sem maiores preocupações ou relevância na ideia de desenvolvimento do país.

Gráfico 8 - A economia criativa brasileira – vetores e eixos de atuação



Fonte: (SEC, 2011, p. 42)

Analisando esse histórico e as formas que a economia criativa se desenhou institucionalmente, abre-se a possibilidade de repensar e de formular outros parâmetros para uma epistemologia relacionada a uma economia criativa brasileira. Exploraremos uma possibilidade de um outro conceito para uma economia criativa brasileira no capítulo 9 desta tese.

5. Capítulo 5 - O nó crítico da economia criativa sob o fenótipo das cidades criativas

O modo de produção capitalista, em sua fase atual, tardia, se expressa a partir da criação e permanente de crises como formas de elevar o poder do capital. Estas crises se irradiam para as mais diversas esferas (planejamento territorial e cultura incluídos) levando a respostas específicas, como é o caso da economia criativa. O planejamento territorial tem se multifacetado em abordagens que apostam em adjetivos cada vez mais imagéticos e generalistas, como “inteligente”, “sustentável”, “estratégico”, “saudável”, que acabam por refletir mais os desejos do planejador do que das populações atingidas. A partir das novas formas de produção empreendidas neste início de século XXI, baseadas na digitalização, na automatização, na *big data*, ou seja, naqueles procedimentos que estamos chamando de Quarta Revolução Industrial e que têm como palavras-chave a criatividade e a inovação, o planejamento territorial tem se voltado para encontrar maneiras de acompanhar e atender às demandas deste novo contexto. Criatividade e inovação estão também nas bases daquilo que se chama de “Cidades Criativas”, porém por um outro viés. As cidades criativas podem ser entendidas como respostas do planejamento territorial a partir das transformações digitais, mas também podem representar outras concepções de mundo. Devemos entender a cidade em suas múltiplas camadas, partindo de seu corpo, sua materialidade física, suas construções; compreendendo que há vida neste corpo através de suas redes sociais, políticas, ambientais, de mobilidade; e que há uma alma, ou seja, as pessoas, suas culturas, seus ideais, suas vocações, que sustentam a cidade (FERRÃO, 2003). A criatividade aplicada às cidades deve buscar compreender todas estas dimensões.

5.1. A Rede de Cidades Criativas da UNESCO

A cultura tem assumido diferentes formas para ser incorporada nas políticas públicas ao longo do tempo. Apesar da criatividade, a nova roupagem para o uso da cultura, estar em maior evidência nas últimas três décadas, a cultura, de certa forma, sempre balizou as premissas de participação e colaboração entre as diversas nações nas instâncias internacionais. Desde a fundação da Organização das Nações Unidas a cultura vem sendo incluída nos objetivos e missões da ONU como forma de união entre os povos. Esse papel é tão relevante que uma das agências da ONU é dedicada a estudar e elaborar ações e estratégias relacionadas a cultura: a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A UNESCO surgiu no pós-guerra como uma ampliação da Conferência dos Ministros da Educação dos Aliados (CAME), formada em 1942, no Reino Unido, com representantes dos governos dos países Europeus, como uma forma de pensar estratégias de reconstrução dos sistemas de educação quando a paz fosse restaurada. Os ideais da Conferência se espalharam rapidamente e ganharam contornos universais, especialmente depois da adesão dos Estados

Unidos. Com a criação da ONU, as propostas da CAME foram incorporadas pelos quarenta e quatro países fundadores e passaram a guiar os preceitos de uma cultura de paz que estabeleceria a solidariedade moral e intelectual da humanidade. A UNESCO foi criada em 16 de novembro de 1945 buscando a manutenção da paz entre as nações a partir da cooperação entre as nações nas áreas da educação, da cultura, da comunicação, das ciências naturais e das ciências humanas e sociais. A partir das metas e programas acordados entre os estados membros a agência desenvolveu projetos de cooperação e auxílio na formulação e políticas públicas com governos, sociedade civil e iniciativa privada. A UNESCO é vista como um laboratório de ideias da ONU e dessa visão surgiram diversos relatórios, planos e acordos buscando a sustentabilidade e a melhor utilização dos recursos naturais, elaborados através de encontros e acordos como a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, a AGENDA 21, e atualmente a Agenda 2030, que definiu os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável através da cooperação entre os países (UNESCO, 2019a).

Com o desenrolar de suas atividades e programas, o perfil da UNESCO foi se transformando em uma busca pela "sustentabilidade". A cultura então estaria inserida como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável por seu caráter plural e diverso. A ideia de que a cultura é um dos eixos de desenvolvimento para os países vem sendo trabalhada pela Agência desde a sua fundação e, efetivamente, a partir da década de 1960, com o reconhecimento das indústrias culturais. Na década de 1970, houve uma primeira crítica a uma visão reducionista e economicista da vida e, com a Mondiacult - Conferência Mundial Sobre Políticas Culturais, em 1982, a UNESCO colocou em discussão o papel da cultura no desenvolvimento econômico. A partir daí diversos encontros, fóruns e relatórios foram elaborados para fortalecer o desenvolvimento a partir da cultura através da colaboração entre os países. Em 2002, foi elaborada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, que lançou as bases para a criação de uma rede de cooperação visando enfrentar os desafios propostos por uma economia baseada na inovação e na informação no mundo globalizado.

Como discutido anteriormente, durante o século XX, por diversos momentos, a cidades foram reconhecidas como o lugar de desenvolvimento e valorização da cultura. Através das suas manifestações no território, seja através do espaço construído, do patrimônio histórico, material, imaterial e natural, seja através da forma como as pessoas se comportam no seu dia a dia ou através das artes, as cidades passaram a enxergar oportunidades para o desenvolvimento urbano e econômico. Por muitas vezes este reconhecimento se materializa em estratégias, programas, planos e ações voltados para a melhoria da imagem das cidades buscando atrair investimentos e turistas. Com o problema do constante crescimento das populações urbanas em discussão, a 170° reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) entendeu que para enfrentar a competição internacional das cidades seria necessária a criação de uma rede de cooperação mútua. A proposta veio do governo britânico e foi acatada pela Unesco buscando, a princípio,

tentar subverter o modelo de concorrência e de competição internacional por investimentos ao postular que a cultura local, a inclusão social, a troca de saberes e fazeres, sejam também favorecidas com a promoção da sustentabilidade. A ideia de uma rede estava alinhada com o espírito do momento, de globalização e digitalização da vida, com a crescente popularização da internet.

> No momento da sua concepção, a Rede de Cidades Criativas também era vista como uma iniciativa da 'Aliança Global para a Diversidade Cultural', uma plataforma criada pela Unesco em 2002 para estimular parcerias entre o público, o privado, atores da sociedade civil como forma de fortalecer as indústrias culturais no desenvolvimento dos países e promover a diversidade das expressões culturais (ROSI, 2014, p. 108)[65]

Dessa forma, a Rede de Cidades Criativas da Unesco foi criada em 2004 com uma "missão em comum entre seus membros: colocar a criatividade e as indústrias culturais no coração dos planos de desenvolvimento em nível local e cooperar ativamente em nível internacional"[66] (UNESCO, 2019a)

Figura 5 - Mapa Rede Cidades Criativas da UNESCO 2021



Fonte:(UNESCO, 2019b)

Os objetivos da Rede de Cidades Criativas da Unesco são ambiciosos e procuram agir tanto em âmbito local quanto em âmbito internacional. Enquanto as ações relacionadas com o compartilhamento de programas e ações por todas as cidades integrantes da rede parece mais fácil de atingir, as ações

[65] At the moment of its inception, the Creative Cities Network was also seen as an initiative of the ''Global alliance for cultural diversity", a platform created by UNESCO in 2002 to stimulate partnerships between private, public and civil society actors in order to strengthen cultural industries in developing countries and promote the diversity of cultural expressions.

[66] work together towards a common mission: placing creativity and cultural industries at the core of their development plans at the local level and actively cooperating at the international level

relacionadas à distribuição da produção cultural, da integração de planos locais com internacionais ou a realização de projetos piloto parecem muito mais difíceis de serem atingidos de maneira satisfatória[67]. Inicialmente a Rede de Cidades Criativas da Unesco se concentrou em temas centrais relacionados às artes e às manifestações tradicionais. Com o fortalecimento das ideias da Economia Criativa, o campo de atuação foi expandido buscando formas de medir os impactos sociais e econômicos destas ações. Atualmente 246 cidades, de 80 países, fazem parte da rede, número que vem crescendo a cada novo período de inscrição de novos membros. Para se juntar à Rede as candidaturas das cidades devem escolher um dos campos temáticos ao qual percebem maior potencial de desenvolvimento socioeconômico e cultural entre literatura, cinema, música, arte popular, design, tecnologia da informação/artes midiáticas ou gastronomia. Ao se juntar à Rede, as cidades se comprometem a cumprir diretrizes relacionadas ao fortalecimento da criação, produção, distribuição e disseminação de produtos e serviços culturais e a compartilhar suas experiências com os demais membros.

Para fazer parte da Rede, a cidade deve cumprir uma série de requisitos como aprovação do Estado Nacional, aprovação das Associações Profissionais, apresentar formas de financiamento das atividades propostas, criar grupos de gestão e análise específicos, além de Planos e Propostas de ação para o setor escolhido. O pedido de inscrição deve ser apresentado à Unesco com um histórico da atuação cultural, artística e educacional da cidade, através de projetos, feiras, eventos, que foram realizadas (FERREIRA, 2017). Após serem admitidas na Rede, as cidades passam a ter o direito de usar o nome da Unesco nos seus programas e projetos. Em contrapartida, usam de toda a sorte de estratégias desenvolvidas pela Rede para criar festas, eventos,

[67] A Rede de Cidades Criativas da UNESCO visa:

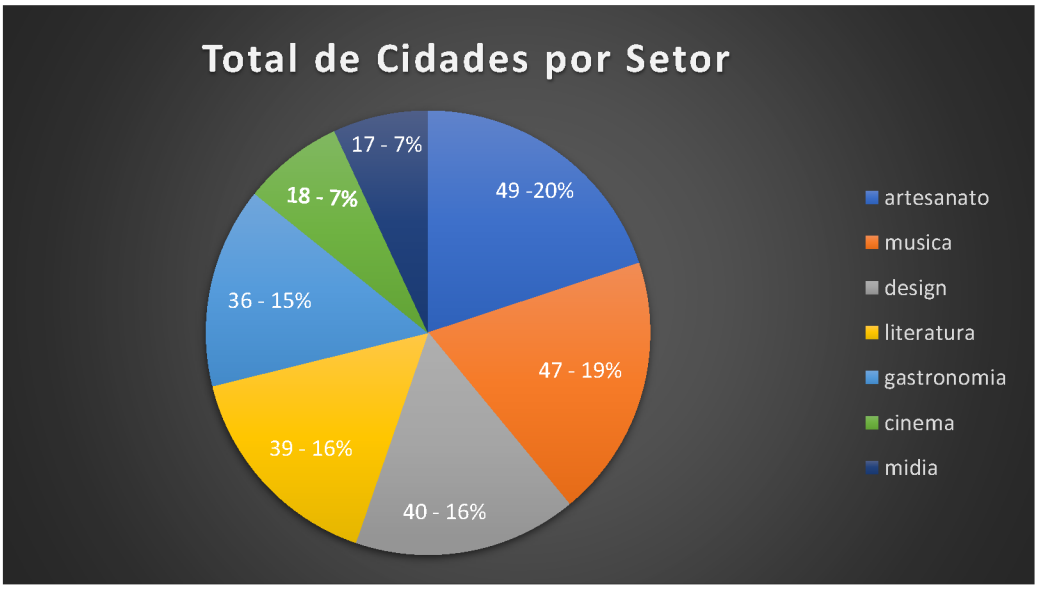
- Fortalecer a cooperação internacional entre cidades que reconhecem a criatividade como um fator estratégico de seu desenvolvimento sustentável;
- Estimular e aprimorar iniciativas lideradas por cidades membros para tornar a criatividade um componente essencial do desenvolvimento urbano, especialmente por meio de parcerias envolvendo o setor público, privado e a sociedade civil;
- Fortalecer a criação, produção, distribuição e disseminação de atividades, bens e serviços culturais;
- Desenvolver centros de criatividade e inovação e ampliar oportunidades para criadores e profissionais do setor cultural;
- Melhorar o acesso e a participação na vida cultural, bem como o gozo de bens e serviços culturais, especialmente para grupos e indivíduos marginalizados ou vulneráveis;
- Integrar plenamente a cultura e a criatividade nas estratégias e planos de desenvolvimento local.

Os objetivos da Rede de Cidades Criativas da UNESCO são implementados tanto no nível das cidades quanto no nível internacional, especialmente por meio das seguintes áreas de ação:

- Compartilhamento de experiências, conhecimentos e melhores práticas;
- Projetos piloto, parcerias e iniciativas associando o setor público, privado e a sociedade civil;
- Programas e redes de intercâmbio profissional e artístico;
- Estudos, pesquisas e avaliações sobre a experiência das Cidades Criativas;
- Políticas e medidas para o desenvolvimento urbano sustentável;
- Atividades de comunicação e sensibilização. (UNESCO, 2020c).

festivais, programas e projetos para promover o desenvolvimento baseado na criatividade.

Gráfico 9 - Total de Cidades Por Setor



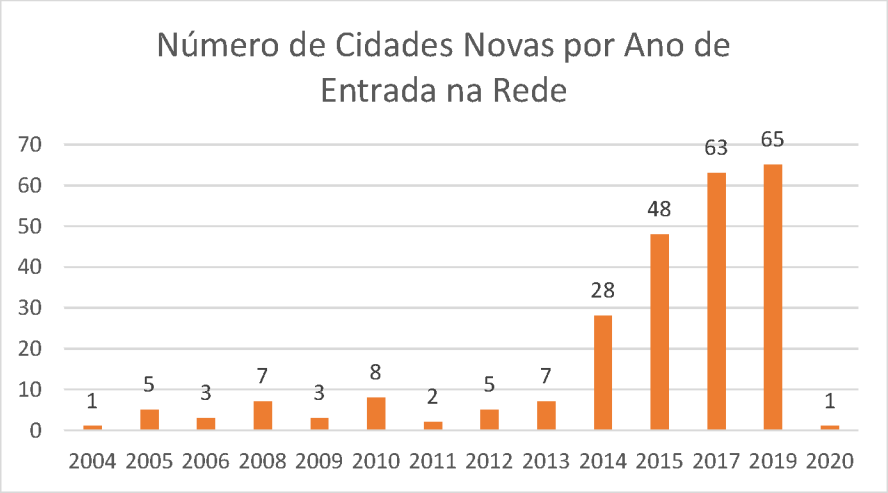
Fonte: Unesco, 2020 - Elaboração do Autor

Todas as informações sobre o desenvolvimento dessas ações, com relatórios sobre as metas alcançadas, o planejamento e as estratégias de desenvolvimento devem ser apresentados à Unesco. Caso isso não ocorra, a cidade pode receber duas advertências por escrito e, inclusive, ser convidada a se retirar da Rede. Essas experiências são trocadas em conferências anuais, cada uma com sede em diferentes cidades membro, onde também são discutidas questões relativas à operação da Rede e seu futuro, propostas e metas para cada departamento, com troca de experiências e planos além da seleção de novos integrantes. A primeira Conferência aconteceu em 2008 e, até 2014, os temas giraram em torno de formas para promover o desenvolvimento a partir da criatividade e encontrar fontes de financiamento para a efetivação dos projetos. Em 2014, houve uma mudança de foco para alinhar os seus objetivos com os objetivos estratégicos de desenvolvimento da ONU e, com o advento da Agenda 2030. Em 2015, a Rede de Cidades Criativas se tornou uma plataforma ideal para a implementação das metas e objetivos da Agenda ao traçar como caminho a criatividade, a inovação e as novas ideias, através do compartilhamento de projetos e do suporte para pesquisadores, jornalistas, professores e artistas (UNESCO, 2019a).

Do momento de sua constituição, em 2004 até 2008, momento da primeira conferência da Rede, apenas nove cidades faziam parte dela. Duas conferências foram realizadas em 2008 fazendo com que essas nove cidades se tornassem 19 no ano seguinte. Até o ano de 2013, o número de novas cidades membros se manteve dentro

de uma dezena a cada nova conferência, variando entre duas a oito novas cidades. A partir de então, houve um salto no número de novas cidades membro, de 29 para 47 em 2014, passando para 64, em 2016 até chegar a 66 até 2021.

Gráfico 10 - Cidades Admitidas por Ano na Rede



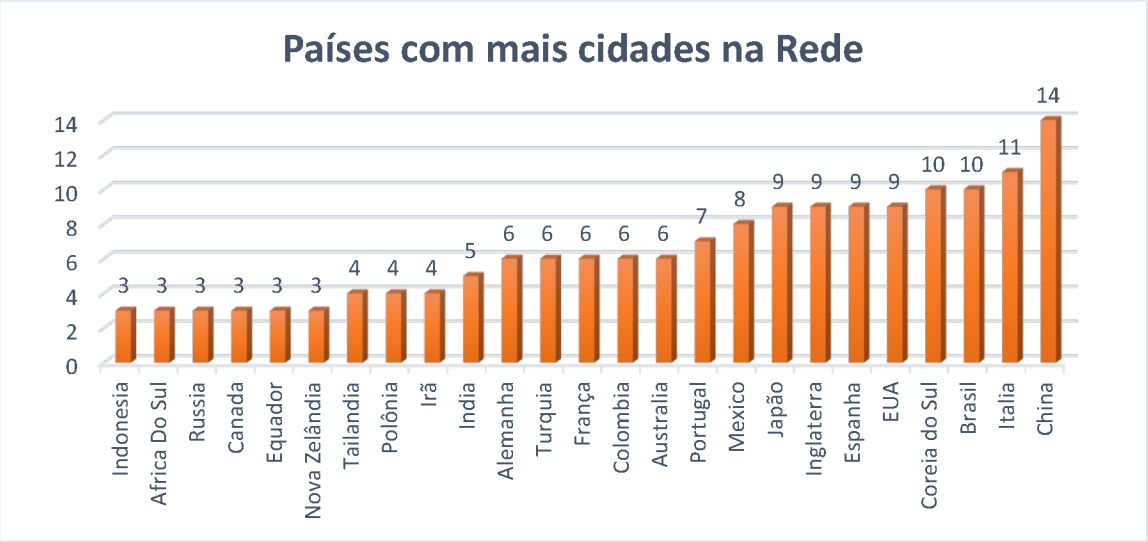
Fonte: (UNESCO, 2020) Elaborado pelo autor

Esse crescimento de cidades membro chama a atenção. Em 2019, as cidades brasileiras buscando entrar na RCCU, foram Aracaju (SE), Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), Cataguases (MG), Diamantina (MG), Duque de Caxias (RJ), Fortaleza (CE), Imbituba (SC), Itaboraí (RJ), Niterói (RJ), Novo Hamburgo (RS), Pelotas (RS), Rio das Ostras (RJ), Santana de Parnaíba (SP), São Paulo (SP) e Taubaté (SP), sendo Fortaleza e Belo Horizonte selecionadas. Mas terá a Rede de Cidades Criativas da Unesco conseguido atingir seu objetivo principal e as cidades do mundo inteiro estão se desenvolvendo a partir de sua cultura e passaram a buscar a plataforma da Unesco para trocar e compartilhar suas experiências?

> É compreensível que a vasta maioria dos lugares tente fazer parte da Rede para aumentar sua presença e imagem internacional, sua projeção econômica ou pelos impactos no turismo. Maiores considerações éticas ou preocupações globais estão longe de seus ideais. (...) Por exemplo para Beijing, Seoul, Cingapura, Montreal ou Budapeste está claro que o *design thinking* está profundamente ligado com a próxima etapa de direcionamento da economia baseada na inovação e consideraram a filiação à Rede como parte de um conjunto de movimentos estratégicos. É por isso que tantas se filiaram na categoria de *design*. Cidades asiáticas enxergam a Unesco como um ativo problemático, poderoso, subvalorizado com uma marca sólida, como os times de futebol. Agentes financeiros asiáticos têm apostado em clubes como Manchester City, Inter de Milão, Atlético de Madrid ou Aston Villa. Seus investimentos foram efetivos em termos de retorno. Lhes deu exposição e ajudou a colocar a Economia Criativa Chinesa no mapa." (LANDRY, 2017, p.

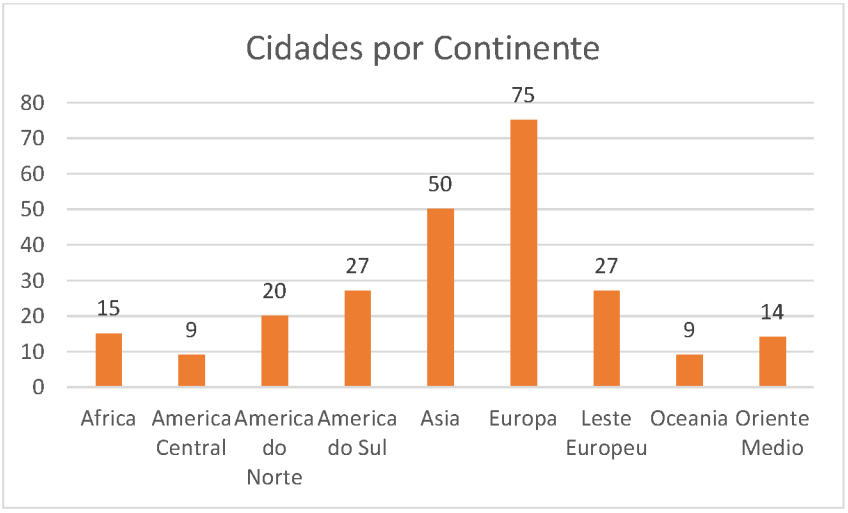
41)[68]

Gráfico 11 - Países com mais cidades na RCCU



Fonte: (UNESCO, 2020c) *elaboração do autor*

Gráfico 12 – Cidades integradas à Rede da Unesco Por Continente



Fonte: (UNESCO, 2020c) *Elaborado pelo autor*

[68] Understandably the vast majority of places tried to become part of the network to increase their international presence and image, economic prospects or tourism impacts. Wider ethical considerations or global concerns were far from their mind. (…)For instance Beijing, Seoul, Singapore, Montreal or Budapest are clear that design thinking is deeply linked to the next phase of the innovation driven economy and considered membership UCCN as part of a suite of strategic moves. This is also why so many joined the design category. Asian cities saw UNESCO as a troubled, powerful, undervalued asset with a solid brand, like the football teams Asian financial magnets have taken stakes in like Manchester City, Inter Milan, Atletico Madrid or Aston Villa. It was also part of their soft power strategy as UNESCO was like a sleeping beauty. Their investment was effective in terms of returns. It gave exposure and helped too to put the Chinese creative economy on the map.

A Unesco mudou o critério de “porque você merece isso” para “o que você espera alcançar”. Se no começo da RCCU para uma candidatura ser admitida ela precisava comprovar a existência e bom uso de seus centros culturais, de um sistema educacional forte, de eventos relevantes, agora esses fatores passaram a ser objetivos a serem alcançados após a designação. Isso modificou um pouco o perfil das cidades admitidas na Rede, fazendo com que cidades pequenas passassem a ser admitidas (LANDRY, 2017). Ferreira (2017) elenca três pontos principais para justificar essa procura: a chancela da Unesco; a validação de ações e investimentos internacionais em nome da “criatividade”; além das estratégias de *city marketing* baseadas em uma imagem construída das cidades.

A chancela da Unesco serve tanto para “definir” qual cidade é criativa e qual não é, assim como serve também para determinar qual categoria criativa (artesanato e arte popular, artes e mídia, design, filme, gastronomia, literatura ou música) define melhor a cidade como criativa. Ao escolher uma categoria em detrimento das demais, toda a complexidade de relações culturais e sociais que, inclusive, possibilitam a existência da manifestação escolhida, passa a ser, de certa forma, apagada ou diminuída. Essa escolha por uma categoria acaba por fazer com que as ações culturais, programas e projetos na esfera governamental tendam a girar em torno deste setor específico transformando todo o complexo de manifestações que definem aquela cidade em um discurso único, chancelado por um órgão internacional. Ao propor um protocolo único de inscrição a Unesco acaba por homogeneizar as diferenças e dá o primeiro passo para uma padronização internacional da criatividade, passando a ser a controladora de uma política neoliberal, transpondo a cidade enquanto “espaço de lugar”para “espaço de fluxos”, convertendo-a em uma cidade genérica (FERREIRA, 2017).

Essa “cidade genérica” se dá não pela perda de sua identidade, mas por submeter sua identidade, suas particularidades a protocolos internacionais, criando uma inversão de fins (a valorização da singularidade das manifestações de cada lugar) pelos meios (desenvolvimento de atividades e programas visando repercussão e o fortalecimento de um discurso atrativo ao capital internacional), já que os lugares são apropriados de forma massificada e padronizada, inseridos na lógica capitalista da competição (WEILER, 2017).Dentro desta perspectiva, a validação de ações e investimentos internacionais em nome da “criatividade” acaba por criar um discurso que não necessariamente encontra respaldo no território. Cria-se um símbolo artificial que passa a determinar as ações do poder público e do político de ocasião ao invés de um projeto de Estado. Analisando as cidades brasileiras, Ferreira (2017) constatou que há semelhanças no processo de candidatura – normalmente a Prefeitura Municipal inicia o processo, depois busca-se apoio de gestores e a escolha do setor é determinada por políticas públicas atualmente em desenvolvimento no município, buscando viabilizar futuras ações, selecionando-se aquela que trará maior visibilidade da cidade na rede global. Atualizando esta análise através dos relatórios disponíveis nos sites da RCCU e das próprias cidades, constatou-se que há uma

falta generalizada de informações, de atualizações ou simplesmente não há mais nenhuma informação. Das dez cidades brasileiras integrantes da RCCU, apenas quatro delas disponibilizam seus relatórios, planos de ação e site atualizados. Duas trazem informações parciais ou incompletas dificultando o acesso às ações que possam estar sendo executadas. As outras quatro cidades não disponibilizam nem seus relatórios, nem seus programas e ações, e nem mesmo um *site*. Isto quer dizer que, aparentemente, fazer parte da RCCU tem tido uma vida curta em algumas cidades brasileiras.

Analisando as ações e programas das cidades brasileiras disponíveis, percebe-se uma tendência de ações voltadas para a criação de espaços culturais, de eventos e festas relacionadas ao setor em que elas se filiaram e de estratégias de projeção internacional da imagem construída. Poucas, e louváveis, são as ações que buscam a participação, a produção e a valorização das populações locais. As cidades passaram a utilizar de seus modos, saberes e fazeres locais para se moldarem às necessidades da RCCU e nem sempre essas necessidades correspondem às demandas da população das cidades.

Tabela 5 - Relatório de Ações das Cidades Brasileiras na RCCU

Cidade	**Setor**	**Relatório**	**Site**	**Programas**	
Paraty	Gastronomia	sim	sim	sim	• Festivais gastronômicos • Parcerias com Sebrae • Participação nos encontros da RCCU • Integração com a FLIP • Roteiros gastronômicos locais • Aulas de culinária • Mesas de debates e rodas de conversas • Mapeamentos culinários • Mapeamento de agricultura familiar • Filme "Eu sou Gastronomia" • Escola de Comer (merenda escolar) • Programa de Qualificação para Jovens • Programa de Engajamento
João Pessoa	Artesanato	sim	sim	sim	• Pesquisa • Mapeamento • Prêmios • Feiras • Festas • Sede de Encontro da RCCU • Salão de Design • Criação do Celeiro Criativo • (HUB e Centro Cultural) • Cursos de formação
Fortaleza	Design	sim	sim	sim	• Distrito Criativo • Centro de Design Ceará • Laboratório de Inovação • Parceira com SEBRAE

Cidade	Setor	Relatório	Site	Programas	
					• Observatório do Design • Programa de Cooperação e • Intercâmbio
Belo Horizonte	Gastronomia	parcial	sim	sim	• Reocupação de espaços ociosos com atividades culturais • Gastronomia Sustentável • Eventos gastronômicos nos bairros • Conselho gastronômico • Turismo Gastronômico • Promoção Internacional • Rota Modernista • Revista Eletrônica trilíngue • Seminário Cidades Inteligentes
Santos	Cinema	não	sim	parcial	• Cine Escola • Parque de Tecnologia • Setembro Criativo • Bolsa na Universidade Unimonte
Florianópolis	Gastronomia	não	parcial	parcial	• Observatório da Gastronomia • Confraria da RCCU • Festival de Gastronomia • Prêmio Bienal para restaurantes • Guia anual de gastronomia
Brasília	Design	Não	não	não	• Lei de Incentivo • Plano de Cultura • Branding • Projetos com Detroit e Buenos Aires
Salvador	Música	não	não	não	• Museu da Música • Espaços da Música ao ar livre • Afródromo • Residências artísticas • Fórum Salvador Capital da Música
Belém	Gastronomia	não	não	não	• Centro Global da Gastronomia e da biodiversidade • Criação de boulevard dedicado as artes • Criação do museu da comida • Criação da Casa das Ervas eEspeciarias • Restaurante Campo para a Mesa com produtores locais.
Curitiba	Design	não	não	não	• Cooperação com membros da rede

Fonte: UNESCO, 2020 elaboração do Autor

Analisando estes dados fica difícil desvincular a ideia de “criativo” da espetacularização e do objetivo de inseri-las no cenário internacional, além do reducionismo que está associado à categoria selecionada. Ao mesmo tempo que estes programas e ações buscam destacar as singularidades e valorizar as potencialidades de cada uma das cidades, eles as transformam em mercadorias, em cidades genéricas, abertas para a especulação.

Para conseguir medir o impacto da Rede nas cidades e se seus objetivos estão sendo atingidos seria preciso conseguir identificar quando os propósitos emoldurados pela RCCU, de construir o "caminho para a inclusão, resiliência e sustentabilidade" (UNESCO, 2019a) são buscados e quando eles apenas serviriam de justificativas para ações de *marketing*, favorecendo processos de gentrificação, sem participação social e levando a cabo modelos de desenvolvimento "adequados ao circuito global de circulação do capital" (FERREIRA, 2017).

Diante deste cenário, a própria Unesco encomendou uma consultoria ao urbanista Charles Landry, em 2016, em parceria com *Östersund, Mannhein, Heidelberg* e a *Mid-Sweden University* para avaliar a situação da Rede de Cidades Criativas e propor alternativas. Landry organizou grupos de trabalho analisando os materiais produzidos pela RCCU, entrevistando as cidades membro e incorporando boa parte das críticas ao relatório. Foram indicadas oito falhas e propostas doze recomendações urgentes para tornar a Rede mais vital e sustentável. Landry propôs novas diretrizes para o funcionamento da Rede e discutiu abertamente as críticas que as cidades criativas sofrem. Segundo o relatório, as ações da Rede deveriam ser pensadas de forma a realmente integrar seus membros; os objetivos da Rede e sua visão deveriam também ser repensados, bem como sua missão; os papéis que o Secretariado e que a própria Rede desempenha deveriam ser reavaliados e transformados de forma a combinar realismo e idealismo, assim como o papel das artes e dos campos culturais precisariam ser explicitamente argumentados e justificados (LANDRY, 2017).

A questão do crescimento da Rede também foi abordada. A preocupação era explícita e latente, havendo diversos relatos das cidades membro com suas visões e impactos provocados. Da mesma forma que as cidades incorporadas há mais tempo na Rede foram se desengajando, as novas traziam novos impulsos. Com mais cidades, haveria maior reconhecimento global ao mesmo tempo que a credibilidade ficaria diluída. Com a mudança do critério, realizada pela própria Unesco, de "porque você merece isso" para "o que você espera alcançar", modificou-se também um pouco o perfil das cidades admitidas, fazendo com que outro perfil de cidades passasse a requisitar a filiação, notadamente aquelas pequenas e afastadas das capitais. Como bem apontou Landry (2016), o mesmo processo ocorreu com as Cidades Europeias de Cultura e com a Rede Intercultural de Cidades, no qual estas passaram a estar menos focadas em criar uma rede e mais em estabelecer uma ferramenta de *marketing*. Para além disso, houve um desequilíbrio entre as regiões do mundo que possuíam maior número de representantes e outras sub-representadas, considerando a hegemonia de alguns aspectos como, por exemplo, a predominância da língua inglesa no ambiente de comunicação (LANDRY, 2017).

A Rede foi tratada com destaque no relatório, não só pelo que ela representa, mas também pela imagem que produz e dimensão que tomou com a adesão de tantas cidades envolvidas. Há ainda discursos por parte das cidades de um certo apelo à exclusividade ou a um desejo de escassez de vagas como forma de valorizá-la.

Percebe-se que ela tem maior impacto nas cidades de segundo e terceiro escalão e principalmente nas menores. Enquanto as maiores enxergam-na como uma forma de valorizar seu passe internacional, as pequenas encontraram uma forma de se inserir em uma rede global. A proposta de modificar os objetivos de crescimento da Rede e de permitir um máximo de 25 novos membros a cada dois anos parece atender a estas duas perspectivas tão diferentes.

Por fim, a questão da espetacularização, do *city marketing* e da criação de imagens das cidades como forma de atração de capital especulativo no mercado internacional foi outro aspecto apontado no relatório. De acordo com as entrevistas apresentadas, fica claro que as motivações, expectativas e realizações de cada cidade são diferentes. Algumas buscam reconhecimento através do selo da Unesco, outras uma forma de catalisar novas ambições de desenvolvimento, e, especialmente as que têm grande participação no campo da cultura, alavancar seus projetos e programas a partir da obtenção do selo. A criação dessa imagem agradável a olhos externos se profissionalizou a ponto de consultorias internacionais se especializarem em escrever as candidaturas de cidades que estão começando a se inserir no cenário internacional. A voz da cidade deixa de existir para dar lugar à visão externa, voltada a atender às demandas e planilhas de uma organização global, que é fabricada. A expectativa das cidades de se colocar em um radar internacional é uma constante.

O impacto que o título de "Cidade Criativa da Unesco" representa é valorizado de diversas maneiras, seja através da cobertura da imprensa, do discurso político que recolhe seus dividendos durante todo o processo, seja no investimento em ações e programas relacionados à economia criativa. O selo da Unesco promove um *status* e ajuda a abrir portas de agências de fomento no mundo inteiro. Algumas cidades, principalmente do leste asiático reportam ainda como o selo foi benéfico para acelerar processos burocráticos e pressionar os governos locais para a realização de projetos. Afirmações como essas devem ser colocadas em perspectiva, pois o selo da Unesco pode estar sendo utilizado como ferramenta de especulação. As realidades das cidades membro são tão díspares que, ao mesmo tempo que em algumas os grupos gestores criados para lidar com a RCCU funcionam a pleno vapor, em outras, incluindo boa parte das cidades brasileiras, a obtenção do título serviu para um momento político específico, sendo que após a mudança de gestão, ou de partido político, toda a estrutura relacionada à participação na RCCU foi desmontada ou colocada em espera e mesmo assim a cidade continuou se beneficiando com a exposição internacional. A realidade dos lugares parece ter pouca relevância na forma como as cidades são vistas internacionalmente. Nesse sentido a recomendação 10 chama a atenção:

> A des-designação das cidades deveria ser mais simples e os procedimentos tomarem menos tempo. Ser chamada de cidade criativa é uma honra que não deve ser levada de

> forma efêmera. (LANDRY, 2017, p. 15)[69]

A Rede de Cidades Criativas da Unesco surgiu da perspectiva de que arte e cultura são elementos essenciais para o desenvolvimento da humanidade dentro de uma cultura de paz e de cooperação. Adequar estes conceitos para uma comunidade global moldada pela competição e pela acumulação é um desafio gigantesco. O *know-how* da Unesco ao tratar do patrimônio histórico e o da Unctad, ao projetar oportunidades para o futuro, são dois universos diferentes. A RCCU tenta formar uma ponte entre estes dois universos através da valorização das potencialidades locais. Reconhecer a singularidade do local e inseri-lo no global poderia ganhar força quando os indivíduos se reconhecessem e se apropriassem de suas realidades, quando suas experiências pessoais gerassem significados coletivos e pudessem ser compartilhados em sociedade. O desafio da RCCU não é apenas conectar as cidades, mas permitir a livre expressão de seus saberes e fazeres de maneira mais fluida e menos rígida (LANDRY, 2017).

5.2. A instrumentalização da Cultura no Planejamento

A cidade se constitui a partir de processos históricos sobrepostos, de forma que a urbanização representa a construção social de grupos e de processos econômicos materializados em um território. Esta materialização é transformada e adaptada com o passar das gerações e a partir das relações culturais que se estabelecem entre seus agentes. Conforme analisado, a pós-modernidade se caracteriza pela destituição da sensação de coletivo, valorizando o indivíduo e a flexibilidade das relações. Essa flexibilidade se manifesta na economia, com a mobilidade do capital internacional e na precarização dos direitos trabalhistas. No campo do planejamento territorial, se manifesta na valorização do indivíduo e seus interesses em detrimento do coletivo, sendo os condomínios e as suas formas de segregação o indicativo mais presente nas sociedades urbanas contemporâneas. Na cultura, se demonstra com o desmantelamento das políticas públicas que representavam uma estruturação coletiva do setor e com a consolidação da arte como uma marca a ser consumida. A cidade, em função das conformações culturais da pós-modernidade tem encontrado enormes dificuldades, através do planejamento, para reestabelecer o espaço urbano como um lugar democrático, de efetivação dos direitos e de exercício da cidadania.

O processo de reestruturação produtiva e uma desindustrialização ocorrida especialmente nos países do norte global ocidental a partir da década de 1970 modificou o entendimento sobre as formas de executar o planejamento territorial. Esses países passaram a lidar com os desafios de cidades pós-industriais, onde

[69] De-designation should be made simpler and procedures should take less time. Being called a creative city is an honour not to be taken lightly.

o parque industrial anteriormente construído, com grandes complexos manufatureiros, se tornou obsoleto. Já as cidades do sul global, especialmente dos países recém industrializados da América Latina e Sudoeste Asiático, receberam parte destas indústrias do norte em uma configuração mais predatória ao meio ambiente e de menos garantias trabalhistas. Grandes parques industriais foram criados para receber estas indústrias na expectativa de dinamizar as economias emergentes e de atingir o tão almejado desenvolvimento. Atualmente estes países enfrentam a mesma crise da desindustrialização e das transformações tecnológicas que o norte global enfrentou (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020; GILL; PRATT, 2008; WALKS, 2001; WEILER, 2017, p. 268).

Dentre as iniciativas empregadas para enfrentar a desindustrialização, as que buscam atrair novos investimentos e empregos através de atividades ligadas à cultura começaram a tomar corpo a partir dos anos 1970. Especialmente na Europa e nos EUA, as estratégias buscaram renovar o espaço urbano através de convênios e acordos políticos com órgãos e empresas multinacionais para a construção de toda a sorte de equipamentos relacionados à cultura e ao lazer, incluindo centros culturais, museus, teatros, centros de convenções, estádios esportivos, espaços para feiras e festivais, criando imagens capazes de vender as cidades como lugares recuperados da desindustrialização (COLOMB, 2012). A produção e proliferação de uma imagem e uma marca associada às cidades potencializando as estratégias de *marketing* para ser "consumida" deslocou o papel da cidade como categoria política para a categoria de mercadoria (JACQUES, 2009). Essa regeneração vinculada ao *marketing* urbano, buscava associar a nova imagem das cidades, através de regiões e setores específicos que passaram por reabilitações, requalificações, revalorizações no intuito de atrair turistas e novos visitantes e reaquecer a economia local (SÁNCHEZ, 2001b). A criação destes espaços públicos voltados para o espetáculo e para a criação de marcas e imagens acabou por negligenciar e por ocultar os conflitos sociais, principalmente os relacionados às populações que são diretamente atingidas pelas transformações econômicas. A simples produção de equipamentos voltados para usos culturais ou a readequação de uso das construções já existentes para estes fins não podem conformar uma cidade criativa, indo além, portanto, do seu chamado *"hardware"*, ou edifícios, ruas, saneamento ao também incorporar o *soft*, ou, a infraestrutura mental, seus problemas e oportunidades (LANDRY, 2011).

Mas, diante da expansão dessas novas possibilidades em fomentar a cidade como mercadoria, a produção e reprodução do espaço urbano passa a ser um componente essencial, evidenciando o papel protagonista dos agentes imobiliários. Estes expandiram suas atividades na nova economia ao criar as condições materiais para que empreendimentos em grande escala sejam executados.

> Um bom exemplo disso é o mobiliário urbano globalizado: uma mesma empresa francesa se orgulha por atuar em 54 países, 3500 cidades, 145 aeroportos, 300 redes de transporte público e alcançar diretamente 200 milhões de consumidores (não se fala mais em habitantes) com os mesmos painéis publicitários em mobiliários urbanos (abrigos de ônibus, banheiros públicos, quiosques etc.) também semelhantes. O que interessa, antes de qualquer tipo de funcionalidade, forma ou estética do mobiliário urbano contemporâneo é, evidentemente, o tamanho do painel disponível para publicidade no espaço público, ou seja, para venda de espaços públicos para fins privados (JACQUES, 2009, p. 15).

Jacques (2008) propõe duas categorias de análise deste fenômeno, uma mais conservadora, chamada de "neoculturalista", na qual a busca pela manutenção de características específicas das cidades, como a valorização de centros históricos e do tombamento, além de uma "super patrimonialização" dos conjuntos urbanos, transformaria regiões em uma "cidade museu" como um grande parque de diversões a céu aberto. A outra corrente buscaria dar novas funcionalidades a áreas degradadas, por isso chamada de "neomodernista", onde equipamentos e prédios industriais passariam por transformações de uso e se tornariam empreendimentos voltados ao lazer.

> Encaixados nessas correntes, podemos destacar alguns modelos (ou fórmulas) que ganharam popularidade nas últimas quatro décadas, dentre eles: a transformação de uso de antigos armazéns industriais em residências e ateliês para jovens e artistas; a requalificação de frentes marítimas e vazios urbanos como complexos de entretenimento, lazer e cultura; o desenvolvimento de grandes projetos arquitetônicos (principalmente equipamentos culturais, como museus e galerias de arte), assinados por profissionais internacionalmente famosos em centros históricos e áreas degradadas; a promoção de megaeventos internacionais, em especial esportivos; entre outros (SELDIN, 2015, p. 48).

Enquanto as cidades dos Estados Unidos apostavam na vertente neomodernista, tendo o bairro do Soho como maior exemplo, as cidades europeias apostavam no valor simbólico e no peso histórico de sua cultura como legitimadores de ações neoculturalistas. A partir da década de 1980, a União Europeia passou a promover um rodízio anual, concedendo o título de "Cidade de Cultura Europeia", prêmio que possibilitava a cidade ganhadora a realização de uma série de eventos culturais amparados por grandes estratégias de *marketing* urbano. A iniciativa tinha como propósitos:

- Ressaltar a riqueza e a diversidade das culturas na Europa;
- Celebrar as características culturais que os europeus compartilham;
- Aumentar o sentimento de pertencimento dos cidadãos europeus a um espaço cultural comum;
- Fomentar a contribuição da cultura para o desenvolvimento das cidades (GUERREIRO, 2012).

Além destes propósitos, a iniciativa se apresentava como uma "excelente oportunidade para regenerar

as cidades; elevar o seu perfil internacional; reforçar a sua imagem aos olhos dos seus próprios habitantes e dar nova vida à sua cultura; impulsionando o turismo”[70] (EU, 2022).

> O *City branding* (a criação de uma marca da cidade) tornou-se institucionalizado na forma das iniciativas de “cidade da cultura”. Embora todos tenham suas nuances, o objetivo principal é o *marketing* de lugares, e no caso do patrimônio, a proposta única de valorização é um conjunto finito do patrimônio edificado imóvel, ou expressões culturais situadas localmente. Entretanto, esta é uma configuração limitada, e o próximo grande passo (o iPhone não tem patrimônio histórico edificado) é criar um novo espetáculo; e, portanto, o fenômeno da marca de ícone cultural passou a existir. Para ter sucesso, os prédios no núcleo das ações devem ser tão únicos e controversos quanto possível, gerando assim sua própria mídia e uma 'Proposta Única de Valor'. As estratégias de *branding* da cidade buscam encontrar ou impor singularidade. As estratégias da cidade da cultura, embora promovidas como singularidade e de valorização da localidade, podem facilmente se transformar em estratégias normativas de *hardbranding*. O problema com todas essas abordagens é que elas são essencialmente centros de consumo e, como tal, insustentáveis, sem grandes reinvestimentos periódicos. *Soft branding*, ou iniciativas impulsionadas pela cultura, são menos comuns[71] (PRATT, 2011c, p. 125).

Desde 1985, ano de criação do programa, mais de 60 cidades europeias já foram selecionadas como “Capital de Cultura Europeia”. A opção de ações urbanísticas voltadas para a promoção de eventos se justifica do ponto de vista econômico, sendo extremamente lucrativa, pois a cada novo evento partes da cidade são montadas, desmontadas, remontadas, atraindo mais investimentos e aportes de capital internacional. A grande questão é que estes aportes dependem de padronizações alheias às realidades locais, sendo voltados para a atração de pessoas não moradoras (turistas, normalmente de alto poder aquisitivo atrás de experiências) podendo produzir, como efeitos colaterais, o arrefecimento das formas

[70] The European Capitals of Culture (ECOC) initiative is designed to: Highlight the richness and diversity of cultures in Europe; Celebrate the cultural features Europeans share; Increase European citizens' sense of belonging to a common cultural area; Foster the contribution of culture to the development of cities. In addition to this, experience has shown that the event is an excellent opportunity for: Regenerating cities; Raising the international profile of cities; Enhancing the image of cities in the eyes of their own inhabitants; Breathing new life into a city's culture; Boosting tourism

[71] City branding has become institutionalised in the form of ‘city of culture’ initiatives. Whilst all have their nuances the key aim is place marketing, in the case of heritage the unique selling proposition is a finite set of immovable built heritage, or locally situated cultural expressions. However, these are a limited set, so the next best thing (ifone does not have a built heritage) is to create a new spectacle; and hence the phenomenon of cultural-icon branding has come into being. To be successful the building/s at the core have to be as unique and controversial as possible thereby generating their own media and ‘Unique Selling Proposition’. City branding strategies seek to find or impose uniqueness; city of culture strategies whilst promoted as uniqueness and localness, can easily shade into normative hardbranding strategies. The problem with all such approaches is that they are essentially consumption hubs, and as such unsustainable, without huge reinvestment periodically. Soft branding, or culturally-led initiatives, are less common.

de vida que estavam estruturadas anteriormente, especialmente das populações mais pobres atingidas diretamente pelas obras. A instrumentalização da cultura como ativo financeiro no planejamento urbano começou a tomar forma nesse período.

A década de 1980 também foi marcada pelo esforço da comunidade artística em encontrar formas de criar indicadores econômicos para seus trabalhos. Diversos estudos foram elaborados nesse sentido e culminaram nos anos 1990 com os planos que deram origem aos conceitos de indústrias criativas e de economia criativa, como o *Creative Nation* australiano e o Mapeamento das Indústrias Criativas do Reino Unido, analisados anteriormente. Desde os anos 1970 a UNESCO já realizava encontros buscando aproximar economia e cultura como forma de desenvolvimento das cidades, encontros que continuaram acontecendo e motivaram a criação da Rede de Cidades Criativas. Além do aspecto econômico, também foram estudados os aspectos mais amplos dos investimentos à cultura, que propiciariam um "ambiente criativo" a partir de alguns eixos: a circulação de informação entre as pessoas; a geração de conhecimento; a competência em determinadas atividades de interesse específico e a criatividade, entendida como o resultado das criações (LANDRY, 2008). Landry (2011) reivindica para si a primeira publicação que utilizou o termo "Cidade Criativa" quando desenvolveu um plano para a cidade de Glasgow, intitulado "Glasgow - a cidade criativa e sua economia criativa" após a realização, em Melbourne, da conferência internacional "Cidade Criativa", em 1988. O foco era ao mesmo tempo criar o "ambiente criativo" na cidade e estimular os setores criativos específicos como o design e a música.

Durante os anos 1990, foram produzidos os planos de economia criativa da Austrália e do Reino Unido, definindo ações voltadas para o tema da economia criativa e sua relação com o território. Neste âmbito, o Banco Mundial lançou, em 1999, o programa de financiamento "Desenvolvimento Cultural e Sustentável", voltado para ações de conservação do patrimônio. Para Seldin (2015), a consolidação da instrumentalização da cultura como ativo econômico para ações de reurbanização se deu no mesmo ano com o relatório "*State of the Cities*" do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos, que, apresentando soluções semelhantes ao modelo britânico, mostrava preocupação com a habitação e a sustentabilidade ambiental, sem muitos desdobramentos. No arcabouço formulado que postulou a marca das cidades criativas, houve uma apropriação do discurso provocando mais desigualdade e concentração de poder e renda quando aplicado no âmbito urbano. No agrupamento desse pensamento, as pesquisas e ações governamentais realizadas em nome da valorização cultural foram apontadas as consequências que poderiam estar por trás dos conceitos:

- As "Cidades Criativas" podem ser entendidas como processos de segregação, periferização, gentrificação e aburguesamento provocados em nível urbano.

- A “Economia Criativa” pode ser entendida como a apropriação e o uso da cultura como um tipo de ativo para o incremento de valor simbólico ou material.
- A “Classe Criativa” pode ser vista como uma proposta de exclusão de atores sociais locais, sejam movimentos sociais, associações de moradores, grupos de artistas etc., na elaboração de propostas e na tomada de decisões (BELANDO; ULLDEMOLINS; ZARLENGA, 2012).

Nestas análises, a relação entre as cidades criativas e o neoliberalismo é recorrente e muitas vezes os conceitos são entendidos como sinônimos ou como a materialização no território da ideologia dominante. Porém, a criatividade na cidade não é um fenômeno global, com particularidades ou singularidades que a determinam dentro de contextos específicos. O que é criativo em uma cidade, não o é em outra. Assim é que, tomada como uma atividade genérica serve como uma máscara para o neoliberalismo e, sob este prisma, só poderia se manifestar a partir dos preceitos do neoliberalismo (PRATT, 2011).

Esta também é uma tendência em cidades brasileiras. Desde os anos 1990, e mais intensamente a partir dos anos 2000, essas estratégias foram adotadas em diversas cidades, como em São Paulo com as diversas versões do Plano Nova Luz,[72] ou como a operação urbana “Porto Maravilha”[73] na cidade do Rio de Janeiro (MARICATO et al., 2015). A grande questão é que, apartadas do processo produzido pela planificação estratégica e que culminou nestes grandes construções e eventos, nossas cidades acabam por criar uma réplica, desde o início, fadada a ser apenas acessória da cidade e não um real eixo de desenvolvimento. Como bem lembra Vainer (VAINER, 2011), dessa forma as cidades tornam-se mercadorias, colocadas à venda a serviço do grande capital, criando bolsões de exceção (GOLDBERG-MILLER, 2019). Não atentar para estas possibilidades de instrumentalização do discurso significa transformar todo um potencial campo de transformações e de autonomia das populações em instrumentos insustentáveis, segregadores e exclusivistas em nome da criatividade.

Embora o movimento das cidades criativas tenha se posicionado como um marco efetivo na expansão econômica das cidades sob a doutrina neoliberal, algumas iniciativas, desde a década de 1990 já vinham se posicionando de forma crítica às práticas correntes e a toda máquina ideológica criada para a sua consolidação. Desde a década de 1990, diversas cidades canadenses passaram a elaborar planos de longa duração baseados nos conceitos das cidades criativas (“A PARTNERSHIP BETWEEN 2010 LEGACIES NOW

[72] Voltado para a região central da cidade e que buscavam criar projetos de reurbanização da região impulsionados pelos equipamentos culturais como a Sala São Paulo, o Museu da Língua Portuguesa, a Pinacoteca do Estado, o Memorial da Resistência de São Paulo, o Museu de Arte Sacra, entre outros.

[73] A escolha da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e da Copa de Mundo de 2014 impulsionou diversas intervenções na área portuária do Rio de Janeiro, através de programas de valorização do patrimônio histórico, de pontos turísticos e da criação de diversos equipamentos culturais como o Museu do Amanhã.

& CREATIVE CITY NETWORK OF CANADA CULTURAL PLANNING TOOLKIT," [s.d.]; CREATIVE CITY NETWORK OF CANADA, 2010). Vancouver elaborou seu *Toward a Creative City* e Toronto, o *Culture Plan for the Creative City* produzindo indicadores e materiais de trabalho disponíveis *online*. Algumas condições estabelecidas definiram um padrão comum para esses planos, como a continuidade no tempo dos processos de transformação, os esforços transdisciplinares entre os diversos setores envolvidos, o esforço consciente pela valorização da diversidade e da inclusão, a criação de estratégias que criassem sentimentos cívicos de pertencimento e de apropriação da cidade por seus moradores, a promoção da oferta cultural e de suas singularidades através da produção e não do consumo, a regulação urbanística de uso misto buscando integrar residência, trabalho e lazer, transformando a criatividade em recurso para a solução dos mais diversos problemas urbanos. A cidade criativa seria, a partir daquele discurso, um estímulo à imaginação, uma abertura para desenvolver processos de participação cidadã voltados a resolver os problemas da urbanização. Para existir efetivamente, a cidade criativa demandaria, então, condições que estimulassem coletivamente o pensamento, o planejamento e a imaginação para criar soluções, seja para problemas de difícil solução, como a questão da habitação social, dos moradores de rua, seja para outros de menor escala, como a memória dos lugares ou a melhoria do ambiente visual. Assim, independentemente de seu tamanho, lugar ou patrimônio cultural, uma cidade poderia ser mais criativa quanto mais chance desse para sua população se manifestar, respeitando suas culturas.

Neste contexto, um conjunto de obras e textos passou a ser publicado, redirecionando um pensamento hegemônico que estava dado pelas práticas. Uma delas, é a obra seminal do urbanista inglês Charles Landry: *The Creative City: a toolkit for urban innovators*, publicado em 2000. Analisando diversas cidades ao redor do mundo, Landry pontuou as mudanças que as cidades industriais estavam enfrentando e o papel que a criatividade poderia representar como antídoto para essas mudanças[74]. Nessa obra, o autor apontou algumas características em comum que as cidades criativas poderiam apresentar a partir de sua concepção. Do ponto de vista cultural seriam aquelas que valorizassem os recursos culturais, promovendo

[74] Nesta publicação, Charles Landry ressaltou o papel fundamental que a cultura tem no planejamento urbano. Assim se refere: "Cultura e criatividade estão interligadas. Cultura é a panóplia de recursos que mostram que um lugar é único e distintivo. Os recursos do passado podem ajudar a inspirar e dar confiança para o futuro. (...) o clássico de hoje foi a inovação de ontem. Criatividade não é apenas sobre uma contínua invenção do novo, mas também sobre como lidar apropriadamente com o velho. Os recursos culturais são a matéria-prima da cidade e sua base de valor; seus ativos substituem o carvão, o aço e o ouro. Criatividade é o método para explorar esses recursos e ajudá-los a crescer. (...) A tarefa dos urbanistas é reconhecer, gerenciar e explorar esses recursos de maneira responsável. A cultura, portanto, deveria dar forma às questões técnicas do planejamento urbano, mais do que ser vista de forma marginal, considerada após as questões importantes do planejamento, como habitação, transporte e uso fundiário, terem sido resolvidas. Ao contrário, uma perspectiva pautada pela cultura deveria indicar como o planejamento, o desenvolvimento econômico e as questões sociais deveriam ser abordados." (LANDRY, 2008, p. 7).

a diversidade e o desenvolvimento econômico. Do ponto de vista político, as que promoveriam a participação cidadã e estimulariam a criação de políticas públicas transdisciplinares e, do ponto de vista estrutural, que se utilizariam da estrutura construída (*hard*) para a criação do ambiente criativo (*soft*) facilitando a promoção de ideias e de soluções criativas e favorecendo toda a sociedade e a economia (LANDRY, 2008). Em 2008, duas outras obras foram lançadas: o relatório elaborado pela UNCTAD *Creative Economy Report,* 2008 e o livro digital "Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento", organizado por Ana Carla Fonseca Reis. O relatório da UNCTAD, feito a partir de dados de cinco agências da ONU, compilava os diversos modelos de Economia Criativa empregados no mundo, argumentando favoravelmente pela valorização da economia local em contraponto à interminável discussão de quais setores deveriam ser entendidos como criativos ou não, dedicando um capítulo para as cidades criativas e as formas como a criatividade vinha sendo utilizada nas mais diversas experiências ao redor do mundo, desde experiências socioculturais de valorização do patrimônio e das manifestações culturais locais até as abordagens voltadas para a vitalidade da região, em uma abordagem socioeconômica. Aqui, a abordagem setorial da economia criativa, onde determinadas áreas da cultura deveriam ser privilegiadas em detrimento de outras, poderia acabar por reforçar desigualdades sociais e econômicas e se materializar em bolsões de exclusão ao serem pensadas como estratégias de zoneamento ou de distritos criativos foi algo observado. Em referência às ideias de Landry, a criatividade foi então destacada como um recurso produzido por pessoas, demandando, assim, condições para que as pessoas e suas produções se interconectassem e se mantivessem em constante movimento e interação (LANDRY, 2011).

Já o trabalho de Ana Carla Reis reuniu dez autores de três continentes: África, Ásia e Américas, buscando contextualizar o debate da Economia Criativa e das cidades criativas em suas realidades. Embora a obra tenha tratado basicamente de reflexões sobre as cidades do sul global, as experiências relatadas ainda demonstravam influência das ideais de Florida[75]; de investimentos maciços em nova infraestrutura[76], a competição entre as cidades através de ações articuladas com o turismo[77]; e do uso de grandes eventos para a reconfiguração do tecido urbano[78]. Esse pode ser considerado o período de ouro deste tipo de

[75] Combate às desigualdades e a violência urbana através de investimentos em áreas degradadas buscando a atração de talentos criativos

[76] A criação de *clusters* criativos e de parques criativos voltados para a atração de empresas de tecnologia e para o incentivo a *startups*.

[77] Ainda que apontem a preocupação com a gentrificação e com a exclusão das populações locais e dos pequenos negócios nessas empreitadas.

[78] Como nos casos de Paraty, com a Feira Literária, e Guaramiranga, com o Festival de Jazz e Blues, dois importantes eventos que transformaram positivamente as realidades de suas cidades.

pensamento sobre as cidades criativas, onde pesados investimentos foram realizados nas infraestruturas voltadas para a cultura nas cidades. As cidades que se propunham a ser adjetivadas como criativas precisavam se entender como sistemas, como processos interrelacionados constituintes de um todo, favorecendo e estimulando a convivência entre as mais diferentes manifestações.

A “era da renascença” das cidades criativas, aquela onde o modelo baseado em grandes construções icônicas, em grandes projetos de reurbanização e de transformações profundas em grandes áreas das cidades, foi fortemente impactada pela crise imobiliária de 2008. O processo de especulação imobiliária atingiu níveis inimagináveis e provocou uma gigantesca crise no setor financeiro. Como a crise se originou no mercado imobiliário, as cidades sofreram um impacto violento. Os movimentos e insurgências populares que se levantaram no começo da década de 2010, como os movimentos *occupy* por todo o mundo, podem ser vistos como a resposta da população a estes movimentos especulativos em nome da criatividade e entendidos como a efetiva construção dos preceitos de inovação e criação de uma nova governança local (e não global), baseada na comunicação em rede, horizontalizada, participativa, contestadora, autônoma e emancipatória (D’OVIDIO; RODRÍGUEZ MORATÓ, 2017; HARVEY, 2014; LANDRY, 2011; MILES, 2012; MOULD, 2018; SANTOS JUNIOR, 2014; SELDIN, 2015).Tendo como base todo este conjunto de processos e produções intelectuais a respeito das cidades criativas, o que poderia ser concluído como uma base de referência para repensar o modelo hegemônico neoliberal? A cidade criativa poderia ser entendida como um meio ao invés de um fim, como um processo de abertura e de ampliação da participação cidadã nos destinos e usos de seu território. Este processo buscaria a aplicação da criatividade (ou seja, a inovação) nas atividades sociais, econômicas e culturais para criar um ambiente propício à criatividade, através da troca, seja de mercadorias, de experiências, de ideias ou do que mais fosse necessário para a consolidação de processos criativos. Ao contrário da ideia hegemônica de que a criatividade necessita de certos padrões e imagens para se efetivar, uma visão utilitarista e mercadófila da cultura aplicada ao território, a cidade criativa se alimentaria da diversidade de sua população, da singularidade de suas manifestações, e se estruturaria nos processos amplos e participativos de deliberação. Ao elaborar uma proposta baseada no conceito de cidades criativas devemos buscar responder, então, algumas perguntas essenciais:

- Que tipo de “cidade criativa” está sendo imaginada pela política territorial? Aquela voltada para a atração de capital internacional e buscando a concorrência ou aquela voltada para suas dinâmicas internas?
- Como a criatividade está sendo implementada localmente? Buscando a abertura de novos mercados ou como forma de construção das realidades presentes?

- Essa é uma estratégia em nome dos trabalhadores da cultura, promovendo eventos e buscando criar condições específicas para o setor cultural ou é mais ampla, entendendo que toda a cidade pode ser mais criativa e se conecta com outros setores que podem se beneficiar da cultura mesmo que indiretamente? Estes agentes estão ativos no processo?
- De que forma os diferentes usos da "criatividade" e da "inovação" serão empregados e serão diferentes daqueles que já estão sendo utilizados pelas políticas urbanas em seus diferentes setores e escalas, desde pequenos projetos culturais até a própria concepção da cidade e de sua organização territorial?
- A cultura e a inovação social são produtos de mobilização social ou são ferramentas pensadas para se atingir outros objetivos? Até que ponto a organização das forças criativas podem transformar ou expandir a ação dos agentes em estratégias inovadoras cultural ou socialmente capazes de fortalecer os laços de pertencimento?

5.3. Por Uma Outra Criatividade

Considerando o contexto neoliberal na qual as práticas hegemônicas determinam como a cultua e a criatividade podem ser, a hipótese de um desenvolvimento a partir da cultura, enquanto manifestação genuína e autóctone estaria fadado a não ser factível? Estaríamos girando em espiral cada vez mais acelerada, com o pêndulo entre cultura e economia tombado para o lado da economia, apenas substituindo a etiqueta da moda para justificar o aparelhamento da cultura, da criatividade? Seguindo os passos de Milton Santos (2018) devemos buscar uma alternativa para este cenário:

> Nossa grande tarefa hoje é a elaboração de um novo discurso, capaz de desmitificar a competitividade e o consumo e de atenuar, senão desmanchar, a confusão dos espíritos. (SANTOS, 2018, p. 55)

Santos (2018) estabelece três categorias para analisar os processos de globalização: a globalização como fábula; a globalização como perversidade; a globalização como pode ser, ou uma outra globalização. A *globalização como fábula* se estabelece no campo ideológico, onde os discursos não se relacionam com a realidade e tamanhas são as suas repetições e propagações que tomam aparência de verdade. A globalização desta forma serve apenas para sustentar o sistema que a criou, aprofundando os processos excludentes e de concentração enquanto propaga discursos de união e de promoção de oportunidades. A criatividade como fábula também cumpre este papel, notadamente no exemplo da criação do conceito de Economia Criativa pelos britânicos, em 1997, que até hoje serve de modelo para o mundo todo para

justificar investimentos na cultura com objetivos muitas vezes difusos. Diversos são os países, estados e municípios que abraçam os preceitos criados no DCMS inglês e tentam repicá-los em seus territórios como cópia ou como mero discurso.

A *globalização como perversidade* é a realidade que enfrentamos atualmente. Técnicas são ferramentas pelas quais a humanidade escreve sua história e, aliada ao uso do tempo, elabora diferentes possibilidades de ação dentro desta história. Com a criação da técnica da informação, vinculada à digitalização e à automação, a comunicação entre as diversas técnicas de produção se tornou possível, assegurando novas formas de comércio e de política. A inovação das técnicas possibilita a abertura de oportunidades para o capital ser reincorporado ao sistema produtivo, gerando novas fontes de lucro. Atualmente agimos de maneira simultânea em todo o mundo e o uso do tempo se transformou, passando a ser cada vez mais acelerado. O mundo passou a ser regido por um mesmo arcabouço técnico hegemônico que invade as territorialidades e vende a ideia de unicidade. O desenvolvimento destas técnicas não é espontâneo - alguém as desenvolve para conseguir expandir suas possibilidades de ação no mundo e como o desenvolvimento das técnicas atuais está concentrado nas mãos de poucos, a possibilidade de ação na história também aparece como restrita.

Santos (2018) aponta como esse processo se dá impulsionado por um "motor único" da História. Este motor é o que acelera a competição entre as empresas e países internacionalizando os produtos, os dinheiros, os créditos, as dívidas, os consumos e as informações. A globalização como perversidade é assim chamada porque trata como "global" interesses particulares, de poucas empresas e/ou governos, que se valem de seu poder e influência para acelerar os processos de produção, aumentando a demanda em todo o planeta por seus produtos e serviços (e por que não de suas ideologias?), para poderem se manter à frente de uma competição criada por eles mesmos, com suas próprias regras. A produção das demandas de bens e serviços, atualmente, precede a produção destes bens e serviços; primeiramente organizamos o consumo para depois organizar a produção.

Estes interesses também não são globais, mas buscam lugares específicos que despertam mais interesses do que outros, seja por suas condições geográficas, naturais, culturais, políticas ou comerciais. As cidades criativas que buscam criar uma imagem de si para o mercado internacional, que apostam no *city marketing*, no *branding*, em estratégias de promoção para adentrar no circuito global de investimentos especulativos, promovendo constantes reurbanizações, requalificações, reutilizações de espaços ociosos, entre outros muitos exemplos, atuam a serviço desta globalização perversa.

Torna-se impraticável para a sociedade obter um enriquecimento material sem o enriquecimento cultural. Não é sustentável um avanço do campo econômico desassociado ou com a degradação do patrimônio

cultural. A cultura, portanto, deve ser o ponto de partida para uma reflexão sobre a forma de desenvolvimento almejada, caso busquemos a satisfação dos anseios genuínos de uma população. O ponto de partida para um processo de construção de desenvolvimento futuro que possibilite que a criatividade e a inovação sustentem a sociedade, ao invés de serem sustentadas por ela, deve ser o da reflexão sobre o "quem somos". Nossa identidade deve ser a base para a elaboração de programas e políticas emancipadoras e com potencial de atender as necessidades da população. O desenvolvimento deve se dar a partir de uma busca por fins que potencializem as capacidades de criação e fruição de seu próprio futuro e não pela lógica dos meios imposta de maneira exterior, como define Amartya Sen:

> com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. (SEN, 2000, l. 282 ebook)

O subdesenvolvimento é, neste sentido uma manifestação cultural. Para Furtado, "Desenvolvimento é a utilização de um excedente, o qual abre um horizonte de opções, vale dizer, um excedente adicional cria um desafio à inventividade" (FURTADO, 2012 p.43). É preciso colocar uma outra camada sobre essa para que o desenvolvimento cumpra sua função, o da ampliação das liberdades e direitos, fazendo com que o desenvolvimento conduza à liberdade (SEN, 2000).

O desenvolvimento *per se* é um significante vazio, pois desequilibra a relação entre os países de forma que ações e programas passam a acontecer em benefício próprio. Essas relações desequilibradas não são isoladas, mas acontecem para alguns em detrimento de outros. Uma concepção de desenvolvimento voltada para a liberdade necessitaria que o outro fosse considerado constantemente. Avaliar o desenvolvimento a partir das liberdades não pressupõe em si um critério ou índice capaz de comparar e classificar as diversas experiências dos povos, mas permite reconhecer se determinados processos são includentes ou excludentes, permitindo avaliar se as condições apresentadas para atingir os fins são promotoras de autonomia ou se reforçam estruturas opressoras. A visão de liberdade que se almeja é aquela que permite que as ações e as decisões, bem como as oportunidades que as pessoas têm para acessar e influenciar nos processos decisórios, possam ser plenamente exercidas.

Assim, para desmontar a globalização como perversidade é necessário buscar uma clara distinção entre meios e fins. Ao subordinar a atividade produtiva a critérios puramente quantitativos, fortalece-se uma dominação social que necessita continuar reproduzindo esta cadeia de eventos opressores para sustentar a organização vigente.

Se em um primeiro momento a aceleração da acumulação fez com que outras formas de produção fossem

destruídas, atualmente este modelo, acumulando cada vez mais e mais rápido, destrói também as possibilidades de outras significações simbólicas e mantém a estrutura de dominação, impedindo a insurgência de novas forças sociais. Quanto mais se busca, como fim, produzir mais e acumular mais, mais a ação do homem é subordinada a fatores outros que não ele mesmo. O desenvolvimento como crescimento econômico destitui, assim, esferas essenciais para construção de sociedades justas e sustentáveis, o que acaba por determinar para a economia que ela seja inserida como a parte principal do processo de desenvolvimento, a partir das necessidades de um mercado acelerado e acumulador, gerando uma sociedade eternamente dependente de fatores externos e alheios a suas reais necessidades (BATAILLE, 1997, p. 379). A lógica dos meios como orientação da acumulação se transforma em base para o sistema de dominação social, devendo ser combatida e contestada. A expansão da liberdade humana deve ser tanto um fim como um meio para o desenvolvimento, pois a liberdade como meio possibilita a reflexão sobre como as pessoas conseguem viver de fato e a liberdade como fim possibilita à humanidade escolher uma vida a ser vivida, criando sentido e pertencimento. Neste contexto, a cultura tem papel central para responder a "quem somos", pois apresenta respostas plurais, diversificadas e polissêmicas.

O desenvolvimento não pode ser produzido através de uma solução única e generalista, como "abrir os mercados, "ajustar os preços" ou, aproximando para o campo da criatividade e das cidades criativas, "criar eventos" ou "requalificar uma área para uso cultural", potencializando ações integradas que busquem avanços simultâneos em várias frentes. A adoção de padrões e hábitos culturais internacionais e que não estejam relacionados com as efetivas demandas e necessidades de uma população acabam por gerar exclusão social, já que as possibilidades de acessar os bens de consumo globalizados são desigualmente distribuídas. A produção de desejo por estes produtos, pertencentes e produzidos por economias "avançadas", acaba criando situações paradoxais como a fome em países ricos ou o consumo de produtos de luxo por pessoas em situação de vulnerabilidade (SEN, 2000). A superação deste impasse só pode surgir com a criatividade política impulsionada pela vontade coletiva. Esta vontade coletiva se dá com a potencialização dos valores culturais endógenos, aqueles que nos definem e nos diferenciam e, ao mesmo tempo, nos unem como Nação, tendo os valores humanistas como base de sustentação (LEYLA PERRONE-MOISÉS, 2002)

A *globalização como pode ser* é efetivamente uma outra globalização, produzida por um outro desenvolvimento. Ela utiliza das mesmas bases técnicas, mas para atingir outros fins, desta vez, diversificados, heterogêneos, com significados verdadeiros para aqueles que os produzem, voltados para emancipação e liberdade da humanidade:

> Quando aceitamos pensar a técnica em conjunto com a política e admitimos atribuir-lhe outro uso, ficamos convencidos de que é possível acreditar em uma outra globalização, em um outro mundo. O problema central é retomar o curso da história, isto é, recolocar o homem no seu lugar central. (SANTOS, 2018, p. 125)

Uma outra globalização mistura filosofias, pessoas, povos, raças, culturas e gostos ao invés de se apropriar delas. Não se trata de negar a globalização ou de combater o avanço tecnológico ou econômico, mas sim de promover formas para que mais pessoas possam ser incluídas, e não excluídas, dos processos de decisão. "Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento" (SEN, 2000). Em uma sociedade puramente mercantil as pessoas são instrumentalizadas, pura força de trabalho, uma engrenagem pronta para ser substituída pela próxima atualização do sistema. Neste cenário, ao trabalhador não deve haver outra possibilidade de realização da vida que não a pelo trabalho, uma ideia perversa e que marcou um dos períodos mais nefastos da história[79]. Russell (2002) reivindica o direito ao lazer, o de viver a vida não regrada pelas forças econômicas e do trabalho, o que historicamente foi restrito as parcelas mais ricas da população.

Dentro desta perspectiva, arte e cultura têm de servir para algo, devem ser úteis para a sociedade. Em uma sociedade cada vez mais controlada e dirigida por ganhos econômicos e financeiros, arte e cultura só podem ser toleradas como instrumentos para gerar ganhos econômicos e financeiros. As manifestações culturais devem ser esvaziadas de seus sentidos e potencialidades originais para serem adaptadas e moldadas por padrões e referências que as coloquem como produtos validados pelo mercado para serem consumidos por uma população cada vez mais ampla e global, gerando a dependência que Furtado aponta.

Uma sociedade autônoma, livre para decidir seus fins, se ampara em seus próprios entes e se transforma constantemente, suavizando os impactos das mudanças globais. A cultura e a criatividade se tornam chaves mestras para lidar com esta outra globalização pois a cultura é, não apenas nossa herança simbólica, mas também nossa essência criadora. A cultura tem papel central nesta outra globalização pois é através dela que se buscam respostas criativas para a solução dos problemas permanentes da humanidade. Ter a cultura e a criatividade como eixo possibilita criar formas para a invenção de nosso próprio futuro. Uma outra globalização tem o homem e, portanto, a cultura no seu cerne e, por ser

[79] Os portões dos campos de extermínio do regime nazista foram adornados com a frase "*Arbeit Mach Frei"* ou "O trabalho liberta" em tradução para o português, tendo sido forjada nos portões, de maneira forçada, pelos próprios prisioneiros a mando de seus algozes.

inclusiva, se dá a partir do território e da ação coletiva no cotidiano das pessoas. Esta coletividade se organiza a partir de um discurso próprio, de um território conhecido e acessível. Por ter a liberdade como meio e fim, é também uma cultura independente, autônoma e solidária, que se expressa através de seus símbolos, de suas vivências, de seus próprios meios de produção. A cultura, no centro do desenvolvimento ressignifica a política e as relações comerciais, transformando a relação entre a sociedade e o Estado, amparando os mais necessitados e diminuindo os abismos sociais, criando uma nova economia, uma nova sociedade. Não à toa, os extremismos criados a partir do contexto neoliberal expressos em governos autoritários e de conotação fascista atacam a arte e cultura com veemência, estabelecendo parâmetros para censurar as suas manifestações. Assim é que o fanatismo ganha espaço na mesma medida que as manifestações culturais da sociedade são atacadas, demonstrando o seu poder para reorientar o pensamento hegemônico (ORDINE, 2016)

Abandonar o "motor único" da história possibilita que a vida retome o seu próprio ritmo, que alternativas de futuros possam ser planejadas, que outras utopias sejam sonhadas e a formulação dessa nova utopia passa pela profunda percepção e admissão de que muitos dos saberes construídos não são e nem devem ser úteis para o mercado e para a economia, mas próprios da própria condição de vida, fora do universo do utilitarismo mercadológico (ODINE, 2016). Para Luiz Adolfo, presidente do Clube Carnavalesco de Alegoria e Crítica O Homem da Meia-Noite, a arte e a cultura, através do carnaval de Olinda e do Homem da Meia Noite, são o ponto de contato dos mitos, do encantamento, das histórias do passado que significam o presente, das realizações pessoais, das possibilidades de sentido da vida e da construção coletiva de um povo que se junta para um dos atos mais inúteis do homem: o brincar.

> A brincadeira faz parte da formação da nossa personalidade e o carnaval é um brincar, é você criar, é você ir pra rua, é você se divertir, é uma grande brincadeira. Uma brincadeira mágica, uma brincadeira coletiva. Principalmente (no carnaval) em Olinda, que não tem diferenças, que não tem diferenças sociais porque você está ali no meio de todo mundo e você está junto, brincando, se divertindo, abraçando e dançando com quem você nem conhece. (...) Já dizia Charles Chaplin "mais do que de máquinas, precisamos é de humanidade". De brilho no olhar, de como o teu olhar brilha com umas falas minhas, como o meu brilha com algumas falas tuas. A gente precisa disso, desse laço de humanidade de acreditar que ainda somos humanos e que podemos transformar, sim. E o carnaval é um veículo de transformação. O brincar é um veículo de transformação. Porque ele forma a nossa personalidade. (...) Mesmo a gente vivendo nesse mundo mecanizado, é nossa obrigação não deixar de brincar nunca, porque a brincadeira faz parte da nossa formação, constrói nossa personalidade, faz a gente perceber que nós somos diferentes e que nós precisamos respeitar a diferença um do outro e que é muito mais divertido estar brincando com alguém, nunca sozinho. Por isso é tão importante a gente saber que o Homem da Meia Noite é esse brincar, esse brincante, que se aproxima das pessoas, que faz as pessoas entenderem melhor a vida, que faz as pessoas entenderem que precisam estar juntas (BARTIS; WALLAUER, 2021,

seç. 43:14).

O primeiro passo para uma outra globalização precisa necessariamente adotar uma preocupação com a vida por ela mesma. A cultura e as manifestações artísticas assumem um papel central, não pela sua possibilidade de mercantilização ou de criação de imagens ou de desejos de futuros, mas sim por nos ancorar no presente, no momento exato do agora e por fazer emergir uma dimensão essencial da humanidade, subvertendo a ideia do homem universal, moderno, atarefado e escravo das necessidades, de uma utilidade questionável e sem sentido, compreendendo que "o útil pode ser um peso inútil, opressivo", que existe a utilidade do inútil e a inutilidade do útil que é a essência mesma da arte enquanto paradigma para um outro viver. "Se não se compreende a utilidade do inútil e a inutilidade do útil, não se compreende a arte; e um país onde não se compreende a arte é um país de escravos ou de autómatos, um país de pessoas infelizes, de pessoas que não riem nem sorriem, um país sem espírito; onde não há humor, não há riso, há raiva e ódio" (IONESCO, 1965). Nossa frustração com a realidade pode ser ao mesmo tempo alienante e/ou motor de transformações. Ao buscarmos a satisfação no real e não a encontrarmos passamos a formar ideias de como atingir esta satisfação a partir da sua transformação. Estabelecemos um princípio de realidade, desagradável e idealizamos, imaginamos, sonhamos formas de transformar esta realidade a partir da fantasia. Para Freud (2010b) a arte tem papel fundamental nesse processo já que efetua, por via peculiar, uma reconciliação entre a realidade e a fantasia. O artista torna-se responsável por partilhar a insatisfação com o real e, através da fantasia, apresentar formas de ressignificar os princípios de prazer (FREUD, 2010b).

O maior valor da arte está exatamente na sua inutilidade. A arte é inútil e precisa ser assim. Ao desvincular as manifestações artísticas e culturais de qualquer utilidade passamos a perceber seu valor por ela mesma, intrínseco ao ser. Objetos úteis tem suas funções externas a eles mesmos, ou seja, um martelo, por exemplo, é bom porque serve para pregar um prego, o dinheiro é bom porque serve para comprar coisas. Um martelo por si só, sem pregos, não tem utilidade, assim como o dinheiro sem produtos para serem comprados perde a sua função. A arte é inútil por não servir para outra coisa que não ela mesma, e esse é seu maior valor. Quando vamos a um evento artístico não o fazemos pensando em pagar um ingresso e assim ativar toda a cadeia produtiva da Economia Criativa, gerando mais empregos e melhores salários em troca de uma experiência prazerosa (embora esse movimento ocorra e não possa ser desprezado). O que nos motiva a frequentar um evento artístico é a própria experiência artística. A arte é a possibilidade que nós temos de desacelerar o mundo e nos reconectarmos com nós mesmos. Os ritos e rituais presentes em todas as manifestações artísticas, dos sinais sonoros para o começo das

apresentações ao aplauso no final, nos reforçam a sensação de estar em outro tempo, em outra dimensão. Durante o tempo da fruição artística nos inspiramos, refletimos, somos chamados a analisar, a criticar, a apreciar a criação humana. No ritual dos templos da arte, como teatros e museus, somos obrigados a desligar nossos celulares, somos proibidos de fotografar e obrigados a ficar em silêncio, uma celebração sacra para o inútil. Nos rituais artísticos abertos, como apresentações ao ar livre, bailes, festas e manifestações populares comungamos em conjunto através de catarses coletivas que só a arte e a cultura são capazes de produzir. O momento da arte é o presente, o agora, efêmero, passageiro, fugidio e por isso mesmo único e eterno. A apreciação do inútil e as formas de significação que damos a ele são as chaves da arte e de nossa humanidade. A arte é a maneira pela qual voltamos nosso tempo para nós mesmos, para nossas vidas, para nossa cultura, para nossa humanidade, estimulando-nos para pensar um mundo melhor e para cultivar a utopia de eliminar as injustiças e as desigualdades. Assim é que nos períodos de crise, qualquer que seja ela, "quando as tentações do utilitarismo e do egoísmo mais sinistro parecem ser a única estrela e a única tábua de salvação, as atividades que não servem para nada podem ajudar a escapar da prisão e nos salvar da asfixia" (ORDINE, 2016, p. 13). É através da arte, da cultura, da apropriação do inútil, que conseguiremos transformar nossa realidade para atender nossas necessidades naquilo que diz respeito ao humano.

Na contemporaneidade, a arte parece se associar aos ditames conceituais. Ao deixar de ser figurativa ela trava uma luta para disputar com o que a banaliza. Dessa forma, a arte e a cultura representam o caminho da "transcendência" e surgem como um renovado paradigma contestador do modo de produção capitalista. Diante da crise do capitalismo vinculado aos processos industriais, arte e cultura revelam-se cruciais para dar mais sentido à existência humana – seriam, assim, a salvaguarda de uma reconquista dessa transcendência, tanto para quem produz como para quem recebe essa produção. Como uma aliada a humanidade, a técnica então, só faz sentido se puder, de fato, reduzir drasticamente a quantidade de trabalho humano para garantir a todos a satisfação de suas necessidades básicas e permitir que mais horas sejam aproveitadas para o ócio e do ócio, ao lazer e a arte inútil (RUSSELL, 2002).

É possível vincular este movimento a processos econômicos que estão abrindo horizontes para uma nova economia, o que vem sendo chamado de economia criativa. Furtado (1998) enxergava na criatividade o instrumental para superar o subdesenvolvimento e transformar as estruturas que mantém a dependência. O planejamento deve atuar como "um processo liberador de energias criativas e não como um trabalho de engenharia social em que tudo é previamente concebido" (FURTADO, 1998, p. 63). Ainda segundo Furtado (1998), quatro condições deveriam ser cumpridas para a superação do subdesenvolvimento: a autonomia de decisões para limitar o potencial de investimento para o exterior;

estruturas de poder que invistam esse potencial no fator humano abrindo caminho para a homogeneização social; a descentralização de decisões empresariais; e estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e que diminuam a concentração de poder. A criatividade, portanto, não pode ser um elemento de perpetuação das desigualdades ou de “classes criativas” especiais. A criatividade se alimenta da ruptura dos padrões estabelecidos, ela produz o novo, aquilo que ainda falta, através da realização da potencialidade dos membros da coletividade. O foco na coletividade, no social, garante que a cultura que brote da própria sociedade seja, por fim, uma outra criatividade.

PARTE 3 - Construindo uma fórmula: planejamento territorial e urbano pela via das cidades criativas



6. Capítulo 6 - Reposicionando a utopia

Qual é o horizonte de realizações de nossa atualidade? Pelo que foi analisado até aqui, o indivíduo ganhou um protagonismo inédito na história da humanidade. Busca-se a felicidade através da realização de desejos que nem mesmo podem ser legítimos pois muitas vezes são induzidos, produzidos e transformados em produtos, que devem ser comercializados como forma de atingir a felicidade, de maneira que, mesmo quando os possui permanece insatisfeito e produzindo mais desejo. A sociedade de consumo é reforçada pelos meios de comunicação que disseminam que um mundo melhor é aquele que pode oferecer, ilimitadamente, bens materiais para os indivíduos. Sucesso está atrelado à acumulação, a produzir imagens que demonstrem a posse desses produtos acumulados conferindo status social. A abundância de bens materiais é reforçada por retóricas de total confiança no poder transformador da tecnologia de garantir uma sociedade livre, baseada na democracia representativa e amparada por discursos nacionalistas que buscam satisfazer e dar sentido transcendental para vidas ordinárias (FRIEDMANN, 2020a).

As possibilidades de construção comunitárias se tornam, assim, obstáculos para a realização pessoal, para alcançar o sucesso e a felicidade. Qualquer coisa que se coloque entre a realização dos desejos através do consumo deve ser superada, preferencialmente através de alguma forma lucrativa. As formas de produção das sociedades contemporâneas colocam o desenvolvimento como dogma, a produção como ferramenta infinita e os bens naturais como insumos inesgotáveis e a serviço do ser humano. A constante produção de mal-estar surge da incapacidade de articular os desejos para além das relações de consumo, da disputa e concorrência que se produz na busca de meios de acumular mais capital como passaporte para adentrar nesse reino prometido de felicidade, da aceleração dos tempos da vida, do excesso de nós mesmos e da reduzida perspectiva de futuro. Esta sociedade precisa de muros para se proteger, de bons gestores para administrar a vida, encontrar formas de empreender e de organizar a vida como se ela fosse uma empresa, analisando sempre os custos e os lucros de cada empreitada.

Uma utopia é “a capacidade de imaginar um futuro que divirja significativamente daquilo que nós esperamos das condições gerais no presente. É uma maneira de atravessar as barreiras das convenções numa esfera de imaginação em que outros aspectos além da experiência cotidiana se tornam factíveis”[80] (FRIEDMANN, 2020a, p. 462). A elaboração de um pensamento utópico parte de duas premissas: uma

[80] the capacity to imagine a future that departs significantly from what we know to be a general condition in the present. It is a way of breaking through the barriers of convention into a sphere of the imagination where many things beyond our everyday experience become feasible.

visão crítica e uma visão construtiva. A visão crítica se coloca diante dos problemas nas atuais condições da sociedade, sejam injustiças, opressões, problemas ecológicos, econômicos, políticos, entre muitos outros. Elencar estes problemas desperta um julgamento moral que exigirá um caminho de reparação e busca por justiça. A discussão destes problemas leva a construções argumentativas que vão determinar se estes são problemas reais, formas de aferir estes problemas e de buscar propostas alternativas. Este movimento é político no melhor sentido do termo.

A utopia não é um mito, mas sim propostas de futuro a serem construídas politicamente a partir do presente e da constatação da realidade, da vida como ela é. A ideia de que chegamos em um ponto de não retorno, de fim da história, de cidades de pensamentos únicos, de não haver alternativas ao capitalismo que não o seu aprofundamento e formas de buscar incrementalmente seu aperfeiçoamento, tem sido constante nas análises e críticas às formas como a sociedade está evoluindo. A própria distopia neoliberal, onde a felicidade pode ser alcançada através da comercialização torna-se uma fonte de mal-estar, tendo em vista que "a utopia é uma ilusão que se sabe ilusão, justamente por isso ela exerce a função reguladora própria do ideal. Quando a função de ideal é substituída pela de um objeto encarnado está estabelecida a condição para o fascínio totalitário e para a servidão voluntária"(DUNKER, 2016, p. 127). É possível buscar, então, uma outra forma de organização e de produção da vida que nos permita "viver juntos em sociedade; uma sociedade em que as pessoas vivem como irmãos e irmãs sem poderem oprimir ou explorar os outros e em que todos têm à sua disposição quaisquer meios que a civilização da época possa fornecer para que atinjam o maior desenvolvimento moral e material possível"[81] (MALATESTA, 1995, p. 49). Uma das propostas que o urbanismo tem buscado incessantemente como ideal é a ampliação da participação cidadã na elaboração e concretização do planejamento urbano e do "direito a cidade". Se, historicamente a prática do planejamento urbano no Brasil pré-reforma urbana se pautou por uma atuação de cima para baixo, onde poucos definem onde, como e para quem o território será desenvolvido, nada mais lógico que contrapor essa prática com alguma maneira mais inclusiva e participativa de desenhar as cidades (LIMONAD, 2021).

6.1. Para além do Bem-estar, o Bem Viver

Com a disseminação das políticas neoliberais durante a década de 2000 na América Latina, movimentos contrários e de oposição aos governos que buscavam implementar esta ideologia em seus territórios encontraram amparo para suas argumentações nos saberes e fazeres dos povos originários de seus países,

[81] living together in society; a society in which people live as brothers and sisters without being able to oppress or exploit others and in which everyone has at their disposal whatever means the civilisation of the time can supply in order for them to attain the greatest possible moral and material development.

especialmente nos dos Quéchua e Aymara. Desde a conquista espanhola estes povos vêm lutando contra os colonizadores e a apropriação de sua cultura por civilizações estrangeiras. Esses povos construíram suas civilizações a partir de outros preceitos, em outras bases de relação com a natureza, com as formas de reprodução material, com o trabalho e com a própria vida. Essa tradição milenar, que sobrevive há mais de 500 anos de conflito constante com povos, saberes e culturas invasoras diferentes, volta a ganhar relevância no momento em que a ameaça das mudanças climáticas provocadas pelo homem atinge graus elevadíssimos, podendo levar a humanidade à extinção.

O Bem Viver, este conjunto de filosofias e práticas construído a partir das relações tradicionais do homem com a natureza na América Latina, se estruturou como um horizonte utópico, uma mudança de paradigma que nos permite buscar respostas para as perguntas que estão colocadas e não respondidas satisfatoriamente, por nossa civilização. Utilizando o conceito de Friedman sobre a elaboração de um pensamento utópico, é possível olhar para nossa realidade através de uma visão crítica, utilizando-se dos conceitos do Bem Viver para uma visão construtiva. É necessário olhar de maneira crítica também para o Bem Viver, de modo a encontrar as dificuldades e desafios de suas práticas.

> A riqueza do termo é difícil de ser traduzida (...). Ele inclui as ideias clássicas de qualidade de vida, mas com inclusão da ideia específica de que o bem-estar só é possível em comunidade. Além disso, em muitas discussões o conceito de comunidade é entendido em um senso amplo, para incluir a Natureza. *Buen Vivir* inclui a noção de bem-estar e convivência com os outros e a Natureza. Nesse sentido, o conceito também é plural, e tem diversas interpretações de acordo com os contextos culturais, históricos e ecológicos[82] (GUDYNAS, 2011, p. 441).

O Bem Viver tem suas raízes nas organizações comunitárias não capitalistas dos povos andinos e amazônicos. Esses povos têm em comum uma cosmovisão que relaciona elementos naturais, espirituais e culturais de formas diferentes da ocidental, sendo mais complexas e agregadoras. O termo Bem Viver é uma tradução aproximada para o português dos termos em espanhol *Buen Vivir*, utilizado no Equador, e do *Vivir Bien*, utilizado na Bolívia, a partir da interpretação dos conceitos *kíchwa* (quéchua, em português) de *sumak kawsay*, que encontra paralelos com o conceito aimara de *suma qamaña* e com o conceito guarani de *nhande-reko* e *tekó porã*, que podem ser entendidos como: saber viver, saber conviver, vida plena, vida em plenitude, respeitar a vida, viver em equilíbrio e harmonia.

[82] The richness of the term is difficult to translate into English. It includes the classical ideas of quality of life, but with the specific idea that well-being is only possible within a community. Furthermore, in most approaches the community concept is understood in an expanded sense, to include Nature. Buen Vivir therefore embraces the broad notion of well-being and cohabitation with others and Nature. In this regard, the concept is also plural, as there are many different interpretations depending on cultural,historical and ecological setting

> Não existe um único *buen vivir;* por exemplo, o *sumak kawsay* do Equador é diferente do *suma qamaña* da Bolívia; traduções aproximadas para categorias Ocidentais no primeiro caso se referem a arte de uma vida comunitária boa e harmoniosa, embora definida em dimensões sociais e ecológicas ao mesmo tempo, enquanto a segunda também se relaciona com a convivência em comunidades diversificadas, mas em territórios específicos. Ao mesmo tempo, é incorreto dizer que o *buen vivir* é uma proposição exclusivamente indígena, como querendo dizer que ele implica em um retorno a condições pré-coloniais, embora essas contribuições sejam essenciais para sua construção[83] (CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS, 2018, p. 112).

As ideias dos povos autóctones desta região, a América, antes chamada de *Abya Yala*, encontram relações que podem ser traçadas com diversas tradições de povos originários do sul global como o Ubuntu africano que pode ser traduzido como "Eu sou o que sou pelo que nós somos", ou seja, a relação comunitária com o outro é central em todas estas tradições.

> O *sumak kawsay*, no que se refere às tradições indígenas andinas e amazônicas, tem a forma de um conceito holístico porque compreende a vida humana como parte de uma realidade vital maior de caráter cósmico cujo princípio básico é a relacionalidade do todo (CORTEZ, apud ACOSTA, 2016, p. 78)

Dessa forma três eixos fundamentais estruturam o Bem Viver: a relação com a natureza, as formas de reprodução da vida social e material, e o decoloniasmo em todas as suas esferas. Para Hidalgo Flor (2012), esses eixos se materializam em quatro pilares de atuação política: a) a oposição ao mercado como regulador de toda a sociedade; b) a crítica à modernidade e à colonialidade a partir das demandas indígenas; c) o aumento da participação direta, especialmente daqueles marginalizados pelo sistema atual; d) a defesa da soberania nacional ante os malefícios da globalização.

A civilização contemporânea se fundamenta na oposição, no conflito e no domínio da natureza como forma de progresso. A natureza é vista como um estoque de matérias-primas a serem extraídas infinitamente como *commodities* através de processos de produção insustentáveis. Grandes campos de monoculturas e pastos gigantescos produtores de gases do efeito estufa, derivados do especismo humano e de uma indústria carnívora baseada na morte de bilhões de animais alimentam uma indústria que tem em sua base o desmatamento de áreas florestais. As indústrias da mineração e dos petroquímicos

[83] There is no single buen vivir; for example, Ecuador's sumak kawsay is different from Bolivia's suma qamaña; approximate translations to Western categories in the first case refer to the art of good and harmonious living in a community, although defined in social and ecological dimensions at the same time, while the latter also address conviviality in mixed communities but in specific territories. At the same time, it is as incorrect to say that buen vivir is exclusively an indigenous proposition, as to say that it implies returning to a pre-colonial condition, although those contributions are essential to its construction.

também são pilares dessa civilização e que, cada vez mais rápido, estão tomando o caminho da autodestruição. O Bem Viver busca a vida em harmonia com a Natureza, de maneira comunitária.

A primeira grande transformação preconizada pelo Bem Viver é o rompimento com o antropocentrismo, presente de maneira central tanto no capitalismo como em todas as experiências socialistas vividas até aqui, para adotar uma postura sociobiocêntrica, na qual o ser humano se vê como parte integrada da natureza e não separado dela. A segunda é a contestação do conceito de desenvolvimento e das formas de reprodução material da vida. Sendo elaborado a partir de uma outra concepção de relação comunitária entre os indivíduos e a natureza, a filosofia do Bem Viver indica que é necessário que o decrescimento[84] se torne a norma econômica e que a produção ganhe caráter comunitário, plural e heterogêneo, ou seja, não se busca um desenvolvimento alternativo, mas sim outros conceitos que superem aquilo que foi imposto como padrão desenvolvimentista no pós-guerra pelo governo dos EUA para o resto do mundo (LATOUCHE, 2009).

O decrescimento não é o oposto do crescimento ou uma espécie de crescimento negativo. Apenas negar o crescimento ou produzir uma diminuição em sua velocidade, como estamos experimentando, produz consequências devastadoras para as sociedades provocando o conflito com as metas econômicas e o abandono de programas sociais, educacionais, culturais, ambientais e de saúde. Latouche (2009) aponta assim para além de uma crítica radical ao desenvolvimento a necessidade de se desenhar contornos de um projeto alternativo para uma política de pós-desenvolvimento. Isso significa trabalhar mesmo e consumir menos o que exigirá a criação de uma nova maneira de viver, desbloqueando o imaginário constituído pelo totalitarismo economicista. O autor propõe então oito objetivos capazes de iniciar um ciclo virtuoso voltado para o decrescimento:

- **Reavaliar** (os valores sobre os quais a sociedade se baseia);
- **Reconceituar** (tendo a construção social como base);
- **Reestruturar** (de que forma se organiza a economia e a base produtiva);
- **Redistribuir** (alterando a forma como se provê o acesso aos recursos naturais, à produção e à riqueza)
- **Relocalizar** (promovendo iniciativas de consumo da produção local);

[84] Nas palavras de Latouche (2009, p. 4) “o decrescimento é um slogan político com implicações teóricas, uma "palavra-obus” como diz Paul Ariès, que visa acabar com o jargão politicamente correto dos drogados do produtivismo. (...) A palavra de ordem “decrescimento” tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e, portanto, para a humanidade. Não só a sociedade fica condenada a não ser mais que o instrumento ou o meio da mecânica produtiva, mas o próprio homem tende a se transformar no refugo de um sistema que visa a torná-lo inútil e a prescindir dele.”

- **Reduzir** (transformando as formas de consumo e gastos da produção);
- **Reutilizar** (dando sobrevida para todos os objetos); e
- **Reciclar** (em toda e qualquer atividade) (LATOUCHE, 2009)

O terceiro grande ponto de transformação é o decolonialismo, não apenas enfrentando o eurocentrismo, mas buscando eliminar com todas as formas de opressão do homem pelo homem e da natureza pelo homem. Somam-se a essa busca as noções de plurinacionalidade e bioigualitarismo, conceitos tão caros aos povos originários. Reconhece valores intrínsecos e atribui à natureza um estatuto de sujeito, deslocando a ideia de que apenas o ser humano é a fonte de valores. O *Buen Vivir*, que promove fortemente essa perspectiva, defende a necessidade de explorar alternativas ao desenvolvimento além do conhecimento eurocêntrico tradicional. O decolonialismo desempenha um papel fundamental nesse contexto, incluindo o trabalho de intelectuais indígenas e ideias de pensadores como Walter Mignolo. Essa descolonização abre caminho para diferentes compreensões, racionalidades e visões de mundo. Além disso, respeita a pluralidade de concepções, sem impor hierarquias. A abordagem clássica do multiculturalismo liberal é inadequada para esse propósito, requerendo, portanto, uma visão intercultural. Assim, o *Buen Vivir* não se limita à simples coexistência de culturas, mas promove um diálogo e uma práxis intercultural voltada para a promoção de alternativas ao desenvolvimento. Um de seus princípios fundamentais é a dissolução do dualismo entre Sociedade e Natureza. Nessa visão, a Natureza se integra ao mundo social e as comunidades políticas podem, em alguns casos, se estender aos não-humanos. Isso implica reconhecer os desejos e sentimentos dos não-humanos, sejam animais, plantas, ecossistemas ou espíritos. A noção de *pólis* e de cidadania é expandida para incluir esses outros atores e suas configurações ambientais (GUDYNAS, 2011, p. 445).

A filosofia busca um mundo de muitos mundos, contrário à visão hegemônica atual que impõe um único modelo de vida para todas as populações. Cada um destes pilares e seus desdobramentos no decorrer do texto serão analisados, mas é importante compreender que o *Buen Vivir* não busca se tornar uma regra geral ou um modelo de desenvolvimento dominante, mas sim reconhecer e possibilitar a diversidade de visões de mundo e modos de reprodução da vida por meio de ações políticas que respeitem o outro. Pode ser considerado uma plataforma onde visões críticas do desenvolvimento são compartilhadas. Estas posições são consideradas alternativas não para ajustar as estratégias atuais, mas como substitutas da própria ideia de desenvolvimento. Essa plataforma também serve como base para o movimento de alternativas ao desenvolvimento, com posições que promovem perspectivas éticas baseadas em valores que vão além do utilitarismo, que reduz a vida a valores econômicos. Outras formas de valorização da vida são promovidas, como a estética, a cultural, histórica, ambiental, espiritual, em oposição e ampliação

de conceitos como o capital humano ou natural, sendo incorporados e ressignificados a partir da ideia de patrimônio. Assim, se afasta da predominância da racionalidade instrumental e manipulativa que busca controlar e dominar tanto as pessoas quanto a natureza. Além disso, não adere à ideia clássica de progresso linear na história, mas reconhece a possibilidade de múltiplas direções. Transcende o aspecto material e abrange uma dimensão comum relacionada à partilha de sentimentos e afetos, refletidos nas experiências de felicidade, tristeza, rebelião e compaixão vivenciadas por muitos movimentos sociais (GUDYNAS, 2011).

O que começou com um movimento indígena de resistência e de sobrevivência de sua cultura ganhou corpo e se tornou um ponto de contato entre a atualidade e os saberes ancestrais dos povos latino-americanos através de um eixo comum: as lógicas de dominação e de opressão devem ser substituídas pela convivência e pela reciprocidade, abrindo a trilha para um “outro” projeto civilizatório, não apenas mais uma forma de desenvolvimento baseado nas relações econômicas travestido de preocupação ecológica, social ou uma fantasia de retorno à vida selvagem abrindo mão dos avanços sociais e tecnológicos, mas uma efetiva transformação das formas de construção da sociedade. A ideia de liberdade individual e de sucesso baseado na negação, opressão e supressão do outro é contraposta a partir da visão de comunidade, dos comuns e da reciprocidade. No contexto do capitalismo, a economia e a sociedade operam com base na premissa de que o maior progresso social possível é alcançado pela busca da realização pessoal, muitas vezes à custa da negação do outro, em um ambiente de competição no mercado, onde a defesa irrestrita da propriedade privada é valorizada. Esse modelo, fundamentado no individualismo e na propriedade privada dos meios de produção, gera uma ordem social autorregulada, onde os indivíduos se desenvolvem de forma isolada.

O *Buen Vivir* representa uma ruptura com essa lógica e defende a visão de uma comunidade, dos bens comuns e da reciprocidade como alternativa ao paradigma do "eu-sem-nós" e da ênfase na propriedade privada dos meios de produção (ACOSTA, 2016). Estabelece-se, portanto, contra a individualidade, a favor do sentido comunitário, da relação entre os indivíduos com sua ancestralidade e com seu território de forma não saqueadora, buscando sentido nas tradições e potencializando construções políticas de utopias onde se constrói um mundo de muitos mundos baseado nas múltiplas percepções das realidades locais e em suas relações com o global. Conceitos como a ecosofia, o multiverso, pluriverso, bioigualitarismo, cosmovisão relacional, plurinação, decrescimento (ACOSTA et al., 2018), passam a fazer parte do vocabulário junto com o feminismo, o decolonialismo, a luta antiracista, o humanismo, o cooperativismo, se opondo ao conceito de globalização neoliberal atual e propondo alternativas de atuação local. O ponto de partida é a filiação do homem com a mãe Terra, *Pacha Mama*, estabelecendo uma relação de

integralidade e de reciprocidade, entre todos os seres vivos, humanos e não humanos. Esta construção se dá de dentro para fora, de baixo para cima, aprofundando a participação democrática comunitária. Não é possível, portanto, aproximar o Bem Viver de políticas neodesenvolvimentistas ou a uma espécie de "*ecological fix*" ou do estado de bem-estar social.

A melhoria das condições de vida não pode depender exclusivamente das relações de mercado e da financeirização das condições de reprodução da vida, como, por exemplo, a crença atual de que os problemas ambientais podem ser resolvidos com negociações de créditos de carbono ou outras medidas econômicas, ao invés de uma construção coletiva e comunitária das normas e regulações. O resgate da relação do homem como parte da natureza altera significativamente as maneiras como se atua no campo econômico, político, social, cultural e espiritual, contrapondo o sentido de globalização. A ideia de desenvolvimento atual, a partir da concepção de crescimento material infinito, baseada na exploração de recursos naturais finitos, porém tratados como inesgotáveis, e de um mercado pretensamente capaz de absorver toda essa produção, é posta em xeque por esta mudança de paradigma. A dicotomia internacional de desenvolvimento, que separa os países em "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos", em ricos e pobres pela acumulação ou despossessão de bens materiais, independente das realidades locais e de suas necessidades reais, não encontra eco nos saberes indígenas que fundamentam o *Buen Vivir*.

> Nesse sentido, abordagens de desenvolvimento como o Bem Viver – apesar de apresentar um cunho filosófico utópico mais do que uma proposta de mudanças concretas; mais inspiração do que uma revolução no modo de pensar; mais sonho do que realidade –, demonstram, sem dúvida, uma possibilidade de resistência ao modo de vida questionável predominante da sociedade, propondo um novo arcabouço cultural, centrado no equilíbrio, bem-estar e sustentabilidade (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017, p. 240)

A raiz comunitária da vida, que pretende construir localmente seus próprios significados, com base em suas próprias manifestações e relações com o meio é um dos alicerces mais fortes do seu paradigma. Durante o processo constituinte de Equador e Bolívia, em 2008 e 2009 respectivamente, o Bem Viver tomou contornos formais ao ser incorporado na constituição destes dois países. A legislação equatoriana reconheceu a natureza como um sujeito de direitos, propondo toda uma perspectiva ética com o meio ambiente diferente da atual, reconhecendo o valor em si de todos os seres vivos mesmo quando eles não têm qualquer utilidade para os humanos. Segundo Acosta (2016) a constituição boliviana reconheceu o valor de *Pacha Mama* mas não mudou o eixo antropocêntrico para o biocêntrico na medida em que continuou defendendo a industrialização dos recursos naturais. Este talvez seja o maior desafio de efetivar

práticas baseadas no Bem Viver: criar alternativas para velhos e insustentáveis mercados como o petroleiro ou o das matrizes energéticas não renováveis.

6.1.1. "Oi, sumida…" ou Fazendo as Pazes com a Natureza

Freud elenca como marco civilizatório a oposição, dominação e a superação da natureza. Deste rompimento construímos nossa cultura ocidental buscando nos proteger das ameaças naturais (sejam condições climáticas ou outros seres vivos), aumentar a nossa produção material (de alimentos e de utensílios) manipulando totalmente a escala e as formas de cultivo e extração, e lutando contra o passar do tempo e a inexorabilidade da morte (desde o uso de medicamentos e tratamentos até a aplicação de nano tecnologias e máquinas automatizadas para cirurgias, passando por todo o tipo de rituais como a mumificação). Talvez boa parte do mal-estar da civilização tenha suas raízes neste conflito. Pelas cosmovisões indígenas, os seres humanos são parte da natureza, e em última instância a natureza mesma, e viver em comunidade e em harmonia com ela não depende apenas de políticas compensatórias ou reparadoras, mas de formas de se relacionar e de interagir com ela, como elemento constituinte do ser em si. Reatar os laços de pertencimento com Pacha Mama faz enxergar outras possibilidades de ação e de construção civilizatórias. Retirar o homem do topo das relações com a natureza nos coloca em uma necessária relação de igualdade com os outros seres vivos e, em consequência, com o próprio homem. A precarização do trabalho perde a razão de ser dentro de uma perspectiva comunitária de produção e o tempo livre, o da vida em si, ganha outra significação.

Dentro da perspectiva do Bem Viver a cadeia produtiva capitalista assume outra conotação, ao invés de elos de serviços que se somam para a produção de um bem material, passam a ser formas de aprisionamento do trabalho humano. A acumulação de capital aprisiona o homem no único significado possível num sistema que tem como objetivo acumular mais capital e de forma mais acelerada. A civilização está estruturada dentro dos preceitos de competitividade e de acumulação e a repactuação com a natureza poderá transformar estes preceitos, segundo Acosta, a começar por uma superação do capitalismo, pelo menos na forma como regula a vida social atualmente. Superar o capitalismo é construir novos modos de vida que não sejam condicionados pela acumulação do capital. A visão comunitária se contrapõe à acumulação, a natureza ao capital. O confronto entre as forças conservadoras da manutenção do poder político e econômico e as possibilidades de construção social comunitária frustram os esforços de uma implementação maior do Bem Viver exatamente por ele questionar os privilégios daqueles que sempre se beneficiaram pelo uso da opressão. Porém, a manutenção da economia nos moldes atuais é dependente da natureza, tornando inevitável o reencontro com ela. Essa mudança é, talvez, o maior

desafio da humanidade, tendo em vista que a maior parte desta é atualmente viciada no consumo de derivados de petróleo e da exploração predatória dos recursos naturais. O reconhecimento de direitos para a natureza não pode ser uma imposição de valores, mas sim uma demanda surgida a partir das comunidades locais e de suas relações com seu meio. O papel do Estado, como concentrador de poder, deve ser repensado e transformado em um facilitador de construções do comum. Ao invés de continuar buscando o desenvolvimento que nunca chega, o Estado deveria ser um impulsionador das realidades locais.

6.1.2. Desenvolvimento?

Nos anos que se seguiram após o final da Segunda Guerra Mundial e o começo da Guerra Fria o mundo enfrentava os desafios de reconstrução dos países devastados. Mesmo aqueles que não tiveram grandes danos físicos, como os países da América do Sul, passaram por reformas estruturantes como as que reconfiguraram as sociedades em todo o mundo. Recém-eleito para seu segundo mandato, o presidente dos EUA Harry Truman discursou para o Congresso norte americano e emitiu a "certidão de nascimento" do conceito de desenvolvimento em 20 de janeiro de 1949.

> Nosso propósito tem que ser o de ajudar os povos livres do mundo para que, através de seus próprios esforços, produzam mais alimentos, mais vestuário, mais matéria prima para a construção de moradia e mais poder mecânico para aliviar seus fardos. Convidamos outros para juntar seus recursos tecnológicos nesta empreitada. Suas contribuições serão calorosamente recebidas. Esta deve ser uma jornada cooperativa na qual todas as nações trabalharão juntas através da ONU e suas agências setoriais sempre que preciso. Deve ser um esforço global para alcançarmos a paz, a abundância e a liberdade. Com a cooperação das empresas, do capital privado, da agricultura, e do trabalho neste país, este programa pode aumentar sensivelmente a atividade industrial em outras nações e pode aumentar substancialmente seus padrões de vida. Estes novos desenvolvimentos econômicos devem ser planejados e controlados para beneficiar as pessoas das áreas nas quais elas estão estabelecidas. As garantias para os investidores devem ser fornecidas pelas garantias no interesse das pessoas para quem esses recursos e trabalhos irão ser desenvolvidos. O antigo imperialismo - exploração para lucro estrangeiro - não tem espaço em nossos planos. O que nós buscamos é um programa de desenvolvimento baseado no jogo limpo democrático. Todos os países, incluindo o nosso, irão se beneficiar enormemente de um programa construtivo para o melhor uso dos recursos humanos e naturais. A experiência mostra que nosso comércio com outros países expande conforme eles se desenvolvem industrial e economicamente[85]

[85] Our aim should be to help the free peoples of the world, through their own efforts, to produce more food, more clothing, more materials for housing, and more mechanical power to lighten their burdens. We invite other countries to pool their technological resources in this undertaking. Their contributions will be warmly welcomed. This should be a cooperative enterprise in which all nations work together through the United Nations and its specialized agencies whenever practicable. It must be a worldwide effort for the achievement of peace, plenty, and freedom.

(TRUMAN, 1949).

Este discurso aponta para as novas bases de investimento do grande capital naquele momento, onde ele seria investido e de que forma. O caminho para o sucesso e a superação das mazelas do mundo agora passava a ser único e a ter nome próprio: Desenvolvimento. É importante notar que antes não se falava de "desenvolvimento", mas de múltiplas formas de combater os problemas que se apresentavam, como, por exemplo, acabar com a fome, aumentar a produção, construir casas, controlar os meios de produção, e o "desenvolvimento" sintetizou todas estas construções sociais em uma única bandeira. Esta simplificação da vida fortalece uma postura dicotômica entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, ricos e pobres, avançados e atrasados, civilizados e selvagens. A própria ordenação do mundo durante a Guerra Fria, em primeiro, segundo e terceiro mundos, ajudou a cristalizar este conceito em cima de dualidades simplificadoras (SACHS, 2010). Para além disso, o conceito de desenvolvimento defendido por Truman desconsidera qualquer tipo de limite para a produção, o importante é produzir cada vez mais não importando a que custo ou para atender qual demanda. Produzir infinitamente, ter mais produtos à disposição, independentemente das reais necessidades da população, vai produzir lugares desenvolvidos e que vão ter melhores relações comerciais internacionais.

As intervenções estrangeiras preconizadas por Truman, fantasiadas de democracia, levaram não só investimentos para os demais países como também a cultura norte-americana, agências econômicas reguladoras internacionais, o protecionismo econômico a possíveis concorrentes, além de incursões militares e diplomáticas que não poucas vezes levaram à desordem institucional e a golpes de Estado. Dessa forma o país mais forte política e economicamente do pós-guerra financiava a reconstrução do mundo ao seu jeito, introduzindo a "democracia" como base política para fomentar o "desenvolvimento". Os países e nações "atrasados" enxergaram um caminho simples e rápido para superar sua situação desprivilegiada e atingir também o status de "desenvolvido", bastava conseguir mais crédito para produzir mais.

With the cooperation of business, private capital, agriculture, and labor in this country, this program can greatly increase the industrial activity in other nations and can raise substantially their standards of living. Such new economic developments must be devised and controlled to the benefit of the peoples of the areas in which they are established. Guarantees to the investor must be balanced by guarantees in the interest of the people whose resources and whose labor go into these developments. The old imperialism--exploitation for foreign profit--has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair-dealing. All countries, including our own, will greatly benefit from a constructive program for the better use of the world's human and natural resources. Experience shows that our commerce with other countries expands as they progress industrially and economically.

As consequências do desenvolvimento são sentidas nas mais variadas formas, desde o excesso de produção de alimentos (que nos níveis atuais poderiam erradicar com a fome em todo o mundo), passando pela dependência do automóvel e dos derivados de petróleo, até as estruturas das cidades, incluindo os shopping centers e empresas multinacionais, repetindo seus padrões estéticos e de produtos em qualquer parte do mundo que se encontrem, atingindo até mesmo os papéis sociais desempenhados pelas pessoas, sempre à custa da singularidade cultural e social. Gradualmente, o papel do cidadão é substituído pelo do consumidor e a lógica mercantil prevalece sobre o envolvimento político no domínio público. O conceito de pós-desenvolvimento revela que o desenvolvimento se autoproclama como um processo linear, caracterizado por um progresso contínuo e inescapável. Isso resulta na marginalização de outras manifestações culturais e estilos de vida, rotulando-os como antiquados e atrasados, que devem ser "superados", seja através de sua dissolução ou através da tomada do controle por especialistas e, em casos extremos, através da pura eliminação por meios violentos (GUDYNAS, 2014).

A busca pelo desenvolvimento trilha caminhos estabelecidos pelos países do norte global através de agências reguladoras internacionais como o Banco Mundial, o FMI, a OMC, a ONU, exportando seus localismos e operando de maneira hegemônica. Este processo dificulta a globalização de localismos do sul e aumenta o impacto da globalização neoliberal. Estas organizações operam de forma desterritorializada, em consonância com os interesses de empresas e conglomerados transnacionais, influenciando e direcionando ações e práticas nos países do sul global, aumentando as desigualdades e ampliando os problemas ambientais e sociais locais, que acabam “justificando” a contínua ação destes órgãos internacionais que reforçam práticas colonialistas (SILVA; GUEDES, 2017).

A questão central é: nestes últimos 70 anos de “desenvolvimento”, quantos países efetivamente superaram seus problemas seguindo estes preceitos? A (não) resposta para essa pergunta impulsiona a busca por alternativas ao desenvolvimento e a imaginar construções políticas do pós-desenvolvimento. Não parece haver muitas alternativas que não as de superação do conceito de progresso, baseados na destruição ambiental e no desamparo social. O Estado de Bem-estar Social surgiu com a promessa de levar o desenvolvimento para as populações menos desenvolvidas e falhou. A ideia de desenvolvimento vestiu sua nova roupa neoliberal, agora combatendo o “inimigo” Estado, livre de suas amarras, fazer o desenvolvimento surgir a partir do esforço individual. A crise de 2008 mostrou que esse projeto também falhou. Na atualidade, com as grandes promessas do avanço tecnológico, de redes digitais atuando fortemente no mundo físico e em meio a uma nova revolução industrial, o mito do desenvolvimento

permanece e já é possível encontrar autores alertando para a constituição de um "technofeudalismo"[86] em nome de uma profecia que nunca se cumpre. Há um paradoxo instalado nessa formulação de desenvolvimento que tenta articular crescimento e oportunidades para todos através da competição e da individualidade. A saída seria não buscar alternativas **de** desenvolvimento, mas alternativas **para** o desenvolvimento, desconstruindo o modelo deste desenvolvimento que tem como raiz o extrativismo desmedido (SAVAZONI, 2018).

Por estar fundado na cosmovisão andina e amazônica de relação comunitária não capitalista com o outro e com a natureza, o Bem Viver parece apontar caminhos que poderiam ser trilhados para a superação do paradigma do desenvolvimento. As filosofias nativas de *Abya Yala*, anteriores ao Estado moderno, sustentam a construção de um horizonte pós-desenvolvimento pois baseiam-se nas construções de uma vida comunitária, irmanada com a Natureza e filiada à *Pacha Mama*. O pós-desenvolvimento relaciona as diversas esferas de reprodução da vida a partir de suas localidades, de suas realidades, de suas potencialidades, de seus saberes e fazeres, construindo formas de harmonia entre os seres humanos, os seres não humanos e a Natureza em comunidade.

6.1.3. Decolonialismo ou SAI DE CIMA!

Mais de 500 anos de políticas colonialistas transformaram substancialmente as formas de vida na América do Sul. Foram suprimidos direitos, formas de vida, de relação com o outro, com a natureza, em nome da mercantilização e da civilização. Com o fim do colonialismo, através dos processos de independência dos países colonizados, surgem correntes buscando um entendimento sobre o "pós-colonialismo". Dois entendimentos surgem daí, um primeiro, na primeira metade do século XX, exatamente sobre esse processo político e social de independência, libertação ou emancipação dos países colonizados, especialmente na Ásia e África; e um segundo relacionado a uma corrente de estudos acadêmicos que ganharam evidência em universidades estadunidenses e inglesas a partir da década de 1980. Esses

[86] Yanis Varoufakis, economista, ex-deputado do parlamento grego, e Cédric Durand tem defendido a ideia de que o capitalismo industrial foi substituído por um capitalismo rentista, onde a competição da produção de mercadorias é substituída por uma lógica de apropriação de bens e serviços geradores de valor. O tecnofeudalismo é um termo usado para descrever um sistema social e econômico em que as grandes empresas de tecnologia exercem um poder e influência desproporcional sobre a sociedade. Essas empresas, como Google, Amazon, Facebook e Apple, controlam grandes quantidades de dados, infraestrutura e plataformas de comunicação, o que lhes daria uma grande capacidade de controlar a vida das pessoas. Esse sistema é antidemocrático e explorador, tendo em vista que as grandes empresas de tecnologia detêm um poder excessivo sobre a sociedade, e que esse poder é usado para controlar a informação, restringir a concorrência e aumentar os lucros.

estudos reconheciam a colonização, o colonialismo e seus impactos buscando sua superação, tendo sido elaborados por pesquisadores como os martinicanos Aimé Césaire (1913-2008) e Franz Fanon (1925-1961), este também participante ativo na revolução argelina, o professor e escritor tunisiano Albert Memmi (1920-) e o palestino Edward Said (1935-2003). Estes autores deram voz a uma epistemologia até então sufocada pelo próprio colonialismo, nesse caso travestido pelo eurocentrismo acadêmico. Em comum entre esses autores está a denúncia da dominação do "Ocidente" sobre o "outro". A década de 1970 foi marcada pela produção de autores indianos que formaram o Grupo de Estudos Subalternos[87] buscando estudar os impactos da colonização na historiografia indiana. A partir da década de 1980 os estudos decolonialistas chegam às universidades americanas, primeiramente nas dos EUA, e passaram a abordar temas relacionados com a diáspora africana, o impacto da escravização no continente e as relações culturais que se formaram na construção das sociedades atuais a partir desse prisma. Na década de 1990 foi formado o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, que tem Walter Mignolo como expoente mais radical ao criticar o imperialismo dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos "originais" por não romper com a literatura "clássica" eurocentrista. Para Mignolo (1998) as construções dos outros grupos subalternos, principalmente dos autores indianos, não deveriam ser simplesmente assumidas e incorporadas aos estudos americanos pois a história e as características coloniais destes dois lugares se deram de maneiras totalmente diferentes.

> Atualmente, diversos autores e autoras, situados tanto nos centros quanto nas periferias da produção da geopolítica do conhecimento, questionam o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o liberalismo científico contidos no *mainstream* das ciências sociais. Essa busca tem informado um conjunto de elaborações denominadas Teorias e Epistemologias do Sul. (...) O papel e a importância da teoria repousam não somente na sua capacidade explicativa mas também no seu potencial normativo. Se toda teoria serve para algo ou para alguém, é razoável partir do princípio de que ela reproduz relações de colonialidade do próprio poder. Historicamente, a teoria e a filosofia política foram predominantemente pensadas no Norte e para o Norte. Por um lado, ela serviu como pilar fundamental para a arquitetura da exploração, dominação e colonização dos povos não situados no Ocidente exemplar. Por outro, o Ocidente foi capaz de reagir desde dentro, improvisando teorias outras, críticas e contra hegemonias. Essa marginalidade teórica dialoga com as versões periféricas e subalternas produzidas fora do Norte. Dessa perspectiva, decolonizar a teoria, em especial a teoria política, é um dos passos para decolonização do próprio poder (BALLESTRIN, 2013, p. 109).

[87] Subalterno nesse caso refere-se a um grupo desagregado que se une provisoriamente e tende a se manter assim por pressão das forças dominantes (BALLESTRIN, 2013)

O pensamento decolonialista não pode se restringir a lutar apenas pela autonomia das nações, mas deve se expandir para extinguir todas as formas de opressão do homem. Decorre do pensamento decolonialista o conceito de plurinação onde o mundo é formado por muitos mundos. Aceitar as diversas tradições e culturas como constituintes da unidade de uma nação não é apenas um avanço civilizatório, mas um compromisso histórico. Constituir um Estado plurinacional não significa apenas promover políticas afirmativas ou compensatórias em determinados setores da sociedade, mas incorporar estas possibilidades em todas as áreas de atuação do Estado. Dentro dessa perspectiva, os códigos culturais dos povos originários, bem como das culturas afrodescendentes são incorporados pelo Estado plurinacional que elabora ações e políticas da mesma forma que faz hoje com as tradições eurocêntricas. Há a necessidade de uma profunda horizontalidade nos processos de tomada de decisão do Estado, rompendo com as hierarquias pré-estabelecidas e enraizando os processos democráticos participativos a partir da criação de espaços comunitários de deliberação. A prática do Bem Viver não é a de aprimoramento das ações atuais do Estado, através de ajustes ou reformas técnicas, mas uma profunda refundação das nações pensadas de maneira comunitária tendo como base tanto os Direitos Humanos como os Direitos da Natureza (MAMANI, 2010; SACHS, 2010).

As Constituições de Equador e Bolívia assumiram este desafio e a plurinacionalidade foi incorporada em suas cartas magnas, propondo uma concepção alternativa de organização da sociedade. Este foi um primeiro passo na tentativa de materializar os conceitos do Bem Viver. Apesar do desejo explícito de incorporar às nações estas outras formas de organização social, as estruturas já estabelecidas são sólidas e refratárias a mudanças. A desconstrução da hierarquia bem como a delegação de poder em estruturas horizontais e comunitárias vem enfrentando muita resistência para sua efetivação nestes países, principalmente quando o poder econômico se sente ameaçado. Se em um primeiro momento, as reservas amazônicas de petróleo no Equador tiveram seu direito de não exploração respeitados, com a mudança de gestão e de cenário político, num segundo momento, fez com que todo esse esforço acabasse por seguir o mesmo destino que as reservas bolivianas, e do resto do mundo, o da exploração desenfreada. Em agosto de 2023 um plebiscito foi realizado e 59% dos votantes decidiram pela não exploração do petróleo no parque Yasuni, que abrange setores da Amazônia e dos Andes. Estima-se que um único hectare de terra desta região pode abrigar mais espécies de animais do que toda a Europa, bem como uma diversidade de árvores superior à encontrada em toda a América do Norte. Abaixo da terra, nas camadas subterrâneas, está a maior reserva de petróleo bruto do Equador, que teve seus direitos resguardados pelo plebiscito. A região também é conhecida por abrigar povos indígenas em isolamento,

sendo o plebiscito organizado a partir de ações legais promovidas por movimentos indígenas equatorianos.

O processo de transição para o Bem Viver é longo e trabalhoso, devendo adotar práticas que fortaleçam a matriz sustentável e comunitária enquanto abre mão das lógicas de financeirização e mercantilização. As premissas de transformação de dentro para fora e de cima para baixo se tornam ainda mais necessárias tendo em vista a capacidade reduzida que o sul global tem de globalizar seus localismos, consequência da adesão de nossos governos locais às propostas de desenvolvimento elaboradas e impostas pelas agências internacionais de regulação que negligencia os saberes tradicionais, as epistemologias locais em nome de padrões exteriores. Este apagamento possibilita que a economia e o mercado sejam vistos como as únicas instituições mediadoras para a satisfação dos indivíduos e da sociedade (SILVA; GUEDES, 2017).

Se a lógica neoliberal é baseada em processos de segmentação e de divisão dos agentes sociais e comunitários, a contraposição a este sistema necessariamente se dá através da constituição de bens comuns ontológicos de forma que as comunidades possam efetivamente se apropriar deles e construir novas relações a partir daí. A produção de valor através dos conhecimentos, dos saberes, dos valores e das práticas de construção destes bens comuns representam uma real possibilidade de contrapor à influência do mercado no sentido de reduzir os comuns a mais um produto, diminuindo a relevância dos processos de governança e de construção destes bens. Como a integração dos comuns aos tradicionais circuitos de produção de valor não é de fácil realização, abre-se uma janela de oportunidades para se construir as bases de uma produção pós-capitalista de suficiência, e não de excedente, e de solidariedade, ao invés de acumulação.

6.2. Comuneiros do mundo: uni-vos!

A democracia se constitui do encontro de posicionamentos diversos buscando algum tipo de consenso comunitário. O momento que vivemos atualmente é fortemente baseado em conceitos individualistas e anti-comunitários. Não por acaso vemos aumentar por todo o mundo ameaças de governos totalitários em países com a democracia estabelecida há décadas. Nosso tempo tem buscado formas de recuperar sentidos de participação e de coletividade que parecem estar se dissolvendo nas sociedades planetárias. O conceito de comum ganha força na medida em que responde aos anseios coletivos de construção social da humanidade enquanto se afasta de experiências passadas de controle da individualidade por um aparelho estatal. Dardot e Laval (LAVAL; DARDOT, 2017) classificam três categorias históricas para representar o comum: uma teológica, uma jurídica e uma filosófica. A origem teológica do comum é baseada nos princípios das instituições religiosas que entendem que a busca por um “bem comum” é o

princípio norteador e responsabilidade de todos que seguem a doutrina. A origem jurídica de certa forma se aproxima de uma visão economicista ao classificar como “bens comuns” coisas sobre as quais deveríamos ter direitos, como a água, o ar ou o conhecimento. A origem filosófica é aquela que busca entender o comum em relação ao universal (aquilo que é comum a todos) ou aquilo que é banal. Há ainda uma tendência a querer entender o comum dentro da esfera da organização estatal, como sinônimo de público. “Insistimos em que a pretensa “realização” do comum pela propriedade de Estado nunca foi mais do que a destruição do comum pelo Estado” (LAVAL; DARDOT, 2017, l. 11.2 ebook)

> O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo, o princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial.(LAVAL; DARDOT, 2017, l. 9.63 ebook)

O comum se estabelece a partir da ação comunitária de criar e gerir o comum. Não necessariamente o comum e o público (como campo de ação do Estado) estão alinhados e, muitas vezes, estão em conflito. Isso talvez possa ser explicado pela maneira como diferentes países se organizaram politicamente, especialmente no que diz respeito à ideia de "esfera pública". Na maioria dos países, "público" está automaticamente associado ao "Estado", refletindo a falta histórica de uma esfera comunitária sólida entre o indivíduo e as instituições estatais. Da mesma forma, na tradição anglo-saxônica, termos como "escolas públicas" e "vivendas públicas" não se referem ao Estado, mas a contextos moldados pela ação da comunidade. Isso sugere que, apesar das mudanças provocadas pelo capitalismo industrial, financeiro e pelo neoliberalismo político, nesses países, o Estado e as esferas individuais ainda não englobam toda a experiência sociopolítica (FERNANDES, 2021). A questão é que antes de um conceito, o comum se estabelece em uma prática, uma construção coletiva e comunicativa através da solidariedade, se opondo a práticas individualistas geradoras de desigualdades. O comum se estrutura a partir de um vocabulário que inclui ações como o “compartilhamento, a colaboração, a organização emancipatória, soluções e resultados socializados” (SAVAZONI, 2018, p. 13) possibilitando a elaboração de uma perspectiva de ação social comunitária que estabelece parâmetros para o pós-desenvolvimento do Bem Viver na medida em que enfrenta a ordem neoliberal e as propostas estatais de regulação.

O comum ainda disputa a melhor definição gramatical em português (podemos encontrar a grafia Comum, Comuns, bens comuns) e compartilha da mesma problemática tanto em espanhol, idioma em que se encontra o *común* ou *procumún* (que atualmente é a grafia mais utilizada) e no inglês com os

termos *commons* e *commoning*[88], que são fundamentais para o conceito mas não encontram tradução literal para o português. O comum é aquilo que ao beneficiar um, beneficia a todos através do compartilhamento em uma comunidade, seja ele uma coisa ou, principalmente, uma prática social. O essencial desta discussão é compreendermos que o comum se constitui em uma ação de gerenciamento autogovernado por uma comunidade. Dessa forma, põe em xeque os preceitos neoliberais de precarização do trabalho e do individualismo, do *self made man* e da impessoalidade nas relações. O comum se estabelece no ato de criar coletivamente soluções compartilhadas e distribuídas, na efetivação do Bem Viver, no cuidado coletivo, na minimização de perdas e na busca por autonomia e liberdade da pobreza em todos os seus sentidos.

> Dito de outra forma, não é só a coisa compartilhada, mas também o seu compartilhamento por uma comunidade; ou, nas palavras de Massimo De Angelis, "there is no commons without commoning": um bem comum é simultaneamente um "substantivo" (o conjunto de bens compartilhados) e um "verbo" (a ação de compartilhar; o commoning, o "fazer comum") (SAVAZONI, 2018, p. 136).

O comum se fortalece ao propor um aprofundamento da democracia, de maneira muito mais direta e participativa, baseada no autogoverno local em contraposição a mais uma proposta alternativa reformista de atuação do Estado como entidade representativa ou defensora da população. Essa postura, de forma alguma, é a criação de espaços a serem cooptados pelo mercado em nome de uma pretensa liberdade individual, uma "pilhagem silenciosa", como prega a lógica proprietária e mercantil do neoliberalismo, que se propaga infinitamente e parece não encontrar limites.

Tradicionalmente, o conceito de "comum" tem raízes profundas nos bens naturais, envolvendo elementos como água, ar, terra, oceanos, alimentos, florestas e genes. No entanto, no século XXI, assiste-se a um ressurgimento do interesse por esse conceito, especialmente com a proliferação da *internet* e a disseminação de conteúdos e bens digitais. Nesse contexto, a noção de "comum" foi expandida para abranger não apenas os elementos naturais, mas também o próprio ciberespaço, as formas de interação entre indivíduos, o *software* de código aberto, os modelos de direito autoral, como o *Creative Commons*, e até os espaços públicos urbanos. Em todos esses casos, o "comum" emerge por meio de esforços colaborativos e autogeridos, o que resulta na criação de direitos compartilhados e multifacetados. O "comum" pode ser considerado como a soma de elementos essenciais, como ar, luz, oceanos, alimentos, corpos e patrimônio ambiental, juntamente com aquilo que a sociedade produz para benefício coletivo,

[88] O termo inglês *commoning* tem especial relevância por fazer referência a uma ação e não apenas a um substantivo, podendo ser entendido em uma tradução livre como "comunar".

incluindo arte, *software* de código aberto, a internet e os espaços públicos urbanos. A gestão comunitária desse conjunto de bens é realizada por meio da autogovernança de pares envolvidos. Essa abordagem simétrica reconhece que tanto a natureza quanto a cultura desempenham papéis interconectados nesse contexto. Portanto, os direitos não se restringem apenas aos seres humanos, mas também englobam o âmbito do não humano, representando uma perspectiva mais ampla e inclusiva do "comum" no século XXI (SAVAZONI, 2020, p.42).

As transformações idealizadas pelo Bem Viver ganham contornos práticos com a adoção do comum como meio para a construção de uma outra civilização pós-desenvolvimento e pós-capitalismo. O comum não trata apenas de coisas ou de recursos físicos, mas da construção de vínculos e de culturas participativas; com processos de democracia direta, de dentro para fora e de baixo para cima e, ao suplantar o papel do Estado na definição dos direitos e na co-gestão da coisa pública. Segundo Menezes(2020) a busca por cooptar o comum ou institucionalizar a ação se revela em três categorias: o capitalismo uberizado; o capitalismo “ecológico” e; nas economias sociais ou solidárias. O capitalismo uberizado se utiliza de plataformas descentralizadas e compartilhadas, baseadas em tecnologias digitais, para eliminar os direitos trabalhistas e transformar cidadãos em clientes e funcionários em “empreendedores”. O capitalismo ecológico utiliza o mercado como referência de ações sociais, de forma que todos os impactos positivos são transformados em chamarizes para a atuação e os negativos são precificados e embutidos no custo da produção. A organização destas empreitadas normalmente é feita através de cooperativas que servem como forma de terceirizar os serviços e emprestar o status de ação comunitária. Por fim as economias sociais e solidárias agem entre o Estado e o mercado, atuando ora como co-gestores da coisa pública de forma autogestionada, atendendo a interesses públicos do Estado (MENEZES; NAGAO, 2020).

O mundo digital possibilitou a criação de novas formas de viver, mais dinâmicas, descentralizadas e conectadas. Atualmente as empresas que estão no topo dos *rankings* com maior valor de mercado são as de tecnologia e que modificam continuamente nossas formas de vida. A tecnologia se apresenta como novo paradigma, impulsionando uma nova revolução tecnológica e prometendo a melhoria da qualidade de vida da humanidade. A adoção do comum como prática geral parece relegada ao fracasso, especialmente levando em consideração o retrato que tão bem demonstra nossa realidade atual, mesmo tendo sido realizado na década de 1960, a partir da “Tragédia dos Comuns”. A comunicação, a busca por consensos, a responsabilidade partilhada são as formas de subvertermos as tragédias individuais, de superação do mal-estar e realização do Bem Viver, criação das próprias regras comunitárias para cuidar do bem comum, fazendo com que o compromisso de todos permita o aprimoramento contínuo do

comum, seja na natureza, na sociedade, na *internet*, na educação, na saúde, na cultura, na sociedade como um todo, do local para o global.

6.2.1. A Tragédia dos Comuns

O pensamento racional tradicional da economia entende que cada um dos agentes busca formas de maximizar seus lucros a partir da exploração dos recursos. Há uma distinção entre três tipos de recursos (OSTROM et al., 1999):

- Recursos (ou bens) privados são aqueles que tem rivalidade de produção e exclusão de acesso.
- Recursos públicos são aqueles não-rivais[89] na produção e não excludentes[90] no acesso.
- Recursos comuns são aqueles que tem rivalidade de produção e são não excludentes no acesso.

Figura 6 - tipos de recursos, categorizados em função de sua produção e acesso



Fonte: OSTROM et al., 1999 elaborado pelo autor

Hardin (1968) defende que o caminho do progresso é o da superexploração dos recursos porque os agentes produtivos maximizam seus ingressos absolutos segundo a teoria racionalista tradicional, onde o objetivo final dos indivíduos é maximizar os ganhos. A partir de uma alegoria na qual dois pastores compartilham um pasto para suas ovelhas e, na busca por aumentar seus lucros, se colocam a analisar os ganhos e as perdas de adicionar ovelhas no pasto, o autor argumenta que as ações coletivas tendem ao fracasso. Para Hardin, cada pastor chegaria à conclusão de que a adição de mais uma ovelha no pasto aumentaria todas as formas de seu lucro individual. Se, por um lado, a utilização do pasto comum tenderia

---

[89] Não rivalidade: o consumo de uma unidade do bem (ou serviço) não reduz a quantidade disponível para outros consumidores. Em outras palavras, seu custo de inclusão é nulo ou muito baixo. Um bem é dito não-rival quando ele pode ser usado (ou consumido) por muitas pessoas simultaneamente (ENAP, 2017, p.8).

[90] Não excludente (não exclusibilidade): não se pode excluir uma pessoa do consumo de determinado bem (ou serviço). Em outras palavras, o custo de exclusão é muito alto ou infinito, de modo que, devido ao "problema do carona" (free-rider), é impossível a sua provisão privada. Um bem é não excludente quando não se pode privar sua utilização (ENAP, 2017, p.8).

a esgotar o pasto no longo prazo, por outro, esta perda seria compartilhada. Os pastores passariam então a adicionar cada vez mais ovelhas ao pasto buscando aumentar seus lucros. Sendo assim os ganhos, individuais, de colocar mais ovelhas no pasto superariam as perdas, compartilhadas, levando ao esgotamento do pasto e à instauração da tragédia dos comuns. Dessa forma Hardin chega à conclusão de que para evitar a tragédia dos comuns é necessária a definição de direitos de propriedade bem definidos, transformando o que era um problema público em um problema privado, privatizando os comuns.

Utilizando-se do dilema do prisioneiro, Ostrom (1990) busca desconstruir a Tragédia dos Comuns de Hardin. Segundo a teoria de Hardin, de um ponto de vista racional, os pastores só teriam duas opções frente ao dilema de aumentar ou não o número de ovelhas no pasto: cooperar (manter poucas ovelhas e preservar o pasto) ou desertar (colocar o maior número de ovelhas possível, o mais rápido possível para lucrar o máximo possível individualmente e acabar com o pasto). A questão é que o dilema do prisioneiro, segundo o equilíbrio de Nash, sempre aponta que o cenário mais vantajoso, ou aquele em que se perde menos, é aquele em que ambas as partes desertam, ou seja, exploram o bem comum até seu esgotamento. Este é o pior cenário possível para o coletivo e no largo prazo leva a extinção de todos. Cabeira a uma entidade superior regulamentar e impedir que a Tragédia dos Comuns ocorresse. Ostrom argumenta que hipoteticamente o Estado poderia ter acesso ao todo das informações, poderia ser potencialmente onipresente e através de impostos e regulações, fiscalizar o cumprimento dos contratos privados de propriedade, assim reestruturando o equilíbrio de Nash e fazendo com que a escolha mais vantajosa para ambos os pastores seja a de cooperar.

O problema é que não é possível que o Estado seja onipresente e dificilmente ele terá a informação completa, gerando desequilíbrio e injustiças na sua missão de fiscalizar a atividade dos agentes privados sobre os bens comuns. A partir do trabalho de campo, a autora verificou ainda que as comunidades percebem a atuação do Estado como uma imposição de cima para baixo, normalmente injusta e que viola a autonomia comunitária, fazendo com que as comunidades se sintam exploradas e com que as pessoas descumpram racionalmente os acordos e normas estipulados. Dessa forma, o equilíbrio de Nash retorna a apontar como melhor opção, do ponto de vista individual, que ambos desertem. Ostrom (1990) aponta que é necessária uma mudança metodológica deixando o método hipotético dedutivo de Hardin para o método indutivo a partir de trabalho de campo. Uma segunda mudança fundamental também é realizada por Ostrom, ao abandonar a Teoria Econômica Racional tradicional e, adotando a Economia Comportamental. Dessa forma, a ideia de que as pessoas buscam sempre e prioritariamente os ganhos financeiros máximos é substituída por uma busca de reciprocidade e pelo sentimento de pertencimento

para além dos ganhos financeiros, ou seja, por uma construção de regras justas coletivas e comunitárias, culturalmente aceitáveis para produção e consumo.

Ostrom argumenta que é necessária a construção de normas sociais de maneira autônoma. Assim, a gestão dos recursos comuns se afasta da tragédia de seu esgotamento através da teoria das decisões baseada nas normas sociais e de reciprocidade. Através do dilema do prisioneiro, argumenta que a forma de diminuir os custos para que se cumpram os acordos de maneira equitativa é através da comunicação, da busca de consensos, da elaboração de acordos mútuos entre as partes envolvidas, da construção conjunta das regras e que todos tenham tarefas mais ou menos similares para cumprir tais regras. Com isso, a informação é obtida e fiscalizada de forma descentralizada, o custo da fiscalização é compartilhado entre todos e os conflitos são resolvidos de forma social e não institucional. A construção de baixo para cima, a partir das comunidades, descentralizando a atuação do Estado, fortalece o cumprimento dos acordos e a comunicação entre os atores é essencial para que estes acordos sejam formados, alertando-se para a desigualdade, que é o maior fator de descumprimento dos acordos (OSTROM, 1990).

As ideias de Ostrom permitiram que à oposição entre Estado e mercado fosse apresentado um novo agente, a autogestão e a autorregulação de instituições do comum. O processo de consolidação do capitalismo, desde seus primórdios, de certa forma é de oposição e de cooptação dos comuns (LAVAL; DARDOT, 2017). O trabalho de Ostrom lança luz nesta perspectiva e tenta reestabelecer o conceito de que haveria bens que naturalmente seriam comuns e, então, mais bem geridos se o forem de maneira coletiva, enquanto outros seriam eminentemente públicos ou privados. Deriva daí o conceito que determinados bens comuns deveriam ter um regime especial de gestão, através de instituições dedicadas para este fim. Os desafios da internacionalização dos comuns são apontados por Ostrom (1999) a partir de cinco pontos fundamentais:

1. A escala. Criar de regras partilhadas por bilhões de pessoas é praticamente impossível;
2. A diversidade cultural como reforço das diferenças (ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos) ao invés de promotores de inclusão;
3. A interligação entre os Conjuntos de Recursos Comuns[91] em escala global, muito mais complexa do que um pasto com ovelhas;
4. A velocidade das mudanças, que dificulta o aprendizado passado de geração para geração;
5. A produção de consensos demanda tempo, persistência e gera resistência e privilégios.

[91] Common Pool Resources

A autora argumenta que a possibilidade de superação destes conflitos se daria a partir de agências e organizações multinacionais para produzir acordos sobre a gerência da biodiversidade, as mudanças climáticas e os ecossistemas. O tempo demonstrou que esta relação, dentro do paradigma do desenvolvimento e do sistema neoliberal mostrou-se muito desfavorável para as nações que sempre foram exploradas pelos centros capitalistas. A construção do comum acontece em comunidades autogovernadas, cabendo, se for o caso, às instituições internacionais garantir o funcionamento delas sem a ingerência de atores externos.

A visão naturalista dos comuns possibilitou também o seu contrário, ou seja, tornou-se possível entender que não apenas bens especiais, mas que as próprias bases da economia e da sociedade são comuns, abrindo-se concretamente a possibilidade de saída do capitalismo. A "sociedade do conhecimento", baseada na digitalização do mundo, tem transformado as formas de construir nossas sociedades,

> A informática e a internet minam pela base o reino da mercadoria. Tudo que é traduzível em linguagem digital e reproduzível, comunicável sem custo, tende irremediavelmente a tornar-se um bem comum, ou mesmo um bem comum universal, quando é acessível a todos e utilizável por todos. (…) Trata-se de uma ruptura que mina o capitalismo pela base (GORZ, 2010, p. 39).

A teoria naturalista dos comuns de Ostrom possibilitou a ruptura do pensamento racionalista tradicional dos economistas em duas perspectivas: a primeira ao levantar a dúvida sobre a natureza egoísta do ser humano e a segunda sobre a classificação dos bens de acordo com a natureza. Dardot e Laval (2016) aprofundam a questão ao determinar dois aspectos do "paradigma dos comuns" sendo que, no aspecto defensivo, as comunidades deveriam desenvolver estratégias de proteção do comum das práticas do mercado e do Estado, na apropriação daquilo que é de todos; e, no aspecto ofensivo, adotando-se práticas que se desenvolvem baseadas no comum. Dessa forma a criação de riquezas perde o monopólio dos donos do capital e passa a ser realizada por comunidades dispostas a compartilhar saberes e fazeres e a criar a partir deles. Práticas como a dos *softwares* livres, dos *creative commons*, ou da *Wikipedia* transformaram o significado de valor para além do preço comercial. As crises do capitalismo moderno passaram a atingir as bases da democracia e, dessa forma, os "comuneiros" passaram a buscar formas de transformar o sistema através do empoderamento e da luta daqueles que tradicionalmente estiveram excluídos dos processos decisórios.

6.2.2. A Cidade como um Comum

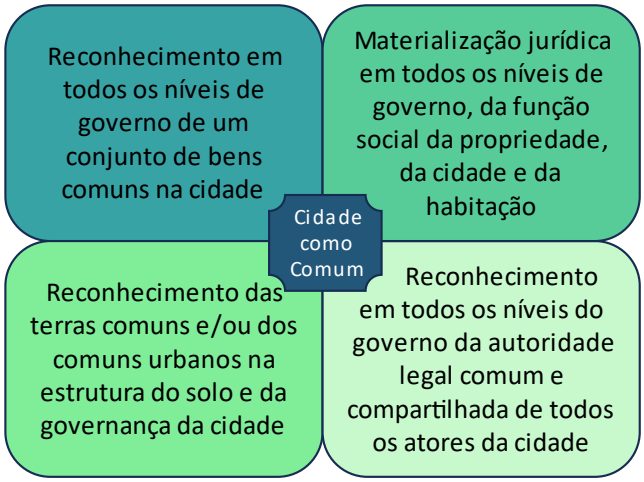
O direito à cidade tem sido uma busca constante dos urbanistas neste século XXI, levantando, intrinsecamente, as questões de quem já usufrui desse direito e quem o reivindica. Uma "cidade boa" deve pautar sua construção em cima de parâmetros e demandas externos a ela, para que se alcance o desenvolvimento, ou a partir das próprias demandas e necessidades de sua população? Quem é esta população? Como são os processos que levam a essa construção? A ideia de bem comum relacionada à cidade tem sido constantemente desacreditada como processo de construção, por todas as correntes ideológicas.

> Pluralistas enxergam apenas grupos de interesses que barganham interesses temporários na arena política. Marxistas argumentam em bases semelhantes que o "bem comum" é um termo usado pela classe hegemônica, por exemplo, a burguesia, para ocultar propósitos que são puramente expressões do interesse da classe. Críticos pós-modernos que apenas enxergam o mundo através de um caleidoscópio de imagens, dissolvem o "bem comum" em centenas de discursos fragmentados, dispensando qualquer tentativa de construir uma metanarrativa que se destaque em uma era em que metanarrativas foram banidas. Contra todos estes tipos de críticos, eu argumentaria sobre a necessidade de continuar a buscar o "bem comum" da cidade apenas porque, sem essa concepção, não é possível ter um senso de identidade nem de comunidade política[92] (FRIEDMANN, 2020a, p. 463)

Em cidades que buscam a democratização de seus processos, pode parecer mais fácil determinar o comum e as formas de sua construção. Como fazê-lo é uma pergunta relevante. A resposta simplória para a construção de comuns é: "a cidade é constituída por seus cidadãos e a vontade deles é a que deve prevalecer". Este pensamento é tão genérico e abrangente quanto o que leva as cidades administradas por interesses específicos a atender os detentores destes direitos, em que, ao invés de uma efetiva ação comunitária, acaba por criar grupos isolados de interesses específicos que entram em disputa entre si dentro dos limites estabelecidos pelo poder público, criando novas formas de controle e de segregação, sob a fachada de ações e movimentos democráticos. Completamente afastado da ideia de um comum.

[92] Pluralists see only group interests that strike temporary bargains in the political arena. Marxists argue on roughly similar grounds that the 'common good' is a phrase used by the hegemonic class, i.e. the bourgeoisie, to hide purposes that are simply an expression of class interest. Postmodern critics who see only a world of fleeting kaleidoscopic images, dissolve the 'common good' into a thousand discursive fragments, dismissing any attempt to raise one of them above any of the others as an unjustifiable attempt to establish a new 'metanarrative' in an age from which metanarratives have been banned. Against all of these intellectually dismissive critics, I would argue for the necessity of continuing to search for the 'common good' of a city if only because, without such a conception, there can be neither a sense of local identity nor a political community.

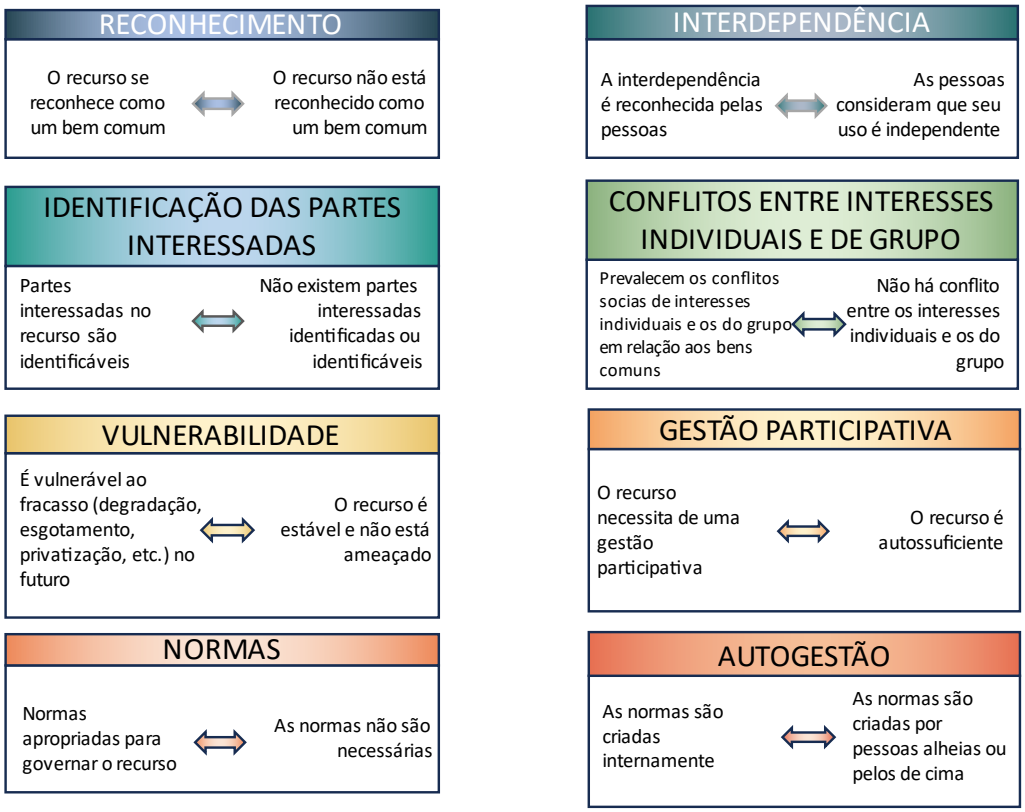
Figura 7 - Dimensões para definir a cidade como comum



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de (FERNANDES, 2021)

O comum se estabeleceria a partir das ações e das formas de colaboração dos cidadãos. Algumas condições mínimas - políticas, sociais, econômicas, ecológicas, físicas - devem ser estabelecidas para a construção do comum. Nesse sentido, as práticas relacionadas ao planejamento ascendente ganham relevância ímpar ao buscar formas de, a partir de setores específicos e demandas da comunidade, organizar formas de estruturar o território.

Figura 8 - Critérios para estabelecimento de um comum. Mais à esquerda, mais próximo de um comum. Mais à direita, menos próximo de um comum



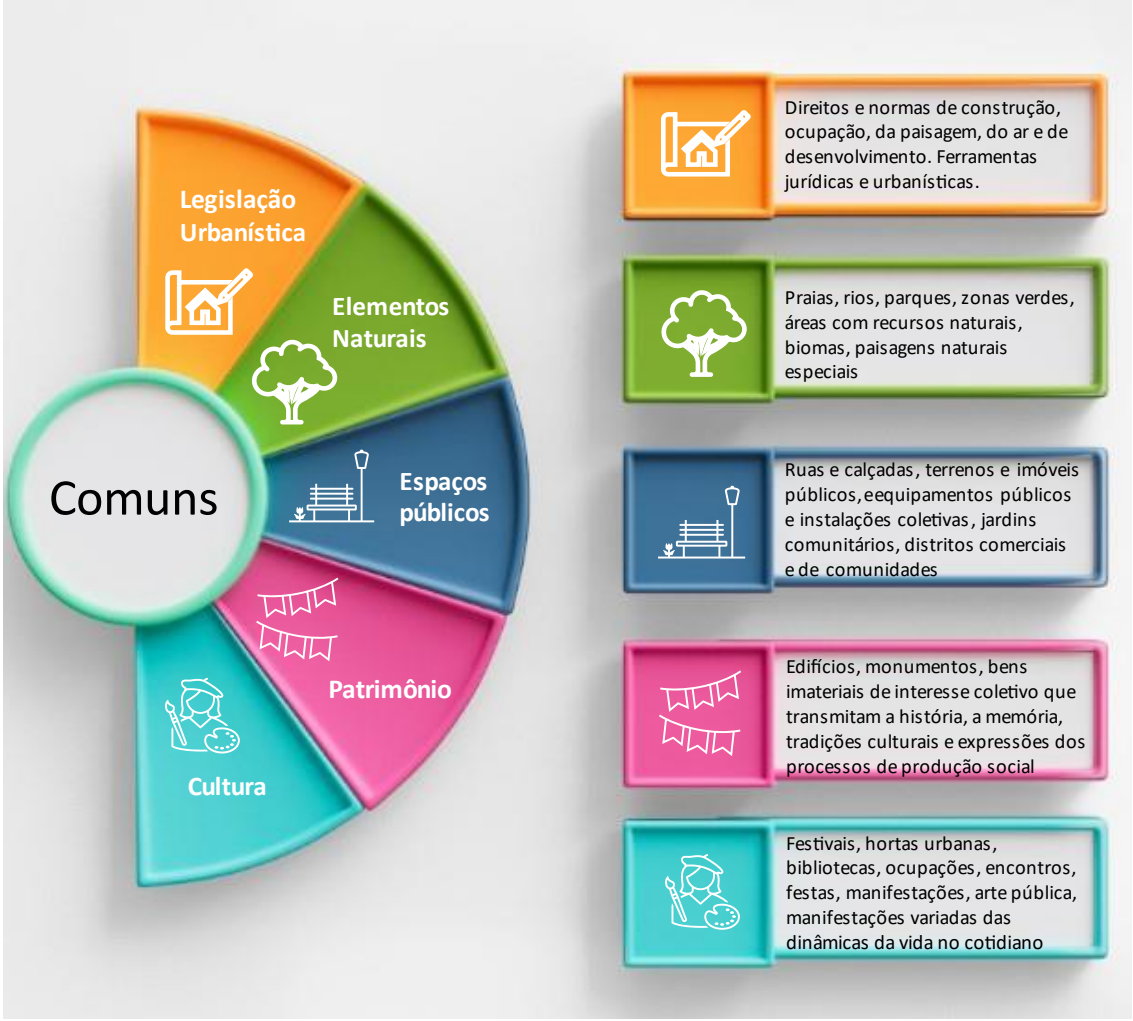
Fonte: elaborado pelo autor baseado em (FERNANDES, 2021)

Foster (2016) identifica uma série de recursos urbanos de diversas escalas como as vias de acesso ao lote, parques, jardins, espaços abertos, jardins comunitários, distritos comerciais e de comunidades específicas, além de grupos e associações de moradores para a manutenção de áreas públicas e de segurança comunitária, como formas de pensar a cidade como um comum. Estes recursos não seriam apenas uma forma de gestão de espaços públicos, mas uma maneira inovadora de pensar e construir a cidade através de princípios como a horizontalidade, a colaboração e o policentrismo, retirando das autoridades o monopólio das decisões e forçando-as a uma governança colaborativa e compartilhada.

> Festivais culturais no espaço público, piqueniques políticos, hortas urbanas, bibliotecas e parques sempre abertos, rios e praias limpos por seus frequentadores, bosques recuperados, prédios abandonados ocupados por movimentos de moradia, por artistas, por sem-teto; levantes provisórios, zonas autônomas e permanentes de invenção, centros sociais autogovernados, canteiros de experimentação, encontros de ciclistas, de caminhantes, de artesãos, de reparadores, de construtores, de criadores; derivas, tecnologias digitais livres, dados abertos, cadeiras na calçada no fim da tarde, vizinhos, balanços que pendem sob viadutos, muros como telas para pintores rebeldes, crianças que

> andam pelas ruas sem medo, comércio justo, mercados de troca, quiosques de cuidados partilhados, mobiliários feitos de material reutilizado, afetos abundantes, tecnologias sociais para garantir a acessibilidade dos deficientes, para garantir a livre circulação de mulheres, negros, indígenas, trans... Para enfrentar a smart city (cidade inteligente) do capital – internet das coisas para o controle definitivo dos corpos – a cidade do comum, múltipla, diversa e plural (SAVAZONI, 2018, p. 93).

Figura 9 - Comuns na Cidade



Fonte: elaborado pelo autor

Pensar uma cidade como um comum desafia, necessariamente, os conceitos estabelecidos de regulação do espaço público e de legislação sobre o território, principalmente sobre as possibilidades de autogestão e de autorregulação. O modelo atual de planejamento encontra forte paralelo com o que Hardin propôs como solução para a tragédia dos comuns e talvez não seja uma coincidência a crise enfrentada pelo planejamento urbano. Um dos grandes objetivos deste é o desenvolvimento e, em parceria com o

mercado imobiliário, promover o crescimento econômico associado ao uso da terra. As estratégias atualmente adotadas de mapeamento, diagnóstico, elaboração de planos e programas, implementação destes e avaliação para recomeçar o processo de planejamento, parecem insuficientes do ponto de vista do comum pois normalmente são processos geridos de maneira isolada nas comunidades e pouco colaborativas. A indução de usos através de zoneamentos, potenciais construtivos, índices de aproveitamento etc., seriam potencializadas se também geridas a partir de bases comunitárias e colaborativas.

> Em um nível macro, economistas da aglomeração urbana argumentam que uma das principais razões pelas quais indivíduos se mudam para as cidades é para capitalizar com a concentração, ou aglomeração, de outros com que eles possam aprender e interagir. Dessa forma, acesso aberto para espaços de interação tem valor como atrativos urbanos que adicionam atratividade para as cidades, em especial para aquelas que buscam atrair o que o teórico urbano Richard Florida chamou de "classe criativa"[93] (FOSTER; LAIONE, 2016, p. 297).

Esse poder de atração é o mesmo que pode conduzir esses locais de atração para a tragédia dos comuns ao promover a concorrência e a competição do uso destes espaços. Parques ou praças projetados para atrair pessoas podem rapidamente se tornar lugares saturados e que acabam degradados, produzindo efeitos colaterais para a comunidade ao redor. Os processos de gentrificação promovem a transformação dos comuns, ou melhor, aquilo que é perdido durante a gentrificação de uma região é um comum, pois foi estruturado a partir da ação conjunta, comunitária e participativa de uma população que passa a ser transformada e descaracterizada por uma ação externa às suas práticas tradicionais. Aquilo que os moradores tradicionais destas áreas reivindicam como seu por direito não é apenas uma disputa comercial entre agentes do mercado imobiliário, mas uma forma de ação que pode produzir um comum, seja em uma rua, quarteirão, bairro ou cidade. O que gera valor no espaço urbano é a ação da comunidade sobre ele. Para Fernandes (2021) a cidade como um comum necessita de um poder legal também compartilhado, que transforme a ordem jurídico-política estabelecida, reinterpretando também estes instrumentos como um direito coletivo articulado e gerenciado como um comum, a partir das seguintes premissas:

---

[93] On a macro level, urban agglomeration economists argue that one of the main reasons individuals move to cities is to capitalize on the concentration, or agglomeration, of others from whom they can learn and with whom they can interact. As such, open access interaction spaces have value as an urban amenity that adds to the attractiveness of cities, particular those that seek to draw to them what urban theorist Richard Florida has termed the "creative class"

Tabela 6 - Estratégias políticas para elaboração de novos contratos sociais da cidade como um comum

Papel da Comunidade	Nos comitês e comissões sobre todos os aspectos do planejamento e da gestão urbana, especialmente nos que tem poder de deliberação.
Processos de Orçamento Participativo	Especialmente quando se trata de recursos financeiros e rendimentos resultantes de mecanismos de valorização da terra.
Eleições	Como meio para determinar quem participa dos processos de tomada de decisões, e não apenas nos processos eleitorais tradicionais.
Assembleias Cidadãs	Decidir sobre assuntos específicos de interesse local ou nacional, especialmente quando combinando pessoas de origens diferentes e representantes de um espectro grande de comunidades urbanas.
Iniciativas Públicas	Para a proposta de leis, e não apenas pelos representantes eleitos.
Ação Jurídica Coletiva	Incluindo novos procedimentos para defender os direitos coletivos.
Tribunais Populares	Decidir sobre conflitos urbanos e ambientais

Fonte: elaborado pelo autor a partir de (FERNANDES, 2021)

Os conceitos do comum foram utilizados em diversos casos no Brasil e internacionalmente, seja nas disputas pela (não) privatização da água em Cochabamba no início dos anos 2000, seja nas organizações políticas do 15-M nas cidades espanholas, onde através de acampamentos, assembleias, eventos e reuniões os cidadãos espanhóis criaram as próprias regras e acordos para refundar o pacto democrático e lançar as bases de um novo projeto democrático implementado em centros sociais, casas coletivas, coletivos por diversos bairros das cidades espanholas; seja nos movimentos *Occupy* como o #OcupeEstelita no Recife que se propuseram a combater o avanço do mercado imobiliário especulativo.

A prática da cidade como comum pressupõe e aceita a cidade como um processo contínuo de construção. As ações podem ser vistas como eventos efêmeros, mas que deixam marcas permanentes naqueles que participam de sua construção. Algumas experiências têm buscado formas de sistematizar o comum nas cidades e transformá-lo em ações perenes.

O Co-Bolonha talvez seja o exemplo mais bem acabado disso onde o compartilhamento, a colaboração e a policentricidade se tornaram as bases para a construção de novas formas de governança. Desde 2011 diversos processos foram sendo implementados na cidade de Bolonha, no norte da Itália, buscando estabelecer uma cultura comuneira. Faz parte deste processo o Escritório para Imaginação Cívica onde a

assessoria do prefeito de Bolonha fica vinculada a um laboratório de inovação em conjunto com funcionários públicos comuneiros e especialistas em governança colaborativa buscando formas de construir outra cidade. Três áreas de prototipagem urbana possibilitam que todas as ações estejam abertas e acessíveis a todos que se propuserem a trocar e a construir o comum. Em 2014, a cidade adotou o *Regolamento sulla collaborazione tra cittadini e amministrazione per la cura e rigenerazione dei beni comuni urbani,* uma ferramenta central para firmar pactos coletivos e colaborativos entre organizações e cidadãos buscando a formação de comuns urbanos. Dessa forma o "fazer juntos" (processos colaborativos de criação de comuns); o "viver juntos" (inovação social e cidadã); e o "crescer juntos" (economia colaborativa), passam a moldar as formas da cidade (BOLOGNA, 2020). A metodologia adotada pela cidade de Bolonha, a Co-city, é desenvolvida de forma aberta por diversos pesquisadores, empresas, governos e comuneiros de todo o mundo. Baseia-se na governança colaborativa dos comuns urbanos, ambientais, culturais, digitais e do conhecimento, através de projetos específicos organizados por cinco atores que, em conjunto, buscam promover a participação policêntrica através de parcerias institucionais:

1. Inovadores sociais (cidadãos, *makers*, inovadores digitais etc.);
2. Autoridades governamentais;
3. Iniciativa privada;
4. Organizações da sociedade civil e;
5. Instituições de produção de conhecimento (escolas, universidades, centros culturais, etc.).

Essas parcerias dão início a projetos ligando diretamente física, digital e institucionalmente locais e pessoas seguindo os passos de leitura do território, mapeamento, prática, prototipagem, avaliação e modelagem (CO-CITIES, 2022). A horizontalidade na administração pública é o primeiro passo para a efetivação do planejamento ascendente, para a ativação e manutenção das comunidades como agentes criadores de seu próprio futuro e para a construção de bens que favoreçam a todos, transformando as pessoas de usuários para criadores da cidade.

Imagem 4 - Mosaico do processo de criação comum da Piazza dei Colori em Bologna



Fonte: Fotos de Dettagli Chiara De Angelis sob licença CC

7. Capítulo 7 - Navegando pelos Desafios Urbanos Contemporâneos: Rumo a um Novo Paradigma de Planejamento

7.1. Introdução

Neste capítulo, pretende-se trazer contrapontos para o cenário atual da crise da sociedade contemporânea e as tradicionais formas de planejar seu território a partir de experiências e teorias que valorizem uma ressignificação do homem com a natureza, com a coletividade e com suas comunidades através do reconhecimento e valorização das diferentes culturas já presentes nos territórios buscando a construção de valores e princípios em comum. Outras formas de entender a cultura e o seu papel transformador no planejamento foram apresentadas, inserindo-se como meio e fim para a emancipação e autonomia das populações nos territórios. Desinstrumentalizar a vida exige a produção de contextos que efetivamente atendam às demandas das coletividades ao invés dos desejos individuais artificialmente produzidos em nome de um desenvolvimento puramente econômico. Ficou claro que é necessário repensar os papeis dos agentes envolvidos no planejamento e na construção das cidades, buscando redimensionar e assegurar os direitos e deveres, baseados nas formas de vida existentes e em suas manifestações, suas culturas, modificando profundamente as maneiras como podem ser elaborados os planos e os processos de planejamento. Neste capítulo, seguindo os procedimentos metodológicos do *Soft Design Science Research*, pretende-se propor um constructo metodológico e protocolar que abarque os preceitos teóricos levantados e confrontados nos capítulos anteriores de forma a servir de apoio para aqueles que se propuserem a desenvolver o planejamento territorial a partir das vivências e realidades sociais.

Este constructo será elaborado baseando-se, essencialmente, no planejamento ascendente, buscando formas de planos não vinculantes[94], através de ferramentas que proporcionem a autogestão e a livre organização das comunidades que se propuserem a planejar seus saberes e fazeres articulando-os com suas formas de ocupação dos territórios, criando comuns, respeitando suas culturas e os direitos de todos os seres que compartilhem destes territórios.

7.1.1. Da cidade industrial à cidade criativa

A cidade industrial do começo do Século XX, voltada para escalar e maximizar a produção industrial e o lucro advindo desta produção, atingiu seu auge nos pós Segunda Guerra Mundial, com a implementação em larga escala de um modelo rodoviarista, a carrocracia, que tão bem define o desenho modernista das

[94] Planos não vinculativos são instrumentos negociais que visam à sondagem do interesse das partes, sem a criação de vínculo jurídico perante a lei. O conceito será mais bem explorado no capítulo 7.2.

cidades latino-americanas, e, principalmente, com o estabelecimento do Estado de Bem-estar Social na Europa e nos Estados Unidos. No contexto brasileiro, e dos demais países latino-americanos, o Estado de Bem-estar Social não se efetivou para a maioria da população, ficando de maneira distorcida restrito às elites e aumentando as desigualdades e as injustiças socio territoriais. Este cenário produziu resultados bastante singulares, sustentados pelo Modo de Vida Imperial, através de uma vida compartimentada e individualizada que é tão bem representada pelos condomínios brasileiros, seja como artefato ideológico seja como produto territorializado (que pretende de certa forma mimetizar os subúrbios americanos) do mercado imobiliário. Enquanto as elites latino-americanas buscavam o sonho norte-americano, moldando inclusive as formas de planejamento de nossas cidades, movimentos sociais buscavam diferentes formas de realizar uma Reforma Urbana, entendida como uma via alternativa ao planejamento tradicional, porém também sem conseguir alcançar os efeitos desejados. Na virada do século XXI o mundo digital, a internet, e o aprofundamento da globalização provocaram transformações profundas no mundo do trabalho e nas formas de produção das sociedades. O processo de desmanche dos grandes complexos industriais do Norte Global, iniciado na década de 1970, se acentuou de forma que uma nova organização industrial foi reestabelecida de maneira dispersa por diversos países, especialmente no Sul Global. No Norte Global a economia se reestruturou em uma sociedade de consumo e de serviços, um mundo “pós-industrial”, sustentado por profissionais altamente capacitados e com interesses e desejos bastante específicos e completamente distintos daqueles nos quais as cidades industriais e do Estado de Bem-estar Social do século XX foram construídas.

Esta nova economia, baseada no conhecimento, nas transformações proporcionadas pelo avanço das tecnologias, na criação de imagens icônicas, de novos produtos e serviços, entendida como Economia Criativa, se coloca como “a” forma de produção das sociedades e dos mercados para o século XXI. Ela se baseia na atração, retenção e concentração de profissionais ligados a um mercado sempre em revolução já que que busca transformar constantemente os modos de vida das pessoas. O ideário associado às cidades que se valem de estratégias para competir neste mercado têm-se denominado Cidades Criativas ao mesmo tempo que busca a reestruturação e a adequação de territórios tendo como premissa a arte e a cultura funcionando como portas de entrada para novas fórmulas econômicas de salvaguarda na sociedade contemporânea neoliberal. A exportação de padrões dos centros do capitalismo atua sobre o entendimento de como esses trabalhadores devem ser (a Classe Criativa) e de que forma as cidades de todo o mundo são seduzidas a se reestruturar para atrair e reter estes talentos por instituições ligadas a países, mercados e conglomerados que historicamente exerceram seus papéis de hegemonia internacional e acabam por reforçar o caráter imperialista e colonizador que tradicionalmente estes

agentes exerceram por todo o globo. Aquilo que poderia ser entendido como uma proposta emancipadora, diversa, transformadora das necessidades e demandas a partir da singularidade e da cultura de cada povo passa a ser novamente instrumentalizado, obedecendo um sentido único da história, o da acumulação de capital e de poder político.

Ao resgatar um sentido muito caro para o mundo das artes e da cultura, o de sua inutilidade, e o poder transformador que ambas podem ter ao reforçar as singularidades, a reflexão, a inovação e a tradição, aquilo que pertence a um comum, a ideia de cidade criativa muda de expressão por se desvincular da economia hegemônica da grande indústria cultural. Dessa forma, as cidades criativas que efetivamente buscarem se reestruturar a partir da arte e da cultura de suas populações (e não buscando alcançar índices ou *rankings* estabelecidos por entidades alheias a suas realidades) podem desenvolver meios e ferramentas para se contrapor ao ideário e práticas hegemônicas e colonizadoras. Para isso é necessário considerar a arte e cultura de forma autóctone, das manifestações mais genuínas e autênticas vinculadas às comunidades no território. Esta autenticidade deve ser estabelecida a partir de um movimento agonista, com ampla participação dos agentes em seu próprio território. Conceitos como "desenvolvimento", "bem-estar social" ou "civilização", da forma como são entendidos hoje, estão em crise, abrindo espaço para outras concepções da relação da humanidade com a natureza e com si mesma. Arte e cultura passam a ser as chaves de entrada para todas as demais necessidades das comunidades, uma forma de refletir e de esperançar as transformações pretendidas através de uma criatividade real, não instrumentalizada, como um caminho para se pensar e reestruturar as cidades a partir das próprias comunidades. A Cidade Criativa baseada efetivamente na arte e na cultura, está para ser construída, pelas mãos e desejos de seus próprios cidadãos. O quadro a seguir demonstra as diferenças entre o que vem sendo tradicionalmente praticado e aquilo que se pretende alcançar através de um Ciclo de Planejamento Territorial a partir da cultura:

Tabela 7 – Comparativo entre os ideais de Planejamento

Planejamento territorial entre 1950 e 1980	Planejamento territorial entre 1980 e primeiras décadas dos anos 2000	A utopia do planejamento territorial futuro
Capitalismo imperialista e liberal	Capitalismo globalizado neoliberal	Capitalismo reestruturado ou "outro capitalismo"
Sociedade industrial	Sociedade pós-industrial	Sociedade sustentável
Estado de Bem-estar Social	Estado de Mal-estar Social	Estado do equilíbrio social
Economia concorrencional	Economia monopolística	Economia solidária
Trabalho proletarizado industrial	Trabalho precarizado e individual (empreendedorismo)	Trabalho humanizado, cooperativado e coletivizado (comum)
Domínio imperialista e colonização	Domínio do capital financeiro	Descolonização
Tecnologia analógica	Tecnologia digital	Tecnologia pós digital e inteligência artificial
Domínio do Norte Global ocidental	Ascenção do Norte Global oriental	Ascenção do Sul Global
Crescimento e desenvolvimento econômico	Concentração econômica e financeira	Decrescimento
Urbanização extensiva	Urbanização dispersa e fragmentada	Urbanização contida
Construção material das cidades	Qualificação material das cidades	Qualificação humana das cidades
Sociedade heteronormativa	Sociedade diversificada	Gênero e raça como novas matrizes explicativas
Domínio sobre a natureza	Limites perante a natureza	Hegemonia da natureza
Produção de bens e serviços	Produção do conhecimento e da informação	Produção do bem viver
Dominação da arte e cultura pelo pensamento liberal	Arte e cultura como mola do capitalismo pós-industrial (indústria cultural)	Arte e cultura como Mundo da Vida

Fonte: elaborado pelo autor

Com este contexto estabelecido fica latente a necessidade de se elaborar um processo de planejamento territorial que abarque as novas dinâmicas das cidades e se coloque como "alternativa" à cidade pós-industrial, uma cidade realmente criativa porque cria seu futuro a partir de suas necessidades, demandas e disputas, de sua cultura e de seus modos de vida próprios, em oposição a uma visão utilitária, mercantilista e exógena da cultura e do planejamento.

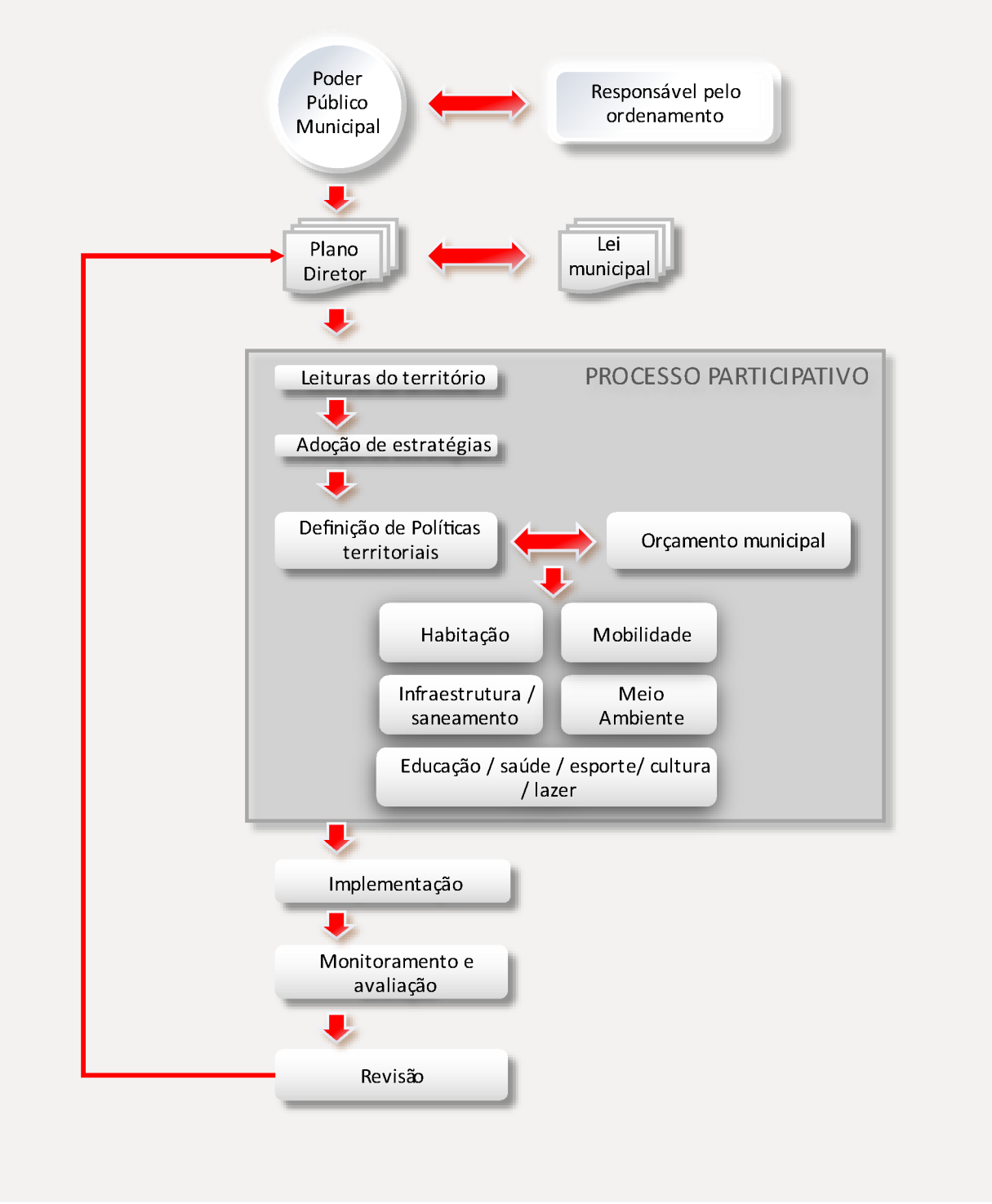
7.2. Do planejamento descendente vinculante ao planejamento ascendente não vinculante

As propostas modernas de planejamento territorial, especialmente no Brasil pós Estatuto da Cidade, reforçaram o papel centralizador do Estado como agente coordenador, promotor e fiscalizador dos processos de planejamento. Decorrem desta configuração as disputas por participação nas instâncias

determinadas pelo próprio Estado. Mesmo a proposta de reforma urbana brasileira, motivada por décadas de mobilização e luta de movimentos sociais, apostou no plano diretor como figura central do planejamento, ainda que prevendo instâncias de participação popular no seu processo de elaboração, e amarrou o município como único responsável pelo planejamento e ordenamento territorial. Podemos caracterizar este tipo de planejamento como descendente, pois é organizado, executado e fiscalizado por instâncias superiores de poder, sendo planejado por poucos ao mesmo tempo que impacta na vida de muitos, e vinculante, pois se estrutura a partir de sua institucionalização em lei.

Apesar de significativamente diferentes e de retratarem contextos bastante diferentes, as duas primeiras colunas da tabela anterior tem em comum o planejamento baseado no Estado como figura central. Esta configuração retira da população seu papel de agente civilizador das cidades, o planejamento passa ser entendido como um produto a ser fabricado por especialistas através de índices e *rankings* que muitas vezes eclipsam as reais dinâmicas e conflitos territoriais enfrentados pelos cidadãos. Este modelo convencional de planejamento territorial, descendente e vinculante, pode ser representado como segue:

Diagrama 4 - Planejamento descendente convencional

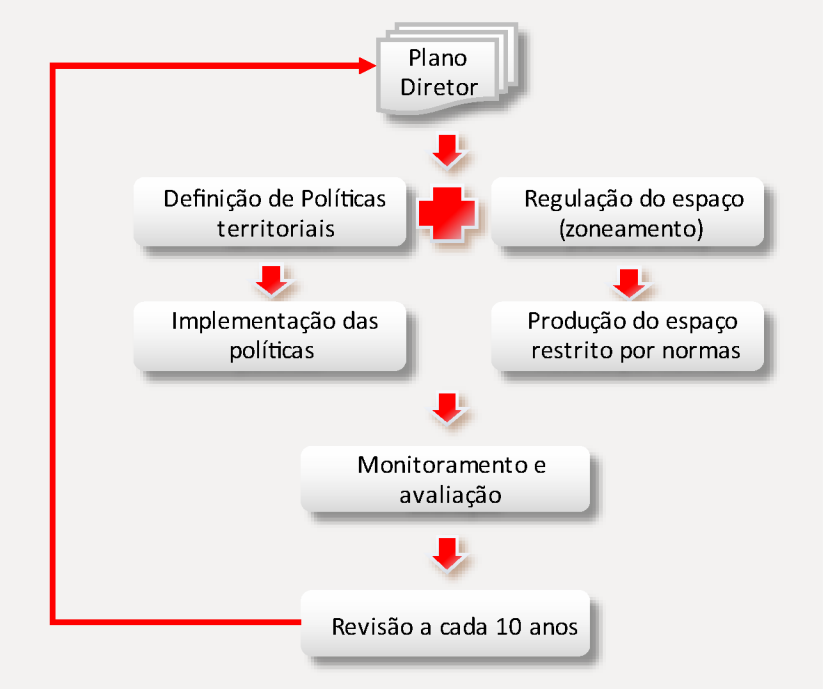


Fonte: elaborado pelo autor

Neste modelo, o poder público municipal é o responsável pelo ordenamento territorial e ele próprio organiza as formas de elaboração deste ordenamento. O instrumento utilizado para regrar o

ordenamento é o Plano Diretor que é transformado em lei municipal. As etapas de elaboração do Plano Diretor ocorrem dentro do princípio de um processo participativo, com suas instâncias de participação e a definição de quais agentes são participantes deste processo determinadas pelo poder público. A partir de leituras técnicas e comunitárias do território, elaboradas por técnicos do poder público ou por consultorias por ele contratadas, se estabelece um diagnóstico que passa a orientar a adoção de quais estratégias serão elaboradas. É realizada uma análise e adequação destas estratégias com o orçamento municipal para que as políticas territoriais sejam definidas. Estas políticas vão lidar com os grandes temas do planejamento (habitação, mobilidade, saneamento etc.) de forma setorializada e generalista por todo o território, embora conformada como um sistema, buscando cumprir os objetivos propostos pelas políticas territoriais. As etapas seguintes (implementação, monitoramento e avaliação e revisão) voltam a ser de responsabilidade total do poder público que reinicia todo o processo de acordo com suas demandas e necessidades. Qualquer alteração nestas políticas deve obedecer a ritos legais de alteração da legislação, processo normalmente lento e burocrático que envolve outros poderes constituintes do Estado como o legislativo. Se por um lado a transformação deste processo em lei assegura algum tipo de legitimidade e consistência jurídica, por outro engessa as possibilidades de atualização e de acompanhamento direto das dinâmicas sociais da cidade.

Diagrama 5 - Planejamento descendente e a relação com as políticas territoriais e a regulação do espaço



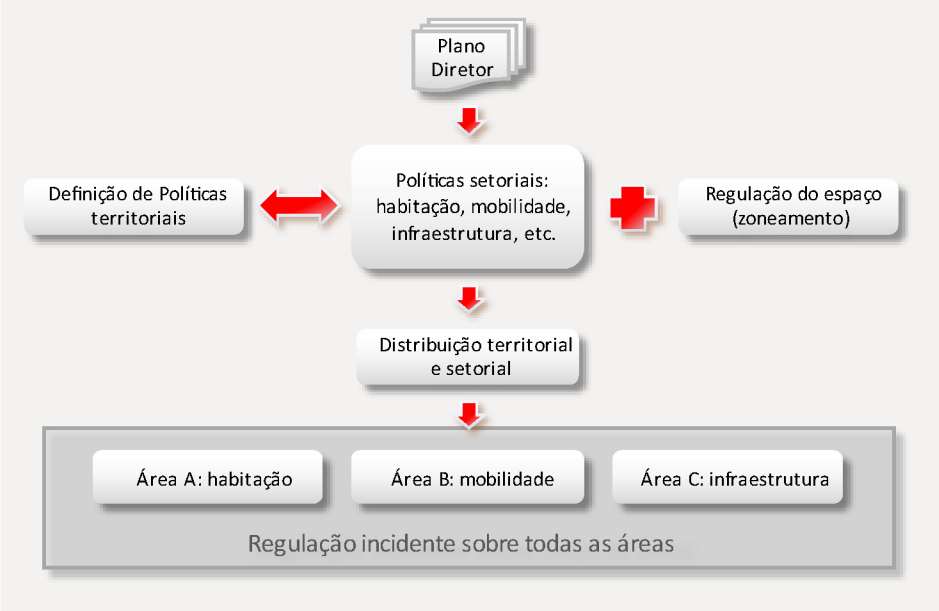
Fonte: elaborado pelo autor

Neste modelo de planejamento todas as ações são desencadeadas pelo poder público e as disputas dos

agentes ficam restritas a ocupar espaços de poder para poder direcionar as ações determinadas pelo plano diretor. A disputa pela definição das políticas públicas e pelo uso do território passam a ser restritas a agentes específicos, normalmente associados ao mercado imobiliário e a suas formas de cooptação do Estado, buscando formas de aumentar ou restringir, de acordo com seus interesses particulares, as normas e regulações para a ocupação territorial e para a implementação das políticas (BERNARDINI, 2018). Busca-se elaborar, assim, no início deste processo um diagnóstico territorial, que é entendido como uma resposta técnica (travestida de uma pseudoneutralidade) para situações e problemas que muitas vezes têm origens nas relações sociais, econômicas e políticas da população. Este diagnóstico, quando bem realizado, se baseia em dados e informações coletados em base de dados oficiais e complementados com leituras do território, sempre direcionadas pelo poder público. Ou seja, caso alguma demanda de determinada parcela da população não seja percebida pela leitura técnica ou não esteja em consonância com os interesses políticos do momento, terá mais dificuldade de ser incluída na discussão das políticas territoriais. O tratamento compartimentado e setorizado por áreas temáticas tende a enfraquecer a participação cidadã nas discussões e a reforçar uma visão tecnicista e pouco atenta as correlações sociais que permeiam todo o território. O mais grave, entretanto, é que mesmo que o conjunto de dados levantados seja abrangente e amplo, é sempre reducionista da realidade e quase sempre questões importantes do cotidiano das comunidades e suas realidades ocultas acabam não sendo abarcadas. Soma-se a isso o fato de que este conjunto de dados e o método de levantá-los ainda segue a lógica estrutural do território industrial do século XX, mantendo o raciocínio de um desenvolvimento econômico industrial em expansão.

Outro ponto relevante é a dependência do orçamento público para a efetivação destas políticas, retirando autonomia da população e condicionando a execução das ações a fatores externos aos do processo de planejamento. Por mais que o diagnóstico tente se aproximar das realidades territoriais, no momento em que o plano diretor se torna lei, passa a tratar de forma homogênea realidades que são muito diferentes. Esta estruturação de cima para baixo apaga as diferenças e singularidades do território e determina as transformações de acordo com os interesses daqueles que controlam as instâncias do poder público. A própria produção do espaço fica restrita a normas que muitas vezes atendem muito mais a interesses particulares e/ou mercadológicos do que a demandas e necessidades da população em geral.

Diagrama 6 - Atuação das políticas e regulação do espaço no território no planejamento descendente

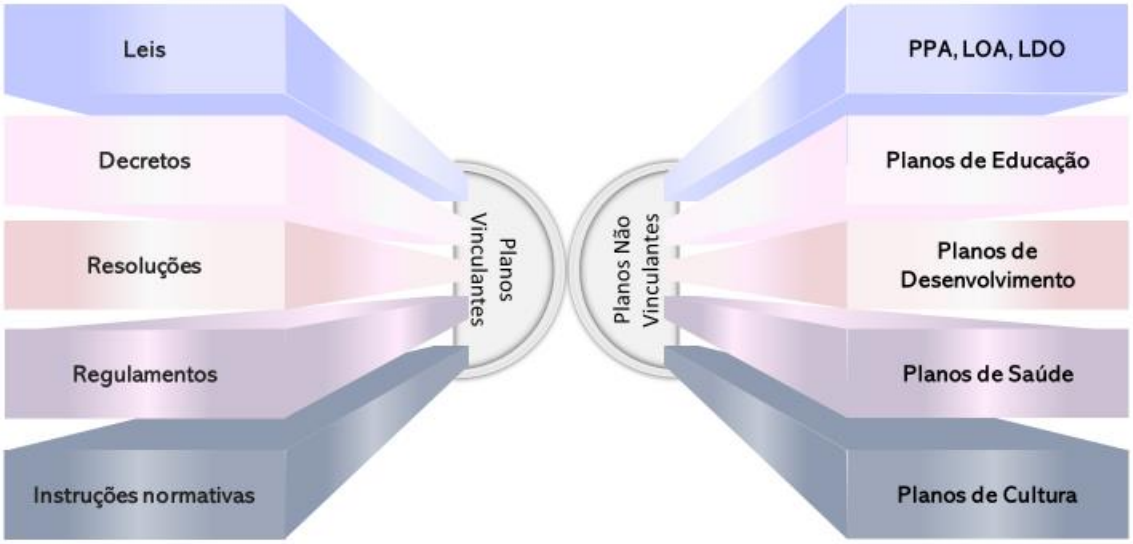


Fonte: elaborado pelo autor

7.3. Planejamento ascendente: olhando a partir de baixo

Alfonsin (2015) argumenta que duas espécies de planos diretores têm sido desenvolvidas internacionalmente, Planos Não Vinculantes para Particulares e Planos de Atos Vinculantes para Todos. Os Planos Não Vinculantes são elaborados por projetos, a partir de demandas específicas, sendo orientadores ou indicativos da sua execução, notadamente flexíveis, sem registrar em lei o regime urbanístico a que se refere, podendo ser decidido caso a caso e, consequentemente, não tendo segurança jurídica. Dessa forma há mais liberdade para quais ações previstas poderão (ou não) ser desenvolvidas em cada região das abrangidas pelo plano. O histórico de planejamento urbano brasileiro tem buscado se estruturar a partir de planos de desenvolvimento locais vinculantes para todos, onde leis, estatutos e ordenamentos regem as formas de uso do território. Nesta modalidade de plano, os direitos e deveres legais são estipulados e atribuídos por lei, não podendo ser alterados durante a vigência do plano. O poder público age como um homologador dos projetos particulares apresentados de forma a estarem de acordo com os direitos estipulados, sem que sejam discricionários para casos particulares (a não ser em suas determinações), sendo indutores ou garantidores de uma segurança jurídica-econômica, e passíveis de revisão ou de modificação através de demandas dos setores sociais tanto da esfera pública quanto privada, buscando a participação cidadã em suas elaborações (ALFONSIN, 2015).

Figura 10 - Exemplos de instrumentos de Planos Vinculantes e Não Vinculantes



Fonte: elaborado pelo autor

A reforma urbana brasileira buscou consolidar o modelo vinculante através do Estatuto da Cidade, apresentando formas legais garantidoras da ampliação da participação cidadã no processo de elaboração dos planos diretores. A busca por um planejamento “de baixo para cima” ao invés “de cima para baixo” atua no sentido de ampliar a participação cidadã. Porém, é preciso diferenciar o aprofundamento da participação cidadã no processo democrático para a elaboração de planos urbanísticos da modalidade de planejamento ascendente.

> A estrutura setorial do Executivo coloca desafios ao planejamento. Como responder às demandas por resolução de problemas, se estes são complexos, e os diversos setores concorrem para resolvê-los, tendo estruturas administrativas, funcionais e políticas muitas vezes antagônicas ao de outros setores? As respostas para esse dilema são variadas, a começar pela proposição de que o planejamento deveria ser mesmo setorial ou segmentado por conjunto de ações, que seriam eleitas por serem pontos de estrangulamento de processos mais amplos, prioritários ou sensíveis socialmente e, assim, deveriam concentrar os esforços concretos. Outra proposição é a de que o planejamento deveria ser global, com detalhamentos e definição ampla de linhas de atuação, ou simplesmente indicativos, mas com órgãos específicos capazes de coordenar as heterogeneidades em direção a objetivos comuns. (BARBOSA DA SILVA; ZIVIANI, 2020, p. 12)

Carvalho (1978) esclarece que o planejamento ascendente é parcial, ou seja, abrange partes da cidade, não o todo do território, e com formas e métodos específicos de se organizar. Segundo o autor, a primeira característica do planejamento ascendente é que ele se relaciona com uma ação indireta do poder público, especialmente nos setores de produção, descentralizando suas ações e permitindo que a

iniciativa privada assuma as formas de melhor aplicação e distribuição dos recursos. Neste modelo caberia ao governo desenvolver metodologias para a elaboração dos projetos, a definição de indicadores para a avaliação destes projetos, elencar as prioridades para o financiamento dos projetos e os critérios sociais envolvidos para a alocação dos recursos nos projetos. A partir destes parâmetros a iniciativa privada (como esfera oposta ao poder público) elaboraria e implantaria os projetos em um processo dinâmico e interativo. Por ser um processo descentralizado, o planejamento ascendente, por vezes, acaba se confundindo com o processo de descentralização em si (dependente de regimes e escolhas políticas e não do procedimento do planejamento). A descentralização das decisões pode acontecer tanto no planejamento ascendente quanto no descendente, a diferença está no método para se chegar nesta etapa de decisão. Para o autor os procedimentos do planejamento ascendente exigem três níveis administrativos de organização: uma agência central de planejamento (responsável por elaborar os estudos, análises e índices para balizar os planos e acompanhar a implantação destes); os órgãos e agentes que avaliarão o plano e serão responsáveis pela concessão ou não dos recursos; e as empresas e organismos que elaborarão e executarão os projetos obedecendo as diretrizes do plano (CARVALHO, 1978).

As formas de planejamento urbano que visam aumentar a participação popular normalmente encontram resistência e podem ser "cooptadas" por aqueles que sempre estiveram à frente dos processos. As perguntas naturais que fazemos ao planejar são: em que cidade queremos viver? Quem são as pessoas que vivem/rão nesta cidade? Como podemos construir esta cidade? Os valores a serem considerados para tentar responder a estas perguntas podem incluir pressupostos econômicos, sociais, culturais, étnicos, ambientais, de gênero, entre muitos outros. Fica claro, assim, que não existe uma cidade ideal, mas várias, sendo possível que uma mesma cidade mude seu ideal dependendo dos valores que forem levados em consideração para a elaboração de seu plano. A própria ideia de planejamento urbano pode ser confundida com uma utopia, na medida em que imagina uma cidade ideal, simbólica, e busca-se criar as condições políticas para realizar este projeto.

O planejamento que busca incluir representantes de populações tradicionalmente excluídas dos processos decisórios é desencorajado, quando não é chamado de radical. A sociedade é constituída de grupos muito mais diversos do que somos capazes de catalogar. As simplificações que são feitas ao buscar os representantes dos grupos sociais durante a elaboração de processos participativos (entidades de classe, representantes do poder público, associação de moradores, etc.) são sempre arbitrárias e insuficientes frente à complexidade do real. O radicalismo, a intransigência, parece-nos, está em manter os grupos que tradicionalmente elaboraram os planos e em esperar resultados diferentes daqueles que

efetivamente foram alcançados, ignorando as conexões e relações que se criam além deste recorte. Friedman destaca que "a sociedade civil é um projeto de projetos; ela requer muitas estratégias de organização e novas formas de atuação do poder público. Ela requer uma nova sensibilidade para o que é local, específico, contingente e, acima de tudo, uma nova forma de reconhecer (para parafrasear um ditado famoso) que a vida boa está nos detalhes" (WALZER apud FRIEDMANN, 2020b, p. 448). Mobilizar e manter os grupos representativos ativos no planejamento é uma das tarefas mais árduas dos urbanistas, especialmente quando falamos de grupos que não têm o conhecimento técnico do planejamento ou que tradicionalmente são excluídos dos processos, demandando uma atuação que pode se desdobrar em várias outras como,

> A análise crítica das condições existentes; assistência na mobilização de comunidades para corrigir estas condições; assistência na criação de estratégias apropriadas para a luta; refinar aspectos técnicos de soluções transformadoras; facilitar o aprendizado social das práticas radicais; mediação entre a comunidade mobilizada e o Estado; apoio para garantir a mais ampla participação possível dos membros da comunidade em todas as fases da luta; ajudar a repensar a ações do grupo em face de novos acontecimentos; e se tornar pessoalmente envolvido nas práticas transformadoras. Eu queria que fosse entendido que o pensamento utópico, pelo menos no que diz respeito aos urbanistas, é historicamente fundamentado em lutas emancipadoras. Planejamento deste tipo faz parte da grande tradição utópica. Em seu trabalho mais recente, Leonie Sandercock chama isso de Planejamento Insurgente[95] (FRIEDMANN, 2020b, p. 444)

Quando se fala da inclusão de novos agentes no processo do planejamento, de "lutas emancipadoras" e adjetivos relacionados, corremos sempre o risco de estruturar desejos que não são os daquela comunidade, nos apropriando do "lugar de fala[96]", ou de simplesmente lutar para substituir os tradicionais detentores do poder sem articular mudanças que efetivamente promovam a liberdade, a emancipação,

[95] I then went on to examine what planners, who opt for emancipatory struggles, do. Among the many things I considered are elaborating a hard-hitting critical analysis of existing conditions; assisting in the mobilization of communities to rectify these conditions; assisting in devising appropriate strategies of struggle; refining the technical aspects of transformative solutions; facilitating social learning from radical practice; mediating between the mobilized community and the state; helping to ensure the widest possible participation of community members in all phases of the struggle; helping to rethink the group's course of action in the light of new understandings; and becoming personally involved in transformative practice. I wanted it to be understood that utopian thinking, at least so far as planners are concerned, is historically grounded in specific emancipatory struggles. Planning of this sort stands in the grand utopian tradition. In her most recent work, Leonie Sandercock calls it an insurgent planning.

[96] O conceito de "lugar de fala" surge com os movimentos feministas na década de 1960 como um ferramental de análise do discurso buscando reconhecer as bases nas quais os discursos se sustentam. O instrumental do "lugar de fala" é utilizado para que seja possível distinguir o lugar de quem produz determinado discurso daquele que é protagonista ou de quem vivencia ou ainda experiencia este discurso. Atualmente, fora do campo analítico, a expressão é popularmente utilizada, como neste caso, de forma a determinar ou autorizar quem pode, ou tem legitimidade, para emitir determinado discurso.

ou a autonomia. Normalmente isso ocorre quando a disputa se resume a encontrar formas de reparar ou de diminuir apenas a desigualdade de renda ao invés de efetivamente buscar outras formas de organização social e de produção. A busca por esses valores “nobres” deve ser a busca pela valorização da vida por ela mesma, da reprodução das condições sociais que visem a criação de um tecido social poderoso. O desenvolvimento, a economia, o mercado, os empregos, são consequências de um contexto pujante e efervescente de manifestações da vida. Esse contexto inclui articulações entre aspectos culturais, ambientais, religiosos, econômicos, sociais e políticos a partir das relações que já existem na sociedade civil. A “cidade” é, na verdade, as pessoas que nela habitam e, portanto, estas são as que devem decidir em conjunto, “qual cidade” deve ser construída. A busca por um denominador comum para a discussão desta construção tem encontrado novos contornos, principalmente com o iminente colapso ambiental e a insustentabilidade de nossos hábitos de consumo. Se faz necessário repensar a utopia que buscaremos construir e de que forma essa utopia pode se estruturar em desejos comuns. Urbanistas e reformadores urbanos progressista estão buscando para além do Estado alternativas para promover formas locais de resistência e cooperação, reivindicando que os recursos e espaços urbanos sejam considerados “comuns". Essas reivindicações não se limitam à reivindicação de um "direito" a determinados recursos, mas, de forma mais abrangente, advogam pela ideia de que esses recursos compartilhados com outros habitantes representam um investimento coletivo ou de um interesse coletivo como forma de resistir à privatização e à financeirização desses recursos. Assim, busca-se garantir, através da elaboração teórica dos comuns e de sua implementação nas práticas do cotidiano que uma ampla maioria de moradores possa compartilhar esses recursos e bens urbanos em seu benefício (FOSTER; LAIONE, 2016, p. 284).

7.3.1. O de cima sobe, o de baixo desce

Dentro do escopo do que foi analisado até aqui compreende-se que o histórico do planejamento territorial no Brasil se deu com Planos de Atos Vinculantes para todos (ALFONSIN, 2015), de forma que a busca por garantir o direito à cidade para toda a população guiou as discussões de elaboração do Estatuto da Cidade, produzindo uma lei que garantisse juridicamente a aplicação de instrumentos urbanísticos através de planejamento urbano, organizado na forma de um Plano Diretor. O Estatuto da Cidade pressupõe a participação cidadã, ainda que não especifique as formas de concretizá-la e o Plano Diretor é entendido como um plano global de atuação sobre o território.

Decidir planejar ou não também são escolhas políticas que contêm aspectos cognitivos,

> mobilização de recursos administrativos, financeiros, metodológicos, ferramentas e conceitos específicos. Como os planos, resultantes de processo de planejamento, têm natureza jurídica, são propostos pelo Executivo e aprovados pelo Legislativo, podemos trabalhar com a hipótese provisória, embora controvertida, de que eles têm natureza vinculante. Como norma-objetivo, os planos definem fins, diretrizes e, claro, resultados e transformações sociais a serem alcançados. Assim, embora o caráter juridicamente vinculante do plano – e pensamos no PPA – seja discutido e discutível, afinal a sua natureza política coloca-o em contexto de incerteza, já que todo plano é uma aposta, pode-se dizer que o planejamento, em linhas gerais, traça prioridades e hierarquiza as ações públicas, determinando o que vem antes, depois e qual a sequência de ações a ser perseguida (BARBOSA DA SILVA; ZIVIANI, 2020, p. 12)

A pós-modernidade tem como uma de suas principais características a valorização da individualidade, a liquidez das instituições, dificultando cada vez mais a concepção e a aplicação de ações e programas que se proponham a atuar em estruturas sólidas e imutáveis. Os procedimentos para alterações nos planos diretores obedecem a ritos legais que, apesar de supostamente garantirem a legalidade jurídica e uma certa continuidade do planejamento, muitas vezes não acompanham a demandas e necessidades da sociedade. Carvalho (1978) destaca dois procedimentos de planejamento, divergentes em suas aplicações, princípios e concepções, o planejamento global, ou descendente, e o planejamento ascendente.

> O primeiro tem como ponto de partida a concepção de modelos globais de desenvolvimento e de equilíbrio econômico, a partir dos quais, por abstração decrescente e pela aplicação sistemática de testes de coerência, alcança-se a elaboração de programas setoriais e, finalmente, a formulação de projetos. O planejamento oposto objetiva a elaboração do plano de maneira distinta daquela concebida no planejamento descendente. Tem como ponto básico o ensaio de várias combinações de projetos de desenvolvimento e os testes de otimização na alocação de recursos. O ponto de partida não é a grande síntese teórica do processo de desenvolvimento, mas o recenseamento dos principais projetos já elaborados, ou em elaboração, por diferentes agentes, tanto do setor público como privado. Esse procedimento caracteriza o planejamento ascendente. (CARVALHO, 1978, p. 83)

Os planos diretores podem ser caracterizados como concebidos dentro de uma perspectiva descendente. A necessidade de criar processos voltados para que os diversos setores de uma cidade atuem de forma criativa parece apontar que o planejamento das cidades criativas se dê dentro de procedimentos ascendentes. É necessário reforçar a distinção de que os procedimentos de planejamento, sejam ascendentes ou descendentes, podem ocorrer tanto de cima para baixo (*top-down*) quanto de baixo para cima *(bottom-up).* Os “de cima” seriam aqueles que tem a autonomia para criar suas próprias regras e as impõe para os “de baixo”. Chambers (1996) apresenta alguns exemplos que podem ser interpretados como os “de cima” e os “de baixo” a partir de suas relações de poder.

Quadro 3 - Relações entre os "de cima" e os "de baixo"

Dimensão/Contexto	Norte "De Cima"	Sul "De baixo"
Espaço	Central (urbano, industrial)	Periferia (rural, agrícola)
Desenvolvimento internacional	O Norte FMI, Banco Mundial Doadores Credores	O Sul Países Pobres Destinatários Devedores
Pessoal, atribuído	Homens Brancos Alta Etnia ou Grupo de Casta	Mulheres Pretos Baixa Etnia ou Grupo de Casta
Ciclo de Vida	Pessoas Velhas Pais Sogra	Pessoas Jovens Crianças Nora
Organização Burocrática	Sênior Gerente Oficial Patrono Policial Vigilante/Guarda	Junior Trabalhador Suplicante Cliente "Outra categoria" Preso/Prisioneiro
Social, Espiritual	Patrono Padre Guru Médico/Psiquiatra	Cliente Leigo Discípulo Paciente
Aprendizado e Ensino	Mestre Palestrante Professor	Aprendiz Estudante Aluno

Fonte: (CHAMBERS, 1996), elaborado pelo autor

Segundo o autor há, além da relação de poder, um paradigma contrastante que normalmente é associado com o planejamento feito de cima para baixo e o feito de baixo para cima que pode ser ilustrado pela tendência em se deslocar o planejamento para coisas, no primeiro caso, e para as pessoas, no segundo, conforme apresenta o quadro a seguir:

Quadro 4 - O paradigma contrastante das coisas e das pessoas

	Coisas	Pessoas
Meio	Desenho técnico (plantas)	Processos de aprendizagem
Atividade principal/conceito	Planejamento	Participação
Objetivos	Pré-Definido	Em evolução
Lógica	Linear, Newtoniana	Interativo
Ações/Resultados	Padronizadas	Diversas
Suposições	Reducionistas	Holísticas, Sistêmicas
Pessoas Vistas como	Objetos, alvos	Sujeitos, Atores
Papel dos "de fora"	Transferir, "Motivar"	Facilitar, Empoderar
Principais "de fora"	Engenheiros, economistas	Qualquer um/todos que tenham um comportamento participativo/atitude
Resultado	Infraestrutura Mudanças Física	Capacidades Instituições

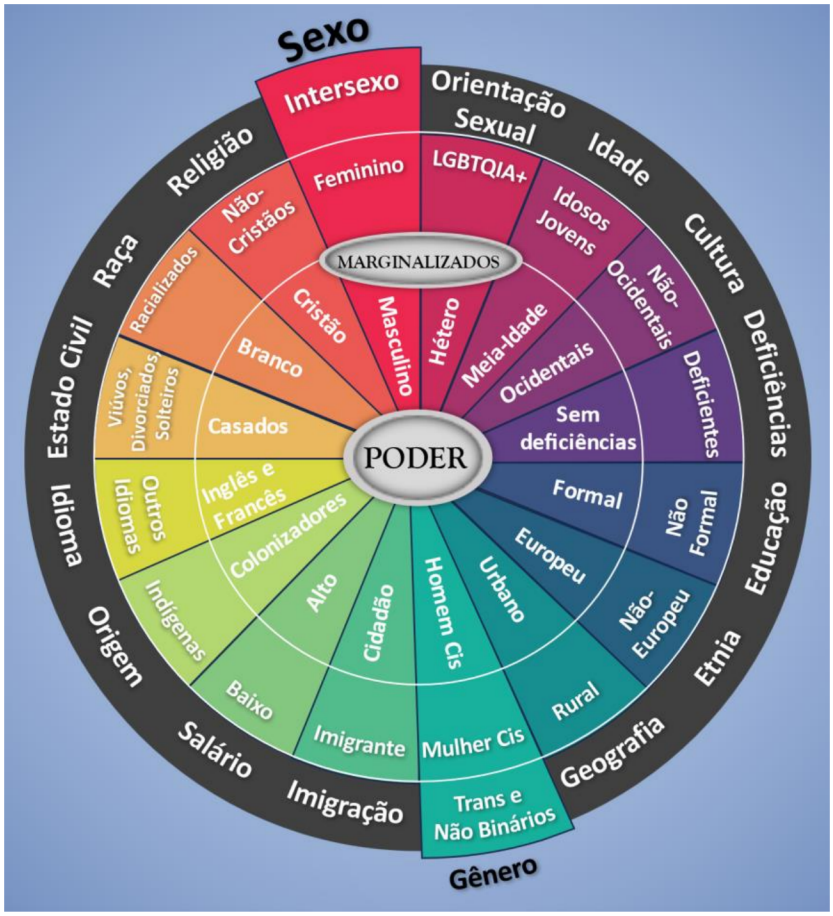
Fonte: (CHAMBERS, 1996) *elaborado pelo autor*

Não se trata de simplesmente entender "coisas" como ruim e "pessoas" como bom, mas sim de adequar o tipo de pensamento, de ação e de instrumental adequado para cada situação. Se o objetivo do planejamento é realizar um projeto que já está definido, o projeto de estrutura de uma ponte por exemplo, transformar isso em um processo participativo vai problematizar todo o processo. Se o objetivo do planejamento é responder aos desafios encontrados por uma comunidade, um processo previamente estipulado poderá acabar aumentando mais os conflitos do que solucionando-os.

No centro deste movimento está a disputa pelo poder para efetivar as ações. Diversas camadas atuam simultaneamente como forma de validar aqueles que têm acesso ao poder. Essas diversas camadas na disputa pelo poder são objeto de estudo da Interseccionalidade, um arcabouço teórico feminista negro que pode ser rastreado desde os anos 1850 através dos discursos de Sojourner Truth (MICHALS, 2015). Kimberlé Crenshaw cunhou o termo interseccionalidade em 1989 para descrever a opressão interseccional enfrentada por mulheres negras, primordialmente o racismo e sexismo (CRENSHAW, 2015). Um *framework* interseccional considera que a soma das experiências individuais não forma o todo de um sistema, pois diferentes elementos entram em conflito em cada análise. Uma pesquisa quantitativa interseccional busca examinar experiências específicas, investigando a heterogeneidade populacional no contexto do poder social. Dessa forma, processos de opressão, discriminação e privilégio podem ser compreendidos, permitindo intervenções direcionadas a comunidades específicas. Uma questão chave na pesquisa quantitativa interseccional é quais experiências, resultados ou processos precisam ser examinados ou tornados visíveis. Investigando a heterogeneidade populacional no contexto do poder social e estudando processos de opressão, discriminação e privilégio, podemos desenvolver intervenções

diretamente relevantes para comunidades específicas. A “roda do poder” do Conselho para Refugiados do Canadá sintetiza algumas das características presentes nessas dinâmicas e que podem passar desapercebidas, reforçando estigmas e exclusões presentes na sociedade. Quanto mais perto do centro, mais poder. A seguir apresentamos estão alguns exemplos de variáveis e dimensões de identidade e posição social, bem como processos de opressão, discriminação, privilégio e poder que podem ser incluídos em análises interseccionais. Outras categorias poderiam também ser incluídas nesta roda como acesso a moradia (própria, aluguel ou situação de rua), neuro diversidade (neuro típico, neuro atípico ou neuro divergente), saúde mental (robusta, estável ou vulnerável), corpo (magro, médio ou gordo) entre tantas quantas forem possíveis ou necessárias para compreender as dinâmicas de poder e as intervenções no território. Esses exemplos são baseados em um contexto canadense. O que constitui uma posição de poder pode se manifestar de maneira diferente em diferentes interseções e contextos, assim como as variáveis e dimensões aparecerão de acordo com os diferentes contextos.

Figura 11 – Roda do Poder



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de https://ccrweb.ca/em/anti-oppression

7.3.2. Quem planeja?

Planejar uma ação não é exclusividade do urbanismo, mas se torna essencial para este no momento que o planejamento urbano se propõe a prestar um serviço ao interesse público que resulta em melhorias da qualidade espacial das cidades. Esta proposição se desdobra necessariamente na compreensão **de qual serviço** está sendo prestado, **atendendo a quais interesses** e para **qual público**.

> O que é uma "sociedade democrática"? É uma sociedade pacificada e harmoniosa onde as divergências básicas foram superadas e onde se estabeleceu um consenso imposto a partir de uma interpretação única dos valores comuns? Ou é uma sociedade com uma esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar e onde há uma possibilidade de escolha entre projetos alternativos legítimos? (MOUFFE, 2003, p. 11)

O urbanismo pode ser entendido como, e muitas vezes é aplicado desta forma, uma tentativa de resolver conflitos, através da eficiência no uso e gestão de recursos condicionados por parâmetros legais e do controle de aspectos físicos das cidades, ao invés de promover a ação e a relação entre seus membros e atender às necessidades da sociedade. Se nos primórdios do urbanismo entendia-se que parâmetros técnicos padronizados, desenvolvidos por especialistas com conhecimentos técnicos trariam as respostas para solucionar os problemas e pacificar os conflitos das cidades, atualmente entende-se que as cidades são sistemas complexos, múltiplos, plurais e que a formulação dos processos de planejamento deve buscar representar e incluir esta complexidade em sua produção (BRACKEN, 2009). Seria possível depreender que estaríamos assim mais próximos de atender ao "interesse público". Porém, mesmo com a representatividade cada vez maior de grupos específicos nos processos de planejamento, as questões essenciais (qual serviço, para quais interesses, para qual público?) ainda permanecem ocultas, pois as formas como os planos são elaborados ainda são centralizadas, concentradas e dependentes de agentes específicos. Segundo John Turner:

> Quando os moradores controlam as principais decisões e são livres para contribuir com o *design*, construção ou gerenciamento de suas casas, tanto o processo quanto o ambiente produzido estimulam o bem-estar individual e social. Quando as pessoas não têm controle nem responsabilidade pelas principais decisões no processo de habitação, por outro lado, os ambientes habitacionais podem se tornar uma barreira para o cumprimento pessoal e um fardo para a economia[97] (Turner apud WARD, 1976, p. 8).

[97] When dwellers control the major decisions and are free to make their own contribution to the design, construction or management of their housing, both the process and the environment produced stimulate individual and social well-being. When people have no control over, nor responsibility for key decisions in the housing process, on the other hand, dwelling environments may instead become a barrier to personal fulfilment and a burden on the economy.

As democracias liberais tornaram-se preponderantes e praticamente hegemônicas no ocidente representando uma espécie de modelo a ser perseguido por aqueles povos que buscam a autodeterminação e a autogestão. Com o fim da Guerra Fria e o fracasso dos governos baseados em sociais-democracias, as práticas, ideários e políticas da liberal-democracia foram sendo implementados com cada vez mais ímpeto e sufocando outras formas de democracia. Viveríamos, então, sob a égide da democracia agregativa de Schumpeter (2017) que delimita a participação democrática da população à escolha de seus líderes por meio de processo eleitoral competitivo. O pluralismo democrático nesta visão estaria relegado à formação de partidos políticos que encampariam determinados ideais e os defenderiam durante os processos eleitorais a fim de ocupar os cargos de poder e implementar políticas e programas que estivessem em acordo com estes ideais. A diversidade de políticos e de partidos políticos passaria a representar a pluralidade da sociedade.

Mouffe (2003) aponta ainda para um outro modelo de democracia liberal, o da democracia deliberativa, na qual indivíduos livres e em igualdade de condições, através de procedimentos adequados de deliberação poderiam atingir formas de apoio para seus pleitos. Esses apoios seriam conquistados na sociedade através da racionalidade buscando consensos que trariam legitimidade para as deliberações. Dessa forma, o exercício do poder estaria conectado com o livre exercício da razão. Este segundo modelo de democracia liberal utilizaria dos preceitos da comunicação ativa, ou seja, o ato de reunião e argumentação racional dos postulados para a formulação de consensos como forma de escapar da colonização do mundo da vida pelo mercado e pelos sistemas (HABERMAS, 2012). Podemos entender então que estas duas tradições históricas se sobrepõem em nossas sociedades advogando em nome da pluralidade: uma primeira, de tradição liberal, que reforça a lei como resolução final dos conflitos e defensora dos direitos individuais e protetora da liberdade e uma segunda baseada na ideia de representação da soberania popular através da relação ideológica entre governantes e governados buscando uma igualdade social. Para Mouffe (2003), a pluralidade da sociedade, elemento essencial para a existência da democracia, não é respeitada em nenhuma destas formulações. A pluralidade necessariamente resulta em conflitos, não mais cabendo a ideia de pacificação social ou de elaboração de consensos que silenciem vozes dissonantes. A ascensão de vozes, etnias, gêneros, povos, muito diferentes daqueles que tradicionalmente ocuparam postos de poder resulta na falência da democracia liberal pela incapacidade desta de lidar com a não-normatização. Os particularismos se transformam em antagonismos ao serem colocados na esfera pública e acabam por transformar radicalmente as relações sociais e de representação no poder (MOUFFE, 2003).

> Compreender a natureza constitutiva do poder implica abandonar o ideal de uma sociedade democrática como a realização de perfeitas harmonia ou transparência. O caráter democrático de uma sociedade só pode ser dado na hipótese em que nenhum ator social limitado possa atribuir-se a representação da totalidade ou pretenda ter controle absoluto sobre a sua fundação (MOUFFE, 2005, p. 19).

Byung-Chul Han (2015) indica que o mundo moderno valoriza cada vez mais comportamentos individualistas e personalizáveis através do consumo e da produção de imagens de si mesmos. As pequenas violências promovidas por esse individualismo, segundo o autor, fragmentam a sociedade e provocam a destruição do comum. Nesta visão, caberia ao político, um técnico especialista racional (sem emoção e neutro) atuando em nome de um bem comum maior, analisar, compreender e implementar as melhores soluções para os conflitos. As democracias atuais buscam afastar os conflitos e as vozes dissonantes em nome de uma construção de consenso que apaga as reais relações políticas. Os consensos podem assim ser entendidos como resultados temporários de uma hegemonia provisória, determinados por grupos específicos que sempre excluirão posicionamentos dissonantes como forma de perpetuação de poder. Mouffe (2005) se coloca de maneira oposta a essa ideia ao afirmar que os antagonismos são inerradicáveis das dimensões de poder e que democracias saudáveis são aquelas em que há um enfrentamento de posições políticas. A democracia agonística[98] defendida pela autora parte do princípio de que é necessário resgatar a ideia de povo (conceito esvaziado pelas práticas opressoras de silenciamento das reais necessidades da população) e de ênfase nas práticas sociais (em oposição a postulados teóricos ou a discursos institucionais). Mouffe centra seu discurso na diferenciação entre "antagonismo entre inimigos" (protagonizado pelas democracias liberais e que buscam a eliminação do discurso dissidente em nome do consenso) e entre o "agonismo entre adversários" (que compreenderia a necessidade da dissonância, mesmo sem concordar com ela ou apagá-la, como motor da democracia). Caberia à democracia e a seus agentes o papel de transformar o antagonismo entre inimigos em agonismo entre adversários. Para a autora há uma diferença entre o *político* e a *política*. O *político* é a dimensão onde antagonismos são criados e definidos. A *política* seriam as práticas, discursos e instituições que estabeleceriam alguma ordem entre os conflitos criados pelo *político*. Dessa forma, são as relações sociais, segundo a autora, que sustentam o poder e este é gerado através das ações coletivas e organizadas dos diferentes grupos sociais e não seu contrário. Não são as instâncias de poder que devem criar ferramentas

[98] O agonismo é um termo que tem origem na Grécia antiga e significa "competição" ou "luta". Na filosofia, o agonismo é uma perspectiva que defende que o conflito é uma parte natural e inevitável da vida, e que ele pode ser uma força positiva para o progresso. O agonismo é frequentemente contrastado com o pacifismo, que é a crença de que o conflito deve ser evitado a todo custo. O agonismo argumenta que o conflito pode ser uma forma de resolver disputas, de promover o crescimento e o desenvolvimento, e de fortalecer as instituições.

para amparar e regular as relações sociais, mas as relações sociais é que organizam e sustentam as formas de poder. Ao invés da pretensa isenção ou neutralidade dos agentes, a democracia agonística de Mouffe incentiva que as paixões sejam colocadas em prática para a defesa das ideias e para a contínua mobilização dos afetos políticos mesmo quando os ideais de um não sejam os acordados com os outros, promovendo um constante movimento agonístico. O combate às paixões nos meios da *política* faria com que estas fossem extravasadas em outras formas fora da institucionalidade estabelecida. A construção de uma democracia agonística e pluralista se daria na valorização das regionalidades em oposição a um globalismo generalista (MOUFFE, 2005). O urbanismo deve se colocar como um facilitador da potencialização das realidades locais, uma instância *política* da valorização das culturas presentes em cada localidade dos territórios, dialogando com o *político* e não como uma ferramenta de ideais generalistas a serviço de alguns poucos. Para Bookchin,

> Raramente o planejamento urbano poderia transcender as condições sociais destrutivas para as quais lança respostas. Na medida em que se voltou para si mesmo como uma profissão especializada - a atividade de arquitetos, engenheiros e sociólogos - também caiu dentro da estreita divisão do trabalho da própria sociedade que se destinava a controlar. Não é surpreendente que algumas das noções mais humanísticas de urbanismo venham de amadores que mantêm contato com as experiências autênticas das pessoas e as agonias mundanas da vida metropolitana[99] (BOOKCHIN, 1974, p. 101).

7.4. A cultura como urbanismo e a arte como geografia

O Movimento Situacionista, já nas décadas de 1950 e 1960, questionava as formas que o urbanismo tomava, buscando encontrar repostas sobre o "serviço" que ele presta, a quem e para quais interesses, e propunha a arte e a cultura como respostas radicais para contrapor esse tipo de pensamento.

> O pensamento urbano situacionista estaria então baseado na ideia de construção de situações. Era situacionista "o que se refere à teoria ou à atividade prática de uma construção de situações. Indivíduo que se dedica a construir situações". Uma situação construída seria então um "momento da vida, concreta e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos". (BERENSTEIN JACQUES, 2003a, p. 21)

O movimento situacionista se colocava como antítese da Sociedade do Espetáculo, mediada por imagens,

[99] Rarely could city planning transcend the destructive social conditions to which it was a response. To the degree that it turned in upon itself as a specialized profession—the activity of architects, engineers, and sociologists—it too fell within the narrow division of labor of the very society it was meant to control. Not surprisingly, some of the most humanistic notions of urbanism come from amateurs who retain contact with the authentic experiences of people and the mundane agonies of metropolitan life.

responsável por provocar a alienação das pessoas em relação ao mundo em que vivem (KNABB, 2006). Esta antítese se daria através da intervenção lúdica e da atuação direta das pessoas no território que ocupam, abandonando a passividade e abraçando situações inesperadas como norma. Apesar de não se colocar como uma teoria de urbanismo, o Movimento Situacionista desenvolveu suas ideias a partir de ferramentas colocadas em prática de forma bastante ativa. A própria concepção do grupo não permitiria criar uma forma de cidade pré-definida, baseada em normas e regulações *a priori*, sendo que a contraposição a esta idealização promovida pelo urbanismo, surgiria com a criação de situações e da análise e crítica a partir delas. A tomada de consciência das situações do cotidiano teria o potencial de despertar os cidadãos dos aprisionamentos da rotina e construir uma nova civilidade, baseada na ação direta e na transformação lúdica do cotidiano. Os cidadãos deixariam de ser espectadores das cidades espetáculo e passariam a ser "vivenciadores" de suas próprias experiências (BERENSTEIN JACQUES, 2003b). Do ponto de vista dos situacionistas, a sociedade do espetáculo é o reino da não participação, sendo que os processos participativos seriam eles mesmo manifestações de novos espetáculos. As situações seriam as possibilidades para que os próprios atores das ações vivenciem suas experiências. Dessa forma,

> Uma situação construída seria então um momento da vida, concreta e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos. Nossa ideia central é a construção de situações, isto é, a construção concreta de ambiências momentâneas da vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior. Devemos elaborar uma intervenção ordenada sobre os fatores complexos dos dois grandes componentes que interagem continuamente: o cenário material da vida; e os comportamentos que ele provoca e que o alteram. (Debord apud BERENSTEIN JACQUES, 2003b)

Os ideais situacionistas, pensamentos, discussões, métodos e provocações foram discutidos em encontros internacionais em diversos países europeus e publicados nos doze números da revista *"Internationale Situationniste"* entre 1958 e 1969, organizados pelo coletivo de mesmo nome. Raoul Vaneigem e Attila Kotányi publicaram, em 1961, no sexto número da Internacional Situacionista, o "Programa Elementar do Bureau do Urbanismo Unitário"[100] onde denunciam, entre outros, a espetacularização das cidades, os problemas da participação, da carrocracia, do papel da cultura na transformação dos espaços[101].

[100] Os Situacionistas definiram o Urbanismo Unitário como "A teoria do uso combinado de artes e técnicas como meios que contribuem para a construção de um ambiente unificado em ligação dinâmica com experiencias de comportamento"(INTERNATIONALE SITUATIONNISTE #l (1958), in: KNABB, 2006, p. 51)

[101] "1. O VAZIO DO URBANISMO E O VAZIO DO ESPETÁCULO: o urbanismo não existe; é apenas uma "ideologia" no sentido marxista da palavra. A arquitetura existe realmente assim como a Coca-Cola: é uma produção real revestida

As críticas do Urbanismo Unitário têm alvos muito bem definidos por trás da máscara poética e de deboche que seus textos apresentam. Situar o urbanismo como uma ideologia ajuda a entender como responder os interesses que o urbanismo em geral atende. Sendo o urbanismo a “domesticação capitalista do espaço”, logo, o controle das ferramentas urbanísticas (e por consequência do espetáculo urbano) estaria nas mãos daqueles que controlam o espetáculo. A equiparação do urbanismo à criminologia serve para escancarar o papel do urbanista como um ator ativo na forma como as cidades são edificadas e como elas matam a vida que poderia surgir dos encontros e das situações provocadas pelas pessoas. A

---

de ideologia, que satisfaz falsamente uma necessidade falsificada. O urbanismo é comparável à publicidade sobre a Coca-Cola - pura ideologia espetacular. O capitalismo moderno, organizado de modo a reduzir toda a vida social a espetáculo, é incapaz de oferecer um espetáculo que não seja o de nossa própria alienação. O seu sonho de urbanismo é a sua obra-prima; 2 - PLANEJAMENTO URBANO COMO CONDICIONAMENTO E FALSA PARTICIPAÇÃO: o desenvolvimento do meio urbano é a domesticação capitalista do espaço. Ele representa a escolha de uma materialização particular, à exclusão de outras possibilidades. Como a estética, cujo curso de decomposição seguirá, pode ser considerada uma ramificação bastante negligenciada da criminologia. Entretanto, o que o caracteriza no nível do "urbanismo" - em oposição ao seu simples nível arquitetônico - é sua insistência no consentimento popular, na integração individual em sua produção burocrática de condicionamento. Tudo isso é imposto por meio de uma chantagem, em nome da utilidade que esconde o fato de que essa arquitetura e esse condicionamento são realmente úteis apenas para reforçar a reificação. (…) O planejamento urbano deve ser entendido como o campo de publicidade-propaganda de uma sociedade, ou seja, como a organização da participação em algo em que é impossível participar; 3 - O TRÂNSITO, ESTÁGIO SUPREMO DO PLANEJAMENTO URBANO: o trânsito é a organização do isolamento universal. Como tal, constitui o principal problema das cidades modernas. É o oposto do encontro: absorve as energias que poderiam ser dedicadas aos encontros ou a qualquer tipo de participação. Tornada impossível, a participação é compensada sob forma de espetáculo. O espetáculo se manifesta no habitat e nos deslocamentos (alto padrão de moradia e carros pessoais). Porque, de fato, não se mora num bairro da cidade, mas no poder. Vive-se em determinado grau da hierarquia. No topo desta hierarquia, a escala pode ser medida pela intensidade do trânsito. O poder se materializa na necessidade de estar presente cada dia em mais e mais lugares (jantares de negócios, etc.) cada vez mais distantes um do outro. Um VIP poderia ser definido como alguém que apareceu em três capitais diferentes em um único dia; 4 - UMA LIBERDADE INDIVISÍVEL: a principal conquista do planejamento urbano contemporâneo é ter tornado as pessoas cegas para a possibilidade do que chamamos de urbanismo unitário, ou seja, uma crítica viva, alimentada por todas as tensões da vida cotidiana, dessa manipulação das cidades e seus habitantes. Crítica viva significa estabelecer bases para uma vida experimental: pessoas que possam se unir para criar suas próprias vidas em terrenos preparados para atingir seus objetivos. Tais bases não podem ser reservas para “lazeres" separados da sociedade. Nenhuma zona espaço-temporal é completamente separável. (…) O urbanismo unitário é o oposto de uma atividade especializada; aceitar um domínio urbanístico separado já é aceitar toda a mentira urbanística e a falsidade que permeia toda a vida em geral. O urbanismo promete a felicidade. Ele será julgado por essa promessa. A coordenação entre os meios artísticos de denúncia e os meios científicos de denúncia deve levar à completa denúncia do condicionamento existente; 5 - MATÉRIA-PRIMA E TRANSFORMAÇÃO: a destruição situacionista do condicionamento presente já é, ao mesmo tempo, a construção de situações. É a liberação das energias inesgotáveis presas dentro de uma vida cotidiana petrificada. O planejamento urbano presente (essa geologia de mentiras) será substituído, com o advento do urbanismo unitário, por uma técnica de defesa das condições permanentemente ameaçadas da liberdade, no momento em que indivíduos - que ainda não existem como tais - começarem a construir livremente sua própria história” (ATTILA KOTANYI, RAOUL VANEIGEM, INTERNATIONALE SITUATIONNISTE #6, 1961 in: KNABB, 2006, p. 86)

reificação, o tornar em útil e em produto a vida das pessoas, impede que a real participação da população ocorra durante a produção da cidade, relegando seu papel ao de espectadores ou, pior, consumidores. O urbanista deveria ser, outrossim, um investigador da vida da cidade, um detetive de sua cultura.

Planejar as cidades através de suas vias e do uso que a mobilidade, e especialmente o carro, vão dar ao espaço público é outro ponto crucial apontado pelos situacionistas na medida em que dessa forma pensamos o espaço público sempre como um lugar de passagem, nunca como um lugar de estar, de fruição, fazendo com que assim estejamos sempre deslocados, sempre impedidos de estar em um lugar. A concepção de que ocupamos um nível hierárquico na sociedade e que este determina quais lugares podemos ou não acessar abre uma possibilidade radical de entendimento sobre a crise do planejamento e a necessidade de se criar novas formas de se planejar. O lúdico, a cultura, a arte enquanto manifestações autorais da população em todas as suas dimensões seriam antídotos para um urbanismo compartimentado que cria ilhas isoladas nas cidades para atender interesses difusos e distantes daqueles que sofrem com as consequências das escolhas tomadas. A unidade pretendida pelo Urbanismo Unitário é aquela em que o lúdico, o jogo, a cultura, estão em oposição a atividades consideradas alienantes da vida cotidiana, como o turismo, a tv ou toda a criação de imagens forjadas pela sociedade do espetáculo através da indústria cultural. Dessa forma, a construção da própria história independeria de algum tipo de autorização ou de chancela oficial, mas se constituiria da ação coordenada de sua própria população provocando uma revolução a partir da vida cotidiana. Se o urbanismo, como pensamento teórico, entende que a partir dele e de suas ações no território a vida cotidiana e a sociedade seriam modificadas, para os situacionistas o contrário é que deveria prevalecer, ou seja, a vida cotidiana e a sociedade organizada é que deveriam moldar o urbanismo.

As principais ferramentas situacionistas são a Deriva e a Psicogeografia. A Deriva é uma ação lúdica de ocupação do espaço da cidade, um caminhar livre e sem direção seguindo os caminhos que a própria cidade apresenta. Os situacionistas retiravam das derivas os pontos de atração, as informações, as relações afetivas que as pessoas estabeleciam entre si e entre o espaço construído, e que davam sentido para a cidade. A deriva busca criar situações no território para criar o espaço urbano. Segundo os próprios situacionistas a deriva é o "modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas. O termo também designa um período específico ininterrupto de uma deriva"[102] (INTERNATIONALE SITUATIONNISTE #1 (1958), in: KNABB, 2006, p. 52). Estas informações são catalogadas e mapeadas através da Psicogeografia, uma forma de elaborar

[102] Derive - A mode of experimental behavior linked to the conditions of urban society: a technique of rapid passage through varied ambiences. The term also designates a specific uninterrupted period of deriving.

uma cartografia dos afetos produzidos e percebidos através das derivas ou "o estudo de efeitos específicos do ambiente geográfico (conscientemente organizado ou não) nas emoções e comportamentos dos indivíduos"[103] (INTERNATIONALE SITUATIONNISTE #1 (1958), in: KNABB, 2006, p. 52). A psicogeografia mais utilizada como exemplo do pensamento do urbanismo situacionista e do urbanismo unitário é *The Naked City* composta por vários recortes do mapa de Paris com setas vermelhas interligando estes recortes e demonstrando as possíveis ligações afetivas em cada uma destas ambiências. Por sua posição no mapa não corresponder a localização da cidade real, os recortes trazem diversas possibilidades de compreensão da cidade e de fruição de seu espaço. As setas vermelhas representam possibilidades de deriva e formas de conexão entre as regiões da cidade.

Figura 12 - The Naked City, 1957, Illustration de l'hypothèse des plaques tournantes en psychogéographique



Fonte: Guy Debord disponível em https://www.frac-centre.fr/collection-art-architecture/debord-guy/the-naked-city-64.html?authID=53&ensembleID=705 acessado em 09/05/2023

Da mesma forma que o Urbanismo Unitário não é uma teoria urbanística, a psicogeografia não é uma

[103] Psychogeography - The study of the specific effects of the geographical environment (whether consciously organized or not) on the emotions and behavior of individuals.

teoria geográfica no sentido de tentar determinar estritamente as realidades descritas. O Urbanismo Unitário mescla as fronteiras da performance artística, da ação direta, e da atuação política no território da mesma forma que a psicogeografia mistura cartografia, geografia, artes plásticas e urbanismo. A percepção das pessoas sobre a cidade e suas relações afetivas com o espaço, bem como sua polissemia e suas ações no território, passam a ser a tônica na perspectiva do Urbanismo Unitário.

> Não existiu de fato um modelo de espaço urbano situacionista, (...), o que existiu foi um uso, ou apropriação, situacionista do espaço urbano. Assim como não existiu uma forma situacionista material de cidade, mas sim uma forma situacionista de viver, ou de experimentar, a cidade. (BERENSTEIN JACQUES, 2003a, p. 20)

A busca por como as pessoas ocupam o território e o estudo de como esta ocupação se dá não é criação situacionista e tão pouco se limita a este movimento, mas tem longa tradição nos estudos antropológicos e nas técnicas da etnografia. Em comum a todos esses pensadores da vida na cidade está o interesse na vida das pessoas e em como ela se manifesta na construção e organização do espaço. Dessa forma, arte e a cultura como forma de expressão das pessoas e ferramenta de compreensão do uso do espaço das cidades passam a ter papel preponderante no planejamento das cidades e no enfrentamento à espetacularização que vemos tomar conta do ideário das cidades criativas.

7.4. Mapeamento Comunitário: Vozes e Histórias através de Mapas

Os mapas elaborados desta forma não necessariamente buscam retratar uma realidade factual, mas sim uma relação afetiva e emocional das pessoas com elas mesmas e com os lugares que habitam, buscando desenvolver memória através do cotidiano. Mapas gerados dessa forma produzem conhecimentos, saberes e registram fazeres que seriam dificilmente percebidos por mapeamentos apenas baseados em dados técnicos, estatísticos e por imagens vistas de cima. O contato com o território e com suas vivências se torna fundamental para o planejamento que tem a cultura como base. Abrir as possibilidades e ferramentas de elaboração desta cartografia para os próprios atingidos pelo planejamento se torna uma necessidade moral e um compromisso ético para com a vida das pessoas.

Atualmente, além das técnicas clássicas de percepção do espaço e da etnografia, é possível utilizarmos diversas ferramentas digitais abertas, gratuitas e acessíveis (tais como o Open Street Maps, Kudos, HOT Tasking Manager, WP Go Maps ou o próprio Google Maps) para construir comuns baseados nos conhecimentos e hábitos das comunidades. Experiências buscando e incentivando essa autonomia e a autogestão no reconhecimento de seus territórios tem surgido com intensidade cada vez maior. É possível destacar as inúmeras iniciativas de mapeamento comunitário como as presentes no Dicionário

das Favelas Marielle Franco[104] que “tem por objetivo favorecer a preservação da memória e identidades coletivas dos moradores das favelas, como parte do nosso compromisso com a expansão da cidadania e do direito à cidade e criar um espaço virtual que reúna o conhecimento sobre estes territórios de forma interdisciplinar e interinstitucional” (Sobre, in: DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO, 2023), através de verbetes criados pelos próprios usuários identificando ações dos moradores em seus territórios, podendo se tratar de temas mais específicos e comumente ignorados por mapas “oficiais” como o Fala Roça (de mapeamento de atividades culturais na favela da Rocinha), o Mapa da Rede Favela Sustentável, o Mapa de Grupos Armados do Rio de Janeiro, o Fogo Cruzado, a Cartografia da Luta Social na Região de Jacarepaguá entre muitos outros exemplos. Essas iniciativas registram as ações cotidianas das pessoas em seus territórios a partir de seus próprios vivenciadores. Elas mapeiam desde acontecimentos efêmeros (como em quais pontos do território há um acidente de trânsito ou tiroteio) até manifestações históricas e contínuas (como os centros culturais ou onde estão as rodas de samba).

É necessário aqui desmistificar a suposta neutralidade que as novas tecnologias ou sobre o uso e armazenamento dos dados coletados pelas empresas que disponibilizam essas ferramentas, ou ainda uma possível percepção de que o uso destas tecnologias é essencialmente positivo e de fácil acesso. Estas ferramentas são desenvolvidas com interesses específicos, de acordo com as necessidades de seus desenvolvedores (normalmente voltadas para a comercialização dos dados e ferramentas gerados), mas podem produzir efeitos positivos, negativos ou neutros ao levarem consideração onde, quando e por quem elas são utilizadas. Metodologias que busquem a cooperação, a validação comunitária, oficinas para transferência de conhecimentos e facilitação de uso das ferramentas e, principalmente, mutirões de mapeamentos se mostram mais interessantes para processos de planejamento territorial do que, por exemplo, as ações tradicionalmente empregadas em nome da economia criativa como eventos coorporativos de empreendimentos locais ou de competições entre *startups* para atingir os mesmos fins. Cada uma das iniciativas que elaboram seus mapeamentos usam metodologias próprias e variadas de acordo com seus escopos e objetivos, porém é possível destacar quatro pontos essenciais em todas elas: o Planejamento Comunitário (delimitando o escopo, objetivos e formas de realização, monitoramento e de avaliação das ações, construído em conjunto com os participantes do processo); a Facilitação ao uso das tecnologias; o Mapeamento das Ações Locais; e a Legitimidade dos dados catalogados pelos próprios vivenciadores. A criação de mapas comunitários e abertos possibilitam que histórias tradicionalmente invisibilizadas surjam e ganhem relevância no processo de planejamento.

[104] https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco

7.5. O meu bairro, a minha rua. O Municipalismo Libertário

Diversos outros movimentos denunciam o urbanismo como uma ferramenta de dominação e opressão exercida por uma minoria da população. Bookchin (2021) aprofunda essa discussão ao demonstrar que o momento atual da organização social – um estado-nação como principal unidade política comandado por representantes eleitos como principal forma de exercer o poder – é uma construção desenhada para favorecer uma hierarquia social que se desdobra por todas as esferas da sociedade. Sendo construída pelos homens, pode (e deve) ser desconstruída por todos. O autor analisa a urbanização como um processo gerado pela combinação de forças do Estado, do capitalismo e da industrialização (BOOKCHIN, 2021). A cidade moderna pode então ser entendida como uma máquina construída para promover o consumo, seja através da extração de recursos naturais, da produção, exportação/importação, distribuição e venda de *commodities* nos países de fora do centro do capitalismo, seja através da monetização baseada na oferta de serviços, na recreação, no turismo, explorando financeiramente a hospitalidade, a arquitetura, a diversão e os elementos naturais, nos países centrais do capitalismo. O racionalismo pregado pelos modernistas no começo do século XX criou as ferramentas para que as cidades se organizassem desta forma, compartimentando o território em zonas especializadas, provocando rompimentos no tecido social, interligando estas zonas com enormes vias de circulação povoadas por grandes conglomerados de comércio como *shopping centers* e redes de lojas internacionais devidamente propagandeadas por placas publicitárias anunciando suas ofertas e descontos, produzindo desejos e necessidades artificiais na população. Este desenho se fez possível porque as sociedades foram estruturadas, primeiramente no período pós-guerra, com a construção de políticas de bem-estar social e recentemente com mais força, a partir da adoção generalizada de políticas neoliberais, baseadas na produção de bens de consumo e na validação da cidadania através do acesso e consumo destes bens. Ou seja, as cidades são máquinas de promoção do consumo na mesma medida que as sociedades estão condicionadas para promover o consumo. Se durante os estágios anteriores da revolução industrial o encontro das diversas parcelas da população se dava nos postos de trabalho, ou seja, nas fábricas e nos escritórios, sendo este o principal palco das disputas políticas e sociais, no estágio atual, com a descentralização da cadeia produtiva, a digitalização dos meios de produção e da globalização do capital financeiro, a disputa passou a se dar de maneira difusa por todo o território, sendo a cidade o espaço humano e econômico de transformação do corpo político da cidadania.

> Local de trabalho e comunidade são os polos em que se tem centrado, ao longo da história, a teoria e prática social radical. Com o aparecimento do Estado-Nação e da Revolução Industrial, a economia adquiriu proeminência sobre a comunidade, não só na ideologia

> capitalista como também nas várias modalidades de socialismo libertário e autoritário surgidas no século XIX. Esta mudança de tônica do polo ético para o econômico foi de enorme alcance, conferindo aos diversos socialismos inquietantes atributos burgueses (...). Todavia, o local de trabalho (a fábrica na sociedade industrial) foi, ao longo da história, não só lugar de exploração, mas de subordinação hierárquica. Não serviu para "disciplinar", "unir" e "organizar" o proletariado para mudança revolucionária, mas, pelo contrário, para o acostumar à obediência. O proletariado, como qualquer setor oprimido da sociedade, liberta-se abandonando os hábitos industriais e participando ativamente na vida comunitária. (BOOKCHIN, 2010b, p. 43–44)

Bookchin (2010b) estabelece o conceito de Municipalismo Libertário a partir da premissa de que a cidade, e não mais a fábrica ou o local de trabalho, é o campo de disputa para a emancipação das pessoas e para o fim da exploração do homem pelo homem. Segundo o autor, os cidadãos se constituem a partir da política – a gestão da cidade – de forma que as relações sociais da esfera privada da vida (a família, o local de trabalho, as associações) se misturam com as de governança do espaço público e acabam por criar um Estado que assume as formas hierárquicas de relacionamento da sociedade. Dessa forma, a "cidade (*civitas*, corpo político de cidadãos livres)" se diferencia da "urbe (conjunto de edifícios, praças, isto é, o fato físico da cidade)" (BOOKCHIN, 2010, p. 45) e a urbanização vem deteriorando as cidades e as possibilidades de transformação pelos cidadãos ao dar primazia ao econômico sobre o político ou o cidadão. O fazer político reivindicado por Bookchin não é o da participação através do voto ou o do pagador de impostos, mas o daquele que organiza sua atuação no espaço cívico através de grupos, assembleias, comunidades, em espaços de livre expressão e de decisões radicalmente democráticas a partir do poder popular. A democracia se constitui a partir do encontro de posicionamentos diversos, e até antagônicos, buscando algum tipo de acordo comunitário. O Municipalismo Libertário propõe uma outra forma de organização social, baseada no exercício da democracia direta, promovendo lugares de encontro, debate e decisões coletivas sobre os futuros possíveis ao invés da delegação destas funções para políticos profissionais que historicamente moldaram as sociedades, e por consequência as cidades, na forma de aglomerações gigantescas compartimentadas em megalópoles, cidades, bairros, vilas, destruindo os laços sociais, explorando os recursos naturais e ameaçando, cada vez mais e mais fortemente, a integridade das próprias cidades. A reconquista da cidade e a derrota da urbe, se daria através da organização da sociedade em coletivos locais auto-organizados e autogeridos, autônomos e relacionados entre si por uma federação de comunidades.

> É certo que, em si, o município é tão inútil como força social como o são a chácara comunitária e a cooperativa. Além disso, desde que ele preserve as instituições políticas do Estado, permanece não só como uma entidade social ineficaz, mas também um Estado em miniatura. Mas a partir do momento em que os municípios reúnem-se em federações para formar uma nova rede social; que interpretem o controle local com o significado de

> assembleias populares livres; que a autoconfiança signifique a coletivização dos recursos; e que, finalmente, a coordenação administrativa dos seus interesses comuns seja feita por delegados - não por "representantes" - que são livremente escolhidos e mandatados pelas suas assembleias, sujeitos à rotação, revogáveis e as suas atividades severamente limitadas à administração das políticas sempre decididas nas assembleias populares - a partir deste momento os municípios deixam de ser instituições políticas ou estatais em qualquer sentido do termo. (BOOKCHIN, 2010b, p. 35)

Atualmente há diferentes divisões administrativas dentro da organização municipal voltadas para atender as demandas locais, como no caso das subprefeituras da cidade de São Paulo, mas ainda há um espaço enorme a ser preenchido e retomado pela população para a efetiva construção coletiva das cidades. Os ideais do Municipalismo Libertário foram expandidos pelo próprio autor a partir da elaboração do pensamento da relação do homem com a natureza. Bookchin assume, já na década de 1960, que a dominação do homem pelo homem levou à dominação da natureza e que essa mentalidade é uma construção social e cultural. Dessa forma, uma sociedade baseada na relação capitalista de exploração e consumo de recursos naturais está em permanente risco de extinção, tendo em vista que estes são finitos e, para além, estabelecem as condições essenciais (e essas sim naturais) para que possamos estar e sobreviver no planeta.

> E se se quer achar remédio para o cataclismo ecológico, deve-se procurar a origem da hierarquia e da dominação. O fato da hierarquia sob todas as formas - dominação do jovem pelo velho, da mulher pelo homem, do homem pelo homem na forma de subordinação de classe, de casta, de etnia ou de qualquer outra estratificação da sociedade - não haver sido identificada como tendo âmbito mais amplo que a mera dominação de classe, tem sido uma das carências cruciais do pensamento radical. Nenhuma libertação será completa, nenhuma tentativa de criar harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza poderá ter êxito se não forem erradicadas todas as hierarquias e não apenas a de classe, todas as formas de dominação e não apenas a exploração econômica. (BOOKCHIN, 2010b, p. 22)

A ideia de que a humanidade deve dominar a natureza é vista como uma necessidade criada pela sociedade hierárquica e capitalista, em que o poder é concentrado nas mãos de poucos indivíduos e instituições. Bookchin elabora a Ecologia Social (BOOKCHIN, 2010b) propondo uma mudança radical na estrutura social e econômica da sociedade para superar essa mentalidade buscando equilíbrio na relação entre todos os seres viventes no planeta e a criação de uma sociedade mais justa e sustentável ao propor que as pessoas recuperem o controle sobre as decisões comunitárias em suas vidas cotidianas. A Ecologia Social é uma prática, uma ação na esfera política, baseada na premissa de desenvolvimento igualitário e radicalmente democrático da vida civil. A defesa de uma “sociedade ecológica”, que entende que a sua

conformação e formas de agir são indissociáveis das formas de relação com a natureza, é a base para a argumentação em defesa de que as decisões locais de cada uma dessas comunidades englobem todos os aspectos da vida social, incluindo aí a esfera econômica. Na valorização da atuação local estariam se reconfigurando todas as relações produtivas da sociedade em sua base. Como uma utopia, Bookchin trilha um caminho de bases revolucionárias porque simula uma sociedade referenciada por uma nova compreensão do mundo e da vida, sem a sombra do Estado neoliberal, que para ele acentua os desequilíbrios provocados pelo capitalismo.

Na sua tese da Ecologia Social, estariam sendo desbravados novos caminhos para a extinção dos latifúndios, das monoculturas, da visão da Terra como uma grande esponja de agrotóxicos e de poluentes, para recolocar a escala de produção em níveis adequados às necessidades reais. A descentralização provocaria um efeito em cascata da ação comunitária. Continuar pensando em maneira nacional, ou internacional, como se, por exemplo, a negociação transoceânica de créditos de carbono fosse solução para os problemas ecológicos, só acentua mais os problemas ao invés de solucioná-los. A própria concepção de um município, como um ente burocrático que organiza de maneira generalista toda uma porção do território, é posta em xeque tendo em vista que o objetivo da Ecologia Social é a construção de uma federação de conselhos. Dessa forma o controle territorial sairia do poder concentrado pelo Estado e passaria para as células autônomas atuando diretamente no território. Ao desfazer o ideal de uma unidade nacional, substituindo-o pela valorização da pluralidade e da diversidade, as ameaças representadas pelo nacionalismo e pelo fascismo estariam sendo desmontadas automaticamente. Ao reestabelecer o local como ponto máximo do encontro e da valorização das vidas, a ameaça de extinção provocada pela exploração vertiginosa da natureza estaria afastada. Retirar o poder decisório de políticos, do mercado e da estrutura centralizadora do Estado possibilita que aqueles que ocupam o território, que efetivamente constroem a vida das cidades, tenham acesso às ferramentas para a construção do processo de planejamento das cidades.

As críticas de Bookchin ao papel do Estado como castrador das relações autônomas da sociedade civil tem seu valor e suas limitações. A abolição imediata do Estado nas sociedades atuais poderia levar a um aumento ainda maior das desigualdades sociais e do desequilíbrio de forças, principalmente nas porções do território com maior domínio e influência de atores com elevado poder de força armada e de concentração de riquezas. As políticas estatais que buscam diminuir a concentração de renda e de possibilidades de acesso a melhores meios de ascensão social obtiveram algum sucesso, mesmo que muito aquém do que seria desejável. O Estado poderia reconhecer e abrir espaço para que grupos auto-organizados e autogeridos tivessem maior autonomia de ação e de transformação de suas realidades

buscando modificar o *modus operandi* neoliberal. O equilíbrio entre a atuação destes grupos e as limitações impostas pela legitimação estatal é difícil de ser encontrado e fácil de ser perdido. Este reconhecimento e atuação não é dado pelo Estado, mas conquistado pelas organizações através de suas ações. O Estado poderia atuar como mediador das relações entre agentes da sociedade civil, mercado, organizações de diversas naturezas, tendo seus limites, parâmetros e regulações como "guarda-chuva" para a atuação do planejamento.

Os estudos antropológicos recentes têm trazido à luz novas formas de organização social há muito esquecidas, mas que se parecem mais próximas a uma relação saudável da humanidade com si mesma e com a natureza e sem a predominância do Estado ou do mercado sobre as relações sociais e culturais (GRAEBER; WENGROW, 2021). Bookchin não advoga nem por uma idealização fetichista do passado, um primitivismo místico e "espiritualizado" de relação com a natureza, descolado e esvaziado de conteúdo social nem, tampouco, por um futuro distópico em que a próxima inovação tecnologia seria a ferramenta para diminuir o impacto da exploração desenfreada da natureza; mas sim pela inclusão dos elementos socias que constituem essas relações e pela radical transformação destes visando o fim da opressão de uns pelo outros. A Ecologia Social recoloca a humanidade, e porque não a cidade, como parte da natureza e a natureza como resultado das interações entre todos os seres vivos. A relação da humanidade com a natureza estaria baseada nas relações sociais que estabelecemos entre nós e que determinariam as formas como organizaríamos as demais instâncias da vida, sejam elas econômicas, políticas, comunitárias ou ecológicas.

> Decerto o capitalismo provocou destruição tanto dos vínculos comunitários como do mundo natural. Em ambos os casos encontramo-nos face à simplificação das relações humanas e não-humanas, à sua redução a formas interativas e comunitárias elementares. Mas onde existam ainda laços comunitários e onde - mesmo nas grandes cidades - possam nascer interesses comuns, esses devem ser cultivados e desenvolvidos. (BOOKCHIN, 2010b, p. 29)

Podemos dizer, portanto, que o município é o campo de disputa entre a sociedade e o Estado ao mesmo tempo que é a ferramenta para atuação do mercado no território nas suas mais variadas formas. É necessário constatar que o Estado hoje ainda permanece ausente em diversas porções do território, seja nas áreas mais carentes de infraestrutura ou de recursos financeiros, como nas favelas ou assentamentos de resistência, seja nas organizações mais abastadas da sociedade, como nas igrejas ou nas propriedades de famílias seculares e bem estabelecidas, e que nessas áreas as pessoas produzem e exercem suas formas particulares de organização da vida e de ocupação de seus territórios.

Bookchin propunha duas formas de atuação em prol do municipalismo libertário: uma primeira extra institucional (baseada em estratégias radicais e alternativas de assembleias populares), e uma segunda dentro da institucionalidade baseada na participação organizada em instituições municipais como conselhos e, até mesmo, cargos públicos desde que destinados a construir as ferramentas para a emancipação das comunidades e a dissolução do Estado formando uma confederação de comunidades, uma sociedade comunalista. Recuperar o municipalismo como esfera da ação da cidadania, como local de encontro e organização, desenvolvimento e valorização da civilidade é papel fundamental de um planejamento territorial que busque ter em sua base a arte e a cultura de uma população.

Seria possível estabelecer ações práticas a partir das ideias de Bookchin? Após seu sequestro e prisão pelo governo Turco em 1999, Abdullah Öcalan passou a se corresponder da prisão com Murray Bookchin e estabeleceu as bases do Confederalismo Democrático (ÖCALAN, 2016a). Fundador do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que originalmente seguia a orientação marxista-leninista, promoveu diversas guerras de guerrilhas a partir de 1984 buscando a formação de um Estado Curdo independente[105]. Influenciado pelas autonomias construídas pelo movimento Zapatista no México e pelo contato com Bookchin, Öcalan mudou radicalmente a direção do PKK e elaborou o Confederalismo Democrático. Ao invés de um novo Estado Curdo, o PKK constituiu uma confederação de conselhos, um projeto amplo de emancipação e autogestão do povo curdo visando a soberania econômica, social e política. Com a eclosão da guerra civil Síria em 2012, a segurança da região norte da Síria nos três enclaves curdos da região, ficou a cargo de milícias locais que se organizaram a partir da união do Partido da União Democrática (em língua curda: PYD) e do Conselho Nacional Curdo (em língua curda: ENKS), para formar o Comitê Supremo Curdo (em língua curda: DBK) e estabeleceram as Unidades de Proteção Popular (em língua curda: YPG). Surgiu o Curdistão Sírio ou Curdistão Ocidental, mais conhecido como Federação do Norte da Síria – Rojava. Apesar de estabelecer e manter relações internacionais, Rojava não tem sua autonomia reconhecida pelo governo Sírio nem por nenhum outro Estado nacional. Atualmente cerca de

[105] O povo curdo (povo da montanha, em curdo) está tradicionalmente vivendo na região da Mesopotâmia. Os primeiros registros de presença humana na região datam de 8500 a.C. e pesquisas sugerem que o povo Assírio, habitante da mesma região por volta dos 2500 a.C, seja as raízes do povo curdo, que tem seu primeiro registro histórico como "curdos" por volta de 400a.C. Atualmente é um dos maiores povos sem Estado do mundo com cerca de 30 milhões de pessoas. A maior parte do Curdistão abrange regiões comandadas pelos Estados da Síria, Iraque, Turquia e Irã. Esta divisão atual é resultado do fim do Império Otomano e de diversos tratados elaborados no pós-Primeira Guerra Mundial. Esta divisão além de não respeitar a história do povo curdo oprime qualquer manifestação cultural deste povo incluindo a proibição de seu idioma, do ensino de sua história nas escolas, de suas festas e celebrações tradicionais, além de uma deliberada falta de investimento destes Estados em investimento e serviços públicos nessas regiões, obrigando-os a constantes programas de "arabização" dos povos, provocando diversas denúncias aos órgãos internacionais do genocídio sofrido pelo povo curdo.

4.6 milhões de pessoas vivem em Rojava, sem um governo central, com todas as esferas de decisão sendo construídas a partir de uma confederação de conselhos. Rojava é uma região multiétnica, baseada na liberdade religiosa e na igualdade de gênero. Buscando valorizar a experiência histórica do povo curdo, sua herança coletiva de tribos, clãs e povos diversos, associações locais de participação direta são constituídas para a organização da vida coletiva. Essas associações podem se associar a outras formando confederações amplas, que por sua vez, se associam com outras confederações sem abrir mão de suas autonomias locais. Surgem assim, "cooperativas de trabalhos, terras coletivizadas, coletivos de mulheres, assembleias comunitárias, justiça restauradora substituindo o sistema de tribunal, reconstrução de cidades, criação de mecanismos horizontais de autodefesa, dentre muitas outras a serem apoiadas e mais bem conhecidas em outras partes do mundo" (ÖCALAN, 2016a, p. 10) como forma de organização territorial em Rojava.

Figura 13 - Mapa do Curdistão



Fonte: (ÖCALAN, 2016a, p. 12)

A emancipação e autogestão dessas instâncias de participação direta estão indissociáveis da equidade de gênero em suas formações pois, para o Confederalismo Democrático, "a opressão sofrida pelas mulheres

seria a mais profunda e disfarçada das opressões presentes em nossas sociedades" (ÖCALAN, 2016a, p. 30). Dessa forma, estabeleceu-se uma política de co-governança em que todas as funções administrativas necessariamente devem incluir uma mulher com autoridade equivalente a de um homem, da mesma forma que as funções administrativas das municipalidades devem incluir um curdo, um árabe e um cristão. A presença das mulheres se faz marcante inclusive nas forças de segurança com a Unidade de Proteção das Mulheres (YPJ), parte integrante da Unidade de Proteção do Povo (YPG), uma organização de autodefesa do povo curdo que responde às decisões tomadas de baixo para cima e que tem entre seus cursos de formação os de resolução de conflitos não violenta e de teoria feminista[106]. Esta força de segurança tem garantido a autonomia de Rojava desde as invasões Sírias no território em 2014, bem como as da Turquia e do ISIS em 2018. Da mesma forma que a paridade de gênero e o feminismo constituem um pilar fundamental em Rojava, a ecologia e a proteção ao meio ambiente são entendidas como essenciais para o processo de mudança social através do cultivo e da organização da vida no campo (ÖCALAN, 2016a).

[106] Ocalan elaborou a Jineolojî, ciência que se dedica ao estudo da mulher, buscando compreender a história e as opressões sofridas pelas mulheres, propondo uma transformação radical da sociedade para alcançar a libertação feminina. É uma proposta crítica radical que visa desconstruir os sistemas de poder patriarcais e capitalistas, defendendo a construção de uma sociedade democrática, igualitária e não hierárquica (BRITO, 2020; ÖCALAN, 2016b).

8. Capítulo 8 - Buscando parâmetros: métodos e técnicas para a formulação de um planejamento territorial baseado em arte e cultura

O planejamento territorial que efetivamente se baseie na arte e na cultura de suas populações deve se afastar do planejamento tradicional e buscar formas de se efetivar através do dinamismo das relações sociais entre seus agentes, de maneira aberta, diversificada e dinâmica. Neste capítulo pretende-se explorar alguns métodos e dinâmicas comumente utilizados em processos de planejamento, tanto pela iniciativa privada, quanto pelo poder público e por organizações não governamentais e que possam servir como ferramentas para a criação de protocolos de planejamento territorial que tenham como base a arte e a cultura dos territórios. A disciplina do desenho urbano tem buscado organizar as formas de interação com o território a partir de análises multidisciplinares e da cooperação entre agentes públicos e privados. Tendo como base de análise a flexibilidade de usos e projetos específicos, elaborados a partir da busca por dar forma e função para elementos físico-ambientais das cidades. Para Goodey (1979), seis características podem demarcar estas análises para implementações de projetos (a escala espacial, temporal, as interações entre homem e meio ambiente, os múltiplos agentes envolvidos, os profissionais abertos para novas concepções de uso dos espaços, e o monitoramento constante das ações), de forma a produzir desenhos urbanos funcionais e que atendam as necessidades reais da população. Dessa forma, ferramentas para além das tradicionais relacionadas com a técnica da arquitetura e do planejamento urbano, como concepções Freirianas de aprendizado a partir do território (TESTOLINO, 2023) passam a ser utilizadas para dar sentido aos projetos, de acordo com as realidades presentes nos territórios.

Diagrama 7 - Exemplo de Análise de Território

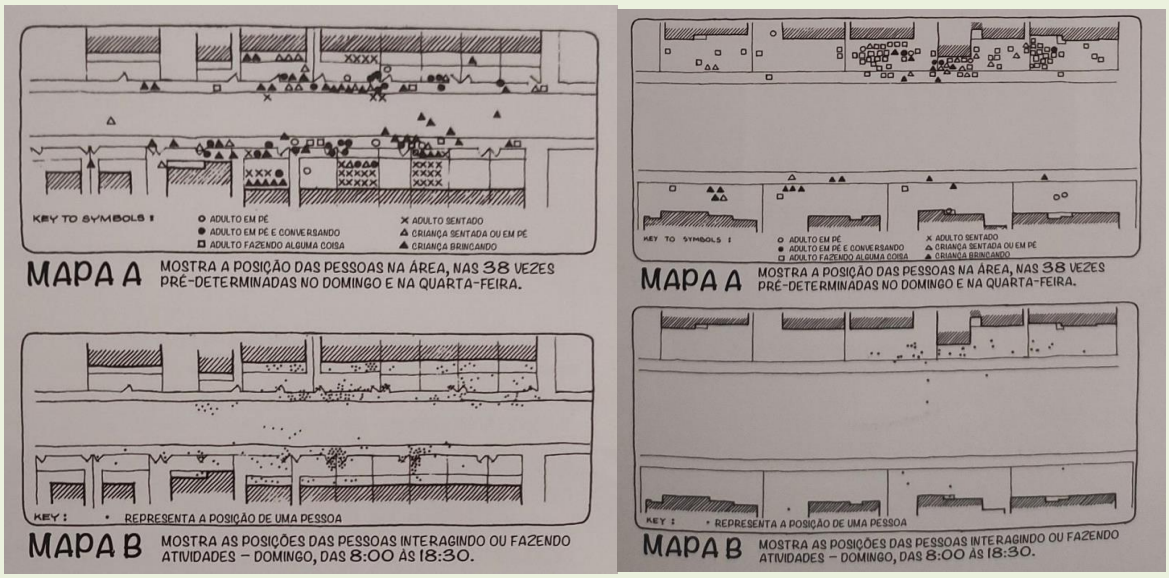
Estudo da Relação entre o Desenho de Ruas Residenciais e a Extensão de Caráter das Atividades

Quem: Jan Gehl com grupo de estudos de Escola de Arquitetura da Universidade de Melbourne

Onde: dezessete ruas nas partes mais antigas da cidade e nos novos subúrbios, em Melbourne, Austrália

Quando: domingos em abril-maio, 1976

Método: mapeamento comportamental e diário



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de (GEHL; SVARRE, 2018)

Mesmo com várias práticas tentando resolver as contradições intrínsecas do planejamento urbano, o desenho urbano não é isento de ser cooptado pelos mais diversos agentes se não for elaborado a partir das manifestações do território.

Pretende-se reconhecer através dessas ferramentas formas de agir politicamente (no sentido que Bookchin e Mouffe empregam ao termo político) tendo como premissa que o conceito de democracia e participação social se configuram a partir das relações sociais e devem estar intrinsicamente conectados a ações práticas entre todos os envolvidos no processo. As metodologias ativas[107] podem apresentar referenciais importantes para a elaboração de procedimentos de planejamento territorial baseado em

[107] "processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema" (BASTOS apud BERBEL, 2011).

arte e cultura. Dentro delas, as técnicas de gerenciamento de projetos atualmente estão divididas em dois grandes grupos, os “Métodos Tradicionais” e os “Métodos Ágeis” (GONÇALVES et al., 2021; SILVA; BIANCHI; AMARAL, 2019). Os Métodos Tradicionais, ou *plan-driven* são caracterizados por serem previsíveis, com seus gestores prevendo as atividades, as necessidades e restrições do plano, de forma que o planejamento inicial é detalhado a ponto de nortear todas as etapas e atividades até o final do projeto sem grandes mudanças durante seu percurso. Estes projetos se destacam pela delimitação eficiente de prazos, custos, administração, gestão e eficiência operacional do planejamento, sendo que projetos de qualquer natureza podem ser desenvolvidos e monitoradas com ferramentas e técnicas específicas, padronizadas para atingir determinados fins. Uma das características mais determinante destes projetos é o desenvolvimento sequencial de seus processos, entregando os produtos ao final de uma fase para a fase seguinte de maneira linear e só apresentando o produto, concluído, ao final de todo o processo (BOEHM, 2002). O dinamismo das relações sociais, potencializados pela conectividade digital e pelas constantes transformações no uso dos territórios, torna-se um obstáculo a ser superado pelos métodos tradicionais de planejamento voltados para as cidades. Torna-se necessário explorar outras formas de planejamento que absorvam estes desafios como potencializadores do planejamento territorial.

8.1. O Método Ágil

Os métodos ágeis, também conhecidos como Gerenciamento Ágil de Projetos (GAP), surgiram no início dos anos 2000 na comunidade de desenvolvimento de *softwares* e sistemas de informação, que buscavam formas de aproximar a realidade das demandas dinâmicas dos produtos digitais e em rede das formas de planejamento dos projetos dentro das empresas. O Manifesto Ágil[108] foi publicado em 2001 com quatro valores definidos: **indivíduos e interações** mais que processos e ferramentas;[109] ***software* em funcionamento** mais que documentação abrangente;[110] **colaboração com o cliente** mais que negociação de contratos;[111] **responder a mudanças** mais que seguir um plano[112] (MANIEFESTO ÁGIL, 2001). Os valores

[108] As palavras em negrito fazem parte do manifesto e reforçam a atenção para elas em contraponto com as demais.
[109] O trabalho é desenvolvido por pessoas e para pessoas, de forma que a comunicação e a interação de qualidade entre as pessoas são essenciais. Processos e ferramentas devem ser simples e úteis.
[110] Entregas, ainda que parciais ou em etapas preliminares de desenvolvimento, são melhores e mais bem recebidas do que um processo longo e que só apresente uma versão final quando a documentação estiver completa.
[111] O processo deve ser elaborado em conjunto, em colaboração, com tomadas de decisões em conjunto, ao redor do mesmo objetivo.
[112] O desenvolvimento de *softwares* é dinâmico e repleto de incertezas. O lançamento de versões preliminares permite que os erros sejam percebidos rapidamente e que correções de rota sejam implementadas a partir do

do manifesto foram implementados através de ferramentas que buscam envolver os “clientes” durante todo o projeto trazendo objetivos incertos e que podem sofrer alterações profundas durante o processo, com níveis altos de incerteza e de descoberta frente ao novo e ao inesperado. As demandas do mercado digital impuseram essas transformações, especialmente nas empresas de *software* e estes métodos extrapolaram seu âmbito original. Diversas empresas passaram a utilizar métodos ágeis, porém, sem abandonar totalmente os métodos tradicionais, criando métodos híbridos de planejamento e gestão de projetos (GONÇALVES et al., 2021).

> Um técnico de planejamento tem de ser modesto, mas também tem de possuir o que hoje chamamos de “capacidade de progredir em situações caóticas”, ou seja, ser capaz de viver bem com a situação de não saber o que acontecerá amanhã e ter a confiança de que, mediante a cooperação com os outros, será possível tomar uma decisão acerca da atuação “certa” nos termos dos objetivos do projeto (HELMING; GÖBEL, 1998, p. 9).

8.2. O Programa para os Assentamentos Humanos da ONU-Habitat

Em 2001, a ONU, por intermédio de Programa para os Assentamentos Humanos, publicou um livro com um kit ferramental para apoiar processos participativos de governança urbana. O objetivo da publicação era contribuir para que a governança urbana fosse mais participativa, se tornando um meio para a erradicação da pobreza. O tema da inclusão é central na publicação e as estratégias apresentadas buscavam oferecer métodos, ações e ferramentas de planejamento de forma que a cidade pudesse se tornar um lugar onde qualquer pessoa, independentemente do poder aquisitivo, gênero, idade, raça ou religião, tivesse condições de participar ativamente e positivamente das oportunidades que uma cidade possa oferecer (ONU-HABITAT, 2001). Para a Onu-Habitat,

> Governança Urbana é um processo dinâmico onde as competências e responsabilidades são continuamente transformadas, ou adicionadas às tarefas das autoridades locais e de seus parceiros na gestão urbana. Há também uma pressão constante nos gestores da cidade para que as respostas para as necessidades de suas cidades e de seus cidadãos sejam mais eficientes e efetivas[113] (ONU-HABITAT, 2001, p. 2)

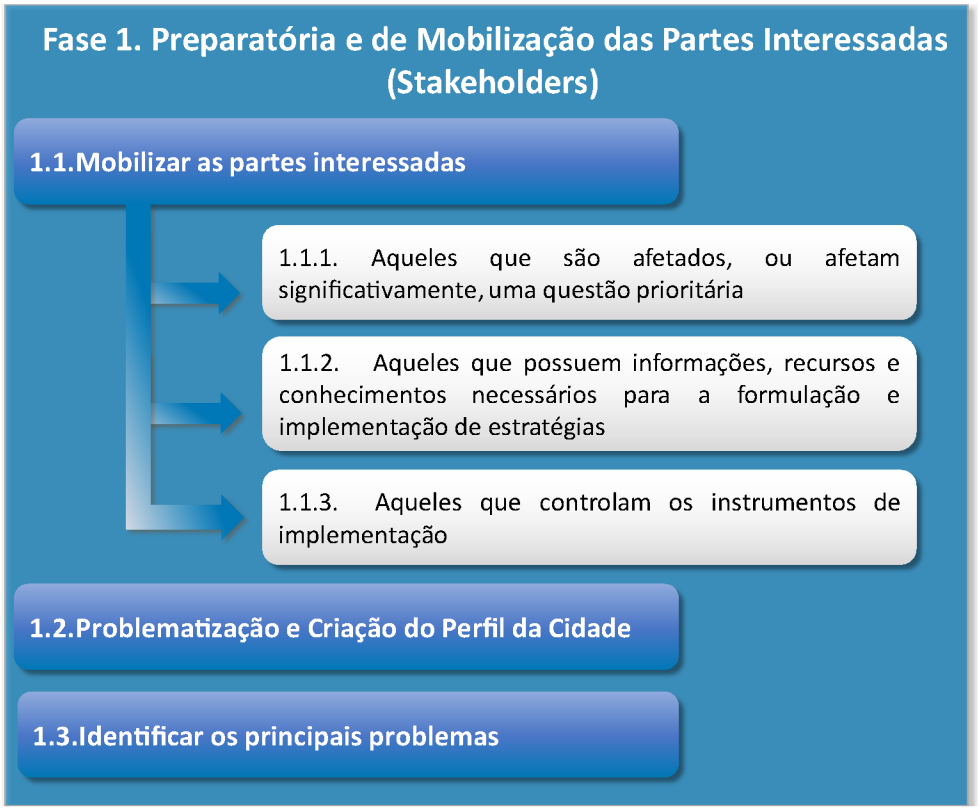
Oito “princípios operacionais” são identificados para uma boa governança urbana: o Engajamento Cívico, a Equidade, a Transparência e a Responsabilidade, a Segurança, a Subsidiariedade, a Eficiência e a

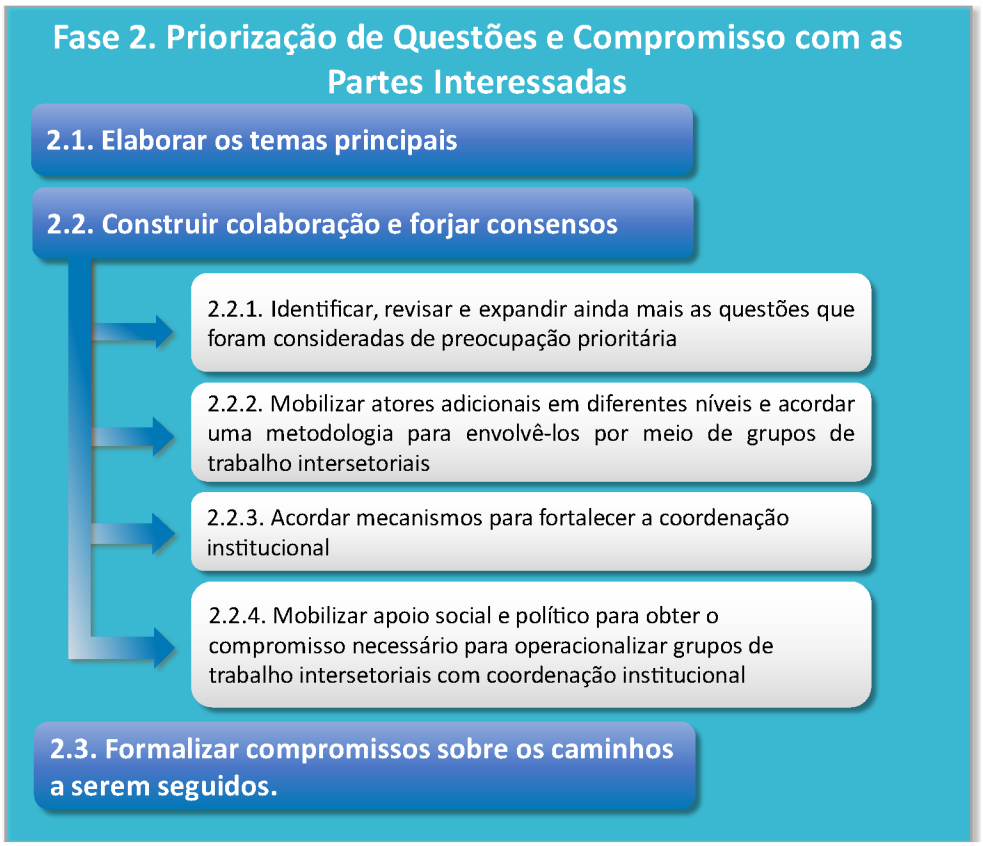
retorno dos usuários. O plano, portanto, não está definido no início do planejamento, mas vai se construindo durante o processo.

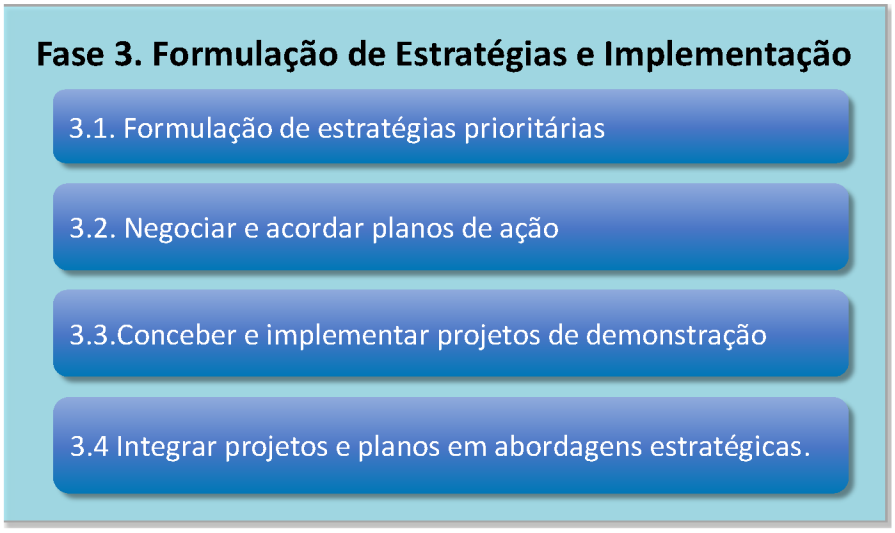
[113] Urban Governance is a dynamic process where competencies and responsibilities are continuously transformed or added to the tasks of local authorities and their partners in urban management. There is also constant pressure on city managers to provide more efficient and effective responses to the needs of their cities and citizens.

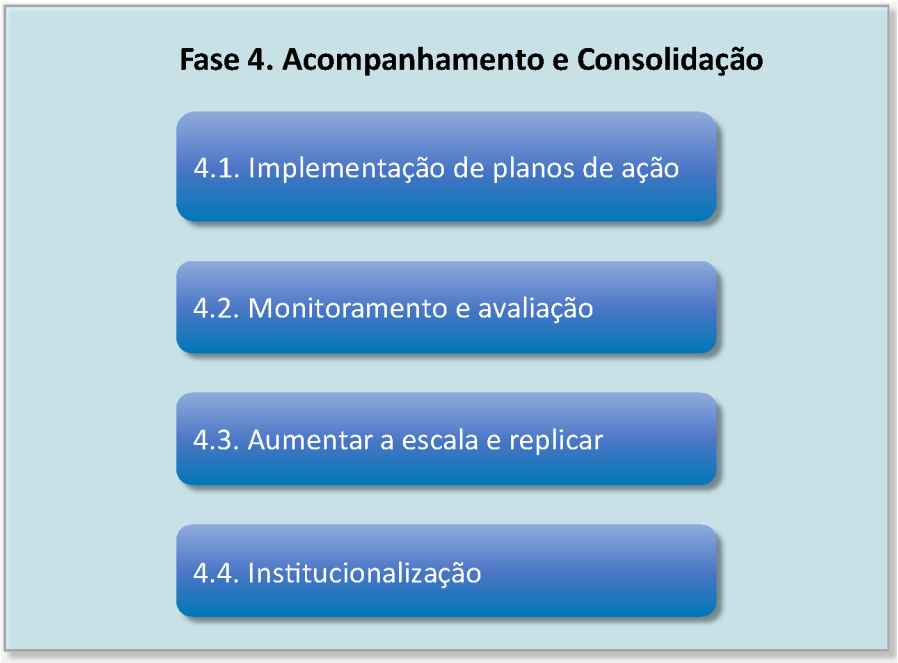
Sustentabilidade. Dessa forma um organograma, dividido em quatro fases cada uma com suas etapas, é sugerido para se elaborar um processo participativo de governança urbana. A partir deste esquema geral uma série de ferramentas e procedimentos são apresentados de forma a adequar este esquema para as realidades locais, levando em consideração desde formas de identificar e classificar os grupos de interesse, as potencialidades e características da cidade ou de assentamentos em vulnerabilidade, até os papéis de gênero, a resolução de conflitos e a criação de pactos urbanos. Ao final do livro, é compilada uma lista crítica com várias metodologias, apresentando suas características e formas de atuação, de forma que se possa encontrar a ferramenta mais adequada para cada um dos projetos voltados para governança urbana participativa.

Diagrama 8 - Quatro fases do Onu-Habitat




Fase 2. Priorização de Questões e Compromisso com as Partes Interessadas
2.1. Elaborar os temas principais
2.2. Construir colaboração e forjar consensos
2.2.1. Identificar, revisar e expandir ainda mais as questões que foram consideradas de preocupação prioritária
2.2.2. Mobilizar atores adicionais em diferentes níveis e acordar uma metodologia para envolvê-los por meio de grupos de trabalho intersetoriais
2.2.3. Acordar mecanismos para fortalecer a coordenação institucional
2.2.4. Mobilizar apoio social e político para obter o compromisso necessário para operacionalizar grupos de trabalho intersetoriais com coordenação institucional
2.3. Formalizar compromissos sobre os caminhos a serem seguidos.


Fase 3. Formulação de Estratégias e Implementação
3.1. Formulação de estratégias prioritárias
3.2. Negociar e acordar planos de ação
3.3.Conceber e implementar projetos de demonstração
3.4 Integrar projetos e planos em abordagens estratégicas.



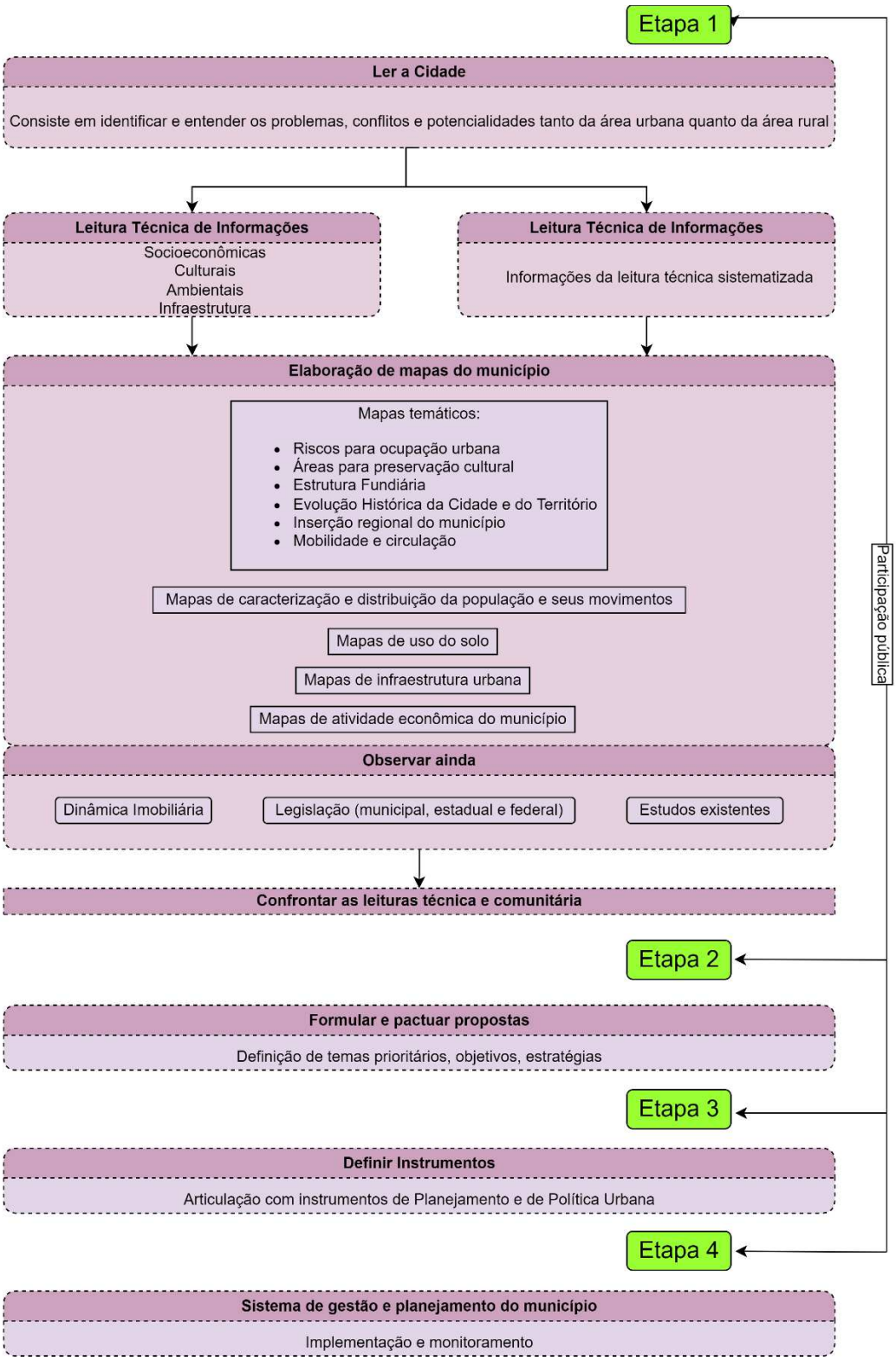
Fonte: (ONU-HABITAT, 2001) *elaborado pelo autor*

Considerando tal estrutura, serão trazidas e analisadas a seguir três métodos possíveis, uma vinda do poder público, uma voltada para o setor empresarial e uma terceira buscando ampliar a participação popular.

8.3. Métodos de Planejamento do Governo Brasileiro

O extinto Ministério das Cidades publicou um pequeno manual contendo um método para assessorar as cidades na elaboração de seus Planos Diretores, cujas etapas podem ser resumidas da seguinte maneira:

Diagrama 9 - Método para a realização de Plano Diretor



Fonte: Guia do Ministério das Cidades, elaboração do autor

Esse esquema elaborado pelo Ministério das Cidades apresenta características fortemente baseadas no planejamento descendente, com o controle e a gestão do processo totalmente centralizados no poder público. Mesmo prevendo a participação social, esta só acontece em etapas mais avançadas do processo. Da mesma forma, a criação do Núcleo Gestor para a coordenação do processo participativo (BRASIL, 2005), acaba por centralizar ainda mais as ações e a dificultar ações que não se enquadrem no esquema proposto. A dependência da mobilização da máquina pública para ações no território pode, por um lado, garantir a uniformidade das ações e, por outro, dificultar em muito que as dinâmicas da vida da sociedade sejam atendidas prontamente. Mesmo a inclusão de Conselhos Municipais durante este processo aparenta não aumentar as possibilidades de participação da sociedade civil e o atendimento das necessidades da população (VILLAÇA, 2005). Para além do processo de elaboração e discussão de propostas, outro grande desafio desta estrutura de elaboração Plano Diretor está no acompanhamento e na elaboração de indicativos para a avaliação do sucesso das propostas elaboradas pela sociedade civil (CAMARGO; MORAES, 2015; LIMA; POLLI; DE CARVALHO, 2021; QUEVEDO, 2013). A falha em promover o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações pela sociedade civil acaba por desestimular o engajamento da população em novos processos e a criar um sentimento de desamparo, inação e de gasto de energia com algo que não apresenta resultados efetivos (BELCAVELLO DE OLIVEIRA; BORGES DA; MOREIRA,). Apenas aplicar os instrumentos de elaboração de um processo participativo para a gestão democrática, previstos no Estatuto da Cidade, não parecem ser suficientes para que a sociedade civil como um todo, desde seus cidadãos mais marginalizados até aqueles que sempre detiveram o poder decisório, sejam incluídos de maneira satisfatória, tanto na elaboração quanto na gestão do Plano Diretor, e que as ações, programas, planos e estratégias elaboradas sejam efetivamente colocadas em prática (MENDES; GOULART, 2021; REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

Esta forma do poder público de pensar, articular e organizar planos a partir da sua estruturação se reproduz em outras escalas. O governo brasileiro também publicou diversos materiais para a orientação de como elaborar planos setoriais. As práticas contidas nos manuais de elaboração de Planos Municipais de Cultura, produzidos pelo MinC, abordam procedimentos divididos em cinco etapas de elaboração:

Quadro 5 - Etapas de elaboração do Plano Municipal de Cultura

ETAPAS DA ELABORAÇÃO	PERGUNTAS ORIENTADORAS	CONTEÚDO DAS ETAPAS
1 Análise da situação atual	Quem somos nós? Como estamos na área cultural?	Composta da caracterização do município e do diagnóstico cultural, reflete sobre o município e como ele se encontra no campo da cultura, a partir da base de informações organizada na fase de preparação do planejamento. Dessa análise, são identificadas as principais características que moldam a cultura local, vocações, potencialidades, fragilidades e obstáculos, conformando um diagnóstico da cultura local.
2 Projeção do Futuro	Onde queremos chegar?	Inclui a definição de diretrizes, prioridades e objetivos estratégicos. Essa é a etapa de conceber a visão estratégica para a cultura no município. Pensar o que se deseja ao fim dos próximos 10 anos, prazo do PMC. É o momento das grandes convergências e da construção coletiva dos objetivos a serem alcançados.
3 Operacionalização do futuro	Como chegaremos lá?	Envolve o estabelecimento de estratégias, metas e ações (projetos ou atividades), fixação de resultados e previsão de impactos. É o momento de alicerçar o caminho a ser percorrido com iniciativas concretas, novas ou existentes, que possibilitem medir se os objetivos estão sendo atingidos. Aqui as propostas da sociedade terão destaque especial, pois muitas se caracterizam como ações e medidas a serem assumidas pela Prefeitura.
4 Definição de prazos	Que prazo será necessário?	Deve incluir a estimativa de realização das ações propostas para alcance das metas. A projeção de prazos, é fundamental para que a execução seja factível dentro da capacidade de mobilização de recursos pela Prefeitura, o que pode incluir várias fontes além do Tesouro Municipal.
5 Lógica de monitoramento	Como vamos saber se os resultados estão sendo alcançados?	Abarca a definição de indicadores e elaboração sistemática de acompanhamento e avaliação. Além de conceber indicadores de resultados, deverá ser esboçado um modelo para que as informações sejam geradas, tratadas e disseminadas, proporcionando condições para o controle gerencial e social. Avaliações periódicas sinalizarão onde o plano precisa ser ajustado ao longo do tempo para se adaptar a novos cenários.

Fonte: (BRITTO, 2017, p. 17)

Os Planos devem estar baseados em cinco premissas[114]. Estas premissas diferem das versões anteriores

[114] **1. O processo de elaboração do Plano deve ser participativo** - a elaboração de planos municipais, em todas as suas etapas, deve envolver o poder público e a sociedade. A participação do poder público deve incluir os dirigentes e técnicos da Prefeitura, bem como as representações de órgãos estaduais e federais que atuam no município. Como a versão final do documento será uma Lei a ser aprovada na Câmara Municipal, é fundamental a participação dos

deste manual (MINC, 2013), especialmente nas premissas 3 e 5 que enxergam a cultura como um elemento integrador das diversas formas de vida na cidade e que a cultura acontece em um território, influências diretas do Cultura Viva e da Secretaria de Economia Criativa, ao enunciar que

> há outros instrumentos de planejamento do município ou a ele aplicáveis que podem ter referências a questões culturais que precisam ser conhecidas e levadas em consideração. Especial atenção deve ser dada aos planos das áreas de educação, turismo, ciência e tecnologia, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico (BRITTO, 2017, p. 22)

O modelo de planejamento proposto pelo Guia é sistêmico, buscando compreender todas as fases e etapas do planejamento no início de seu processo como um ciclo cibernético de natureza aberta, de procedimento descendente, conforme o esquema

---

vereadores e das frentes parlamentares dedicadas à cultura. (…) A participação da sociedade é imprescindível e pode ocorrer de diferentes maneiras e em diversos espaços, a exemplo do Conselho Municipal de Políticas Culturais. Caso não exista um conselho na cidade, um fórum municipal específico para o plano poderá ser organizado seguindo o modelo de funcionamento dos conselhos.

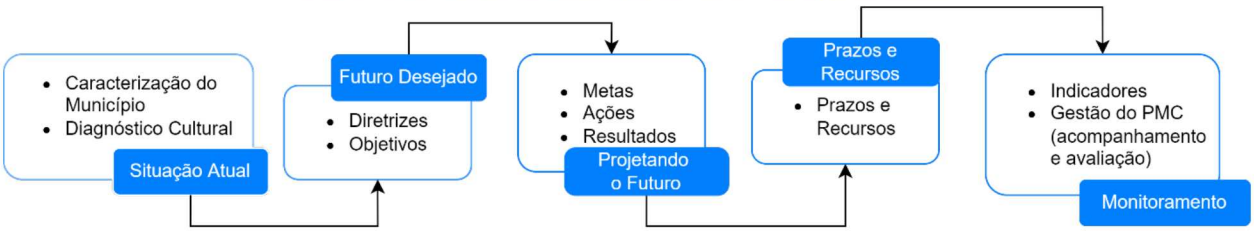
2. O processo de planejamento deverá ser tanto técnico quanto político - o planejamento, por um lado, é técnico, pois demanda o uso de metodologias e procedimentos para organização, sistematização e hierarquização das informações que vão compor o plano. (…) Por outro lado, porém, o planejamento é, também, político, porque consiste em escolhas e decisões sobre os caminhos a serem seguidos e sobre objetivos e metas a serem alcançados. A dimensão política do planejamento envolve interesses diversos e a negociação entre os diferentes atores, o que ressalta a importância da participação social.

3. O Plano deverá ser integrado e deverá compor o planejamento do desenvolvimento municipal - políticas culturais consistentes são marcadas pela transversalidade e pela intersetorialidade. O PMC não deverá ser um plano exclusivo do órgão gestor da cultura, embora este seja o coordenador e principal executor. Ademais, também não deve ser visto como uma coleção de planos setoriais de cultura. O plano de cultura precisa dialogar com outras áreas de atuação municipal para incorporar elementos nelas presentes e gerar outros que possam ser assumidos por elas. Portanto, trata-se de um plano do município que deverá refletir a cultura no contexto do desenvolvimento municipal.

4. O Plano municipal deverá ser alinhado aos planos nacional e estadual - o Plano Nacional de Cultura, como o próprio nome diz, é nacional. Ele abarca um conjunto de metas e ações para todo o Brasil. Portanto, não é de atribuição exclusiva do Governo Federal. Para que o conjunto de suas 53 metas seja alcançado até 2020, é preciso o envolvimento e o compromisso de estados, municípios e do Distrito Federal, a partir da articulação com seus respectivos sistemas e planos. Para que isto aconteça, é de suma importância que os planos e sistemas municipais estejam alinhados com os planos e sistemas estaduais e nacional de cultura.

5. O Plano deverá incorporar uma visão sistêmica e territorial - tendo em vista a natureza da cultura no contexto do desenvolvimento local, os assuntos discutidos no PMC deverão considerar o conjunto das iniciativas da sociedade, a política cultural do município, a interligação com outras políticas municipais e a articulação com outras esferas de governo através do plano nacional e estaduais de cultura. O PMC deverá ser amplo e abranger todos os segmentos e regiões do município, de modo a contemplar todos os municípios e não apenas os grupos mais bem organizados e estruturados, ou localizados nas regiões centrais da cidade. Eleger e observar premissas e princípios contribui para que o PMC seja imbuído de legitimidade, caracterizada por possuir legalidade formal, representatividade política e consistência técnica. Deve-se também garantir a instituição do PMC por lei específica, aprovada na Câmara e sancionada pelo Prefeito, tornando-o componente do arcabouço legal. (BRITTO, 2017, p. 13)

Diagrama 10 - Etapas de Elaboração de Plano Municipal de Cultura



Fonte: (BRITTO, 2017, p. 28), elaborado pelo autor

Tanto em um caso (Plano Diretores) como em outro (Plano Municipais de Cultura) percebe-se a característica descendente em seus processos de elaboração e a concentração do poder decisório no poder público. Há um ponto de contato importante nos dois modelos: a integração das demais pastas de atuação do poder público e a necessidade de territorialização das ações previstas. É importante destacar a intersetorialidade e a transversalidade em comum, tanto nos materiais do Ministério das Cidades quanto nos do MinC, buscando integrar as ações territoriais com as ações culturais. Da mesma forma que o conceito de plano diretor abordado não deve ser resumido ou interpretado como um Código ou um grande aglomerado de intenções que serão regulamentadas posteriormente com políticas ou planos setoriais exclusivos, a cultura, como apresentado pelas premissas 3 e 5, não deveria se contentar em organizar eventos isolados, mas buscar a integração com o território e com as demais pastas da administração pública.

A cultura e o desenvolvimento territorial não deveriam ser simplesmente políticas exclusivas e setoriais, mas intersetoriais, abarcando questões como a sustentabilidade ambiental ou a participação social, a partir da proposição e da ação preexistente de seus atores locais. O desenvolvimento econômico não deveria ser pautado como objetivo final apenas por instituições culturais ou pela valorização do solo a partir da ação do mercado buscando maior concentração das pessoas, mas sim por iniciativas que valorizassem as diferentes formas de manifestação vida e que permitam a produção e o consumo de negócios locais, que poderiam ser impulsionados e fomentados. O urbanismo deveria ser realizado de forma a encontrar soluções criativas para o uso do solo e para valorizar as diferentes formas de vida que estão no território, buscando mitigar os impactos da gentrificação nos grandes centros e elaborar projetos que se consolidem através de sua apropriação pela população. As políticas públicas deveriam ser desenvolvidas de forma a integrar os diversos setores da governança, aumentando a participação cidadã nos destinos da cidade e de suas vizinhanças, na discussão e elaboração de seus planos e projetos, e no acompanhamento e fiscalização das ações buscando resolver seus problemas, tanto do poder público quanto da sociedade civil. O objetivo deveria ser o da construção de comuns, de se entender a cidade como um comum através da ação de múltiplos e diversificados agentes. O comum, essa ação concreta e

compromissada dos atores urbanos, por sua vez, não deveria se restringir a recursos naturais (como o ar limpo, água potável, árvores frutíferas ou bosques, etc.), equipamentos materiais da cidade (como praças, parques ou hortas comunitárias) ou a equipamentos públicos de caráter comunitário (como escolas ou museus), mas se estender aos serviços institucionais (como as forças de segurança, o sistema de justiça, o transporte público), aos códigos coletivos (como as liberdades civis, as liberdades políticas, o sistema de propriedades, etc.), além da própria vida e alma da cidade representada por suas culturas (FERNANDES, 2021).

8.4. O Método ZOPP

Na década de 1970, a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GTZ à época, hoje GIZ) começou a desenvolver instrumentos de gestão baseados no "*Logical Framework Approach (LFA)*[115]", como base para o planejamento, implementação e avaliação de projetos de cooperação técnica e de desenvolvimento sustentável. Durante a década de 1980, a GTZ desenvolveu um sistema de planejamento de projetos orientado por objetivos que passou a ser denominado ZOPP (*zielorientierte Projektplanung*).

> O *logframe* original compõe-se de 16 campos que contêm os principais elementos da abordagem MbO (*Management by Objectives*) para a implementação de projetos. Os diferentes campos deste esquema obedecem a uma estrutura lógica e estão dispostos em quatro colunas. A coluna esquerda contém a hipótese de desenvolvimento do projeto com os elementos "objetivo global", "objetivo do projeto", "resultados" e "atividades", sendo que estes elementos estão interligados através de ligações condicionais "se-então". A segunda coluna contém os "indicadores objetivamente comprováveis" para o objetivo global, o objetivo do projeto e os resultados. A terceira coluna atribui "fontes de verificação" aos indicadores, enquanto que a quarta coluna contém as suposições relativas a cada um dos níveis de planejamento. O campo da "especificação dos insumos e dos custos" está atribuído ao campo das "atividades". A responsabilidade da gerência do projeto engloba os campos dos resultados e das atividades, assim como o campo da especificação dos insumos e dos custos (os assim chamados "fatores controláveis") (HELMING; GÖBEL, 1998, p. 30)

O método ZOPP parte da análise de problemas, buscando o desenvolvimento de objetivos específicos, através de *workshops* interdisciplinares e interculturais com a participação dos atores envolvidos. Um *workshop* ZOPP pode durar de um dia a duas semanas, mas normalmente é realizado durante uma semana. É comum que as reuniões sejam marcadas em locais diferentes e distantes, conforme acordos firmados entre os participantes para mitigar insatisfações entre os participantes e para proporcionar maior participação regional. Parte da dinâmica dos *workshops* consiste em elaborar escutas ativas dos

[115] Matriz de Marco Lógico

participantes e registrar as discussões em pequenos cartões coloridos que são afixados nas paredes das salas, permitindo a visualização das etapas do trabalho e dos resultados. O método requer um moderador com alto grau de experiência e habilidade na gestão de pessoas e de conflitos. Os participantes são selecionados de forma a atender e a representar a todos os grupos de interesse no planejamento, desde as mais altas autoridades até as lideranças comunitárias, passando pelo corpo técnico e grupos de interesses indiretamente afetados. Uma sessão ZOPP normalmente é coordenada pelo moderador com os participantes tendo a sua frente folhas em branco em painéis, nas paredes ou outros suportes. Conforme as dinâmicas e discussões vão ocorrendo, os resultados são afixados nas folhas com as tarraxas, para permitir sua movimentação e ajuste durante o processo, e coladas permanentemente ao final de cada dia. Esse momento é registrado e passa a fazer parte dos registros das reuniões (MIT, 2001).

A GTZ passou a adotar o método ZOPP em suas consultorias e a treinar moderadores e facilitadores dos workshops de diferentes países onde atuava. O ZOPP passou a ser reconhecido como um símbolo da qualidade da GTZ e a ser implementado em larga escala. Durante os anos 1990, o método passou por diversas adaptações para responder às diversas críticas recebidas, que atestavam que era muito engessado e aplicado de forma esquemática, ritualizada, sem levar em consideração as especificidades de cada um dos projetos. Por vezes o feedback dos workshops era o de que os participantes haviam testemunhado uma situação artificial, com papéis coloridos afixados nas paredes sem muita compreensão do processo, onde as diretrizes já vinham estabelecidas pela GTZ e pouco representavam compromissos entre os participantes e os objetivos traçados. Como resposta a GTZ reavaliou os procedimentos e tornou-os mais flexíveis e adaptáveis às diferentes realidades encontradas em cada projeto. Dessa forma os facilitadores do Método ZOPP passaram a desenvolver ferramentas e a incluir elementos imprevistos nos *workshops* tornando o método um modelo auto-organizado (HELMING; GÖBEL, 1998), que se caracteriza por cinco princípios:

- **a participação**, todos os agentes afetados pelo projeto devem fazer parte do planejamento e cooperar para o seu desenvolvimento;
- **o consenso**: estes agentes têm diferentes e múltiplos interesses que devem ser consensuados entre si com a ajuda dos mediadores;
- **a transparência**: todos os agentes devem estar de posse das mesmas informações e condições de deliberar em cada etapa do planejamento;
- **a sistematização:** a ordenação do processo é imprescindível para que as escolhas e as ações sejam tomadas e possam ser constantemente avaliadas e reavaliadas durante todas as etapas do planejamento. O ZOPP busca resolver ou mitigar os problemas investigando suas raízes. Dessa

forma é necessário analisar os problemas, suas causas e seus efeitos; e

- **a flexibilidade**: mesmo com etapas e fases pré-estabelecidas, é necessário que a compreensão dos problemas e das soluções, e de suas respectivas viabilidades, seja mais importante do que o preenchimento de formulários ou de etapas. Dessa forma é essencial que os procedimentos e ferramentas estejam a favor do projeto e não o contrário. A busca é por encontrar soluções plausíveis e executáveis para atingir os objetivos.

O Método ZOPP se estrutura em quatro fases: análise, planejamento de projetos, organização das atividades e a de acompanhamento e avaliação.

Quadro 6 - Fases da Metodologia ZOPP

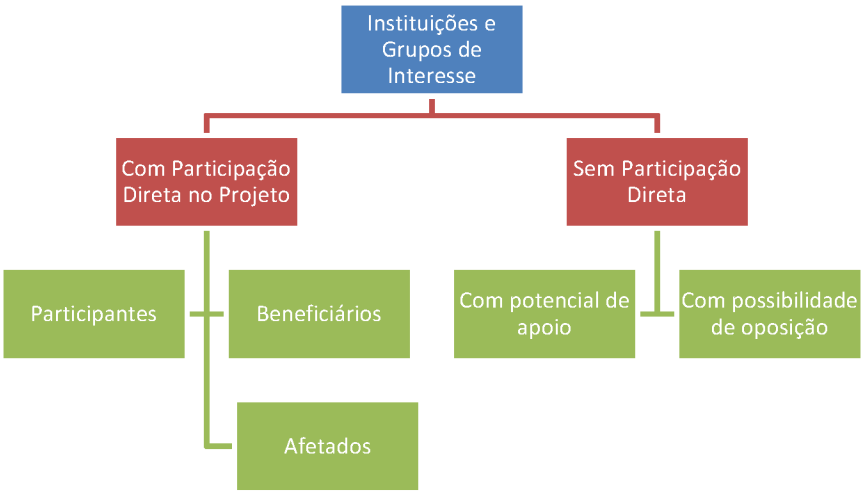
Metodologia ZOPP	Análise	Participantes
		Árvore de Problemas
		Árvore de Objetivos
		Alternativas
	Matriz de Planejamento do Projeto	Objetivos, Resultados e Atividades
		Indicadores
		Dados de Verificação
		Alternativas
	Organização das Atividades	Programa de Atividades
		Planificação de custos
	Acompanhamento e Avaliação	Acompanhamento por Indicadores
		Acompanhamento das Atividades
		Avaliação

Fonte: Elaborado pelo autor (GTZ, 1988; HELMING; GÖBEL, 1998; MIT, 2001)

A fase de análise tem quatro etapas, buscando a identificação dos problemas "reais" como impulsionadora das reuniões. São realizadas análises:

- Dos participantes: buscando a compreensão das pessoas, grupos, organizações, relacionadas ao projeto e de seus interesses, motivos, atitudes e implicações no planejamento. Essa análise deve ser feita preenchendo-se um formulário que fique visível.

Quadro 7 - Definição de Grupos de Interesse ZOPP



Fonte: (GTZ, 1988, p. 3)

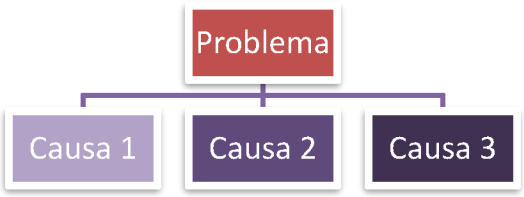
Tabela 8 – Matriz de Caracterização dos Participantes ZOPP

Grupo ou Instituição	Função ou Atividade	Expectativas/ Interesses	Fraquezas/ Limitações	Forças/ Potenciais	Potenciais Consequências para o Projeto

Fonte: Elaborado pelo Autor (COMIT BERLIN, 1988; GTZ, 1988; HELMING; GÖBEL, 1998; MIT, 2001)

- Dos problemas: Os problemas devem ser definidos em sua forma negativa e os problemas mais relevantes são agrupados em diagrama de árvore, de forma que seja possível visualizar causas e efeitos destes problemas centrais. Os problemas são anotados em cartões - um para cada problema - e organizados em grupos menores.

Gráfico 13 - Árvore de problemas (Causas)



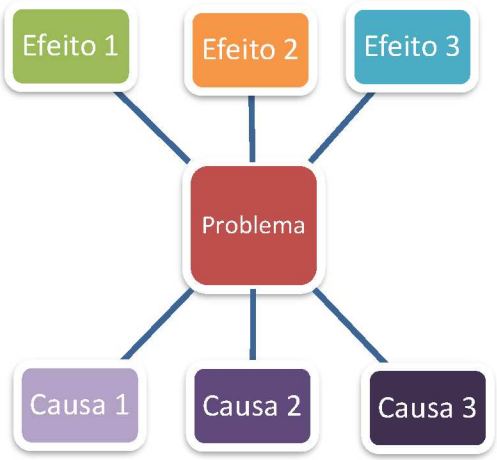
Fonte: (GTZ, 1988, p. 5)*, elaborado pelo autor*

Gráfico 14 - Árvore de Problemas (Efeitos)



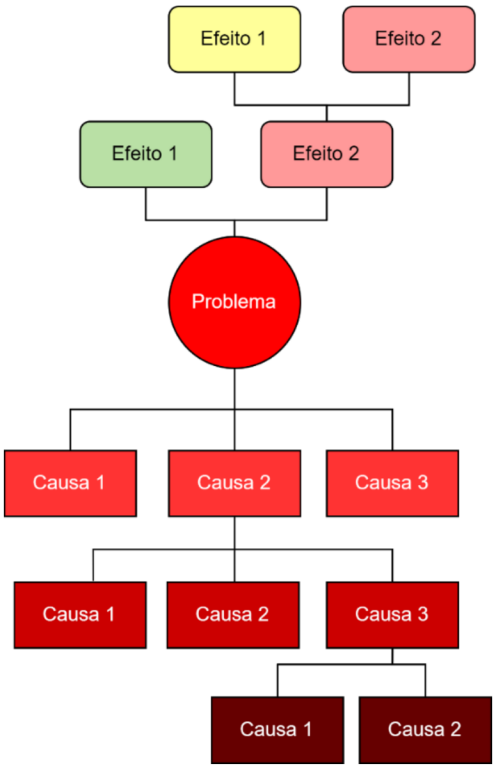
Fonte: (GTZ, 1988, p. 5), *elaborado pelo autor*

Gráfico 15 - Árvore de Causa e Efeito de um Problema ZOPP



Fonte: (GTZ, 1988, p. 5), *elaborado pelo autor*

Gráfico 16 - Análise Multidimensional de Causa e Efeito de um problema ZOPP



Fonte: (GTZ, 1988, p. 5), *elaborado pelo autor*

- Dos objetivos: os problemas são reformulados para sua forma positiva, tornando-se objetivos realistas. Da mesma forma as causas e os efeitos são transformados em elementos necessários para a concretização dos objetivos.
- Das alternativas: A identificação dos objetivos proporciona que sejam realizadas análises de suas possibilidades de realização que levam em conta os recursos disponíveis, a relação custo-benefício, os riscos sociais, o cenário político, a sustentabilidade, o tempo, e demais fatores determinados pelo grupo. Estas alternativas são preparadas e anotadas em cartões.

A fase de elaboração de planejamento de projetos é organizada em uma Matriz de Planejamento de Projeto (MPP). A MPP é uma síntese em uma folha do porquê do projeto estar sendo realizado, o que se espera atingir com ele, como vai atingir estes resultados, quais fatores são cruciais para o seu sucesso, como esse sucesso será avaliado, onde estarão os dados para avaliar este sucesso e qual será o custo do projeto. Todas essas informações são combinadas em uma matriz

Tabela 9 - Exemplo de estrutura de Matriz de Planejamento de Projeto

Objetivo Principal	Por quê?	Proposto para atingir o objetivo do projeto
Objetivo do Projeto	O Que?	Se pretende realizar com o projeto
Resultados/Produtos	O Que?	Se pretende conseguir com o projeto
Atividades	Como?	Se pretende atingir os resultados do projeto
Suposições	O Que?	Fatores externos que são importantes para conquistar os objetivos
Indicadores	Como?	Pode ser medida a realização dos objetivos
Fontes de Verificações	Onde?	É possível encontrar os dados necessários para avaliar o projeto
Custos e Recursos	Qual?	É o custo do projeto

Fonte: Elaboração do autor (COMIT BERLIN, 1988; GTZ, 1988)

A fase de organização das atividades compreende a organização das atividades que serão realizadas (o que, como, quem?), um cronograma para a realização destas atividades, e uma planificação dos custos.

A fase de acompanhamento e avaliação compreende as formas de determinar os dados que serão utilizados para o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos e se os resultados esperados foram atingidos ou não.

A metodologia ZOPP não substitui etapas de diagnóstico ou de desenhos técnicos, mas as complementa e estas podem ser integradas no processo. Assim sendo, metodologias como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP ou PRA*, Participatory Rural Appraisal*, em inglês) podem complementar o processo, especialmente na formulação dos diagnósticos e mapeamentos, quando se busca identificar como diferentes setores atuam sobre determinado território.

8.5. O Diagnóstico Rural Participativo

O DRP tem suas origens baseadas em diversos métodos participativos que já eram utilizados desde a década de 1960, tendo sua relação mais direta provável com o Diagnóstico Rural Rápido (DRR) implementado nos anos 1970. Enquanto o DRR inicialmente desvalorizava os saberes e fazeres locais, o DRP não só busca maior participação das populações como também formas de aprender estes saberes e inseri-los no planejamento, fortalecendo e fomentando a avaliação, a análise e, em alguns casos, a execução e gerenciamento de projetos de desenvolvimento rural (CHAMBERS, 1994).

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que

> permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas (VERDEJO, 2006, p. 6).

As técnicas comumente utilizadas pelo DRP incluem mapeamentos e modelagem dos territórios, mapas afetivos e históricos, caminhadas, entrevistas, elaboração de calendários sazonais, diagramas institucionais, compartilhamento e mudanças de análises, elaboração de matrizes, diagramas analíticos e de classificação e agrupamentos de bem-estar, todos elaborados pelas populações locais. O DRP tem sido utilizado nas mais diversas situações, normalmente ligadas ao gerenciamento de recursos naturais, na agricultura, na saúde, na nutrição, segurança alimentar e em programas voltados para os mais pobres (CHAMBERS, 1994). O desafio de reconhecer as potencialidades locais, normalmente enfrentado quando o diagnóstico para o planejamento se fecha em dados e não se comunica com a população, é superado pelo DRP ao incluir os moradores locais diretamente na tarefa de identificar os problemas e de elaborar os processos de avaliação. NO DRP, tem-se como premissa que a população é criativa e capaz de elaborar suas análises e desenvolver o planejamento (CAVESTRO, 2003, p. 3).

Cinco princípios formam a base para qualquer atividade que se utilize do DRP:

1. **Participação**: DRP é dependente da participação ativa das comunidades. Os participantes devem se envolver no processo não apenas como fontes de informação, mas também como integrantes dos times de coleta e análise das informações.
2. **Flexibilidade**: diversas técnicas podem ser utilizadas e combinadas para o desenvolvimento de contextos específicos que determinarão variáveis como o tamanho e as competências da equipe do DRP, assim como o tempo, recursos, temas e locais de trabalho.
3. **Trabalho em Equipe**: o DRP é normalmente conduzido por uma equipe de moradores locais com poucos representantes de fora da localidade, uma significativa presença de mulheres e um conjunto de técnicos e especialistas relacionados com o tema
4. **Ignorância Ótima**: evitar uma coleta de dados excessivamente detalhista. A eficiência de tempo de campo e de recursos gastos e obtidos é atingida ao se obter a quantidade de dados necessária para elaborar recomendações e decisões.
5. **Sistemática**: Os dados da DRP normalmente são predominantemente qualitativos e de pequena amostragem. Formas alternativas de validação e confiabilidade dos resultados são empregadas, tais como abordagem estratificada por localização geográfica da comunidade, riqueza relativa, e

reunião final de apresentação de resultados para discussão de descobertas e correção de inconsistências.

Estes princípios devem estar presentes nas oito etapas que normalmente são realizadas nestes processos:

1. Formar relacionamentos entre facilitador/organizador e moradores;
2. Compreender o problema do ponto de vista do local;
3. Reenquadrar o problema de uma forma que possibilite sua gestão;
4. Busca de soluções que, neste momento, significa restringir as inúmeras soluções possíveis a um tipo geral de solução;
5. Planejamento e desenvolvimento da solução que, após concordar com um tipo de solução, envolve especificação adicional da solução e acordos sobre os papéis de vários atores em sua realização;
6. Implementação em que o facilitador/organizador deve "ajudar as pessoas com sua motivação, foco e persistência";
7. Avaliação e ajuste que acontece quando o projeto é concluído ou um impasse é alcançado. O ajuste pode ser extremo – abandonando a abordagem atual – ou um refinamento do resultado – "criando novos problemas para ajustar um aspecto menor";
8. Término e consolidação, durante o qual cabe ao facilitador/organizador garantir que os residentes tenham a capacidade de aplicar as habilidades de resolução de problemas recém-adquiridas no mesmo ou em problemas semelhantes, caso surjam ou ressurjam (CAVESTRO, 2003).

Mapeamentos e diagnósticos participativos e que efetivamente escutem a população são essenciais para organizar propostas voltadas para a valorização da criatividade nas cidades. O mapeamento cultural, neste sentido, pode ser uma valiosa ferramenta para captar os recursos, eficiências e conexões entre as artes e os grupos culturais, identificando-se suas motivações comuns (Stan Hagen apud CREATIVE CITY NETWORK OF CANADA, 2010).

8.6. Reconfigurando o planejamento territorial: traçando uma nova abordagem

Este capítulo buscou apresentar as problemáticas do planejamento urbano atualmente empregado para a construção das cidades brasileiras. Partiu do princípio de que as transformações econômicas modificaram profundamente a compreensão do espaço territorial, desarticulando a infraestrutura industrial anteriormente estabelecida (especialmente nos grandes centros) e se reestruturando ao redor do comércio e serviços possibilitados pela digitalização das informações, da popularização da internet e

do processo de globalização e de financeirização proporcionados pelo atual estágio neoliberal das economias capitalistas. Este movimento fez com que as cidades passassem a deixar de se reconhecer como “industriais”, ou seja detentoras de um grande parque industrial que movimentava parte de suas economias, para “criativas”, com empresas de forte caráter comportamental[116], de forma que o passivo das indústrias do passado passaram a ser ativos de atrações culturais e um chamariz para uma nova conformação econômica, agora baseada na inovação tecnológica, em produtos e serviços especializados, impulsionados por ambientes e infraestruturas baseados em ações de forte apelo cultural e artístico. Abriram-se, portanto, novos horizontes para se repensar o planejamento territorial, baseado na arte, na cultura e na manifestação da vida das pessoas. Porém,

> Enquanto monumentos, centros comerciais, museus, parques temáticos, sítios históricos, se fundem e se (con)fundem na paisagem das cidades, transfigurando-se em cenários para o consumo e para a produção pragmática de roteiros turísticos, temos a sensação de anestesia dos nossos sentidos. (...) Assim, podemos ver sem viver, consumir sem fruir, reconhecer sem conhecer. E, quanto mais crescem as filas para as exposições de artistas consagrados, nas chamadas cidades culturais e criativas, menos se observa a capacidade de decodificação cultural por parte do público. (LEITÃO; GUILHERME, 2019, p. 76)

As iniciativas tradicionais de planejamento, mesmo as que tiveram suas origens em movimentos sociais, com base no Estatuto da Cidade e nos Planos Diretores Participativos, não conseguiram captar e transformar este momento em formas mais amplas de construção social. Mesmo com os avanços promovidos por estes instrumentos, o Estado ainda mantém o papel central na elaboração do planejamento resultando em um projeto de lei que muitas vezes está descolado das necessidades reais da população, sendo elaborado de maneira descendente e sofrendo muita influência das forças de mercado, afastando uma participação mais incisiva da sociedade civil. Mais ainda, os processos de planejamento que se propuseram o desafio de abarcar arte e cultura em suas confecções acabaram por criar áreas de isolamento, segregação, gentrificação e especulação imobiliária, ao invés de atender às demandas e necessidades das populações que já ocupavam estes territórios.

Propor uma estrutura de planejamento voltada para as cidades efetivamente criativas (aquelas que se baseiam na arte e na cultura de seus cidadãos, na criação de redes, associações, coletivos, comunidades e na pluralidade das manifestações destes) deve levar em consideração premissas e momentos diferentes daqueles que tradicionalmente são empregados. Planejar uma ação envolve, invariavelmente, três

[116] Empresas que produzem produtos altamente conectados com os modos de vida das pessoas e que atuam diretamente na criação de desejos e na influência dos comportamentos sociais da população.

momentos distintos de atuação: o primeiro de constatação do problema, o segundo de construção de maneiras de resolver este problema e o terceiro de sua implementação com as devidas formas de avaliação. A questão que se coloca é como articular estes três momentos de forma que a maioria das comunidades e agentes possa ter as ferramentas para se autogovernar. Estas etapas atualmente são construídas de cima para baixo, através de Planos Vinculantes que obedecem a processos que podem ficar muito alienados da realidade dos territórios. É preciso que esta relação se inverta, que as várias comunidades e agentes se apropriem de suas histórias, de suas culturas, para que as cidades possam ser entendidas como uma manifestação de seus modos de vida. O planejamento territorial e urbano está em crise porque a sociedade no atual estágio do capitalismo está em crise, na busca de novas formas de se apresentar como ferramenta para o desenho e reestruturação das cidades que efetivamente promovam relações democráticas com as diversas parcelas da população. É preciso reforçar a visão de Bookchin (2021) na construção da *civitas*, formada por cidadãos engajados na transformação comunitária de seu meio social, em oposição à *urbe*, com seus produtos oferecidos à população de maneira alienada de sua vida cotidiana. A organização em conselhos, coletivos e em agrupamentos de cidadãos buscando restituir seus papéis na construção da *civitas* estabelece um horizonte de possibilidades para se contrapor ao cenário atual. É importante ressaltar que estes conselhos se distinguem dos conselhos municipais tradicionais (temáticos e ligados ao poder público, muitas vezes de caráter apenas consultivo). O municipalismo libertário se ampara e se estrutura na auto-organização e, principalmente, na ação direta dos cidadãos na construção da cidade.

O reconhecimento de que não existe uma cidade, mas sim um vasto e diverso horizonte de cidades deve ser incentivado e favorecido através não apenas de dados técnicos e administrativos, mas também a partir de mapeamentos culturais e afetivos de forma a elaborar um retrato das possíveis cidades e de suas populações. As próprias fronteiras e limites das cidades deve ser colocado em perspectiva ao se elaborar processos de planejamento territorial baseados em arte e cultura. Muitas vezes as conexões culturais, que dão alma, característica, unidade a determinado território, extrapolam os limites político-administrativos e o planejamento tradicional não dá conta de lidar com essas realidades. A ideia de um processo de planejamento linear que seja elaborado e finalizado antes que possa ser implementado no território anda na contramão das propostas de planejamento baseadas em cultura. Acompanhar resultados parciais, com prototipagem e escalonamento das ações a partir destes testes, aproxima o planejamento voltado para cidades criativas de metodologias ágeis e do Movimento Ágil. Os métodos de planejamento analisados fornecem importantes ferramentas para que possamos entender como lidar com o dinamismo da contemporaneidade sem perder a visão de longo prazo; como reconhecer e

estabelecer dinâmicas participativas com as populações dos territórios; como o poder público (especialmente o governo federal brasileiro) organiza seus processos para todo o território nacional e como as relações entre urbanismo e cultura são muito mais próximas do que originalmente se poderia supor; como o planejamento por objetivos precisos e viáveis de alcançar estrutura outras formas de se avaliar e de se resolver os problemas detectados; e como a abertura para a escuta e o envolvimento com o outro são absolutamente essenciais para que se quebre as hierarquias de dominação, dependência e opressão entre os envolvidos (humanos ou não) no processo de planejamento.

Não há uma “receita de bolo” para uma cidade que se pretende adjetivar como criativa. Os elementos aqui abordados buscam dar horizonte, suporte e algumas ferramentas e procedimentos que podem ser utilizados por aqueles que pretendem agir criativamente na construção de suas cidades a partir das manifestações de suas próprias populações. O próximo capítulo traz uma proposta que se alinhe com todos os princípios analisados até este momento, de forma que seja possível estabelecer procedimentos ascendentes de planejamento territorial baseados na cultura de suas populações.

9. Capítulo 9 – Por um novo planejamento territorial com base nas cidades criativas

O ponto de partida aqui é que todo território é criativo por natureza: se algo existe, foi criado e que sua criatividade - a ação de criar - pode ser potencializada a partir da interação entre seus agentes. Assim, a identificação de territórios criativos está muito mais condicionada às formas de atuação dos agentes nesse território do que a uma simples titulação, a construções icônicas ou a eventos esporádicos. Oliveira (2023) conceitua os territórios criativos como uma ideia-força que pode se desdobrar em diversas escalas e recortes, a partir da atuação de seus atores-rede[117] (LATOUR, 2012). A figura a seguir elenca alguns dos atores-rede (no círculo interno) possíveis de serem destacados para constituir os territórios criativos, que variam em diferentes escalas (representadas pelo círculo externo):

Figura 14 – Atores-rede e as escalas de Territórios Criativos



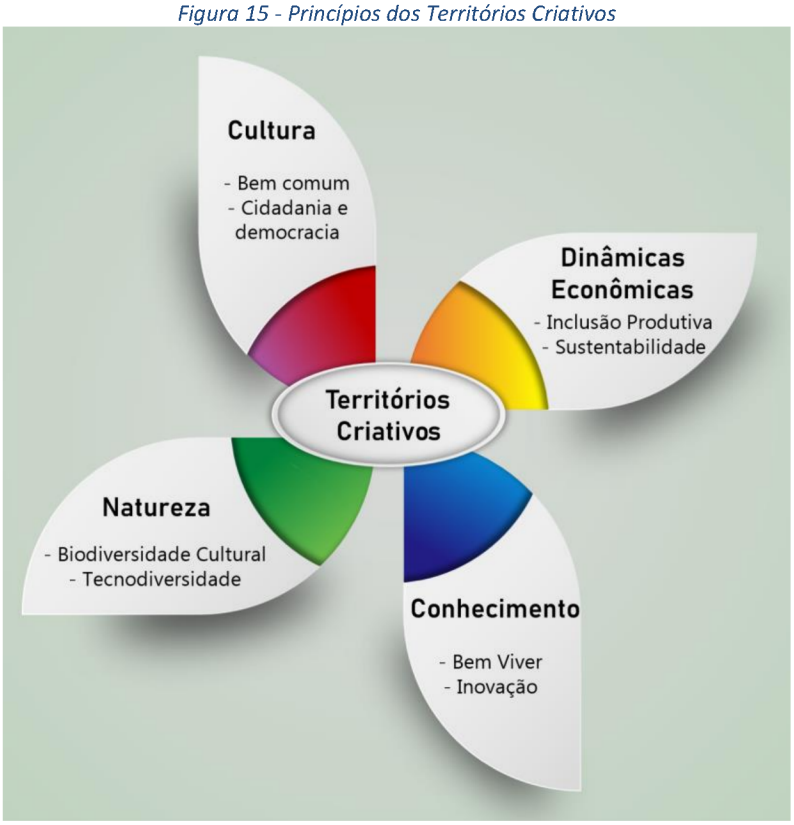
Fonte: elaborado pelo autor a partir de (OLIVEIRA, 2023)

Os territórios criativos são articulados de acordo com as possibilidades e capacidades de organização de

[117] Na teoria ator-rede, Latour argumenta que os atores sociais (indivíduos, instituições, objetos, etc.) desempenham papéis cruciais na formação e manutenção de redes sociais. Ele destaca a agência dos objetos e tecnologias, bem como das pessoas, na configuração das relações sociais. A ideia é que não apenas os seres humanos, mas também os objetos e tecnologias têm a capacidade de agir e influenciar as interações sociais.

seus atores-rede para a produção de redes socioeconômicas de elementos materiais e imateriais[118]. Para Oliveira (2023), os territórios criativos têm seu perfil definido com base em sete princípios elaborados a partir de uma proposta de economia criativa brasileira (LEITÃO, 2023), de forma que os membros da comunidade estejam promovendo trocas recíprocas, de maneira mutualista[119].

Figura 15 - Princípios dos Territórios Criativos



Fonte: elaborado pelo autor a partir de (OLIVEIRA, 2023)

[118] Um ecossistema criativo é caracterizado pela infraestrutura e pela concertação da aplicação de recursos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos dos territórios a partir dos princípios da economia criativa, em favor do desenvolvimento com envolvimento. Enfim, ecossistema criativo é definido como todo sistema no qual a atividade criativa emerge, incluindo três elementos básicos, quais sejam: as pessoas criativas, as atividades criativas e o ambiente criativo, bem como as relações que os conectam. Assim, os territórios criativos devem ser reconhecidos por sua capacidade de estruturação de ecossistemas que estimulem a imaginação e a transformação de ideias e de experiências, com potencial de contribuir para a ampliação da riqueza cultural, política, social, ambiental e econômica de suas comunidades e populações. (OLIVEIRA, 2023, p. 175)

[119] Em biologia, mutualismo é uma relação ecológica entre duas ou mais espécies em que todas as espécies envolvidas se beneficiam da interação. O mutualismo é uma relação ecológica importante que desempenha um papel fundamental na manutenção dos ecossistemas. As teorias mutualistas relacionadas a política são baseadas na ideia de que a cooperação e a solidariedade são essenciais para a construção de uma sociedade justa e equitativa. Os mutualistas acreditam que as pessoas devem trabalhar juntas para criar uma sociedade em que todos tenham acesso aos recursos e oportunidades necessários para viver uma vida plena. Entre os principais autores mutualistas podemos citar Pierre-Joseph Proudhon, Benjamin Tucker, Emile Durkheim, entre outros.

Leitão (2023) destaca que “as comunidades criativas são aquelas que vêm buscando, em meio às frestas entre o estatal e o não-estatal, soluções colaborativas para problemas comuns e que tecem redes e fazem comunidades porque constroem um mundo solidário, que rompe dependências” (LEITÃO, 2023, p. 312). A elaboração de redes a partir de seus atores-rede é fundamental para a constituição de territórios criativos, tendo em vista que as redes se estabelecem na ação de seus agentes-rede em estabelecer a rede, ao contrário de uma ideia pré-concebida de grupos ou organizações sólidos e imutáveis. Latour (2012) compreende que os atores-rede se estabelecem a partir das relações sociais entre quaisquer objetos que sejam fontes de uma ação constituidora de uma rede. Ao colocar a relação social entre objetos (humanos ou não) ao invés de apenas a interação humana como constituinte das redes, Latour abre uma janela de oportunidade gigantesca para repensarmos a relação entre os seres humanos, suas produções, entre humanos e não humanos, destes com o território e entre as múltiplas formas de interação dentro de um sistema. O planejamento territorial baseado em arte e cultura ganha, portanto, novo significado, o de ferramenta de emancipação das potencialidades refletidas e percebidas através das relações sociais e, principalmente, das ações entre os atores-rede. Os preceitos da economia criativa criados pelo Norte Global têm encontrado dificuldades para serem compreendidos como ferramentas eficazes para a promoção da redução das desigualdades, da concentração de renda e da emancipação das diversas opressões promovidas pelos detentores de capital político e financeiro (ATKINSON; EASTHOPE, 2008; BRITTO, 2016; GOLDENSTEIN; ROSSELLÓ, 2014; GREFFE, 2016; KON, 2016; LEE; BURFITT; TICE, 2009; LOPES; ZAMBON; CARVALHO, 2013; WACHOWICZ; CRUZ E SILVA, 2011; WAITT; GIBSON, 2009). Outros parâmetros, mais afeitos às realidades do Sul Global e especificamente às formas de produção da sociedade brasileira começam a surgir. Claudia Leitão propõe uma definição atualizada para uma economia criativa brasileira:

> Denominamos de economia criativa as dinâmicas econômicas, culturais, ambientais, políticas e sociais dos bens e serviços criativos que tecem redes e fazem comunidades com vistas à emancipação e ao desenvolvimento com envolvimento. No conceito de economia criativa aqui adotado, estão os significados de desenvolvimento propostos por Celso Furtado: de um lado, a capacidade humana de criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade; de outro, a ênfase ao impulso criador das comunidades na libertação de energias humanas em favor da emancipação e do envolvimento (LEITÃO, 2023, p. 116).

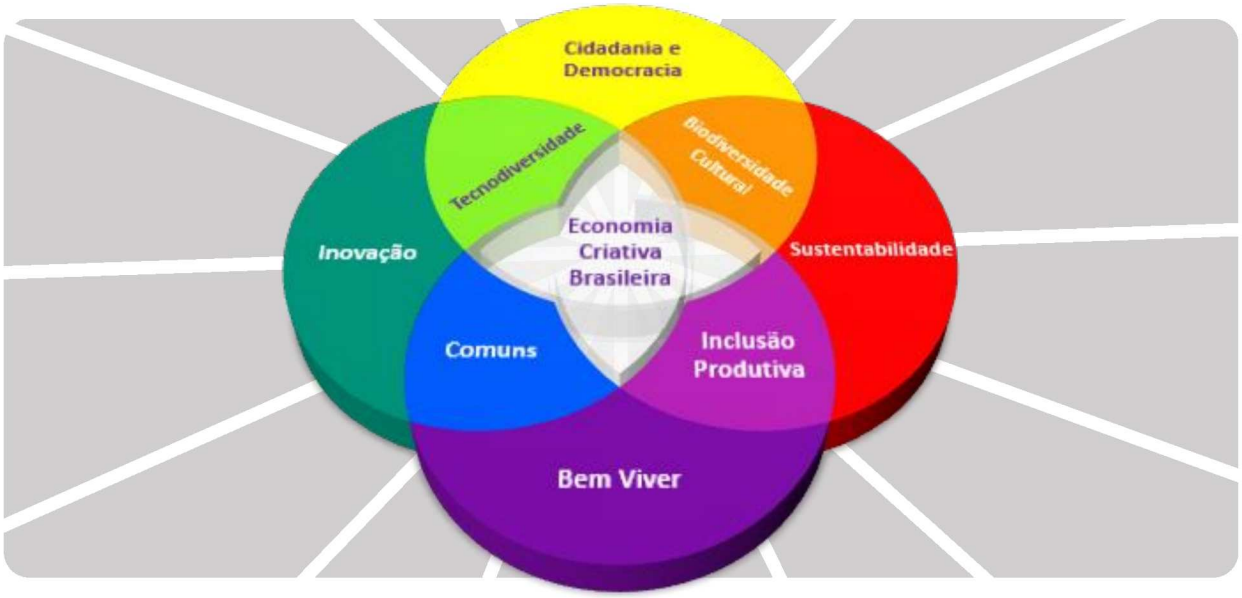
Faz-se necessário repensar os conceitos de criatividade, de forma que eles possam estar em consonância com a definição proposta. A criação e a criatividade devem ser entendidas como capacidades de resolver problemas coletivamente. Se o indivíduo genial é aquele que tem uma ideia que ninguém mais teve, uma

comunidade criativa é aquela que se organiza para criar soluções para seus problemas. Do ponto de vista das comunidades, a criatividade deve se manifestar no encontro de pessoas buscando as inúmeras possibilidades de temas e campos de debate em comum. Do ponto de vista do Estado, a criatividade deve se manifestar nas formas de inovar nas formulações de políticas públicas, transversais, abertas e compartilhadas com a população, assim como nas diferentes formas de implementação, monitoramento e avaliação destas políticas. Do ponto de vista econômico, a criatividade deve ser entendida como as diferentes formas de dinamizar os processos produtivos para potencializar as capacidades das pessoas em identificar e solucionar seus problemas. As artes passam a serem vistas como possibilidades de analisar criticamente o contexto social do passado, de se perceber no presente e a projetar futuros como formas livres de imaginação do coletivo no qual se está inserido. As artes são a manifestação essencial da criatividade por efetuarem a ligação entre real e imaginário (FREUD, 2010c). Leitão estabelece os princípios para uma economia criativa brasileira, que deve ser

> compreendida como um sistema que empresta significado às suas dinâmicas, a economia criativa é fruto de um pensamento complexo, dialógico e não-linear, que busca reunir ao invés de separar, que acolhe a religação dos saberes e a heterogeneidade dos conhecimentos, enfim que estimula éticas solidárias em busca de um desenvolvimento com envolvimento. Trata-se de reabilitar, por meio dos princípios da economia criativa, os significados da própria economia, seja como ciência social – que não se abstrai dos contextos sociais, culturais, políticos, ambientais, históricos e filosóficos em que está inserida -, seja como epistemologia nova, isto é, um conhecimento produzido por meio de uma nova forma de pensar (LEITÃO, 2023, p. 116).

Neste contexto, oito princípios norteadores poderiam determinar uma economia criativa brasileira, priorizando o fazer comunitário e a participação cidadã na formulação de suas ações, políticas e programas. Esta cultura cidadã (baseada em princípios como a solidariedade, a participação e o compartilhamento) e democrática (defendendo as liberdades e garantindo direitos), se afirma como ação contínua, tanto do ponto de vista dos indivíduos, como de suas comunidades em relação a outras.

Figura 16 - 8 Princípios para uma Economia Criativa Brasileira



Fonte: elaborado pelo autor a partir de (LEITÃO, 2023)

A biodiversidade cultural poderia ser entendida como os usos dos territórios, biomas e ecossistemas pelas comunidades através de seus produtos culturais. “Remédios, ornamentos, materiais de construção, instrumentos musicais, utensílios domésticos, vestimentas, alimentos, entre tantas outras expressões da biodiversidade brasileira”, são manifestações promovidas por “comunidades indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, agricultores, pequenos empreendedores, jovens de periferias urbanas, LGBTQIA+, mulheres (...), que vem tecendo redes e promovendo solidariedades comunitárias” (LEITÃO, 2023, p. 122). O princípio da biodiversidade cultural poderia ampliar os significados da cultura, aproximando a economia criativa de valores como colaboração e cuidado, essenciais para um desenvolvimento com envolvimento. O engajamento de ONGs e lideranças comunitárias destaca o protagonismo juvenil, transformando saberes tradicionais em produtos culturais contemporâneos em busca de formas sustentáveis de vida. Isso se manifesta nos usos variados dos territórios, biomas e ecossistemas pelas comunidades locais. A desigualdade é, por natureza, insustentável e aflige milhares de trabalhadores culturais, sujeitos à precarização e exploração. Medir a sustentabilidade requer estabelecer indicadores transversais, métodos qualitativos e abordagens diversas para compreender os impactos da economia criativa nas diversas regiões do Brasil. Em um contexto de hegemonia de monoculturas insustentáveis e extrema concentração de renda, políticas para a economia criativa seriam uma saída plausível.

A economia criativa, como parte de uma economia sustentável, poderia também se alinhar à ecologia dos territórios. Políticas públicas vinculadas aos preceitos ecológicos poderiam adotar uma governança territorial que refletisse valores como envolvimento, colaboração e convivialidade, incentivando práticas econômicas fundamentadas nesses princípios. Reconhecer, então o papel estratégico das comunidades tradicionais e de suas práticas culturais é crucial para um desenvolvimento inclusivo[120]. A inclusão produtiva requer educação das juventudes para competências criativas, especialmente considerando a trágica categorização dos "jovens matáveis" no Brasil (BARROS; BENICIO, 2017; PEREIRA, 2020). Pertencer a esse grupo significa ter uma existência reduzida a uma vida despojada de direitos, refletindo a relação histórica do Brasil com a necropolítica, caracterizada por invisibilidade, apagamento e aniquilamento. A interseção entre políticas culturais e econômicas é crucial para compreender a natureza híbrida da economia criativa. Uma política cultural que promove o desenvolvimento econômico de territórios pode ser considerada, em parte, uma política econômica. Da mesma forma, uma política econômica que reconhece e apoia as dinâmicas culturais, incluindo criação, produção, distribuição e consumo de bens simbólicos, também pode ser vista como uma política cultural. A junção deste modo de pensar e agir se configura com a organização da atuação no território, através da valorização e pontencialização das manifestações das formas de produção e reprodução da vida preexistentes no próprio local.

Uma Economia Criativa Brasileira também pode ser compreendida como uma economia do bem viver. O Bem Viver propõe três grandes transformações: o rompimento com o antropocentrismo, a rejeição da redução do desenvolvimento à sua dimensão mercantil e a decolonização do pensamento. Esta última aborda não apenas o enfrentamento do eurocentrismo e dos impactos do antropoceno sobre o planeta, mas também destaca os princípios da plurinacionalidade e do bioigualitarismo oriundos dos povos originários. Três eixos fundamentais estruturam o Bem Viver: a refiliação com a natureza, as formas de reprodução da vida social e material adequadas às necessidades de cada um e o decolonialismo. Esses eixos se manifestam em quatro pilares políticos: a oposição ao mercado como regulador da sociedade; a crítica à modernidade e à colonialidade, considerando as demandas dos povos originários; o aumento da participação direta nos processos decisórios, especialmente dos marginalizados pelo sistema atual e a defesa do local em detrimento do global (HIDALGO FLOR; MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, 2012).

Uma das principais ferramentas para se realizar uma nova epistemologia, em oposição à concepção dominante das indústrias criativas inglesas, é a dos comuns. Uma economia criativa que se conforma a

[120] Diversas práticas culturais de comunidades tradicionais se organizam a partir de relações diretas com elementos da natureza, seja na utilização de matérias primas, seja na constituição de saberes e fazeres, seja nas cosmovisões, seja nas formas como estas comunidades se identificam e se estabelecem nos territórios se identificando a partir de elementos da natureza, entre muitas outras possibilidades.

partir da sustentabilidade, da cidadania, da biodiversidade cultural, da inovação, da inclusão, buscando realizar o Bem Viver, tem em sua base o comum e o compartilhamento. Outras formas de viver o mundo e de compreender o desenvolvimento e as relações econômicas a partir dos comuns são fundamentais para a efetivação de uma economia criativa brasileira.

A distinção entre o universo das indústrias criativas e das economias criativas é crucial para compreender a semântica da inovação. A inovação cultural tem potencial para considerar os avanços tecnológicos e seus impactos na produção de bens e serviços culturais. Além disso, a autonomia dos agentes culturais e criativos em relação a organizações públicas, territórios e dinâmicas culturais tradicionais, é essencial. Nesse sentido, autonomia significa a apropriação das comunidades dos processos e dos produtos culturais e criativos em um movimento contra hegemônico à globalização.

Por fim, tecnodiversidade é um conceito que defende a existência de uma pluralidade de tecnologias, cada uma com seus próprios valores, epistemologias e formas de existência. Ela se contrapõe à visão tradicional da tecnologia como um conhecimento universal, resultado do processo de superação da dependência do homem de sua natureza biológica (HUI, 2020). A tecnodiversidade é importante porque ela permite que diferentes culturas e comunidades desenvolvam suas próprias tecnologias, de acordo com suas necessidades e valores. Isso pode contribuir para a criação de um mundo mais justo e equitativo, onde diferentes perspectivas sejam representadas. Assim as tecnologias tradicionais de povos indígenas, que são baseadas em conhecimentos ancestrais e em harmonia com a natureza; as tecnologias desenvolvidas em países do sul global, que são adaptadas às condições locais e às necessidades de seus habitantes; as tecnologias desenvolvidas por comunidades minoritárias, que refletem suas culturas e identidades, passam a ter o mesmo peso e significados que as tecnologias desenvolvidas nas regiões centrais do capitalismo. A tecnodiversidade nos convida a repensar a tecnologia como um processo cultural e político, afastado da ideia de neutralidade, e não apenas como um produto tecnológico. Ou seja, a tecnologia passa a ser parte da cultura e não algo separado dela, podendo ser desenvolvidas e utilizadas de acordo com os valores, crenças e práticas.

A materialização da cultura é localizada, territorializada e acontece em um lugar. As cidades se tornam necessariamente o lugar da materialização das manifestações da arte e da cultura. As “cidades criativas”, aquelas que pretendem estruturar seu desenvolvimento através da arte e da cultura, devem se atentar para os procedimentos que permitam a valorização e o fortalecimento das manifestações culturais através daqueles que a produzem, de forma democrática, ampla e comunitária. Arte e cultura, antes de mais nada, são formas de um fazer coletivo, que representam uma comunidade. A relação entre arte e cultura com “liberdade”, “criatividade”, “ausência de procedimentos” ou qualquer outro conceito vazio contrário

à “organização” e ao “planejamento” se tornam desafios ao associar o desenvolvimento de políticas públicas e o uso de recursos públicos (símbolos da burocracia e do engessamento de ações e de processos) de forma a potencializar a vida das pessoas.

9.1. Princípios para um processo de planejamento em territórios criativos

Para a formulação deste constructo foram trabalhados os princípios elementares e indissociáveis de todo o referencial teórico abordado. Com base nos princípios indicados e discutidos nesta terceira parte da tese, especialmente no capítulo 6, foram definidos os componentes de atuação indicados na Figura 17, abaixo. Buscando responder às três questões: qual serviço está sendo prestado? Atenderá a quais interesses e para qual público? Elas permeiam o processo de planejamento relacionadas ao urbanismo como um serviço de interesse público, pretende-se substituir a ideia de participação social e adotar a de construção comunitária. Participação social[121], em geral, remete a um ente ou agente com controle total do processo de planejamento e com autoridade para autorizar ou não a participação (e o tipo de participação) de outros entes e/ou agentes no processo, de acordo com seus interesses particulares, constituindo uma “participação convidada” (MIRAFTAB, 2012). Esta “participação convidada” afasta a população de seu papel de construção da cidadania e mantém a alienação dos processos de planejamento. Já o princípio da construção comunitária pressupõe que todos os envolvidos no processo de planejamento tenham assegurado seu direito de ação na comunidade e de participação no processo (BOOKCHIN, 1991).

A partir deste primeiro princípio é possível responder qual será o público que participará e definir os interesses envolvidos com mais clareza. A produção de dados, a transmissão de conhecimentos, bem como os registros de todos os materiais produzidos durante a sua execução passam a ser abertos, compartilhados e acessíveis a toda a população (participante ativa ou não do processo), garantindo assim o pleno saber de qual serviço está sendo prestado (HELMING; GÖBEL, 1998). O processo de planejamento passa então a ser focado em objetivos e na ação comunitária para a identificação, proposição e solução das demandas. A criação de comuns se fortalece ao se respeitar o compartilhamento irrestrito desta produção (LAVAL; DARDOT, 2017). A construção de formas autóctones de ver o mundo passa a ser central na construção destes processos. O ideário decolonial não deve ser entendido apenas nas relação entre

[121] Os processos participativos podem atingir elevados graus de emancipação social de acordo com as formas e possibilidades oferecidas por estes processos (ARNSTEIN, 2002). Porém, nos processos participativos conduzidos pelo poder público essas dinâmicas acabam engessadas e, por conta do controle das disputas internas dos processos, se torna extremamente difícil que a participação social vá além dos degraus mais baixos da escada de Arnstein e impossibilitam que esta emancipação se concretize.

Norte e Sul global ou na dominação de povos ou países, mas também na perspectiva mais próxima das pessoas, nas suas relações sociais cotidianas. A proposta de imersão na cultura local possibilita que processos de escuta, aprendizagem e equidade sejam compartilhados e estruturados, promovendo uma atuação direta e atenta entre seus participantes (VERDEJO, 2006). A segurança dos participantes e das informações produzidas (bem como suas validações) são garantidas pela construção comunitária e pela cogovernança (FOSTER; IAIONE; NICTOLIS, 2018).

A cidade como um comum não se estrutura apenas em parques, áreas verdes, hortas comunitárias ou outros projetos de acupuntura urbana que tanto tem ocupado o imaginário destas propostas. Devem ser tratados como comuns não apenas esses equipamentos materiais da cidade (e muitas vezes relegados às "sobras" dos processos de parcelamento e uso do solo), mas também os serviços institucionais, os códigos culturais e os recursos naturais. Assim, sendo possível reconhecer a alma da cidade e de suas comunidades, o comum passa a ser trabalhado a partir daquilo que integra as pessoas e de como elas se organizam a partir disso (STAVRIDES, 2016). O processo deve ser amplo o suficiente para abarcar todos os interessados na discussão, mas focado em abranger uma localidade específica, relacionada diretamente com o território dos participantes, em uma escala comunitária de forma contínua nas suas etapas posteriores de implantação, acompanhamento e avaliação (BOOKCHIN, 1989). Porém, seus participantes devem estabelecer períodos de rotatividade nas funções chave de maior responsabilidade, garantindo uma efetiva construção comunitária, sendo necessário buscar constantemente estratégias que garantam paridades e pluralidades de forma a equilibrar contextos sociais que historicamente se construíram de formas desiguais, sempre de acordo com a pertinência e contexto dos alvos que se quer atingir, especialmente com relação a gênero e/ou raça[122], reforçando a equidade entre os participantes.

Qual desenvolvimento se pretende atingir, para quem e de que forma, incluindo aí questões sobre a necessidade do crescimento e do desenvolvimento nos moldes que tradicionalmente são empregados, são questões essenciais para serem discutidas por um planejamento comunitário baseado em sua própria cultura. Tendo como base que a sustentabilidade é absolutamente inseparável de qualquer processo de planejamento (como é possível considerar ter sucesso ao se planejar algo que não se sustenta?) faz-se necessário incorporar os direitos da natureza e dos seres não humanos como princípio básico de uma relação saudável com o território e entre todos que o compartilham (ACOSTA, 2016). Os princípios do Bem Viver tomam forma ao se colocar não apenas ideologicamente a ideia de retorno à natureza, mas

[122] Especialmente nos países do sul global e em todos aqueles territórios que passaram por processos de colonização, a questão racial não pode ser negligenciada. Se o patriarcado e a diferença de oportunidades oferecida a mulheres é uma constante universal (e por isso não deve ser ignorada em nenhum momento), o mesmo deve ser aplicado a questões raciais em nossos territórios.

especificamente, ao se colocar nos processos de planejamento a salvaguarda das manifestações culturais e artísticas que se relacionam intrinsecamente com a natureza, seja através de manifestações e/ou eventos sazonais, seja através do patrimônio material e/ou imaterial, seja através da aceitação e proteção da relação de dependência que temos com a natureza. Por fim, a sistematização do processo será clara e, desde o princípio, acordada entre todos os participantes, sendo que os limites do levantamento de dados podem ser definidos por uma ignorância ótima, ou seja, com a consciência de que o planejamento ocorre em um período específico de tempo, em um contexto determinado e com agentes que não representam o todo mas que formam uma comunidade-rede. Ter a inteligência de compreender o que está coberto pelo planejamento e o que não está, qual a necessidade de se ter mais ou menos informação, principalmente no momento de coleta de dados e de produção de conhecimento sobre as realidades, bem como do intervalo de tempo necessário para que as ações planejadas se realizem e exercem suas transformações no território, podem ser fator determinante para o seu sucesso ou fracasso. Buscando desenvolver dinâmicas agonísticas todo o processo deveria respeitar a pluralidade de visões e de argumentações, buscando registrar os dissensos ao mesmo tempo em que estabelece suas próprias e particulares condições para formar acordos. Estes princípios são as referências para o estabelecimento de parâmetros a partir dos quais os projetos, propostas, soluções e iniciativas formuladas e levantadas pelas comunidades serão analisadas e avaliadas para a sua priorização no planejamento orçamentário a ser desenvolvido. Estes princípios formam uma base conceitual sobre a qual os procedimentos para o planejamento serão organizados e estruturados.

Figura 17 – Princípios para construção dos processos de planejamento

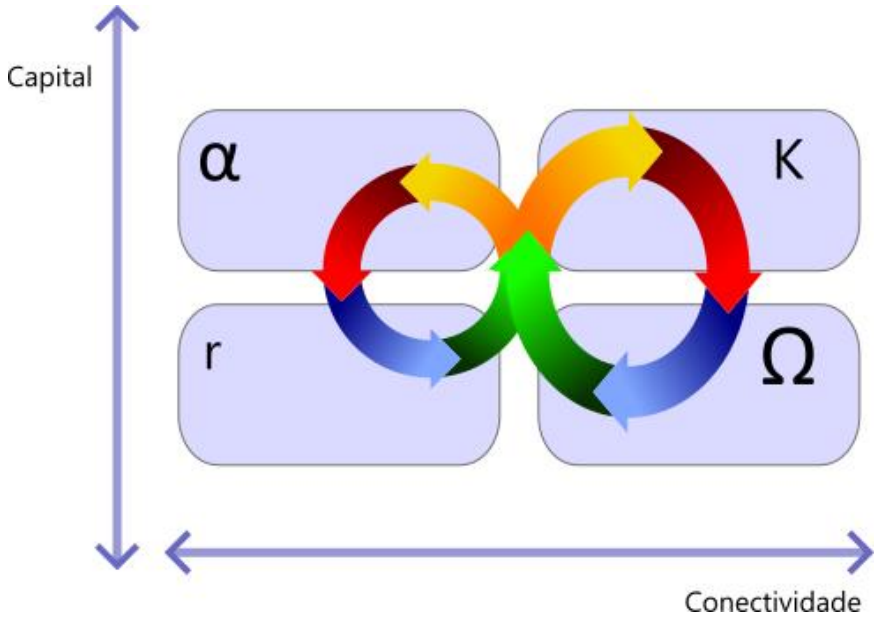


Fonte: Elaboração do autor

Um conceito chave para que estes princípios sejam respeitados e que, principalmente, a escala de atuação seja a mais adequada para o processo de planejamento é o da panarquia (GUNDERSON; HOLLING, 2001). A panarquia pode ser entendia como um modelo conceitual para descrever as formas pelas quais se organizam sistemas complexos de relações entre a natureza e entre as pessoas em escalas de tempo e espaço. Originalmente estruturada como forma de representar os ciclos de processos complexos da natureza (como o das relações presentes entre os frutos e sementes de uma árvore, em escala mínima, até a constituição de uma floresta, em escala máxima), a circularidade dos ciclos da panarquia permite que as hierarquias dos processos de planejamento se alternem através de ciclos adaptativos que se relacionam sejam nas escalas menores quanto nas maiores, afetando-se mutuamente e influenciando a dinâmica geral do sistema. Apesar de ser uma teoria de difícil comprovação empírica, ela descreve de forma bastante acurada as possibilidades de transformação de um sistema a partir de seus próprios ciclos internos de elaboração (ALLEN et al., 2014). A panarquia elabora sistemas cíclicos adaptáveis através de quatro fases simultâneas: crescimento (r), conservação (K), liberação (Ω) e reorganização (α). Estes ciclos podem ser reorganizados e reescalados para situações de planejamento maiores ou menores, criando uma estrutura sistêmica que é sólida e coerente ao mesmo tempo em que é adaptável e flexível de acordo

com cada situação em particular. O eixo “capital” demonstra o acúmulo de componentes e energias do sistema enquanto o eixo “conectividade” demonstra o período em que o sistema se mantém íntegro.

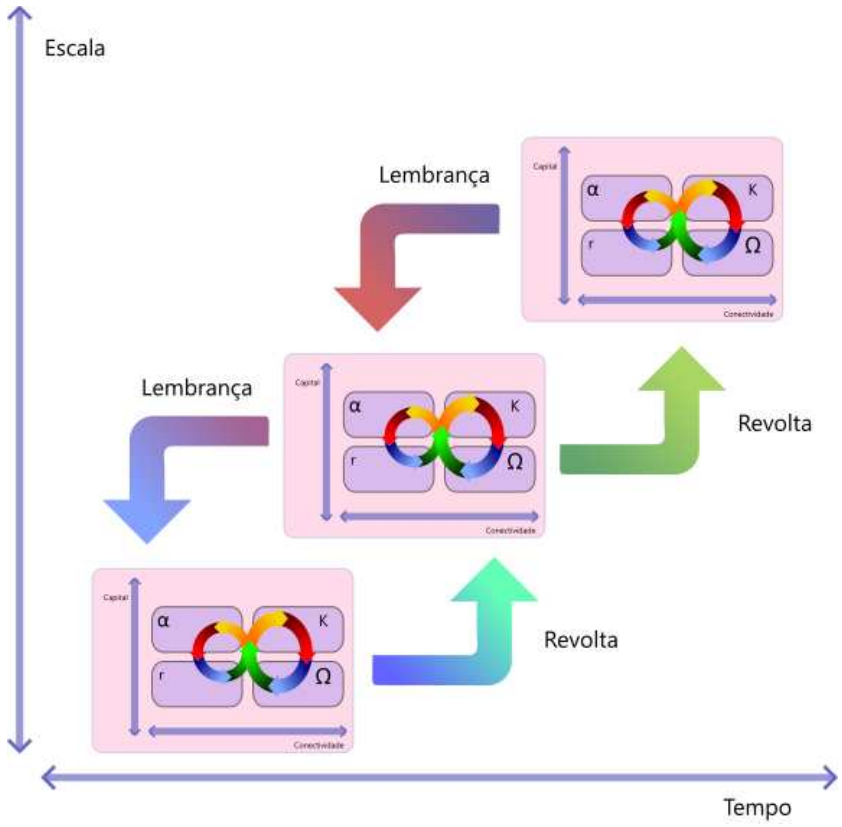
Figura 18 - Ciclo Adaptável na panarquia



Fonte: elaborado pelo autor a partir de (LOCRET-COLLET, 2016)

Após um período de acumulação de capital o sistema tende a colapsar e reiniciar um novo ciclo. Estes ciclos podem ser escalados para tamanhos maiores ou menores com o passar do tempo, criando um sistema complexo de interações que se organiza a partir de seus ciclos internos menores. Os ciclos tendem a ser mais curtos em escalas menores e a se reorganizar de maneira mais rápida e a ter menor impacto no sistema como um todo. Em escalas maiores os ciclos tendem a ter sua reorganização mais dificultada, mas são mais duradouros e afetam o sistema como um todo de maneira mais impactante. Os ciclos que levam a um aumento na escala podem ser entendidos como processos transformadores de revolução do ciclo do sistema, aplicando novas dinâmicas para o todo, enquanto os que diminuem podem ser entendidos como um processo de retomada, de lembrança das condições iniciais para a sua reorganização e reestabilização. Enquanto os processos em escalas superiores tendem a ser maiores e mais conservadores (para que a integridade do sistema se mantenha durante as fases de reorganização), a dinâmica e a ação dos processos em escalas inferiores tendem a conduzir um constante processo de transformação.

Figura 19 - Sistema de Ciclos na Panarquia



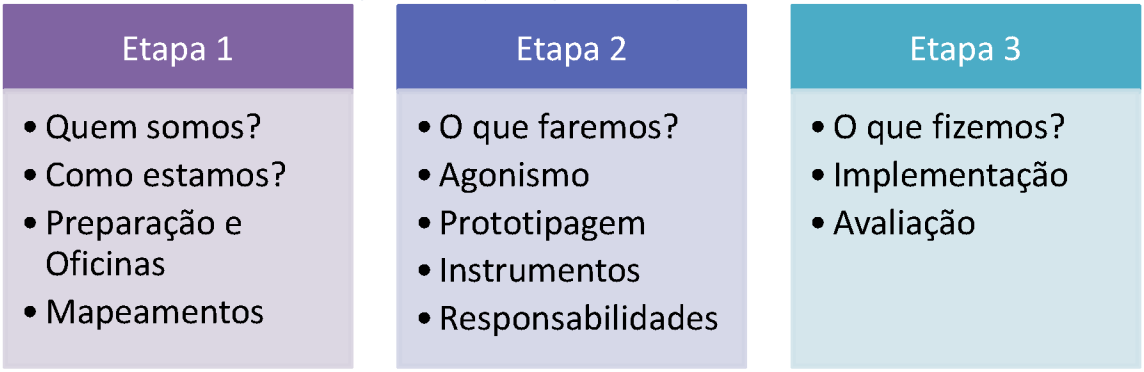
Fonte: elaborado pelo autor a partir de (ALLEN et al., 2014)

9.2. Etapas

Processos de planejamento são partes de um sistema que busca se tornar mais efetivo para atingir metas estabelecidas (CARVALHO, 1978). As fases ou etapas de um processo de planejamento são os subprocessos deste sistema mais amplo buscando organizar as ações de forma a atingir as condições ótimas de cumprimento das metas. É necessário, portanto, primeiramente reconhecer a realidade, entender onde estão os problemas, para em seguida organizar possibilidades de ação e, por fim, implementar e analisar as ações tomadas buscando compreender se as metas foram cumpridas ou não. Podemos entender estas três etapas como o ciclo tradicional do planejamento. As formas de realizar este reconhecimento, a tomada de decisões e a implementação diferem conforme as metodologias utilizadas. A proposta de planejamento a ser desenvolvida nesta tese se ancora no planejamento ascendente onde o reconhecimento das ações já existentes no território se mesclam com as informações coletadas a partir de diagnósticos e leituras técnicas, constituindo uma comunidade-rede com seus atores-rede, que estabelecem indicadores para a etapa seguinte. Esta segunda etapa se estrutura a partir do confronto de ideias e propostas buscando elaborar ações a serem prototipadas e escaladas a medida em que acordos

e compromissos são estabelecidos. Em uma terceira etapa as ações são implementadas e avaliadas de forma que o processo possa ser reiniciado em novos patamares. Por ser um processo de planejamento ascendente e focado em objetivos, obedecendo princípios panárquicos, cada uma das ações acordadas deve passar por suas próprias etapas e assim alimentar o sistema como um todo, estruturando-o ao mesmo tempo em que se modifica e se adapta conforme suas dinâmicas próprias se estruturam.

Figura 20 – Esquema geral das etapas do Constructo



Fonte: elaborado pelo autor

Com base neste esquema geral, o processo de planejamento aqui proposto está formulado sob três grandes etapas que se desdobram em fases de procedimentos da seguinte forma:

A primeira destas etapas é o **Reconhecimento**. Nesta etapa são realizados os procedimentos de preparação do processo de planejamento e as primeiras ações de formação dos agentes e de mapeamento dos territórios. A pergunta chave nesta etapa é "Quem somos nós e como estamos nesse momento?". O que é tradicionalmente chamado de "Leitura Técnica" nos processos de planejamento urbano, um trabalho técnico realizado por uma equipe de especialistas buscando levantar dados e informações sobre o objeto do planejamento com o objetivo de encontrar potenciais e deficiências a serem enfrentadas pelo planejamento, passa a ter a função de ser auxiliar e de estabelecer referências para a construção comunitária. A Leitura Técnica tradicionalmente busca dar respostas. Num contexto de construção comunitária este papel se modifica e ela passa a dar referências para a elaboração de propostas. As respostas devem ser construídas a partir das relações comunitárias e das formas de vida do cotidiano, ou seja, a cultura do lugar, a forma como as pessoas enxergam e se manifestam em seus territórios passa a ter a mesma importância do que a leitura técnica. Conforme Claudia Leitão (2023) aponta, compreender os territórios como comunidades-rede,

> Não significa compreender a rede como um instrumento para descrever de que modo os setores criativos se utilizam dela e em suas dinâmicas de criação, produção, distribuição e consumo de bens e serviços criativos, mas antes identificar de que modo as redes da economia criativa se constituem, ou seja, qual é a qualidade da interação dos atores-rede em sua capacidade de produção de nexos, conexões, associações, modos de trabalhar e de se movimentar. Nesse sentido, a sociedade é consequência, e não causa, das associações produzidas na rede. Enfim, não é o social que determina as associações, mas são os tipos de associações que oferecem pistas para a compreensão do social (LEITÃO, 2023, p. 299–300).

Considerando a base teórica do planejamento ascendente, para além de apenas compreender a realidade das comunidades como se faz na chamada leitura comunitária, a etapa de reconhecimento pressupõe conhecer por todos e revelar para todos especialmente as intenções, projetos, perspectivas e iniciativas já desenvolvidas ou em desenvolvimento pelas comunidades, observando com atenção quais são as ações e, quando possível, as soluções que as próprias comunidades dão para os problemas que enfrentam ou como atuam na produção do espaço. É a partir do reconhecimento destas relações sociais, ou seja, da cultura produzida por estes atores-rede, que serão firmadas as bases para o processo de planejamento territorial.

A segunda etapa é a **agonística**, onde o confronto das ideias e de proposições são realizados. Serão buscadas formas de responder à pergunta chave “O Que Faremos?” Esta é a fase de organização das soluções propostas e do estudo das formas de implementação. As formas de estabelecer a co-governança também devem ser elaboradas nesta etapa, bem como as previsões de instrumentos e responsabilidades para o acompanhamento e avaliação das ações propostas. Ações diretas em forma de protótipos e de proposições, metodologias ativas e não lineares, devem ser empregadas para que se tenha maior compreensão dos impactos das ações e das transformações na paisagem que podem ocorrer. Métodos assemelhados, como o *design thinking* (BROWN, 2020; ROWE, 1991) , o *design discourse* (MARGOLIN, 1989), a inovação aberta (CHESBROUGH, 2011), entre outros, podem ser utilizados, e seus usos até incentivados, de forma que a busca por soluções parta do reconhecimento das realidades postas e, sempre através da ação direta, da experimentação e das relações sociais estabelecidas pelos atores-rede, se elaborem formas para a solução dos problemas. Diversas experiências nesse sentido, ainda que centradas e coordenadas no âmbito do poder público, vêm sendo experimentadas com relativo sucesso. Porém é necessário destacar que a participação limitada dos agentes (pela própria natureza hierárquica e centralizadora do poder público) durante o processo de planejamento influencia os resultados obtidos, de forma que se faz necessário encontrar formas de ampliar e descentralizar a participação social (BRAGA, 2021; CHESBROUGH, 2011; DE OLIVEIRA et al., 2020; MENSONEN; AF HÄLLSTRÖM, 2020; MICHELOTTO;

SOBRINHO, 2018; PORTUGALI; STOLK, 2014; SANTOS; PIZZATO, 2021; SOUZA et al., 2017).

A terceira etapa é a de **implementação, acompanhamento e avaliação**. Nesta etapa os resultados das etapas anteriores devem começar a surgir e a serem rediscutidos para que sejam avaliados. A pergunta chave desta etapa é "O Que Fizemos?". Esta etapa é a que se estende mais longamente sobre o tempo sendo que ao mesmo tempo em que prepara o reinício de todo o processo, são recebidas de forma contínua novas informações e resultados relacionados com as ações das etapas anteriores. Experiências prototipadas, testadas e pactuadas nas etapas anteriores devem ser escaladas e implementadas neste momento, passando por um contínuo processo de avaliação para o reinício do ciclo. Na sequência, cada etapa proposta será mais bem detalhada.

9.2.1. Etapa 1 – Reconhecimento. Quem somos? Como estamos?

Esta etapa se desmembra em 3 fases independentes, mas interrelacionadas. A primeira fase é a de definições. A segunda é a de análise técnica e leituras. A terceira a de mapeamentos e traduções[123] (SOUSA SANTOS, 2002). O conceito chave para esta etapa é o das Bacias Culturais. Este termo tem sua origem em proposta feita pelo ex-ministro da cultura do Brasil, Gilberto Gil, se apropriando da noção de bacias hidrográficas (mananciais de vida e de movimento, que obedecem a regras e conformações próprias e a partir das quais elaboramos as primeiras formas de organização de ocupação do território) para um planejamento que tenha como base a cultura dos lugares. Segundo Lustosa,

> A noção de bacia inclui obrigatoriamente, elementos de natureza tanto geográfico-ambiental, quanto socioeconômica, já que cultura, sociedade e meio ambiente são componentes da realidade absolutamente inseparáveis. Na definição de uma bacia cultural podem estar presentes elementos relacionados a processos migratórios, trocas de produtos e serviços, relações ambientais e ecológicas e um conjunto de características outras, que dão respaldo ao possível sentimento de pertença e identidade dentro da diversidade regional. **Assim, a bacia cultural pode ser definida como: um território que se configura em torno de um mesmo fluxo cultural, nutrido por fontes culturais diversas, que se fundem e se desdobram numa rede relacional de influências e confluências, para formar, em sua diferença e a partir de um imaginário compartilhado, um espaço original** (DA COSTA, 2011, p. 117 grifo nosso)

[123] "A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Trata-se de um procedimento que não atribui nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes. (...) O trabalho de tradução incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas (e os seus agentes)." (SOUSA SANTOS, 2002, p. 262)

Diagrama 11 - Etapa 1 - Reconhecimento



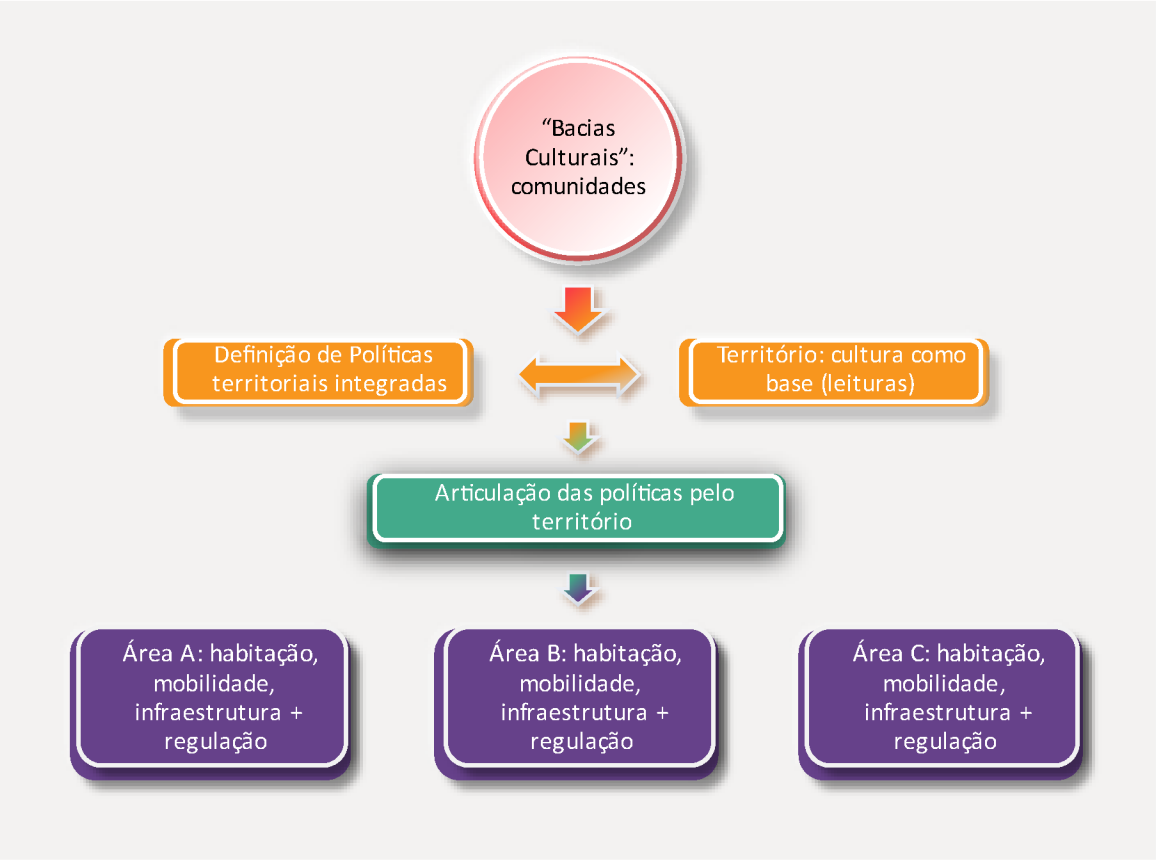
Fonte: elaborado pelo autor

A concepção de bacia cultural parte do pressuposto de que a cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional, moldando identidades, valores e práticas sociais. Uma bacia cultural pode ser entendida como um território delimitado por elementos culturais comuns, como tradições, costumes, expressões artísticas e identidades locais. Esta abordagem extrapola os limites político-administrativos ao ser utilizada no processo de planejamento territorial. Ao adotar essa perspectiva, o planejamento regional passaria a considerar a cultura como um eixo estratégico, capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e social. A importância da bacia cultural para o planejamento territorial reside na sua capacidade de integrar diferentes dimensões do desenvolvimento, como a econômica, social e ambiental. Ao mapear as características culturais, econômicas e sociais de uma determinada região, é possível identificar suas potencialidades e vulnerabilidades, permitindo a elaboração de estratégias mais eficazes

e personalizadas. Este mapeamento tem como ponto de partida o reconhecimento de projetos, iniciativas e ações já em andamento e que poderiam ser escalados e extrapolados por toda a bacia cultural. A partir do reconhecimento de quais forças e agentes, quais elementos integram e formam esses espaços originais, de que forma eles estão atuando em determinado território, passa a ser possível organizar as ações para o planejamento territorial, que não se restringe aos limites administrativos institucionalizados pelas políticas de Estado e configuradas conforme a organização das unidades federativas. Além disso, a bacia cultural facilita a criação de redes de cidades e regiões, promovendo a cooperação e o desenvolvimento de cadeias produtivas mais dinâmicas (LUSTOSA, 2010). Neste processo estão o reconhecimento das manifestações existentes, das formas de vida, das regulações, limites, normas e costumes que constituem as dinâmicas do território. Dessa forma é possível se pensar em políticas territoriais integradas que tenham a flexibilidade necessária para extrapolar os limites político-administrativos. A implementação de processos de planejamento a partir de bacias culturais poderia ser organizada a partir de etapas, como a coleta e análise de dados sobre a região, a definição de um ordenamento territorial que leve em conta as características culturais e econômicas locais, e a promoção da participação da comunidade em todas as fases do processo buscando a produção de uma visão de futuro compartilhada. Ao adotar essa abordagem, seria possível construir um futuro mais promissor para as regiões, articulado em redes e na atuação de seus atores-rede, fortalecendo suas identidades e promovendo um desenvolvimento mais sustentável e equitativo.

Ao invés de se articular as políticas por setores temáticos (habitação, mobilidade, infraestutura, entre outros), as políticas passam a se estruturar dentro de áreas territoriais permeadas pela mesma bacia cultural, que se organiza de maneira independentemente das demais para tratar de seus problemas e demandas de maneira autônoma. Este processo de autogestão precisa se articular com as demais bacias ao mesmo tempo em que mantém sua autonomia, garantindo a sustentabilidade do sistema como um todo.

Diagrama 12 - Atuação das políticas e regulação do espaço no território no planejamento ascendente



Fonte: elaborado pelo autor

9.2.1.1. Fase 1 – Definições e visitas prévias

Figura 21 - Fase 1 da Etapa 1 - Reconhecimento



Fonte: elaborado pelo autor

Este é o momento inicial do processo, em que os participantes são identificados, os objetivos do processo definidos bem como a escala de atuação. Visitas prévias de reconhecimento de territórios, de aproximação e encontros com e entre as coletividades podem ser realizados de forma a ampliar a construção comunitária. Como se está planejando a partir de relações culturais, por vezes as motivações para o processo de planejamento podem ser incompatíveis com as delimitações político-administrativas. Os conceitos de Bacias Culturais e dos Atores-rede são fundamentais para compreender as relações dadas no território. Eles garantem as relações sociais entre as pessoas para legitimar o território ao mesmo tempo em que apresenta a relação destas pessoas com as estruturas da natureza. Os participantes do processo, quem representam e o que esperam deste processo devem ser registrados e ficar visíveis e disponíveis a todos durante todo o processo. O Método ZOPP utiliza-se desta identificação constante de tudo e de todos como forma de criar conexões entre os assuntos debatidos e os objetivos propostos. Nesta fase também devem ser definidas as equipes responsáveis, suas atribuições e os instrumentos disponíveis e/ou necessários para o processo de planejamento. Prazos, metas e cronogramas de trabalho devem ser definidos neste momento. Os princípios do Método Ágil podem ser úteis no sentido de promover a experimentação e a abordagem voltada para os participantes.

9.2.1.2. Fase 2 – Análise da realidade e levantamento / leitura dos projetos e propostas já existentes

Figura 22 - Fase 2 da Etapa 1 - Reconhecimento



Fonte: elaborado pelo autor

Esta fase inicia com a elaboração da leitura técnica para o planejamento territorial. Tradicionalmente

durante a elaboração de Planos Diretores, a Leitura Técnica busca caracterizar o município como um todo, elencando suas infraestruturas, arcabouço legal, características naturais e apontando potencialidades e deficiências. São organizados levantamentos de dados estatísticos, da legislação vigente, políticos e sociais, tendo como objetivo apontar soluções para os problemas encontrados. A Leitura Técnica não deveria ser utilizada desta forma, mas sim como um ponto de referências, para abastecer a construção comunitária que está sendo realizada. A análise fria da Leitura Técnica apresenta dados relevantes do território, mas que podem possuir pouca conexão com as realidades das populações que ocupam este território. Além disso, muitas vezes apenas estes dados não conseguem dar visibilidade a tantos outros pontos que se tornam cegos porque são próprios da realidade intrínseca das comunidades, de suas relações sociais e comunitárias.

A análise da realidade se baseia em incursões no território para contato direto com as suas realidades. É a partir do contato com o território, com as pessoas, com as formas de ocupação que estão dadas, que passamos a ter elementos para responder a “quem somos” e a “como estamos neste momento”. Este é o momento de valorização da história do lugar e das pessoas que construíram o território até a forma em que ele se encontra hoje. As estratégias de escuta, mútuo aprendizado e de imersão do DRP são essenciais para compreendermos a vida das pessoas, bem como as ferramentas da etnografia e de valorização das identidades presentes. Oficinas de sensibilização, derivas, passeios temáticos, observações do cotidiano, registros das histórias e das vivências, entre muitas outras atividades de análise, engajamento e percepção da coletividade devem ser desenvolvidas nesta fase. Eventos provisórios (como exibições públicas de filmes, apresentações artísticas variadas, mostras e exposições em espaços abertos, atividades de brincar e de construir junto) e arquiteturas efêmeras serão desenvolvidas pela comunidade e pelos participantes do processo de planejamento sempre que possível como formas de valorizar as pessoas do lugar, suas histórias e suas territorialidades, mantendo ativo o interesse na construção comunitária. Estes trabalhos e análises devem ser sobre o cotidiano mais banal das pessoas, a maneira como elas realmente produzem suas formas de vida e os usos corriqueiros para seus territórios. Desde análises sobre os caminhos que fazem para atravessar uma praça, ou o tempo que passam sentados em um banco (somados a Leitura Técnica para o levantamento de se há praças ou bancos), até quantas pessoas ou quais lugares elas frequentam ou onde se reúnem. Ferramentas de contagem, de rastreamento, de fotografia, de elaboração de diários e de caminhadas teste se tornam essenciais para a compreensão de quem somos e como estamos. Cada uma destas atividades propostas deve produzir um registro histórico, registrando sempre: **Quem** elaborou e participou da proposta, **Onde** esta atividade foi realizada, **Quando** e **Qual** método foi utilizado. A partir desta análise, da união e leitura conjunta de todos os estudos realizados,

tendo a Leitura Técnica como referência, é possível iniciar a identificação de setores/eixos chave nos quais o planejamento atuará com mais intensidade.

Não se trata de um diagnóstico, como comumente esta fase é chamada no processo convencional, mas antes, uma leitura de como a relação entre problema e solução é desenvolvida pelas comunidades. Esta é a base do planejamento ascendente, em que os objetivos do planejamento, metas, índices e indicadores são articulados para elaborar parâmetros para o processo de planejamento e, mais que isso, são conhecidos e levantados os projetos, iniciativas e ações que estão sendo desenvolvidas ou que precisam ser desenvolvidas segundo a percepção dos moradores e usuários. A principal diferença, ortanto se dá em relação ao reconhecimento e atuação a partir dos projetos e ações já em curso nos territórios. Em alguns casos, em que as comunidades estão mais organizadas, há planos e projetos já desenvolvidos por iniciativa pública ou dos próprios envolvidos na área. Estes planos e projetos devem ser potencializados, promovendo meios e ferramentas para o incremento da atuação das próprias comunidades. Esta fase também pressupõe levantar estes projetos e iniciativas já desenvolvidas e que não puderam ser atendidas, que dependem de recursos ou de algum encaminhamento técnico para se viabilizar. Nesta fase um conjunto de propostas e projetos são reunidos e analisados a partir dos princípios acima especificados, cujos parâmetros e indicadores serão previamente definidos como critérios para a priorização daqueles que serão contemplados e aceitos para a sua realização.

Uma equalização quanto às capacidades das comunidades em desenvolver projetos e iniciativas que sejam cabíveis na esfera do planejamento e possam concorrer a verbas para a sua realização é uma questão que merece destaque, já que nem todos os modeladores de espaço possuem igual capacidade, sendo que os agente modeladores vinculados ao mercado, em geral, possuem mais capacidade técnica e já estão melhor inseridos nos sistemas reguladores, além de já terem os recursos necessários para desenvolver os seus projetos próprios. Um reequilíbrio de forças, neste sentido, deve ser necessariamente efetivado não só a partir dos princípios e parâmetros observados acima, mas sobretudo, a partir de uma nova atuação, via "*advocacy planning*" de outros agentes que assessoram as comunidades envolvidas. As realizações via ATHIS (Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social) e o próprio redirecionamento que as Universidades em geral estão fazendo no que se refere aos projetos de extensão e uma ampliação desta relação dialógica com iniciativas que vêm aumentando no Brasil. As mudanças institucionais vinculadas à Resolução CNE/CES, no. 7 de 2018 que obrigam os cursos de graduação a terem 10% de sua carga horária voltada para a extensão em comunidades eleva a chance de que mais comunidades possam ter projetos específicos, com assessoria técnica e especializada para projetos específicos, e munidos destes, possam concorrer com outros projetos no âmbito desta seleção que se busca fazer nesta fase do

planejamento.

9.2.1.3. Fase 3 – Mapeamentos

Figura 23 - Fase 3 da Etapa 1 - Reconhecimento

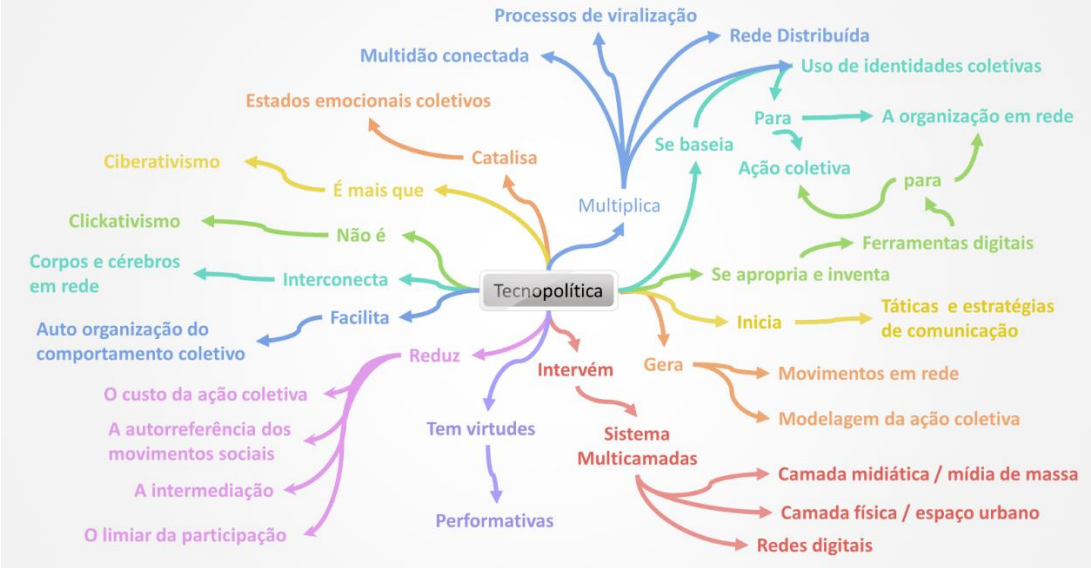


Fonte: Elaborado pelo Autor

Nesta fase os dados serão aprofundados e territorializados através de cartografias. Os diferentes grupos de participantes do processo, normalmente reunidos em torno de um interesse comum, devem ser desfeitos e reorganizados em grupos não especializados. Esse movimento tem como objetivo formar novos laços de relacionamento e de empatia com as demandas do outro. Os principais problemas, demandas e soluções desenvolvidos em projetos já estruturados devem ser apresentados e discutidos em conjunto com a elaboração de árvores de problemas e de objetivos. É essencial a criação de mapeamentos afetivos que corroborem e sustentem as discussões, sejam eles da cartografia tradicional, sejam eles sobre os usos que as pessoas fazem do território. Mapas baseados em pontos de interesse coletivo (como escolas, equipamentos de saúde, equipamentos esportivos, equipamentos culturais, praças, pontos de ônibus, entre muitos outros) e a formas como as pessoas se relacionam com eles (demarcando quais caminhos fazem para chegar ou sair deles, como usam esses equipamentos, quanto tempo permanecem em cada um deles, onde se concentram ou onde não ficam) são necessários para dar materialidade às discussões para a elaboração das árvores de problemas e de objetivos, à semelhança do que é feito no Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Muitas vezes as reuniões para tratar de determinado assunto devem acontecer *in loco* tanto para a confirmação dos dados levantados como para melhor esclarecer pontos específicos e que gerem discordância. Métodos de análise de desempenho e de planejamento

estratégico, como a análise SWOT ou o CDP[124], ou ainda a definição de metas e estratégias podem ser utilizadas para esclarecer pontos ainda divergentes. Metodologias de Tecnopolítica[125] podem ser muito úteis nessa fase e podem guiar boa parte do processo.

Figura 24 - Mapa Conceitual Technopolítica



Fonte:elaborado pelo autor a partir de (FARIAS, 2020)

A utilização de ferramentas digitais como o kumu.io para elaboração da rede de atores, ou o Minha Rota

[124] O método SWOT é uma ferramenta de planejamento estratégico desenvolvida por Kenneth Andrews, professor de administração da Harvard Business School. Em 1971, Andrews publicou um artigo intitulado "The Concept of Corporate Strategy", no qual ele apresentou o método SWOT como uma ferramenta para o desenvolvimento de estratégias corporativas. O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, traduzida para o português como FOFA, e é um acrônimo de: **Forças** (Strengths): características internas positivas da organização que podem ajudá-la a alcançar seus objetivos. **Fraquezas** (Weaknesses): características internas negativas da organização que podem dificultar o seu alcance dos objetivos. **Oportunidades** (Opportunities): fatores externos positivos que podem beneficiar a organização. **Ameaças** (Threats): fatores externos negativos que podem prejudicar a organização. A metodologia CDP - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades - é uma ferramenta de planejamento estratégico que visa auxiliar organizações a identificar e avaliar os fatores internos e externos que podem afetar seu desempenho. A metodologia CDP é composta por três elementos principais: **Condicionantes**: são fatores internos que a organização não pode ou não deve alterar, mas que podem influenciar seu desempenho. **Deficiências:** são fatores internos que a organização pode e deve melhorar para alcançar seus objetivos. **Potencialidades:** são fatores internos que a organização pode explorar para alcançar seus objetivos.

[125] A tecnopolítica é um termo que se refere à política democrática na era digital. É um modelo conceitual orientado para dois desenvolvimentos contra-rotatórios: centralização vs. descentralização. O modelo é composto por cinco dimensões: contexto, escala e direção, propósito, sincronização e atores. A bibliografia acadêmica sobre o tema pode ser dividida em dois fluxos principais: estudos sobre política aprimorada pela Internet (rotulada como e-governo) e política 2.0 que implicam a facilitação de práticas existentes, como votação eletrônica, campanhas eletrônicas e petições eletrônicas. A segunda corrente da perspectiva habilitada pela Internet se baseia na ideia de que as TICs são essenciais para a organização de uma política transformadora e contenciosa, a participação cidadã e os processos deliberativos (KURBAN et al., 2017).

para a elaboração de mapeamento colaborativo sobre as rotas percorridas, são sugeridas para a compreensão da cultura do território. A criação de um *site* repositório destas informações, bem como a criação de um *Wiki* para que verbetes possam ser criados e gerenciados pela comunidade sobre a comunidade, se tornam ferramentas poderosas para a valorização da história, para o registro de novos olhares sobre ela, para a compreensão do presente e para a construção de futuros. Ferramentas como o *Wikimapia*, o *OpenStreetMap* ou *YandexMapEditor*, são de fácil aprendizado, abertos e georreferenciados. Mapas interativos (como a criação de camadas comunitárias no *Google Maps*) podem trazer perspectivas inusitadas para o planejamento como, por exemplo, a localização de árvores frutíferas ou de equipamentos privados de acesso público. A transformação dos dados coletados em diferentes mapas facilita a visualização das interações e das formas possíveis de atuação no território. Assim também, a utilização de maquetes e de modelos dos territórios para a análise dos dados coletados pode ser de grande utilidade nesta fase do planejamento. Mapas elaborados dentro deste ideal não têm necessariamente como objetivo retratar uma realidade factual, mas sim representar uma relação afetiva e emocional das pessoas com elas mesmas e com os lugares que habitam. Esses mapas visam a construção e preservação da memória através da observação do cotidiano. A produção de conhecimento resultante deles é única, pois capta saberes e registra práticas que dificilmente seriam percebidos através de mapeamentos baseados unicamente em dados técnicos, estatísticos e imagens aéreas ou apenas com oficinas de leitura comunitária na forma como tradicionalmente são executadas. Este processo deve ser contínuo e permanente, afastando a ideia de um “turismo da experiência” ou um “turismo da miséria” travestido de “visita técnica”.

O envolvimento direto com o território e suas vivências assume um papel fundamental no planejamento que tem como sua base a cultura. É crucial, portanto, abrir as possibilidades e ferramentas para a elaboração desta cartografia para os próprios indivíduos afetados pelo planejamento, tornando-se uma necessidade moral e um compromisso ético com a qualidade de vida das pessoas. Cada uma das iniciativas que elabora seus mapas comunitários utiliza metodologias próprias e variadas de acordo com seus objetivos e escopos, mas é possível destacar quatro elementos essenciais que devem estar presentes em todas elas: o planejamento comunitário (que define o escopo, objetivos, métodos, monitoramento e avaliação das ações em conjunto com os participantes do processo), a facilitação do uso das tecnologias, o mapeamento das ações locais e a legitimidade dos dados catalogados pelos próprios envolvidos. A criação de mapas comunitários e abertos permite que histórias tradicionalmente invisíveis surjam e ganhem relevância no processo de planejamento. Metodologias como o *design thinking,* flexíveis, centradas nos usuários, com princípios como a empatia, a ideação e a prototipagem, e que promovam

uma melhor compreensão das necessidades dos usuários, a geração de ideias criativas e a interatividade entre os agentes devem ser utilizadas e incentivadas.

Diversas formas de registrar a vivência das pessoas com os lugares podem ser aplicadas nesta fase, sendo a mais prática a catalogação das sensações e impressões dos participantes agrupados em cartões temáticos em uma parede ou lugar sempre visível e de fácil acesso a todos. Cada um dos cartões pode direcionar as ações e criar eixos importantes para o planejamento do território.

Figura 25 - Exemplo de Cartões para direcionamento das discussões



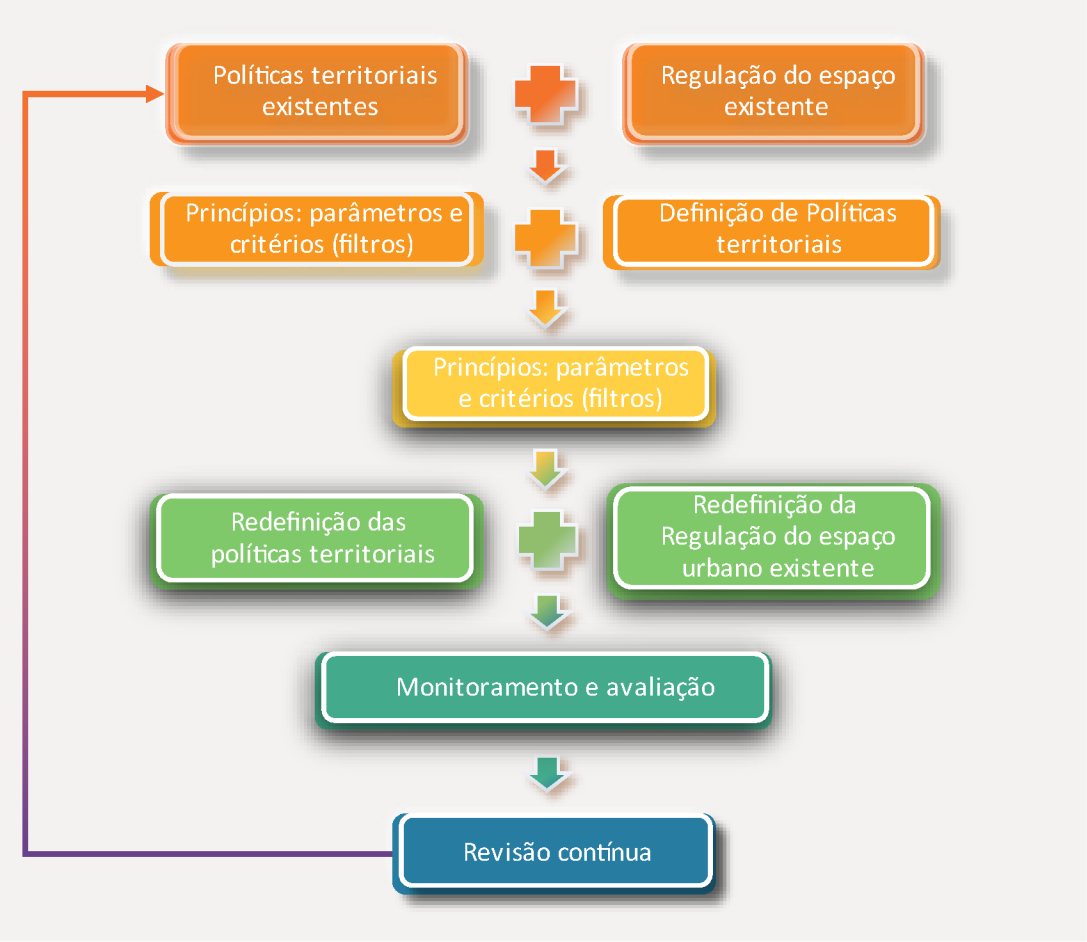
Fonte: elaborado pelo autor

O essencial nesta primeira etapa é o reconhecimento das formas de atuação no território já existentes, com seus agentes, focos de interesse, formas e áreas de atuação, dando subsídios para que o processo de planejamento se desenvolva a partir deles.

9.2.2. Etapa 2 – Agonismo

Diversas comunidades organizadas elaboram seus projetos de atuação no território a partir de processos autogeridos. O desafio de articulação entre os projetos já em execução com novas propostas pode causar diversos conflitos. Ao contrário do que se pode imaginar em um primeiro momento, o exercício da democracia é o exercício da promoção do conflito, da discussão das ideias, da garantia de que as vozes dissonantes sejam escutadas e tenham as mesmas condições de deliberação. Abastecidos e munidos com os dados coletados a partir da cultura de um lugar, tendo reconhecido as diversas formas de atuação já presentes no território, é possível passar a elaborar as propostas para a articulação das demandas. O objetivo desta etapa é que sejam criados diversos procedimentos para promover o confronto de ideias e proposições, bem como para organizar as soluções propostas e estudar sua implementação. Os princípios das formas de atuação no território devem servir de filtros (identificados na figura 17) para que se estabeleçam parâmetros e critérios para a definição de objetivos que organizaram as políticas territoriais. A elaboração e pactuação de objetivos, definição de diretrizes, prioridades e objetivos estratégicos ganham outra conotação. Ao invés de uma busca alienada de temas esvaziados como “sustentabilidade” ou “vontade popular”, a construção comunitária parte de elementos e características próprias e particulares das pessoas que habitam um lugar, considerando, inclusive, os projetos anteriores que já tenham sido formulados, definidos e postos em prática pela comunidade. Uma comunidade-rede autônoma, emancipada, inserida em um contexto panárquico, ressignifica a sustentabilidade pois esta passa a fazer parte de sua própria atuação ao invés de estar condicionada a ações de terceiros, longe do território, o “outro lugar” do Modo de Vida Imperial. As novas políticas e regulações territoriais elaboradas a partir deste processo, passam a não ser mais apenas incrementais (uma forma quase passiva de atuação e de transformação), mas também contemplam os novos produtos derivados do confronto das ideias e das projeções dos vários mundos possíveis aos participantes. Dessa forma a definição de metas, ações e resultados esperados passa a ser concordante com as possibilidades e recursos disponíveis por cada um, abrindo toda uma série de acordos e parcerias em potencial entre os participantes e o poder público. O grande motor desta etapa é assegurar que os participantes, ao elaborarem suas propostas, assumam corresponsabilidades para a sua execução de acordo com suas capacidades e retornando os resultados para a comunidade a partir das necessidades observadas.

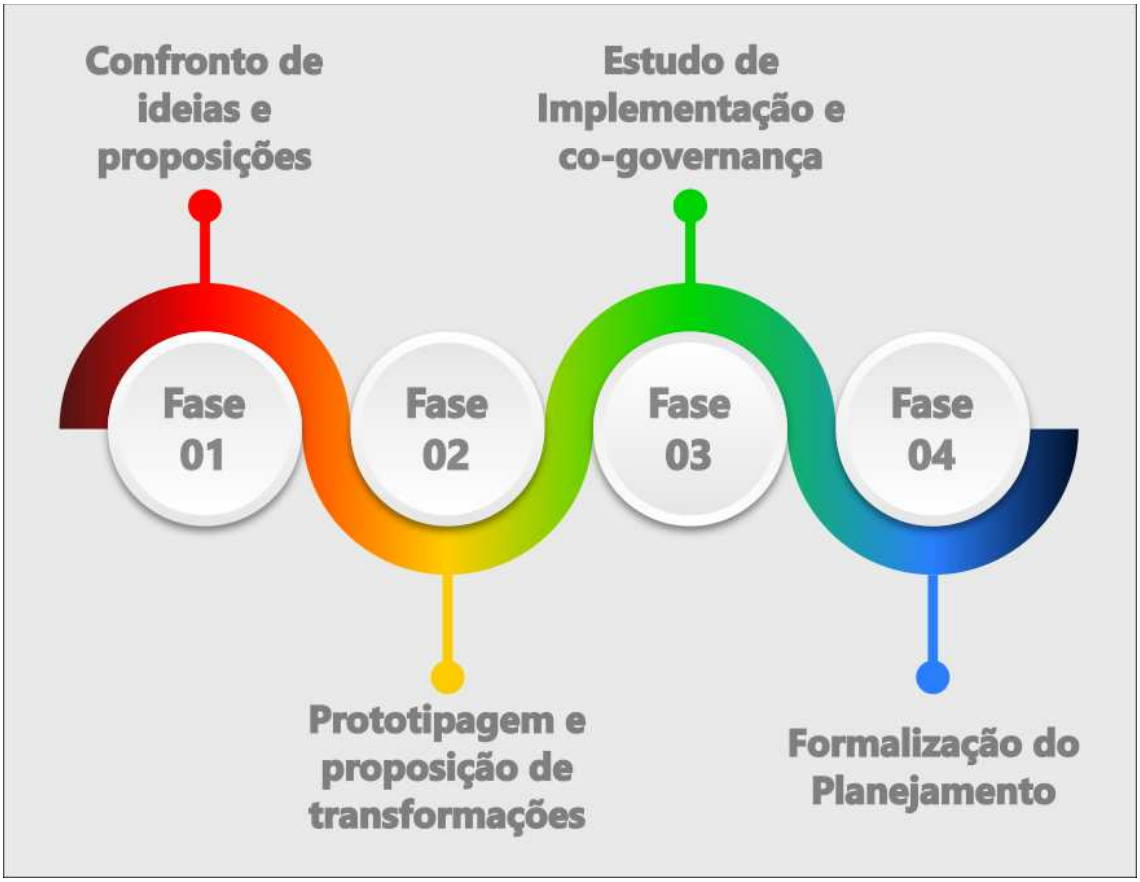
Diagrama 13- Planejamento ascendente e a relação com as políticas territoriais e a regulação do espaço



Fonte: elaborado pelo autor

Essas capacidades e necessidades podem e devem ser testadas e experimentadas através de protótipos para comprovar ou não as hipóteses levantadas. A contínua mobilização de atores sociais se fortalece com a definição de metas e objetivos de curtíssimo prazo produzidos com a prototipagem no território. Estes protótipos ou propostas atuariam diretamente na transformação da paisagem urbana, levando em consideração as ideias e contribuições da comunidade. Seriam exploradas alternativas de *design urbano*, infraestrutura, uso do espaço público, entre outros aspectos. Oficinas, eventos, encontros, reuniões, ações para debater temas específicos e/ou testar/experimentar ideias surgidas como propostas são necessárias para validar os resultados dos protótipos e pactuar acordos visando a efetivação das ações, além de promover o constante monitoramento dos programas e projetos. A contínua revisão das ações faz com que o processo seja dinâmico e responda com mais presteza às transformações provocadas pelas dinâmicas sociais.

Figura 26 - Fases da Etapa 2



Fonte: elaborado pelo autor

9.2.2.1. Fase 1 - Confronto de ideias e proposições

Nesta fase são realizadas discussões, debates e consultas públicas para buscar soluções e propostas que atendam às necessidades identificadas na etapa de reconhecimento e para ajudar a definir quais projetos e propostas já existentes devem ser priorizadas. O envolvimento ativo da comunidade e a participação de diferentes atores no processo decisório deve ser encorajado. A partir de oficinas colaborativas, envolvendo a comunidade e outros atores-rede, o debate e a troca de ideias devem ser estimulados e trabalhados levando em conta os diversos vieses envolvidos. Os participantes devem ser incentivados a elaborar propostas e a trabalhar nas diversas causas e consequências identificados a partir das árvores de problemas e soluções. Essas sessões podem abordar temas específicos, como *design* urbano, mobilidade, uso do espaço público, infraestrutura verde, moradia, entre outros, e servir como plataforma para a geração de propostas. O objetivo é compartilhar as ideias e estimular o debate inicial. Parte deste debate inicial, principalmente o relacionado a quais temas ou eixos são prioritários, podem ser realizados por

meio de fóruns digitais buscando o engajamento de maior parte da população. Isso pode ser feito por meio de reuniões, exposições públicas, plataformas online ou outros meios de comunicação. Por meio de exercícios práticos e atividades colaborativas, devem ser exploradas diferentes opções e soluções para os desafios identificados. As propostas devem ser analisadas e avaliadas em termos de sua viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, sendo que cabe aos especialistas e profissionais envolvidos no processo de planejamento realizar estudos detalhados e avaliações para determinar a eficácia e o impacto potencial de cada proposta. A elaboração de matrizes de análises pode ser uma ferramenta essencial para estruturar a organização interna de cada ação. Ao final desta fase as propostas devem ser organizadas e estruturadas de acordo com seus temas ou áreas específicas, para facilitar a compreensão e a implementação. Esta sistematização favorece que se identifique as interconexões entre as propostas e se estabeleça diretrizes para sua implementação.

9.2.2.2. Fase 2 - Prototipagem e proposição de transformações

Nesta fase, protótipos e propostas são desenvolvidos, levando em consideração as ideias e contribuições comunitárias. Abordagens inovadoras e pouco implementadas devem ser exploradas levando em consideração alternativas de *design urbano*, infraestrutura, uso do espaço público, habitação, entre outros aspectos. Esses protótipos podem ser pequenas intervenções temporárias ou pilotos que permitem testar as soluções propostas em escala reduzida, coletar *feedback* da comunidade e fazer ajustes antes da implementação completa. Oficinas para construção de mobiliário urbano, utilizando técnicas e tecnologias *makers* de elaboração, impressão ou construção desses equipamentos devem ser estimuladas, assim como alterações temporárias nas formas tradicionais de uso do espaço público como a alteração de direção do tráfego (ou mesmo sua interrupção completa), novas formas de sinalização, a criação de *parklets* para aplicação de propostas elaboradas, entre outras propostas de curta duração, de forma a colocar em prática (ainda que em escala reduzida) parte das propostas criadas. Em escalas maiores podem ser criados quarteirões ou distritos de prototipagem para se ter maior percepção do impacto dessas propostas no sistema como um todo. Modelos de autoconstrução de moradias, formas inovadoras de instrumentos urbanísticos, áreas especiais de usos ou legislações específicas podem ser exploradas e escalonadas de acordo com os resultados obtidos por avaliações constantes. Devem ser estipulados prazos, formas de avaliação e de monitoramento dessas iniciativas, através de indicadores de acompanhamento e de avaliação das propostas implementadas. Da mesma forma deve-se realizar avaliações regulares para verificar o progresso, identificar impactos positivos e negativos, e ajustar as estratégias conforme necessário. É essencial que esta avaliação seja muito focada e objetiva, buscando

criar relações entre *objetivos*, *atividades*, *resultados esperados* e *indicadores de sucesso*.

Os *objetivos* do projeto/plano devem estar definidos de forma clara, específica e mensurável. As *atividades* representam as ações que serão realizadas para alcançar os *objetivos* estabelecidos. Os *resultados esperados* devem descrever as mudanças e os produtos concretos que serão alcançados por meio das atividades. Esses resultados podem incluir a melhoria da qualidade da flora ou fauna, a construção de novos espaços públicos, a implementação de sistemas de transporte sustentáveis, a revitalização de áreas degradadas, a promoção de uma maior qualidade de vida para os residentes, entre outros. Os *indicadores* são as medidas quantitativas ou qualitativas que ajudam a monitorar e avaliar o progresso em relação aos *objetivos* e *resultados* e podem ser relacionados a métricas como aumento do acesso ao transporte público, redução da poluição do ar, maior presença de crianças, idosos, mulheres em determinada área, aumento na população não humana, entre outros indicadores relevantes para a realidade territorial. Uma matriz ZOPP pode ser fundamental para esta avaliação cruzada de objetivos específicos.

Figura 27 - Oficina de Prototipagem de Parklet em Jundiaí



Fonte: Paulo Grégio disponível em https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2015/06/19/oficina-de-parklets-movimenta-o-centro-de-jundiai/

9.2.2.3. Fase 3 - Estudo de implementação e co-governança

Nesta fase os resultados obtidos das observações análises e prototipagens anteriores são compilados buscando formas de implementar as soluções propostas, considerando a viabilidade técnica, financeira e legal. Neste momento devem ser estabelecidos mecanismos de co-governança, envolvendo a colaboração entre diferentes partes interessadas e a definição de instrumentos e responsabilidades para o acompanhamento e avaliação das ações propostas. As formas "co- "devem ser a tônica deste momento, seja no *co-design*, na co-criação ou na co-governança. O trabalho de técnicos e especialistas ganha maior relevância nesta fase pois o desenho técnico, financeiro e legal das propostas deve ser realizado neste momento. É necessário fazer a avaliação da compatibilidade com regulamentos urbanísticos, a análise dos custos e recursos necessários, bem como a identificação de possíveis parcerias e fontes de financiamento. Neste momento, todos os projetos e propostas desenvolvidos deverão passar por uma priorização e seleção com base nos parâmetros estabelecidos a partir dos princípios indicados acima. Esta seleção também deverá levar em conta, na distribuição de recursos, projetos autofinanciados, projetos em parcerias e projetos financiados totalmente pelo Poder Público. A construção social deve prever formas de garantir a tomada de decisões de forma plural, de acompanhar o progresso e de garantir a transparência e a prestação de contas. Co-governança significa definir responsabilidades claras para os diferentes atores envolvidos, incluindo o governo local, a comunidade, instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil, entre outros. É necessário criar, acordar e estabelecer os mecanismos através dos quais a co-governança se dará. Patsy Healey (2010) propõe uma governança em multinível, de forma que os diferentes níveis de governo, setores da sociedade e atores privados estejam envolvidos no gerenciamento das ações. Segundo a autora, modelos multiníveis e colaborativos (baseados na participação e no diálogo entre diferentes atores), permitiriam um planejamento mais integrado e eficaz, responsivo às necessidades das pessoas da comunidade, capaz de enfrentar os desafios complexos e dinâmicos das cidades contemporâneas. Luciana Guilherme (2018) propõe uma repactuação entre as esferas do poder público, agora transversais e em rede, expandindo a atuação das comunidades-rede e dos atores-rede para um Estado-rede. Com base nas propostas, discussões e avaliações realizadas poderá ser elaborado um ou mais planos de ação, de acordo com as necessidades de cada processo de planejamento que detalhará cada uma das ações, metas, cronograma, responsabilidades e recursos necessários para concretizar as soluções propostas. Do lado do Poder Público, tal conjunto de ações deverá compor os planos orçamentários e, especialmente, os planos plurianuais. Esses planos devem considerar a viabilidade financeira, os aspectos legais e regulatórios, bem como a capacidade de implementação das dos projetos e propostas.

9.2.2.4. Fase 4 – Formalização do Planejamento

Este constructo tem entre seus pilares a formalização através de planos não vinculantes. Planos não vinculantes podem ser utilizados para documentar e registrar as etapas e procedimentos do processo, fornecendo um guia estruturado e flexível para orientar as ações. Existem diversas formas de elaborar planos não vinculantes como Cartas de Princípios, Guias de Planejamento, Relatórios e Documentos de Síntese, Planos de Implementação Flexíveis, entre outros.

Uma Carta de Princípios é uma declaração que estabelece os valores, objetivos e abordagens que nortearão o processo de implementação das propostas elaboradas. Nessa carta, as etapas e procedimentos podem ser descritos de forma resumida, destacando sua importância e os princípios que os fundamentam. Isso cria um documento de referência que orienta o planejamento territorial, mesmo que não tenha caráter legalmente vinculante. Guias de planejamento são documentos práticos que detalham as etapas e os procedimentos para envolver a comunidade e outros atores no processo de planejamento. Podem incluir descrições das etapas, métodos de participação, ferramentas de engajamento, cronogramas sugeridos e exemplos de boas práticas. Eles servem como um recurso prático para os envolvidos no planejamento e podem ser atualizados ao longo do tempo para refletir as lições aprendidas. Relatórios e Documentos de Síntese são produzidos durante cada etapa do processo de planejamento e registram os procedimentos realizados, os resultados alcançados e as decisões tomadas. Esses documentos podem incluir resumos das atividades realizadas, análises de dados, sínteses das discussões realizadas, propostas e recomendações resultantes de cada etapa. Eles fornecem um registro escrito das etapas e procedimentos do processo de planejamento.

Um Plano de Implementação Flexível é um documento que detalha as ações a serem tomadas em cada etapa do processo. Descreve as metas, atividades, prazos, responsabilidades e recursos necessários para implementar as propostas e avaliar os resultados. Esse plano pode ser ajustado ao longo do tempo com base nas mudanças do contexto, nas necessidades emergentes e nos resultados das avaliações. É importante destacar que, embora os planos não vinculantes não tenham caráter legalmente obrigatório, eles servem como um referencial importante para orientar as ações e garantir a continuidade e coerência do processo de planejamento urbano. Além disso, eles podem ser utilizados para comunicar e envolver os diversos atores interessados, garantindo transparência e participação ao longo do processo e também ser indicativos para algum arcabouço legal como os planos plurianuais ou os orçamentos anuais.

9.2.3. Etapa 3 – Implementação, Acompanhamento e Avaliação

Nesta etapa as propostas serão implementadas, acompanhadas e avaliadas para que se cumpra o que foi previsto. A primeira fase busca efetivamente realizar os projetos, de forma sistematizada e a partir das responsabilidades acordadas anteriormente e o seu acompanhamento. A segunda fase avalia o resultado das ações e prepara materiais para o reinício do processo, mantendo ativa a construção comunitária e retomando a cidade criativa para o controle de seus criadores.

Figura 28 - Fases da Etapa 3



Fonte: elaborado pelo autor

9.2.3.1. Fase 1 – Implementação das ações

Com objetivos, prazos, metas, parcerias e responsáveis definidos na etapa anterior, é chegado o momento de colocar em prática as ações. Essas ações podem ser implementadas por meio de projetos e programas específicos, envolvendo a coordenação entre diferentes órgãos governamentais, a contratação de serviços, a mobilização da comunidade e a execução das obras e intervenções necessárias. Estratégias de gerenciamento de projetos devem ser aplicadas para coordenar a implementação das ações propostas, tais como a definição de marcos, cronogramas, alocação de recursos e acompanhamento regular do progresso. É necessário implementar um sistema de monitoramento contínuo para acompanhar o andamento das ações e verificar se estão sendo executadas conforme planejado. Isso pode envolver relatórios regulares, visitas de campo, coleta de dados e indicadores para medir o progresso e identificar possíveis desvios. Este monitoramento deve ser aberto, atualizado e disponibilizado para toda a comunidade envolvida no processo de planejamento. O acompanhamento contínuo, bem como

avaliações preliminares durante a implementação, permite verificar se as metas estão sendo alcançadas, se ajustes são necessários e se novas informações ou resultados das etapas anteriores influenciam o processo de planejamento. Esse *feedback* contínuo permite aperfeiçoar e rediscutir as ações ao longo do tempo.

9.2.3.2. Fase 2 – Avaliação e Reinício

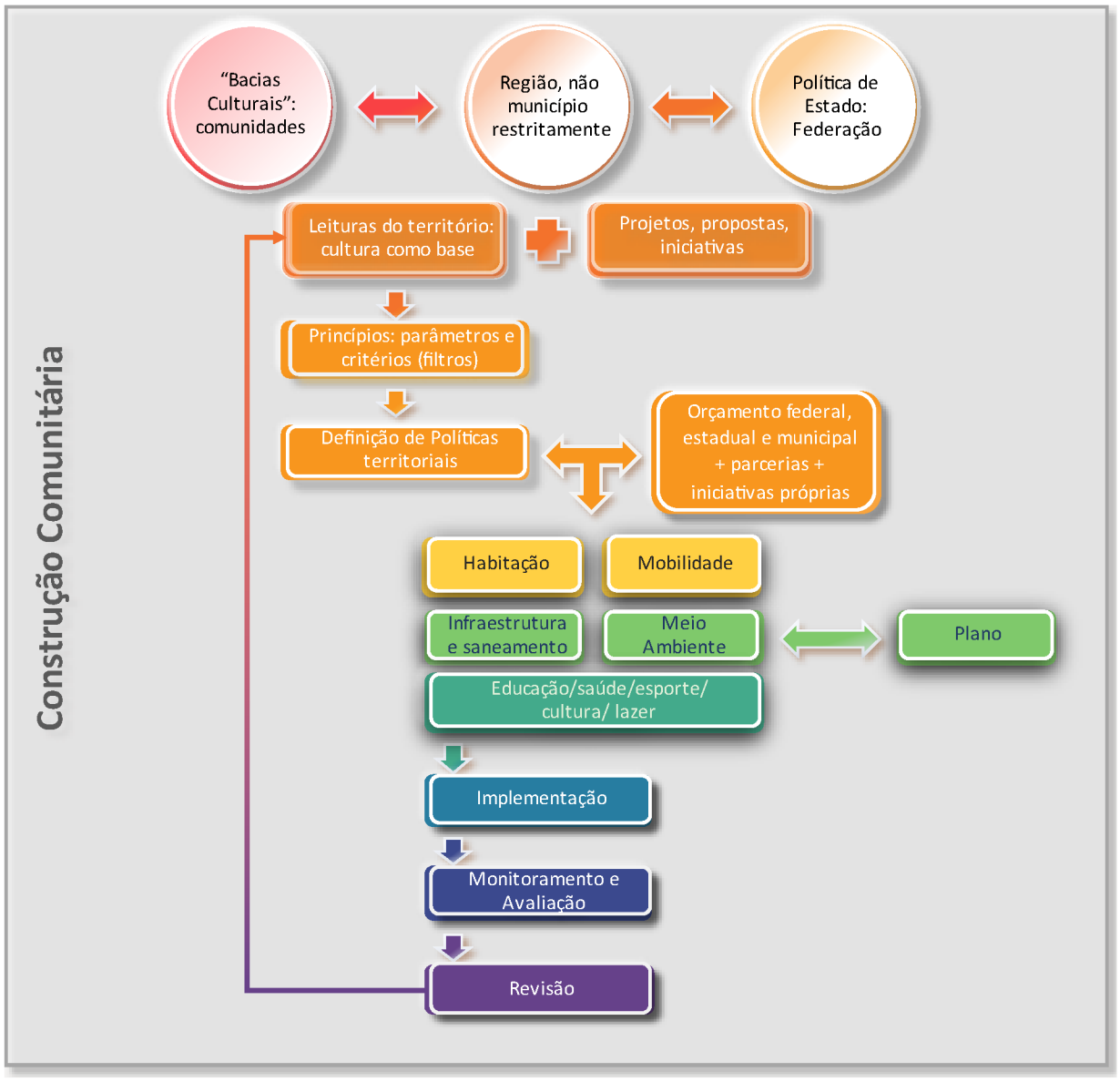
O processo chega em sua fase final quando se avaliam as ações, se os projetos foram implementados, de que forma e com quais resultados. É necessário realizar avaliações de impacto para analisar os efeitos dos projetos realizados. Isso pode incluir a avaliação dos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais, bem como a identificação de eventuais efeitos negativos e medidas para mitigá-los. Os critérios de avaliação devem ter sido pré-estabelecidos nas etapas anteriores, devendo-se se basear nos princípios e parâmetros apresentados acima e podem ter sofrido algum tipo de ajuste durante a fase de implantação, sendo que todos esses ajustes devem ser registrados e também avaliados. A avaliação deve ser realizada por técnicos e especialistas com a participação da comunidade e dos principais atores-rede envolvidos no processo de implementação e posteriormente apresentado para todos. Isso pode ser feito por meio de reuniões de *feedback*, pesquisas de satisfação, entrevistas individuais ou em grupo, permitindo que as pessoas expressem suas opiniões e experiências em relação às mudanças ocorridas. Estas avaliações têm o objetivo de, além de analisar o que foi feito, produzir conhecimento para os próximos processos de planejamento. Os resultados das avaliações devem ser utilizados como forma de aprender com as experiências e fazer ajustes nas ações implementadas. Devem ser identificadas as boas práticas, elaboradas formas para a correção de problemas identificados, apresentadas as maneiras para a adaptação de estratégias conforme se mostraram necessárias e como incorporar o aprendizado no planejamento futuro. Todo esse processo deve ser acompanhado de estratégias de comunicação acessíveis e de fácil acesso. É essencial manter uma comunicação aberta e transparente com a comunidade e outros atores-rede envolvidos, informando regularmente sobre o progresso das ações implementadas, os resultados alcançados e os desafios enfrentados. Podem ser elaborados relatórios, postagens em mídias sociais, reuniões públicas, entre outros canais de comunicação.

O processo se reinicia incorporando as lições aprendidas e os resultados das etapas anteriores. Isso implica em revisar e atualizar o diagnóstico, estabelecer novos objetivos e metas, e continuar o engajamento da comunidade e dos atores envolvidos no planejamento urbano.

A assembleia, segundo Bookchin (2010b), é um processo ético e político capaz de capacitar os cidadãos politicamente ao estar enraizado na vida comunitária. Dessa forma, nossa liberdade como indivíduos, ao

contrário do que prega a ideologia dominante atual, depende fortemente de sistemas de apoio e solidariedade comunitários. Mais liberdade não significa mais individualismo, mas mais construção comunitária, mais e maiores oportunidades de ter apoios coletivos para determinar e gerir os destinos. Isso não significa um adesismo acrítico à maioria ou a qualquer grupo estabelecido, nem tampouco um isolamento em bolhas ou a identitarismos alienados do convívio social em nome de uma pretensa autenticidade através do consumo e da vida produtificada. O que nos distingue como seres sociais com esperançosas ações em busca do comum dos seres pós-modernos solitários, liquefeitos em desejos de instituições mínimas ou inexistentes, são as capacidades de solidariedade mútua, de aprimoramento mútuo do nosso autodesenvolvimento e criatividade, e de alcançar a liberdade dentro de uma coletividade socialmente criativa e rica a partir de sua cultura e de suas pluralidades.

Diagrama 14 - Planejamento ascendente proposto

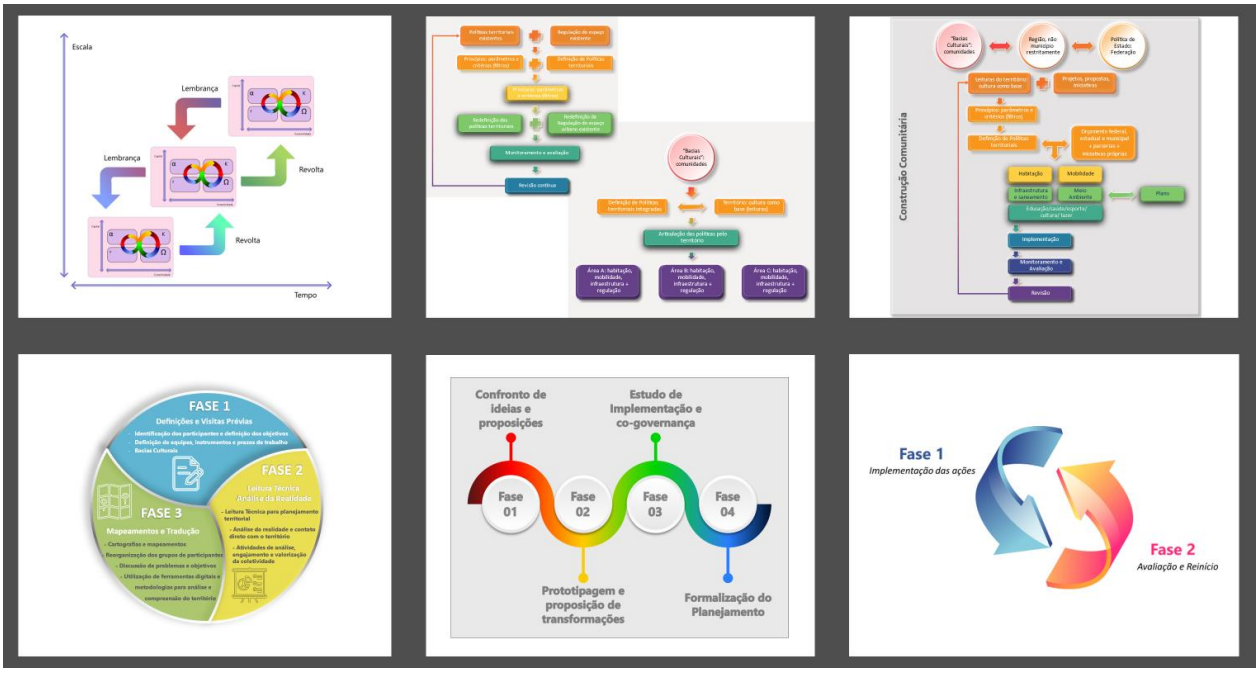


Fonte: elaborado pelo autor

O processo proposto parte do reconhecimento da diversidade e da singularidade das culturas de cada território. Este reconhecimento se manifesta através das bacias culturais que conformam os diferentes modos de vida e semeiam uma rica diversidade que extrapola os limites administrativos estatais. O confederalismo democrático permite reconhecer e articular estas bacias culturais de acordo com as formas de organização cada território. As comunidades-rede permitem elaborar estratégias e criar comuns a partir da ação comunitária e em rede entre seres humanos e não humanos. Destas diferentes

formas de organização e de ação no território, efetivamente criativas e inovadoras, porque são fundadas nas relações sociais das pessoas e com o meio em que vivem, estabelecem-se os princípios, com parâmetros e critérios agindo como filtros (figura 17) da leitura do território, que vão definir as políticas territoriais. Essas políticas são organizadas em acordos e cooperações que possibilitam o financiamento das ações, iniciativas comunitárias, construídas coletivamente, que vão encontrar suas formas (coletivas) de financiamento. Os setores do planejamento passam a ser discutidos de maneira autônoma, coletiva e comunitária, encontrando as próprias respostas para suas demandas particulares, ao mesmo tempo em que se organiza dentro de estruturas mais amplas do sistema social, definindo suas formas de formalização. O conjunto destes procedimentos estabelece os planos de ação. Por serem ações construídas comunitariamente a implementação se dá conforme os acordos pré-estabelecidos, localmente e com acompanhamento cidadão contínuo. Por ser descentralizado e autônomo, cada plano acontece em seu próprio tempo, podendo reiniciar o ciclo imediatamente, independentemente do tempo de outras ações planejadas e com outros tempos e acordos para realização. A estrutura panarquica garante a estabilidade do sistema, o confederalismo democrático a articulação entre as diferentes instâncias, o Movimento Ágil, entre os diferentes tempos dos processos e a comunidade-rede entre os diferentes atores-rede.

Figura 29 - Constructo para Planejamento Territorial



Fonte: elaborado pelo autor

10. Capítulo 10 – Avaliação do Constructo

Seguindo os procedimentos do *Design Science Research* (DRESCH; PACHECO LACERDA; JÚNIOR, 2015) elaboramos um processo de avaliação para o constructo durante oficina realizada na UNICAMP, no dia 31 de julho de 2024, em parceria com o Centro de Estudos sobre Urbanização para o Conhecimento e a Inovação (CEUCI). O resultado final desta pesquisa não é um artefato ou um produto como fórmula para um determinado problema, mas um protocolo quanto aos procedimentos a serem adotados no planejamento territorial que busca reverter as lógicas tradicionais vinculadas ao método compreensivo e sistêmico que são adotadas como principal componente do planejamento urbano brasileiro desde as primeiras décadas do século XX. Neste sentido, é importante destacar que o *Design Science Research*, ao se basear em um rigor na pesquisa, tanto no que diz respeito à aplicação do método quanto no tocante à avaliação dos resultados preliminares, observa, neste caso, algumas limitações que se refere ao próprio objeto a ser estudado. No campo do planejamento territorial, as mudanças no ambiente construído e na produção do espaço levam décadas, razão pela qual fica difícil avaliar os resultados quanto aos procedimentos adotados a partir de um novo modelo a ser adotado para consubstanciar as etapas do planejamento territorial. Considerando as limitações de tempo para uma avaliação experimental, pretendeu-se que esta etapa de avaliação fosse realizada considerando algumas alternativas como a de Baskerville, Pries-Heje e Venable (2009)[126], que propõe o chamado S*oft Design Science Research* mais voltado à resolver problemas de organizações, como está centrada esta pesquisa e, havendo a possibilidade, aplicar uma avaliação descritiva, na qual se busca a avaliar a utilidade do artefato a partir da literatura e partir da construção de cenários nos quais identifica as possíveis consequências vinculadas ao processo. É possível, entretanto, estabelecer adaptações, em conformidade com alguns pressupostos metodológicos adotados por outros autores, considerando que esta pesquisa pretendeu desenvolver um desenho adequado de gestão dos processos, observados nos sistemas de gestão pública. Dessa forma, a avaliação, neste caso, ficou circunscrita a verificar a eficácia dos protocolos junto a representantes diversos da sociedade civil, de organizações e entidades representantes de classe e de diversas instâncias do poder público com experiência na participação de processos de elaboração de planos diretores, o que caracteriza uma "prova de conceito" (DRESCH; PACHECO LACERDA; JÚNIOR, 2015).

Participaram da oficina 34 pessoas entre representantes do Poder Público, profissionais liberais,

[126] O procedimento proposto pelos autores estabelece uma relação entre dois ambientes: o real e o abstrato, em constante diálogo entre os dois. No ambiente real, um problema específico deve ser delineado para ser confrontado com o problema geral, no ambiente abstrato. Os requisitos existentes para este problema são, em uma etapa seguinte, comparados com o problema específico explicitado, para a o qual, busca-se uma solução específica que, gera, posteriormente, um constructo.

representantes de da sociedade civil organizada e de classe, acadêmicos e alunos da universidade, com experiência em participação em processos de elaboração de Plano Diretor. O Constructo foi avaliado a partir de uma explanação expositiva das principais referências que amparam esta tese e por uma dinâmica de *World Cafe*[127] que possibilitou registrar a avaliação conjunta de todos os participantes.

Imagem 5 - Apresentação do arcabouço teórico desta tese para os participantes da Oficina



Fonte: acervo do autor

Em uma primeira etapa foram apresentados os elementos que amparam esta tese:

- a apresentação do problema (a crise do planejamento urbano neste início de século XXI);
- o arcabouço teórico para a construção do constructo;
- uma reflexão crítica sobre as possibilidades que têm sido apresentadas como soluções para resolver o problema inicial apresentado.

[127] O World Café é uma metodologia colaborativa e participativa que promove diálogos profundos e criativos sobre temas complexos. Os participantes são divididos em grupos menores para discutir um tema específico, com cada grupo representando uma "mesa". Após um determinado tempo, os participantes trocam de mesa, levando consigo as principais ideias e *insights* da discussão anterior. Esse processo de rotação e compartilhamento de ideias estimula a geração de novas perspectivas e o desenvolvimento de soluções inovadoras (BROWN; ISAACS; WORLD CAFE COMMUNITY, 2005).

Imagem 6 - Participantes da Oficina separados em mesas temáticas durante o World Cafe



Fonte: Acervo do Autor

Dado este contexto, o constructo foi apresentado aos participantes e estes foram separados em mesas de quatro a seis participantes. Cada mesa recebeu um diagrama com uma das etapas do constructo e com perguntas para estimular a troca de opiniões. Os participantes não tinham a obrigação de responder diretamente as perguntas, mas elas serviam como forma de abrir a conversação. Os comentários e apontamentos dos participantes foi registrado por escrito pelos próprios e ao final da dinâmica um representante de cada mesa apresentou uma síntese oral com o resultado final das discussões.

Figura 30 - Diagramas expostos nas mesas para avaliação



Fonte: elaborado pelo autor

Para a Etapa 1 do constructo, o texto era o seguinte:

"Estas 3 fases permitem realizar o reconhecimento territorial? Quais são os pontos fortes e fracos de cada fase? Quais são os mais fáceis e os mais difíceis de serem implementados?

***Redes e comunidades:** De que forma a análise das redes sociais e das relações comunitárias pode contribuir para identificar as potencialidades e os desafios do território?*

***Cultura do lugar:** A cultura local pode ser mais facilmente incorporada ao planejamento de forma a fortalecer a identidade e o sentido de pertencimento das comunidades de acordo com as fases propostas?*

***Construção conjunta:** Quais ferramentas e metodologias podem ser utilizadas para facilitar a construção conjunta do conhecimento sobre o território?"*

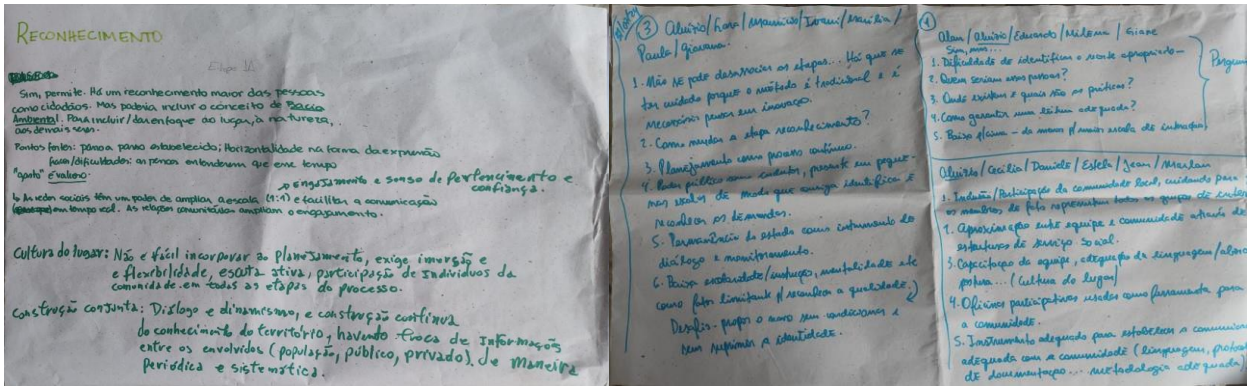
Os participantes ressaltaram durante a discussão a importância da participação comunitária em processos de planejamento territorial, destacando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e democrática. Ao longo da discussão, foram apresentados tanto pontos positivos quanto desafios inerentes a essa prática. Destacaram que um dos pontos fortes do modelo de participação comunitária apresentado é o seu potencial de empoderar os cidadãos, reconhecendo-os como atores ativos na transformação de seus territórios. Da mesma forma, constataram que a horizontalidade na comunicação e a construção conjunta do conhecimento são elementos que fortalecem o senso de pertencimento e a coesão social. Houve concordância entre os participantes da necessidade de inovar os métodos tradicionais de planejamento, buscando novas formas de reconhecer e valorizar o conhecimento local.

Um dos principais desafios apontados foi a dificuldade de identificar e envolver todos os grupos de interesse na comunidade, especialmente aqueles com menor poder político ou social. A questão da

representatividade e a garantia de que todas as vozes sejam ouvidas foram levantadas como sendo fundamentais para a legitimidade do processo. A dificuldade em definir quem são os atores relevantes, como estabelecer uma comunicação eficaz e como garantir a representatividade de todos os grupos de interesse foram identificados como pontos cruciais e que normalmente não são resolvidos de maneira satisfatória. Defenderam a necessidade de uma abordagem ascendente, partindo da menor escala para a maior, com foco na participação da comunidade. Para isso, propuseram a utilização de ferramentas como oficinas participativas e a capacitação de equipes para estabelecer uma comunicação adequada e respeitosa com a cultura local. Além disso, a construção de uma comunicação eficaz e a adaptação da linguagem às diferentes realidades culturais foram apontadas como essenciais para garantir a participação efetiva da comunidade. Destacaram a importância de instrumentos eficazes para documentar e analisar as informações coletadas. Por fim, os participantes destacaram a importância do papel do poder público como facilitador e mediador do processo de planejamento participativo. A presença do Estado em escala local seria fundamental para identificar as demandas da comunidade, fornecer os recursos necessários e garantir a continuidade das ações ao mesmo tempo em que ressaltaram a necessidade de atenção e cuidado para que a intervenção do Estado não suprima a identidade e a autonomia das comunidades.

Dessa forma, pudemos constatar que as discussões entre os participantes ainda estavam muito centradas nas ações do poder público e tendo este como foco principal e agente centralizador das ações para o processo de planejamento. Nos parece que este é um dos problemas fundamentais na forma de se realizar o planejamento territorial atualmente e que seria mais efetivo a descentralização das ações, horizontalizando as relações e redistribuindo as formas de poder e de atuação no território. O reconhecimento, fortalecimento e valorização dos projetos e ações locais já em curso pelas diferentes organizações no território ainda parecem passar longe da vista dos planejadores ainda que os participantes tenham destacado a importância destas ações. Mesmo sendo constatado, através das respostas, a necessidade de mapeamento e de formas inovadoras de se reconhecer os projetos e ações já em execução pelas comunidades, pouco foi discutido sobre a forma de como fazê-lo, o que reforça a necessidade da utilização das ferramentas de tecnologia socia apresentadas no capítulo 9.2.1.

Imagem 7 - Respostas dos participantes do World Cafe para Etapa 1



Fonte: Acervo do autor

Para a Etapa 2 do constructo, o texto era o seguinte:

"Estas fases permitem o confronto de ideias? É possível utilizar estas etapas em diferentes escalas do planejamento territorial? Como?

***Co-governança:** Quais os principais desafios para a implementação da co-governança no planejamento territorial? Como garantir a participação efetiva dos diversos atores sociais?*

***Inovação e experimentação:** Como podemos incentivar a experimentação de novas soluções e a adaptação de metodologia já existentes ao contexto local?"*

Os participantes discutiram os desafios e as potencialidades do planejamento territorial em diferentes escalas, com foco na importância da participação comunitária e da adaptação às especificidades locais. Foi argumentado que o planejamento em grande escala enfrenta dificuldades como a diversidade de interesses e a complexidade cultural. Em contrapartida, argumentou-se a favor do microplanejamento, que se concentra em comunidades menores, permite uma maior participação popular e a construção de soluções mais adequadas às necessidades locais. Segundo os participantes, para que o microplanejamento seja eficaz, é fundamental respeitar o contexto cultural de cada comunidade, trabalhando em parceria com os moradores e buscando soluções que atendam aos seus interesses. De acordo com eles, a proposta de se adotar uma abordagem local e participativa, através do microplanejamento é entendida como uma forma efetiva de se repensar o planejamento territorial. No entanto, a implementação dessa estratégia enfrenta obstáculos como a falta de conhecimento da população sobre processos de planejamento e a dificuldade de comunicação entre o poder público e a comunidade. A co-governança também é apontada como forma de superar os desafios da escala e construir cidades mais justas e democráticas, principalmente através da comunicação, educação e engajamento da população. Como principais desafios da co-governança foram apontados:

- **Desinteresse da população:** Falta de conhecimento sobre conceitos como governança, plano diretor e instrumentos democráticos.
- **Linguagem técnica:** Dificuldade de acesso da população à informação devido à linguagem complexa utilizada nos documentos oficiais.
- **Falta de comunicação:** Pouca divulgação sobre processos participativos, como as reuniões de plano diretor.
- **Dificuldade de acesso ao poder público:** A população não sabe como participar dos processos decisórios.

Foram destacados os seguintes pontos como forma de enfrentar os desafios levantados:

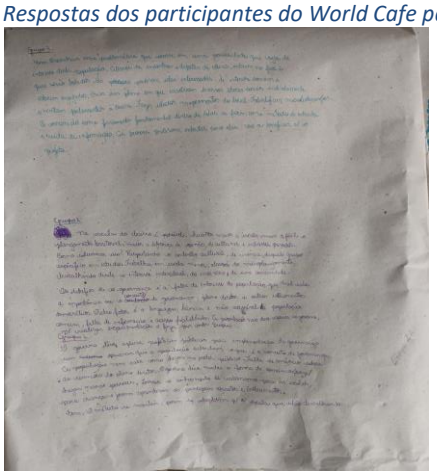
- **Educação:** Levar o conhecimento sobre urbanismo para as escolas, promovendo a cidadania e a participação desde a infância.
- **Participação popular:** Incentivar a participação da população em todas as etapas do processo de planejamento, através de encontros, debates e workshops.
- **Comunicação:** Utilizar uma linguagem clara e acessível, divulgar as informações de forma ampla e transparente.
- **Criação de planos de ação:** Elaborar planos que atendam aos interesses da comunidade e que sejam construídos de forma colaborativa.

Um dos principais desafios identificados é a falta de engajamento da população. Para os participantes, muitas vezes as pessoas não compreendem os conceitos de planejamento urbano e não se sentem representadas nas decisões governamentais. Para superar essa barreira os participantes sugeriram ações para contornar a necessidade de uma comunicação mais clara e acessível, além da promoção da educação cidadã desde a infância. A participação ativa da comunidade em todas as etapas do processo é fundamental para garantir que as decisões tomadas reflitam os interesses da comunidade.

A partir das respostas obtidas foi possível constatar que as fases propostas, como encontros, debates e oficinas participativas, permitem sim o confronto de ideias. Ao estimular a participação ativa da comunidade, essas etapas criam um espaço para a troca de diferentes perspectivas e a construção de propostas inovadoras. Quanto à aplicabilidade em diferentes escalas, a partir das discussões e das respostas apresentadas, foi possível contatar que o método pode ser adaptado para diferentes níveis de planejamento, desde a escala local até a regional. A chave está na capacidade de identificar as particularidades de cada contexto e ajustar as ferramentas e estratégias de acordo. Foi constatado que a flexibilidade do método é um dos seus pontos fortes. Apesar das dificuldades apontadas para a implementação da co-governança, os próprios participantes reforçaram que a potencialização da

capacitação (tanto dos agentes públicos quanto a comunidade), da comunicação (clara, acessível e transparente, utilizando uma linguagem adequada para cada público), da inclusão e da construção com as lideranças locais são capazes de transformar a forma como os processos de planejamento são realizados. Dessa forma, a experimentação e a busca por novas soluções são essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos do planejamento territorial.

Imagem 8 - Respostas dos participantes do World Cafe para Etapa 2



Fonte: acervo do autor

Para a Etapa 3 do constructo, o texto era o seguinte:

"Quais as formas mais adequadas para monitorar e avaliar as ações?

***Escalabilidade:** É possível garantir que as experiências exitosas sejam escaladas e replicadas em outros contextos?*

***Adaptação:** Os procedimentos apresentados permitem adaptar o planejamento às mudanças sociais, econômicas e ambientais?*

***Aprendizado contínuo:** Como podemos criar mecanismos para o aprendizado contínuo e a melhoria do processo de planejamento?*

***Novos ciclos:** Como podemos garantir que o planejamento seja um processo cíclico e que as novas informações e aprendizagens sejam incorporadas aos próximos ciclos?"*

Os participantes mencionaram explicitamente a necessidade de determinar critérios e valores da ação e de configurar um procedimento com critérios mensuráveis. Isso indica que o monitoramento e a avaliação foram considerados cruciais para o processo. Foi sugerida a elaboração de questionários para que seja possível comparar o antes e o depois, o que sugere uma abordagem quantitativa e qualitativa para avaliar o impacto das ações. Os participantes alertaram para a importância de ponderar as percepções e outras

questões subjetivas, indicando também uma busca por uma avaliação mais abrangente.

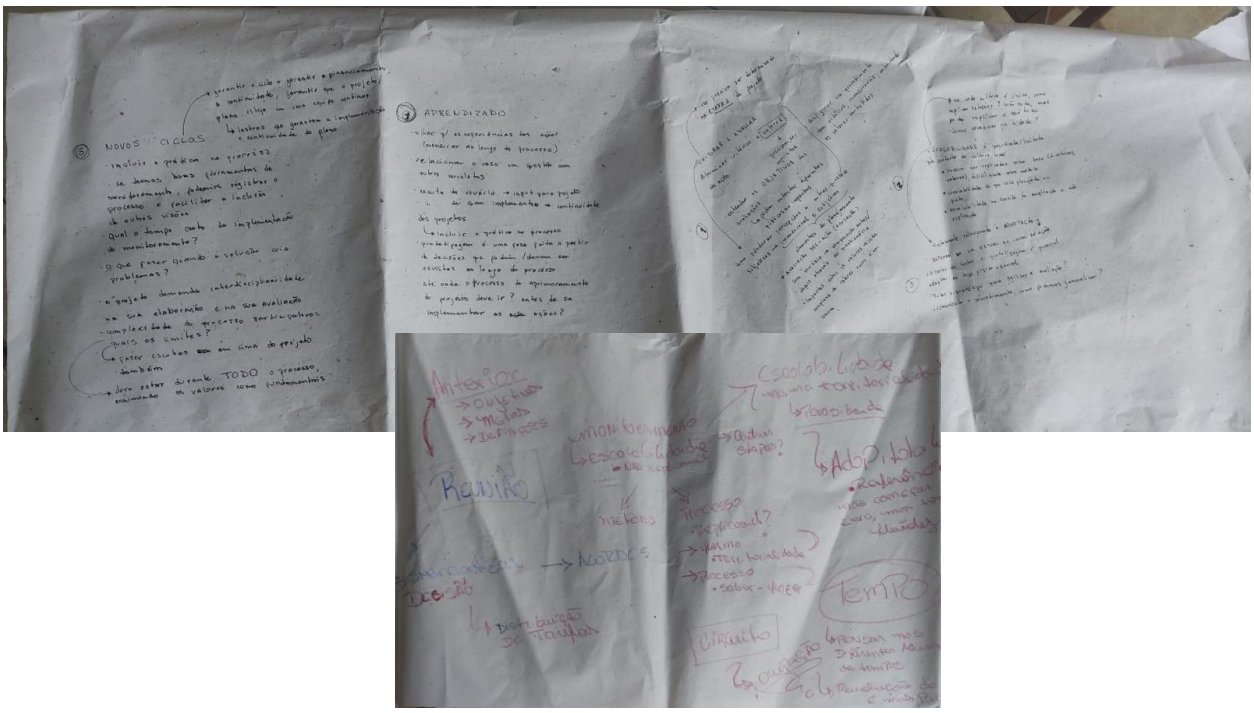
Os participantes argumentaram que a escalabilidade **é** um desafio, ao reconhecerem que cada cultura é única e que a replicação de soluções pode ser limitada, quando não um contrassenso. Ao mesmo tempo, sugeriram ser possível replicar o método e diretrizes em outros contextos, adaptando-os às especificidades locais. A ideia de prototipagem e teste foi apresentada como uma forma de garantir a adaptação do projeto às diferentes realidades.

Os participantes ainda enfatizaram a importância da adaptação do planejamento às mudanças sociais, econômicas e ambientais. A ideia de buscar o aprendizado contínuo e a promoção de revisão de decisões ao longo do processo demonstram uma compreensão da necessidade de flexibilidade e adaptabilidade. A prototipagem também foi mencionada como uma ferramenta para testar novas ideias e conseguir ajustar o projeto. Para os participantes o aprendizado contínuo se daria através de algumas ações como:

- **Avaliação:** A avaliação sistemática permite identificar os pontos fortes e fracos do projeto e aprender com os erros.
- **Escuta:** Ouvir os usuários e os implementadores do projeto é fundamental para identificar novas oportunidades de melhoria.
- **Prototipagem:** A prototipagem permite testar novas ideias e ajustar o projeto ao longo do processo.
- **Relação com outros casos:** Comparar o projeto com outros casos similares permite identificar boas práticas e novas abordagens.

Apesar de as respostas não utilizarem explicitamente o termo "ciclo", elas sugerem um processo iterativo de planejamento, execução e avaliação. A ideia de aprendizado contínuo e revisão de decisões implica em um processo cíclico, onde as novas informações e aprendizagens são incorporadas aos próximos ciclos de planejamento. A partir das respostas apresentadas, podemos compreender que os procedimentos propostos podem ser utilizados para criar um processo de planejamento participativo, adaptativo e orientado para o aprendizado contínuo. A ênfase na participação da comunidade, na avaliação e na adaptação às mudanças contextuais são elementos-chave desse processo. Permitir que as próprias pessoas estabeleçam suas formas de acompanhamento e avaliação, insere as comunidades na execução das ações e no monitoramento das atividades. Dessa forma, o engajamento comunitário deixa de estar concentrado na etapa de elaboração de propostas (como comumente é realizado) e passa a estar sendo fortalecido por todo o processo.

Imagem 9 - Respostas dos participantes do World Cafe para Etapa 3



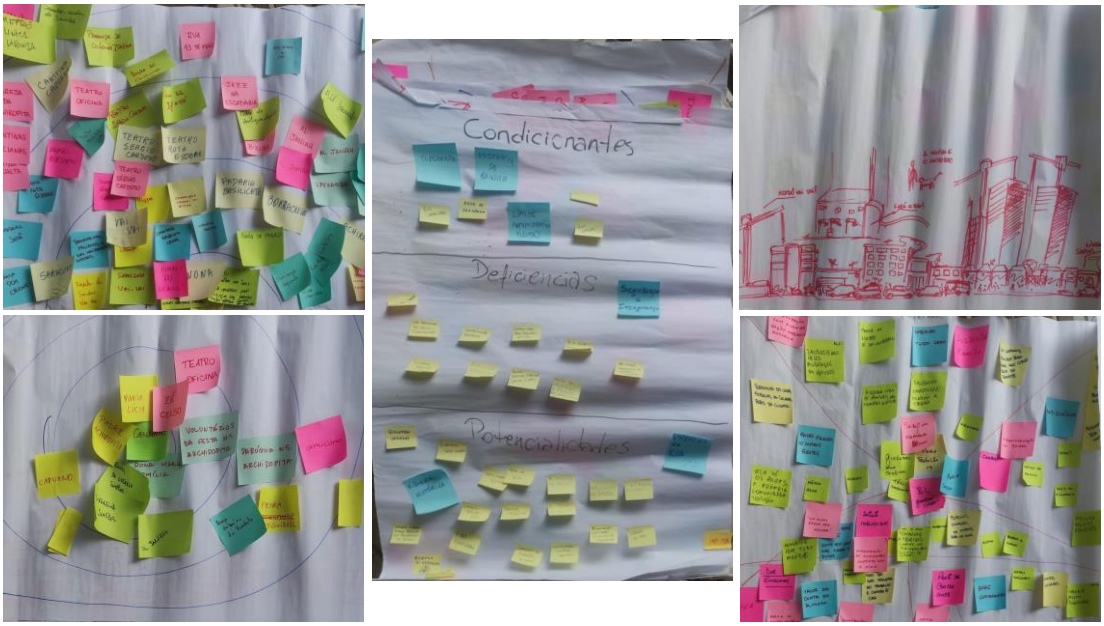
Fonte: acervo do autor

É possível concluir que os procedimentos elaborados são capazes de expandir as formas de participação na elaboração de processos de planejamento territorial, que o constructo tem potencial de atingir camadas de demandas e necessidades das pessoas que normalmente não são percebidas pelas estratégias de planejamento comumente empregadas, que as definições sobre prototipagem e a escala das ações planejadas são essenciais para uma nova abordagem no planejamento territorial e, fundamentalmente, que a criação de grupos de interesse em que diferentes visões se contraponham para a elaboração de novas propostas a partir deste choque são essenciais para a construção de cidades efetivamente criativas e que tenham a cultura de seus cidadãos como eixo de desenvolvimento.

Algumas das ações de mapeamento, especialmente as citadas no capítulo 9.2.1, foram utilizadas durante um curso livre oferecido no mês de abril de 2024 no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP. Este curso buscou apresentar formas de realizar mapeamentos do território a partir da cultura dos cidadãos que ocupam o bairro do Bixiga, em São Paulo. Foram utilizadas ferramentas para o reconhecimento dos marcos afetivos do território, para a identificação de lideranças comunitárias e de proximidade entre elas. A partir destes primeiros mapeamentos os participantes do curso foram a campo e realizaram uma deriva para reconhecimento das dinâmicas do bairro. Os participantes se dividiram em grupos de até 6 pessoas

e andaram sem destino pré-estabelecido registrando aquilo que lhes fossem interessantes. Ao final da deriva uma reunião foi realizada para que os grupos apresentassem seus relatórios. Uma dinâmica subsequente buscou compreender quais os elementos em comum foram apresentados pelos grupos e buscou estimular a criação de propostas para a solução dos problemas identificados. Por ter sido um curso livre, as propostas apresentadas não foram implementadas, mas todo o processo de elaboração e de discussão destas propostas ocorreu.

Imagem 10 - Materiais elaborados pelos participantes no Curso do Sesc: Mapa de afetividade, Mapa de Memória Coletiva, Matriz CDP, Imagem de futuro coletiva e Propostas para Ação



Fonte: acervo do autor

A partir desta oportunidade, foi possível identificar as diferentes dinâmicas envolvidas nos processos de mapeamento dos territórios a partir da cultura, buscando criar ferramentas, planos, projetos e ações que dificilmente seriam conseguidas nos processos tradicionais de planejamento. As ferramentas de reconhecimento das memórias afetivas e dos marcos territoriais, bem como de suas lideranças, promoveram um laço de cooperação e empatia entre os participantes de maneira acentuada, sendo possível entender que este é um passo importante para a criação de grupos de interesse e de redes de planejamento.

CONCLUSÃO

A ideia de arte e cultura como eixo de desenvolvimento das cidades permanece como um conceito motriz poderoso, porém o processo de pesquisa desta tese foi marcado por profundas reviravoltas. Seja pela transformação proposta nos conceitos trabalhados, e profundamente criticados e ressignificados pelo campo de estudo nos últimos anos, seja pela organização de nossa sociedade nesta última década, com o rompimento dos acordos sociais firmados desde a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, com o total e absurdo desmonte das políticas públicas voltadas para a cultura, com o aprofundamento da implantação de políticas neoliberais, com a eleição de um governo fascista no Brasil, seja com o choque e devastação provocados pela pandemia de COVID19 que forçou toda a sociedade a se reorganizar, nos deprimindo, enlutando, nos afastando e produzindo ainda mais mal-estar, tendo atingido em cheio o setor cultural, o que por vezes fez nos sentirmos impotentes ou desconectados do mundo. Em contrapartida, como entendemos que esta pesquisa demonstra, é exatamente ao fortalecermos o que nos está sendo sonegado, a saber, a arte, a cultura, o encontro com o diferente, a criatividade, a diversidade, uma relação de respeito e de filiação com a mãe terra, que provocaremos as transformações necessárias para a sobrevivência da espécie humana e para a formação do bem viver para todos aqueles que comungam deste espaço e momento histórico conosco.

Esta tese buscou contribuir para o pensamento e para a prática do planejamento territorial através da análise de ferramentas relacionadas ao campo da cultura e que podem ser aplicadas à produção do território e de melhores formas de fruição da vida. Pretendeu-se demonstrar que outras formulações da relação território-culturas-planejamento podem ser concretizadas a partir da ressignificação destes elementos como eixos para o desenvolvimento de ações de planejamento territorial.

A necessidade de abandonar o “motor único” da história (SANTOS, 2018), de desacelerar, de repensar nossas formas de produção e, principalmente, de agir na construção de comuns (LAVAL; DARDOT, 2017) incluindo e compartilhando saberes e fazeres diversos (FERNANDES, 2021), baseados em nossas ancestralidades e em nossas formas de produção do mundo (ACOSTA, 2016), tem se mostrando não apenas uma alternativa utópica ao desenvolvimento (GUDYNAS, 2014), mas uma construção possível e estruturada em bases sólidas que devem ser postas em prática. A Quarta Revolução Industrial (SCHWAB, 2016) traz em seu interior a ameaça de transformar uma quantidade enorme de trabalhadores em pessoas inúteis para o capitalismo. Esta é mais uma das reviravoltas necessárias de serem abraçadas e ressignificar. A inutilidade é importante, viver sem que uma finalidade se imponha para além do simples viver (KRENAK, 2020), acima de qualquer utilidade ou instrumentalização que nossa sociedade ou o Estado queira empurrar. Os meios para isso estão em disputa e as fissuras do sistema abrem possibilidades de

ação. A filosofia do Buen Vivir (ACOSTA, 2016) transcende a mera busca pela felicidade individual. Ele se refere a uma forma de vida em harmonia com a natureza e com as comunidades, valorizando a interdependência entre todos os seres vivos e o respeito pelos ciclos naturais. A vida, segundo Krenak, não é sobre alcançar metas ou acumular bens, mas sobre fazer parte de um todo maior e contribuir para a sua manutenção. Ambas as perspectivas questionam a lógica do crescimento econômico infinito e da dominação da natureza características do modelo ocidental. Repensar a forma de organização e planejamento dos territórios passa por defender a importância das relações comunitárias e da interdependência entre os seres humanos e os não humanos, valorizando a natureza como fonte de vida e como um ente com o qual devemos coexistir em harmonia, e não dominar. O planejamento territorial que tenha a cultura em seu eixo central nos permite olhar para a vida em comunidade, ressignificada pela pluralidade de sentidos e de convivências, e nos convida a apreciar a beleza e a complexidade da vida em si, buscando construir futuros em comum. Recuperar nossa atuação na pólis (BOOKCHIN, 1974), promovendo o encontro e a manifestação conflitante das diferentes maneiras de vivenciar o mundo (MOUFFE, 2005) são fundamentais para fazer frente às mudanças preconizadas pela 4ª Revolução Industrial. Fazer frente a ela não é buscar formas de impedi-la (um processo praticamente impossível), mas de criar as condições sociais para que as oportunidades de transformação produzidas a partir deste estágio tecnológico sejam aproveitadas por mais pessoas ao invés de por um pequeno grupo centralizador e concentrador das riquezas produzidas.

A utilização das ferramentas digitais de forma comunitária, abertas e compartilhadas, que se utilizam do Big Data e das inteligências artificiais, para amparar os processos de planejamento nos parecem ser um possível passo no sentido de usufruir dos bônus desta revolução, sem com isso deixar de estarmos atentos para os ônus (MÜNSTER et al., 2017). As condições para estruturar nossas cidades para este novo momento estão se tornando cada vez mais concretas e urgentes. A estratégia empregada atualmente tem sido a da restrição, do isolamento e da exclusão (MOULD, 2015). Fazer frente a isso é agir politicamente para que tenhamos cidades cada vez mais abertas, comunitárias e que promovam a inclusão de seus cidadãos em seus processos decisórios. A economia criativa pode ser vista como uma ferramenta para efetivar estes propósitos, desde que seja baseada em princípios que sejam mais voltados para a valorização da criatividade e da cultura das pessoas nos territórios, para aquilo que as une formando comunidades a partir de seus comuns, ao invés de ser usada para uma aceleração da acumulação econômica (CLOSS; OLIVEIRA, 2017; LANDRY, 2011). Devolver a faceta social para a economia é fundamental para elaborar arranjos econômicos baseados na criatividade, na arte e na cultura do Sul global, a partir das demandas e necessidades que cada um destes territórios tem (OLIVEIRA, 2023). Estas

demandas e necessidades devem ser percebidas e enfrentadas por seus próprios cidadãos. A ideia de que índices, parâmetros, objetivos ou demandas sociais podem ser criadas, impostas e determinar o desenvolvimento dos lugares, a partir de agências e órgãos internacionais reforçam a manutenção do *status* quo ao invés de promover maior possibilidade de igualdade de acesso a novas oportunidades (LEITÃO et al., 2011). Os conceitos de classe criativa e da Rede de Cidades Criativas da Unesco são alguns desses exemplos (FLORIDA, 2012; LANDRY, 2017). É necessário ressignificar e estabelecer os parâmetros para uma economia criativa e para cidades criativas que representem as formas de produção e de construção social do sul global (LEITÃO, 2023).

A crise percebida atualmente no planejamento urbano tem múltiplas causas, conforme discutido na primeira parte desta tese. O mal-estar de nossas cidades pode ser entendido como sintoma de processos históricos de planejamento que extrapolam apenas as técnicas e metodologias de elaborar e conduzir as formas de desenhar as cidades e encontram raízes na própria identificação do sujeito contemporâneo. As explicações puramente econômicas analisadas, não se mostraram suficientes para enfrentar os desafios da pós-modernidade. Ao assumirmos que estamos no "Século do Ego" (CURTIS, 2002) propusemos uma inversão da análise da construção social, partindo dos desejos e significantes que conformam a individualidade do sujeito contemporâneo de forma a compreender que nossas sociedades estão cada vez mais moldadas pelo individualismo e pela segregação como fruto desta valorização do indivíduo (FREUD, 2010a). Essa inversão de análise (do indivíduo como agente de conformação da sociedade ao invés da sociedade como conformadora do comportamento individual) nos permitiu compreender que as formas de construção das referências do que é uma vida boa estão além da disputa puramente econômica ou de classes, mesmo que estas sejam partes importantíssimas da constituição de nossas subjetividades (BAUMAN, 2021; CHARLES; LIPOVETSKY, 2011). O caminho percorrido pela busca de formas de efetivar o direito à cidade nas realidades latino américas e, mais especificamente, brasileiras demonstraram que as conquistas vieram de muito trabalho e organização coletiva (FERNANDES, 2019). Entendemos que as ferramentas e políticas desenvolvidas, apesar de terem obtido algum sucesso em sua implementação, não conseguiram superar o "Estado de Mal-estar Social" produzido pela ideologia neoliberal (CALDAS, 2015).

As propostas criadas neste início de século para tentar lidar com esse mal-estar, desenvolvidas através da valorização da cultura, da inovação e da criatividade foram amplamente discutidas na Parte 2 desta tese e se provaram pouco efetivas no sentido de promover maior participação social na construção das cidades e nas formas de integração na produção econômica. A instrumentalização da cultura no planejamento urbano, principalmente através dos conceitos de Classe Criativa e de Cidades Criativas baseadas no modelo inglês de Economia Criativa (MILES, 2012), tem se mostrado aprofundadores da segregação

espacial (PRATT, 2011) e da criação de bolhas de isolamento de parte da população vista de maneira distinta das demais (BOURDIEU, 2007). Por estarem fortemente baseadas em mediação através do espetáculo e das imagens (DEBORD, 1997), os conceitos analisados demonstraram ser voltados para um tipo específico de população e de trabalhos, fortemente identificados com os desafios da 4ª Revolução Industrial, mas sem que com isso apresentem maneiras de lidar com os ônus desta construção. Foi possível analisar como as políticas culturais brasileiras, especialmente as da Secretaria de Economia Criativa, buscaram maneiras de ressignificar e adaptar os conceitos estrangeiros de economia criativa para as realidades brasileiras na tentativa de transformar a atuação do Estado brasileiro tendo a cultura como eixo de articulação e transformação.

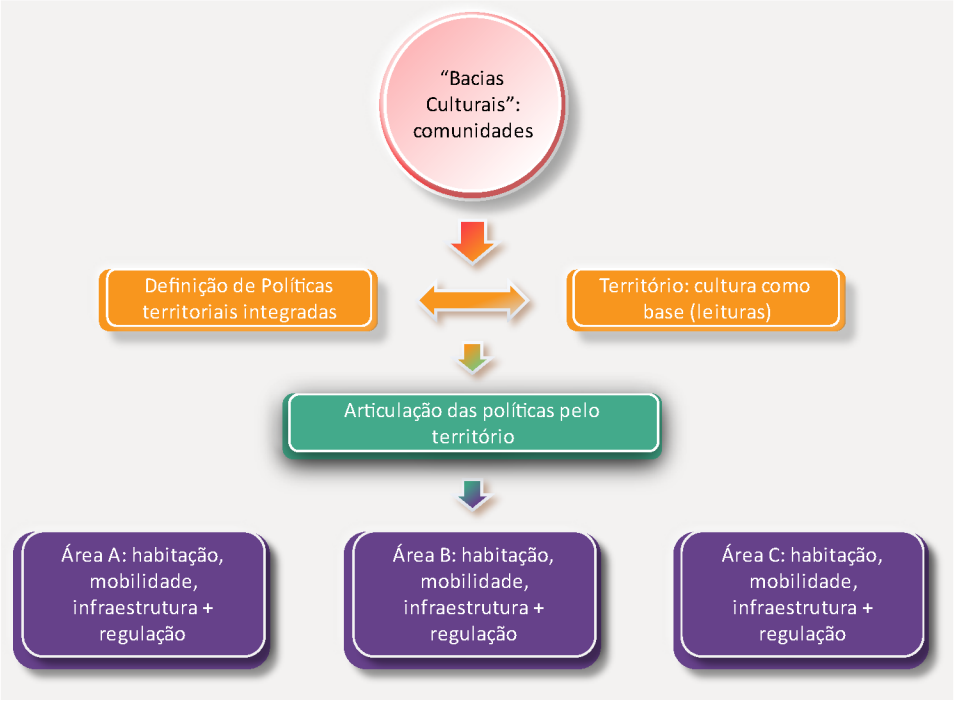
Os contornos dados por estas formulações foram pormenorizados e discutidos nas duas primeiras partes da tese, demonstrando as potencialidades e limitações do sistema vigente, e a necessidade de se repensar novas utopias para o planejamento territorial, especialmente para o Sul Global. Por ser uma proposta utópica, sua construção se dá com o fazer, com as ações e disputas políticas para a efetivação desta utopia. Este pensamento enfrenta a limitação imediata de transformar por completo as bases de fundamentação teórica, a forma como entendemos, elaboramos e aplicamos nossos processos de planejamento territorial.

Conforme exploramos nos capítulos 6, 7 e 8 desta tese, a refiliação com a natureza, a construção do Bem Viver, o abandono da ideia de desenvolvimento como progresso a partir da exploração infinita da natureza e atendendo a desejos externos impostos por aqueles que se beneficiam deste estado de coisas, o estabelecimento de comuns, são elementos fundamentais para a construção de um novo planejamento territorial autóctone. A criação de comuns deve superar a discussão entre os comuns como bens e se estabelecer através de práticas comunitárias. As cidades atualmente, obedecendo o espírito do tempo, tem se caracterizado por um urbanismo que pode ser entendido como a materialização da ideologia capitalista nos territórios das cidades. Urbanizar, cada vez mais, significa transformar o espaço público em ativos e em produtos para a valorização do mercado imobiliário (BOOKCHIN, 2021). Transformar a cidade em um comum é estabelecer trincheiras frente a este avanço, é apropriar-se de um arcabouço que compreende ao mesmo tempo um discurso, uma teoria e, principalmente, uma prática que oferece resistência anticapitalista e alternativas para uma outra sociedade. Os comuns oferecem instrumentos potentes para que novos modos de produção, distribuição, troca e consumo, estabelecidos a partir de uma base não capitalista, se estabeleçam ao exercer pressões contínuas tanto sobre o Estado quanto sobre o mercado.

A auto-organização, a autogestão, o mutualismo, são alguns dos conceitos chave para que as

comunidades se apropriem, usem e complementem esses bens, estendendo e fortalecendo a qualidade dos comuns. A co-governança, a horizontalidade, a colaboração e o policentrismo são outros princípios necessários para que os comuns sejam gerenciados através de uma governança colaborativa e compartilhada, abrangendo desde a escala dos recursos individuais até a escala da cidade como um todo. A cidade como um comum a transforma em uma "fábrica social", fazendo com que seu produto seja definido mais pela dimensão social, através de suas práticas culturais, circuitos intelectuais, instituições sociais e redes afetivas, do que pela dimensão material, de seu ambiente construído. Ou seja, os comuns são ao mesmo tempo insumo e resultado, fonte, condição, e receptáculo da biopolítica de uma cidade efetivamente criativa. As bacias culturais podem ser ponto central para a construção social a partir de comuns, pois estabelecem relações de pertencimento, de identidade e de partilha para além dos limites físico-administrativos das cidades. Os recursos naturais comuns (água, ar, florestas, etc.) e os recursos "humanos" comuns (conhecimento, cultura, etc.) pressupõem uma relação social e uma prática social para estabelecer os comuns. Estas relações podem contemplar as disputas pelo espaço e pela terra, travadas a partir de bases coletivas e não mercantis.

Diagrama 15 - Atuação das políticas e regulação do espaço no território no planejamento ascendente



Fonte: elaborado pelo autor

Tanto as dimensões materiais da cidade como as imateriais e culturais enfrentam ameaças constantes das políticas neoliberais, como privatizações, cercamentos, controles espaciais, policiamento e vigilância, direcionadas para a extração de valor. O mal-estar à brasileira, com a vida em condomínio (DUNKER, 2015) ditada pelo Modo de Vida Imperial (BRAND; WISSEN, 2021), é o maior exemplo da materialização desta ameaça. A esperança de que um ente centralizador como o Estado ou que agências reguladoras globais alheias às realidades locais darão conta de transformar os territórios nos parece mais outra armadilha ideológica do que uma proposta de efetiva transformação. Ressignificar contratos comunitários através de Planos não vinculantes, produzidos através de processos de planejamento ascendente podem ser armas importantes para essa disputa.

O Municipalismo Libertário, a Ecologia Social, o Confederalismo Democrático, somados ao Bem Viver e a produção de comuns, estabelecem suportes para que o planejamento territorial tenha a cultura como eixo central. Os procedimentos apresentados aqui para um outro planejamento territorial, podem fortalecer e reestruturar as ações de forma a alinhar práticas e teorias para um novo planejamento territorial, mais solidário, inclusivo, participativo e comunitário. É importante ressaltar que boa parte dessas práticas já é adotada em diversos territórios onde o Estado não tem poder de atuação e onde o mercado imobiliário não tem interesse mercadológico, como em áreas isoladas de centros metropolitanos ou em regiões carentes e/ou em conflito com a institucionalidade.

O constructo de procedimentos elaborado a partir desta pesquisa buscou alinhar estas formas de visão de mundo com diversas práticas que ocorrem de maneira isolada. Os procedimentos da Etapa 1 do constructo foram elaborados buscando integrar formas inovadoras de aplicação de tecnologias digitais e sociais com procedimentos e metodologias consagradas no planejamento para a leitura e tradução dos territórios. O reconhecimento e a valorização de ações e projetos que já acontecem no território se mostraram fundamentais para que o planejamento comunitário possa ser integrado às práticas do território. A avaliação desta etapa reforçou a relevância deste reconhecimento ao mesmo tempo em que apontou as dificuldades de se visualizar estas ações já presentes no território, especialmente a partir da estrutura do poder público e de agente alheios ao território. Este processo de imersão na cultura dos territórios se fortalece se buscarmos o envolvimento dos/entre os agentes ao invés do desenvolvimento para o território.

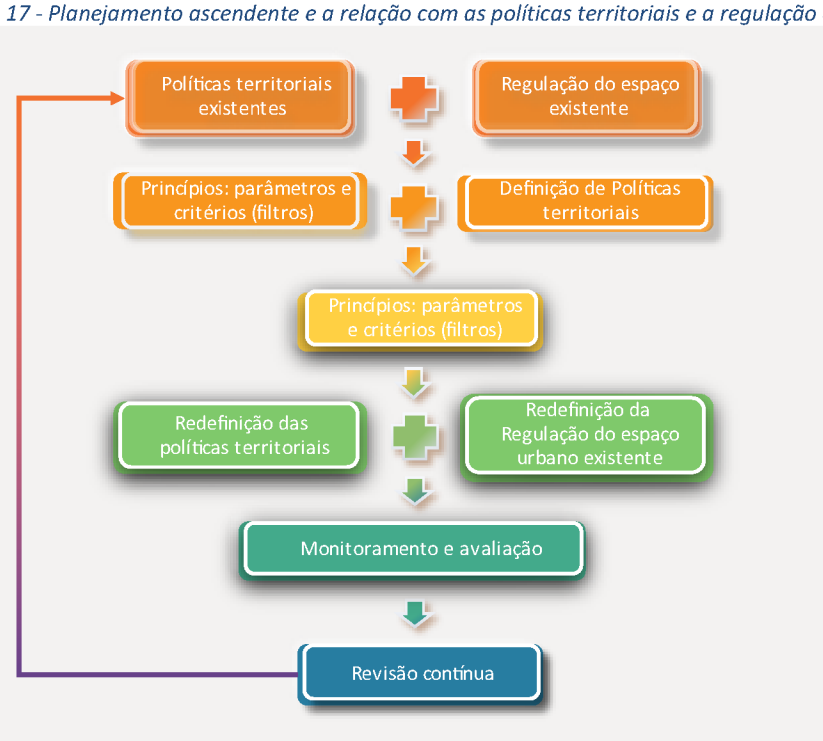
Diagrama 16 - Etapa 1 do Constructo



Fonte: elaborado pelo autor

A Etapa 2 foi elaborada buscando favorecer o confronto de ideias e de um contexto em que as propostas surgidas deste confronto pudessem ser experimentadas e aplicadas tendo a co-governança como elo comunitário. A avaliação dos processos apontou que o planejamento voltado para as localidades e em contato direto com os cidadãos dos territórios tem mais possibilidades de se efetivar e atingir os objetivos do que o planejamento em larga escala e que tenta tratar a cidade e suas complexidades de forma homogênea. A co-governança foi apontada como potencial ferramenta para manter a comunidade engajada no processo, mas também foi apontada como principal desafio a ser implementado. As ferramentas digitais, a criação de redes de apoio, de financiamento coletivo, podem ser formas transformadoras para a inclusão da própria comunidade nos processos de planejamento. A centralização do processo no poder público e a convicção apresentada pelos participantes em que esta é a única forma de colocar as propostas em ação parecem ser os maiores desafios a serem superados.

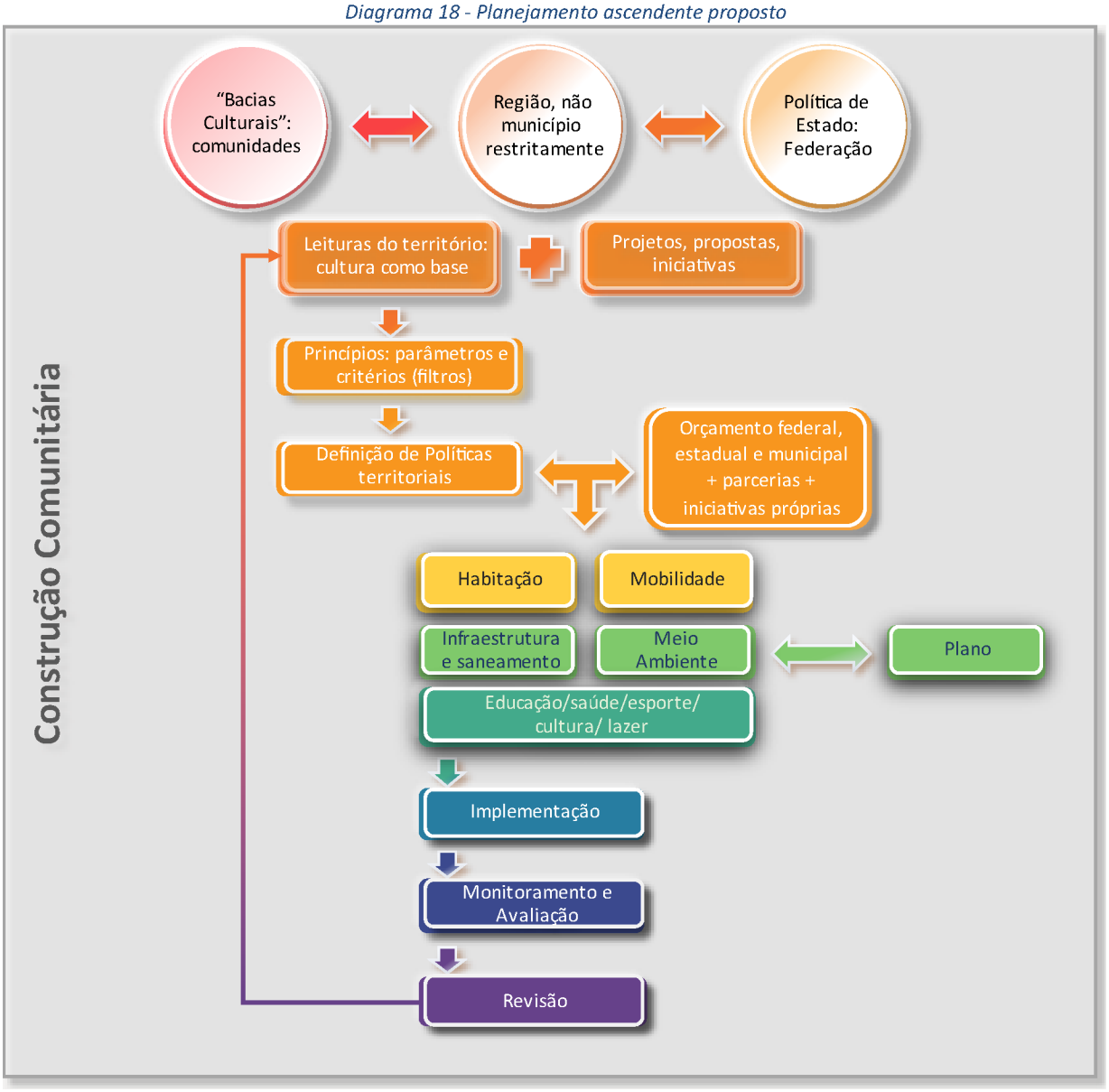
Diagrama 17 - Planejamento ascendente e a relação com as políticas territoriais e a regulação do espaço



Fonte: Elaborado pelo autor

Normalmente os processos de Plano Diretor entram na fase de monitoramento e o poder público assume a totalidade das ações. A Etapa 3 do constructo busca encontrar formas de fazer com que as etapas de monitoramento e avaliação se mantenham próximas das comunidades que elaboraram, construíram e colocaram em ação as propostas da Etapa anterior. Este planejamento realizado em comunidades, ao invés de um macroplanejamento, pode possibilitar que os cidadãos se mantenham engajados e ativos durante todo o processo. A avaliação desta Etapa considerou relevante que o acompanhamento das ações seja constantemente avaliado de forma pontual, em confluência com os princípios do Método Ágil, onde ao invés de se esperar a conclusão de todo o processo, as partes e protótipos estejam em constate avaliação e aprimoramento. Para isso é necessário um processo constante de escuta dos cidadãos e de comparação entre o ponto de partida e o estágio atual da ação. As experiências acumuladas podem se tornar referências e passar a serem utilizadas por outras comunidades, por outros processos, como forma de se identificar práticas inovadoras, criativas e com sucesso para a valorização da vida das pessoas em seus territórios.

Diagrama 18 - Planejamento ascendente proposto



Fonte: elaborado pelo autor

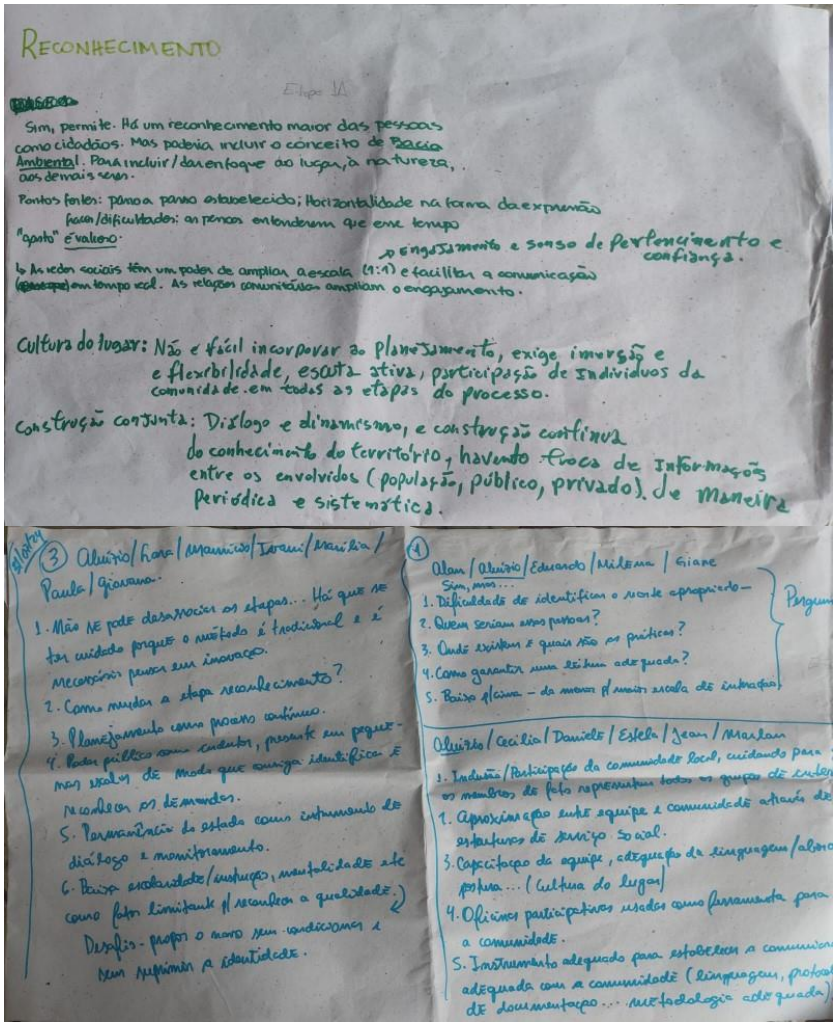
Esta tese se insere, portanto, em um longo e tortuoso processo de transformação das sociedades contemporâneas, apresentando caminhos e possibilidades factíveis de serem reproduzidos por aqueles que buscarem transformar suas realidades a partir de suas manifestações culturais no território.

As Etapas e Fases elaboradas, apresentadas e discutidas neste constructo buscaram construir um arcabouço teórico e prático para se reorganizar o planejamento territorial. Não se pretende que este constructo seja visto como um modelo ou manual a ser seguido literalmente em todas as situações, mas que ele possa ser adaptado, escalado e transformado, de acordo com as necessidades e demandas de cada uma das culturas que se propuserem a elaborar seus processos de planejamento territorial tendo

como eixo suas manifestações artísticas e culturais como forma de identificação e de reconhecimento das formas de vidas presentes no território. Esta pesquisa se desenvolveu prioritariamente no campo teórico, na elaboração das bases para que as aplicações práticas possam vir a acontecer com maior sustentação. Boa parte das práticas que refletem o arcabouço teórico organizado por esta tese já são empregados pelo autor em sua atuação nos conselhos municipais e nos coletivos de Jundiaí. Dessa forma, recomenda-se que novos estudos e pesquisas relacionando as práticas do *Buen Vivir,* de formas de construção social da cidade a partir da ação direta, da autogestão e da livre associação das pessoas, com a técnicas de planejamento territorial sejam realizados para ampliar as formas de análise e de aplicação das teorias aqui defendidas.

ANEXOS

Transcrição das respostas do World Café



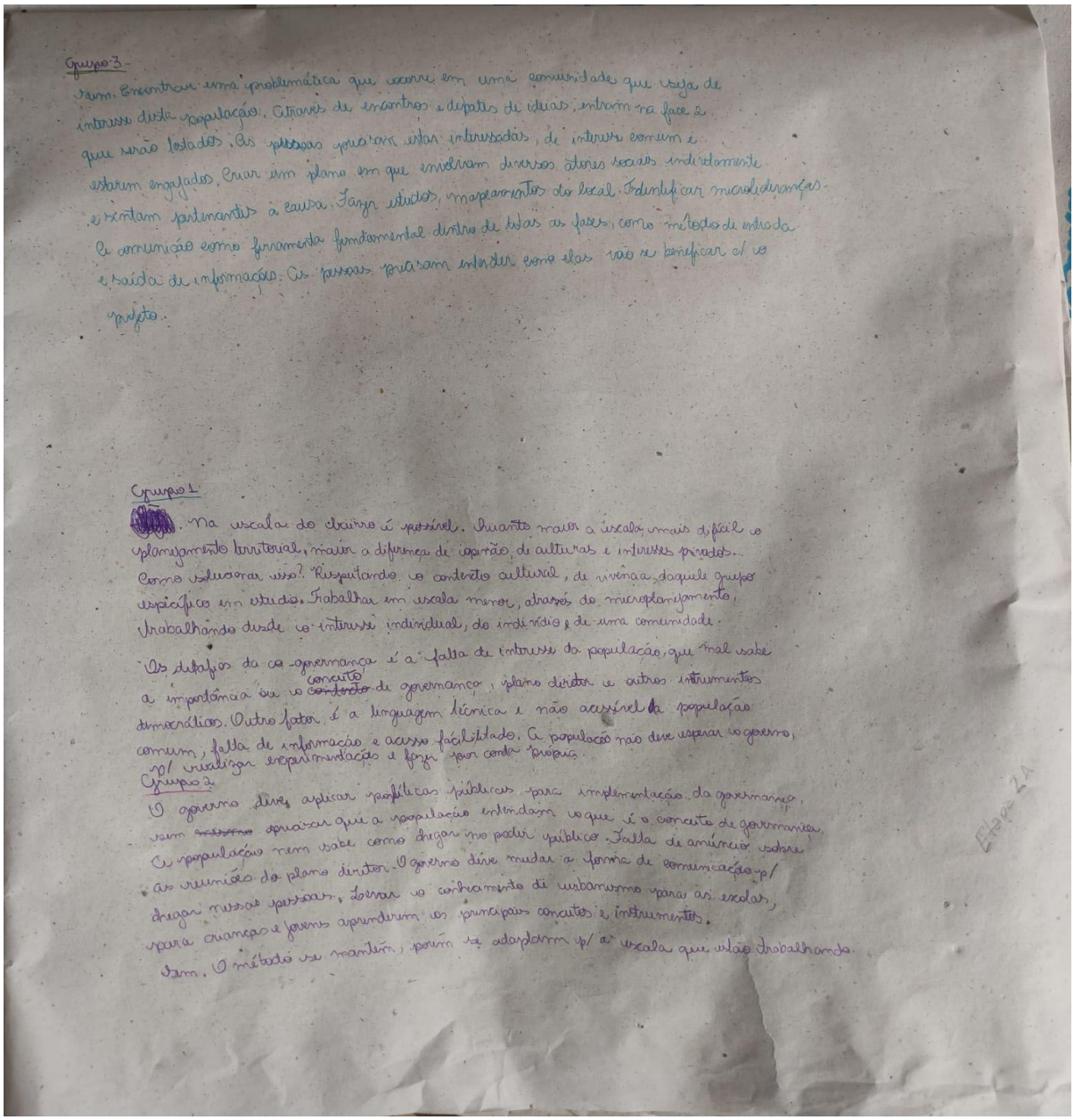
Etapa 1a

Com este modelo há um reconhecimento maior das pessoas como cidadãos, mas poderia incluir o conceito de Bacia Ambiental. Para incluir e dar enfoque ao lugar, à natureza e aos demais seres. Pontos fortes: passa a passo estabelecido; horizontalidade na forma de expressão. Pontos fracos/dificuldades: as pessoas entenderem que esse tempo gasto é "valioso". As redes sociais tem um poder de ampliar a escala 1:1 através do engajamento, senso de pertencimento e confiança, além de facilitar a comunicação em tempo real. As relações comunitárias ampliam o engajamento. Cultura do lugar: não é fácil incorporar ao planejamento, exige imersão e flexibilidade, escuta ativa, participação de indivíduos da comunidade em todas as etapas do processo. Construção conjunta: diálogo e dinamismo, construção contínua do conhecimento do território, havendo troca de informações entre os envolvidos

(população, público, privado) de maneira periódica e sistemática.

Etapa 1B

Dificuldade de identificar o recorte apropriado. Quem seriam essas pessoas? Onde existem e quais são as práticas? Como garantir uma leitura do território adequada? De baixo para cima - da menor escala para a maior escala de intervenção. Inclusão/ participação da comunidade local, cuidando para que os membrros de fato representem todos os grupos de interesse. Aproximação entre equipe e comunidade através de estruturas de serviço social. Capacitação da equipe, adequação da linguagem/abordagem de acordo com a cultura do lugar. Oficinas participativas usadas como ferramentas para envolver a comunidade. Instrumentos adequados para estabelecer a comunicação adequada com a comunidade (limpeza, protocolos de documentação, metodologia adequada). Não se pode desassociar as etapas. Há que se ter cuidado porque o método é tradicional e é necessário pensar em inovação. Como mudar a etapa de reconhecimento. Planejamento como processo contínuo. Poder Público como condutor, presente em pequenas escalas de modo que consiga identificar e reconhecer as demandas. Permanência do Estado como instrumento de diálogo e monitoramento. Baixa escolaridade/instrução mentalidade, como fator limitante para reconhecer a qualidade. Desafio é propor o novo sem condicionar e sem suprimir a identidade.



Grupo 3 -
vam. Encontrar uma problemática que ocorre em uma comunidade que seja de interesse desta população. Através de encontros e debates de ideias, entram na fase 2 que serão listados. As pessoas que vão estar interessadas, de interesse comum e estarem engajadas, criar um plano em que envolvam diversos atores sociais indiretamente e sintam pertencentes à causa. Fazer estudos, mapeamentos do local. Identificar modificações. A comunicação como ferramenta fundamental dentro de todas as fases, como método de entrada e saída de informações. As pessoas param entender como elas vão se beneficiar c/ o projeto.

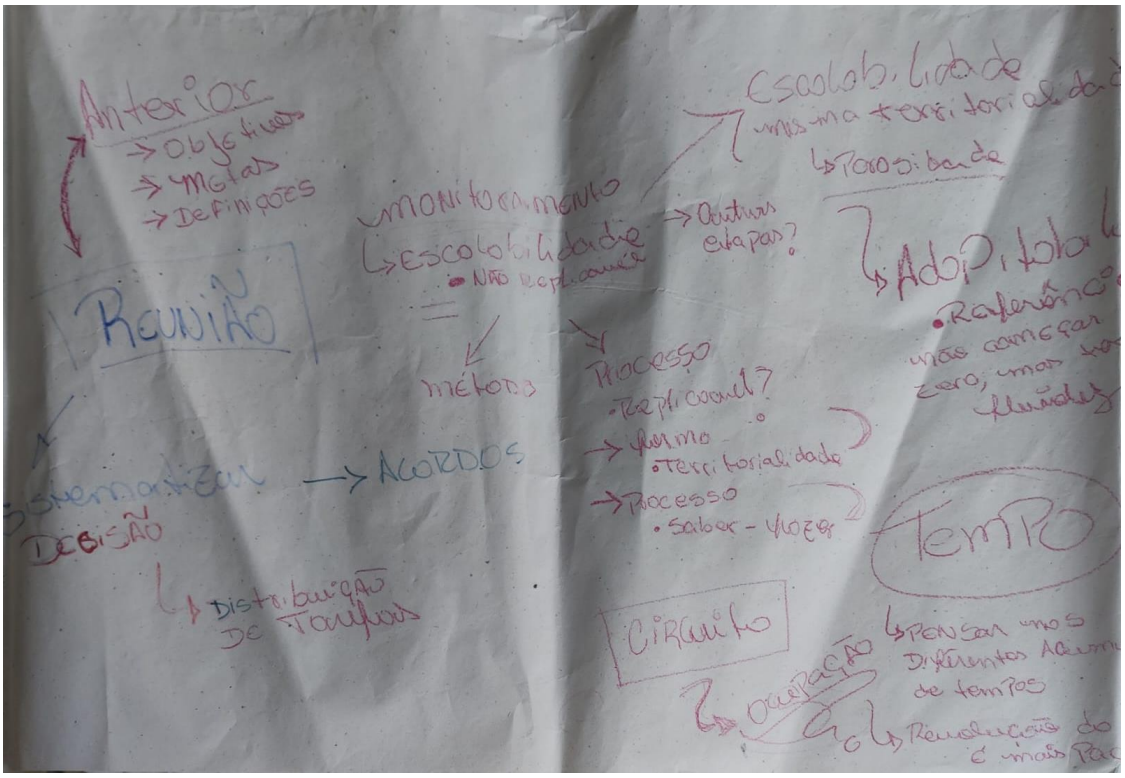
Grupo 1
[redacted]. Na escala do bairro é possível. Quanto maior a escala mais difícil o planejamento territorial, maior a diferença de opinião de culturas e interesses privados. Como solucionar isso? Respeitando o contexto cultural, de vivência daquele grupo específico em estudo. Trabalhar em escala menor, através do microplanejamento, trabalhando desde o interesse individual, do indivíduo e de uma comunidade.
Os desafios da co-governança é a falta de interesse da população, que mal sabe a importância ou o ~~contexto~~ conceito de governança, plano diretor e outros instrumentos democráticos. Outro fator, é a linguagem técnica e não acessível da população comum, falta de informação e acesso facilitado. A população não deve esperar o governo, p/ realizar experimentações e fazer por conta própria.
Grupo 2
O governo deve aplicar políticas públicas para implementação da governança, vem ~~assumo~~ apoiar que a população entenda o que é o conceito de governança. A população nem sabe como chegar no poder público. Falta de anúncio sobre as reuniões do plano diretor. O governo deve mudar a forma de comunicação p/ chegar nessas pessoas. Levar o conhecimento de urbanismo para as escolas, para crianças e jovens aprenderem os principais conceitos e instrumentos.
Sim. O método se mantém, porém se adaptarm p/ a escala que estão trabalhando.

Etapa 2a

Etapa 2a

Na escala do bairro é possível. Quanto maior a escala, mais difícil o planejamento territorial, maior a diferença de opinião das culturas e interesse privados. Como solucionar isso? Respeitando o contexto cultural, de vivência daquele grupo específico em estudo. Trabalhar em escala menor, através do microplanejamento, trabalhando desde o interesse individual, do indivíduo e de uma comunidade. Os desafios da co-governança é a falta de interesse da população que mal sabe a importância ou o conceito de governança, plano diretor e outros instrumentos democráticos. Outro fator é a linguagem técnica e

não acessível à população comum, falta de informação e acesso facilitado. A população não deve esperar o governo para realizar e fazer por conta própria. O governo deve aplicar políticas públicas para implementação da governança sem precisar que a população entenda o que é o conceito de governança. A população nem sabe como chegar no poder público. Falta de anúncio sobre as reuniões de plano diretor. O governo deve mudar a forma de comunicação para chegar nessas pessoas. Levar o conhecimento de urbanismo para as escolas. para crianças e jovens aprenderem os principais conceitos e instrumentos. Sim, o método se mantém, porém se adapta para a escala em que se está trabalhando. Encontrar uma problemática que ocorre em uma comunidade que seja de interesse desta população. Através de encontros e debates de ideias, entram na fase 2 onde serão testados. As pessoas precisam estar interessadas, buscar interesses em comum e estarem engajadas. Criar um plano em que envolvam diversos atores sociais indiretamente e sintam pertencentes à causa. Fazer estudos mapeamentos do local. Identificar microlideranças. A comunicação como ferramenta fundamental dentro de todas as fases, como método de entrada e saída de informação. As pessoas precisam entender como elas vão se beneficiar com o projeto.



Etapa 3ª

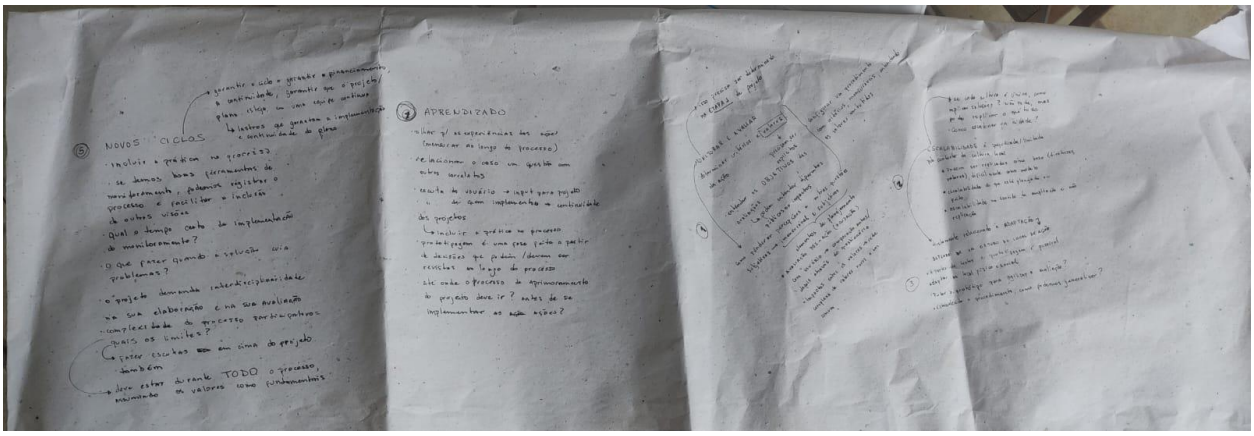
1. ***Anterior***

- ***Objetivos***
- ***Metas***
- ***Definições***

2. ***Reunião***
3. ***Sistematizar decisão***
    - ***Distribuição de tarefas***
4. ***Acordos***
1. ***Monitorramento***
2. ***Escalabilidade***
    - ***Não replicável***
3. ***Método***
4. ***Processo replicável***
    - ***Forma***
        - ***territorialidade***
    - ***Processo***

        4..1. Saber-vozes
5. ***Outras Etapas?***
6. ***Escalabilidade mesma territorialidade***
    - ***Porosidade***
    - ***Adaptabilidade***
    - ***Referência não começar do zero, mas da fluidez***
7. ***Tempo***
    - ***Pensar nos diferentes acúmulos de tempos.***
8. ***Circuito***
    - ***Ocupação***

        8..1. Revolução do comum é mais pacífico



Etapa 3b

Monitorar e avaliar. Determinar critérios e valores da ação. Os valores precisam ser explícitos. É necessário entenderas avaliações que podem atender diferentes públicos ou impactos. É preciso configurar um procedimento com critérios, mensuráveis, entendendo os valores embutidos. Como ponderar as percepções e outras questões subjetivas que são imensuráveis e subjetivas. Isso precisa ser determinado na Etapa 1. A avaliação pós-ação (ocupação)com usuário, comparando o antes com o depois através de questionário. Impactos entre os valores – rede complexa de valores novos e em comum. A Escalabilidade é prejudicada/limitada pelo contexto da cultura local. Se cada cultura é única, como replicar soluções? Não pode, mas pode replicar o método. Como escalar na cidade? Podem ser replicados como base (diretrizes, valores), dificilmente como modelo. Escalabilidade do que está planejado ou feito. Escalabilidade no sentido de ampliação e não replicação. Diretamente relacionado à Adaptação. Depende de um estudo do local de ação. A partir de teste e prototipagem é possível adaptar ao local físico e social. Pular o protótipo para agilizar a avaliação? Estabelecido o procedimento, como podemos generalizar?

APRENDIZADO

Olhar para as experiências das ações (mensurar ao longo do processo). Relacionar o caso em questão com correlatos. Escuta do usuário – input para projeto. Escuta de quem implementou – continuidade dos projetos. Incluir a prática do processo. Prototipagem é uma fase feita a partir de decisões que podem/devem ser revistas ao longo do processo. Até onde o processo de aprimoramento do projeto deve ir? Antes de se implementar as ações?

REFERÊNCIAS

A. BARBOSA DA SILVA, Frederico; SÁ, Juliana. As Práticas culturais e os planos de cultura. *Em*: **Direito e políticas culturais**. [s.l.] : Ipea, 2021. p. 355–418. DOI: 10.38116/978-65-5635-016-5cap11. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10917/1/PraticasCulturaisPlanos_cap11.pdf.

ABRAMO, Pedro. Mercado del suelo informal en favelas y movilidad residencial. **Territorios**, *[S. l.]*, v. 0, n. 18–19, p. 55–73, 2008. Disponível em: https://revistas.urosario.edu.co/index.php/territorios/article/view/827/747.

ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Gen LTC, 2015. . Acesso em: 11 jan. 2022.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver uma oportunidade para imaginar outros mundos**. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2016.

ACOSTA, Alberto; KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico. **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. 1. ed. Nova Delhi: Tulika Books, 2018.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 1985. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Dial%C3%A9tica_do_esclarecimento/2xLUDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em: 4 fev. 2022.

AKEN, Joan E. Van. Management Research Based on the Paradigm of the Design Sciences: The Quest for Field-Tested and Grounded Technological Rules. **Journal of Management Studies**, *[S. l.]*, v. 41, n. 2, p. 219–246, 2004. DOI: 10.1111/j.1467-6486.2004.00430.x.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, *[S. l.]*, v. 40, 2017. DOI: 10.5380/dma.v40i0.48566.

ALFONSIN, Betânia De Moraes. Planejamento Urbano e Plano Diretor no contexto de gestão democrática pós- Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico - RBDU**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 33–49, 2015.

ALLEN, Craig R.; ANGELER, David G.; GARMESTANI, Ahjond S.; GUNDERSON, Lance H.; HOLLING, C. S. Panarchy: Theory and Application. **Ecosystems**, *[S. l.]*, v. 17, n. 4, p. 578–589, 2014. DOI: 10.1007/s10021-013-9744-2.

ALMEIDA, Armando; PAIVA NETO, Carlos Beyrodt. Fomento à cultura no Brasil - Desafios e oportunidades. **Políticas Culturais em Revista**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 35–58, 2017. DOI: 10.9771/PCR.V10I2.18397. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/18397. Acesso em: 2 fev. 2022.

ALMEIDA, Philippe Oliveira De. Do capitalismo tardio ao pós-modernismo: a influência de Mandel sobre Jameson. **Temporal - prática e pensamento contemporâneos**, *[S. l.]*, v. 2, n. 4, p. 04–19, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/temp/article/view/24934. Acesso em: 16 ago. 2021.

"USAR O SOFRIMENTO COMO MÁQUINA E PARTE DO CAPITAL, É INTUIÇÃO NEOLIBERAL FUNDAMENTAL" | ENTRELINHAS - YOUTUBE. Direção: Silvio Almeida; Christian Dunker. [s.l: s.n.] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RwQDinJI1MM&t=554s. Acesso em: 30 nov. 2021.

ALVES, Giovanni. **Desmedida do valor, Estado de "mal-estar" social e crise do capitalismo global: reflexões críticas sobre o fardo do tempo histórico – Blog da Boitempo**. 2018. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2018/02/01/desmedida-do-valor-estado-de-mal-estar-social-e-crise-do-capitalismo-global-reflexoes-criticas-sobre-o-fardo-do-tempo-historico/. Acesso em: 21 set. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. . Acesso em: 4 fev. 2022.

APARICIO, Liliana Silva. El impacto del transporte en el ordenamiento de la ciudad: el caso de Transmilenio en Bogotá. **Territorios**, *[S. l.]*, n. 22, p. 33–64, 2010. . Acesso em: 6 jan. 2022.

AQUINO BAYER, HIRAM; DANTAS, EUGÊNIA MARIA. Para além dos “condomínios fechados”: reflexões sobre medo, territórios fortificados e sociabilidade. **Geosaberes**, *[S. l.]*, v. 6, n. 3, p. 609–620, 2016. Disponível em: www.geosaberes.ufc.br. Acesso em: 18 jan. 2022.

ARAUJO DE HOLANDA, Luciana; RODRIGUES DINIZ, Luisa Maria; DE OLIVEIRA, Raquel; LIRA, Santos. O Programa Cultura Viva de Ponto a Ponto: uma pesquisa avaliativa participante. *Em*: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA 2008, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ANPAD, 2008. Acesso em: 15 mar. 2022.

AREND, Marcelo. A Industrialização Do Brasil Ante A Nova Divisão Internacional Do Trabalho. **Texto para discussão**, *[S. l.]*, v. 2105, 2015. Disponível em: http://goo.gl/1EmYJX. Acesso em: 29 dez. 2021.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. . Acesso em: 3 fev. 2022.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. . **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 4–13, 2002.

ASSUNÇÃO, Clara et al. **Observatório de Remoções: Uma década de avanços e desafios epistêmicos e metodológicos: relatório trienal 2021-2023**. São Paulo: EdiçãodosAutores, 2024.

ATKINSON, Rowland; EASTHOPE, Hazel. The Creative Class in Utero? The Australian City, the Creative Economy and the Role of Higher Education. **Built Environment**, *[S. l.]*, v. 34, n. 3, p. 307–318, 2008. DOI: 10.2148/benv.34.3.307. Disponível em: http://openurl.ingenta.com/content/xref?genre=article&issn=0263-7960&volume=34&issue=3&spage=307. Acesso em: 19 out. 2019.

AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Creative Nation - Commonwealth cultural policy**. 1994. Disponível em: https://webarchive.nla.gov.au/awa/20030415172202/http://www.nla.gov.au/creative.nation/contents.html. Acesso em: 10 nov. 2020.

AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Creative Australia: National cultural policy**. [s.l: s.n.]. Disponível em: http://apo.org.au/node/33126#block-views-citation-popup-block. Acesso em: 13 set. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, *[S. l.]*, n. 11, p. 89–117, 2013. DOI: 10.1590/S0103-33522013000200004. Disponível em: http://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=html&lang=pt. Acesso em: 25 jan. 2022.

BARBALHO, Alexandre. "Acho que o que eu peguei foi uma coisa meio fora do normal": mobilização e crise na gestão Ana de Hollanda. *Em*: CALABRE, Lia (org.). **Políticas Culturais: informações, territórios e economia criativa.** São Paulo: Itau Cultural, 2017. p. 33–48. . Acesso em: 16 mar. 2022.

BARBASSA, Juliana. Brazil's Olympic Rollercoaster. *Em*: ZIMBALIST, ANDREW (org.). **Rio 2016. Olympic Myths, Hard Realities**. Olympic Myths, Hard Realities1. ed. Rio de Janeiro: Brookings Institution Press, 2017. p. 35–55. DOI: 10.7864/j.ctt1vjqnp9.6. Disponível em: https://www-jstor-org.ezproxybib.pucp.edu.pe/stable/pdf/10.7864/j.ctt1vjqnp9.6.pdf?refreqid=search%3Ac7bd2d9d363aac3301166547f0e4b0e9. Acesso em: 19 out. 2019.

BARBOSA DA SILVA, Frederico; ZIVIANI, Paula. O incrementalismo pós-constitucional e o enigma da desconstrução: uma análise das políticas culturais. **IPEA - Textos para Discussão**, *[S. l.]*, n. 2550, p. 82, 2020. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes. Acesso em: 3 abr. 2022.

BARNETT, Clive. Publics and markets: What's wrong with neoliberalism? *Em*: SMITH, Susan J.; PAIN, Rachel; MARSTON, Sallie A.; JONES III (org.). **The Sage Handbook of Social Geography**. London: Sage, 2010. p. 269–296. DOI: 10.4135/9780857021113.n14. Acesso em: 9 set. 2021.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luís Fernando De Souza. "Eles nascem para morrer": uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 34–43, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/27971. Acesso em: 5 set. 2024.

MAMILOS - ALEGRIA AGORA, AGORA E AMANHÃ - CARNAVAL DE OLINDA. Direção: Cris Bartis; Ju Wallauer. [s.l.] : B9, 2021. Disponível em: https://www.b9.com.br/shows/mamilos/mamilos-alegria-agora-agora-e-amanha-carnaval-de-olinda/. Acesso em: 10 fev. 2022.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE (Santiago)**, *[S. l.]*, v. 28, n. 84, p. 133–144, 2002. DOI: 10.4067/s0250-71612002008400008. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2021.

BATAILLE, Georges. **Choix de lettres: 1917-1962**. 1. ed. Paris: Gallimard, 1997.

BAUMAN, Zygmund. **O mal-estar da pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida (Nova Edição)**. 1ª ed. São Paulo: Zahar, 2021.

BELANDO, Ma. Victoria Sánchez; ULLDEMOLINS, Joaquim Rius; ZARLENGA, Matías I. ¿Ciudad creativa y ciudad sostenible?: Un análisis crítico del "modelo Barcelona" de políticas culturales. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, n. 99, p. 31–50, 2012. DOI: 10.4000/rccs.5101. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/5101. Acesso em: 18 out. 2019.

BELCAVELLO DE OLIVEIRA, Nathan; BORGES DA, Fabiana; MOREIRA, Silva. DA ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA À GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL. *Em*: [s.l: s.n.]

BELEM, Marcela Purini; DONADONE, Julio Cesar. A Lei Rouanet e a construção do "mercado de patrocínios culturais". **Novos Rumos Sociológicos**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, 2013. DOI: 10.15210/NORUS.V1I1.2761. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/2761/2479. Acesso em: 10 mar. 2022.

BEREITSCHAFT, Bradley; CAMMACK, Rex. Neighborhood diversity and the creative class in Chicago. **Applied Geography**, *[S. l.]*, v. 63, p. 166–183, 2015. DOI: 10.1016/j.apgeog.2015.06.020. Acesso em: 8 fev. 2022.

BERENSTEIN JACQUES, Paola. **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. a. Disponível em: https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/03/apologia-da-deriva.pdf. Acesso em: 7 maio. 2023.

BERENSTEIN JACQUES, Paola. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS. **Vitruvius**, *[S. l.]*, v. 35, n. 05, 2003. b. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696. Acesso em: 3 maio. 2023.

BERENSTEIN JACQUES, Paola. Patrimônio Cultural Urbano: Espetáculo Contemporâneo? **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 32–39, 2008. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229. Acesso em: 26 out. 2020.

BERENSTEIN JACQUES, Paola. **Notas sobre espaço público e imagens da cidade**. 2009. Disponível em: https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/10.110/41. Acesso em: 29 mar. 2022.

BERNARDINI, Sidney Piochi; VENITUCCIO, Renata Ungaro. Territórios cindidos: o bairro do Bom Retiro e o conjunto habitacional Parque do Gato em São Paulo. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, *[S. l.]*, v. 6, n. 3, p. 169–187, 2015. DOI: 10.20396/PARC.V6I3.8635019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8635019. Acesso em: 4 jan. 2022.

BITTENCOURT, Renato Nunes. A Fragilidade das Relações Humanas na Pós-Modernidade. **Revista Espaço Acadêmico**, *[S. l.]*, n. 100, p. 62–69, 2009.

BOEHM, Barry. Get ready for agile methods, with care. **Computer**, *[S. l.]*, v. 35, n. 1, p. 64–69, 2002. DOI: 10.1109/2.976920. Acesso em: 3 abr. 2022.

BOGOTÁ. **Bogotanos: más optimistas pero más insatisfechos con el transporte, la seguridad y el medio ambiente de la ciudad - Bogotá Cómo Vamos**. 2018. Disponível em: https://bogotacomovamos.org/bogotanos-mas-optimistas-pero-mas-insatisfechos-con-el-transporte-la-seguridad-y-el-medio-ambiente-de-la-ciudad/. Acesso em: 7 jan. 2022.

BOGOTÁ CÓMO VAMOS. **Documento de resultados Bogotá, tercera fase #miVozmiCiudad - Bogotá Cómo Vamos**. Bogotá. Disponível em: https://bogotacomovamos.org/presentacion-de-resultados-bogota-tercera-fase-mivozmiciudad/. Acesso em: 7 jan. 2022.

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural. Temas, problemas y oportunidades : Fondos editoriales México : Sistema de Información Cultural-Secretaría de Cultura**. México, D.F.: Fondo Regional para la Cultura y las Artes de la Zona Centro/CNCA, 2006. Disponível em: http://sic.gob.mx/ficha.php?table=fondo_editorial&table_id=4744. Acesso em: 1 mar. 2022.

BOLOGNA. **Collaborare-Bologna verso Co-Bologna | LABoratorio per la GOVernance dei beni comuni di Bologna**. 2020. Disponível em: https://co-bologna.it/. Acesso em: 30 jan. 2022.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo** . 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. . Acesso em: 6 abr. 2022.

BOMFIM, Alexandre Mesquita Silva. Imaginário radical e autonomia na produção do espaço: uma espacialização de Cornelius Castoriadis. *Em*: ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMÉRICA DEL SUR 2019, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Acesso em: 21 abr. 2022.

BOOKCHIN, Murray. **The limits of the city**. Londres: Harper & Row, 1974.

BOOKCHIN, Murray. The Meaning of Confederalism. **Left Green Perspectives**, Vermount, 1989.

BOOKCHIN, Murray. Libertarian Municipalism: An Overview. **Left Green Perspectives**, Vermount, 1991.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. a.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. b.

BOOKCHIN, Murray. **From Urbanization to Cities: The Politics of Democratic Municipalism**. Chico: AK Press, 2021.

BORGES, Virgínia Todeschini. **Uma questão de estilo : a cobertura de moda na mídia impressa carioca**. 1. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro : Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006. v. 16 Disponível em: www.rio.rj.gov.br/secs.

BORJA, Bruno. Desenvolvimento e política cultural: reflexões de Celso Furtado no caminho do Ministério da Cultura. **Cadernos do Desenvolvimento**, *[S. l.]*, v. 14, n. 25, p. 39–56, 2019.

BORTOTTO, Giovanna Borges; ALVES, Guilherme; COGO, Barbosa. O Estado de Mal-Estar Social no Brasil Pós-Golpe de 2016. **Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social**, *[S. l.]*, 2020.

BOTELHO, Isaura. A política cultural & o plano das idéias. *Em*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Brasil**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109–132.

BOURDIEU, Pierre. **Language and Symbolic Power**. Reprint ed. Cambridge: Polity Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção – Crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOYKOFF, J. The Olympics in the Twenty-First Century: Where does Rio 2016 Fit in? *Em*: ZIMBALIST, ANDREW (org.). **Rio 2016: Olympic Myths, Hard Realities**. Olympic {Myths}, {Hard} {Realities}[s.l.] : Brookings Institution Press, 2017. p. 13–34. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt1vjqnp9.5. Acesso em: 19 out. 2019.

BRACKEN, Ian. **Urban Planning Methods**. Londres: Routledge Library Editions: The City, 2009.

BRAGA, Valdiere Custódio. **Design thinking como ferramenta de processo participativo no planejamento urbano**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Acesso em: 11 set. 2023.

BRAJATO, Dânia; DENALDI, Rosana. O impasse na aplicação do Estatuto da Cidade: explorando o alcance do PEUC em Maringá - PR (2009-2015). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, *[S. l.]*, v. 21, n. 1, p. 45–45, 2019. DOI: 10.22296/2317-1529.2019V21N1P45. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5768. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRAMLEY, Glen; LAMBERT, Christine. Planning for housing: regulation entrenched? *Em*: ALLMENDINGER, Philip; THOMAS, Huw (org.). **Urban Planning and the British New Right**. 1. ed. Londres: Routledge, 1998. p. 97–123. DOI: 10.4324/9780203067284-8. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780203067284-8/planning-housing-regulation-entrenched-glen-bramley-christine-lambert. Acesso em: 9 set. 2021.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

BRANDÃO, Marina Chagas. O IPHAN nas políticas culturais da era lula. *Em*: ANAIS XVIII ENANPUR 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Cultura Viva**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos**. 2. ed. Brasilia: Confea, 2005.

BRITO, Luciana. Lições curdas sobre a libertação das mulheres. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 2020.

BRITTO, Jorge Nogueira De Paiva. A REGIONAL PERSPECTIVE OF THE CREATIVE ECONOMY IN BRAZIL. **Revista de Economia Contemporânea**, *[S. l.]*, v. 20, n. 3, p. 458–491, 2016. DOI: 10.1590/198055272034. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-98482016000700458&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 17 out. 2019.

BRITTO, Neuza Hafner. **Planos Municipais de Cultura - Guia de Elaboração**. Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2017.

BROWN, Juanita; ISAACS, David; WORLD CAFE COMMUNITY. **The World Café: Shaping Our Futures Through Conversations That Matter**. [s.l.] : Berrett-Koehler, 2005.

BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

CALABRE, Lia. Política cultural no brasil: um histórico. *Em*: I ENECULT 2005, Salvador. **Anais** [...]. Salvador Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. *Em*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Brasil**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87–108.

CALABRE, Lia. O Minc, a gestão Gilberto Gil e os desafios na construção de políticas culturais. **Revista Proa**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 293–302, 2009. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Calabre-Desafios_construcao_politicas_culturais.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

CALABRE, Lia. Participação Social Na Construção De Planos Setoriais De Políticas Públicas: Um Estudo Do Plano Nacional De Cultura. *Em*: VI CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA 2013, Brasilia. **Anais** [...]. Brasilia p. 1–17. Disponível em: https://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/066-PARTICIPA%C3%87%C3%83O-SOCIAL-NA-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DE-PLANOS-SETORIAIS-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-UM-ESTUDO-DO-PLANO-NACIONAL-DE-CULTURA.pdf. Acesso em: 3 set. 2024.

CALDAS, Maria Fernandes. **Política Urbana, Ação Governamental e a Utopia da Reforma Urbana no Brasil**. 2015. Tese - UFMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://www.arq.ufmg.br/lab-urb/wp-content/uploads/2013/09/tese_maria_caldas_2015.pdf.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003. . Acesso em: 10 set. 2021.

CAMARGO, Liamara Tansini; MORAES, Sergio Torres. Plano Diretor Participativo: Os Desafios Da Gestão Democrática Da Política Urbana No Município De Joinville (SC). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Políticas culturales en América Latina**. 2. ed. Ciudad de México: Grijalbo, 1987. Disponível em: https://antroporecursos.files.wordpress.com/2009/03/garcia-canclini-n-bruner-j-j-y-otros-1987-politicas-culturales-en-america-latina.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.

CANCLINI, Nestor García. Definiciones en transición. *Em*: MATO, Daniel (org.). **ESTUDIOS LATINOAMERICANOS SOBRE CULTURA Y TRANSFORMACIONES SOCIALES EN TIEMPOS DE GLOBALIZACIÓN**. Buenos Aires. p. 215. Disponível em: http://www.clacso.edu.ar. Acesso em: 1 mar. 2022.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, *[S. l.]*, v. 21, n. 4, p. 831–851, 2012. . Acesso em: 29 dez. 2021.

CARVA, Luiz Alberto Melchert De. **Carros: como está o Brasil no cenário mundial**. 2017. Disponível em: https://autolivraria.com.br/bc/informe-se/carros-como-esta-o-brasil-no-cenario-mundial/. Acesso em: 5 jan. 2022.

CARVALHO, Amanda Salgado e; OLIVEIRA, Danilo Júnior De. Plano Nacional de Cultura e Desenvolvimento: recuperando o planejamento das políticas culturais. **Extraprensa**, *[S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 27–43, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/186359/177620. Acesso em: 15 mar. 2022.

CARVALHO, Horácio Martins De. **Introdução à teoria do Planejamento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018. a.

CARVALHO, Solange. O Projeto Urbano em Questão diante da Informalidade: conflitos e temporalidades no processo de urbanização de favelas. **O Social em Questão**, *[S. l.]*, v. 21, n. 42, p. 233–264, 2018. b. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5522/552264299009/html/. Acesso em: 2 jan. 2022.

CASTELLO, Lineu. **A percepção do lugar : repensando o conceito de lugar em arquitetura - urbanismo**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007. . Acesso em: 2 set. 2024.

CASTILLO DE HERRERA, Mercedes; PRADILLA COBOS, Emilio. La informalidad como concepto ideológico y las formas de subsistencia de la sobrepoblación relativa en América Latina. **La fase actual del capitalismo y la urbanización en América Latina**, *[S. l.]*, n. August, p. 27, 2015. . Acesso em: 10 set. 2021.

CAUST, Jo. Putting the “art” back into arts policy making: how arts policy has been “captured” by the economists and the marketers. **International Journal of Cultural Policy**, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 51–63, 2003. DOI: 10.1080/1028663032000089723.

CAVESTRO, Luigi. **P.R.A. - Participatory Rural Appraisal Concepts Methodologies and Techniques**. 2003. Universitá Degli Studi di Padova, Padova, 2003. Acesso em: 5 abr. 2022.

CEPAL. **CEPALSTAT Portada**. 2019. Disponível em: https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/portada.html. Acesso em: 10 set. 2021.

CEZAR, Isabel Teixeira Sperry. **A Evolução da produção dos condomínios, sua regulação e sua relação com a capitalização da terra: o caso do Condomínio Cidade Jardim em São Paulo**. 2018. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-09102018-164937/publico/MEisabelteixeirasperrycezar_rev.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

CHAMBERS, John; ELFRINK, Wim. **The Future of Cities: The Internet of Everything will Change How We Live**. 2014. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/2014-10-31/future-cities?utm_campaign=reg_conf_email&utm_medium=newsletters&utm_source=fa_registration.

CHAMBERS, Robert. Participatory Rural Appraisal (PRA): Analysis of Experience. **World Development**, *[S. l.]*, v. 22, n. 9, p. 1253–1268, 1994. . Acesso em: 5 abr. 2022.

CHAMBERS, Robert. ZOPP, PCM and PRA: whose reality, needs and priorities count? *Em*: FORSTER, R. (org.). **Participatory Learning and Action - A Challenge for our Services and Institutions (Workshop Documentation)**. Eschborn: GTZ, 1996. p. 5–17. Disponível em: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/274. Acesso em: 31 mar. 2022.

CHARLES, Sebastien; LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos**. 1ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Paulista, 2011. Disponível em: https://www.martinsfontespaulista.com.br/tempos-hipermodernos--os-709562/p?srsltid=AfmBOoolkwYkfm_BXN2bO9dljG5nmXEq1VfqijKDzRML7_Hs4KaSiybD. Acesso em: 1 set. 2024.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, *[S. l.]*, v. 9, n. 23, p. 71–84, 1995. DOI: 10.1590/S0103-40141995000100006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 3 dez. 2019.

CHESBROUGH, Henry. **Modelos de Negócios Abertos: Como Prosperar no Novo Cenário de Inovação**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CHIODELLI, Francesco; MORONI, Stefano. Do malls contribute to the privatisation of public space and the erosion of the public sphere? Reconsidering the role of shopping centres. **City, Culture and Society**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 35–42, 2015. DOI: 10.1016/j.ccs.2014.12.002.

CHUJI, Mónica; RENGIFO, Grimaldo; GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir. *Em*: ACOSTA, Alberto; KOTHARI, ASHISH; SALLEH, ARIEL; ESCOBAR, ARTURO; DEMARIA, FEDERICO (org.). **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. 1. ed. Nova Delhi: Tulika Books, 2018. p. 111–114.

CITÓ, Renan Brasil Cavalcante. A Formação das Políticas Culturais no Brasil: colonização, institucionalização e ajuste neoliberal. *Em*: VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS 2017, **Anais** [...]. [s.l: s.n.] p. 12. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/aformacaodaspoliticasculturaisnobrasilcolonizacaoinstitucionalizacaoeajusteneoliberal.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.

CLARKE, John. Dissolving the public realm? The logics and limits of neo-liberalism. **Journal of Social Policy**, *[S. l.]*, v. 33, n. 1, p. 27–48, 2004. DOI: 10.1017/S0047279403007244. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-social-policy/article/dissolving-the-public-realm-the-logics-and-limits-of-neoliberalism/1C0D65BAE30C8A8F98AE3FC63F98DE28. Acesso em: 9 set. 2021.

CLOSS, Lisiane; OLIVEIRA, Sidinei Rocha De. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**, *[S. l.]*, v. 15, n. 2, p. 349–363, 2017. DOI: 10.1590/1679-395152437. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-39512017000200349&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 17 out. 2019.

CO-CITIES. **Co-Cities - Commoning**. 2022. Disponível em: http://commoning.city/. Acesso em: 30 jan. 2022.

COCKBURN, Julio Calderón. **Mercado de tierras urbanas, propiedad y pobreza**. Lima, Peru: Sinco Editores, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327662291_Titulacion_de_la_propiedad_y_mercados_de_tierras. Acesso em: 10 set. 2021.

COELHO, Marina; NASCIMENTO, Monique; HELENA, Eloise; DELLAGNELO, Livramento; NEUTGEM, Aline Van. A servidão cultural: uma análise crítica do discurso do Ministério da Cultura de 2003 a 2017. **Políticas Culturais em Revista**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 360–383, 2019. DOI: 10.9771/PCR.V12I1.27105. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/27105. Acesso em: 1 mar. 2022.

COLOMB, Claire. **Staging the New Berlin : place marketing and the politics of urban reinvention post-1989**. Londres: Routledge, 2012. . Acesso em: 29 mar. 2022.

COMIT BERLIN. **ZOPP An Introduction to the Method**. Berlim: Comit Berlim, 1988. Disponível em: https://pmkb.com.br/uploads/2013/08/gtz-zopp-comit-introducao-ao-metodo.pdf. Acesso em: 7 abr. 2022.

CONNOLLY, Priscilla. La Ciudad y el Hábitat Popular: Paradigma Latinoamericana. *Em*: RAMÍREZ VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca; PRADILLA COBOS, Emilio (org.). **Teorías sobre la ciudad en América Latina**. 1. ed. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 2013. p. 668. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313705670_La_Ciudad_y_el_Habitat_Popular_Paradigma_Latinoamericana. Acesso em: 10 set. 2021.

CONSTANT CARNEIRO LEÃO, Igor Zanoni; CASTRO, Demian. A propósito de O Mal-Estar da Pós-Modernidade, de Zygmunt Bauman. **Revista Economia & Tecnologia**, *[S. l.]*, v. 9, n. 4, p. 137–148, 2013. DOI: 10.5380/ret.v9i4.32947.

COUTINHO, Karyne Dias; BAUMAN, Zygmund. **O mal-estar da pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. DOI: 10.1590/S1413-24782001000300016. Disponível em: http://www.scielo.br/j/rbedu/a/y9fRJR4jBBBBJKnNK4d8b7R/?lang=pt. Acesso em: 8 nov. 2021.

COYLE, Diane. **The weightless world: strategies for managing the digital economy**. Londres: Oxford Centre for Innovation, 1998. DOI: 10.5860/choice.36-4011.

CREATIVE CLASS GROUP. **Richard Florida - Creative Class Group**. 2023. Disponível em: https://creativeclass.com/richard_florida/. Acesso em: 25 jan. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, *[S. l.]*, v. 1989, n. 1, 2015. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8. Acesso em: 9 nov. 2023.

O SÉCULO DO EGO - THE CENTURY OF THE SELF POR ADAM CURTIS. Direção: Adam Curtis. Inglaterra: BBC, 2002. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sYlzJO2jd9k&t=30s. Acesso em: 25 out. 2021.

DA COSTA BARRETO, Leandro; SILVA LIRA, Pablo. A Arquitetura do Medo. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 549–560, 2023. DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p549-560.

DA COSTA, Frederico Lustosa. Cultura e desenvolvimento: Reflexões em torno do conceito de bacia cultural. **Economia Global e Gestão**, *[S. l.]*, p. 105–128, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262464623_Cultura_e_desenvolvimento_Reflexoes_em_torno_do_conceito_de_bacia_cultural#fullTextFileContent. Acesso em: 22 maio. 2023.

DA SILVA, Rodrigo Manoel Dias. Narrativas de democratização cultural no Brasil: um olhar sociológico ao Programa Cultura Viva. **Ciências Sociais Unisinos**, *[S. l.]*, v. 49, n. 3, p. 269–278, 2013. DOI: 10.4013/csu.2013.49.3.06. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/4200. Acesso em: 19 out. 2019.

DALCIN, Larissa; PITHAN DA SILVA, Sidinei. Mal-estar e sociedade líquido-moderna. **Salão do Conhecimento**, *[S. l.]*, v. 3, n. 3, 2017.

DARCHEN, Sebastien; TREMBLAY, Diane Gabrielle. What attracts and retains knowledge workers/students: The quality of place or career opportunities? The cases of Montreal and Ottawa. **Cities**, *[S. l.]*, v. 27, n. 4, p. 225–233, 2010. DOI: 10.1016/J.CITIES.2009.12.009. Acesso em: 8 fev. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Juliet; THORNLEY, Andy. Urban regeneration for the London 2012 Olympics: Issues of land acquisition and legacy. **City, Culture and Society**, The London Plan 2000–2010: A Decade of Transformation. *[S. l.]*, v. 1, n. 2, The London Plan 2000–2010: A Decade of Transformation, p. 89–98,

2010. DOI: 10.1016/j.ccs.2010.08.002. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187791661000010X. Acesso em: 20 out. 2019.

DCMS. **Creative Industries Mapping Documents 1998 - GOV.UK**. 1998. Disponível em: https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-1998. Acesso em: 21 dez. 2021.

DE AMORIM, Wellyngton Silva; BORCHARDT DEGGAU, André; DO LIVRAMENTO GONÇALVES, Gabriélli; DA SILVA NEIVA, Samara; PRASATH, Arun R.; SALGUEIRINHO OSÓRIO DE ANDRADE GUERRA, José Baltazar. Urban challenges and opportunities to promote sustainable food security through smart cities and the 4th industrial revolution. **Land Use Policy**, *[S. l.]*, v. 87, p. 104065, 2019. DOI: 10.1016/j.landusepol.2019.104065. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837719303321. Acesso em: 22 nov. 2019.

DE FREITAS, Eleusina Lavor Holanda; DE MELO BUENO, Laura Machado. Processos participativos para elaboração de Planos Diretores Municipais: inovações em experiências recentes. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 304–321, 2018. DOI: 10.1590/2175-3369.010.002.AO09. Disponível em: http://www.scielo.br/j/urbe/a/pZdK3QBRbNyzHJ7XDk8HznP/?lang=pt. Acesso em: 13 jan. 2022.

DE MARCHI, Leonardo. Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. **Intercom - RBCC**, *[S. l.]*, v. 37, n. 1, p. 193–215, 2014. . Acesso em: 21 mar. 2022.

DE OLIVEIRA, Anna Silvia Ramos; SOUZA, Michel Silvestre De; BONI, Cláudio; GOMES, Márcio Fernando. Design thinking e urbanismo: identificação de problemas no sistema de transporte público de Araçatuba/SP. **Projetica**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, p. 151, 2020. DOI: 10.5433/2236-2207.2020v11n2p151.

DE OLIVEIRA, Juliana Campos; DE OLIVEIRA, Rafaela Campos. Cidades-Jardins Versus Condomínios Fechados de Luxo: Ameaça ao Direito à Cidade Frente a Apropriação da Natureza no Meio Urbano. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 120, 2021. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-989X/2021.v7i1.7887. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/article/view/7887. Acesso em: 18 jan. 2022.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997. . Acesso em: 4 fev. 2022.

DENALDI, Rosana; BRAJATO, Dânia; SOUZA, Claudia Virginia Cabral De; FROTA, Henrique Botelho. A aplicação do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC). **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, *[S. l.]*, v. 9, n. 2, p. 172–186, 2017. DOI: 10.1590/2175-3369.009.002.ao02.

DEPINÉ, Ágatha Cristine. **Fatores de Atração e Retenção da Classe Criativa: O Potencial de Florianópolis como Cidade Humana Inteligente**. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Acesso em: 8 fev. 2022.

DÍAZ OSORIO, Myriam Stella; MARROQUÍN, Julio César. Movilidad urbana y espacio público: Transmilenio en Bogotá. **Revista de Arquitectura**, *[S. l.]*, v. 18, n. 1, p. 126–139, 2016. DOI: 10.14718/REVARQ.2016.18.1.11. Acesso em: 7 jan. 2022.

DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. **Wikifavelas:Projeto - Dicionário de Favelas Marielle Franco**. 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Wikifavelas:Projeto. Acesso em: 11 maio. 2023.

D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. **Condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre?** 2010. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI: 10.11606/T.16.2008.TDE-25032010-091246. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-25032010-091246/. Acesso em: 18 jan. 2022.

D'OVIDIO, Marianna; RODRÍGUEZ MORATÓ, Arturo. Introduction to SI: Against the creative city: Activism in the creative city: When cultural workers fight against creative city policy. **City, Culture and Society**, Against the creative city: Activism in the creative city: When cultural workers fight against creative city policy. *[S. l.]*, v. 8, Against the creative city: Activism in the creative city: When cultural workers fight against creative city policy, p. 3–6, 2017. DOI: 10.1016/j.ccs.2017.01.001. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877916617300024. Acesso em: 20 out. 2019.

DRESCH, Aline; PACHECO LACERDA, Daniel; JÚNIOR, José Antonio Valle Antunes. **Design Science Research: Método de Pesquisa para Avanço da Ciência e Tecnologia**. [s.l.] : Bookman, 2015.

DUHAU, Emilio; GIGLIA, Angela. Las reglas del desorden. *[S. l.]*, p. 570, 2008. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Las_reglas_del_desorden.html?hl=pt-BR&id=Dot3xr1v5O0C. Acesso em: 10 set. 2021.

DÜNCKMANN, Florian; HEIN, Jonas; KLEPP, Silja. Challenging the imperial mode of living by challenging ELSEWHERE: spatial narratives and justice. **DIE ERDE – Journal of the Geographical Society of Berlin**, *[S. l.]*, v. 153, n. 2, p. 109–115, 2022. DOI: 10.12854/ERDE-2022-617. Acesso em: 28 jan. 2023.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=sk1xCwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 16 jan. 2022.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicanálise e contemporaneidade: Novas formas de vida? **Stylus - Revista de Psicanálise** , *[S. l.]*, n. 33, p. 119–137, 2016. . Acesso em: 20 jan. 2022.

DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre público e privado. **Cadernos de Pesquisa**, *[S. l.]*, v. 35, n. 124, p. 33–42, 2005. DOI: 10.1590/S0100-15742005000100003.

DURAND, José Carlos Garcia. **Política e gestão cultural: Brasil, EUA e Europa**. São Paulo. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3215/Rel13-2000.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 2 mar. 2022.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. . Acesso em: 4 fev. 2022.

ECONOMIA, Ministério Da. **Relatório de Avaliação**. [s.l: s.n.]. . Acesso em: 10 set. 2021.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes, de Norbert Elias**. São Paulo: Zahar, 1994. DOI: 10.1590/S0102-25551995000200012.

ERMAKOVA, Larisa; SUKHOVSKAYA, Daria. Creative Spaces of Cities as Platforms of the Fourth Technological Information Revolution. *Em*: POPKOVA, Elena G. (org.). **Lecture Notes in Networks and Systems**. Lecture {Notes} in {Networks} and {Systems}Cham: Springer International Publishing, 2020. v. 73p. 687–693. DOI: 10.1007/978-3-030-15160-7_69. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-15160-7_69. Acesso em: 21 nov. 2019.

EU. **European Capitals of Culture**. 2022. Disponível em: https://culture.ec.europa.eu/policies/culture-in-cities-and-regions/european-capitals-of-culture. Acesso em: 29 mar. 2022.

FARIAS, Carol. Mapping Technopolitics on Urban Practices. *Em*: TUR-19 2020, Cascais. **Anais** [...]. Cascais Disponível em: https://turcocreating.weebly.com/uploads/1/2/4/3/124343598/farias_workshop.pdf. Acesso em: 23 maio. 2023.

FARIAS, Ariane Avila Neto De. A solidão e a individualidade do sujeito na pós-modernidade: uma análise sobre Reprodução, de Bernardo Carvalho. **Miguilim –Revista Eletrônica do Netlli**, *[S. l.]*, n. 6(2), p. 58–72, 2017.

FEIL, Gabriel Sausen; DAHLEH, Simone Munir; PAZ, Júlia Rocha. O Mal Em Apocalípticos E O Bem Em Integrados. **Revista Observatório**, *[S. l.]*, v. 5, n. 6, p. 753–785, 2019. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p753.

FELDMAN, Sarah. Do primer congreso panamericano de la vivienda popular (1939) ao seminário de habitação e reforma urbana(1963): planejamento e habitação na perspectiva da metrópole latino-americana: **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 129, 2014. a. DOI: 10.20396/urbana.v6i1.8635295. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635295.

FELDMAN, Sarah. Do primer congreso panamericano de la vivienda popular (1939) ao seminário de habitação e reforma urbana(1963): planejamento e habitação na perspectiva da metrópole latino-americana: **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, *[S. l.]*, v.

6, n. 1, p. 129–143, 2014. b. DOI: 10.20396/URBANA.V6I1.8635295. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635295. Acesso em: 11 jan. 2022.

FERNANDES, Ana. Reforma Urbana no Brasil: inquietações e explorações acerca de sua construção enquanto campo e enquanto política. *Em*: LEME, MARIA CRISTINA DA SILVA (org.). **Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960**. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME - POD, 2019. p. 63–98. . Acesso em: 12 jan. 2022.

FERNANDES, Edésio. Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, *[S. l.]*, v. 20, n. 1, p. 212–233, 2016. DOI: 10.35699/2316-770x.2013.2681. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2681. Acesso em: 10 set. 2021.

FERNANDES, Edesio. La Ciudad como un Bien Común: Un pilar del Derecho a la Ciudad. **Global platform for the Right to the City**, Barcelona, p. 60, 2021.

FERNANDES, Edésio; PEREIRA, Hd. Legalização das Favelas: Qual é o problema de Belo Horizonte? **Planejamento e Políticas Públicas**, *[S. l.]*, n. 34, p. 171–200, 2010. Disponível em: //www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/171. Acesso em: 10 set. 2021.

FERRÃO, João. Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo. *Em*: PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (org.). **Políticas Urbanas, Tendências, Estratégias e Oportunidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 218–225. Disponível em: https://observa.ics.ulisboa.pt/publicacao/intervir-na-cidade-complexidade-visao-e-rumo/. Acesso em: 30 mar. 2022.

FERREIRA, Fabio Alves; SANTOS, Givaldo Henrique Gomes. A condição do indivíduo na pós-modernidade: leituras de Bauman e Lipovetsky. **Sinais - Revista de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, n. 22, p. 80–89, 2018. DOI: 10.25067/s.v22i1.15981. Disponível em: https://doi.org/10.25067/s.v22i1.15981.

FERREIRA, Victor Moura Soares. **A Rede de cidades criativas da UNESCO: uma perspectiva das cidades brasileiras**. 2017. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7795. Acesso em: 20 out. 2019.

FIGUEIRÊDO, Tiago Alves De. **O Ministério Público e o plano diretor: propostas de acompanhamento sob a perspectiva da democracia participativa**. 2014. UERJ, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/9637. Acesso em: 13 jan. 2022.

FILHO, João Freire. Mídia, consumo cultural e estilo de vida na pós-modernidade. **Revista Eco-Pós**, *[S. l.]*, n. 6, 2009. DOI: https://doi.org/10.29146/eco-pos.v6i1.1144.

FIRJAN; SENAI. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro. Disponível em: www.firjan.com.br/economiacriativa. Acesso em: 8 fev. 2022.

FLEW, Terry. Origins of Creative Industries Policy Introducing Creative Industries: The UK DCMS Task Force. *Em*: **Creative Industries and Culture Policy**. 1. ed. Londres: Sage Publications, 2012. . Acesso em: 4 jan. 2021.

FLORIDA, Richard. **Cities and the Creative Class**. New York: Routledge, 2005.

FLORIDA, Richard. **Who's Your City?** 1. ed. New York: Basic Books, 2008. DOI: 10.5565/rev/dag.535. Disponível em: http://www.amazon.com/The-Rise-Creative-Class-Revisited-Edition-Revised/dp/0465029930.

FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class--Revisited: 10th Anniversary Edition--Revised and Expanded**. Revised Edition ed. New York: Basic Books, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. Condomínios pagam para ter ligação direta com a polícia - Geledés. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.geledes.org.br/condominios-pagam-para-ter-ligacao-direta-com-a-policia/. Acesso em: 18 jan. 2022.

FONSECA SOUZA, Maressa; BROWNE RIBEIRO FILHO, Geraldo. ST 1 UM SÉCULO DE MARKETING URBANO: Promovendo a venda da cidade ilusória desde os subúrbios ingleses aos condomínios

fechados no brasil. **Anais ENANPUR**, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 1–14, 2015. Disponível em: http://www.anpur.org.br/ojs/index.php/anaisenanpur/article/view/2223. Acesso em: 18 jan. 2022.

FORD, Larry R. **World cities and global change: Observations on monumentality in urban design**. **Eurasian Geography and Economics**, 2008. DOI: 10.2747/1539-7216.49.3.237. Acesso em: 9 set. 2021.

FOSTER, Sheila; IAIONE, Christian; NICTOLIS, Elena De. **The Co-Cities Open Book**. Georgetown. . Acesso em: 11 jan. 2023.

FOSTER, Sheila R.; LAIONE, Chr. The City as a Commons. **Yale Law & Police Review**, *[S. l.]*, v. 34, n. 281, p. 281–349, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FREIRE, Alexandre; FOINA, Ariel G.; FONSECA, Felipe. O Impacto da Sociedade Civil (des)Organizada: Cultura Digital, os Articuladores e Software Livre no Projeto dos Pontos de Cultura do MinC. **E-Gov**, *[S. l.]*, 2007.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936). **Companhia das Letras**, *[S. l.]*, n. 18, p. 286, 2010. a.

FREUD, Sigmund. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). **Companhia das Letras**, *[S. l.]*, v. 14, p. 424, 2010. b.

FREUD, Sigmund. Formulações Sobre Os Dois Princípios Do Funcionamento Psíquico (1911). *Em*: **Observações Psicanalíticas Sobre Um Caso De Paranoia Relatado Em Autobiografia (“O Caso Schreber”), Artigos Sobre Técnica E Outros Textos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. c. p. 81–91.

FRIEDMANN, John. The good city: in defense of utopian thinking. **Insurgencies: Essays in Planning Theory**, *[S. l.]*, v. 24, n. June, p. 160–179, 2020. a. DOI: 10.4324/9780203832110-14.

FRIEDMANN, John. Appendix C. Marxism and Planning Theory. *Em*: **Planning in the Public Domain**. Princetown: Princeton University Press, 2020. b. p. 437–448. DOI: 10.1515/9780691214009-017. Acesso em: 9 set. 2021.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. v. 1

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. . Acesso em: 30 jan. 2022.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. **Ensaios Sobre a Cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

G1. Suspeito da morte de Marielle se reuniu com outro acusado no condomínio de Bolsonaro antes do crime; ao entrar, alegou que ia para a casa do presidente, segundo porteiro | Rio de Janeiro | G1. **Globo.com - G1**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/29/suspeito-da-morte-de-marielle-se-reuniu-com-outro-acusado-no-condominio-de-bolsonaro-antes-do-crime-ao-entrar-alegou-que-ia-para-a-casa-do-presidente-segundo-porteiro.ghtml. Acesso em: 20 jan. 2022.

GAGO, Verónica. Financialization of Popular Life and the Extractive Operations of Capital: A Perspective from Argentina. **South Atlantic Quarterly**, *[S. l.]*, v. 114, n. 1, p. 11–28, 2015. DOI: 10.1215/00382876-2831257. Acesso em: 30 jan. 2023.

GAPMINDER. **Download the DATA**. 2021. Disponível em: https://www.gapminder.org/data/. Acesso em: 30 nov. 2021.

GARNHAM, Nicholas; WILLIAMS, Raymond. Pierre Bourdieu and the sociology of culture: an introduction. **Media, Culture & Society**, *[S. l.]*, v. 2, n. 3, p. 209–223, 1980. DOI: 10.1177/016344378000200302. Acesso em: 4 fev. 2022.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **Vida na cidade: como estudar**. São Paulo: Perspectiva, 2018. Disponível em: https://editoraperspectiva.com.br/produtos/vida-na-cidade-a-como-estudar/. Acesso em: 24 maio. 2023.

GIBBONS, Michael; TROW, Martin; SCOTT, Peter; SCHWARTZMAN, Simon; NOWOTNY, Helga; LIMOGES, Camille. **The new production of knowledge : the dynamics of science and research in contemporary societies**. [s.l.] : SAGE Publications Ltd, 1994.

GILBERT, Alan. Bus Rapid Transit: Is Transmilenio a Miracle Cure? **https://doi.org/10.1080/01441640701785733**, *[S. l.]*, v. 28, n. 4, p. 439–467, 2008. DOI: 10.1080/01441640701785733. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01441640701785733. Acesso em: 6 jan. 2022.

GILL, Rosalind; PRATT, Andy. In the Social Factory?: Immaterial Labour, Precariousness and Cultural Work. **Theory, Culture & Society**, *[S. l.]*, v. 25, n. 8, p. 1–30, 2008. DOI: 10.1177/0263276408097794. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276408097794. Acesso em: 6 abr. 2022.

GIORGI, Alvaro De. De la alta cultura a las batallas culturales. Paradigmas en disputa en políticas culturales. **Políticas Culturais em Revista**, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 290–313, 2021. DOI: 10.9771/PCR.V14I1.41994. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/41994. Acesso em: 2 fev. 2022.

GNANN, Ana Lúcia Valim. **Direito à moradia “sub judice”: uma análise da atuação do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo no contexto da reforma urbana**. 2020. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: https://orcid.org/0000-0002-1483-5493. Acesso em: 10 set. 2021.

GOLDBERG-MILLER, Shoshanah B. D. Creative city strategies on the municipal agenda in New York. **City, Culture and Society**, *[S. l.]*, v. 17, p. 26–37, 2019. DOI: 10.1016/j.ccs.2018.08.004. Disponível em: https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1877916618300493. Acesso em: 20 out. 2019.

GOLDENSTEIN, Lidia; ROSSELLÓ, Pablo. **New Directions in Creative Economy Policy-Making**. [s.l: s.n.].

GONÇALVES, Marcelo Luiz do Amaral; CÂMARA DA SILVA, Ricardo Antônio; CÂNDIDO SILVA, Eduardo André; PENHA, Renato. Processo de transformação ágil em uma empresa brasileira de Telecom. **Revista de Gestão e Projetos**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 70–94, 2021. DOI: 10.5585/GEP.V12I1.17801. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/17801. Acesso em: 3 abr. 2022.

GORZ, Andre. **Ecologica**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2010. . Acesso em: 30 jan. 2022.

GRAEBER, David; WENGROW, David. **O despertar de tudo Uma nova história da humanidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2021.

GRAHAM, Stephen. Global grids of glass: On global cities, telecommunications and planetary urban networks. **Urban Studies**, *[S. l.]*, v. 36, n. 5–6, p. 929–949, 1999. DOI: 10.1080/0042098993286. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/0042098993286. Acesso em: 9 set. 2021.

GRAZIA, Grazia De; RODRIGUES, Evaniza. Uma alternativa para a gestão urbana: o Ministério das Cidades e seus desafios. **Revista Rio de Janeiro**, *[S. l.]*, v. n.9, p. 11–21, 2003. . Acesso em: 10 set. 2021.

GREFFE, Xafier. **A economia artisticamente criativa**. São Paulo: Itau Cultural, 2015.

GREFFE, Xavier. From culture to creativity and the creative economy: A new agenda for cultural economics. **City, Culture and Society**, Special Issue: Culture, Sustainable Development and Social Quality. *[S. l.]*, v. 7, n. 2, Special Issue: Culture, Sustainable Development and Social Quality, p. 71–74, 2016. DOI: 10.1016/j.ccs.2015.12.008. Acesso em: 20 out. 2019.

GRODACH, Carl. Cultural Economy Planning in Creative Cities: Discourse and Practice. **International Journal of Urban and Regional Research**, *[S. l.]*, v. 37, n. 5, p. 1747–1765, 2013. DOI: 10.1111/j.1468-2427.2012.01165.x. Acesso em: 8 fev. 2022.

GROSS, Jonathan. **The birth of the creative industries revisited: An oral history of the 1998 DCMS Mapping Document**. Londres.

GROSS, Jonathan. **The birth of the creative industries revisited: An oral history of the 1998 DCMS Mapping Document**. Londres. DOI: doi.org/10.18742/pub01-017. Disponível em: https://www.kcl.ac.uk/cultural/resources/reports/the-birth-of-the-creative-industries-revisited.pdf. Acesso em: 6 jan. 2021b.

GTZ. **ZOPP (an introduction to the method)**. 1. ed. Berlim: GTZ GmbH, 1988. Disponível em: https://pmkb.com.br/uploads/2013/08/gtz-zopp-introducao-ao-metodo.pdf. Acesso em: 7 abr. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Today's tomorrow. **Development**, *[S. l.]*, v. 54, n. 4, p. 441–447, 2011. DOI: 10.1057/dev.2011.86.

GUDYNAS, Eduardo. El postdesarrollo como crítica y el Buen Vivir como alternativa. *Em*: RAMOS, Gian Carlo Delgado (org.). **Buena Vida, Buen Vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad**. México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2014. p. 61–95. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326192391.

GUERREIRO, Maria Manuela Martins. **Um Contributo Para o Estudo da Imagem das Cidades Enquanto Destinos Turísticos: O Caso das Cidades Capitais Europeias da Cultura em 2010**. 2012. Tese - Universidade do Algarve, Faro, 2012.

GUILHERME, Luciana. **Economia Criativa, Desenvolvimento e Estado-Rede: uma proposição de políticas públicas para o fortalecimento de sistemas produtivos e redes econômicas de setores criativos na cidade do Rio de Janeiro**. 2018. Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. DOI: 10.13140/RG.2.2.15158.65609. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335336272.

GUIMARÃES, Alexandre Sidnei. O Avanço na Definição do Patrimônio Cultural Brasileiro na Constituição Federal de 1988. **Estudos Legislativos do Senado Federal**, *[S. l.]*, v. 5, 2008. . Acesso em: 8 mar. 2022.

GUNDERSON, Lance H.; HOLLING, C. S. **Panarchy: Understanding Transformations in Human and Natural Systems**. Washington, D.C.: Island Press, 2001. Disponível em: https://www.amazon.com/Panarchy-Understanding-Transformations-Natural-Systems/dp/1559638575. Acesso em: 21 maio. 2023.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo - vol. 1: Racionalidade da ação e racionalização social**. , 2012.

HALL, Peter. Creativity, culture, knowledge and the city. **Built Environment**, *[S. l.]*, v. 30, n. 3, p. 256–258, 2004. DOI: 10.2148/benv.30.3.256.54306. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/23289460. Acesso em: 19 out. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. . Acesso em: 15 maio. 2023.

HANSEN, Høgni Kalsø; WINTHER, Lars. The spatial division of talent in city regions: location dynamics of business services in Copenhagen. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, *[S. l.]*, v. 101, n. 1, p. 55–72, 2010. DOI: 10.1111/J.1467-9663.2009.00517.X. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-9663.2009.00517.x. Acesso em: 6 fev. 2022.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**, *[S. l.]*, v. 162, n. 3859, p. 1243–1248, 1968. DOI: 10.1126/SCIENCE.162.3859.1243/FORMAT/PDF. Disponível em: https://www.science.org. Acesso em: 9 nov. 2021.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna - Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HARVEY, David. Neoliberalism as Creative Destruction. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, *[S. l.]*, v. 610, n. 1, p. 21–44, 2007. DOI: 10.1177/0002716206296780.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEALEY, Patsy. **Making better places : the planning project in the twenty-first century**. Londres: Red Globe Press, 2010.

HELMING, Stefan; GÖBEL, Michael. **ZOPP Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos - Um guia de orientação para o planejamento de projetos novos e em andamento**. Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH, 1998. Disponível em: http://docplayer.com.br/14075622-Zopp-planejamento-de-projetos-orientado-por-objetivos.html. Acesso em: 4 abr. 2022.

HESMONDHALGH, David; PRATT, Andy C. Cultural industries and cultural policy. **International Journal of Cultural Policy**, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, p. 1–13, 2005. DOI: 10.1080/10286630500067598.

HIDALGO FLOR, Francisco; MÁRQUEZ-FERNÁNDEZ, Alvaro B. Contrahegemonía y buen vivir. *[S. l.]*, p. 226, 2012. . Acesso em: 8 nov. 2021.

HODGSON, Rex. **The role of the arts and culture in planning practice**. Chicago. . Acesso em: 30 jan. 2022.

HOLLANDA, Ana De. **A Lei Rouanet e o fictício programa nacional de apoio à cultura – IREE**. 2021. Disponível em: https://iree.org.br/a-lei-rouanet-e-o-ficticio-programa-nacional-de-apoio-a-cultura/. Acesso em: 14 mar. 2022.

HOOD, Christopher; PETERS, Guy. **The middle aging of new public management: Into the age of paradox? Journal of Public Administration Research and Theory**, 2004. DOI: 10.1093/jopart/muh019. Disponível em: http://jpart.oxfordjournals.org/. Acesso em: 9 set. 2021.

HOWARD, Ebenezer. Garden Cities of To-morrow. *Em*: LEGATES, Richard T.; STOUT, Frederic (org.). **The City Reader**. 5. ed. Nova York: Routledge, 2011. p. 328–335.

HOWKINS, John. **Economia Criativa: Como ganhar dinheiro com ideias criativas**. 1. ed. São Paulo : M.Books, 2012. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Economia-Criativa-Ganhar-Dinheiro-Criativas/dp/8576802066/ref=sr_1_1?qid=1645470513&refinements=p_27%3AJohn+Howkins&s=books&sr=1-1&ufe=app_do%3Aamzn1.fos.6d798eae-cadf-45de-946a-f477d47705b9. Acesso em: 20 fev. 2022.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

IBGE. **Aglomerados Subnormais**. Brasília. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=16119&t=acesso-ao-produto. Acesso em: 13 jan. 2022.

IBGE. **Séries Estatísticas & Séries Históricas | população e demografia | indicadores demográficos | Taxa de urbanização | 1940-2010**. 2021. Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122. Acesso em: 10 set. 2021.

IBGE. **Favelas e Comunidades Urbanas: Notas metodológicas n. 01 Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas**. Brasilia.

IONESCO, Eugène. Relazione per una riunione di scrittori. *Em*: **Notee contronote: Scritti sul teatro**. Turim: Eunadi, 1965. p. 142–143.

JAMESON, Fredric. The Cultural Turn Selected Writings on the Postmodern. **New Left Review**, *[S. l.]*, v. 21, n. 4, p. 228, 1998. Disponível em: http://books.google.co.uk/books?id=8Bug4-ImpzAC.

JUNIOR, Aldo Garcia. **Entre anéis e radiais: a recente ampliação do sistema logístico na reestruturação do uso do solo na Região Metropolitana de São Paulo (1998-2019)**. 2021. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

JUNIOR, Armando Takeo Ishibashi; FILHO, Willis Santiago Guerra; SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. A Liquefação Da Dignidade Da Pessoa Humana Na Pós-Modernidade. **Revista Unisan**, *[S. l.]*, v. 18, n. 45, p. 43–59, 2023.

JÚNIOR, Nelson Saule. O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática. *[S. l.]*, p. 4, 2005. . Acesso em: 10 set. 2021.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. **O plano diretor e a política de habitação. Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Observatório das Cidades, 2011. Disponível em: www.letracapital.com.br. Acesso em: 10 set. 2021.

JUNQUEIRA, Flávia. Pontos de Cultura: políticas públicas e a produção de uma subjetividade mais autônoma. **Políticas Culturais em Revista**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 283–298, 2017. DOI: 10.9771/PCR.V10I1.17645. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/17645. Acesso em: 2 fev. 2022.

JUSTINO, Florença Lucia Coelho. Mal-Estar na Sociedade: Uma Proposta de Diálogo entre Skinner e Freud. **Revista de Psicologia**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 176–182, 2017.

K., M. G.; SCHUMPETER, Joseph A. **Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process.** New York: McGraw-Hill Book Company, 1939. DOI: 10.2307/2980037. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/.

KEYNES, John Maynard. **O fim do "laissez-faire"**. São Paulo: Atica, 1983.

KNABB, Ken. **Situationist International Anthology** . 4. ed. Berkeley: Bureau of Public Secrets , 2006. . Acesso em: 6 mar. 2023.

KON, ANITA. On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges. **Revista de Economia Política**, *[S. l.]*, v. 36, n. 1, p. 168–189, 2016. DOI: 10.1590/0101-31572016v36n01a10. Acesso em: 18 out. 2019.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, *[S. l.]*, v. 1, n. 3, p. 38–50, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcs03_03.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em: https://www.amazon.com.br/vida-n%C3%A3o-%C3%A9-%C3%BAtil/dp/8535933697. Acesso em: 10 set. 2024.

KROEBER, Alfred L. Superorgânico. *Em*: **A Natureza da Cultura**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1993. p. 39–79. . Acesso em: 2 fev. 2022.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. São Paulo: Zahar Editora, 1997.

KURBAN, Can; PEÑA-LÓPEZ, Ismael; HABERER, Maria; OBERTA DE CATALUNYA, Universitat. What is technopolitics? A conceptual schema for understanding politics in the digital age. **Eloi Puig IDP**, *[S. l.]*, n. 24, 2017. Disponível em: www.uoc.edu/idp. Acesso em: 23 maio. 2023.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAGE, Selena Duarte Lage; FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. Planejamento e gestão urbano-territorial de municípios de pequeno porte populacional: desafios à implementação do estatuto da cidade e dos planos diretores municipais. **Gestão & Planejamento - G&P**, *[S. l.]*, v. 22, p. 247–260, 2021. DOI: 10.53706/gep.v.22.5900. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb.

LAMUCCI, Sergio. Sete commodities concentram 50% das exportações | Brasil | Valor Econômico. **Valor Econômico**, São Paulo, 2019. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/coluna/sete-commodities-concentram-50-das-exportacoes.ghtml. Acesso em: 2 jan. 2022.

LANDRY, Charles. **The creative city: a toolkit for urban Innovators**. 2. ed. Londres: Earthscan, 2008.

LANDRY, Charles. Cidade Criativa: A História de um conceito. *Em*: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (org.). **Cidades Criativas - Perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions, 2011. p. 7–15. . Acesso em: 29 mar. 2022.

LANDRY, Charles. **The Art of City Making**. Londres: Routledge, 2012. DOI: 10.4324/9781849772877. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/books/9781136554971.

LANDRY, Charles. **Maximizing the Potential of the Creative Cities Network: Reflections & Advice**. [s.l: s.n.]. . Acesso em: 28 mar. 2021.

LANE, Jan-Erik. **New public management**. Nova York: Routledge, 2000. . Acesso em: 9 set. 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura - Um conceito Antropológico**. 26. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social. Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **Comum - ensaio sobre a revolução no século XXI**. 1. ed. São paulo: Boitempo, 2017. . Acesso em: 26 jan. 2022.

LE CORBUSIER. A Contemporary City. *Em*: LEGATES, Richard T.; STOUT, Frederic (org.). **The City Reader**. 5. ed. Nova York: Routledge, 2011. p. 336–344.

LEADBEATER, Charles. **Living on thin air : the new economy**. [s.l.] : Viking, 1999. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Living_on_Thin_Air.html?hl=pt-BR&id=a__rAAAAMAAJ. Acesso em: 20 dez. 2021.

LEE, PETER; BURFITT, ALEX; TICE, ANDREW. The Creative Economy and Social Sustainability: Planning for Opportunity and Growth. **Built Environment (1978-)**, *[S. l.]*, v. 35, n. 2, p. 267–280, 2009. DOI: 10.2148/benv.35.2.267. Acesso em: 19 out. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LEGATES, Richard T.; STOUT, Frederic. **The City Reader**. 2. ed. New York: Routledge, 2015. DOI: 10.4324/9781315748504. Acesso em: 1 dez. 2021.

LEITÃO, Cláudia Sousa. Políticas Públicas para as Indústrias Criativas. *Em*: GUINDANI, Joel Felipe; GUIMARÃES E SILVA, Marcela (org.). **Comunicação e indústria criativa: políticas, teorias e estratégias**. Jaguarão: CLAEC, 2018. p. 11–24.

LEITÃO, Cláudia Sousa. **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: Contribuições para uma economia criativa brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

LEITÃO, Cláudia Sousa; GUILHERME, Luciana Lima; GOUVEIA DE OLIVEIRA, Luiz Antônio; GONDIM, Raquel Viana. Indústrias criativas: alternativa de desenvolvimento regional | Creative industries: regional development alternatives. **Liinc em Revista**, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, p. 538–555, 2011. DOI: 10.18617/liinc.v7i2.432. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3318. Acesso em: 18 out. 2019.

LEITÃO, Claudia Souza; GUILHERME, Luciana Lima. Patrimônio Cultural, turismo e economia criativa: uma oportunidade para as cidades brasileiras. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, *[S. l.]*, v. 40, 2019.

LEYLA PERRONE-MOISÉS. Para que servem as Humanidades? **Folha de São Paulo - Caderno Mais!**, São Paulo, 2002.

LIMA, Brunno Marcondes De. O mal-estar na civilização: um diálogo entre Freud e Marcuse. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 61–86, 2010. DOI: 10.5020/23590777.10.1.61-86. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000100004. Acesso em: 13 out. 2021.

LIMA, Débora Reis Leal De; POLLI, Simine Aparecida; DE CARVALHO, Hilda Alberton. PARTICIPAÇÃO POPULAR E TICS NO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CURITIBA. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 17, 2021. DOI: 10.18224/baru.v7i1.8603.

LIMA, Deborah Rebello. Programa Cultura Viva-10 anos: continuidades e rupturas. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, *[S. l.]*, n. 14, p. 92–126, 2014. . Acesso em: 23 mar. 2022.

LIMONAD, Ester. Planejar por quê? *Em*: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João C.; MANSILLA, Pablo (orgs.). (org.). **Planejamento territorial volume 1: reflexões críticas e perspectivas**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. p. 16–44.

LINDAU, Luis Antonio; SENNA, Luiz Afonso dos Santos; STRAMBI, Orlando; MARTINS, Wagner Colombini. Developing Bus Rapid Transit Systems In Brazil Through Public Private Partnerships. *Em*: INTERNATIONAL CONFERENCE SERIES ON COMPETITION AND OWNERSHIP IN LAND PASSENGER TRANSPORT – 2007 –

HAMILTON ISLAND, QUEENSLAND, AUSTRALIA – THREDBO 10 2007, Queensland. **Anais** [...]. Queensland: University of Australia, 2007.

LING, Anthony. **Gestão Urbana e o desafio de juntar a cidade formal e a informal**. 2019. Disponível em: https://caosplanejado.com/gestao-urbana-e-o-desafio-de-juntar-cidade-formal-e-informal/. Acesso em: 2 jan. 2022.

LOBOSCO, Tales. Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais. **GeoTextos**, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 25–48, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1486/1/3167.pdf. Acesso em: 2 jan. 2022.

LOCRET-COLLET, Martin Michel Georges. **Commoning Our Futures? An Anarchist Urban Political Ecology**. 2016. University of Birmingham, Birmingham, 2016. Acesso em: 21 maio. 2023.

LOPES, Giovana Franzolin; ZAMBON, Pedro Santoro; CARVALHO, Juliano Maurício De. As indústrias criativas do Brasil e Reino Unido: um esforço exploratório a partir dos relatórios "Indústria Criativa: Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil" e A Manifesto for the Creative Economy. *Em*: SEMANA DA COMUNICAÇÃO 2013 DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC/UNESP), CAMPUS DE BAURU (SP) 2013, Bauru. **Anais** [...]. Bauru p. 1–12.

LORENZEN, Mark; ANDERSEN, Kristina Vaarst. Centrality and Creativity: Does Richard Florida's Creative Class Offer New Insights into Urban Hierarchy? **Economic Geography**, *[S. l.]*, v. 85, n. 4, p. 363–390, 2009. DOI: 10.1111/j.1944-8287.2009.01044.x. Acesso em: 6 fev. 2022.

LOZANO, David Felipe Holguín; URBINA, Juan Camilo Peña; DOMINGUEZ, Andres. Estructura urbana y cambio en el uso del suelo en Bogotá entre 2007 y 2017. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, *[S. l.]*, v. 13, 2021. DOI: 10.1590/2175-3369.013.E20200192. Disponível em: http://www.scielo.br/j/urbe/a/GbcRKnGxvgKSNvKrjSmxbzj/?lang=es. Acesso em: 7 jan. 2022.

LUSTOSA, Frederico. Instituições, cultura e desenvolvimento sustentável na bacia cultural do Araripe. **Cadernos EBAPE.BR**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 146–165, 2010. DOI: 10.1590/S1679-39512010000100010.

MADSEN, H. Place-marketing in Liverpool: a review. **International Journal of Urban & Regional Research**, *[S. l.]*, v. 16, n. 4, p. 633–640, 1992. DOI: 10.1111/j.1468-2427.1992.tb00201.x. Acesso em: 9 set. 2021.

MAGALHÃES, Fábio. Celso Furtado e os desafios do Ministério da Cultura. *Em*: FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). **Ensaios Sobre a Cultura e o Ministério da Cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 5p. 177–184.

MAGALHÃES (ORG.), INÊS; (ORG.) BARRETO, LUIZ; (ORG.) TREVAS, Vicente. **Governo e Cidadania - Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. [s.l.] : Fundação Perseu Abramo, 1999. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/governo-e-cidadania-balanco-e-reflexoes-sobre-o-modo-petista-de-governar/. Acesso em: 10 set. 2021.

MALATESTA, Enrico. **The Anarchist Revolution Polemical Articles 1924-1931**. Londres: Freedom Press, 1995.

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Buen Vivir / Vivir Bien Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**. 3. ed. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI, 2010. Disponível em: www.minkandina.org. Acesso em: 24 jan. 2022.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANIEFESTO ÁGIL. **Manifesto para Desenvolvimento Ágil de Software**. 2001. Disponível em: https://agilemanifesto.org/iso/ptbr/manifesto.html. Acesso em: 3 abr. 2022.

MANSO, Bruno Paes. **A fé e o fuzil : crime e religião no Brasil do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023. Disponível em: https://todavialivros.com.br/livros/a-fe-e-o-fuzil. Acesso em: 2 set. 2024.

MARCH, Salvatore T.; SMITH, Gerald F. Design and natural science research on information technology. **Decision Support Systems**, *[S. l.]*, v. 15, n. 4, p. 251–266, 1995. DOI: 10.1016/0167-9236(94)00041-2.

MARCHETTE, Tatiana; NASCIMENTO, Rúbia Stein Do; FREDER, Schirlei Mari. Cenário da Economia Criativa no Brasil: Plano Nacional de Cultura e a Rede de Economia Criativa do Paraná. *Em*: **Economia Criativa**. Curitiba: Agência de Inovação da UFPR, 2012. p. 12.

MARCUSE, Hebert. **Eros e Civilização Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud**. 8. ed. São Paulo: LTC, 1975.

MARGOLIN, Victor. **Design Discourse: History, Theory, Criticism** . Chicago: University Of Chicago Press, 1989.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; GALINDO, Ernesto Pereira. A Trajetória Brasileira em Busca do Direito à Cidade: os quinze anos de Estatuto da Cidade e as novas perspectivas à luz da Nova Agenda Urbana. **O ESTATUTO DA CIDADE E A HABITAT III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana**, *[S. l.]*, p. 11–25, 2016.

MARICATO, E.; VAINER, C.; ROLNIK, R.; FERNANDES, L.; LASSANCE, A.; MAIOR, J. L. S.; DE OLIVEIRA, N. G.; JENNINGS, A. **Brasil em jogo: O que fica da Copa e das Olimpíadas?** Livro Digital ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Brasil_em_jogo/yMG_AwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em: 3 fev. 2022.

MARICATO, Erminia. Reforma Urbana: Limites e Possiblidades. Uma Trajetória Incompleta. *Em*: **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**. Rio de Janeiro. p. 309–325. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/294873257_Globalizacao_fragmentacao_e_reforma_urbana_o_futuro_das_cidades_brasileiras_na_crise. Acesso em: 10 set. 2021.

MARQUES, Eduardo. Cidades, Políticas Urbanas Redistributivas e a Crise. **Novos Estudos - CEBRAP**, *[S. l.]*, p. 41–47, 2017. Disponível em: http://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2017/06/CIDADES-POL%C3%8DTICAS-URBANAS-REDISTRIBUTIVAS-E-A-CRISE-Eduardo-Marques.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

MÁRQUEZ LÓPEZ, LISETT; PRADILLA COBOS, EMILIO. Desindustrialización, terciarización y estructura metropolitana: un debate conceptual necesario. **Cuadernos del CENDES**, *[S. l.]*, v. 25, n. 69, p. 21–45, 2088. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40311392003. Acesso em: 10 set. 2021.

MARTIN-BRELOT, Helene; GROSSETTI, Michel; ECKERT, Denis; GRITSAI, Olga; KOVÁCS, Zoltán. The Spatial Mobility of the 'Creative Class': A European Perspective. **International Journal of Urban and Regional Research**, *[S. l.]*, v. 34, n. 4, p. 854–870, 2010. DOI: 10.1111/j.1468-2427.2010.00960.x. Acesso em: 7 fev. 2022.

MAURIZIO, Roxana. Transitando la crisis laboral por la pandemia: hacia una recuperación del empleo centrada en las personas. **Ilo**, *[S. l.]*, p. 18, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_779114.pdf.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, *[S. l.]*, v. 2, n. 32, 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993. Acesso em: 30 nov. 2021.

MCGRUIRK, P. M.; MACLARAN, A. Changing approaches to urban planning in an Entrepreneuria City: The case of Dublin. **European Planning Studies**, *[S. l.]*, v. 9, n. 4, p. 453–457, 2001. DOI: 10.1080/713666489. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713666489. Acesso em: 9 set. 2021.

MCGUIGAN, Jim. Doing a Florida thing: the creative class thesis and cultural policy. **International Journal of Cultural Policy**, *[S. l.]*, v. 15, n. 3, p. 291–300, 2009. DOI: 10.1080/10286630902763281. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10286630902763281. Acesso em: 11 fev. 2022.

MCLEAY, Colin. Inventing Australia: A critique of recent cultural policy rhetoric. **Australian Geographical Studies**, *[S. l.]*, v. 35, n. 1, p. 40–46, 1997. DOI: 10.1111/1467-8470.00006.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. [s.l.] : Editoora Cultrix, 1974. . Acesso em: 4 fev. 2022.

MELGAÇO, Lucas. A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas. **Boletim Campineiro de Geografia**, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, p. 81–106, 2012. DOI: 10.54446/bcg.v2i1.20. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/20. Acesso em: 18 jan. 2022.

MELO, Victor Andrade De. Saudável e fashionable: a patinação no Rio de Janeiro do século XIX (1878-1892). **Revista Brasileira de Ciencias do Esporte**, *[S. l.]*, v. 40, n. 1, p. 17–23, 2018. DOI: 10.1016/j.rbce.2016.07.001. Disponível em: http://www.scielo.br/j/rbce/a/jDGBDQfDdYnpy9Y9Q7m9kCF/?lang=pt. Acesso em: 22 out. 2021.

MENDES, HELENIR CRISPIM. **Combate Frontal à Inflação Brasileira: Análise das Experiências dos Planos PAEG e Real**. 2014. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Acesso em: 11 jan. 2022.

MENDES, Maressa Correa Pereira; GOULART, Jefferson Oliveira. Gerenciamento de Cidades O processo participativo na revisão do Plano Diretor de Vitória (2014-2018) 1. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, *[S. l.]*, v. 09, n. 73, p. 14, 2021.

MENEZES, Daniel Francisco Nagao; NAGAO, Daniel Francisco. Transição econômica para o retorno aos News Commons. **http://journals.openedition.org/espacoeconomia**, *[S. l.]*, n. 20, 2020. DOI: 10.4000/ESPACOECONOMIA.18497. Disponível em: http://journals.openedition.org/espacoeconomia/18497. Acesso em: 28 set. 2021.

MENSONEN, A.; AF HÄLLSTRÖM, A. Designing cities? The use of design thinking in urban planning in Finland. **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**, *[S. l.]*, v. 588, n. 5, p. 052043, 2020. DOI: 10.1088/1755-1315/588/5/052043. Disponível em: https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/588/5/052043. Acesso em: 11 set. 2023.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MICHALS, Debra. **Biography: Sojourner Truth**. 2015.

MICHELOTTO, Leticia Del Grossi; SOBRINHO, Fernando Luiz Araujo. O método design thinking como instrumento de sustentabilidade urbana. Uma proposta aplicada para a questão do descarte irregular de resíduos na cidade de Uberlândia, MG, Brasil. **http://journals.openedition.org/confins**, *[S. l.]*, n. 38, 2018. DOI: 10.4000/CONFINS.17053. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/17053. Acesso em: 11 set. 2023.

MIGNOLO, Walter D. Postoccidentalismo: el argumento desde América latina. *Em*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (org.).
Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. Mexico.

MILES, Malcom. Uma cidade pós-criativa? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, n. 99, p. 09–30, 2012. DOI: 10.4000/rccs.5091. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/5091. Acesso em: 18 out. 2019.

MINC. **Como fazer um plano de cultura**. Brasilia: UFBA, 2013. . Acesso em: 4 abr. 2022.

MIRAFTAB, Faranak. Public-private partnerships: The trojan horse of neoliberal development? **Journal of Planning Education and Research**, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. 89–101, 2004. DOI: 10.1177/0739456X04267173. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0739456x04267173. Acesso em: 9 set. 2021.

MIRAFTAB, Faranak. Planning and Citizenship. *Em*: WEBER, Rachel; CRANE, Randall (org.). **Oxford Handbook of Urban Planning**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1180–1204.

MIT. **ZOPP : Goal Oriented Project Planning**. 2001. Disponível em: http://web.mit.edu/urbanupgrading/upgrading/issues-tools/tools/ZOPP.html. Acesso em: 5 abr. 2022.

MITRE, Jorge. Eros e civilização. **Revista de Administração de Empresas**, *[S. l.]*, v. 14, n. 6, p. 123–124, 1974. DOI: 10.1590/s0034-75901974000600009. Disponível em: http://www.scielo.br/j/rae/a/nwXvGdMnGzhzrBDYpnmLt4G/?lang=pt. Acesso em: 31 out. 2021.

MONTERO, Laetitia; GARCÍA, Johann. **Panorama multidimensional del desarrollo urbano en América Latina y el Caribe**. **Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)**, 2017. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/41974-panorama-multidimensional-desarrollo-urbano-america-latina-caribe. Acesso em: 10 set. 2021.

MONTEZUMA, Ricardo. **Presente y futuro de la movilidad urbana en Bogotá: Retos y realidades** . Bogotá. Disponível em: http://www.peatonescolombia.org/yahoo_site_admin/assets/docs/PresenteyFuturodelaMovilidad.333141321.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

MOORE, Ieva. Cultural and Creative Industries Concept – A Historical Perspective. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, *[S. l.]*, v. 110, p. 738–746, 2014. DOI: 10.1016/j.sbspro.2013.12.918. Acesso em: 18 jan. 2021.

MORAES, Ulisses Quadros De. Pierre Bourdieu: Campo, Habitus e Capital Simbólico - Um método de análise para as políticas públicas para a música popular e a produção musical em Curitiba (1971-1983). *Em*: V FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE 2007, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 2007. p. 180–192. Acesso em: 16 fev. 2022.

MORETTI, Beatriz Vanzolini; ANDRADE, Vinicius. **75% de informalidade nas cidades brasileiras**. 2018. Disponível em: https://arqfuturo.com.br/post/75--de-informalidade-nas-cidades-brasileiras. Acesso em: 2 jan. 2022.

MOSS, Mitchell L. Telecommunications, World Cities, and Urban Policy. **Urban Studies**, *[S. l.]*, v. 24, n. 6, p. 534–546, 1987. DOI: 10.1080/00420988720080771. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/00420988720080771. Acesso em: 9 set. 2021.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, *[S. l.]*, n. 03, p. 11–26, 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015/1763. Acesso em: 15 maio. 2023.

MOUFFE, Chantal. Por Um Modelo Agonístico de Democracia. **Revista de Sociologia e Política**, *[S. l.]*, n. 25, p. 11–23, 2005. . Acesso em: 15 maio. 2023.

MOULD, Oli. **Urban subversion and the creative city**. [s.l: s.n.]. DOI: 10.4324/9781315757469.

MOULD, Oli. **Against Creativity**. Londres: Verso, 2018.

MULGAN, Geoff. **Connexity : how to live in a connected world**. [s.l.] : Chatto & Windus, 1997. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Connexity.html?hl=pt-BR&id=W_u2AAAAIAAJ. Acesso em: 20 dez. 2021.

MUNHOZ, Mauro. Eventos Culturais e seu Impacto nas Cidades: Festa Literária de Paraty. *Em*: SOLUÇÕES, Garimpo De (org.). **Anais do Seminário Internacional Cultura e Transformação Urbana**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2011. p. 80–86.

MÜNSTER, Sander; GEORGI, Christopher; HEIJNE, Katrina; KLAMERT, Kevin; RAINER NOENNIG, Jörg; PUMP, Matthias; STELZLE, Benjamin; VAN DER MEER, Han. How to involve inhabitants in urban design planning by using digital tools? An overview on a state of the art, key challenges and promising approaches. **Procedia Computer Science**, *[S. l.]*, v. 112, p. 2391–2405, 2017. DOI: 10.1016/j.procs.2017.08.102.

NASCIMENTO, Marcio Lima Do. **Do Mal-Estar Em Freud Ao Mal-Estar Em Bauman**. 2014. Universidade Federal da Paraíba, *[S. l.]*, 2014.

NASCIMENTO, Guilherme Lopes. **O Cultura Viva e a Economia Criativa: Ensaios sobre as políticas culturais no Brasil Contemporâneo**. 2015. Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2015. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/10.1145/3132847.3132886.

NUNES, Ariel F. Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro- Políticas. *Em*: ARTIGOS DO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br.

ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2016. a.

ÖCALAN, Abdullah. **Libertando a vida: a revolução das mulheres**. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2016. b. Disponível em: https://ocalanbooks.com/downloads/PT-Libertando-a-vida-a-revolucao-das-mulheres_2016.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

OCEJO, Richard E. **Masters of Craft: Old Jobs in the New Urban Economy**. [s.l.] : Princeton University Press, 2017.

O'CONNOR, Justin. **The cultural and creative industries: a literature review 2nd Edition**. Newcastle upon Tyne: Creativity, Culture and Education, 2010. Disponível em: http://www.creativitycultureeducation.org/research-impact/exploreresearch/the-cultural-and-creative-industries-a-literature-review,81,RAR.html.

OFFE, Claus. **Algunas Contradicciones del Moderno Estado del Bienestar**. **Contradicciones en el Estado del Bienestar**, 1990.

OLI MOULD. **The creative industries are hurting, not helping artists—we need a new model - Prospect Magazine**. 2019. Disponível em: https://www.prospectmagazine.co.uk/arts-and-books/creative-industries-new-labour-labour-precarity-art-funding-union-oli-mould. Acesso em: 21 dez. 2021.

OLIVEIRA, Arthur Dornellas; MATTOS, Marine Luíza de Oliveira; VIANA, David Leite. GENEALOGIA E PROLIFERAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 69–84, 2021. DOI: 10.21680/2448-296X.2021V6N1ID21632. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/21632. Acesso em: 18 jan. 2022.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Gouveia De. O Desenvolvimento de Territórios Criativos. *Em*: **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: Contribuições para uma economia criativa brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2023. p. 169–199.

OLIVEIRA, Renata Latuf De; ESSEX, Stephen. Architecture and Urban Design: The Shaping of Rio 2016 Olympic Legacies from Rio 2016: Olympic Myths, Hard Realities on JSTOR. *Em*: ZIMBALIST, ANDREW (org.). **Rio 2016**. Olympic Myths, Hard Realities1. ed. Rio de Janeiro: Brookings Institution Press, 2017. p. 97–120. Disponível em: https://www-jstor-org.ezproxy.library.uvic.ca/stable/10.7864/j.ctt1vjqnp9.9?refreqid=excelsior%3A09bdbac6e2f24ed7caac957e9337e841&seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 19 out. 2019.

ONU-HABITAT. **Tools to Support Participatory Urban Decision Making**. Nairobi: United Nations Centre for Human Settlements, 2001. . Acesso em: 5 abr. 2022.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: Um manifesto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2016.

OSTROM, E.; BURGER, J.; FIELD, C. B.; NORGAARD, R. B.; POLICANSKY, D. Revisiting the commons: local lessons, global challenges. **Science (New York, N.Y.)**, *[S. l.]*, v. 284, n. 5412, p. 278–82, 1999. DOI: 10.1126/science.284.5412.278. Acesso em: 9 nov. 2021.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons - The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. . Acesso em: 30 jan. 2022.

PADDISON, Ronan. City Marketing, Image Reconstruction and Urban Regeneration. **Urban Studies**, *[S. l.]*, v. 30, n. 2, p. 339–349, 1993. DOI: 10.1080/00420989320080331. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/00420989320080331. Acesso em: 9 set. 2021.

PASTERNAK, Suzana; D'OTTAVIANO, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010*. **Cadernos Metrópole**, *[S. l.]*, v. 18, n. 35, p. 75–100, 2016. DOI: 10.1590/2236-9996.2016-3504. Disponível em: http://www.scielo.br/j/cm/a/kCJyFpWtwqqDFkyzYdmvVvC/?lang=pt. Acesso em: 12 jan. 2022.

PECK, JAMIE. Struggling with the Creative Class. **International Journal of Urban and Regional Research**, *[S. l.]*, v. 29, n. 4, p. 740–770, 2005. DOI: 10.1111/j.1468-2427.2005.00620.x.

PEDROSA, Breno Viotto. Sauer, Boas, Kroeber e a cultura superorgânica: notas sobre a relação entre geografia e antropologia. **Confins**, *[S. l.]*, n. 23, 2015. DOI: 10.4000/confins.9958. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/9958. Acesso em: 7 out. 2020.

PERDOMO-CALVO, Jorge A.; MENDOZA-ÁLVAREZ, Camilo A.; CARLOS MENDIETA-LÓPEZ, Juan; BAQUERO-RUIZ, Andrés Francisco. Study of the Effect of the TransMilenio Mass Transit Project on the Value of Properties in Bogotá, Colombia. *[S. l.]*, 2007. . Acesso em: 7 jan. 2022.

PEREIRA, Fernanda Trogo. **Desemprego, vidas matáveis e juventude negra da periferia urbana**. 2020. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12642. Acesso em: 5 set. 2024.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. [s.l.] : Editora Intrinseca, 2014. Disponível em: http://www.publico.pt/economia/noticia/thomas-piketty-e-o-capital-no-seculo-xxi-1636132?page=-1. Acesso em: 30 nov. 2021.

PIRES, Vladimir Sibylla. Idéias-força no pós-fordismo e a emergência da economia criativa. **Liinc em Revista**, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, 2009. DOI: 10.18617/liinc.v5i2.304. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3196. Acesso em: 18 out. 2019.

PORTO, Marta. Cultura para a política cultural. *Em*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 157–179. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Politicas%20culturais%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

PORTUGALI, Juval; STOLK, Egbert. A SIRN View on Design Thinking—An Urban Design Perspective. **https://doi.org/10.1068/b39007**, *[S. l.]*, v. 41, n. 5, p. 829–846, 2014. DOI: 10.1068/B39007. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/b39007. Acesso em: 11 set. 2023.

POWELL, Walter W.; SNELLMAN, Kaisa. The Knowledge Economy. **Annual Review of Sociology**, *[S. l.]*, v. 30, n. 1, p. 199–220, 2004. DOI: 10.1146/annurev.soc.29.010202.100037.

PRADILLA COBOS, Emilio. **Los territorios del neoliberalismo en América latina. compilación de ensayos**. [s.l: s.n.]. v. 29 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292225862_Emilio_Pradilla_Cobos_Los_territorios_del_neoliberalismo_en_America_latina_compilacion_de_ensayos. Acesso em: 10 set. 2021.

PRADILLA COBOS, Emilio. Cambios neoliberales, contradicciones y futuro incierto de las metrópolis latinoamericanas. **Cadernos Metrópole**, *[S. l.]*, v. 20, n. 43, p. 649–672, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4302.

PRATT, Andy C. The cultural contradictions of the creative city. **City, Culture and Society**, *[S. l.]*, v. 2, n. 3, p. 123–130, 2011. DOI: 10.1016/j.ccs.2011.08.002. Disponível em: https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1877916611000555. Acesso em: 20 out. 2019.

PRATT, Andy C. New horizons for culture, creativity and cities. **City, Culture and Society**, Against the creative city: Activism in the creative city: When cultural workers fight against creative city policy. *[S. l.]*, v. 8, Against the creative city: Activism in the creative city: When cultural workers fight against creative city policy, p. 1–2, 2017. DOI: 10.1016/j.ccs.2017.01.002. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877916617300048. Acesso em: 20 out. 2019.

PUTERMAN, Paulo. **Indústria Cultural: A agonia de um conceito**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

QIAN, Haifeng. Talent, creativity and regional economic performance: the case of China. **The Annals of Regional Science**, *[S. l.]*, v. 45, n. 1, p. 133–156, 2010. DOI: 10.1007/s00168-008-0282-3. Acesso em: 7 fev. 2022.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar De; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves Dos. **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

QUEVEDO, Luís Claudio Nobre. **A participação popular na elaboração da lei do plano diretor da cidade de Santana do Livramento/RS**. 2013. *[S. l.]*, 2013.

RACO, Mike; HENDERSON, Steven. Flagship regeneration in a global city: The re-making of Paddington basin. **Urban Policy and Research**, *[S. l.]*, v. 27, n. 3, p. 301–314, 2009. DOI: 10.1080/08111140902968737. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08111140902968737. Acesso em: 9 set. 2021.

REIS, Ana Carla Fonseca. Cidades Criativas: Análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo. *[S. l.]*, p. 312, 2011. a.

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia Criativa – um novo olhar sobre o que faz a diferença. *Em*: **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília: MINC, 2011. b. p. 74–77.

REIS, Adriana Donato Dos. **MINISTÉRIO COM CULTURA: GESTÃO GILBERTO GIL (2003 - 2008)**. 2020. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL , Porto Alegre, 2020. Acesso em: 15 mar. 2022.

RESTREPO, Luis Fernando Acebedo. El CINVA e su entorno espacial y político. **Mimesis**, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. 59–89, 2003. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v24_n1_2003_art_03.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, *[S. l.]*, v. 41, n. 2, p. 255–271, 2007. DOI: 10.1590/S0034-76122007000200005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Reforma urbana nos limites da modernização. *Em*: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA 1993, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro p. 116–123. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS - RJ/3simposiogeografiaurbana.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

RIFKIN, Jeremy. **The Zero Marginal Cost Society The Internet of Things, the Collaborative Commons, and the Eclipse of Capitalism**. 1. ed. Londres: PALGRAVE MACMILLAN, 2014.

RILEY, Dylan. A teoria das classes de Pierre Bourdieu. **Revista Outubro**, *[S. l.]*, n. 31, p. 77–112, 2018. . Acesso em: 16 fev. 2022.

ROCKER, Rudolf. **Nationalism and Culture**. [s.l.] : Black Rose Books, 1997.

RODRIGUES, Juciano Martins. **Mapa da motorização individual no Brasil – Relatório 2019**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/09/mapa_moto2019v2.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

ROLNIK, Raquel. 10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo. **Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias.**, *[S. l.]*, p. 87–104, 2012. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos CEBRAP**, *[S. l.]*, n. 89, p. 89–109, 2011. DOI: 10.1590/S0101-33002011000100006. Acesso em: 10 set. 2021.

ROSI, Mauro. Branding or sharing?: The dialectics of labeling and cooperation in the UNESCO Creative Cities Network. **City, Culture and Society**, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 107–110, 2014. DOI: 10.1016/j.ccs.2014.05.002.

ROSSITER, Ned. **Organized Networks: Media Theory, Creative Labour, New Institutions**. Rotterdam: NAi Publishers, 2008. v. 127 DOI: 10.1177/1329878x0812700133.

ROWE, Peter G. **Design Thinking**. [s.l.] : The MIT Press, 1991.

RUBIM, Albino. Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina. **Políticas Culturais em Revista**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 259–283, 2019. DOI: 10.9771/PCR.V12I1.28779. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/28779. Acesso em: 2 fev. 2022.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas Culturais No Brasil: Desafios Contemporâneos. *Em*: **Políticas culturais: olhares e contextos**. 1. ed. São Paulo: Fundação Casa de Rui Barbosa; Itaú Cultural, 2015. p. 11–21. . Acesso em: 3 mar. 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Politicas%20culturais%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

RUSSO, Anne; BUTLER, Diana. **Cultural Planning Toolkit: A Partnership Between 2010 Legacies Now and Creative City Network Of Canada**. Vancouver. . Acesso em: 6 abr. 2022.

SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. 2. ed. Londres: Zed Books, 2010.

SÁ-EARP, Fabio de Silos; ESTRELLA, Luiz Manoel. Evolução do Mecenato no Brasil: os valores movimentados através da Lei Rouanet despidos do véu da inflação (1996-2014). **Política Cultural em Revista**, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 315–332, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/15208/13315. Acesso em: 9 mar. 2022.

SAGER, Tore. Planners' role: Torn between dialogical ideals and neo-liberal realities. **European Planning Studies**, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, p. 65–84, 2009. DOI: 10.1080/09654310802513948. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09654310802513948. Acesso em: 9 set. 2021.

SAGER, Tore. Neo-liberal urban planning policies: A literature survey 1990-2010. **Progress in Planning**, *[S. l.]*, v. 76, n. 4, p. 147–199, 2011. DOI: 10.1016/j.progress.2011.09.001. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.progress.2011.09.001.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, *[S. l.]*, n. 1, p. 115–115, 1999. DOI: 10.22296/2317-1529.1999N1P115. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13. Acesso em: 13 jan. 2022.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, *[S. l.]*, n. 16, p. 31–49, 2001. a. DOI: 10.1590/s0104-44782001000100004.

SÁNCHEZ, Fernanda. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Petrópolis, n. 4, p. 101, 2001. b. DOI: 10.22296/2317-1529.2001n4p101. Disponível em: http://www.vozes.com.br. Acesso em: 12 jul. 2021.

SÁNCHEZ-NAUDIN, Jorge; VIVAS-ELIAS, Pep. La ciudad creativa y cultural como espacio de exclusión y segregación. Analizando La Placica Vintage de Zaragoza: materialidades, prácticas, narrativas y virtualidades. **Eure**, *[S. l.]*, v. 44, n. 133, p. 211–232, 2018. DOI: 10.4067/s0250-71612018000300211. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0250-71612018000300211&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 17 out. 2019.

SANDLER, Sergio. **Arte e a construção do lugar: a dimensão artística do urbanismo de Chicago**. 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. Celso Furtado, ministro da Cultura. *Em*: FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). **Ensaios sobre a cultura e o Ministério da Cultura**. 1. ed. Rio de Janeio : Contraponto, 2012. v. 5p. 161–176.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo - A afirmação das epistemologias do sul**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Bruno Cristiano Dos; PIZZATO, Gabriela Zubaran de Azevedo. A contribuição do design thinking para o planejamento de cidades inteligentes. *Em*: NUNEZ, Gustavo Javier Zani; OLIVEIRA, Geísa Gaiger De (org.). **Design em Pesquisa**. Porto Alegre: Marcavisual, 2021. v. 4p. 685–704. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232894. Acesso em: 11 set. 2023.

SANTOS, Denise Dos. **Perspectivas Para a Reforma Urbana no Brasil: Abordagem do Instrumento das Zeis na Segunda Geração dos Planos Diretores Pós-Estatuto da Cidade**. 2020. Dissertação - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2020.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves Dos. Urban common space, heterotopia and the right to the city: Reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, *[S. l.]*, v. 6, n. 541, p. 146, 2014. DOI: 10.7213/urbe.06.002.SE02. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692014000200003&l. Acesso em: 17 out. 2019.

SANTOS, Milton. Da Totalidade do Lugar. *[S. l.]*, p. 176, 2005.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp, 2021.

SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 2001. . Acesso em: 13 jan. 2022.

SAVAZONI, Rodrigo. **O comum entre nós Da cultura digital à democracia do século XXI**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2018. . Acesso em: 24 jan. 2022.

SCHIRATO, Tony; ROBERTS, Mary. **Bourdieu: A Critical Introduction**. 1. ed. [s.l.] : Routledge, 2018.

SCHUMPETER, Joséph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Capitalismo-socialismo-democracia-Antonio-Oliveira/dp/8539306913. Acesso em: 15 maio. 2023.

SCHWAB, Klaus. **The Fourth Industrial Revolution**. 1. ed. Genebra: World Economic Forum, 2016.

SCOTT, A. J. **The Urban land nexus and the state**. [s.l.] : Taylor and Francis, 2013. DOI: 10.4324/9780203717370. Acesso em: 9 set. 2021.

SEARLE, Glen; CARDEW, Richard. Planning, economic development and the spatial outcomes of market liberalisation. **Urban Policy and Research**, *[S. l.]*, v. 18, n. 3, p. 355–376, 2000. DOI: 10.1080/08111140008727843. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08111140008727843. Acesso em: 9 set. 2021.

SEC, Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasilia. . Acesso em: 20 fev. 2022.

SECULT. **O que é o SNC – Sistema Nacional de Cultura**. 2022. Disponível em: http://portalsnc.cultura.gov.br/sobre/o-que-e-o-snc/. Acesso em: 15 mar. 2022.

SELDIN, Claudia. **Do capital de cultura à cidade criativa: resistências a paradigmas urbanos sob a inspiração do Berlim**. 2015. Tese (Doutorado) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. Acesso em: 13 set. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Klaus Pereira Da; GUEDES, Ana Lucia. Buen Vivir Andino: Resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. **Cadernos EBAPE.BR**, *[S. l.]*, v. 15, n. 3, p. 682–693, 2017. DOI: 10.1590/1679-395162230. Disponível em: http://www.scielo.br/j/cebape/a/yKp3HXMpMFJXztnKWd5fjRd/?lang=pt. Acesso em: 24 jan. 2022.

SILVA, Felipe Barreto; BIANCHI, Michael Jordan; AMARAL, Daniel Capado. Evaluating combined project management models: strategies for agile and plan-driven integration. *[S. l.]*, v. 17, n. 1, 2019. DOI: 10.4322/pmd.2019.003. Disponível em: https://doi.org/10.4322/pmd.2019.003. Acesso em: 6 abr. 2022.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. *Em*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Brasil**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 133–156.

SIMON, Herbert A. **The Sciences of the Artificial**. 3. ed. [s.l.] : MIT Press, 1996. Disponível em: http://books.google.com/books?id=k5Sr0nFw7psC. Acesso em: 25 ago. 2024.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Beyond freedom and dignity**. First edit ed. New York: Alfred A. Knopf, 1971. . Acesso em: 1 dez. 2021.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em: https://www.emartinsfontes.com.br/ciencia-e-comportamento-humano-p3149/. Acesso em: 1 dez. 2021.

SMITH, Neil. Of Rent Gaps and Radical Idealism: A Reply to Steven Bourassa: **http://dx.doi.org/10.1080/00420989650011573**, *[S. l.]*, v. 33, n. 7, p. 1199–1203, 2016. DOI: 10.1080/00420989650011573. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/00420989650011573. Acesso em: 4 jan. 2022.

SOARES, Márcia Miranda. **Relatório final de avaliação ex post do Plano Nacional de Cultura: pesquisa de avaliação ex post do Plano Nacional de Cultura**. Brasilia.

SOUSA SANTOS, BOAVENTURA DE. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 63, p. 237–280, 2002. Disponível em: www.ces.fe.uc.pt/emancipa.

SOUZA, Wagner Vilas Boas De; BERMEJO, Paulo Henrique de Souza; CAVALCANTE, Carolina Cristina Martins; DOMINGOS, Rebeca Nonato. Inovação aberta no setor público: como o Ministério da Educação utilizou o crowdstorming para impulsionar a prospecção de soluções inovadoras. *Em*: CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; CUNHA, Bruno Queiroz; SEVERO, Wilber da Rocha (org.). **Inovação no setor público : teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasilia: Enap, IPEA, 2017. p. 231–240.

SOUZA, Yago Arantes Rocha De; RIBEIRO, Monique Alves. Política Pública de incentivo cultural e sua relação com o mercado. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, *[S. l.]*, v. 02, n. 10, p. 23–42, 2020. . Acesso em: 10 mar. 2022.

SOUZA, Marcelo J. L. (Marcelo José Lopes). **Fobópole : o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. 1. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008. . Acesso em: 19 jan. 2022.

STAVRIDES, Stavros. **Common Space The City as Commons**. Londres: Zed Books, 2016.

STEWART, Sue. **Cultural mapping toolkit**. British Columbia: 2010 Legacies Now, 2010. . Acesso em: 6 abr. 2022.

STOREY, John. **Teoria Cultural e Cultura Popular**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2015. . Acesso em: 7 dez. 2021.

STREECK, Wolfgang. **How Will Capitalism End? Essays on a Failing System**. Londres: Verso, 2016.

SZASZ, Pedro Álvaro; MONTANS, Luiz de Carvalho; FERREIRA, Eneida Olivetti. **COMONOR - comboio de onibus ordenados**. São Paulo.

TESTOLINO, Pedro Langella. **Extensão universitária: potencial transformado e coprotagonismo na luta pela efetivação de direitos**. 2023. dissertação - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

TRANSMILENIO. **Historia de TransMilenio**. 2021. Disponível em: https://www.transmilenio.gov.co/publicaciones/146028/historia-de-transmilenio/. Acesso em: 6 jan. 2022.

TRUMAN, Harry S. **Inaugural Address**. 1949. Disponível em: https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address. Acesso em: 8 nov. 2021.

TURENKO, Aleksei Santana. **Política Cultural E Democracia Participativa: A Experiência Da Elaboração Do Plano Nacional De Cultura**. 2017. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

TYLOR, Edward B. **Primitive culture / Edward Burnett Tylor.** Dover Publications, , 1958. Disponível em: https://books.google.it/books?id=EhiVDAAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=culture+edward+tylor&hl=it&sa=X&ved=0ahUKEwiI0JK1iOTpAhVhzqYKHY9jCgwQ6AEIKDAA#v=onepage&q=culture edward tylor&f=false.

UNESCO. **UNESCO in brief - Mission and Mandate**. 2019a. Disponível em: https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco. Acesso em: 29 mar. 2021.

UNESCO. **Creative Cities | Creative Cities Network**. 2019b. Disponível em: https://en.unesco.org/creative-cities/. Acesso em: 29 mar. 2021.

UNESCO. **Unesco Creative Cities Network for Sustainable DevelopmentJournal of Chemical Information and Modeling**. Paris: Unesco, 2020.

UNION PANAMERICANA. **Seminários Regionales de Asuntos Sociales - Vivienda y Urbanismo**. Washington D.C. . Acesso em: 11 jan. 2022.

UNWIN, Tin. **Why the notion of a Fourth Industrial Revolution is so problematic**. 2019. Disponível em: https://unwin.wordpress.com/2019/03/09/why-the-notion-of-a-fourth-industrial-revolution-is-so-problematic/. Acesso em: 19 set. 2006.

URBANOS, Brasil. Ministério das Cidades (MCID). Secretaria Nacional de Programas; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves Dos; MONTANDON, Daniel Todtmann. **Os Planos Diretores Municipais pós-estatuto da cidade : balanço crítico e perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Cidades, 2011. Disponível em: http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/handle/iditem/302. Acesso em: 13 jan. 2022.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano**, Rio de Janeiro, v. 14, 2011. Disponível em: http://localhost:8080/jspui/handle/123456789/193. Acesso em: 13 jan. 2022.

VALENZUELA AGUILERA, Alonso. **La construcción espacial del miedo**. [s.l: s.n.]. Disponível em: http://libros.uaem.mx/producto/la-construccion-espacial-del-miedo/. Acesso em: 10 set. 2021.

VAN DORT, Paul M. **GM Exhibit Building Brochure**. 2022. Disponível em: https://www.1939nyworldsfair.com/univ_lg_window.aspx?pageTitle=GM%20Exhibit%20Building%20Brochure&imgType=i&numImg=4&imgNum=2&retURL=worlds_fair/wf_tour/zone-6/GM_exhibit_bldg/GM_exhibit_bldg&retUrlExt=htm&retName=GM%20Exhibit%20Building%20Brochure&imgName=worlds_fair/wf_tour/zone-6/GM_exhibit_bldg/images/large/GM_exhibit_bldg-&contributor=Bob%20Catania. Acesso em: 21 abr. 2022.

VASCONCELLOS, Eduardo A. Mobilidade urbana em Curitiba-os limites do sonho. **Revista dos Transportes Públicos**, *[S. l.]*, p. 7–24, 2019.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo - Um guia prático**. Brasilia: Centro Cultural Poveda, 2006. Disponível em: www.mda.gov.br/saf. Acesso em: 5 abr. 2022.

VICTOR MOURA SOARES FERREIRA. A rede de cidades criativas da {Unesco}: uma perspectiva das cidades brasileiras. *[S. l.]*, 2017.

VIEIRA, Érico Douglas; STENGEL, Márcia. Individualismo, liberdade e insegurança na Pós-modernidade. **ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 345–357, 2012. Disponível em: http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/740. Acesso em: 1 set. 2024.

VILLAÇA, Flavio. **As Ilusões do Plano Diretor**. São Paulo: Divulgado pela Internet, 2005.

WACHOWICZ, Marcos; CRUZ E SILVA, Rodrigo Otávio. Direito autoral e economia criativa: a construção de uma economia preocupada com a criatividade | Copyrights and the creative economy: the

construction of an economy preoccupied with creativity. **Liinc em Revista**, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, 2011. DOI: 10.18617/liinc.v7i2.442. Acesso em: 17 out. 2019.

WAITT, Gordon; GIBSON, Chris. Creative Small Cities: Rethinking the Creative Economy in Place. **Urban Studies**, *[S. l.]*, v. 46, n. 5–6, p. 1223–1246, 2009. DOI: 10.1177/0042098009103862. Acesso em: 13 jul. 2022.

WALKS, R. Alan. The Social Ecology of the Post-Fordist/Global City? Economic Restructuring and Socio-spatial Polarisation in the Toronto Urban Region. **Urban Studies**, *[S. l.]*, v. 38, n. 3, p. 407–477, 2001. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/43100401. Acesso em: 29 mar. 2022.

WALLACE, Jude; WILLIAMSON, Ian. Building land markets. **Land Use Policy**, *[S. l.]*, v. 23, n. 2, p. 123–135, 2006. DOI: 10.1016/j.landusepol.2004.07.003. Disponível em: http://minerva-access.unimelb.edu.au/handle/11343/34913. Acesso em: 9 set. 2021.

WANDERLEY, L. A. Evolução histórica da reprodução do capital e leitura mandeliana sobre renda tecnológica. **RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico**, *[S. l.]*, v. 17, p. 5–14, 2008. Disponível em: 15161684.

WARD, Colin. **Housing an Anarchist Approach**. Londres: Freedom Press, 1976.

WEBER, Max. **General Economic History**. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1927.

WECKERT, Simon. **Google Maps Hacks**. , 2020. Disponível em: http://www.simonweckert.com/googlemapshacks.html.

WEILER, Fabiane Frois B. A Criatividade e a Cultura Como Elementos do Desenvolvimento Urbano. **Baru**, *[S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 258–269, 2017. DOI: 10.18224/baru.v3i2.5983. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5983. Acesso em: 18 out. 2019.

WILSON, David; KEIL, Roger. The real creative class. **Social & Cultural Geography**, *[S. l.]*, v. 9, n. 8, p. 841–847, 2008. DOI: 10.1080/14649360802441473. Acesso em: 16 fev. 2022.

WRIGHT, Frank Lloyd. Broadacre City: A New Community Plan. *Em*: LEGATES, Richard T.; STOUT, Frederic (org.). **The City Reader**. 5. ed. Nova York: Routledge, 2011. p. 345–350.

WRIGHT, Ian. Are we all neoliberals now? Urban planning in a neoliberal era. *Em*: 49TH ISOCARP CONGRESS 2013, **Anais** [...]. [s.l: s.n.]. Acesso em: 25 ago. 2021.

YACCOUB, Hilaine. A chamada “nova classe média”: cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes Antropológicos**, *[S. l.]*, v. 17, n. 36, p. 197–231, 2011. DOI: 10.1590/S0104-71832011000200009. Disponível em: http://www.scielo.br/j/ha/a/L8Xf89fNGTvgHkLr9X6vfSw/?lang=pt. Acesso em: 16 jan. 2022.